O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 30 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47280
estadão.com.br

E&N Plano para substituir o teto de gastos __B1

Âncora limita alta do gasto a 70% da receita e prevê contas no azul em 2025

__ Texto endossado por Lula prevê 'gatilho' de ajuste se meta não for atingida; Haddad mostrou plano a Lira e hoje verá Pacheco

A âncora fiscal que será apresentada pela equipe econômica prevê zerar o buraco nas contas públicas a partir de 2022 e limitar o crescimento de despesas a 70% do avanço das receitas. Segundo projeção do governo, as despesas deverão crescer sempre menos do que as receitas e as contas públicas ficarão no azul a partir de 2025. Quanto maior o crescimento do PIB e da arrecadação, mais o governo poderá gastar. Estão previstos "gatilhos", mecanismos de ajuste. Haverá também um instrumento para evitar aumento de gastos acelerado quando houver expansão significativa na arrecadação.

0,5%
é a meta de superávit do Produto Interno Bruto (PIB) prevista para 2025

Lava Jato __A6

Aliados de Lula querem suspender multas a empreiteiras

PSOL, PCdoB e Solidariedade ajuizaram no STF ação para suspender pagamentos de leniência firmados antes de agosto de 2020. Empreiteiras atingidas pela Lava Jato seriam beneficiadas.

R$ 8,1 bilhões
é o valor das multas devidas pelas principais empreiteiras. Foi quitado R$ 1 bilhão

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

A professora que desarmou o esfaqueador

Cynthia Barbosa, professora de Educação Física que imobilizou com um mata-leão o menor que matou a facadas outra professora, foi jogadora de basquete e deu aula na Fundação Casa, onde o agressor foi internado. "Foi instinto", disse. __A15

E&N Relação bilateral __B2

Brasil e China avançam em acordo para comércio sem uso do dólar

Banco chinês no Brasil converterá divisas para usar mais o yuan entre os países.

E&N Inteligência artificial __B62

Musk, Harari e mais de mil especialistas pedem suspensão de pesquisas em IA

Grupo com o bilionário e o historiador quer parar estudo sobre o tema por 6 meses.

Retorna hoje e depõe dia 5 __A10

Na véspera da volta de Bolsonaro, PF marca depoimento sobre joias sauditas

Decisão ocorre horas após ministro de Lula cobrar explicação de ex-presidente.

Vaticano descarta covid __A18

Papa Francisco é internado com infecção respiratória

Segundo o Vaticano, pontífice de 86 anos vinha respirando com dificuldade e deve passar vários dias no hospital.

ETTORE FERRARI / EFE

Olhos de Putin __A12

Espião russo treinou anos para se passar por brasileiro

Possível vingança __A16

Mulher é enterrada viva e fica 10 horas em sepultura em MG

C2 Casamento turbulento __C1

Um olhar mágico e feminista para 'A Esposa de Tchaikovsky'

Notas e Informações __A3

Comissão de Anistia é política de Estado

Fruto da lei, a Comissão de Anistia não pode ser desvirtuada pelo Executivo.

A estranha tolerância de Lula

William Waack __A8

Os 'socos na boca' que Lula tem levado

Celso Ming __B2

O crédito estrangulado

José Pastore __B17

Classe média, presa fácil dos populistas

Tempo em SP
20° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

Chegada de Bolsonaro provoca autorreflexão nos bastidores do PL

Em conversas reservadas, integrantes do PL admitem desacordo com a volta de Jair Bolsonaro neste momento e dizem que, por eles, o ex-presidente levaria pelo menos mais dois meses para retornar ao Brasil. A avaliação é a de que ele chega no momento em que a oposição vinha ganhando terreno à custa das dificuldades do governo Lula e de tropeços do presidente, como o episódio com Sérgio Moro (União-PR). No País, Bolsonaro vai atrair a atenção para as suas debilidades, como o escândalo das joias e os processos na Justiça, reduzindo a exposição negativa de Lula. Além disso, poderá fazer aflorar a disputa entre as alas radical e moderada do PL, até aqui controlada por Valdemar Costa Neto com verbas e espaços para os dois polos da sigla.

● **ME DÊ MOTIVOS.** Imprevisível até para seus aliados, Bolsonaro decidiu voltar ao Brasil por decisão própria, sem mencionar qualquer tipo de estratégia política. Dessa forma, membros do PL arriscam que a sua motivação é mais pessoal do que uma tentativa de se firmar como líder da oposição.

● **MAIS TEMPO.** Deputados da sigla dizem ainda que Bolsonaro tende a ajudar Lula e o PT a reciclar as críticas pelos atos golpistas de 8 de janeiro, que haviam perdido força. Dessa forma, melhor seria esperar pela dissolução completa do desgaste, o que, somado à desaceleração da economia, seria o esteio para a chegada tardia dele.

● **ACOPLAGEM.** Para parlamentares do PT, a chegada de Bolsonaro pode constranger políticos de partidos do Centrão e do Centro que estavam se aproximando do governo e atrasar a adesão deles à base governista.

● **DOIS EM UM.** O bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e PSC solucionou problemas do Republicanos na Câmara. Escanteada pelo PP de Arthur Lira (PP-AL) nas conversas da federação com União Brasil, a sigla corria o risco de ficar isolada. O novo bloco também permite que deputados do partido possam se aproximar da base do governo sem alterar o status de "independentes".

● **JUNTOS?** O movimento precipitou a criação do bloco PP e União Brasil – as duas siglas já colheram assinaturas para o intento. Para prosperar, Lira terá de emendar o regimento interno da Câmara, que proíbe partidos de deixar um bloco e ingressar em outro no mesmo ano. União e PP deixaram o chamado "blocão" em 2023.

● **FOI.** Um auxiliar de Lula procurou adversários de Cristiano Zanin na disputa pela vaga de Ricardo Lewandowski no STF para informá-los que o presidente decidiu em favor de seu advogado.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Jair Bolsonaro, ex-presidente da República (PL)

● **VERBO.** O advogado-geral da União, Jorge Messias, tem procurado juristas próximos do PT para colher argumentos a favor da nomeação de políticos para cargos em empresas públicas. O tema será debatido no plenário do STF após decisão liminar de Ricardo Lewandowski que flexibilizou a Lei das Estatais.

● **VERBO 2.** Um dos pontos que Messias deve utilizar em sua sustentação na Corte é que, na forma como foi concebida, a lei trava a alternância de poder. Mesmo indicados sem filiação partidária costumam ter alinhamento político ao governo de turno.

PRONTO, FALEI!

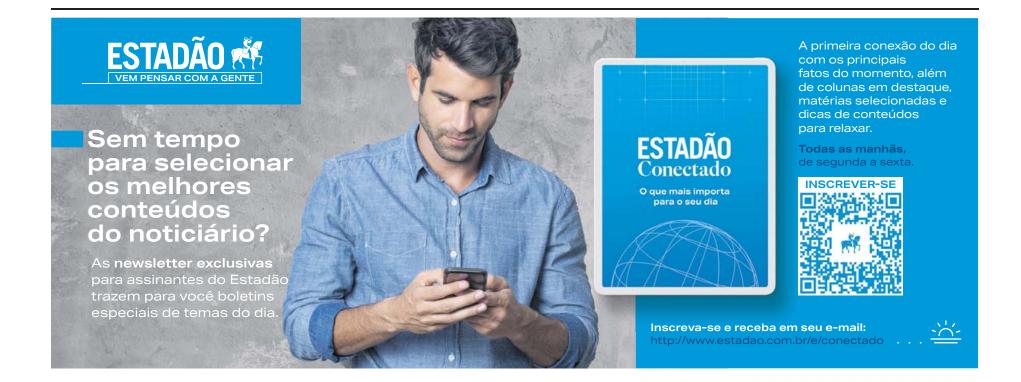
Alexandre Schwartsman
Ex-diretor do Banco Central

"Não foi por falta de arcabouço fiscal que chegamos aonde chegamos. É preciso mostrar qual regra vai mudar para reduzir os gastos obrigatórios."

CLICK

Twitter/@ArthurLira_ - 29/03/2023

Arthur Lira
Presidente da Câmara (PP-AL)

Posou com os líderes do maior bloco da Câmara (MDB, PSD, Republicanos e PSC), num gesto de que, apesar da perda de poder do Centrão, não há rancores.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

Comissão de Anistia é política de Estado

Fruto da lei, a Comissão de Anistia não pode ser desvirtuada pelo Executivo. Com Bolsonaro, colegiado negou direitos constitucionais; sob Lula, inventaram 'anistia política coletiva'

Está prevista para hoje a primeira sessão da Comissão de Anistia com a nova composição do colegiado, definida pelo governo Lula. O objetivo imediato é fazer a revisão dos processos avaliados nos últimos dois governos, especialmente no de Jair Bolsonaro, quando a grande maioria dos pedidos foi rejeitada. Entre 2019 e 2022, dos 4.285 processos julgados pela Comissão, 4.081 (95%) foram indeferidos, segundo levantamento do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

É fundamental realizar esse trabalho de revisão, uma vez que, no governo Bolsonaro, a Comissão de Anistia foi totalmente desvirtuada, com integrantes que rejeitavam a própria finalidade do colegiado. Basta ver que, para Jair Bolsonaro, as atrocidades da ditadura militar não deveriam ser indenizadas, e sim homenageadas.

De fato, o bolsonarismo distorce até mesmo as questões mais básicas. O trabalho da Comissão de Anistia não é a realização de uma política de governo, como se dependesse das idiossincrasias do governante de plantão. O colegiado vem cumprir uma política de Estado, definida na própria Constituição de 1988, que concedeu "anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares" e determinou a correspondente reparação econômica. É dever do Estado, portanto, indenizar todos aqueles que, por razões políticas, foram perseguidos pelo poder estatal.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi editada a Medida Provisória (MP) 65/2002, depois convertida pelo Congresso na Lei 10.559/2002, que regulamentou os direitos constitucionais dos anistiados políticos. A Comissão de Anistia, que entre seus membros conta com um representante do Ministério da Defesa e um das pessoas anistiadas, é fruto dessa regulamentação. Assim, quando desvirtua o funcionamento do colegiado, o governo descumpre a Constituição, ao negar efetividade a direitos previstos no texto constitucional.

A vinculação da Comissão de Anistia com a Constituição e com a Lei 10.559/2002 explicita que o trabalho do colegiado não tem natureza política, não devendo depender de orientações político-ideológicas. Trata-se de tarefa técnica, de análise das provas, para comprovar a alegada perseguição política, assessorando o Executivo federal na concessão das indenizações.

Em razão da necessária conformidade com a lei, a Comissão de Anistia não deve fazer criações interpretativas, seja para negar direitos, seja para estendê-los além do que o legislador previu. Por exemplo, o novo Regimento Interno da Comissão de Anistia, publicado em 23 de março, prevê a possibilidade de um requerimento coletivo de anistia política, criando uma "declaração de anistia política coletiva" para "associações, entidades da sociedade civil e sindicatos representantes de trabalhadores, estudantes, camponeses, povos indígenas, população LGBTQIA+, comunidades quilombolas e outros segmentos, grupos ou movimentos sociais que foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares".

A Constituição e a Lei 10.559/2002 são inequívocas: os anistiados são pessoas físicas. A pretendida ampliação a coletivos, por meio de decreto, desrespeita o que o Congresso estabeleceu. Se o governo federal pretende indenizar associações e entidades, deve antes propor ao Poder Legislativo. A razão para tal exigência é cristalina: a Comissão de Anistia cumpre uma política de Estado, e não de governo. Alterar sua sistemática exige lei.

Outro aspecto que merece ser lembrado, especialmente depois de duas décadas de existência da Comissão de Anistia, é a necessidade de finalizar o trabalho de reparação dos anistiados políticos. O Estado tem o dever de analisar com presteza os casos pendentes, dando o devido encaminhamento. Eternizar essa tarefa, como se não tivesse fim, seria também uma forma de descumprir a Constituição.●

A estranha tolerância de Lula

Sabe-se que o lulopetismo faz o diabo para se manter no poder, mas poderia ao menos demonstrar algum incômodo com um caso tão cristalino de imoralidade como o do ministro Juscelino

Dia sim e outro também, pululam evidências de que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), usa desavergonhadamente dinheiro público para bancar seus luxos privados. Até quando o presidente Lula da Silva manterá uma figura como essa no primeiro escalão do governo em nome da coesão de uma base de apoio no Congresso que, a rigor, ele nem sequer tem?

De acordo com uma nova reportagem do **Estadão**, que desde o dia 30 de janeiro tem revelado ao País o veio patrimonialista de Juscelino Filho, o ministro empregou o piloto de sua aeronave particular e o gerente de seu haras, localizado no município de Vitorino Freire (MA), como funcionários de seu gabinete na Câmara dos Deputados. Ambos continuam recebendo salários de R$ 10,2 mil e R$ 7,8 mil, respectivamente, pagos pelos contribuintes, mesmo após o ministro ter se licenciado do cargo para ingressar no governo federal. O suplente de Juscelino Filho, deputado Benjamim de Oliveira (União Brasil-MA), não só manteve os dois funcionários do ministro em seu gabinete – embora, segundo consta, não possua aeronave nem cavalos –, como ainda empregou um tio do ministro das Comunicações.

Evidentemente, Juscelino Filho justificou as nomeações afirmando que todas as contratações para seu gabinete estariam "em conformidade com as regras da Câmara". É improvável, mas, se estão, seria o caso de rever essas regras, pois são totalmente antirrepublicanas. Em nota, o ministro ainda exaltou o "zelo" e o "profissionalismo" com que seus funcionários desempenham as funções. Não há razões para duvidar disso. O piloto do ministro pode ser um ás da aviação. Os cavalos de seu haras podem ser os mais bem tratados do mundo. A questão de fundo é: o que o pobre do contribuinte, que custeia o seu gabinete para o exercício do mandato parlamentar, tem a ver com isso?

Por mais escabroso que seja – e a estupefação só aumenta diante da desfaçatez do ministro em minimizá-lo –, esse é apenas mais um caso a se somar à pilha de suspeitas sobre Juscelino Filho trazidas a público por este jornal desde que ele passou a integrar o Ministério de Lula.

Em apenas dois meses de esforço jornalístico, o **Estadão** já revelou que, quando deputado, Juscelino Filho usou dinheiro do orçamento secreto para asfaltar uma estrada que passa em frente a fazendas dele e de seus familiares; voou em avião da FAB para cumprir agendas particulares, inclusive com recebimento de diárias (devolvidas após o caso vir a público); escondeu patrimônio da Justiça Eleitoral; informou dados falsos ao Tribunal Superior Eleitoral para justificar o uso indevido de recursos do fundo eleitoral; emplacou funcionário fantasma no Senado; e, como se não bastasse, sobre Juscelino Filho ainda pairam graves suspeitas de ter intermediado a contratação de empresas de amigos e ex-assessores pela Prefeitura de Vitorino Freire – município governado pela irmã do ministro, Luanna Rezende

É essa a folha corrida de Juscelino Filho, tirado por Lula do merecido anonimato, em nome sabe-se lá de quais imperativos políticos. Dos petistas, ferozes críticos dos muitos desvios éticos do governo de Jair Bolsonaro, não se ouviu palavra. Sabe-se que o lulopetismo faz o diabo para chegar ao poder e se manter lá, como provam o mensalão e o petrolão, mas poderiam ao menos demonstrar algum incômodo com um caso tão cristalino de imoralidade – que fosse apenas para manter as aparências de um governo cujo presidente venceu as eleições prometendo restabelecer a democracia e a decência.

Ao que parece, Lula não vê problema em manter em um Ministério que se presta a auxiliá-lo na "união e reconstrução" do Brasil uma pessoa com um passivo desses. O presidente se limitou a exigir que Juscelino Filho "fosse às ruas" e "se explicasse", como se não fosse dele, como chefe de Estado e de governo, a responsabilidade de zelar pela moralidade de sua própria administração.

Se Lula da Silva não quer que os rolos de Juscelino Filho passem a ser exclusivamente seus, passa da hora de o presidente da República nomear um novo ministro das Comunicações.●

ESPAÇO ABERTO

A Agenda Tebet

Felipe Salto

A ministra Simone Tebet passou a conversar com interlocutores da sociedade civil para falar da agenda econômica do governo. Tebet montou uma ótima equipe, que trabalha em pautas potencialmente importantes para modernizar a gestão das contas públicas. Nesta semana, recebemos a visita da ministra, que gentilmente aceitou meu convite para uma conversa na Warren Rena.

No Ministério do Planejamento e Orçamento, Tebet elaborou uma agenda prioritária: a adoção das revisões periódicas do gasto (as *spending reviews*), a reformulação do Plano Plurianual (PPA), a avaliação de políticas públicas e a colaboração com a Fazenda em temas como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária.

O PPA precisa ter maior importância no regramento orçamentário. Da forma como é hoje, não constitui uma baliza para a elaboração das propostas orçamentárias anuais. Ele acaba sendo adaptado ao sabor da conjuntura. É o simétrico oposto do que se espera de um planejamento estratégico. O PPA, infelizmente, não funcionou, apesar da boa intenção dos constituintes, há 35 anos, que introduziram esse elemento no Capítulo de Finanças Públicas.

A ideia do PPA como instrumento de planejamento de médio prazo vinculado ao processo de elaboração anual do orçamento público é, no fundo, o resgate da essência contida na Constituição Cidadã. Mas, para funcionar, os agentes políticos precisam ser expostos aos incentivos corretos.

Ora, é a divisão de recursos orçamentários para emendas parlamentares – que se dá numa parcela restrita do orçamento anual – o principal atrativo para o Congresso. Não há nada de errado, *a priori*, mas esse tipo de atuação acaba atraindo muito mais do que as discussões de maior fôlego no bojo das atividades de planejamento e gestão.

É assim que, a meu ver, o PPA precisa ter uma ligação umbilical com as propostas anuais para o Orçamento, estabelecendo, inclusive, por meio de um cenário projetado para o PIB e as variáveis fiscais, o espaço orçamentário prospectivo sobre o qual os orçamentos anuais poderão ser elaborados. Nesse modelo, na hora de debater o projeto do PPA, todos se interessariam em participar, pois ele teria o condão de definir a restrição fiscal dos anos subsequentes.

Esforço para revisar políticas que hoje têm polpudos espaços no Orçamento, mas sem resultado à altura, poderia gerar uma 'pequena' revolução

O PPA também precisa ser subsidiado por cenários macroeconômicos fidedignos, com projeções bem calculadas. E os projetos e programas prioritários, no PPA, deveriam pautar a elaboração dos orçamentos anuais. Essa escolha de projetos deveria envolver os Estados, resgatando esse componente de desenvolvimento regional que se perdeu, em geral, na formulação de políticas públicas no Brasil.

A revisão periódica de gastos e a avaliação de políticas são dois meios importantes para abrir espaço fiscal ao longo do tempo. A verdade é que o desafio das contas públicas vai além da apresentação de um novo arcabouço ou conjunto de normas de controle. Este é essencial, sim, sobretudo para ancorar as expectativas dos agentes econômicos. A dívida em relação ao PIB tem de ter um horizonte de estabilização; não pode, simplesmente, ficar solta no ar. Entretanto, para aproveitar o espaço fiscal e orçamentário e melhor atender às demandas sociais, não basta o equilíbrio macrofiscal.

É preciso avaliar as políticas que estão, há décadas, penduradas no Orçamento e, pior, incrementadas de modo inercial. Leany Lemos, João Villaverde, Renata Amaral, Gustavo Guimarães, Paulo Bijos, Daniel Couri e Sérgio Firpo formam um time que, liderados por uma política experiente e com boas relações no Congresso, poderá fazer grandes coisas pela eficiência do gasto público.

A título de exemplo, conseguimos montar um programa de avaliação de benefícios tributários, quando eu estava na Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, em 2022. A iniciativa foi reconhecida pelo Tribunal de Contas do Estado. Começamos a produzir indicadores para guarnecer análises e diagnósticos – primeiro passo para ajustes futuros bem feitos. O trabalho foi comandado pelo subsecretário da Receita Estadual, Luiz Márcio de Souza, e pelo chefe do Departamento de Estudos Tributários, Carlos Gomes, ambos auditores fiscais do nosso Estado.

A fala da ministra Simone Tebet, na Warren Rena, foi na direção certa. É provável que tenhamos bons avanços, nos próximos anos, em matéria de planejamento e orçamento. Ainda que os efeitos fiscais, do ponto de vista das economias a serem produzidas, possam surgir apenas no médio prazo, temos de ter claro: em meio a tamanha rigidez orçamentária (cerca de 94% do Orçamento é obrigatório no caso da União), esse tipo de iniciativa tende a ser a saída mais palatável.

Este esforço para revisar políticas públicas que hoje contam com polpudos espaços no Orçamento, mas sem resultado à altura, poderia gerar uma "pequena" revolução em matéria fiscal e econômica. De um lado, cabe entender que o ajuste requerido para estabilizar a relação dívida/PIB será expressivo, da ordem de R$ 300 bilhões em três anos; de outro, buscar alternativas novas para melhorar a eficiência do gasto e, assim, colaborar para o crescimento econômico.

É preciso avançar com a Agenda Tebet! ●

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O 1º DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

A volta de Bolsonaro

Ironia da História

Ao escolher a véspera do dia 31 de março, de lamentável memória, como data de seu retorno ao Brasil após três meses de férias nos EUA, depois de perder a eleição para Lula, o ex-presidente Bolsonaro não poderia contar com a fina e sórdida ironia da História. Nesta semana, o País acaba de superar a macabra marca de 700 mil mortes causadas pela pandemia de covid-19, que seu desgoverno teimou em menosprezar.

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

Data simbólica

No artigo *A volta de Bolsonaro e o 31 de Março* (**Estado**, 29/3, A9), o jornalista Marcelo Godoy propõe, em síntese, opor ao dia 31 de março, data em que é lembrado o movimento de 1964, um outro feito das armas nacionais: o 21 de fevereiro, quando na 2.ª Guerra Mundial, há 78 anos, e após dez horas de combate, soldados da Força Expedicionária Brasileira conseguiram tomar o Monte Castelo, na Itália. Justifica a sugestão pela necessidade de adotarmos um simbolismo pátrio historicamente autêntico. Além de ser uma sugestão apropriada, é também um alerta para quem acredita em oportunistas que emergem na política dizendo-se patriotas representantes de nossas Forças Armadas e militares, abraçando evento de menor significado, porque unicamente útil ao intento ufanista de buscar o eleitor crédulo desses valores. E, ao fazerem tal jogo oportunista, por trás das cores verde e amarela, colaboram para apagar da memória nacional nossos autênticos heróis: os 478 militares brasileiros que perderam a vida lutando contra o nazismo e o fascismo e defendendo os valores fundamentais da liberdade e da democracia. Precisamos homenagear a história de nossos heróis; jamais os oportunistas que tentam reescrevê-la sob a égide da falsa democracia.

Honyldo Roberto Pereira Pinto
honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

Novas ameaças

No Brasil, o autoritarismo da ditadura de 64, que adormeceu por longos anos, pôde ser reavivado por nomes como o do ex-presidente da República. Quanto à frente necessária à contraposição de ideias ditatoriais, a tal "frente ampla pela democracia" do período eleitoral de 2022, nada mais foi do que uma estratégia para vencer nas urnas, aliada ao sentimento do antibolsonarismo em razão do descaso na pauta da covid-19. O Brasil só será livre de qualquer ameaça quando, sem partidarismo, a sociedade civil em peso se manifestar a favor do sepultamento eterno de qualquer regime prejudicial que condene nossa democracia. Enquanto a relativização do tema se mantiver no campo da normalidade por alguns, tendo ideias de que "no período militar era melhor", por exemplo, sempre haverá espaço para pseudopatriotas tentarem usurpar nossa liberdade, rasgando a Constituição, impondo o caos e a desordem como *expressão de liberdade* ou *luta pela liberdade*. Os ataques à democracia deram uma trégua desde 8 de janeiro. Com a volta de Bolsonaro, novas ameaças contra a República podem ressurgir. Até quando?

Matheus A. C. Queiroz
matheusadrian11@hotmail.com
São Paulo

'Brasil Contra Fake'

Cacoete autoritário

Excelente o editorial *Lula e seu 'portal da verdade'* (**Estado**, 29/3, A3). O que mais me surpreende no assunto, contudo, é a sociedade aceitar passivamente este instrumento característico de ditaduras. Onde estão os demais jornais na crítica deste absurdo? Com tristeza, vejo nos aproximarmos cada vez mais do cenário da sociedade distópica retratada no livro *1984*. Pobre Brasil...

Marcos Lefevre
lefevre.part@hotmail.com
Curitiba

Novo PAC

Ibuprofeno

A manchete *Empreiteiras apostam em Lula e novo PAC para se reerguer* (**Estado**, 29/3) já me obrigou a procurar um comprimido de ibuprofeno na caixinha de remédios. Em vez de o País abrir a economia para investimentos estrangeiros, como fez a China, lá vem a terrível ideia de PAC (*Programa de Avanço da Corrupção*). Pode até ser que ocorra um milagre vindo dos Céus e não haja uma esbórnia dos tradicionais corruptos da Nação. Mas o tradicional é que logo mais à frente venham notícias de aumento do desemprego, mais inflação, deterioração das contas públicas e mais pobreza. O pior é que provavelmente não haverá uma Lava Jato ou algo similar para resolver isso. Nem haverá mais um juiz federal atuante que resolveu mudar essa cultura no Brasil.

Lincoln S. Pessoa
lsp.austria@sapo.pt
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Os presos e os direitos humanos

Alexandre Langaro

A Constituição federal e o Direito Internacional dos Direitos Humanos – notadamente as Regras de Nelson Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos) – revelam o direito que assiste ao preso (a qualquer preso) de ser tratado com absoluta humanidade e incondicional respeito à sua dignidade.

No Estado Democrático de Direito, fundado nos valores da cidadania e da dignidade da pessoa humana, o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade.

Os presos "cautelares" presumem-se inocentes, e como tal devem ser tratados, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral. Isso significa, no que diz respeito ao alojamento, por exemplo, que as celas e ou os locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário de população prisional, for necessário que a administração prisional central adote exceções a essa regra, deve-se evitar que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou local. Os locais destinados aos reclusos, especialmente os dormitórios, devem satisfazer rigorosamente as exigências de higiene e saúde, consideradas as condições climatéricas e, especialmente, a cubicagem de ar disponível, o espaço mínimo, a iluminação, o aquecimento e a ventilação.

A administração deve fornecer a cada recluso, a horas determinadas, alimentação de qualidade, de valor nutritivo adequado à saúde e à robustez física, bem preparada e servida. E todos os reclusos devem ter a possibilidade de se prover com água potável – sempre que necessário.

Todos esses preceitos são de observância e aplicação obrigatória pelo Estado, a quem incumbe o dever, imposto por todas as leis da República e pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, de executar, materialmente, essa normativa. Isso sob pena de violação dos direitos humanos – e acrescente-se que apenas o Estado viola direitos humanos; a pessoa natural comete infração penal.

Nada justifica que o Estado possa impor ao preso tratamento afrontoso a essas regras mínimas. Se o fizer, perde toda a sua legitimidade – legitimidade vista aqui, sociologicamente, como autoridade natural. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a CIDH, já decidiu mais de uma vez, presente contencioso *jus-humanista*, que a execução penal no Brasil é uma tortura.

> ***Os presos 'cautelares' presumem-se inocentes, e como tal devem ser tratados, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral***

O encarcerado conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade. Assim, o preso não poderá sair a hora que quiser para tomar um sorvete, à noite; isso não implica, todavia, que ele possa ser alojado num local inadequado para o ser humano, tampouco que fique privado de alimentar-se adequadamente, de beber água potável, de tomar banho quente, de dormir condignamente – em cela separada. Isso é "pedir muito"? Não! É o cumprimento, rigoroso, pelo Estado das regras por ele sancionadas, homenageando e realizando os direitos humanos (direitos humanos que foram pioneiramente escritos no capítulo 25, versículos 1 a 3, do livro de *Deuteronômio*, há quase 4 mil anos).

O que se pretende, no limite, é *tão somente* a aplicação das leis da República aos presos – uma resposta estatal corretíssima, exemplar, pedagógica e profilática.

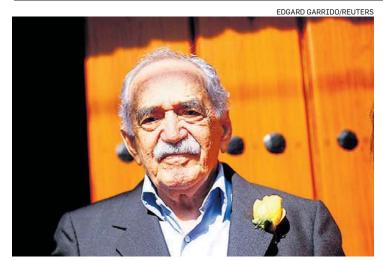
Quando se apura, se processa e se pune, visa-se, como sempre se diz, à aplicação – normalmente adjetivada de "rigorosa", "exemplar" – das leis. Essa via, entretanto, tem mão dupla: este *rigor exemplar* tem de valer também *contra* o Estado, incidindo, no ponto, o postulado da superioridade ética estatal (Raul Eugênio Zaffaroni).

Ao operador jurídico incumbe o dever de trabalhar para diminuir o *gap* abissal existente entre o ser (o mundo concreto da vida, a vida vivida) e o dever ser (o mundo abstrato, normativo, a vida pensada). Isso tem de ser feito mediante o uso de todos os mecanismos jurídicos disponíveis, obviando, assim, ameaça ou lesão a direito.

A suposta – e inadmissível – impossibilidade do cumprimento das regras punitivas pelo Estado é conducente à imposição de "medidas cautelares diversas da prisão". Nos casos de crimes graves, cometidos com alta agressividade – "periculosidade" – contra a pessoa, havendo necessidade comprovada de encarceramento, poder-se-á fazer o acionamento da "remição especial", conforme tenho articulado em livros, artigos e cursos. Analogicamente, por inafastável imposição sistemática – e o sistema do ordenamento jurídico é uma ordem, e não um caos –, invoca-se o que foi assentado pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 423): "Cumprimento de pena em regime menos gravoso ante a falta de vagas em estabelecimento penitenciário adequado". ●

ADVOGADO, ESTUDOU O NY CRIMINAL PROCEDURE LAW EM NOVA YORK, É PROFESSOR DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

TEMA DO DIA

EDGARD GARRIDO/REUTERS

'Gabo' no topo

García Márquez é o escritor de língua espanhola mais traduzido no século 21

Autor colombiano superou nomes como a chilena Isabel Allende, o argentino Jorge Luis Borges, o peruano Mario Vargas Llosa, além do espanhol Miguel Cervantes, que completam o top 5 no relatório do Instituto Cervantes. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **"'Cem Anos de Solidão' segue como meu livro preferido da vida desde quando o li pela primeira vez há 20 anos."**
FLÁVIO CARRILHO DE CASTRO

● **"Respeito todos os demais escritores, mas Borges foi e ainda é o maior."**
HENRIQUE CARON

● **"Merecidamente! Uma lista respeitável."**
ROSEANE RESSURREIÇÃO

● **"Que maravilha saber que o mundo tem o privilégio de ler a excepcional literatura de García Márquez!"**
ROSEMEIRE MORAES

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ANDREAS MEICHSNER/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

Quando a ida ao museu vira um dilema ético. ●
https://bit.ly/3zcsb5L

Carolina Delboni

Vida é mais sofrida na adolescência; entenda. ●
https://bit.ly/3FWRzjS

App do Estadão

Siga os seus colunistas favoritos no aplicativo. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Corrupção

Siglas aliadas a Lula tentam barrar no STF multas de leniências da Lava Jato

PSOL, PCdoB e Solidariedade ajuízam ação para suspender pagamentos bilionários de acordos; argumento está alinhado a declarações do presidente e beneficia empreiteiras

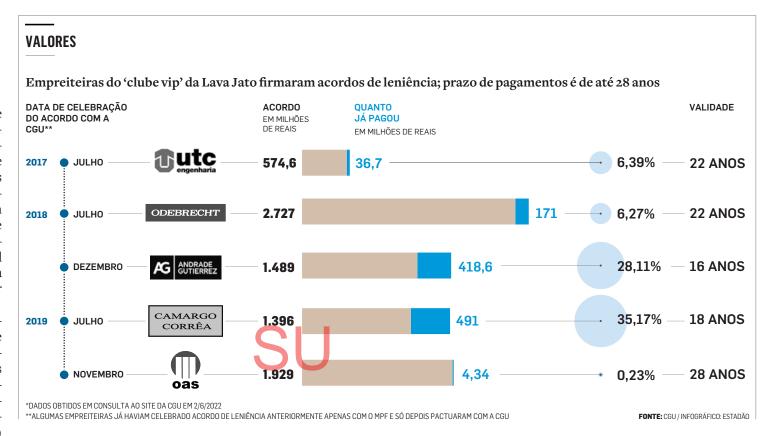
LUIZ VASSALLO
PEDRO VENCESLAU
ISABELLA ALONSO PANHO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Partidos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação que pede que sejam suspensos todos os pagamentos de leniências firmadas antes de agosto de 2020 em todo o País. Neste universo de acordos estão os maiores firmados por empreiteiras do cartel investigado pela Operação Lava Jato. A ação é assinada por PSOL, PCdoB e Solidariedade.

Segundo as legendas, a suspensão dos pagamentos não se traduz na "invalidação dos acordos" e atingiria somente as "obrigações pecuniárias assumidas pelas empresas". A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta pelos partidos está alinhada com declarações do presidente de que as investigações da Lava Jato afetaram o setor da construção civil. Em entrevista recente, Lula afirmou que a operação "era para destruir" as empresas.

Entre as empreiteiras que firmaram acordos de leniência com órgãos federais estão as que integravam o chamado "clube vip" da Lava Jato (Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, UTC e Camargo Corrêa). Elas confessaram ter formado um cartel para fraudar contratos da Petrobras e outras estatais, além de pagar propina a agentes públicos e políticos. Somados, os acordos das cinco principais companhias somam R$ 8,1 bilhões. Até hoje, apenas pouco mais de R$ 1 bilhão foi quitado, conforme informações da Controladoria-Geral da União (CGU).

A data de agosto de 2020, usada como marco temporal pelas legendas na ação, tem relação com a costura do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Supremo, CGU, Advocacia-Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Justiça.

O ponto central questionado pelas siglas é de que este acordo entre as instituições reforçou o papel da CGU na costura de termos de leniência com as empresas, mas pactos da Lava Jato foram firmados sem a participação de órgãos representativos da União.

No mérito, a ação pede a anulação dos termos que envolvem sanções às empresas para que elas sejam renegociadas nos termos do acordo de 2020. "O MPF, de forma inconstitucional, chamou para si todos os acordos de leniência, arrogou-se competência exclusiva para celebrar todos os acordos de leniência, o que ocasionou graves distorções na parte pecuniária dos acordos, que não observaram, nem de longe, os critérios revelados pelo ACT", afirmam os partidos.

A peça é repleta de críticas aos acordos firmados pela Lava Jato. As siglas acusam a operação de acertar termos com as empresas na base da "coação", e com uso de prisões prolongadas de empresários que acabaram firmando acordos. "Em tais condições, inexiste voluntariedade quando a moeda de troca é a liberdade da pessoa e a falência da empresa."

As legendas dizem ainda que os acordos da Lava Jato "foram demasiadamente prejudiciais às empresas". "Se em um primeiro momento o acordo de leniência foi a tábua de salvação de grandes empresas, viu-se depois que os acordos estão eivados de ilicitudes, tais como as apresentadas nesta ação."

'GOVERNABILIDADE'. A ação é assinada pelo advogado Walfrido Warde, defensor aberto da revisão dos acordos, além de crítico dos métodos da Lava Jato. "Esta é a causa mais importante para a governabilidade do Brasil. Todos esses partidos reconhecem que o mercado de infraestrutura é um dos pilares da economia nacional", afirmou Warde. "Esses acordos contemplam evidente desvio de finalidade, porque, mais do que ressarcir o erário, puseram-se a destruir um setor empresarial essencial para a economia nacional."

> ***"Essas obrigações (dos acordos) são importantes para o mercado e como desestímulo para práticas detectadas no curso da Lava Jato"***
> **Bruno Calabrich**
> **Procurador da República**

Presidente do PSOL, Juliano Medeiros é um dos signatários da ação. Ao **Estadão**, ele disse ter apoiado a propositura do processo porque "confia nos partidos que estão propondo a ação, nos argumentos elaborados pelos advogados e porque é preciso rever os acordos que foram firmados sob coerção, em meio à Lava Jato, para garantir a entrada de grupos estrangeiros no Brasil". "A iniciativa não tem nada a ver com o governo", afirmou.

Lula, na entrevista ao site Brasil 247, foi além da defesa das empresas e voltou a citar teoria conspiratória em relação à Lava Jato, afirmando ter "consciência" de que a operação "fazia parte de uma mancomunação entre o Ministério Público brasileiro, a Polícia Federal brasileira e a Justiça americana, o Departamento de Justiça".

O presidente foi condenado e preso sob acusação de se beneficiar de desvios de recursos na Petrobras a partir de investigações da operação. A condenação acabou anulada por decisão do Supremo, que considerou a 13.ª Vara Federal de Curitiba incompetente para os julgamentos.

OBRIGAÇÕES. Para o procurador regional da República Bruno Calabrich, os acordos de leniência da Lava Jato "envolvem obrigações que não podem ser desconsideradas". "São acordos vultosos, que obrigam empresas a estabelecerem programas de compliance, como previsto na lei anticorrupção", disse ao **Estadão**. "Essas obrigações são importantes para o mercado, para que ele funcione de forma lícita, e como desestímulo para práticas detectadas no curso da Lava Jato. Essas instabilidades são desinteressantes para a sociedade e para as próprias empresas."

Como mostrou o **Estadão**, empreiteiras têm procurado o governo federal para a renegociação dos acordos, com a possibilidade de pagar parte das multas com obras de infraestrutura. O movimento vinha sendo capitaneado pelo ministro do STF Dias Toffoli, com forte articulação do presidente do TCU, Bruno Dantas.

A saída articulada pelo governo federal, no entanto, poderia atingir somente R$ 1,3 bilhão das dívidas das empreiteiras, equivalentes a 10% dos R$ 10 bilhões em multas a serem pagas pelas empresas.

PESSOAS JURÍDICAS. Acordos de leniência são feitos na esfera penal entre empresas, União e Ministério Público, para que as pessoas jurídicas confessem fatos ilícitos e se comprometam a pagar multas em troca de condenações mais brandas. O documento com os compromissos assumidos pela empresa e as sanções a ela impostas, como as multas, é submetido à Justiça para homologação.

Boa parte das lenientes está passando ou passou pelo processo de recuperação judicial. Como revelou o **Estadão**, o "clube vip" vinha se articulado para rever os acordos em razão da dificuldade de liquidá-los.

Procurados, PCdoB e Solidariedade não se manifestaram. ●

Crime organizado

MPF defende fim de inquérito do plano do PCC; juíza nega

Procurador no Paraná sugere ainda envio de parte do caso em que Moro aparece como alvo para apuração pela Justiça de SP

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
PEPITA ORTEGA

A juíza Gabriela Hardt, substituta na 9.ª Vara Federal Criminal de Curitiba, rejeitou ontem pedido do Ministério Público Federal (MPF) para arquivar a investigação sobre o plano de atentado contra o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) na esfera federal. A magistrada negou ainda a transferência do caso para a Justiça comum de São Paulo.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) arquitetou o sequestro do senador. O crime só não foi colocado em prática porque um ex-integrante da facção delatou o plano a autoridades. A investigação começou a partir de informações do Ministério Público de São Paulo. O requerimento de arquivamento e transferência de parte das investigações do caso foi feito pelo procurador da República José Soares.

Em andamento
Juíza diz que investigação ainda está em curso em Curitiba e novos crimes podem ser revelados

Para o procurador, entre os crimes listados até o momento, apenas o de extorsão mediante sequestro, que não chegou a ser executado, é processado na Justiça Federal. O raciocínio foi que, se o único crime federal não foi "tentado", também não poderia ser punido, e, por isso, não faria sentido manter o inquérito em Curitiba.

A Polícia Federal foi contra a transferência do caso para São Paulo. O inquérito foi aberto em Curitiba porque é onde o senador e a família moram e porque os criminosos chegaram a alugar imóveis no Paraná para usar como bases operacionais do plano.

PREMATURO. Gabriela disse que o debate iniciado pelo MPF é "prematuro", porque a investigação ainda está em curso. Na avaliação da juíza, novos crimes federais podem ser descortinados com o avanço do inquérito. Ela citou como exemplo as ações planejadas pelo PCC em Campo Grande e em Porto Velho – duas cidades que abrigam presídios federais.

"A operação policial foi deflagrada há menos de uma semana, de modo que as lacunas porventura existentes poderão ser esclarecidas pelos elementos de informações que já foram e também por aqueles que ainda serão colhidos (como a oitiva dos investigados)", diz um trecho da decisão. ●

13ª Vara Criminal Federal de Curitiba

Juiz da Lava Jato pede esquema de segurança

O juiz Eduardo Appio, da 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba, da extinta Operação Lava Jato, pediu segurança especial para si próprio. Ele requisitou à Justiça Federal carro blindado e uma pistola Beretta, além de "apoio tático" da Polícia Federal. O juiz afirma estar sofrendo uma "onda de ameaças".

"Sinto-me ameaçado pelas declarações dos envolvidos, os quais têm grande poder político e econômico", afirmou Appio, no ofício, sem citar nomes. Desde que assumiu a cadeira que foi de Sérgio Moro, Appio tem adotado medidas que incomodam os antigos protagonistas da força-tarefa que desmontou esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e cartel na Petrobras.

Appio e Moro estão em litígio. O juiz criticou publicamente os métodos da operação. Na segunda-feira, ele ouviu um antigo desafeto de Moro, o advogado Rodrigo Tacla Duran, ex-operador de propinas da Odebrecht no esquema na Petrobras. Tacla Duran disse ter provas de um pedido de propina na Lava Jato em troca de facilidades para clientes. O advogado solicitou audiência a Appio para prestar esclarecimentos e fazer requerimentos.

As acusações foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) em razão do foro privilegiado de Moro – hoje senador pelo União Brasil do Paraná – e do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da Lava Jato.

SUSPEIÇÃO. Moro pediu a Appio que não despache mais em processos da extinta operação até a análise do pedido de suspeição formulado contra o magistrado por uma procuradora do Paraná. O senador requereu ainda que o juiz reconsidere a decisão de enviar ao Supremo as acusações feitas por Tacla Duran. Os pedidos foram protocolados no processo em que o advogado foi ouvido por Appio, que revogou uma ordem de prisão preventiva contra ele. Moro fez os pedidos como "interessado". ● R.M., F.M. E P.O.

William Waack

Soco na boca

Mike Tyson tinha um soco formidável e uma perfeita definição do que é estratégia: "Todo mundo tem um plano até levar um soco na boca". Supondo que Lula tenha como plano transformar o Brasil segundo suas visões políticas, já levou vários socos na boca. Em outras palavras, nenhum plano resiste ao primeiro contato com a realidade. É o que está acontecendo com os planos do presidente.

Promessas de campanha não cabem no Orçamento. Não cabem na nova constelação de poder no sistema de governo, com a ampliação das prerrogativas do Congresso. Não cabem num ambiente político de polarização calcificada e enorme oposição social ao governo do PT.

O cerne do plano de Lula é bem evidente. Trata-se de poder expandir sem muitos limites os gastos públicos esperando que tragam progresso para o País. Enquanto ele, árbitro e negociador máximo, acomoda no "gogó" interesses diversos e antagonismos que vão surgindo pelo caminho. Se deu certo antes, vai dar certo agora.

Ocorre que a realidade mudou nos últimos 20 anos talvez além da capacidade de compreensão do presidente. O Brasil tem produtividade e competitividade (fora o agro) estagnadas há décadas. E, na média dos últimos dez anos, exibe crescimento pífio com dívida pública maior. As previsões para o crescimento neste ano são, no fundo, mais do mesmo.

Os planos de governo de Lula enfrentam dificuldades com a realidade

Instinto e experiência política dizem a Lula que sua popularidade vai se deteriorar rapidamente – portanto, sua capacidade de lidar com o Congresso –, se não apresentar resultados econômicos convincentes com muita brevidade. Daí a ânsia em martelar uma redução da taxa Selic, entendida por Lula como única condição agravante imediata da economia.

De fato, as taxas de juros são perversas no Brasil, mas por outro motivo. Elas são altíssimas no curto prazo, mas também no longo. O que traduz expectativas baixas e percepção de risco alta por parte dos agentes econômicos.

Quebrar esse "ferrolho" (que é, em parte, profecia que se autocumpre) exigiria de Lula brutal adaptação de seu plano – é o que implica a definição de Tyson. Seria aceitar regras rígidas e impopulares de limite de crescimento de gastos e renunciar a exceções da regra – o contrário do que vem tentando.

Lula acha que os socos que está levando na boca vêm do presidente do BC e do presidente da Câmara. Na verdade, está sendo golpeado pela realidade de ele mesmo mandar menos, e ter dificuldades severas de coordenação política num país enfrentando desafios profundos que ele mal consegue entender.

O pior do nocaute é não saber de onde vem. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Poderes

Pacheco e Lula fecham acordo para afrouxar lei e liberar político em estatal

Senado vai mudar projeto aprovado pela Câmara, às vésperas de julgamento no STF, mas também reduzirá regras para indicações

VERA ROSA
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prometeu ajudar o Palácio do Planalto a arrumar a base de sustentação no Congresso. O primeiro movimento ocorrerá com uma mudança significativa na Lei das Estatais.

Em uma conversa na noite de anteontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Pacheco avisou que o Senado tem resistência a avalizar o projeto como passou pela Câmara no fim do ano passado. Porém, há acordo para alterar o texto e aprová-lo, abrindo caminho para nomeações políticas em empresas públicas.

A articulação ocorre às vésperas da votação do tema pelo plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento foi paralisado no dia 16, após decisão do ministro Ricardo Lewandowski, mas será retomado até o fim desta semana.

Lula e Pacheco acertaram uma estratégia para mudar o projeto da Câmara, considerado por senadores uma espécie de "estouro da boiada" por permitir todo tipo de contratação e "capturar" as empresas. A ideia é exigir a aplicação de normas de compliance nas estatais e parâmetros de natureza técnica e profissional para contratações.

Na prática, Pacheco quer se diferenciar do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em um momento em que os dois disputam protagonismo na condução das medidas provisórias. Lira é, atualmente, o principal expoente do Centrão.

Há uma avaliação no Planalto de que, ao tentar evitar o aparelhamento político das empresas, a Lei das Estatais – aprovada no governo Michel Temer (MDB) nas esteira dos escândalos de corrupção na Petrobras durante os primeiros governos petistas – acabou criando restrições demasiadas à atuação de pessoas que desempenham funções na esfera governamental ou partidária.

Com dificuldades para garantir votos no Congresso, Lula deu sinal verde para indicações feitas por partidos em superintendências e repartições públicas nos Estados. O receio do governo, porém, é de que algumas nomeações acabem parando na Justiça.

BANCO DO NORDESTE. Ainda ontem, o ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara foi nomeado para comandar o Banco do Nordeste (BNB). A indicação de Câmara demorou para sair justamente por esbarrar na Lei das Estatais, que proíbe quem atuou em eleição de ocupar cargos públicos. Câmara é funcionário de carreira do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e se desfiliou do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, há apenas dois meses.

Nomeação

Liminar de Ricardo Lewandowski permitiu ao governo oficializar nome de Paulo Câmara no BNB

Em dezembro do ano passado, a Câmara aprovou projeto de lei reduzindo de 36 meses para 30 dias o tempo de quarentena necessário para que dirigentes de partidos ou de campanhas eleitorais ocupem cargos de comando em empresas públicas. No meio político, a mudança foi vista como uma manobra patrocinada pelo governo eleito para permitir que o ex-ministro Aloizio Mercadante pudesse presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Tribunal de Contas da União (TCU) entendeu, porém, que a norma não se aplicava a Mercadante, sob o argumento de que o petista havia atuado "de maneira informal" como coordenador do programa de governo de Lula. Há duas semanas, Lewandowski concedeu liminar que derrubou a quarentena de 36 meses. A decisão, porém, ainda precisa ser referendada pelo plenário. ●

Relações exteriores

Lula sugere para 13 de abril encontro com Xi Jinping

FELIPE FRAZÃO
ENVIADO ESPECIAL / PEQUIM

O Palácio do Planalto sugeriu que a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China ocorra entre os dias 11 e 14 de abril. As datas estão em negociação com a chancelaria chinesa. A confirmação depende agora da agenda do presidente Xi Jinping. A sugestão é para que eles se reúnam em Pequim em 13 de abril.

A Presidência da República aguarda uma resposta da China. Ministros e auxiliares diretos do governo Lula afirmam que a definição caberá ao líder chinês, porque foi Lula quem desmarcou de última hora.

A visita de Estado à China ocorreria nesta semana, mas foi adiada por razões de saúde. Lula cancelou o embarque por recomendação médica, após ser diagnosticado com broncopneumonia bacteriana e infecção pelo vírus Influenza A.

Autoridades do governo brasileiro dizem que Lula quer viajar à China o quanto antes, já se sente bem melhor dos sintomas gripais e, nos últimos dias, despachou do Palácio da Alvorada, residência oficial.

Essa era a visita de Estado prioritária desde a transição de governo e vinha sendo trabalhada para ocorrer nos primeiros cem dias. Pessoas próximas a Lula dizem que ele deve insistir em ir à China antes de visitar a Europa. A previsão é de que ele esteja em Portugal no fim de abril.

Pressa
Autoridades do governo brasileiro dizem que petista quer viajar à China o quanto antes

O Itamaraty trabalha na costura de uma agenda entre o líder chinês e Lula. Os chineses querem reproduzir ainda encontros de grandes dimensões entre delegações empresariais e de governo.

Na ocasião, Lula também deverá ir a Xangai participar de uma solenidade de posse da presidente cassada Dilma Rousseff (PT), que já despacha na metrópole chinesa como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, ligado aos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China África do Sul).

Após o cancelamento da visita, o Ministério das Relações Exteriores da China disse que foi informado e que trabalharia para combinar uma data conveniente a ambos. Xi Jinping deve receber nas próximas semanas o presidente francês, Emmanuel Macron.

SINALIZAÇÃO. A notícia de que Xi Jinping enviara mensagem desejando pronta recuperação a Lula e que concordava em reagendar a visita em uma data próxima saiu no jornal local *China Daily*. Isso foi interpretado por diplomatas como uma reação positiva.

Outra data sugerida pelos empresários do agronegócio, que vieram em peso a Pequim e Xangai, era 18 de maio, quando ocorre uma feira de alimentação no país, chamada Sial. Muitos dos maiores exportadores brasileiros, que têm a China como mercado prioritário, viajam anualmente para o evento. A data casa com a reunião do G-7 no Japão, cúpula para a qual Lula foi convidado. ●

BRASIL E CHINA AVANÇAM EM ACORDO PARA COMÉRCIO SEM O USO DO DÓLAR. PÁG. B2

Tarcísio recebe alta, retoma agenda e irá a Paris

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi liberado na manhã de ontem pela equipe médica que o acompanhava em Londres, após passar por uma cirurgia para retirada de um cálculo renal. Ele viajará hoje a Paris para retomar a agenda internacional e participar de encontros bilaterais na capital francesa.

A agenda do governador não foi divulgada ontem, mas, antes da crise renal, a previsão era de que Tarcísio assinasse um acordo com o Instituto Pasteur e participasse de reuniões com empresas.

Na última segunda-feira, o governador chegou a fazer uma apresentação em Londres para fundos de investimentos, CEOs e empresários sobre o portfólio do Estado em concessões, parcerias público-privadas e privatizações. Mas, no mesmo dia, foi encaminhado ao hospital para exames, onde foi constatada a necessidade da intervenção cirúrgica.

Na ausência de Tarcísio, coube ao secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, representar o Estado. Ontem, ele participou de eventos em Madri. ● ANA LUIZA ANTUNES

Ex-presidente

Na véspera da volta de Bolsonaro, PF marca depoimento sobre joias

Líder volta para articular oposição ao governo Lula; desfile em carro aberto em Brasília é proibido pelo Distrito Federal

VERA ROSA
ANDRÉ BORGES
WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Na véspera do retorno de Jair Bolsonaro ao Brasil, previsto para a manhã de hoje, a Polícia Federal marcou o depoimento do ex-presidente no inquérito que apura a entrada ilegal de joias no País. Bolsonaro terá de dar explicações no dia 5 de abril sobre o uso da estrutura de seu governo para liberar diamantes apreendidos pela Receita Federal por não pagamento de imposto.

A decisão da PF ocorreu horas depois de o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmar que Bolsonaro deve explicações sobre as caixas de presentes recebidos do regime da Arábia Saudita. "Ele vai ter de chegar e dar explicações sobre as joias, em várias questões que estão sendo descobertas no governo dele", disse Padilha.

Recepção
Nas redes, apoiadores do ex-presidente convocaram manifestantes para que compareçam ao aeroporto

O governo nega que tenha pressionado a PF para criar um fato negativo no retorno do adversário ao País. A data do depoimento foi marcada pelos policiais que investigam o caso das joias em São Paulo.

Bolsonaro deixou o Brasil em 30 de dezembro, dois dias antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Nos últimos três meses, ficou nos Estados Unidos, de onde continuou contestando o resultado da eleição. O ex-presidente alega que foi prejudicado por decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tiraram do ar perfis de apoiadores nas redes sociais, ambiente em que o bolsonarismo é atuante. Além disso, ele também contesta, sem provas, as urnas eletrônicas.

SEGURANÇA. Nas redes sociais, apoiadores do ex-presidente convocaram manifestantes para que compareçam hoje ao aeroporto de Brasília. Um dos posts dizia: "30/03/2023 – O Retorno". O superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Igor Ramos, disse que foi identificada movimentação atípica de ônibus de viagem em Brasília nos últimos dias, mas afirmou não poder compartilhar os dados levantados.

Bolsonaro pretendia desfilar em carro aberto do aeroporto até o Condomínio Solar de Brasília, no Jardim Botânico, onde vai morar. O PL pediu reforço ao governo do Distrito Federal para a segurança do ex-presidente, pois são esperadas aproximadamente 10 mil pessoas na recepção.

A PF e também a Secretaria da Segurança Pública do DF decidiram, no entanto, impor limites à mobilização pretendida pelos bolsonaristas. Foi montado um esquema especial de policiamento. A PF informou que não permitirá que Bolsonaro use hoje o saguão principal do aeroporto. A instituição alega que precisa preservar a segurança do local.

A secretaria do DF também não pretende permitir que o ex-presidente faça desfile em carro aberto. O secretário Sandro Avelar sustentou que ações do tipo infringem o Código de Trânsito Brasileiro e não serão permitidas pelo Detran.

O diretor da PF, Cezar Luiz Busto, afirmou que a orientação na corporação é que Bolsonaro faça o desembarque por uma área restrita do Aeroporto Juscelino Kubitschek para evitar que apoiadores se aglomerem no saguão. "O determinado por enquanto é que não sairá pelo saguão. Nós decidimos em reunião que não é viável o seu desembarque pelo saguão normal", disse.

A PF não deve permitir ainda o acesso de parlamentares ligados a Bolsonaro a áreas restritas do aeroporto. Circula entre deputados e senadores bolsonaristas a versão de que deverão recepcionar o ex-presidente logo após o desembarque. Eles também têm estimulado que apoiadores compareçam ao aeroporto.

O governo do DF, contudo, tem feito apelos para que os apoiadores de Bolsonaro não se aglomerem nos arredores do aeroporto. Ao desembarcar de voo comercial vindo dos EUA, Bolsonaro será submetido ao procedimento convencional de inspeção das malas pela alfândega e deverá apresentar recibos de eventuais compras à Receita Federal.

A pasta da Segurança do DF descarta, por ora, realizar revistas dos apoiadores de Bolsonaro nos pontos de controle ao longo do trajeto de deslocamento. Segundo o governo, eventuais aglomerações de motos e caminhões nas vias próximas do aeroporto serão submetidas à "triagem". As autoridades argumentam que a revista só deve ser adotada em "situações suspeitas".

OPOSIÇÃO. O ex-presidente prepara uma estratégia para mostrar que ainda é o principal antagonista de Lula. Na tentativa de desviar das acusações que pesam contra ele, voltará a investir nas redes sociais para fazer um contraponto entre sua gestão e ações do governo petista. A data para o seu retorno foi planejada sob medida, às vésperas de Lula completar três meses de governo, num momento em que o petista enfrenta uma situação difícil na política e na economia.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que tanto Bolsonaro como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro vão trabalhar com o objetivo de fortalecer o partido para as disputas municipais de 2024, antessala da eleição presidencial de 2026. No ano passado, o PL conquistou a maior bancada na Câmara, com 99 deputados. A legenda tem, ainda, 12 senadores e um Fundo Partidário de R$ 205 milhões.

A ideia é que Bolsonaro e Michelle comecem a viajar pelo País no segundo semestre, mas não juntos. "Vamos pensar no futuro", disse o ex-presidente por videoconferência, no último dia 21, quando Michelle assumiu o comando do PL Mulher. "O PL é um grande partido, tem aproximadamente 20% dos parlamentares federais com ele. O partido está estruturado, organizado. É um partido que quer, sim, lutar para fazer mil prefeitos no ano que vem pelo Brasil", afirmou.

RECEIO. Apesar do clima de "festa" no PL, aliados do ex-presidente temem que antigos amigos de Bolsonaro, como o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, façam acordo de delação premiada. Ex-secretário da Segurança Pública do DF, Torres está preso há dois meses e meio. Recentemente, ele prestou depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em ação que pode tornar Bolsonaro inelegível por causa dos ataques às urnas eletrônicas.

"Nada está provado contra Bolsonaro nem contra seus principais colaboradores", disse o deputado Capitão Augusto (SP), vice-presidente do PL. "Nesse caso das joias, por exemplo, a legislação é dúbia e ele não responde a processo criminal nem administrativo por isso." ● COM BROADCAST

Cronologia

'Estadão' revelou caso no início de março

Outubro de 2021

ESTADÃO

Comitiva do governo de Jair Bolsonaro (PL) tenta entrar ilegalmente no Brasil com um conjunto de colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes avaliados em R$ 16,5 milhões. As joias eram um presente do regime da Arábia Saudita para o então presidente e a primeira-dama Michelle Bolsonaro e foram apreendidas no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo

Novembro de 2022

Segundo documentos oficiais, Bolsonaro recebe, pessoalmente, no Palácio da Alvorada, um segundo estojo de joias que também chegou ao Brasil pelas mãos da comitiva do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O pacote inclui itens como relógio e par de abotoaduras da marca suíça Chopard. O site da loja vende peças similares que, juntas, somam, no mínimo, R$ 400 mil.

Dezembro de 2022

● Emissário

Após pelo menos sete tentativas de recuperar as joias de R$ 16,5 milhões retidas pela Receita Federal, no dia 29 há a última ofensiva para reaver os diamantes. Com Bolsonaro prestes a deixar a Presidência da República, é enviado um emissário a Guarulhos para resgatar as joias, mas a tentativa não é bem-sucedida

● Viagem

EVELYN HOCKSTEIN / REUTERS

Bolsonaro deixa o Brasil no dia 30, com destino a Orlando, nos Estados Unidos, dois dias antes da posse do então presidente eleito e diplomado Luiz Inácio Lula da Silva. Lá, se instala em um condomínio de alto padrão, onde mantém uma rotina tranquila, que inclui a participação em eventos conservadores

Março de 2023

O Estadão revela que a comitiva do governo Bolsonaro tentou ingressar no País com as joias de forma ilegal, após viagem à Arábia Saudita. O ministro da Justiça, Flávio Dino, aciona a Polícia Federal para apurar o caso

TCU ordena entrega de 3º estojo com relógio e anel

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) devolva, imediatamente, a terceira caixa de joias que ele recebeu do regime da Arábia Saudita e guardou para si, em vez de ter enviado as joias para o acervo do Estado brasileiro.

A existência desta terceira caixa, estimada em pelo menos R$ 500 mil e contendo itens como relógio e anel, foi revelada pelo **Estadão** na segunda-feira. A decisão do ministro do TCU Augusto Nardes atende a um pedido feito por parlamentares.

Além de determinar a devolução dos itens, o TCU alertou Bolsonaro sobre a omissão de informações. "Cabe alerta deste tribunal ao ex-presidente Jair Bolsonaro que, caso existam outros presentes recebidos da Arábia Saudita, estes deverão ser restituídos imediatamente", disse Nardes.

A terceira caixa de joias deve ser entregue na agência da Caixa, na região central de Brasília. A Corte também aprovou a realização de auditoria para verificar o envio de presentes de Bolsonaro para uma fazenda do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet, na capital federal. ● A.B. E ADRIANA FERNANDES

Israel

Netanyahu critica Biden e amplia tensão por reforma judicial

Premiê afirma que Israel não toma decisões sob pressões externas após americano se dizer preocupado

JERUSALÉM

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, criticou o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, seu principal aliado internacional, ampliando a crise diplomática entre os dois países na esteira da reforma do Judiciário promovida por ele. Em comunicado, Netanyahu afirmou que Israel é um país soberano que não toma decisões com base em pressões do exterior. A reforma é apontada por especialistas como uma ameaça à democracia em Israel.

"Conheço o presidente Biden há mais de 40 anos e agradeço seu compromisso de longa data com Israel", disse Netanyahu em um comunicado publicado em inglês no Twitter. Mas acrescentou: "Israel é um país soberano que toma suas decisões pela vontade de seu povo e não com base em pressões do exterior, até mesmo dos melhores amigos".

O comentário foi feito após semanas de uma pressão diplomática silenciosa dos principais aliados de Israel à reforma do Judiciário que tem colocado o país em ebulição. Oponentes de Netanyahu o acusam de colocar em risco o relacionamento de longa data com os EUA, um país fundamental nas políticas de segurança de Israel, incluindo na estratégia de contenção do inimigo Irã.

ABIR SULTAN/AP–19/3/2023

Netanyahu alerta contra intromissão externa nas questões de Israel

Mais tarde, porém, Netanyahu adotou um tom mais conciliador, dizendo que, embora "Israel e os EUA tenham suas diferenças ocasionais", a aliança entre eles é "inabalável".

PREOCUPAÇÃO. Os comentários de Netanyahu foram feitos depois que Biden disse a repórteres que estava "muito preocupado" com os eventos em Israel. O líder americano deu a declaração após sugestão, na terça-feira, do embaixador dos EUA em Israel de que Netanyahu seria bem-vindo em Washington em breve. Biden deixou claro que um convite não deveria ser feito em breve.

"Eles não podem continuar por esse caminho – eu meio que deixei isso claro. Esperamos que o primeiro-ministro aja de maneira a tentar chegar a um compromisso genuíno, mas isso ainda precisa ser visto", disse Biden.

Os aliados ocidentais de Israel têm demonstrado preocupação desde que Netanyahu foi reeleito em novembro e formou a coalizão mais extremista da história do país, que inclui políticos ultraortodoxos e anti-Palestina. Mas as preocupações aumentaram em meio aos esforços da coalizão para exercer mais controle político sobre a Suprema Corte, desencadeando a pior crise interna em décadas.

Para engrossar as críticas de aliados de Israel, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, também pediu a Netanyahu que encontre um consenso em sua reforma durante visita do premiê israelense a Londres no fim de semana.

A troca de críticas ocorre após Netanyahu adiar, na segunda-feira, o envio ao Parlamento de sua reforma judicial, com a promessa de permitir um diálogo com os opositores.

Esperava-se que o adiamento do plano aliviasse as tensões com Washington. Mas os comentários de Biden indicaram que os EUA permanecem cautelosos com relação aos planos de Netanyahu e esperarão para ver o resultado das negociações em Israel nas próximas semanas.

Netanyahu teve várias discussões públicas com o ex-presidente Barack Obama sobre as políticas de Israel em relação aos palestinos e à questão nuclear iraniana. Em 2015, ele falou ao Congresso americano sem o conhecimento da Casa Branca e protestou contra o acordo nuclear entre as potências mundiais e o Irã que estava para ser fechado.

Nimrod Goren, membro sênior do Instituto do Oriente Médio, observou que a relação EUA-Israel já teve pontos de crise anteriores, como o caso do programa nuclear com o Irã. Mas agora a Casa Branca parece estar "questionando a competência de Netanyahu como primeiro-ministro e se ele é confiável ou responsável".

As críticas de Biden e a resposta de Netanyahu provocaram um alvoroço político em Israel, em meio às conversações do presidente Isaac Herzog com representantes de alguns dos partidos menores da oposição não diretamente envolvidos nas negociações.

Membros da coalizão de governo de Netanyahu denunciaram os comentários de Biden, enquanto opositores defenderam as relações com os EUA. Itamar Ben-Gvir, líder do partido ultraortodoxo da coalizão e ministro encarregado da polícia, disse à Rádio do Exército que o país "não é outra estrela na bandeira americana". "Espero que o presidente dos EUA entenda esse ponto."

"Prejudicar as relações com os EUA, nosso melhor amigo e nosso aliado mais importante, é um ataque estratégico. O premiê deve orientar suas equipes de negociação em relação à legislação judicial, agir rapidamente para reparar a situação e preservar a democracia israelense que está na base desses valores", disse o ex-premiê e ex-ministro da Defesa Benny Gantz no Twitter.

Pressão
Premiê britânico pediu a Netanyahu que encontre consenso em sua reforma

A REFORMA. Netanyahu e seus aliados religiosos e ultranacionalistas anunciaram a polêmica reforma judicial em janeiro, poucos dias após formarem seu governo. Entre vários trechos da proposta, a mais polêmica e que ainda está para ser votada é a que dá à coalizão governista mais influência sobre a seleção dos juízes da Suprema Corte e permite escolher o próximo presidente do tribunal. Além disso, a influência de Netanyahu na legislação é vista como conflito de interesses, já que ele é investigado em pelo menos três casos de corrupção.

Os críticos dizem que a legislação concentrará o poder nas mãos da coalizão no Parlamento e perturbará o equilíbrio entre os poderes do governo. ●

NYT e AP

Aliança com radicais deixa Bibi sem saída

ANÁLISE

PATRICK KINGSLEY
THE NEW YORK TIMES

Pouco menos de um ano atrás, parecia que a carreira política de Binyamin "Bibi" Netanyahu, o premiê de Israel que ocupou a função por mais tempo, estava praticamente encerrada. Procuradores tinham oferecido a seus advogados um acordo que lhe teria permitido evitar a cadeia no processo por corrupção em troca de ele deixar a política por sete anos. Mas as negociações fracassaram, o julgamento continua, e Netanyahu, que nega as acusações de corrupção, terminou o ano passado premiê pela terceira vez.

Na noite da segunda-feira, Netanyahu tentou uma manobra de destreza similar. Adiou a controvertida reforma do Judiciário, um dia após protestos e greves enormes. Também prometeu negociações de bastidores, até o fim do recesso da Páscoa judaica, o que deixa aberta a possibilidade de uma concessão mútua mediada com a oposição. E sua coalizão de ultraconservadores de extrema direita e religiosos seguirá de pé, ainda que cambaleante, pelo menos até a próxima crise.

DESAFIO. Superficialmente, a coisa pareceu o tipo de ato de equilíbrio no qual Netanyahu sempre se sobressaiu. Mas este movimento poderá se mostrar o mais difícil de alcançar. Trata-se de um desafio que, como a crise social que emergiu nos últimos recentes, o consumirá e o afastará de prioridades no longo prazo, como o fortalecimento das relações diplomáticas de Israel com o mundo árabe.

"Ele é um mágico que sempre tira um coelho da cartola", afirmou Anshel Pfeffer, um dos biógrafos de Netanyahu. "Mas agora está cada vez mais difícil para ele encontrar algum coelho."

Dificuldade
Se Netanyahu diluir ou cancelar a proposta, arrisca uma ruptura em sua coalizão

Na segunda-feira pairava uma sensação de que desta vez Netanyahu não tem uma rampa de saída para a atual crise. Se Netanyahu diluir – ou cancelar totalmente – a reforma no Judiciário, ele arrisca uma ruptura irremediável com os partidos de extrema direita que lhe dão maioria no Parlamento.

E se ceder aos radicais e avançar com o plano de enfraquecer a independência da Suprema Corte, ele arrisca aprofundar e prolongar a crise social. Para muitos, Netanyahu já perdeu algo: sua reputação de condutor seguro, que prioriza a estabilidade de Israel.

Críticos afirmam que Netanyahu tem razões pessoais para minar o Judiciário: tirar dos trilhos o processo a que responde, uma acusação que ele nega. ●

É JORNALISTA

Rússia

Espião russo treinou por quase uma década para se passar por brasileiro

Serguei Cherkasov construiu seu personagem com a ajuda de operadores e depois se infiltrou em Washington

HAIA

Victor Muller Ferreira foi aceito na Universidade Johns Hopkins, em Washington, em 2018. Mas Ferreira não era um estudante brasileiro e sim um operador de inteligência russo nascido em Kaliningrado, segundo investigações e um indiciamento do Departamento de Justiça apresentado a uma corte federal na sexta-feira.

Seu nome verdadeiro é Serguei Cherkasov, e ele passou quase uma década construindo o personagem de Ferreira, segundo autoridades e registros judiciais. Sua "equipe" era um círculo restrito de operadores russos acionados para manter um espião disfarçado infiltrado na capital americana, posicionado para forjar conexões em qualquer setor do establishment de segurança dos EUA, do Departamento de Estado à CIA.

Usando o acesso que obteve em Washington, Cherkasov produziu relatórios para seus chefes no serviço de inteligência militar da Rússia, o GRU, a respeito das maneiras com que autoridades do governo Joe Biden responderam à concentração de tropas russas antes da guerra na Ucrânia, segundo o FBI.

Depois que se formou, Cherkasov chegou perto de alcançar uma inserção mais influente, ao ser convidado para um estágio no Tribunal Penal Internacional, em Haia, quando a instituição iniciava sua investigação sobre crimes de guerra da Rússia na Ucrânia. Mas acabou rejeitado pelas autoridades holandesas, que agiram com base em informações transmitidas pelo FBI. As autoridades holandesas o colocaram em um avião para o Brasil, onde ele foi preso e agora cumpre 15 anos de cadeia por fraudar documentos relacionados à sua identidade falsa.

U.S. JUSTICE DEPARTMENT

Cherkasov tinha sido convidado para estágio no TPI

Sua prisão, em abril de 2022, ocorreu no início de uma operação de desmantelamento de redes de inteligência russas por toda a Europa.

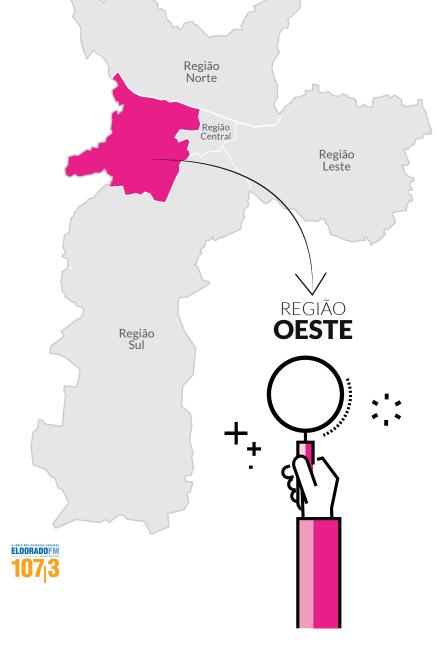
'TRAFICANTE'. A Rússia nega que Cherkasov seja espião e pediu sua extradição do Brasil, alegando que, na verdade, ele é um traficante de heroína que fugiu da Rússia para evitar ser preso.

A criação do personagem Victor Ferreira começou sobre camadas de documentos fraudulentos. Uma segunda via de uma certidão de nascimento com o nome de Ferreira foi emitida em 2009, um ano antes de Cherkasov entrar no Brasil. Em seguida, apareceu uma carteira de motorista com o nome de Ferreira, mas a foto de outra pessoa.

O GRU parece ter explorado vulnerabilidades nos sistemas brasileiros de imigração e registros cartoriais se valendo de ajuda interna. Um tabelião cuja assinatura aparece em muitas das requisições fraudulentas de Cherkasov é alvo uma investigação no Brasil.

DOSSIÊ. Em março de 2022, poucas semanas após a invasão russa, em 24 de fevereiro, Cherkasov tinha "sido aprovado nas checagens de segurança do TPI e aceitado a posição de analista júnior", de acordo com o depoimento. As autoridades holandesas, que haviam recebido um dossiê do FBI, interceptaram Cherkasov no aeroporto.

Falsificações
Russos exploraram brechas nos sistemas brasileiros de imigração e registros cartoriais

Deportado para o Brasil, ele negou ser operador de inteligência da Rússia. Oito meses depois, Cherkasov continua na prisão, em meio a sinais incertos sobre seu destino. Seu caso foi fonte de constrangimento entre autoridades do Brasil em razão da suscetibilidade do sistema do País a fraudes e da frequência com que isso tem sido usado pelos serviços de inteligência russos como plataforma de lançamento de ilegais. ● WP, TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Ásia

Líder de Taiwan busca apoio em viagem às Américas e China ameaça retaliar

Tsai Ing-wen vai para Guatemala e Belize, passando pelos EUA, onde pretende se encontrar com o presidente da Câmara

WASHINGTON

Assim que a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, embarcou ontem para uma viagem rumo à América Central com uma parada nos EUA, a China ameaçou as autoridades americanas com represálias, caso se reúnam com ela.

Tsai deve visitar Guatemala e Belize, com escala nos EUA, para reforçar as relações com os dois países da América Central depois que a China conseguiu estabelecer laços diplomáticos com Honduras, um dos últimos aliados da ilha.

Belize e Guatemala estão entre os 13 países que reconhecem oficialmente o governo de Taipé. Honduras cortou relações com Taiwan e reconheceu a China após o fechamento de acordos.

A visita da presidente inclui uma escala em Nova York hoje e, no seu retorno, outra em Los Angeles, na próxima semana, quando está previsto um encontro dela com o presidente da Câmara dos Deputados, Kevin McCarthy, o que provocou a irritação da China. Pequim advertiu que se "opõe de modo veemente" ao encontro de Tsai com McCarthy e tomará "medidas firmes para responder" caso a reunião aconteça.

"Será outra provocação que viola seriamente o princípio de 'Uma Só China', mina a soberania e a integridade territorial da China, assim como a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan", afirmou Zhu Fenglian, porta-voz do Escritório de Assuntos de Taiwan do governo chinês.

Pequim considera a ilha de governo democrático e autônomo parte de seu território e diz que pretende retomá-la algum dia, mesmo que seja necessário o uso da força. Sob o princípio "Uma Só China", nenhum país pode manter relações oficiais com Pequim e Taipé ao mesmo tempo.

> **Relações**
> **Belize e Guatemala estão entre os 13 países que reconhecem oficialmente o governo autônomo da ilha**

PELOSI. Depois de visitar Nova York, Tsai prosseguirá a viagem de dez dias pela América Central e se reunirá com o presidente da Guatemala, Alejandro Giammattei, e com o primeiro-ministro de Belize, John Briceño.

"A pressão externa não vai impedir nossa determinação de ser global", declarou Tsai no aeroporto, antes de iniciar a viagem. "Estamos tranquilos e confiantes, não vamos sucumbir e não vamos provocar os outros."

Uma visita de Nancy Pelosi, antecessora de McCarthy na presidência da Câmara, a Taiwan no ano passado provocou uma resposta da China, que organizou exercícios militares em uma escala sem precedentes ao redor da ilha, que Taiwan considerou a preparação para uma invasão. ● AFP e NYT

A guerra de Putin

Rússia suspende cooperação atômica com os EUA

O Ministério da Defesa da Rússia realizou ensaios nucleares ontem com a utilização de lançadores nucleares na Sibéria. Em paralelo, o governo russo anunciou que suspenderá a cooperação atômica com os EUA. Segundo o vice-ministro das Relações Exteriores, Serguei Riabkov, os testes não serão mais comunicados ao governo americano. ●

AP

França

Garis começam a retirar lixo das ruas de Paris

A paralisação dos garis na França chegou ao fim ontem e os trabalhadores começaram a retirar 6,6 mil toneladas de lixo das ruas de Paris acumulados por três semanas. A decisão de suspender a paralisação foi tomada pela central sindical Confederação-Geral do Trabalho, que tem organizado atos contra a reforma da previdência do presidente Emmanuel Macron. ●

Medidas

Escolas têm PM, psicólogo e até botão do pânico para coibir ataques

Redes de ensino do País têm adotado providências diversas após casos de violência. Políticas públicas amplas e integradas são necessárias, destacam especialistas na área

JOSÉ MARIA TOMAZELA
ROBERTA JANSEN
RODOLPHO PAIXÃO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Ataque em escola da zona oeste de São Paulo na última segunda-feira deixou uma professora morta

O atentado nesta semana na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, expôs a dificuldade de monitorar ameaças e evitar crimes do tipo. Dos anos 2000 até hoje, foram 36 mortes em ataques em colégios no Brasil.

Após episódios de violência, as redes de ensino adotaram medidas diversas de prevenção: psicólogos, rondas de PMs, criar mais canais de denúncia e até botão do pânico. Para especialistas, é preciso criar políticas públicas amplas e integradas e não tratar o problema só como caso de polícia. O Brasil não tem diretrizes nacionais para lidar com esse desafio.

Em Suzano, na Grande São Paulo, dois ex-alunos mataram oito pessoas e se mataram em 2019 em um colégio estadual. Como resposta, o governo estadual lançou o Conviva, um projeto de combate à violência nas escolas, que envolve estratégias de acompanhamento psicológico, de convivência escolar, entre outros. Um braço do programa, porém, teve o contrato encerrado há um mês.

Conforme o secretário da Educação, Renato Feder, o programa tem profissionais em 500 escolas. O plano, diz ele, é estender essa às 5 mil escolas estaduais, tendo um agente do Conviva em cada unidade.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse também que estuda colocar policiais da reserva de forma permanente nas escolas, mas o governo ainda não tem detalhes sobre a proposta. Nos Estados Unidos, estudos já mostraram as limitações desse tipo de medida na prevenção de ataques.

Após o massacre de 2019, a prefeitura do Suzano criou um sistema de alarme com botão do pânico em todas as 75 escolas da rede municipal. Instalados em pontos de fácil acesso para a direção, os dois sistemas são distintos. O botão do pânico é silencioso e envia mensagem à central, que aciona o serviço de segurança local. Já o alarme sonoro é emitido se há tentativa de invasão.

AÇÕES. Já Aracruz, no Espírito Santo, teve dois ataques a escolas em novembro, que terminaram com quatro mortos. Depois disso, o governo capixaba criou programas para minimizar os efeitos da tragédia e evitar novos casos. Segundo a Secretaria Estadual da Educação, uma das frentes envolve ações de psicólogos, especialistas em luto, saúde e assistência social.

Outra linha de atuação foi aperfeiçoar o monitoramento policial sobre os riscos de novos crimes. "Definitivamente ligamos o alerta nas equipes de inteligência e isso se tornou preocupação constante", diz Alexandre Ofranti Ramalho, secretário da Segurança do Espírito Santo e coronel da PM.

Paralelamente a isso, a sociedade tem sido orientada e estimulada a reportar ao Disque-Denúncia, no número 181, manifestações violentas, como falas, pichações, etc.

Em Saudades (SC), há dois anos um jovem de 18 anos invadiu uma escola infantil e assassinou três bebês e duas funcionárias com golpes de facão. Depois disso, as cinco unidades do município instalaram botões de pânico nas salas de aula.

VÍTIMAS. Relatório feito pelo grupo de transição do governo federal em dezembro indicava que 35 estudantes e professores tinham sido mortos em ataques no Brasil desde o início dos anos 2000 até 2022.

Para especialistas, muitas escolas não combatem o bullying, o racismo, os discursos de ódio e outras formas de violência como deveriam, criando um ambiente escolar violento. Além disso, muitas não cumprem a Lei 13.935, de 2019, que determina que toda escola deve contar com um psicólogo e um assistente social para acompanhar os alunos.

Reforço
Tarcísio disse que estuda colocar policiais da reserva de forma permanente nas escolas

"As escolas trabalham muito pouco o enfrentamento dos preconceitos e das microviolências que acontecem todos os dias nas escolas, nas famílias, nas sociedades", afirma a professora Ângela Soligo, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp. "Se botarmos um detector de metal, os preconceitos e as microviolências vão deixar de acontecer? Os abusos, xingamentos?" ●

Irritabilidade, linguagem e alienação social podem ser sinais de alerta

JOÃO KER

O ataque a uma escola nesta semana em São Paulo renova a preocupação de pais sobre como notar sinais de alerta no comportamento dos filhos. Irritabilidade, alienação social, linguagem agressiva e tempo demais em telas de celular e computador são alguns dos sinais de alerta para pais, responsáveis e professores perceberem uma mudança grave no comportamento de crianças e adolescentes, segundo especialistas.

"A violência está aumentando de forma geral, não só no Brasil, mas no mundo. As redes e bolhas de ódio repercutem na infância e principalmente na adolescência", diz Evelyn Eisenstein, coordenadora do grupo de trabalho Saúde Digital da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Relatório do grupo de transição do governo federal contabilizou 35 mortes em ataques entre os anos 2000 e 2022.

Ela aponta como o bullying no ambiente escolar pode contribuir para comportamentos violentos de crianças e adolescentes. "As escolas precisam não só de um programa de prevenção da violência, mas de construção da paz", afirma ela.

FAMÍLIA E ESCOLA. A colaboração entre família e escola também é imprescindível para evitar que essas situações se agravem, uma vez que adolescentes podem não se sentir confortáveis para contar em casa o que acontece na sala de aula. Mais ainda, monitorar as redes sociais dos filhos e que tipo de conteúdo consomem quando estão online também é uma forma de evitar problemas maiores.

"Uma criança de 13 anos, no início da adolescência, essa não deveria ter acesso a redes sociais sem supervisão", alerta Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV. "Prestem atenção no que seus filhos estão acessando."

A investigação policial apontou ainda que o menino publicou mensagens e vídeos exaltando a violência e também o autor do massacre em Suzano (SP), de 2019. A internet, porém, não é a única culpada que merece atenção e vigilância constantes. "Às vezes os pais verbalizam falas fortes de ódio ou cunho racista, ou fazem brincadeiras preconceituosas na frente de crianças sem pensar direito", diz Claudia. "Ao saber que seu filho foi vítima de bullying, leve a sério", diz Cláudia. ●

Vigilância
Pais devem supervisionar contatos e ações dos filhos em redes sociais, aconselham especialistas

Intervenção

‘Foi instinto. Não esperava isso na escola’, diz professora que parou ataque

Cinthia Barbosa, de 37 anos, é ex-jogadora de basquete e já deu aula na Fundação Casa. Ela imobilizou aluno durante agressão

ÍTALO LO RE

Responsável por parar o agressor e evitar uma tragédia ainda maior em uma escola na Vila Sônia, na zona oeste de São Paulo, a professora de Educação Física Cinthia Barbosa, de 37 anos, é ex-jogadora profissional de basquete e já deu aula na Fundação Casa, justamente para onde o adolescente foi encaminhado após o atentado. Docente na Escola Estadual Thomazia Montoro há pouco mais de dois anos, ela conta que agiu intuitivamente quando tentou dominar o agressor.

“Foi um instinto, não esperava isso (*o ataque*) em uma escola”, disse Cinthia, em entrevista ao **Estadão**. Imagens de câmeras de segurança da escola mostram a professora imobilizando o aluno, de 13 anos, com um mata-leão, impossibilitando que ele continuasse a desferir golpes na professora Ana Célia Rosa, uma das quatro pessoas que ficaram feridas – uma outra docente, de 71 anos, não resistiu. Enquanto isso, a coordenadora pedagógica Sandra Mendes retirou a faca da mão do aluno.

Cinthia conta que chegou por volta de 6h50 na escola na segunda-feira, o dia do atentado. Após pegar o material na sala administrativa, foi ministrar uma aula para o 7.º ano. Pouco depois, começou a ouvir um barulho alto vindo de fora. “Até pensei que fosse a dinâmica que algum professor estivesse utilizando, porque às vezes a gente faz rodas de conversa entre alunos e afasta as carteiras”, disse. “Mas o barulho não cessava, não passava, estava continuando.”

Cinthia fechou a porta e foi correndo em direção às escadas. A professora explica que a escola tem dez salas de aula: cinco no andar de baixo, onde ela estava dando aula, e a mesma quantidade em cima, de onde vinham os gritos.

A professora diz que hesitou por alguns segundos, mas que ainda assim decidiu ir para onde tinham indicado que estava ocorrendo os ataques: na terceira sala do corredor. Segundo a polícia, o atentado teve início por lá – onde a professora Elisabeth Tenreiro foi assassinada –, depois o agressor teria se dirigido para uma segunda sala e, na sequência, voltado para o local onde tinha começado.

ALUNO. “Fui lá e, quando olhei de frente, vi a professora Elisabeth deitada no chão. E a Ana Célia estava com ele, que estava segurando a Ana Célia e esfaqueando a professora”, disse Cinthia. “Aí eu tentei parar, fui por trás e segurei ele. E aí minha coordenadora, Sandra Mendes, já entrou na sequência. Aí falei para ela: ‘Tira a faca, tira a faca, tira a faca’. Ela tirou a faca dele e abaixou a máscara. Retirou a touca e viu que era nosso aluno.”

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Educadora física está há dois anos na Escola Thomazia Montoro e não pensa em parar de dar aulas

Reconhecimento

Chamada de heroína por secretário, professora diz que função é auxiliar alunos em tudo que é possível

Essas imagens foram capturadas por câmeras de segurança da escola. Cinthia conta que, na sequência, ela e o aluno se desequilibraram e caíram no chão, mas a professora continuou o imobilizando. “Perguntei para ele: ‘Você tem mais alguma coisa? Está com mais alguma arma?’. Ele falou não. Perguntei se estava sozinho, ele disse que sim. Aí já levantei e levei ele lá para fora para a gente descer para a sala da direção da escola.”

A professora disse ter mantido o aluno por lá até a chegada da Polícia Militar, minutos depois. Nesse meio tempo, Cinthia disse que foram poucas as palavras que o aluno disse. “Eu lembro que algumas coisas ele até falou, que queria vingança por causa de bullying, ele falava que já queria fazer isso por algum problema com a família, alguma coisa assim ele falou”, afirmou.

Cinthia conta que, quando entrou na sala de aula para conter o agressor, não conseguiu determinar qual era o estado de saúde das professoras. “Eu só queria tirar ele dali, fui para tirar ele dali. Não me atentei de fato se a professora Beth (Elisabeth Tenreiro) estava desmaiada”, disse.

Só depois, conta a professora, ela foi ter dimensão do que tinha acontecido na escola. Um dia depois do enterro de Elisabeth Tenreiro, ela relembra da professora com carinho. “Ela era bastante comunicativa, a gente se falava sempre”, diz. “Logo que ela entrou na escola, estava sem armário ainda. E eu falava para ela para pôr as coisas no meu. Aí a gente compartilhou por um tempo o armário.”

HEROÍNA. Ainda na segunda, após a repercussão das imagens de Cinthia e Sandra contendo o agressor, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, chamou as duas de “heroínas”. “Eu não me enxergo dessa forma. Acho que a nossa função como professora é poder estar auxiliando os alunos em tudo que é possível”, diz ela, que descreve o autor dos ataques como introspectivo.

Antes de lecionar, ofício que exerce há quase cinco anos, Cinthia dedicou a carreira ao basquete e deu aulas na Fundação Casa, para onde o agressor foi encaminhado. Cinthia diz que não pretende se deixar desanimar de dar aula. “Eu penso que eu tenho que ter força. A gente cria planos, cria sonhos, infelizmente esse é um processo muito grande”, diz. “Voltar depois do que aconteceu não é uma readaptação tão simples. Eu perdi uma companheira de trabalho diretamente. Não posso falar que vai ser fácil, que vai ser difícil, mas eu estou disposta a tentar.” ●

Recuperação

Docente ferida por aluno recebe alta do hospital

Dois dias após ter sido atacada com faca por um adolescente de 13 anos na Escola Estadual Thomazia Montoro, a professor de História Ana Célia da Rosa recebeu alta do Hospital das Clínicas da USP. Ela foi liberada na manhã de ontem e estava internada desde a última segunda-feira.

Ana passou por uma cirurgia na própria segunda-feira para sutura dos ferimentos. Ela foi uma das quatro professoras atingidas pelo adolescente, que matou Elisabeth Tenreiro, de 71 anos. Além delas, Rita de Cássia (Matemática) e Jane Gasperini também foram atacadas pelo menor infrator, mas sofreram ferimentos mais leves.

No dia do ataque, o governo de São Paulo disse lamentar profundamente e se solidarizar com as famílias das professoras e alunos que foram vítimas.●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Terror e morte na escola

Ataque em escola de SP impõe a autoridades e educadores desafios em múltiplas dimensões

O ataque de um aluno de 13 anos numa escola da zona oeste de São Paulo chocou o País de muitas maneiras: pelo crime em si, filmado em toda a sua crueza, como já se tornou comum nestes tempos, que vitimou uma professora totalmente indefesa; pela vulnerabilidade de alunos e professores num ambiente presumivelmente de aprendizado, e não de violência homicida; e pela exposição explícita e dolorosa do terrível estado da saúde mental dos estudantes, sobretudo depois da traumática experiência da pandemia de covid-19.

Dadas todas essas dimensões, não se pode tratar esse episódio apenas como mais um crime, mas como expressão dos muitos desafios que se impõem a autoridades públicas e a educadores para reduzir os riscos de que algo dessa natureza volte a acontecer e, pior, que se torne comum.

O primeiro aspecto que salta logo aos olhos é a facilidade com que o estudante entrou armado na escola e atacou a professora e em seguida vários de seus colegas. No entanto, ainda que cause justa indignação, tal circunstância não pode servir de pretexto para soluções que, em vez de mitigar a sensação de insegurança, acrescentariam tensão ao ambiente escolar. O governador Tarcísio de Freitas, por exemplo, indicou a disposição de colocar policiais dentro das escolas. Além disso, alguns políticos sugeriram a instalação de detectores de metal. Tais propostas, ainda que possivelmente evitem crimes, o que é duvidoso, tendem a transformar a escola em teatro de guerra, algo indesejado para a educação das crianças.

O segundo aspecto é o protagonismo das redes sociais. Na véspera do crime, o assassino tinha anunciado o plano em uma dessas redes. Um mês antes, já havia sido denunciado à polícia por postar vídeos em que simulava atos violentos. Não se quer aqui dizer que as redes tenham responsabilidade direta pela violência, mas, ao permitir que crianças as frequentem e ao valorizar conteúdos violentos por seu potencial de engajamento, colaboram decisivamente para que jovens se radicalizem e, confundindo o mundo virtual com o real, sintam-se estimulados a praticar a violência que os excita.

Nesse sentido, é urgente que haja alguma forma de monitoramento das redes para que eventuais sinais de desequilíbrio deste ou daquele aluno sejam detectados a tempo. Muitas vezes, os pais não dão conta das múltiplas possibilidades de interação virtual a que seus filhos são expostos, razão pela qual é preciso que a escola os ajude e que haja denúncia tempestiva à polícia caso se suspeite que a criança esteja tomando o caminho da violência real.

Por fim, a saúde mental dos estudantes é outra frente de atuação incontornável, ainda mais quando se considera que, na pandemia, a suspensão das aulas presenciais e o isolamento social acentuaram distúrbios de ansiedade e depressão. Soube-se agora, depois da tragédia, que o governo paulista cancelou, há um mês, seu programa de atendimento psicológico nas escolas, por razões técnicas. Menos mal que tenha anunciado agora a retomada do programa, absolutamente necessário.

De tudo isso, depreende-se que não serão soluções simplistas e meramente reativas que vão resolver o problema. Que a indignação não sirva de pretexto para mais violência. É preciso ter coragem de apostar na cultura de paz. ●

Polícia

Mulher é enterrada viva e fica 10 horas em sepultura

Caso aconteceu na cidade de Visconde de Rio Branco, em Minas Gerais. Coveiros acionaram a polícia e vítima foi resgatada

MARINA RIGUEIRA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Uma mulher de 36 anos foi enterrada viva em um cemitério municipal da cidade de Visconde do Rio Branco, na zona da mata de Minas Gerais, na última terça-feira. Coveiros acionaram a Polícia Militar do Estado após perceberem marcas de sangue próximas de um sepulcro vertical fechado com tijolo e cimento fresco.

Ao chegarem ao local, policiais ouviram gritos de "socorro". Eles, então, quebraram a parede de tijolos e retiraram a mulher, que tinha ferimentos na cabeça e vários cortes pelo corpo. O Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) foi chamado e a mulher, socorrida ao Hospital São João Batista. Ela prestou depoimento, mas segue internada em estado grave, segundo o hospital, que não deu mais detalhes sobre o caso.

A princípio, de acordo com informações do delegado Diego Candian Alves, da Delegacia Regional de Polícia Civil em Ubá, a motivação do crime seria vingança envolvendo "desacertos" a respeito de uma arma de fogo.

À polícia, a mulher apontou dois homens como suspeitos, de 20 e 22 anos. Eles foram identificados, mas seguiam foragidos ontem. Segundo a mulher, ela estava em casa na companhia do marido, quando os homens chegaram encapuzados e começaram a agredir ambos. O marido, no entanto, conseguiu fugir do local.

Ela afirmou que, a partir desse momento, não se lembra mais de nada até acordar no sepulcro, onde teria ficado por cerca de dez horas.

O serviço de Inteligência da Polícia Civil apurou que a vítima tem envolvimento com tráfico de drogas e furto. Ela disse ainda que teria guardado armas e drogas para os suspeitos e que esse material teria sido "extraviado". ●

Avenida Paulista

PM prende suspeito de assalto milionário

Policiais militares prenderam na manhã de ontem um homem de 49 anos acusado de participar do assalto milionário a uma agência do Banco Itaú em agosto de 2011, na Avenida Paulista, região central de São Paulo. O suspeito tinha um mandado de prisão em aberto e foi apreendido após a polícia receber uma denúncia anônima, informou a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-SP).

O homem, que não teve a identificação revelada, foi abordado ao sair de casa, no bairro Cachoeirinha, na zona norte, e levado até o 72.º Distrito Policial (DP) da cidade, onde se encontra à disposição da Justiça.

O crime é considerado um dos maiores assaltos a banco da história do País. Na ocasião, uma quadrilha de 13 pessoas arrombou 161 cofres e levou joias, pedras preciosas, barras de ouro e documentos em valor estimado em R$ 500 milhões.

De acordo com as investigações da época, o grupo planejou o assalto por cerca de um ano e, supostamente, contou com a colaboração de um vigilante da agência e também com um operador da central de segurança do banco.

A ação começou na madrugada do dia 27 de agosto e durou cerca de 10 horas. Em 2018, a Polícia Civil prendeu um dos mentores do roubo. João Paulo dos Santos, de 40 anos, foi preso na em Carapicuíba, região metropolitana de São Paulo. Ele estava foragido desde 2013. ● CAIO POSSATI

Voçorocas

Cidade maranhense sofre com buracos gigantes

DIEGO EMIR
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Buriticupu, cidade situada a 417 quilômetros de distância de São Luís, no Maranhão, pode desaparecer. O município com mais de 70 mil habitantes sofre com a abertura de diversas crateras que estão engolindo a área. Diante desse risco, o governo federal aprovou o estado de calamidade pública.

A União aprovou processo de assistência social, em cerca de R$ 687 mil, para aquisição de materiais de higiene pessoal, dormitório, aluguel de veículos e combustível. A medida visa a atender 220 famílias que vão ter de deixar suas casas.

"Sou filha de Buriticupu e, quando crianças, atravessávamos essas grotas, que hoje viraram voçorocas de até 70 metros", lembrou a deputada estadual Edna Silva (Patriota).

As voçorocas são fenômenos geológicos que surgem como pequenas fendas no solo, geralmente provocadas pela força da água da chuva. As fendas chegam ao nível de voçorocas quando atingem o lençol freático. É o que está acontecendo hoje em Buriticupu.

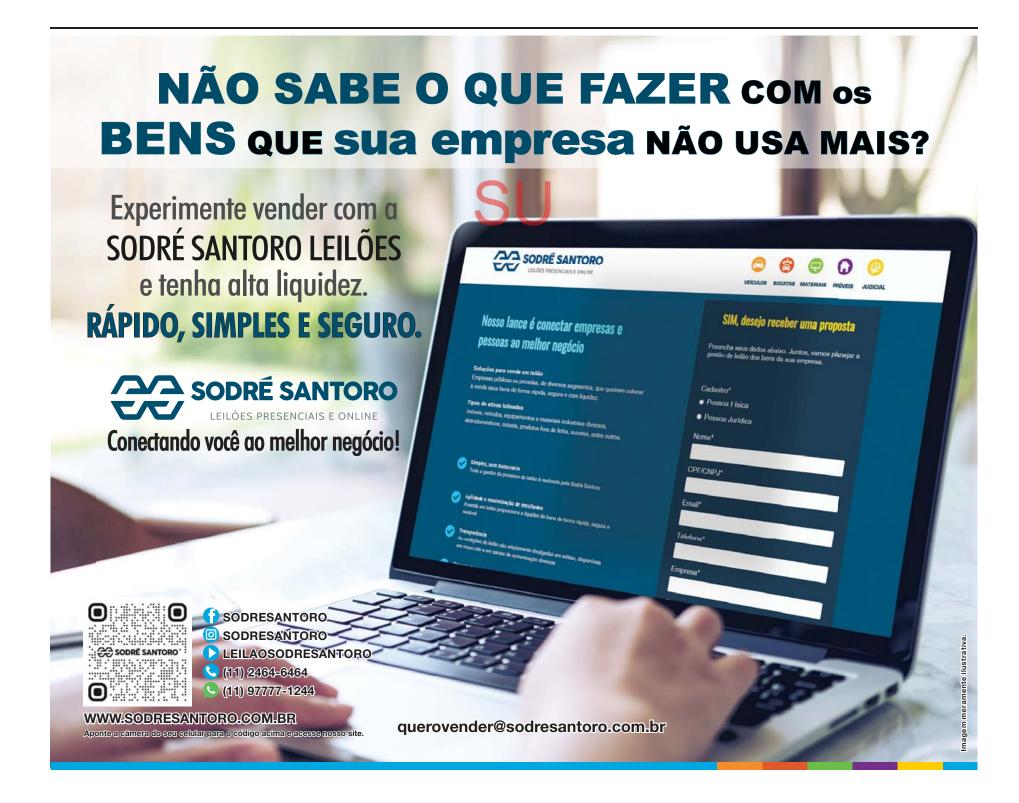
Segundo especialistas, o desmatamento, a ocupação desordenada, o relevo e o solo arenoso são os principais fatores que contribuíram para o surgimento e avanço dos buracos gigantes. No total, são 26 buracos gigantes que avançam sobre a cidade e tiram o sono dos moradores.

MAURICIO MARINHO/REUTERS

No total, 26 buracos de até 70 metros ameaçam Buriticupu

A cada ano, as crateras avançam em média cinco metros sobre a cidade. Por onde passam, as voçorocas vão engolindo quintais, casas e ameaçam bairros inteiros. Mais de 50 casas já foram engolidas pelas crateras de Buriticupu.

CHUVAS. O Estado ainda sofre os efeitos das fortes chuvas que atingiram a região na última semana, causando enchentes e desalojando famílias.

O governador do Estado, Carlos Brandão (PSB) seguiu visitando ontem uma série de cidades atingidas. "Em Pindaré-Mirim, acompanhamos a dificuldade das pessoas que enfrentam a cheia do rio e ouvimos suas necessidades. Com compromisso, estamos retirando as famílias das áreas de risco", escreveu Brandão em uma rede social. ●

Pesquisa

Cientistas descobrem nova fonte de água na Lua

Cientistas descobriram uma nova e renovável fonte de água na Lua após a análise de amostras trazidas por missão chinesa em 2020. A água estava incrustada em pequenas esferas de vidro formadas em meio à "sujeira lunar" provocada por impactos de meteoritos.

As esferas variam em tamanho – podem ser da largura de um fio de cabelo até a junção de vários. A água é só uma fração pequena, disse Hejiu Hui, da Universidade de Nanjing, que participou do estudo.

Como existem bilhões, talvez trilhões, de esferas decorrentes de impactos, isso pode representar quantidades substanciais de água, mas extraí-la seria difícil, de acordo com o grupo que participou da análise. "Sim, vai exigir muitas e muitas esferas de vidro", disse Hui por e-mail. "Por outro lado, há muitas e muitas dessas na Lua."

As descobertas, publicadas no começo desta semana na revista *Nature Geoscience*, são baseadas em 32 esferas de vidro selecionadas aleatoriamente pela Missão Chang'e 5. ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
85% 20°	58% 31°	79% 25°	25MM	58%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
19°/ 32°	20°/ 32°	17°/ 24°	16°/ 26°

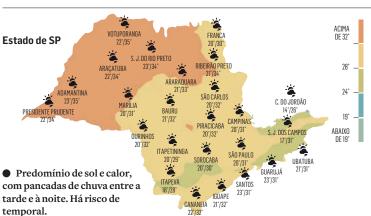
SOL

NASCENTE: 6H13
POENTE: 18H07

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34
MINGUANTE	13/4	6H11
NOVA	20/4	1H37

Estado de SP

● Predomínio de sol e calor, com pancadas de chuva entre a tarde e à noite. Há risco de temporal.

Tábuas das marés: Porto de Santos

NE 16nós — 1,1m

HOJE		
4h56	↓	0,6
9h36	↑	0,9
17h06	↓	0,5
23h46	↑	1,2

SEXTA, 31		
5h27	↓	0,6
10h33	↑	1,1
17h40	↓	0,4

SÁBADO, 01		
0h08	↑	1,3
5h57	↓	0,6
11h14	↑	1,3
18h12	↓	0,3

DOMINGO, 02		
0h33	↑	1,4
6h27	↓	0,5
11h51	↑	1,4
18h44	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	23°/32°	MANAUS	23°/29°
BELO HORIZONTE	19°/32°	NATAL	24°/29°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	22°/34°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	21°/28°
CAMPO GRANDE	22°/32°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	23°/34°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	16°/28°	RIO BRANCO	23°/33°
FLORIANÓPOLIS	22°/32°	RIO DE JANEIRO	22°/34°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	23°/29°
GOIÂNIA	19°/31°	SÃO LUÍS	23°/30°
JOÃO PESSOA	23°/29°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	23°/30°	VITÓRIA	21°/33°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	24°/35°	MÉXICO	-3	16°/26°
ATENAS	5	9°/16°	MIAMI	-1	21°/28°
BARCELONA	4	12°/25°	MONTEVIDÉU	0	18°/21°
BERLIM	4	7°/15°	MOSCOU	5	1°/5°
BRUXELAS	4	10°/15°	NOVA YORK	-1	-1°/10°
BUENOS AIRES	0	16°/25°	PARIS	5	12°/14°
CARACAS	-1	19°/26°	ROMA	5	9°/15°
CHICAGO	-3	0°/3°	SANTIAGO	0	11°/26°
ESTOCOLMO	4	-8°/1°	SYDNEY	14	12°/24°
GENEBRA	4	5°/10°	TEL-AVIV	6	11°/14°
JOHANNESBURGO	3	16°/26°	TÓQUIO	12	11°/16°
LIMA	-2	23°/24°	TORONTO	-1	-2°/4°
LISBOA	3	12°/21°	WASHINGTON	-1	1°/13°
LONDRES	3	10°/14°			
LOS ANGELES	-5	9°/16°			
MADRID	4	11°/22°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Hospital

Papa Francisco é internado em Roma com infecção respiratória

Pontífice de 86 anos será submetido a tratamento 'que exigirá alguns dias', segundo o Vaticano. Covid foi descartada

O papa Francisco, de 86 anos, foi internado ontem no Hospital Agostino Gemelli, em Roma. Segundo comunicado do Vaticano, o pontífice sofre de uma infecção respiratória "que exigirá alguns dias de tratamento médico apropriado no hospital".

"Nos últimos dias, o papa Francisco vinha sofrendo de algumas dificuldades respiratórias, e nesta tarde ele foi ao Policlínico A. Gemelli para se submeter a alguns exames", acrescenta a nota.

O porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, afirmou que foi descartada infecção por covid-19. "Os testes mostraram que ele tinha uma infecção pulmonar que exigirá vários dias de terapia médica", disse Bruni em seu comunicado.

O Vaticano não indicou por quanto tempo o papa ficará no hospital, o mesmo onde foi operado em 2021. Mas suas audiências de hoje e amanhã foram canceladas, levantando dúvidas sobre a participação de Francisco nos serviços da Semana Santa a partir do próximo domingo. "O Santo Padre está em Gemelli desde esta tarde para alguns exames agendados", disse a primeira declaração de Bruni.

Francisco parecia estar relativamente bem de saúde durante sua audiência geral habitual na quarta-feira, embora tenha feito caretas ao entrar e sair do papamóvel.

Recuperação
O Vaticano não indicou por quanto tempo o papa ficará no hospital, o mesmo onde foi operado em 2021

A tomografia a que o papa foi submetido deu negativo para qualquer suspeita de problema cardíaco, e exames para avaliar possíveis dificuldades respiratórias também não causaram preocupação, o que foi "avaliado com alívio geral" pelo entorno do papa, segundo a agência de notícias italiana Ansa. Além disso, a saturação de oxigênio no sangue está em padrões normais, disse ainda a Ansa, citando fontes médicas. De acordo com o jornal *Corriere della Sera*, o papa começou a sentir dores no peito e problemas respiratórios imediatamente após a audiência geral realizada nesta quarta na Praça de São Pedro, e quando já estava em sua residência, na Casa Santa Marta, foi aconselhado a ir ao serviço de cardiologia do hospital romano para exames.

HISTÓRICO. O papa Francisco sofre com problemas nos joelhos e nos nervos ciáticos que o levaram a mancar e, nos últimos meses, o obrigaram a usar uma cadeira de rodas. Em 2021, ele foi submetido a uma cirurgia para tratamento de uma "estenose diverticular sintomática do cólon" – uma formação de pequenas bolsas na parede do cólon que levam a uma inflamação e estreitamento do intestino. Na ocasião, o papa ficou dez dias internado. A intervenção, disse ele depois, deixou "sequelas" que o levaram a descartar a cirurgia no joelho recomendada por seus médicos. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra entrega de medicamentos

Reclamação de Vicente Carara: "No dia 6 de março, comprei pelo site da Ultrafarma, remédios de uso contínuo (coração e olhos). Dia 14, recebi um e-mail dizendo que o pedido foi entregue. Ocorreu uma inverdade informativa, pois não houve, absolutamente, a entrega do pedido referido. Tentei por diversos meios explicar esse fato, mas em um chat o atendente disse que faria acareação com o entregador que não tem como provar que foi entregue, pois, repito, não foi. Solicito que a farmacêutica me entregue com urgência os remédios".

Resposta da Ultrafarma: "A Ultrafarma tem como objetivo principal proporcionar aos clientes acesso a medicamentos de confiança com economia e eficiência, prezando sempre pelo respeito, ética e transparência. Ao recepcionarmos o relato do vosso assinante, identificamos que o pedido foi realizado no dia 6 de março com prazo para entrega de um a quatro dias úteis, com prazo final em 10 de março e este constou entregue no dia 13 de março. Constatamos que o Sr. Vicente entrou em contato conosco no dia 16 de março, alegando sobre o não recebimento. Sendo assim, iniciamos o processo de acareação junto a transportadora responsável pela sua entrega. Após prazo de acareação excedido, o pedido foi extraviado e realizamos tentativas de contato com o cliente através do e-mail para o reenvio ou cancelamento, mas não tivemos sucesso nas tentativas de contatos anteriormente. No dia 28 de março, conseguimos contato e nos retratamos. Realizamos o reenvio e este foi despachado com prioridade máxima." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Jornal não circulou

Hoje, excepcionalmente, não publicamos a coluna, pois o jornal não circulou no dia 30 de março de 1923. Na época, o jornal não circulava após alguns feriados, como sexta-feira Santa. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Jarica Gonçalves de Santana – Dia 28, aos 91 anos. Era viúva de Pedro de Santana. Deixa os filhos Judith, Nadir, Nelson, Dirce, Marinete, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Elita Geraidine Naressi – Aos 90 anos. Era viúva. Deixa os filhos Flavio, Sergio, Eliana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Paula Pejon Gomes – Aos 43 anos. Era viúva de Andre Gomes. Deixa os filhos Julia, Lorenzo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Erich Herman Philipp Schmidt-Hebbel Wilckens – Dia 27, aos 90 anos. era casado com Hannelore Martens. Deixa filhos, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada no Crematório Santa Catarina.

Wilson Maldonado – Aos 82 anos. Era casado com Vilma Guerra Maldonado. Deixa a filha Rosangela, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Paulo Fernando Jeronymo – Aos 79 anos. Era casado. Deixa os filhos Luis, Sergio, Luis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Alexandre Osmar Sanches – Aos 77 anos. Era viúvo de Maria Etelvina Mendes. Deixa os filhos Alexandre, Claudia, Erika, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Florencio da Silva – Aos 72 anos. Era casado com Rita de Cassia Pessoa Silva. Deixa a filha Cristiane, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco Monteiro da Silva – Aos 62 anos. Era casado com Maria Aparecida da Silva. Deixa os filhos Antonio, Cassio, Bruna, Cleber, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

IN MEMORIAM

Laércio Borba – Dia 1º, às 15 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 35, Centro, Curitiba.

MISSAS

Candido Gaya Loureiro de Mello (Tuto) – Hoje, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Rua Honório Líbero, 90, Jardim Paulistano (7º dia).

Canadense de 16 anos bate recorde mundial nos 400 metros livre

Campeonato Paulista

Pane em aplicativo de venda deixa torcedores sem ingresso

Água Santa não resolveu o problema com a plataforma e decidiu abrir venda física para primeiro jogo da final contra o Palmeiras

RICARDO MAGATTI

O Água Santa anunciou ontem o início da venda de ingressos para o jogo de domingo contra o Palmeiras, primeiro da final do Campeonato Paulista, mas muita gente que tentou comprar se frustrou. Torcedores de ambos os times reclamaram nas redes sociais sobre a dificuldade para adquirir as entradas no aplicativo "Joga Pro", contratado pelo clube de Diadema, mandante da partida, para vender os bilhetes.

Procurado pelo **Estadão**, o Água Santa informou que a alta procura pelos ingressos causou uma "pane" na plataforma e que está trabalhando para solucionar o problema o mais rapidamente possível. A diretoria do clube deu um prazo para empresa responsável pelas vendas estabilizar a operação, sob pena de contratar nova empresa para fazer a operação.

Ocorre que até o início da noite de ontem os problemas não foram resolvidos. Muitos torcedores sequer conseguiram se cadastrar na plataforma. Outros conseguiram, mas reclamaram que era impossível entrar no aplicativo. Assim, também ficaram sem ingressos, por ora.

"Devido à procura excessiva de ingressos pelo sistema on-line, muitos torcedores estão encontrando dificuldade e lentidão para acessar o aplicativo. Informamos que a distribuição de ingressos está sendo feita em lotes diários e portanto não irão se esgotar por ora, por isso pedimos aos torcedores que não estiverem conseguindo que aguardem e tentem novamente acessar a plataforma de compra algumas horas depois", afirmou a Joga Pro, por meio de comunicado enviado à imprensa.

SECOM/ARENA BARUERI

Torcida do Palmeiras vai ocupar 5 dos 6 setores da Arena Barueri

Weverton prevê jogos duros para o Palmeiras na decisão estadual

O Palmeiras não quer surfar no favoritismo contra o Água Santa e a ordem é respeitar o adversário: "Ninguém chega a uma final por acaso, por sorte. O Água Santa tem méritos, tem grandes jogadores, é boa equipe e tem um excelente treinador", disse Weverton.

No time de Diadema, o técnico Thiago Carpini prioriza o sistema de marcação, que ele prevê que será muito exigido na decisão. ●

VENDA FÍSICA. Os problemas no aplicativo levaram o clube a abrir a venda física na Arena Inamar. O torcedor também poderá comprar as entradas na Arena Barueri, palco da partida, onde os bilhetes começam a ser vendidos hoje entre 9h e 18h, mesmo horário em que estão sendo comercializados os ingressos no estádio do Água Santa.

Grande parte da Arena Barueri será ocupada por torcedores do Palmeiras, uma vez que cinco dos seis setores do estádio foram destinados a eles – A, A1, C e C2, que são as cadeiras centrais do estádio, além do setor de visitante, reservado para as organizadas do Alviverde. Os torcedores do Água Santa ficarão no setor B, atrás do gol, na arquibancada oposta à que será ocupada pela uniformizada palmeirense. A capacidade oficial do estádio é de 31 mil pessoas.

Os ingressos para a arquibancada são vendidos a R$ 100, a inteira, e R$ 50, a meia-entrada. O preço da cadeira é R$ 130 a inteira e R$ 65 a meia.

A Federação Paulista de Futebol (FPF) divulgou na terça-feira as datas das finais do Paulistão, com ambos os jogos marcados para um domingo. O duelo de ida acontece no dia 2, às 16h (horário de Brasília), na Arena Barueri. O confronto de volta está marcado para dia 9 de abril, também às 16h, no Allianz Parque.

Como conquistou a melhor campanha do torneio estadual, o Palmeiras tem a prerrogativa de decidir o título mais uma vez em sua casa, mas não há vantagem em campo. Caso haja empate no placar agregado das duas partidas, o título será decidido nos pênaltis.

Atual campeão e presente na decisão pelo terceiro ano consecutivo, o time alviverde busca o seu 25º título, enquanto o Água Santa persegue a conquista inédita, que seria histórica para a equipe que se tornou profissional apenas em 2011. ●

Copa do Brasil

Palmeiras e São Paulo jogam em casa; Corinthians e Santos viajam

RIO

O Corinthians terá fazer uma viagem longa na sua estreia na Copa do Brasil. Vai ao Pará enfrentar o Remo. O Palmeiras também sairá do Estado, mas com trajeto mais curto: irá a Minas Gerais jogar contra o Tombense, na partida de volta entre eles. São Paulo e Santos pegam adversários "caseiros". O Tricolor enfrenta o Ituano e o Alvinegro o Botafogo de Ribeirão Preto, que o eliminou na primeira fase do Campeonato Paulista.

Os 16 confrontos da terceira fase da Copa do Brasil foram sorteados ontem pela CBF. As partidas serão realizadas daqui duas semanas (entre 11 e 13 de abril) e a volta duas semanas mais tarde (de 25 a 27 de abril). A CBF ainda divulgará a tabela desmembrada.

A disputa será em ida e volta. Em caso de igualdade ao fim dos dois jogos, a classificação para a fase seguinte, de oitavas de final, será definida por cobranças de pênaltis. Como já vem acontecendo, não há critério de gol fora de casa.

Na cerimônia do sorteio, a CBF fez questão de frisar o acréscimo nas premiações. Ao todo, a competição pagará R$ 500 milhões, um recorde. Ano passado, o Flamengo embolsou R$ 60 milhões com a conquista diante do Corinthians. Na atual temporada o título vai render R$ 70 milhões.

Na terceira fase, todos os 32 times embolsarão uma premiação de R$ 2,1 milhões. A classificação às oitavas de final garante a quem passar R$ 3,3 milhões.

Apesar de não ter grandes confrontos nacionais nesta fase, alguns times terão "sofrimentos extras". Além do Corinthians, o Fluminense também fará viagem longa ao Norte do País para encarar o Paysandu, no Pará.

Dos grandes paulistas, Palmeiras e São Paulo fazem o primeiro jogo em seus domínios, enquanto Corinthians e Santos serão visitantes. Nos outros 12 duelos, os mandantes da partida de ida serão Coritiba, Náutico, Atlético-MG, Internacional, ABC, CRB, Maringá, Fluminense, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Ypiranga e Fortaleza.

Nesta terceira fase, os 20 classificados das etapas anteriores se juntaram aos estreantes que são os oito representantes do País na Copa Libertadores, Athletico-PR, Atlético-MG, Corinthians, Flamengo, Fluminense, Fortaleza, Internacional e Palmeiras; Cruzeiro, campeão da Série B; Paysandu, que conquistou a Copa Verde; São Paulo, nono colocado do Campeonato Brasileiro; e Sport, vice na Copa do Nordeste vencida pelo Fortaleza. ●

COPA DO BRASIL

TERCEIRA FASE*

Palmeiras	x	Tombense
São Paulo	x	Ituano
Botafogo-SP	x	Santos
Remo	x	Corinthians
Coritiba	x	Sport
Náutico	x	Cruzeiro
Atlético-MG	x	Brasil-RS
Internacional	x	CSA
CRB	x	Athletico-PR
ABC	x	Grêmio
Fluminense	x	Paysandu
Fortaleza	x	Águia-PA
Nova Iguaçu	x	América-MG
Volta Redonda	x	Bahia
Ypiranga	x	Botafogo-RJ
Maringá	x	Flamengo

*Times do lado esquerdo fazem o 1º jogo em casa

O MELHOR DA TV

TÊNIS
- **ATP 1000 de Miami**
Quartas de final
14h e 20h / ESPN 2
- **WTA 1000 de Miami**
Semifinais
16h e 22h / ESPN2

FUTEBOL
- **Brasileiro Sub-20**
Cruzeiro x Palmeiras
15h / SporTV
- **Sul-Americano Sub-17**
Colômbia x Uruguai
18h30 / SporTV
Equador x Brasil
20h45 / SporTV

BASQUETE
- **NBB**
São José x São Paulo
19h30 / SporTV 3
- **NBA**
Boston Celtics x Milwaukee Bucks
20h30 /Prime Vídeo

VÔLEI
- **Superliga Masculina**
Blumenau X Cruzeiro
20h45 / SporTV 2

Noite inesquecível

Camisa de Messi, presente da vida do goleiro de Curaçao

Eloy Room levou 3 gols do craque nos 7 a 0 impostos pela Argentina, mas ganhou o troféu mais cobiçado

BUENOS AIRES

Lionel Messi certamente guardará com carinho o amistoso da noite de terça-feira contra Curaçao. Nele, o craque chegou a 100 gols com a camisa da seleção da Argentina – terminou a partida com 102. Mas quem jamais irá esquecer o encontro realizado na cidade de Santiago del Estero é o goleiro Eloy Room, da seleção caribenha. Ele tomou todos os gols nos 7 a 0 que sua equipe levou, mais saiu de campo com o maior troféu do jogo: a camisa de Messi.

Encerrado o amistoso, Room, goleiro do americano Columbus Crew, equipe da Major League Soccer (MSL), conversou com o capitão da Argentina e recebeu dele um presente especial: a camisa que o craque utilizou naquela partida.

"Sim, tenho algo especial na minha mala", comemorou o goleiro, em entrevista à emissora Tyc Sports. "A camisa de Messi! Isso é incrível! Um sonho que se torna realidade. Todo mundo é fã de Messi, e eu joguei contra ele. Foi uma partida dura, sofri alguns gols, mas também peguei alguns bons chutes dos argentinos."

Ao todo, Room, apesar de sofrer sete gols – três marcados por Messi –, defendeu dez finalizações dos donos da casa.

"Depois da partida, ele (Messi) me disse isso também, que eu havia feito boas defesas, e isso significa muito para mim", pontuou o goleiro de 34 anos. "Não vou tirá-la nunca mais. Nem para dormir. É minha", brincou.

JUAN MABROMATA/AFP

Eloy Room trocou camisas com Messi; maior recompensa na carreira

SORTE GRANDE. Certamente Eloy Room levou para casa o presente mais cobiçado não apenas por seus companheiros da seleção de Curaçao, mas também por milhares de torcedores argentinos. A procura por ingressos para o amistoso de terça-feira foi gigantesca. Jornais da Argentina informaram que 2 milhões de pessoas tentaram comprar os bilhetes.

As publicações podem ter exagerado, mas o certo é que muita gente ficou fora do Estádio Único Madre de Ciudades, inaugurado em 2021, com capacidade para 30 mil pessoas.

Messi chegou a 102 gols pela seleção após 174 jogos. O primeiro gol do craque foi em 2006, diante da Croácia, em um amistoso. Ele se tornou o primeiro sul-americano a marcar 100 gols por sua seleção. Outro fato importante: o astro soma 57 hat-trick (três gols num mesmo jogo) na carreira, com 803 gols no total. ●

B62 **Temor global**
Musk, Harari e mais de mil especialistas pedem em carta pausa em pesquisas de inteligência artificial

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B68)

Política fiscal No lugar do teto de gastos

Âncora limita alta de gastos a 70% da receita e prevê contas no azul em 2025

Texto endossado por Lula prevê 'gatilho' de ajuste quando não atingido o previsto; em busca de aprovação, Haddad apresentou projeto a Lira e hoje se reúne com Pacheco

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O projeto de nova âncora fiscal que será apresentado pela equipe econômica prevê zerar o rombo das contas públicas a partir do próximo ano e limitar o crescimento das despesas a 70% do avanço das receitas do governo. Não está prevista nenhuma exceção à nova norma, que, se aprovada pelo Congresso, vai substituir o teto de gastos – mecanismo que desde 2017 atrela o crescimento dos gastos à inflação.

Segundo as projeções do governo, com o novo arcabouço as despesas deverão crescer sempre menos do que as receitas. Assim, a trajetória prevista pelo governo é de um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. No último ano do governo Lula, em 2026, a meta que consta no projeto é de um resultado no azul de 1% do PIB.

O projeto foi aprovado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião, no Palácio do Alvorada, que contou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ministra de Gestão e Orçamento, Esther Dweck, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, a secretária executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

RICARDO STUCKERT/PRESIDÊNCIA

Lula comanda reunião no Palácio do Alvorada sobre nova âncora fiscal; texto segue para o Congresso

Integrantes da equipe econômica disseram ao **Estadão** que o arcabouço terá essa regra de controle de gastos (que limita o crescimento das despesas a 70% do avanço das receitas) combinada com uma meta de superávit primário das contas públicas (quando as contas fecham no azul), que terá uma espécie de banda de flutuação, ou seja, um intervalo.

Dessa forma, quanto maior o crescimento do PIB e da arrecadação, mais espaço o governo terá em tese para gastar. O projeto terá mecanismos de ajuste, chamados de "gatilhos", caso a trajetória prevista não seja alcançada: o crescimento da despesa cairá de 70% para 50% do avanço das receitas no ano seguinte.

"Se esse resultado não for cumprido, haverá penalidade, porque se você crescer a despesa além disso, por uma razão de frustração de receitas, por exemplo, você tem uma penalidade de que no exercício seguinte essa despesa só poderá crescer 50%, e não mais 70%", disse o deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE).

Por outro lado, haverá um instrumento que impedirá aumento de gastos mais acelerado quando houver expansão significativa na arrecadação.

Os números buscados

70% do avanço das receitas do governo seria o limite para o avanço das despesas

0,5% de superávit do PIB em 2025 é a trajetória prevista pelo governo

1% do PIB de superávit em 2026, último ano do atual mandato de Lula, é a meta considerada

DISPUTA INTERNA. A meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, aprovada pelo presidente Lula na reunião, foi defendida pelos ministros da área econômica. Uma ala do governo queria um ajuste mais gradual com o fim do rombo somente em 2025.

Por fim, a velocidade do ajuste foi um meio-termo entre o que o mercado financeiro esperava e o que a ala política desejava, como chegou a comentar a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Com o martelo batido pelo presidente, o ministro da Fazenda começou ontem mesmo a buscar apoio para a aprovação do projeto no Congresso. Ele saiu da reunião com Lula e foi direto para a residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), onde apresentou o texto a lideranças partidárias na Casa.

Hoje pela manhã, ele tem reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes da Casa. Na sequência, a previsão é de que Haddad detalhe o projeto em entrevista coletiva. ● COLABORARAM IANDER PORCELLA E GIORDANNA NEVES

Lula mantém preocupação com espaço para ampliar investimentos

DANIEL WETERMAN
IANDER PORCELLA
GIORDANNA NEVES
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficou satisfeito com o projeto do arcabouço fiscal após fechar o texto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e outros integrantes do governo, segundo interlocutores. O presidente, porém, mantém uma preocupação com o espaço que terá para ampliar investimentos e outros gastos nos próximos anos.

Com o avanço das despesas limitado a 70% do crescimento da receita na nova âncora fiscal, o governo vai depender do aumento da arrecadação para aumentar os gastos.

Por isso, articuladores do Palácio do Planalto defendem a continuidade das críticas ao Banco Central e da pressão pela redução dos juros como estratégia para aumentar a receita do governo, além de encontrar outras formas de impulsionar a economia.

O projeto ainda não tem apoio totalmente fechado, nem mesmo no PT, porque nem todos os deputados viram o texto, conforme o **Estadão** apurou. A tendência, porém, é positiva. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elogiou o projeto na reunião com o ministro da Fazenda e líderes da Casa, e prometeu pautar a proposta nas próximas duas semanas.

COLCHÃO. O deputado Mauro Benevides (PDT-CE) afirmou que a proposta de novo arcabouço fiscal do governo prevê o uso de 30% do crescimento de receitas para o pagamento da dívida pública e para fazer caixa. Esse "colchão" poderia ser usado para mitigar momentos de crise econômica. De acordo com o parlamentar, esse é o caráter anticíclico da regra que deve substituir o atual teto de gastos.

"Você pode fazer caixa para uma situação de redução de atividade econômica e também esse excedente tem de ser usado para pagar a dívida pública, o governo tem de honrar seus compromissos", disse Benevides, ao sair da residência oficial da presidência da Câmara.

Apoio
O presidente da Câmara prometeu pautar o debate da nova âncora nas próximas duas semanas

"Então, você pode fazer caixa. Fazendo caixa, você adota uma política anticíclica, que o teto de gastos não fez. E, ao mesmo tempo, o governo tem de dar segurança ao mercado de que o endividamento de setor público está sendo pensado", acrescentou o deputado. ●

Celso Ming celso.ming@estadao.com

O crédito estrangulado

A sensação é de forte sufoco no crédito. Parte desse sufoco já tem medida. Em fevereiro, as operações de crédito livre caíram 9,6%, na comparação com o mês anterior, como revelou nesta quarta-feira o Banco Central.

Março ainda não fechou suas estatísticas, mas o estrangulamento deve continuar. Apenas o segmento do crédito consignado para aposentados – aquele em que as prestações mensais vêm descontadas automaticamente do pagamento da aposentadoria – parece ter sido retomado pelos bancos.

Os números oficiais do Banco Central não revelam o problema por inteiro, porque não apontam o que acontece na faixa do crédito comercial, que tem a ver com o prazo que o fornecedor concede para o pagamento do cliente, aqueles 60, 90, 120 dias fora o mês para liquidação de duplicatas, fora da rede bancária.

Mas vamos às causas do que os ingleses chamam de *credit crunch*. A pancada recente mais forte veio com o escândalo da Americanas, grande empresa do varejo encalacrada com um rombo de R$ 40 bilhões. A crise foi deflagrada no dia 11 de janeiro e passou a impressão de que o problema era geral no setor. Não foram apenas os bancos que fecharam suas torneiras. Os fornecedores se retraíram e, para se defender, passaram a exigir pagamento à vista ou quase.

Mas não foi apenas isso. A crise dos bancos dos Estados Unidos e do Credit Suisse indicou que o setor financeiro global passa por uma crise de confiança e de uma corrida aos saques. Em todo o mundo, e em certa proporção no Brasil, os bancos passaram a jogar na retranca.

FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

E há a inadimplência no Brasil que tem relação com a desaceleração da atividade econômica, com os juros altos e com a forte inflação, fator que corrói a renda do consumidor. É situação que aumenta o risco das operações ativas dos bancos e dificulta a liberação do crédito.

Levantamento da Confederação Nacional do Comércio mostrou que, em fevereiro, 78% das famílias brasileiras enfrentavam algum tipo de endividamento. É um quadro geral que produz impacto negativo sobre o comércio varejista e sobre o produtor.

Foi o que levou o governo Lula a estudar a promoção do Desenrola, um esforço ainda não colocado em prática, como tanta coisa neste governo, destinado a facilitar a redução das dívidas familiares e o aumento do seu prazo.

Essa asfixia do crédito tem sido o principal fator que leva o governo e os empresários às duras críticas ao Banco Central pela atual política restritiva dos juros. Só que o problema principal não é o crédito caro, mas a escassez de crédito – algo que não se resolve de um dia para o outro e que exige melhor desempenho da condução da política econômica e menos barulho entre setores do governo Lula. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Relações bilaterais **Proposta em discussão**

Brasil e China avançam em acordo para comércio sem o uso do dólar

Transações seriam feitas diretamente entre o real e o yuan, excluindo o dólar americano como moeda de referência

FELIPE FRAZÃO
ENVIADO ESPECIAL A PEQUIM

Os governos do Brasil e da China avançaram nas últimas semanas na negociação para que o comércio e os investimentos entre os dois países sejam feitos diretamente entre o real e o yuan (RMB), o que excluiria o dólar dos Estados Unidos como moeda de referência nas transações.

Reduzir a dependência do dólar, aumentando a circulação do yuan, é uma das linhas de atuação da política externa e financeira da China, num contexto de disputas comerciais e geopolíticas com os Estados Unidos. Recentemente, o governo do presidente Xi Jinping firmou acordos com Arábia Saudita e Rússia para o uso do yuan no comércio. O RMB tem cerca de 2% de participação nos pagamentos globais, em crescimento principalmente no entorno do gigante asiático.

No fim de janeiro, os bancos centrais dos dois países assinaram um memorando para estabelecer uma "clearing house" no Brasil. Na prática, trata-se de um banco escolhido pelo governo chinês – o ICBC – com liquidez na moeda chinesa para fazer a compensação das divisas diretamente. O empresário no Brasil receberia em yuan e faria, nesse mesmo banco, a troca pelo real.

Segundo relatório lançado em novembro do ano passado pelo Banco do Povo da China (PBC, o banco central chinês), no fim de 2021 existiam 27 bancos de "clearing" da moeda chinesa fora da China continental em 25 países e regiões diferentes, como Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Luxemburgo, Suíça, Catar, Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Austrália. Na América do Sul, o Chile possui um acordo similar, assim como a Argentina. Mesmo os EUA possuem uma "clearing house" para fazer a troca direta da moeda, indicada pelo BC chinês.

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, afirmou que "a maior previsibilidade das taxas de câmbio" é muito importante para investidores e comerciantes. Segundo ela, os impostos sobre transações de câmbio são um dos pontos mais questionados por parceiros chineses no Brasil, e o comércio em moeda local poderia contribuir para o incremento das trocas bilaterais. A balança comercial entre os dois países alcançou U$ 150 bilhões no ano passado, e os investimentos diretos da China no Brasil chegaram ao acumulado de U$ 70 bilhões.

Além disso, ela celebrou o avanço de tratativas para que um banco brasileiro possa ingressar no sistema de pagamentos chineses. Em outra frente, o BNDES também planeja lançar novas linhas de financiamento para o comércio bilateral.

VLADIMIR ASTAPKOVICH/KREMLIN VIA REUTERS

Xi Jinping fez acordos com a Rússia e a Arábia Saudita

"Esses elementos reduzirão os custos de transação para trocas entre real e RMB, e são um elemento a mais nesse adensamento das relações", disse Tatiana, que participou do Fórum de Negócios Brasil-China, realizado ontem, em Pequim, com cerca de 523 participantes, entre autoridades dos dois governos e empresários.

'PRIMEIRO PASSO'. A secretária, que representou o Ministério da Fazenda, disse a jornalistas que o estabelecimento do banco autorizado pelos chineses para fazer as transações entre as moedas locais é um "primeiro passo", tornando-se mais uma opção para os negócios, embora a ideia não seja tornar esse sistema obrigatório. Ela disse que as próprias "clearing houses" podem ter limitações na capacidade de atender os negociantes agora. "Pode interessar, sim, para muitos empresários, sobretudo quando isso representar queda de custos nas transações, seja com financiamento, comércio exterior ou investimento."

A vice-ministra de Comércio da China, Guo Tingting, também celebrou os avanços no memorando para estabelecer uma "clearing house" para uso do yuan. Ela disse que os países são parceiros estratégicos e tem um relacionamento "modelo".

Empresários ouvidos pela reportagem dizem que os efeitos ainda não estão claros. O Ministério da Fazenda entende que o uso da moeda chinesa poderá reduzir custos.

Um executivo de um dos maiores frigoríficos do País disse que o acordo poderá ser interessante se o fato de não envolver o dólar permitir o acesso a linhas de financiamento para exportação, em bancos chineses, com taxas de juros mais baixas. Para exportadores do agronegócio nacional, o uso do dólar pode deixar de ser vantajoso, pois, além de receberem na moeda americana e terem despesas em real, conseguem reduzir os efeitos do chamado "custo Brasil".

REDUÇÃO DE CUSTOS. O acordo pode trazer vantagens para exportadores e importadores brasileiros, com baixo risco para o Brasil, segundo especialistas ouvidos pelo **Estadão**.

Na visão de Tulio Cariello, diretor de Conteúdo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), as transações diretas permitiriam redução de custos financeiros, já que ao passar os pagamentos da moeda chinesa para o dólar e depois para o real, ou vice-versa, há perdas nas taxas de câmbio. Em segundo lugar, as taxas de câmbio para yuan, com maior controle do governo chinês, variam menos, dando maior previsibilidade para as empresas.

"Pode ser uma alternativa para diminuir o custo de transação, para evitar duas conversões", afirmou o ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Welber Barral. Ele pontua, porém, que o acordo não deve substituir por completo o uso do dólar nas transações com o gigante asiático. Isso porque, apesar de o Brasil poder comercializar diretamente por meio de outras moedas, chamadas de conversíveis – como euro, franco suíço e libra esterlina –, mais de 90% das transações do comércio exterior brasileiro hoje ainda são em dólar.

Estrutura
Até o fim de 2021, havia 27 bancos de 'clearing' do yuan fora da China, com sedes em 25 países

Segundo o consultor Sérgio Quadros, diretor da SQ Asia Business Consulting, outra vantagem das transações diretas para os exportadores brasileiros é a possibilidade de abrir mercado na China. Isso porque as regras da política de controle de capitais do governo chinês limitam o acesso dos importadores locais ao dólar. Com as transações diretas, é possível ir além desses limites. "Certamente haverá aumento do comércio", afirmou. ● COLABORARAM VINICIUS NEDER/RIO E ANNA CAROLINA PAPP/BRASÍLIA

Gestão **Mais prazo**

Lei de licitações será adiada por um ano, afirma Lira

Segundo presidente da Câmara, governo prepara portaria para alterar data; adiamento é defendido por prefeitos

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o governo vai adiar até março de 2024 a entrada em vigor da nova lei de licitações. Em discurso na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorre nesta semana, o deputado disse que a ministra de Gestão e Inovação nos Serviços Públicos, Esther Dweck, publicará uma portaria com a medida. A nova legislação deveria entrar em vigor no dia 1.º de abril.

Sancionada em 2021, a nova lei estabeleceu um prazo de transição de dois anos. Nesse período, os órgãos públicos de todo o País tiveram a opção de escolher entre três regras antigas nas contratações – sendo a mais importante a Lei 8.666, em vigor desde 1993.

Como mostrou o **Estadão** na semana passada, prefeitos passaram a pressionar o governo e o Congresso para a ampliação do prazo de transição, com a justificativa de que poderia existir um "apagão" em novas licitações porque boa parte das prefeituras e até mesmo alguns Estados não teriam se preparado para a mudança da legislação. A prorrogação da lei é demanda da Confederação Nacional de Municípios (CNM), como mostrou a reportagem.

Para Fernando Vernalha, advogado especialista no tema e sócio da Vernalha e Pereira Advogados, a mudança só poderia ser feita por meio de medida provisória ou aprovação de projeto de lei. "Eu sou contra a prorrogação", disse Vernalha. Ele lembrou que portaria do Ministério da Gestão publicada neste mês já tinha dado alguma sobrevida aos contratos de licitação iniciados com a lei anterior, mas agora será preciso entender o que será feito com a nova portaria anunciada pelo presidente da Câmara.

Transição
Gestores já tiveram 2 anos para adotar nova regra concebida para aumentar eficiência nos gastos

O advogado sugere que o governo federal tenha uma iniciativa para apoiar as prefeituras a se adequar à nova lei em vez de ampliar o período de transição entre as legislações.

MUDANÇAS. A nova lei prevê, por exemplo, a exigência de um plano de contratações anual. União, Estados e municípios terão de fazer antes do início do ano um planejamento com todas as contratações que vão acontecer no ano seguinte. Esse planejamento deve ter informações detalhadas sobre as suas necessidades, o que já contratou e o que se pretende contratar.

A autoridade mais alta na hierarquia no processo de contratação tem o dever, sob pena de ser responsabilizada, de estabelecer mecanismos para reduzir o risco de falhas, defeitos e corrupção. Quem faz o planejamento das contratações não pode ser quem faz a licitação. Quem faz a licitação não pode ser quem contrata e quem contrata não pode ser o fiscalizador. A designação dos agentes que trabalham na área deve ser motivada, e eles têm de ter treinamento. ●

Indicadores **Mercado de trabalho**

Caged indica criação de 241,7 mil postos em fevereiro

O Brasil criou 241.785 vagas com carteira assinada em fevereiro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O número é o resultado de 1.949.844 admissões e de 1.708.059 demissões no mês. Houve queda de 31% em relação ao mesmo período de 2022.

A abertura líquida de vagas de trabalho com carteira assinada em fevereiro foi puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 164.200 postos formais, seguido pela indústria geral, que abriu 40.380 vagas.

A construção registrou abertura de 22.246 vagas em fevereiro, enquanto houve um saldo positivo de 16.284 postos de trabalho na agropecuária. Já o comércio registrou o fechamento de 1.325 vagas no mês. ●

GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

Banco Cargill

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

O tema central no mercado internacional em 2022 foi a inflação crescente em contexto de reabertura e de retirada das restrições impostas pelos governos durante a pandemia. Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a desaceleração da China em função de novas ondas da pandemia aprofundaram a pressão inflacionária. Em resposta a esses eventos, Bancos Centrais das principais economias iniciaram a normalização das taxas de juros para patamares contracionistas, essa dinâmica contribuiu para a desaceleração global dos últimos trimestres de 2022.

No Brasil, a economia tem crescimento esperado de 2,8% na média do ano de 2022, melhor que o esperado inicialmente que era crescimento próximo de zero. O Brasil recebeu o impulso vindo da alta dos preços de commodities causada pela guerra Rússia-Ucrânia. O avanço da cobertura vacinal e superada a onda de Ômicron, a economia passou por uma maior reabertura que adicionou dinamismo. Adicionalmente, ao longo do ano, o governo implementou diversas medidas de estímulo, tanto via cortes de impostos (IPI, ICMS, PIS/COFINS), liberação de recursos (saque extraordinário do FGTS, pagamento antecipado do 13º do INSS), quanto via aumento de gastos (auxílio Brasil).

A inflação no Brasil, também trouxe surpresas expressivas em 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), indicador oficial de inflação do país, fechou em alta acumulada de 5,79%, acima do limite da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%.

A alta da taxa de juros, que começou no Brasil antes do resto do mundo, também parou mais cedo, a taxa básica de juros (Selic) fechou em 13,75% ao ano, patamar que se mantém desde agosto de 2022, encerrando um forte ciclo de altas de 11,75 pontos percentuais em pouco mais de 8 meses. O Banco Central interrompeu o ciclo de altas prometendo cautela na condução da política monetária, e sinalizando que seguirá avaliando se a estratégia atual de manter juros elevados por período suficientemente prolongado será adequada para garantir a convergência da inflação para as metas.

Após vitória apertada de Luiz Inácio Lula da Silva para cumprir seu terceiro mandato presidencial, o foco dos esforços de transição de governo se concentrou na aprovação de uma licença para gastos públicos acima do teto em 2023, elevando significativamente o déficit esperado. Com dívida já relativamente alta para país emergente, com um custo alto de juros, os mercados brasileiros encerraram 2022 pressionados pela incerteza fiscal, e pela pouca sinalização sobre próximos passos de política econômica.

Nos Estados Unidos, a taxa de juros básica aumentou mais de 400 pontos básicos (pb). A inflação permaneceu acima da meta de 2% e os indicadores comprovam contínua desaceleração da economia, com possível recessão no 1º semestre de 2023.

Na Europa, a alta da inflação para próximo a 10% forçou o Banco Central Europeu (ECB) a: aumentar os juros de -0.5% no início do ano para 2% na reunião de dezembro, e a anunciar a redução do seu balanço de ativos.

Na China, o destaque foi a manutenção de uma política altamente restritiva de combate ao coronavírus em 2022 em contexto de desaceleração econômica, reforçada pelas políticas de redução da alavancagem do setor imobiliário e de diminuição da inflação, que permitiu a implementação de políticas monetárias estimulativas.

O cenário global em 2023 assume menor crescimento global; inflação declinante, mas ainda elevada; e continuação da alta dos juros básicos no início do ano, com sua estabilidade pelo menos até as últimas reuniões do ano.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2022 com R$ 4.007.061 mil em ativos (R$ 4.630.692 mil em dezembro de 2021), decréscimo de 13% em relação ao apresentado no exercício de 2021 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 13% atingindo R$ 3.263.166 mil (R$ 2.885.101 mil em dezembro de 2021). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R$ 68.351 mil (R$ 82.884 mil em 2021).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.776/20 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 28 de março de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**3.298.963**	**4.488.022**
Disponibilidades	4	53.463	153.708
Instrumentos financeiros		3.208.173	4.369.588
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	524.353	576.199
Títulos e valores mobiliários	5b	62.770	130.219
Instrumentos financeiros derivativos	5c	–	993
Operações de crédito - setor privado	6a	1.393.462	1.121.960
Carteira de câmbio	7	1.227.588	2.540.217
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(17.085)	(102.183)
Outros créditos, valores e bens		8.764	63
Negociação e intermediação de valores	5c	137	–
Diversos	8	8.627	63
Ativos fiscais diferidos	13c	45.648	66.846
Não circulante		**708.098**	**142.670**
Realizável a longo prazo		**707.984**	**142.556**
Instrumentos financeiros		680.550	114.291
Títulos e valores mobiliários	5b	84.001	–
Operações de crédito - setor privado	6a	96.111	57.082
Carteira de câmbio	7	500.438	57.209
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(6.351)	(4.013)
Outros créditos, valores e bens		24.426	24.352
Diversos	8	24.426	24.352
Ativos fiscais diferidos	13c	9.359	7.926
Investimentos		**1**	**1**
Intangível		**113**	**113**
Total do ativo		**4.007.061**	**4.630.692**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**2.401.060**	**3.382.230**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.396.870	3.255.772
Depósitos	9	1.165	1.691
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	–	11.852
Empréstimos no exterior	11	1.629.271	1.976.866
Repasses do exterior	12	766.434	415.184
Instrumentos financeiros derivativos	5c	–	13.104
Carteira de câmbio	7	–	837.075
Provisões	14a	872	754
Outras obrigações		3.318	125.704
Recursos em trânsito de terceiros	20a	2.423	105.895
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6	3
Obrigações fiscais correntes	14b	884	17.876
Negociação e intermediação de valores	5c	–	1.220
Obrigações fiscais diferidas	13b	5	710
Não circulante		**842.348**	**544.367**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		817.323	519.991
Empréstimos no exterior	11	506.988	57.209
Repasses do exterior	12	310.335	462.782
Provisões	14a	24.819	24.376
Outras obrigações		206	–
Obrigações fiscais diferidas	13b	206	–
Patrimônio líquido		**763.653**	**704.095**
Capital social	16a	763.394	704.291
De domiciliados no país		486.949	454.197
Reservas de lucros		276.445	250.094
Outros resultados abrangentes		259	(196)
Total do passivo		**4.007.061**	**4.630.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**408.475**	**51**	**25.651**	**201.559**	**52**	**–**	**635.788**
Aumento de capital	–	45.671	–	–	–	–	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(248)	–	(248)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	82.884	82.884
Destinações:							
Reservas	–	–	4.144	78.740	–	(82.884)	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,18 por ação)	–	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**408.475**	**45.722**	**29.795**	**220.299**	**(196)**	**–**	**704.095**
Saldos em 30 de junho de 2022	**454.197**	**–**	**31.296**	**248.822**	**(129)**	**–**	**734.186**
Aumento de capital	–	32.752	–	–	–	–	32.752
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	388	–	388
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	38.327	38.327
Destinações:							
Reservas	–	–	1.917	36.410	–	(38.327)	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,08 por ação)	–	–	–	(42.000)	–	–	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**454.197**	**32.752**	**33.213**	**243.232**	**259**	**–**	**763.653**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**408.475**	**45.722**	**29.795**	**220.299**	**(196)**	**–**	**704.095**
Aumento de capital	–	32.752	–	–	–	–	32.752
Homologação do aumento de capital	45.722	(45.722)	–	–	–	–	–
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	455	–	455
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	68.351	68.351
Destinações:							
Reservas	–	–	3.418	64.933	–	(68.351)	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,14 por ação)	–	–	–	(42.000)	–	–	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**454.197**	**32.752**	**33.213**	**243.232**	**259**	**–**	**763.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Dr Chucri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos e serviços bancários como empréstimos, financiamentos, soluções contra variação cambial *(hedge)* e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 28 de março de 2023.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço. **(c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza: • *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		**141.800**	**299.688**	**439.288**
Operações de crédito	18a	52.008	81.549	281.859
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	42.083	78.919	27.840
Resultado de operações de câmbio	18f	47.709	139.220	129.589
Despesas da intermediação financeira		**(108.589)**	**(344.824)**	**(383.460)**
Operações de captação no mercado	18d	(1)	(233)	(547)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(90.226)	(153.572)	(370.439)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	(18.362)	(191.019)	(12.474)
Resultado bruto da intermediação financeira		**33.211**	**(45.136)**	**55.828**
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	**(10.396)**	**(2.277)**	**(10.394)**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**12.362**	**137.138**	**57.599**
Receitas de prestação de serviços		818	818	1
Despesas de pessoal	18g	(3.637)	(4.909)	(4.666)
Outras despesas administrativas	18h	(4.299)	(8.075)	(8.134)
Despesas tributárias	18i	(2.749)	(11.222)	(6.477)
Outras receitas operacionais	18j	27.708	232.151	92.121
Outras despesas operacionais	18k	(5.479)	(71.625)	(15.246)
Resultado operacional		**35.177**	**89.725**	**103.033**
Resultado não operacional		**–**	**6**	**–**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**35.177**	**89.731**	**103.033**
Imposto de renda e contribuição social	13a	**3.150**	**(21.380)**	**(20.149)**
Provisão para imposto de renda		377	(1.396)	(12.060)
Provisão para contribuição social		343	(1.091)	(10.488)
Ativo fiscal diferido		2.430	(18.893)	2.399
Lucro líquido no semestre/exercícios		**38.327**	**68.351**	**82.884**
Quantidade de ações do capital social		**486.949.354**	**486.949.354**	**454.197.354**
Lucro líquido por ação no semestre/exercícios - R$1,00		**0,08**	**0,14**	**0,18**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Lucro líquido no semestre/exercícios		**38.327**	**68.351**	**82.884**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**388**	**455**	**(248)**
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5a	705	827	(450)
Efeito fiscal	5a	(317)	(372)	202
Resultado abrangente do semestre/exercícios		**38.715**	**68.806**	**82.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	2º semestre 2022	2022	2021
Atividades operacionais	**(5.064)**	**(142.843)**	**192.195**
Lucro líquido ajustado	46.001	92.451	113.765
Lucro no semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	35.177	89.731	103.033
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10.396	2.277	10.394
Provisão para contingências	428	443	338
Variação de ativos e obrigações	(51.065)	(235.294)	78.430
(Aumento)/Redução de títulos e valores mobiliários e derivativos	9.959	(14.732)	10.800
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(713.569)	(395.568)	377.524
(Aumento)/Redução de outros créditos	2.027.644	860.683	(960.684)
(Aumento)/Redução de outros valores e bens	(86)	(57)	49
(Redução) de depósitos	(548)	(526)	(2.458)
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	–	(11.852)	5.489
Aumento/(Redução) de recursos em trânsito de terceiros	(30.540)	(103.472)	86.247
Aumento/(Redução) de obrigações por empréstimos	(771.921)	102.184	1.101.139
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	499.501	198.803	(163.099)
(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(25.476)	(13.104)	(138.224)
(Redução) de outras obrigações	(1.044.787)	(846.592)	(205.215)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.242)	(11.061)	(33.138)
Atividades de financiamento	**(9.248)**	**(9.248)**	**(14.329)**
Aumento de capital	32.752	32.752	45.671
Juros sobre o capital próprio	(42.000)	(42.000)	(60.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(14.312)**	**(152.091)**	**177.866**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	592.128	729.907	552.041
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	577.816	577.816	729.907
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(14.312)**	**(152.091)**	**177.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

Banco Cargill

→★ continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período. • *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. **(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. **(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **(g) Investimentos e intangível:** É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. **(i) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. • Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mensais, e contribuição social - 20% a partir de março 2020, 25% de junho a dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho 2022 e 21% de agosto de 2022 até dezembro de 2022, novamente 20% a partir de janeiro de 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco. **(l) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j. **(m) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(n) Resultado não recorrente:** São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são: • Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; • Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e • Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 18 l.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2022	Dez/2021
Disponibilidades	53.463	153.708
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 5a)	524.353	576.199
	577.816	729.907

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Dez/2022	Dez/2021
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	524.353	576.199

(b) Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Dez/2022

Papel/vencimento	Valor de mercado: De 181 a 360 dias	Valor de mercado: Acima de 360 dias	Valor de mercado: Total	Valor de curva	Ajuste a mercado
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.725	59.282	68.007	67.682	325
Vinculados à Prestação de Garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.045	24.719	78.764	78.619	145
	62.770	84.001	146.771	146.301	470

Dez/2021

Papel/vencimento	Valor de mercado: De 91 a 180 dias	Valor de mercado: De 181 a 360 dias	Valor de mercado: Total	Valor de curva	Ajuste a mercado
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.816	63.012	74.828	74.964	(136)
Vinculados à Prestação de Garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.008	11.383	55.391	55.612	(221)
	55.824	74.395	130.219	130.576	(357)

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R$ 470 (perda de R$ 357 em dezembro de 2021), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R$ 259 de ganho (perda de R$ 196 em dezembro de 2021), líquidos dos efeitos tributários. **(c) Instrumentos financeiros derivativos: (i) Política de utilização:** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*. **(ii) Objetivos:** O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. **(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado:** Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Dez/2021 Valor de Mercado De 91 a 180 dias
Posição ativa	
Contratos a termo	952
Outros derivativos	41
	993
Posição passiva	
Contratos a termo	11.760
Outros derivativos	1.344
	13.104

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas e outros derivativos (EDF) em 31 de dezembro de 2022.

• Contratos de operações a termo

Dez/2021

Tipo	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado: Valores a receber	Valor de mercado: Valores a pagar	Valor de mercado: Posição líquida	Valor de Curva
Compra - Dólar	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Venda - Dólar	16.774	–	582	(582)	(252)
	863.883	952	11.760	(10.808)	(4.787)

Dez/2021

Contraparte	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado: Valores a receber	Valor de mercado: Valores a pagar	Valor de mercado: Posição líquida	Valor de Curva
Instituições Financeiras	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Pessoas Jurídicas	16.774	–	582	(582)	(252)
	863.883	952	11.760	(10.808)	(4.787)

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas em 31 de dezembro de 2022. Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• Contratos futuros

Dez/2022

Tipo	Valor de Referência: Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	21.296	–	–	–	21.296
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	100	–	–	–	100
Venda DI1	–	9.674	99.270	83.982	192.926
	21.396	9.674	99.270	83.982	214.322

Dez/2021

Tipo	Valor de Referência: Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Moeda estrangeira:				
Compra DOL	58.978	–	–	58.978
Mercado interfinanceiro:				
Venda DI1	17.988	94.619	115.203	227.810
	76.966	94.619	115.203	286.788

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 137 (ajuste a pagar de R$ 1.220 em dezembro de 2021), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• Outros derivativos

Dez/2021

Tipo	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado: Valores a receber	Valor de mercado: Valores a pagar	Valor de mercado: Posição líquida	Valor de Curva
Venda - Dólar	829.440	41	1.344	(1.303)	12.920

As contrapartes envolvidas são instituições financeiras. O Banco não mantinha nenhuma posição em outros derivativos (EDF) em 31 de dezembro de 2022.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) Por tipo de operação

Descrição	Dez/2022 Valor	Dez/2022 %	Dez/2021 Valor	Dez/2021 %
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.773.593	54,35	1.706.059	59,13
Financiamentos à exportação	1.081.361	33,14	892.398	30,93
Financiamentos à exportação indireta	408.212	12,51	286.644	9,94
	3.263.166	100,00	2.885.101	100,00
Operações de crédito - Circulante	1.393.462	42,70	1.121.960	38,89
Carteira de câmbio - Circulante	1.282.185	39,29	1.654.055	57,33
Operações de crédito - Longo prazo	96.111	2,95	57.082	1,98
Carteira de câmbio - Longo prazo	491.408	15,06	52.004	1,80

(b) Por vencimento

Descrição	Dez/2022 Valor	Dez/2022 %	Dez/2021 Valor	Dez/2021 %
Vencidas a partir de 15 dias	4.437	0,14	35.578	1,23
A vencer até 3 meses	997.343	30,56	307.703	10,67
A vencer de 3 a 12 meses	1.673.867	51,30	2.432.734	84,32
A vencer de 1 a 3 anos	466.294	14,29	107.613	3,73
A vencer de 3 a 5 anos	121.225	3,71	1.473	0,05
	3.263.166	100,00	2.885.101	100,00

(c) Por setor de atividade

Descrição	Dez/2022 Valor	Dez/2022 %	Dez/2021 Valor	Dez/2021 %
Outros serviços	1.988.578	60,94	1.039.714	36,04
Pessoas físicas	1.247.292	38,22	1.331.591	46,15
Comércio	27.296	0,84	513.796	17,81
	3.263.166	100,00	2.885.101	100,00

(d) Operações ativas vinculadas: O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Dez/2022

Descrição	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.773.593	–	91.417	–
Operações de crédito - Empréstimos	892.256	–	23.058	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	408.212	–	–	(2.132)
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.728.047	–	(86.461)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	–	408.212	786	–
Repasses do exterior	–	892.161	–	(20.990)
	3.074.061	3.028.420	115.261	(109.583)

Dez/2021

Descrição	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.706.059	–	56.099	–
Operações de crédito - Empréstimos	430.810	–	33.771	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	286.644	–	66.823	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.747.431	–	(51.622)
Repasses do exterior	–	717.454	–	(98.892)
	2.423.513	2.464.885	156.693	(150.514)

(e) Por nível de risco e provisionamento

Dez/2022

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.917.124	–	1.917.124	58,75	–
A	1.082.879	–	1.082.879	33,18	5.414
B	153.891	–	153.891	4,72	1.539
C	92.547	–	92.547	2,84	2.776
E	4.312	–	4.312	0,13	1.294
H	7.976	4.437	12.413	0,38	12.413
	3.258.729	4.437	3.263.166	100,00	23.436

Dez/2021

Nível	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.465.258	–	1.465.258	50,79	–
A	990.465	–	990.465	34,33	4.952
B	163.221	–	163.221	5,66	1.632
C	111.747	–	111.747	3,87	3.352
D	58.267	–	58.267	2,02	5.827
E	5.953	–	5.953	0,21	1.786
G	5.145	–	5.145	0,18	3.602
H	49.467	35.578	85.045	2,94	85.045
	2.849.523	35.578	2.885.101	100,00	106.196

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Saldo inicial	106.196	137.661
Constituição	19.544	42.838
Reversão	(17.267)	(32.444)
Baixa para prejuízo	(85.037)	(41.859)
Saldo final	23.436	106.196
Operações de crédito - Circulante	15.974	102.183
Operações de crédito - Longo prazo	6.351	4.013
Outros créditos - Circulante	1.111	–

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados R$ 1.572 de créditos baixados para prejuízo (R$ 53.650 em dezembro de 2021), e não houve renegociação de créditos em dezembro de 2022 (R$ 5.870 em dezembro de 2021).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Dez/2022

Descrição	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.681.617	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	46.409	–
Obrigações por compra de câmbio	–	1.727.184
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.727.184)
	1.728.026	–
Circulante	1.227.588	–
Longo prazo	500.438	–

Dez/2021

Descrição	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.724.375	–
Direito sobre venda de câmbio	849.995	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	23.056	–
Câmbio vendido a liquidar	–	837.075
Obrigações por compra de câmbio	–	1.683.003
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.683.003)
	2.597.426	837.075
Circulante	2.540.217	837.075
Longo prazo	57.209	–

Em 2021, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Dez/2021
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	840.078
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	9.917
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(837.075)
Carteira de Câmbio	12.920
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	11.617
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	(1.303)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas apropriadas do prêmio foram de R$ 81.289 (R$ 23.751 em dezembro de 2021) e não houve ajuste a valor de mercado em dezembro de 2022 (R$ 11.617 positivo em dezembro de 2021), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	24.248	24.248
Impostos e contribuições a compensar	8.573	–
Créditos Vinculados - Banco Central	57	55
Adiantamento e antecipações salariais	16	9
Outros	159	103
	33.053	24.415
Circulante	8.627	63
Longo prazo	24.426	24.352

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dez/2022 Depósitos à vista	Dez/2021 Depósitos à vista
Pessoas físicas	990	1.528
Indústria, comércio e serviços	173	161
Sociedades ligadas	2	2
	1.165	1.691

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título Emitido	Dez/2021 Até 90 dias
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	11.852

O Banco não mantinha nenhuma captação via Letras de Crédito Imobiliário em 31 de dezembro de 2022. Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 97% a.a. a 99,5% a.a. da variação do DI em dezembro de 2021.

continua →★

Banco Cargill

→★ continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Dez/2022

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	822.208	16.288	382.563	506.988	1.728.047
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	–	340.628	67.584	–	408.212
	822.208	356.916	450.147	506.988	2.136.259

Dez/2021

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	201.135	228.368	1.260.719	57.209	1.747.431
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	30.103	216.902	39.639	–	286.644
	231.238	445.270	1.300.358	57.209	2.034.075

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3% a.a. a 9,25% a.a. (2,92% a.a. a 8,75% a.a. em dezembro de 2021).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Dez/2022

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	–	1.989	–	182.619	184.608
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	96.903	467.891	199.651	127.716	892.161
	96.903	469.880	199.651	310.335	1.076.769

Dez/2021

Obrigações em moeda estrangeira	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	–	–	716	446.440	447.156
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	26.000	278.394	110.074	16.342	430.810
	26.000	278.394	110.790	462.782	877.966

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 5,56% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 (0,82% a.a. em dezembro de 2021), e de 6,75% a.a. a 12% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (6% a.a. a 10,5% a.a. em dezembro de 2021).

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	89.731	103.033
Juros sobre o Capital Próprio	(42.000)	(60.000)
Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	**47.731**	**43.033**
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(21.479)	(19.365)
Aumento da alíquota da CSLL corrente - Lei nº 14.183/2021 e Lei nº 14.446/2022	58	(815)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	–	(4)
Outros	41	35
	(21.380)	(20.149)

A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 25%, a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos passivos fiscais correspondentes. A Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21%, a partir de agosto de 2022 até dezembro de 2022. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os ativos e passivos ficais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 25% para base com previsão de realização até 31 de dezembro de 2021 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	710	2.650	(3.360)	–
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	–	273	(62)	211
	710	2.923	(3.422)	211

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.195	603.495	(620.185)	48.505
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.458	18.091	(21.365)	184
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.119	451	(252)	6.318
Total dos créditos registrados	74.772	622.037	(641.802)	55.007

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	25.360	20.288	45.648
Até 2 anos	1.432	1.146	2.578
Até 3 anos	233	187	420
Até 4 anos	24	19	43
Acima de 5 anos	6.204	114	6.318
Total	33.253	21.754	55.007

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R$ 44.176 (R$ 65.143 em dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC. Em junho de 2021, houve impacto de R$ 99 devido a majoração da alíquota da contribuição social em 5% conforme Lei nº 14.183/21.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Provisão para contingências (nota 15a)	24.819	24.376
Despesas de pessoal	297	299
Auditoria Externa	175	152
Outros	400	303
	25.691	25.130
Circulante	872	754
Não circulante	24.819	24.376

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
COFINS	575	385
Impostos e contribuições sobre salários	122	104
PIS/PASEP	94	62
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	51	25
Imposto Sobre Serviços - ISS	41	44
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	17.168
CIDE	1	88
	884	17.876

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de dezembro de 2022 e dezembro de 2021: A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Saldo da provisão no início do exercício	24.376	27.624
Adição	443	33
Utilização	–	(2.910)
Reversão	–	(371)
Saldo da provisão no fim do exercício	24.819	24.376

Os valores de provisão de natureza cível, fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
Descrição	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
CÍVEIS	571	128	–	–
	24.819	24.376	24.248	24.248

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2022 as provisões totalizaram R$ 23.192 (R$ 23.192 em dezembro 2021). O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2022 as provisões totalizaram R$ 1.056 (R$ 1.056 em dezembro 2021). **(b) Contingências possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R$ 80.833 (R$ 75.646 em dezembro 2021) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão: • PIS/COFINS Lei nº 9.718/98 - autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R$ 15.381 (R$ 14.672 em dezembro 2021). • Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R$ 10.931 (R$ 10.321 em dezembro 2021). • Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R$ 54.521 (R$ 50.653 em dezembro 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social, subscrito, está representado por 486.949.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma (454.197.354 em 2021). Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 32.752 com emissão de 32.752.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2023. **(b) Remuneração dos acionistas:** Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76. **(c) Juros sobre o capital próprio:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2022, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R$ 42.000 (R$ 60.000 em dezembro de 2021), reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R$ 19.320 (R$ 30.000 em dezembro de 2021). **(d) Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. **(e) Reserva estatutária:** O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas: • Depósitos à vista: - Cargill Prolease Locação de Bens Ltda.; - SJC Bioenergia S.A. • Obrigações por empréstimos: - Cargill Financial Services International Inc. • Obrigações por repasses do exterior: - Cargill Financial Services International Inc. • Operações a termo: - Cargill Agrícola S.A. • Valores a pagar/serviços técnicos especializados: - Cargill Agrícola S.A. Os valores apurados foram:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
Descrição	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Obrigações por empréstimos	(2.136.259)	(2.034.075)	(105.819)	(250.669)
Obrigações por repasses do exterior	(1.076.769)	(877.966)	(47.753)	(119.770)
Valores a pagar/serviços técnicos	(70)	(59)	(640)	(471)
Depósitos à vista	(2)	(2)	–	–
Operações a termo	–	–	–	(3.276)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Rendas de financiamentos a exportação	51.760	79.977	228.031
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	248	1.572	53.650
Rendas de empréstimos	–	–	178
	52.008	81.549	281.859

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.145	63.194	22.594
Títulos de renda fixa	8.938	15.725	5.246
	42.083	78.919	27.840

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Contratos futuros	4.791	(14.173)	(29.885)
Outros Derivativos	(3.365)	1.303	(5.049)
Contratos de operações a termo	(19.788)	(178.149)	22.460
	(18.362)	(191.019)	(12.474)

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	1	5	16
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	–	228	506
Depósito a prazo - CDB	–	–	24
Operações compromissadas - carteira própria	–	–	1
	1	233	547

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	57.090	105.819	250.669
Despesas com repasses do exterior	33.136	47.753	119.770
	90.226	153.572	370.439

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Resultado de operações de câmbio	43.734	86.435	51.623
Resultado com prêmios sobre interbancário	31.216	81.289	23.751
Resultado com variação cambial	(30.789)	(36.604)	48.138
Outros	3.548	8.100	6.077
	47.709	139.220	129.589

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Proventos	2.511	3.361	3.265
Encargos sociais	957	1.306	1.262
Benefícios	162	223	127
Outros	7	19	12
	3.637	4.909	4.666

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Processamento de dados	1.562	3.054	2.704
Serviços técnicos especializados	1.519	2.729	1.608
Emolumentos judiciais e cartorários	502	806	546
Serviços do sistema financeiro	198	424	477
Contribuição entidades de classe	154	286	293
Despesa com arrendamento de bens	134	192	117
Aluguel	81	176	183
Viagens	79	79	–
Publicações	33	74	105
Contribuições e doações	–	204	2.063
Outros	37	51	38
	4.299	8.075	8.134

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Contribuição à COFINS	2.251	9.382	4.468
Contribuição ao PIS	368	1.529	759
ISS	64	85	348
CIDE	47	88	803
Outros	19	138	99
	2.749	11.222	6.477

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	27.708	232.107	91.624
Reversão de provisões operacionais	–	44	497
	27.708	232.151	92.121

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	4.716	70.340	8.250
Despesas de comissões	280	610	6.475
Monitoramento de Lavoura	41	191	283
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	1	3	29
Descontos concedidos em operações de créditos	–	–	89
Outros	441	481	120
	5.479	71.625	15.246

(l) Resultado não recorrente

Descrição	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Lucro líquido do semestre/exercícios	38.327	68.351	82.884
Majoração da alíquota da contribuição social 5% (2021) e 1% (2022)	58	58	815
Lucro líquido recorrente	38.385	68.409	83.699

19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa: O Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base um conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas. O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill. O Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela diretoria. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades. A estrutura de riscos conta com o envolvimento da Diretoria do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN. O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance, este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em Compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras. A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo. A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo: I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos. II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital e Planejamento Estratégico e RAS. III. Monitoramentos que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação. Todos os monitoramentos de controles internos e gestão de riscos ficam à disposição das auditorias internas e externas e aos órgãos reguladores. A diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias. **(b) Risco de crédito:** O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito. A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas. **(c) Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco. A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.943/21, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da diretoria. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Diretoria e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos. **(d) Risco operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios. Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela “Abordagem do Indicador Básico” para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resolução CMN nº 4.955/21, Resolução CMN nº 4.958/21, Circular BACEN nº 3.675/13 e Circular BACEN nº 3.754/15. **(e) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas,

continua →★

Banco Cargill

→★ continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*. A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco. **(f) Risco Social, Ambiental e Climático:** O Risco Social, Ambiental e Climático são potenciais danos gerados a sociedade e ao meio ambiente e podem ter origem em setores variados. O Banco Cargill avalia o risco social, ambiental e climático de seus clientes, de novos produtos e serviços, de suas atividades e negócios sempre pautado pelos princípios da proporcionalidade e da relevância. Por meio dos mecanismos de Know Your Customer (KYC) e Due Dilligence, busca-se conhecer o potencial cliente, evitando o relacionamento com indivíduos e entidades que contrariam os princípios éticos do Grupo Cargill e Banco Cargill. Ainda, para garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle acima, o Banco Cargill monitora periodicamente os seus clientes. **(g) Gestão de capital:** O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta. O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco. A Diretoria do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(h) Índice de Basileia

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	448.156	707.037
Patrimônio de Referência (PR)	763.539	703.981
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	39.245	62.004
Valor total da parcela RBAN	3.393	5.441
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	713.090	627.837
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	170,37%	99,57%
Índice de Basileia Amplo (PR÷((RBAN÷F)+RWA))	155,64%	90,83%
Fator "F" (Resolução CMN nº 4.958/21)	8,00%	8,00%

(i) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos: As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Relatório Gestão de Risco". **(j) Análise de sensibilidade:** Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

(I) Variação cambial

	Cenários - Dez/2022				
	Exposição	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Futuro dólar	21.296	5.324	10.648	(5.324)	(10.648)
Exposição patrimonial	(17.170)	(4.292)	(8.585)	4.292	8.585
	4.126	1.032	2.063	(1.032)	(2.063)

	Cenários - Dez/2021				
	Exposição	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
NDF Cambial	833.247	208.312	416.623	(208.312)	(416.623)
Futuro dólar	58.977	14.744	29.489	(14.744)	(29.489)
Exposição patrimonial	(890.956)	(222.739)	(445.478)	222.739	445.478
	1.268	317	634	(317)	(634)

São considerados quatros cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. • **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021; • **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

(II) Taxa de juros

	Cenários Dez/2022		Cenários Dez/2021	
	Exposição	**DV/100**	**Exposição**	**DV/100**
Exposição patrimonial	749.578	(180)	809.821	(90)
DI Futuro	(192.926)	(169)	(209.823)	(79)
NDF	–	–	(847.479)	(276)
	556.652	(349)	(247.481)	(445)

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros: O valor registrado de R$ 2.423 (R$ 105.895 em dezembro de 2021) refere-se na sua totalidade às ordens de pagamento em moedas estrangeiras. **(b) Benefícios a empregados: (i) Fundo de Pensão:** O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **(ii) Planos de Saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com coparticipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. **(c) Acordo de compensação:** O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

21. OUTROS ASSUNTOS

(a) Impactos da pandemia do coronavírus: Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado às recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento às necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária. **(b) Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:** A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). O Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistêmicos. O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech
Marina Haidar Chede Carton
Marlon Glauco Lazaro

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos administradores do Banco Cargill S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Luciana Liberal Samia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais)

AtivoCirculante	Notas	2022	2021
Caixas e equivalentes de caixa	5	32.249.265	13.759.428
Caixa restrito	5	821.469.492	410.892.693
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	6	235.142	1.029.628
Impostos a recuperar		9.255	9.255
Total do ativo circulante		**853.963.154**	**425.691.004**
Imobilizado	7	1.417.130	1.103.797
Total do ativo não circulante		**1.417.130**	**1.103.797**
Totaldoativo		**855.380.283**	**426.794.801**

PassivoCirculante	Nota	2022	2021
Obrigações sociais e trabalhistas	9	699.388	497.826
Provisões trabalhistas	10	1.224.675	1.174.949
Obrigações tributárias	11	680.524	495.567
Provisões tributárias	12	8.148.888	5.119.714
Subvenções a realizar	8	844.409.103	419.476.553
Outros passivos		217.706	30.192
Total do passivo circulante		**855.380.283**	**426.794.801**
Total do passivo e patrimônio social		**855.380.283**	**426.794.801**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional		**29.604.483**	**20.609.108**
Receita do custeio administrativo	16	29.604.483	20.609.108
Despesas operacionais		**(29.604.483)**	**(20.609.108)**
Pessoal	15.1	(15.963.303)	(12.621.746)
Administrativas	15.2	(7.828.107)	(5.668.451)
Tributárias	15.3	(5.456.194)	(2.076.200)
Depreciação/Amortização	15.4	(356.879)	(242.711)
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais)

	2022	2021
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do superátiv/(déficit) abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Depreciação e amortização	351.424	242.711
Autumento da provisão fiscal referente a COFINS	3.029.174	550.856
	3.380.598	**793.567**
Variação nos ativos epassivos:		
(Aumento) Redução em Adiantamentos a outra entidades e terceiros	794.486	(391.160)
(Aumento) Redução nas obrigaçõestributárias	184.957	49.071
(Aumento) Redução nos depósitos emgarantia	-	(215.000)
(Redução) Aumento emoutros passivos	187.514	(311.736)
(Redução) Aumento emobrigações sociais e trabalhistas	201.562	75.842
(Redução) Aumento emprovisões trabalhistas	49.726	150.403
(Redução) Aumento emSubvenções arealizar	424.932.550	7.375.526
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**429.731.393**	**7.526.513**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiçõesde ativo imobilizado	(664.757)	(491.947)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(664.757)**	**(491.947)**
Caixa líquido utilizado nas atividadesde financiamentos	-	-
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**429.066.636**	**7.034.566**
Caixa e equivalentes de caixa noinício do exercício	424.652.121	417.617.555
Caixa e equivalentes de caixa nofinal do exercício	853.718.757	424.652.121
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**429.066.636**	**7.034.566**

As notas explicativassão parteintegrante dasdemonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit/ (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Superátiv/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Superátiv/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial ("EMBRAPII" ou "Entidade"), é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.234.613/0001-59, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e de duração indeterminada, nos termos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.A Embrapii atua para induzir a cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, explorando a sinergia entre ambas e estimulando a troca de conhecimentos e tecnologias.

Sua missão é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados para setores industriais em áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa tecnológica (art. 4º do Estatuto).

Constituem, ainda, como objetivos e atuação da EMBRAPII:

(a) Fomentar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, contribuindo para a construção de ambiente de negócios favoráveis à inovação.

(b) Articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, nos termos do Regimento Interno da EMBRAPII.

(c) Financiar projetos de PD&I, com ênfase em projetos que incluam a fase pré-competitiva, em áreas ou temas definidos pela EMBRAPII, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológica pré-selecionadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica.

(d) Contribuir para o desenvolvimento das Unidades de Inovação dos Institutos Federais.

(e) Contribuir para o treinamento tecnológico de recursos humanos para a indústria, em áreas ou temas selecionados.

(f) Difundir informações, experiências e projetos à sociedade.

(g) Prestar serviços relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto.

1.2 Aspectos fiscais

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A EMBRAPII, por força de isenção legal, consubstanciada no art. 15 da Lei nº 9.532/97, e alterações posteriores, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e à CSLL.

Programas de Integração Social (PIS)

De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre os proventos da folha de pagamento do mês, por determinadas entidades sem finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPII.

Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13° salário e repouso semanal remunerado. Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais. Nesse contexto, a EMBRAPII recolhe o PIS sobre a folha de salário dos seus empregados.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Vide Nota Explicativa nº 12.

1.3 Capital Circulante Líquido (CCL)

O objetivo do cálculo do CCL aplica-se a entidades que possuem a finalidade de lucro. Afirmar que o CCL da EMBRAPII apresenta saldo negativo e que desta forma possui dívidas maiores que os seus numerários apresentados no Ativo é equivocado. A rubrica Subvenções a Realizar, apresentada na Nota Explicativa nº 8, apresenta seu saldo LÍQUIDO para fomento a PD&I. Ou seja, os numerários repassados como adiantamento às Unidades e registrados no ativo estão sendo apresentados para fins das Demonstrações Contábeis na conta de "Subvenções a realizar", registradas no passivo.

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando as transações entre ativos e passivos refletirem a essência das operações e apresentarem maior clareza para os usuários da informação contábil, estas podem ser apresentadas de forma liquida no Balanço Patrimonial (Compensação entre ativos e passivos).

Portanto, os valores apresentados na conta "Subvenções a realizar" não se referem a obrigações financeiras com fornecedores ou financiamentos, e sim a recursos disponíveis na data do fechamento do balanço para fomento a PD&I. A gestão dos saldos desses recursos é feita pela administração da EMBRAPII e possui como principal quesito a liquidez de contratos já firmados entre as Unidades EMBRAPII e as Empresas contratantes de projetos de PD&I.

Por fim, caso haja a necessidade de verificar a capacidade de pagamento para as obrigações financeiras da EMBRAPII (Fornecedores, Colaboradores e Tributárias), deverá ser efetuado o cálculo do CCL excluindo a rubrica "Subvenções a realizar" demonstrada no Balanço Patrimonial.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)e com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Entidade apresenta as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social mesmo que não tenha auferido resultado no exercício atual e anteriores.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos são apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.

3.1 Operação como agente

A Entidade, por força do novo contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, aditivado, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PD&I, recebe recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu o objetivo social.

A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta desses repasses, agindo somente como agente. Essa afirmação está pautada principalmente no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPII para que estes realizem a execução do projeto. Logo, a Entidade não possui controle sobre a forma como os projetos são conduzidos, e os recursos repassados são não reembolsáveis (fundo perdido) pelas unidades que o receberam. Desse modo, a obrigação de *performance* da Entidade é somente a de organizar para que os recursos sejam distribuídos às Unidades credenciados, sendo a responsabilidade primária sobre a entrega dos projetos totalmente da contraparte que recebe os recursos.

A Entidade foi constituída na sua essência para operar como interveniente na execução dos projetos por meio de empresas públicas e privadas para as entidades que irão desenvolver pesquisas e inovações.

Assim, os recursos aportados na Entidade não se constituem como uma receita ou doação e não foram, ou não são considerados como patrimônio da Entidade.

Conforme contrato de gestão firmado entre a EMBRAPII, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento, Industria, Comércio e Serviço (MDIC) e Ministério da Saúde (MS) a Entidade poderá utilizar até o limite de 20% para gastos com pessoal, e não há limitação para gastos com custeio administrativo das operações.

As Unidades EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades. Nesse contexto, a EMBRAPII se caracteriza como interveniente na execução dos projetos.

Após análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuados pela EMBRAPII à outras Entidades não é uma obrigação de *performance* para fornecer os próprios bens ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPII é o de organizar para que esses bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPII se configura como uma entidade "Agente" e não uma entidade "Principal".

A totalidade dos serviços especificados a serem fornecidos para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMPRAPII pudesse se configurar como entidade "Principal".

A EMBRAPII não controla cada bem ou serviço antes que o bem ou serviço especificado seja transferido para as outras entidades, pois os recursos apenas transitam pela EMBRAPII até que sejam repassados às Unidades EMBRAPII.

Os recursos ficam sobre a titularidade da EMBRAPII enquanto não repassados; todavia, assim que estiverem satisfeitas certas condições, a titularidade desses recursos é transferida a outras entidades.

Consequentemente, as subvenções previstas e já recebidas são controladas em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, por terem a finalidade de aplicações a projetos, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade.

A receita auferida refere-se exatamente ao reembolso dos custos de pessoal e administrativo e, portanto, a Entidade não tem resultado positivo ou negativo em suas transações e não aufere outras receitas.

Diante das características específicas da EMBRAPII, a escrituração contábil da EMBRAPII foi elaborada no pressuposto de entidade "Agente".

3.2 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.3 Receitas financeiras

A Entidade possui receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Todas as receitas financeiras são reconhecidas em contrapartida do passivo de Recursos vinculados por estarem comprometidas com a finalidade de aplicação em projetos. Ver item 8.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Entidade avalia o objetivo do modelo de negócio no qual o ativo/passivo financeiro está inserido e, para isso, considera as seguintes premissas: (i) as políticas e objetivos para o ativo financeiro que, no caso da EMBRAPII, têm como foco a obtenção de receitas contratuais fundamentalmente das aplicações financeiras; (ii) manutenção de um determinado perfil de taxa de juros; e (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a maneira como são gerenciados.

Desta forma, a EMBRAPII possui apenas Ativos e Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado, pois tem como modelo de negócio que seus recursos são mantidos para suprimento de caixa com a finalidade de recebimento e pagamento de principal e juros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando:

• os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

• transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

• substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

• A Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Compensação

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PD&I.

(vi) Redução ao valor recuperável

A Entidade reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• Dificuldades financeiras significativas do devedor

• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias

• Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira

• Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos não financeiros

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

3.6 Apuração do resultado

As Unidades e EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades; nesse contexto, a EMBRAPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, e as receitas representam somente o reembolso dos custos operacionais da Entidade.

(i) Receitas operacionais (receita do custeio administrativo)

As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributárias e depreciação/amortização e são reconhecidas quando ocorrem os custos.

3.7 Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito

Compreende o saldo de contas bancárias aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa restrito compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em montante de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir repasses a Unidades EMBRAPII no fomento a PD&I.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

A Administração da Associação não tem conhecimento de contingências que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

4 Instrumentos financeiros

4.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo e se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumento financeiro	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	52.695.620	13.759.428
Caixa restrito	Custo amortizado	801.023.137	410.892.693
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	Custo amortizado	235.142	1.029.628
Total		**853.953.899**	**425.681.749**
Passivos financeiros			
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	699.388	497.826
Obrigações tributárias	Custo amortizado	680.524	495.567
Outros passivos	Custo amortizado	217.706	30.192
Subvenções a realizar	Custo amortizado	844.409.103	419.476.552
Total		**846.006.720**	**420.500.137**

4.2 Gestão de risco

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

• Risco de liquidez

• Risco de taxa de juros

• Risco de crédito.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade.

Risco de taxa de juros

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:

		Cenários projetados para dezembro de 2023		
Aplicações financeiras	**Saldo em 31.12.2022**	**Cenário provável**	**Variação de 25%**	**Variação de 50%**
Risco de queda do CDI				
Valor do principal	853.709.717 (*)	853.709.717	853.709.717	853.709.717
Taxa média de 98% do CDI		13,38%	10,03%	6,69%
Valor das aplicações indexadas		967.910.466	939.360.279	910.810.092
Impacto nas aplicações financeiras		**114.200.749**	**85.650.562**	**57.100.374**

(*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.

Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 13,65% aa (fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2022.

		Cenários projetados para dezembro de 2022		
Aplicações financeiras	**Saldo em 31.12.2021**	**Cenário provável**	**Variação de 25%**	**Variação de 50%**
Risco de queda do CDI				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI		4,29%	3,22%	2,15%
Valor das aplicações indexadas		432.966.151	428.511.215	424.056.279
Impacto nas aplicações financeiras		**17.819.744**	**13.364.808**	**8.909.872**

(*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a aplicações financeiras, pois os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras controladas pela União, em aplicações com risco baixo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Banco conta movimento	2.426	2.931
Aplicação financeira (i)	32.246.839	13.756.498
Subtotal	**32.249.265**	**13.759.428**

Caixa restrito	2022	2021
Banco conta movimento - Recursos restritos	6.614	9.502.784
Aplicação financeira - Recursos restritos (i)	821.462.878	401.389.909
Total	**821.469.492**	**410.892.693**

(i) Os saldos, aqui apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Retido na Fonte quando do resgate.

Abaixo, apresentamos uma composição dos recursos vinculados:

• Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.532 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 9.637, de 1998, o superávit quando apurado pela EMBRAPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar. Sendo assim, o valor de R$ 801.023.137 demonstrado na conta de "Recursos vinculados" encontra-se líquido das prestações de contas aprovadas dos projetos. A aplicação possui as seguintes características:

Produto financeiro	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	2022	2021
Certificado de Depósito Bancário	98%	5 anos	CDI	853.709.717	415.146.407
Total				**853.709.717**	**415.146.407**

A análise de sensibilidade e gestão de riscos desses ativos está evidenciada na Nota Explicativa n° 4.

Todas as aplicações financeiras da EMBRAPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contratuais de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimentos de 5 anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito possuem a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6 Adiantamentos a outras entidades e terceiros

Descrição	2022	2021
Adiantamentos de folha de pagamento	17.792	510.528
Adiantamento a fornecedores	2.350	304.099
Depósitos em Garantia (i)	215.000	215.000
Total	**235.142**	**1.029.628**

(i) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na assinatura dos contratos.

7 Imobilizado

	2021	Aquisições	Depreciação	2022	Tx. Anual de depreciação
Computadores, periféricos e Softwares	1.320.939	654.746	-	1.975.685	10% a.a
Máquinas e equipamentos	229.245	6.011	-	235.256	20% a.a
Móveis e utensílios	608.808	4.000	-	612.808	20% a.a
Subtotal	2.158.992	664.757	-	2.823.750	
Depreciação	(1.055.196)	-	(351.424)	(1.406.620)	
Imobilizado líquido	**1.103.796**	**664.757**	**(351.424)**	**1.417.129**	

	2020	Aquisições	Depreciação	2021	Tx. Anual de depreciação
Computadores, periféricos e Softwares	910.900	410.039	-	1.320.939	10% a.a
Máquinas e equipamentos	147.337	81.908	-	229.245	20% a.a
Móveis e utensílios	608.808	-	-	608.808	20% a.a
Subtotal	1.667.045	491.947	-	2.158.992	
Depreciação	(812.485)	-	(242.710)	(1.055.195)	
Imobilizado líquido	**854.560**	**491.947**	**(242.710)**	**1.103.797**	

O ativo imobilizado da EMBRAPII, em 31 de dezembro de 2022, está representado exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens.

8 Subvenções a realizar

Descrição	2022	2021
Subvenções a realizar - Contrato de gestão **(a)**	595.682.579	348.780.286
Subvenções a realizar - SEBRAE **(b)**	42.252.477	24.996.803
Subvenções a realizar - Cont. PPI/IoT **(c)**	141.609.213	8.425.050
Subvenções a realizar - Bambu **(d)**	3.244.539	3.278.808
Subvenções a realizar - Rota 2030 **(e)**	169.672.618	126.409.181
Subvenções a realizar - BNDES **(f)**	67.967.957	8.244.157
Subvenções a realizar - Cont. PPI/Hardware **(g)**	85.751.273	-
Prestações de contas em análise **(h)**	335.105.440	274.278.156
Adiantamentos às Unidades **(i)**	(596.876.993)	(374.935.887)
Total	**844.409.103**	**419.476.553**

a) Contrato de gestão

Refere-se ao contrato de gestão celebrado entre a União e a EMBRAPII, por intermédio do MCTI, com a finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil. Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão:

Descrição	2021	Adições	Baixas	Mov. líquida	2022
Subvenções contrato de gestão	757.304.383	565.471.023	(224.627.490)	340.843.533	1.098.147.917
Subvenções aplicadas nos projetos	(408.524.09)	(105.200.977)	11.233.454	(93.967.524)	(502.491.622)
Total	**348.780.285**	**460.270.046**	**(213.394.036)**	**246.876.010**	**595.656.294**

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. líquida	2021
Subvenções contrato de gestão	709.053.818	270.355.535	(222.513.813)	(47.841.722)	756.895.540
Subvenções aplicadas nos projetos	(307.519.473)	(102.657.692)	1.653.067	(101.004.625)	(408.524.098)
Total	**401.534.345**	**(167.697.843)**	**(220.860.746)**	**(53.162.903)**	**348.371.442**

b) SEBRAE

Trata-se do contrato firmado entre a EMBRAPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) tecnológica que atendam às demandas de Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeira industrial em parcerias com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Em 31 de dezembro de 2022, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R$ 75.630.977 (R$ 49.102.562 em 2021) e foi aplicado em projetos o montante de R$ 33.378.500 (R$ 24.105.759 em 2021), com saldo remanescente de R$ 42.252.477 (R$ 24.996.803 em 2021).

c) PPI/IoT

Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a execução do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TICs, com especial prioridade para soluções de PPI/IoT e Manufatura 4.0 e todas as tecnologias correlatas. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 141.609.213 (R$ 8.425.050 em 2021). O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 e de R$ 141.609.213, sendo composto pelo recebimento de R$ 136.500.000, R$ 4.491.879 referente a rendimento de aplicação financeira e dos valores aplicados em projetos no valor de R$ 7.807.716, e em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R$ 8.425.050, sendo composto pelo saldo de 2020 R$ 8.554.208 deduzidos os valores referentes as receitas operacionais da EMBRAPII no valor de R$ 129.158.

d. Bambu

Possui como finalidade ações de promoções de projetos de PD&I na cadeia de Bambu a ser implementadas por meio do modelo da EMBRAPII, formalizado no 12º termo aditivo ao Contrato de Gestão. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022, após a aplicação de R$ 342.619 era de R$ 3.244.539, e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R$ 3.278.808.

e. Rota 2030

O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do programa prioritário "P&D para Mobilidade e Logística", cujo detalhamento é o constante do Termo de Referência apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor dos recursos a ser alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor Automotivo e sua cadeia de produção.

O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 e de R$ 169.672.618 , sendo composto pelo recebimento de R$ 59.800.969 (valor acrescido de rendimentos) e dos valores aplicados em projetos no valor de R$ 16.537.533, e em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R$ 126.409.181, sendo composto pelo recebimento de R$ 47.451.000 (valor acrescido de rendimentos) e o saldo de 2020 no valor de R$ 78.865.181

f. BNDES

Refere-se a contratos firmados entre a e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com finalidade de promover projetos de PD&I, nos seguintes focos:

1º para combate, tratamento e diagnóstico do Coronavírus (COVID-19). O saldo das subvenções a realizar em 2022 no valor de R$ 5.770.007, sendo composto de R$ 9.092.364 (valor acrescido de rendimentos e R$ 3.322.357 referente a valores já aplicados em projetos e em 2021 era de R$ 8.244.157, sendo composto pelo recebimento de R$ 8.770.763 (valor acrescido de rendimento) e dos valores aplicados em projetos no valor de R$ 526.606, e em 2022

No final do exercício de 2021 foi firmado um novo contrato, no valor de R$ 170 milhões, junto ao BNDES para fomento de projetos nas seguintes áreas:

1. Transformação Digital e Industria 4.0 (Soluções digitais para Agro, Saúde, Cidades e Industria);
2. Transformação Digital e Industria 4.0 (Sistemas e Componentes para Conectividade);
3. Defesa;
4. Economia Circular
5. Materiais Avançados;
6. Biocombustíveis;
7. Florestas Nativas Bioeconomia; e,
8. Tecnologias Estratégicas do SUS

Dos recursos do novo contrato firmados em 2021 foram recebidos em 2022 o valor de R$ 62.197.950 (valor acrescido de rendimentos) sendo este o total da rubrica para o segundo contrato.

g. PPI/Hardware

Em 2022 foi recebido o valor de R$ 63.000.000 referente ao Acordo de cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC Durante o exercício de 2022 foi elaborado um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica no valor de R$ 18.900.000. O total recebido e disponível para fomento na área do PPI/HARDWARE, adicionado os rendimentos de aplicação financeira, R$ 85.751.273.

h. Prestações de contas em análises

Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPII. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Descrição	2022	2021
Contrato de Gestão (CG)	292.487.896	258.713.520
SEBRAE	21.515.609	15.402.720
PPI/IoT	6.330.413	-
Bambu	342.619	-
Rota 2030	13.485.897	-
Ministério da Saúde (MS)	157.277	-
BNDES	785.729	161.915
Total	**335.105.440**	**274.278.156**

i. Adiantamento às Unidades

Abaixo, apresentamos a movimentação sumarizada dos adiantamentos a outras entidades:

Descrição	2021	Adições	Baixas	Mov. líquida	2022
Contrato de Gestão	312.303.185	231.139.818	(75.057.579)	156.082.240	468.385.425
SEBRAE	28.365.733	15.368.308	(5.163.095)	10.205.213	38.570.946
PPI/IoT	8.198.128	500.000	(1.850.366)	(1.350.366)	6.847.761
Rota 2030	22.894.416	25.279.966	(4.443.433)	20.836.533	43.730.949
Bambu	507.464	-	-	-	507.464
BNDES	2.600.086	22.837.008	(2.972.321)	19.864.687	22.464.772
Ministério da saúde (MS)	66.875	16.302.800	-	16.302.800	16.369.675
Total	**374.935.887**	**311.427.900**	**(89.486.794)**	**221.941.106**	**596.876.993**

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. líquida	2021
Contrato de Gestão	235.083.278	89.457.505	(12.237.598)	77.219.907	312.303.185
SEBRAE	18.024.688	11.506.368	(1.165.323)	10.341.045	28.365.733
PPI/IoT	5.295.327	2.962.357	(59.556,13)	2.902.801	8.198.128
Rota 2030	9.228.743	14.108.361	(442.687,99)	13.665.673	22.894.416
Bambu	407.239	100.225	-	100.225	507.464
BNDES	-	2.964.776	(364.690,09)	2.600.086	2.600.086
Ministério da saúde (MS)	-	66.875	-	66.875	66.875
Total	**268.039.275**	**121.166.467**	**(14.269.855)**	**106.896.612**	**374.935.887**

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados	573.415	415.621
Outros	125.973	82.205
Total	**699.388**	**497.826**

10 Provisões trabalhistas

Descrição	2022	2021
Provisão de férias	935.081	889.742
Provisão FGTS férias	66.802	65.984
Provisão INSS férias	213.747	210.325
Provisão PIS férias	9.045	8.897
Total	**1.224.675**	**1.174.949**

11 Obrigações tributárias

Descrição	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento	403.456	328.556
Previdência social	229.082	146.311
Programa de integração social sobre folha de pagamento	15.045	11.416
Imposto de renda sobre fornecedores e consultores	15.394	4.199
PIS/COFINS de fornecedores	9.770	3.282
ISSQN de fornecedores	6.714	1.803
Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores	1.063	-
Total	**680.524**	**495.567**

12 Provisões tributárias

Com o advento do Decreto nº 8.426 de abril de 2015, a EMBRAPII, por meio da sua diretoria colegiada e departamento jurídico, solicitou parecer a consultoria externa referente à adesão da COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. A consultoria jurídica externa exarou, em janeiro de 2018, parecer recomendando o provisionamento contábil.

A Diretoria com o apoio do departamento jurídico e parecer emitido pela consultoria jurídica externa determinou a provisão da COFINS. Desde o exercício de 2018, a provisão para a COFINS com valores retroativos ao exercício de 2015 (início da vigência do Decreto nº 8.426), mantendo-a corrigida, por juros de mora e correção monetária, que totaliza, em 2022 o montante de R$ 8.148.888 (R$ 5.119.714 em 2021). Em 2019 foi editada a Instrução Normativa nº 1.911, de outubro de 2019, na qual ficou assente que os valores referentes à recursos governamentais não estão sujeitos à referida contribuição, conforme consta nos textos dos arts. 28, inciso II, e 33. Porém, os valores oriundos das receitas financeiras ainda estão em discursão e pendentes de regulamentações específicas. Portanto, a EMBRAPII continua com o entendimento e recomendação de manter provisionado a COFINS.

13 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Não há processos judiciais, no exercício de 2022e 2021 transitando em desfavor da EMBRAPII, dessa forma não há provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas constituídos.

14 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

Descrição	2022	2021
Remuneração diretoria	1.013.889	713.126
Benefícios diretoria	293.919	235.343
Encargos diretoria	293.728	317.443
Total	**1.601.536**	**1.265.912**

15 Abertura das principais contas de despesas

15.1 Despesas com pessoal

Somam os valores de despesas gastas com os colaboradores regidos pela CLT, servidores cedidos de órgãos públicos e consultores autônomos.

Descrição	2022	2021
Salário	7.952.165	6.344.922
Férias	1.071.234	807.414
13º	750.271	576.563
Benefícios	2.279.375	1.807.701
Tributos	3.003.756	2.420.936
Colaboradores sem vínculo empregatício	906.502	664.210
Total	**15.963.303**	**12.621.746**

A rubrica "Colaboradores sem vínculo empregatício" está composta da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Estagiário	485.709	311.181
Consultores	420.793	353.029
Total	**906.502**	**664.210**

15,2 Despesas administrativas

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

Descrição	2022	2021
Despesas de manutenção	14.294	775
Serviços de comunicação	963.536	1.040.838
Apoio administrativo (i)	6.448.484	2.112.051
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outras (iii)	401.793	2.514.787
Total	**7.828.107**	**5.668.451**

(i) Correspondem a taxas de condomínio, locação de veículos, diárias e passagens áreas, entre outras despesas.

(ii) Incluem despesas com manutenção de sistemas, despesas com reparos e consultorias de pessoas jurídicas.

(iii) Refere-se, substancialmente, ao montante provisionado de imposto de renda sobre o saldo de receitas financeiras de caixa e equivalentes de caixa.

15.3 Tributárias

Descrição	2022	2021
Impostos Taxas e Contribuições Federais*	4.114.629	959.700
Impostos Taxas e Contribuições Municipais	1.341.564	1.116.500
Total	**5.456.194**	**2.076.200**

(*) Incluem os valores relativos ao provisionamento da COFINS, corrigidos mensalmente, conforme exarado na Nota Explicativa nº 12.

15.4 Depreciação/Amortização

Descrição	2022	2021
Computadores e periféricos	266.805	157.499
Máquinas e equipamentos	29.773	24.384
Móveis e utensílios	60.301	60.828
Total	**356.879**	**242.711**

16 Receita do custeio administrativo

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais	29.604.483	20.609.108
Total	**29.604.483**	**20.609.108**

Referem-se, exclusivamente, ao reembolso das despesas administrativas conforme mencionado na nota explica nº 3.1.

17 Cobertura de seguros

Em 2022, foi renovada a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais no valor total da apólice de R$ 20.000.000.

A referida apólice foi renovada no mês de dezembro de 2022 para todo o exercício de 2023.

DIRETORIA

Igor Manhães Nazareth
Diretor Presidente Interino

Geraldo Nunes Sobrinho
Superintendente de Gestão e Finanças

CONTADOR

Diego Renyer de Miranda Araújo - CRC 022261-O2/ DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Acerca das demonstrações, registros e relatórios contábeis da EMBRAPII do Exercício de 2022. O Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII, com base nos documentos contábeis e financeiros da Associação referentes ao exercício de 2022, juntamente com apreciação do Relatório dos Auditores Independentes da KPMG, concluiu, pela regularidade dos registros contábeis apresentados e entende que as peças representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade. Dessa maneira, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas pelo Conselho de Administração da Associação.

Brasília/DF, 20 de março de 2023.

ALEXANDRE AUGUSTO VILLAIN DA SILVA - Conselheiro

RAFAEL GRILLI FELIZARDO - Conselheiro

ANDERSON LOZI DA ROCHA - Presidente do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos conselheiros e aos administradores da
Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII
Brasília–DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada" Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 14 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRCSP-023228/O-4F-DF

Jaqueline Oliveira Silva
Contadora CRC GO-021960/O-7

POLPAR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71 - NIRE 35 3 0012252 6

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; www.polpar.com.br; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=13447; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POLPAR S.A.

Aos Senhores
Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

Resultados

No exercício de 2022 a Companhia apurou lucro de R$ 4.121 mil em comparação ao prejuízo de R$ 20 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R$ 3.824 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R$ 479 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R$ 120 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 62 mil.

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2022, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	–
Aplicações financeiras	**6.391**	2.341
Tributos a recuperar	**181**	133
Total do ativo circulante	**6.577**	2.474
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	**555**	519
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes - nota explicativa 4	**58.502**	72.896
Total do ativo não circulante	**59.057**	73.415
Total do ativo	**65.634**	75.889

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Dividendos a pagar	**979**	–
Tributos a pagar	**18**	1
	997	1
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**17.438**	22.295
Total do passivo	**18.435**	22.296
Patrimônio líquido		
Capital social	**4.300**	4.300
Reservas de lucros	**4.839**	1.697
Ajuste de avaliação patrimonial	**38.060**	47.596
Total do patrimônio líquido	**47.199**	53.593
Total do passivo e do patrimônio líquido	**65.634**	75.889

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	3.017	46.335	–	52.352
Resultado abrangente					
Prejuízo do exercício	–	–	–	(20)	(20)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	–	–	1.261	–	1.261
Mutações internas do patrimônio líquido					
Capitalização de reservas	1.300	(1.300)	–	–	–
Compensação do prejuízo	–	(20)	–	20	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.300**	**1.697**	**47.596**	**–**	**53.593**
Resultado abrangente					
Lucro do exercício	**–**	**–**	**–**	**4.121**	**4.121**
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**–**	**–**	**(9.536)**	**–**	**(9.536)**
Transações de capital com os sócios					
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**(979)**	**(979)**
Mutações internas do patrimônio líquido					
Constituição de reservas	**–**	**3.142**	**–**	**(3.142)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.300**	**4.839**	**38.060**	**–**	**47.199**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais		
Dividendos	**3.824**	–
Despesas gerais e administrativas	**(120)**	(155)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**3.704**	(155)
Resultado financeiro	**479**	135
Lucro (prejuízo) do exercício antes da provisão do imposto de renda e da contribuição social	**4.183**	(20)
Provisão para o imposto de renda e contribuição social - corrente	**(62)**	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**4.121**	(20)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - em R$		
Básico e diluído		
Ordinárias	**52,83333**	(0,25641)
Preferenciais	**58,11667**	(0,28205)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício	**4.121**	(20)
Variação do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	**(14.394)**	1.901
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**4.858**	(640)
Total do resultado abrangente	**(5.415)**	1.241

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	**4.121**	(20)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais	**(521)**	(156)
Variações nos ativos e passivos operacionais	**(18)**	(14)
Fluxos de caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades operacionais	**3.582**	(190)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Redução de aplicações financeiras	**(3.577)**	167
Fluxos de caixa (aplicados) gerados nas atividades de investimentos	**(3.577)**	167
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**5**	(23)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**–**	23
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5**	–
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**5**	(23)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros consumidos	**(120)**	(155)
Valor consumido pela Companhia	**(120)**	(155)
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos	**3.824**	–
Receitas financeiras	**521**	156
Valor adicionado a distribuir	**4.225**	1
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	**87**	7
Remuneração de capitais de terceiros	**17**	14
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**979**	–
Resultado do exercício, líquido dos dividendos	**3.142**	(20)
	4.225	1

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente. A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2023. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Políticas contábeis adotadas: 3.1.1. Ativos e passivos financeiros: a) Visão geral:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o hedge accounting previsto no CPC 48. **b) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo: i) Custo amortizado: Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras. iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda. **c) Passivos Financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor. **3.1.3. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.1.4. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** As normas que foram alteradas não tiveram impactos materiais para a Companhia. **4. Títulos e valores mobiliários:** O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	Quant. Ações	Tipo	% Participação	31/12/2022			31/12/2021		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	**675**	**30.365**	**31.040**	675	38.003	38.678
Suzano Holding S.A	267.787	PN	0,15%	**2.329**	**25.133**	**27.462**	2.329	31.889	34.218
				3.004	**55.498**	**58.502**	3.004	69.892	72.896

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente. Em 2022, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais. O valor justo da Suzano S.A. foi apurado de acordo com a última cotação em bolsa por ação ordinária, em 29 de dezembro de 2022, no valor de R$ 48,24. O valor justo da Suzano Holding S.A. foi apurado, levando em consideração, que a participação da Suzano Holding S.A. na Suzano S.A. representa 99,2% de seus ativos, essa participação foi atualizada a valor de mercado e dividida pelo capital em ações da Suzano Holding S.A.. **5. Patrimônio líquido: 5.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia era de R$ 4.300, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. **5.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$ 431 (R$ 225 em 31 de dezembro de 2021). (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$ 3.932 (R$ 1.289 em 31 de dezembro de 2021). (iii) Estatutária especial: Constituída com base no saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$ 476 (R$ 183 em 31 de dezembro de 2021). Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo. **5.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes. **5.4. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**4.121**
Constituição da reserva legal 5%	**206**
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**3.915**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	**979**
Resultado remanescente	**2.936**
Reserva para aumento de capital - 90%	**2.643**
Reserva estatutária especial - 10%	**293**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder - Vice-Presidente
Geraldo José Carbone - Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer- Diretor Presidente
Marcel Paes de Almeida Piccinno - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Isabel Cotta Fernandino De França Leme - Diretora
Gabriela Feffer Moll - Diretora

CONTADOR

Rinaldo Ciucci
CRC 1SP-147256/O-0

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=13447 O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 20 de março de 2023, sem modificações.

Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

Bolsonaro volta em dívida

Ao aterrissar em Brasília hoje, depois de três meses fora do Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro deve trazer, em sua bagagem, uma miríade de explicações para tentar se livrar das acusações graves que recaem sobre ele nos escândalos das joias árabes, fatos que têm sido revelados numa série de reportagens pelo **Estadão** desde o dia 3 de março.

Pesam sobre o ex-presidente casos graves, como ocultação de bens milionários que deveriam, conforme determinam a lei e o Tribunal de Contas da União, ser incorporados como bens do Estado brasileiro, e não joias de diamantes para se esconder dentro das instalações de uma fazenda de um amigo e seguidor, o ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet, em Brasília.

Todas as evidências, como apontam diversos juristas notáveis, indicam para, no mínimo, crime de peculato, que acontece quando um agente público – neste caso, o presidente – se vale do cargo que ocupa para ficar com bens que são da população, e não de seus cofres secretos.

Entre todos os atos ilegais, porém, saltam aos olhos as digitais que Bolsonaro deixou em suas tentativas de sacar ilegalmente, da alfândega de Guarulhos, o conjunto de joias de diamantes avaliado em cerca de R$ 16,5 milhões. As joias foram apreendidas pela Receita Federal.

O episódio está carregado de provas, envolvendo desde ligações telefônicas entre Bolsonaro e o então chefe da Receita Federal, Julio Cesar Gomes Vieira, até a ordem direta do então presidente ao seu assistente pessoal, o tenente-coronel Mauro Cid, para que enviasse um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) até Guarulhos e, por meio de um militar, tentasse obter as joias, um dia antes de partir para os Estados Unidos, em 30 de dezembro.

> ***O ex-presidente pode até fazer muito barulho no seu retorno ao Brasil, mas tem muito o que explicar***

Não há o que refutar. Há documentos oficiais que comprovam a operação. Há o nome do presidente registrado, informando que aquilo ocorreu a seu pedido. O próprio tenente-coronel Mauro Cid já disse a quem quiser ouvir: a ordem para retirar as joias do aeroporto partiu de Bolsonaro. Cid tem afirmado, ainda, que nem teria outra forma de saber da existência do pacote milionário, senão pela boca do próprio presidente.

São essas apenas algumas das informações que Bolsonaro terá de dar, isso sem contar em novas frentes de investigação, que pretendem esmiuçar os negócios que seu governo firmou com os árabes em seus quatro anos de governo. Tudo indica que há muito mais por vir, além do que está retido hoje em dezenas de caixas escondidas dentro da fazenda de Piquet.

O ex-presidente pode até fazer muito barulho no seu retorno ao Brasil. Mas tem muito o que explicar. Não adianta fazer cortina de fumaça. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Alberto Ramos

‘Dizer que gasto é vida dificulta a vida do BC’

Para economista, autarquia poderia ter elevado juro para trazer inflação para dentro da meta

FELIPE RAU/ESTADÃO-16/5/2022

ENTREVISTA

No Goldman Sachs desde 2003, atualmente é diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina da instituição

CÍCERO COTRIM

A desancoragem das expectativas do mercado para a inflação justifica a “prudência e o conservadorismo” demonstrados pelo Copom na decisão da semana passada, quando manteve a Selic a 13,75%, diz o diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Ramos diz que não há base nas críticas que acusam o BC de ter uma condução muito dura da política monetária. Ele lembra que a autarquia já demonstrou a preocupação de atingir a economia o mínimo possível com os juros altos, por mirar a convergência da inflação à meta de 3% apenas em 2024. “Se você quisesse ter uma leitura muito purista, o BC deveria subir os juros – que eu acho que não deve, e não vai, porque a política monetária já é muito restritiva. A inflação para este ano vai ficar muito acima da meta, e a inflação para 2024 também se apresenta acima da meta. O BC já está dando uma colher de chá neste processo.”

Leia os principais trechos da entrevista exclusiva concedida ao *Estadão/Broadcast*.

Qual é a sua avaliação sobre a comunicação do BC?

Claramente o BC está muito focado em forçar a inflação para a meta em 2024 ou 2025 e, por isso, tem sinalizado que não há muito espaço no curto prazo para cortar juros. Mas a desancoragem das expectativas e o aumento das projeções do BC para o IPCA de 2024 justificam a prudência e o conservadorismo do Copom.

Após a decisão do Copom, o Goldman Sachs afirmou que a política monetária é hoje a ‘única âncora macroeconômica crível do Brasil’. Pode detalhar essa visão?

A outra âncora seria a política fiscal. O que a gente observou nos últimos anos foi uma erosão das duas grandes âncoras fiscais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto dos gastos. O governo tem sinalizado que vai apresentar um substituto para o teto dos gastos, mas, até hoje, essa âncora não existe. O que existem são declarações do governo que mostram intenção de usar o gasto público, o balanço das empresas públicas e o crédito para dinamizar o investimento público e a demanda agregada. A regra fiscal foi enfraquecida.

Quais são as expectativas para essa nova regra?

Eu não tenho a expectativa de que virá uma grande regra fiscal. Não há muitas maneiras de vir com uma regra que seja crível e que leve à estabilização da dívida pública a médio e longo prazos: por mais criativo que você seja, tem de controlar o gasto, a não ser que tenha um boom de receita. Só vai ter um boom de receita se você aumentar a carga tributária.

É fundamental que a regra crie um limite de gasto?

Por que quero controlar o gasto? Porque você não quer se endividar mais. O Brasil tem um endividamento muito mais alto do que países de renda média nos mercados emergentes e carga tributária altíssima. É uma combinação rara: arrecada muito, gasta ainda mais, gasta mal e investe pouco.

Vocês viram, no IPCA-15 de março, ‘sinais esperançosos de moderação das pressões inflacionárias na margem’. O que isso significa para a política monetária?

É o esperado. A inflação já atingiu o seu pico, a economia desacelerou, há uma certa estabilização dos preços de commodities, e alguns dos choques que elevaram a inflação estão se estabilizando. Mas a inflação de serviços e os núcleos estão pressionados. No próximo IPCA, a inflação anual vai cair abaixo de 5%. Em dois ou três meses, ela pode ficar na parte baixa da casa de 4%, ou até em 3,8%, 3,9%. Mas o problema é que o efeito-base vai contra no segundo semestre, que é quando houve, em 2022, os cortes agressivos de impostos sobre combustível. Então, o IPCA vai subir a 6% no final do ano. Há uma trajetória de convergência, mas vai ser lenta.

Esse vale da inflação no meio do ano (com a inflação dentro da banda da meta) gera risco de piora da relação entre governo e BC?

Mais do que o risco, é uma realidade. A questão é o BC ser bem didático, explicar que seu mandato é entregar a inflação na meta, e que a inflação é muito nociva. O BC também quer taxa de juros mais baixa. É uma questão de meses até que essa trajetória de convergência da inflação esteja mais estabelecida, até que haja uma ancoragem das expectativas.

Como avalia as críticas ao BC por ser muito hawkish na política monetária?

Se você quisesse ter uma leitura muito purista, o BC deveria estar subindo juros – que eu acho que não deve, e não vai, porque a política monetária já é muito restritiva. Mas a verdade é que a inflação para este ano vai ficar muito acima da meta, e a inflação para 2024 também se apresenta acima da meta. Então, o BC já está dando uma colher de chá neste processo. Ele está basicamente dizendo que a convergência da inflação para a meta é algo para o fim de 2024, talvez em 2025. Em algum ponto, ele vai começar a aliviar a política monetária, mas é necessário que a política fiscal e parafiscal ajudem. Mas crédito subsidiado do BNDES, âncora fiscal pouco crível, sinalização de que ‘gasto é vida’, isso preocupa e dificulta a vida do BC. ●

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/, http://www.suzanoholding.com.br/investidores/, https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067, https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO HOLDING S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

_ício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o lucro do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(Em milhares de reais)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Equivalência patrimonial	**6.467.231**	2.356.872
Despesas operacionais, líquidas	**(11.481)**	(8.253)
Resultado financeiro líquido	**4.247**	691
Imposto de renda e contribuição social	**(382)**	105
Lucro líquido do período	**6.459.615**	2.349.415

(Em milhares de reais)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano S.A.	**6.464.163**	2.351.701
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda	**3.068**	5.171
	6.467.231	2.356.872

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2022, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**9.573.947**	13.598.149	**62.340**	5.482
Aplicações financeiras	**7.546.639**	7.508.275		
Contas a receber de clientes	**9.614.749**	6.532.715		
Estoques	**5.729.335**	4.639.085		
Dividendos a receber	**7.334**	6.604	**882**	250.068
Tributos a recuperar	**550.643**	361.020	**1.004**	272
Instrumentos financeiros derivativos	**3.048.493**	470.261		
Outros ativos	**1.129.651**	997.680	**139**	196
Total do ativo circulante	**37.200.791**	34.113.789	**64.365**	256.018
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**3.987.713**	8.731.608	**1.286**	1.668
Instrumentos financeiros derivativos	**1.825.256**			
Outros ativos	**4.060.334**	4.416.603	**214**	34.048
Ativos biológicos	**14.632.186**	12.248.732		
Investimentos	**612.523**	524.072	**9.295.001**	4.121.460
Imobilizado	**50.657.135**	38.170.239	**494**	528
Direito de uso	**5.109.792**	4.795.064	**566**	1.041
Intangível	**15.192.969**	16.034.339		
Total do ativo não circulante	**96.077.908**	84.920.657	**9.297.561**	4.158.745
Total do ativo	**133.278.699**	119.034.446	**9.361.926**	4.414.763

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	**6.206.570**	3.288.897		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**3.335.029**	3.655.537		
Instrumentos financeiros derivativos	**667.681**	1.563.459		
Tributos a recolher	**449.586**	339.798	**351**	207
Salários e encargos sociais	**677.902**	594.722	**3.293**	4.117
Dividendos a pagar	**5.106**	914.249		243.954
Outros passivos	**3.156.191**	1.195.313	**1.079**	818
Total do passivo circulante	**14.498.065**	11.551.975	**4.723**	249.096
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**71.239.562**	75.973.092		
Contas a pagar de arrendamento	**5.510.356**	5.270.498		586
Instrumentos financeiros derivativos	**4.179.114**	6.331.069		
Provisão para passivos judiciais	**3.256.310**	3.232.612		
Outros passivos	**1.355.388**	1.444.408	**1.658**	2.065
Total do passivo não circulante	**85.540.730**	92.251.679	**1.658**	2.651
Total do passivo	**100.038.795**	103.803.654	**6.381**	251.747
Patrimônio líquido				
Capital social	**1.975.670**	1.975.670	**1.975.670**	1.975.670
Reservas de capital	**102.045**	416.595	**102.045**	416.595
Reservas de lucro	**6.688.927**	1.063.593	**6.688.927**	1.063.593
Ajuste de avaliação patrimonial	**588.903**	707.158	**588.903**	707.158
Participações de acionistas não controladores	**23.884.359**	11.067.776		
Total do patrimônio líquido	**33.239.904**	15.230.792	**9.355.545**	4.163.016
Total do passivo e do patrimônio líquido	**133.278.699**	119.034.446	**9.361.926**	4.414.763

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes	Resultado do exercicio	Total Patrimônio Líquido	Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.975.670	1.916.595		720.195	(2.589.094)	2.023.366	5.367.057	7.390.423
Resultado abrangente total								
Lucro do exercício					2.349.415	2.349.415	6.285.168	8.634.583
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				34.189		34.189	91.289	125.478
Transações de capital com os sócios								
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							3.523	3.523
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio							(15.039)	(15.039)
Dividendos propostos					(243.954)	(243.954)	(664.333)	(908.287)
Aumento de capital em controlada							75	75
Reversão de dividendos prescritos							36	36
Mutações internas do patrimônio líquido								
Absorção de prejuízos com reservas		(1.500.000)			1.500.000			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				(47.226)	47.226			
Distribuição do lucro			1.063.593		(1.063.593)			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.975.670**	**416.595**	**1.063.593**	**707.158**		**4.163.016**	**11.067.776**	**15.230.792**
Resultado abrangente total								
Lucro do exercício					**6.459.615**	**6.459.615**	**16.932.791**	**23.392.406**
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada				**(73.552)**		**(73.552)**	**(188.830)**	**(262.382)**
Transações de capital com os sócios								
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada							**3.860**	**3.860**
Perda apurada na recompra de ações pela controlada		**(314.550)**				**(314.550)**	**(1.589.874)**	**(1.904.424)**
Pagamento de dividendos complementares			**(170.384)**			**(170.384)**	**(645.293)**	**(815.677)**
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio							**(7.600)**	**(7.600)**
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios					**(708.600)**	**(708.600)**	**(1.690.216)**	**(2.398.816)**
Aumento de capital em controlada							**75**	**75**
Reversão de dividendos prescritos							**1.670**	**1.670**
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada				**(44.703)**	**44.703**			
Constituição de reservas			**5.795.718**		**(5.795.718)**			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.975.670**	**102.045**	**6.688.927**	**588.903**		**9.355.545**	**23.884.359**	**33.239.904**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
Receita líquida	**49.835.599**	40.972.610		
Custo dos produtos vendidos	**(24.822.824)**	(20.617.334)		
Lucro bruto	**25.012.775**	20.355.276		
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	**(2.483.194)**	(2.291.722)		
Gerais e administrativas	**(1.719.896)**	(1.585.153)	**(11.481)**	(8.307)
Resultado da equivalência patrimonial	**284.367**	51.912	**6.467.231**	2.356.872
Outras, líquidas	**1.121.714**	1.648.097		54
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**22.215.766**	18.178.410	**6.455.750**	2.348.619
Resultado financeiro	**6.437.783**	(9.346.511)	**4.247**	691
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**28.653.549**	8.831.899	**6.459.997**	2.349.310
Imposto de renda e contribuição social	**(5.261.143)**	(197.316)	**(382)**	105
Resultado líquido do exercício	**23.392.406**	8.634.583	**6.459.615**	2.349.415
Atribuível a acionistas				
Não controladores	**16.932.791**	6.285.168		
Controladores	**6.459.615**	2.349.415	**6.459.615**	2.349.415

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do exercício	**23.392.406**	8.634.583	**6.459.615**	2.349.415
Outros resultados abrangentes				
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	**(10.610)**	80.297	**(2.974)**	21.879
Itens com efeitos subsequentes no resultado	**(251.772)**	45.181	**(70.578)**	12.310
	23.130.024	8.760.061	**6.386.063**	2.383.604
Atribuível a acionistas				
Não controladores	**16.743.961**	6.376.457		
Controladores	**6.386.063**	2.383.604		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**21.636.179**	17.632.683	**(7.956)**	(6.432)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	**(16.976.882)**	(10.395.092)	**1.188.768**	(33.440)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(8.081.019)**	(1.574.728)	**(1.123.954)**	(894)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	**(602.480)**	1.050.808		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(4.024.202)**	6.713.671	**56.858**	(40.766)
No início do exercício	**13.598.149**	6.884.478	**5.482**	46.248
No final do exercício	**9.573.947**	13.598.149	**62.340**	5.482
Acréscimo (decréscimo) líquido caixa e equivalentes de caixa	**(4.024.202)**	6.713.671	**56.858**	(40.766)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2021
1 - Receitas	**63.625.854**	46.484.979		59
2 - Insumos adquiridos de terceiros	**(30.544.782)**	(17.967.485)	**(1.895)**	(1.327)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	**33.081.072**	28.517.494	**(1.895)**	(1.268)
4 - Depreciação, exaustão e amortização	**(7.427.538)**	(7.038.769)	**(760)**	(671)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	**25.653.534**	21.478.725	**(2.655)**	(1.939)
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**13.260.597**	7.383.692	**6.471.550**	2.357.918
7 - Valor adicionado para distribuição	**38.914.131**	28.862.417	**6.468.895**	2.355.979
Pessoal	**3.229.670**	2.790.353	**7.535**	5.236
Impostos, taxas e contribuições	**915.722**	779.348	**1.325**	990
Remuneração dos capitais de terceiros	**11.376.333**	16.658.133	**420**	338
Remuneração de capitais próprios	**23.392.406**	8.634.583	**6.459.615**	2.349.415
8 - Distribuição do valor adicionado	**38.914.131**	28.862.417	**6.468.895**	2.355.979

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - "NYSE") sob o ticker SUZ. A Suzano possui 13 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), sendo 2 unidades nesta localidade, Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 23 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América, Suíça e Argentina e escritório de representação na China. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia

continua →★

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2022 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1° de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes).** As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25/IAS 37, mantendo para o comprador a aplicação do CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1° de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada):** As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.4. CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1° de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração exclui a exigência no CPC 29/IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo no CPC 29/IAS 41 às exigências no CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.2. Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.4. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia e suas controladas mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia e suas controladas exercem influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2022, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada. **3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Celluforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8. Economias hiperinflacionárias:** Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico. **3.2.9. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.10. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia e suas controladas identificaram os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda. **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.12. Instrumentos financeiros: 3.2.12.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo da rubrica outros investimentos. **3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros. **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsicamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.14. Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.15. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.17. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.18. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor

continua →★

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.19. Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.20. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos. **3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.22. Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.23. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. **3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.26. Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado. Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano liquida o passivo financeiro em favor do executivo. **3.2.27. Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.29. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.2.31. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Na Suzano, os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.32. Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), e são destinados aos mercados externo e interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.33. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.34. Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferencias potenciais diluidoras. **3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação; • transações com pagamento baseado em ações; • transferência de controle para reconhecimento da receita; • valor justo de instrumentos financeiros; • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros; • perdas de crédito esperadas; • provisão para perdas nos estoques; • análise anual do valor recuperável de tributos; • valor justo dos ativos biológicos; • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*); • provisão para passivos judiciais; e • benefícios de aposentadoria. A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.3.1. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada):** As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **3.3.2. Alterações a CPC 26(R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. **3.3.3. Alterações à CPC 23/ IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. **3.3.4. Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e • desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) o efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável, naquela data. **4. Investimentos: 4.1. Composição dos investimentos, líquidos:** Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2022				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.329	21.572		
Capital votante/total (2)	28,08%	98,65%		
b) Informações das controladas em 31 dezembro de 2022				
Ativo	133.197.968	13.822		
Passivo	100.031.602	1.151		
Patrimônio líquido	33.166.365	12.995		
Capital social	9.235.546	5.731		
Resultado do período	23.394.887	3.295		
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.970.400	9.699	(5)	1.980.094
Equivalência patrimonial	2.351.701	5.386	(215)	2.356.872
Aumento de capital			374	374
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	34.189			34.189
Dividendos (4)	(248.790)	(1.279)		(250.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.107.500**	**13.806**	**154**	**4.121.460**
Equivalência patrimonial	**6.464.163**	**3.238**	**(170)**	**6.467.231**
Aumento de capital com créditos (5)			**375**	**375**
Aumento de capital na Premesa com a participação na Nemonorte (5)		**359**	**(359)**	
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	**(73.552)**			**(73.552)**
Dividendos (4)	**(901.380)**	**(4.583)**		**(905.963)**
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (6)	**(314.550)**			**(314.550)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**9.282.181**	**12.820**		**9.295.001**

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R$ 48,24 em 29 de dezembro de 2022, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R$ 17.733.619; (2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria. (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (4) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos. (5) Em 31 de agosto de 2022, a Companhia integralizou o capital da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 27 de setembro de 2022, a Companhia integralizou o capital da Premesa S.A., com a participação da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., representado por 602 ações ordinárias. (6) Em 04 de maio de 2022, a Suzano aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, encerrado em 03 de agosto de 2022 com a recompra de 20.000.000 de ações ordinárias. Em 27 de julho de 2022, a Suzano aprovou um novo programa de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, encerrado em 27 de setembro de 2022 com a recompra de 20.000.000 de ações ordinárias. Com essa operação, a Companhia aumentou o percentual de participação de 27,25% para 28,08%, e registrou uma perda de R$ 314.549 no Investimento contra Reserva de Capital no Patrimônio Líquido. **5. Patrimônio líquido: 5.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto. **5.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um

continua →★

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022
Resultado do exercício	**6.459.615**
Constituição de reserva legal - 5%	322.981
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	18.775
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**6.117.859**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	**1.529.465**
Dividendos antecipados (i)	708.600
Reserva de lucros a realizar (ii)	820.865
Resultado remanescente	**4.588.394**
Reserva para aumento de capital - 90%	4.129.555
Reserva estatutária especial - 10%	458.839

i) Nas atas de Reunião da Diretoria de 13 de dezembro de 2022 e 15 de dezembro de 2022, foram aprovadas as distribuições de dividendos intermediários pela Companhia de R$88.600, à razão de R$0,48490389 por ação ordinária, R$0,53339428 por ação preferencial classe A e B, e de R$620.000, à razão de R$ 3,39323267 por ação ordinária, R$3,73255594 por ação preferencial classe A e B, respectivamente, relacionados aos lucros apurados em 2022. Os pagamentos dos dividendos intermediários foram efetuados em 20 de dezembro de 2022 e 27 de dezembro de 2022, respectivamente. ii) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios, o menor. A Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$211.220, pagos em 31 de janeiro de 2022, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia aprovou em 26 de abril de 2022, o pagamento de dividendos complementares no montante de R$170.383, pagos em 17 de maio de 2022, os quais foram imputados às reservas de lucros de exercícios anteriores. **5.3. Reservas: 5.3.1. Reservas de capital:** A Reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **5.3.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$385.997 e em 31 de dezembro de 2021 R$63.016. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva foi de R$4.717.623 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R$701.180. (iii) Estatutária especial: Constituída com base no saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetivo garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$524.179 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R$77.909. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R$240.263 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R$221.488. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo. **5.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano. **6. Eventos subsequentes:** **6.1. Decisão do STF - eficácia da coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Não obstante até a data da elaboração destas demonstrações financeiras o conteúdo das decisões ainda não ter sido publicado e encontrar-se disponível, a Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia e suas controladas não terão nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no último dia 08 de fevereiro de 2023. **6.2. Cancelamento de ações em tesouraria:** Em 28 de fevereiro de 2023, a Suzano deliberou pelo cancelamento de 37.145.969 ações ordinárias, que estavam sendo mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento de ações, o capital social da Suzano de R$9.269.281, passa a ser dividido em 1.324.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente

Antonio de Souza Corrêa Meyer
Vice-Presidente

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Conselheiro

Geraldo José Carbone
Conselheiro

Alan Terpins
Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer
Diretor Presidente

Marcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Isabel Cotta Fernandino de França Leme
Diretora

Gabriela Feffer Moll
Diretora

CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ e https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=9067.
O referido relatório do auditor independente sobre estas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de março de 2023, sem modificações.

José Pastore

Classe média: presa fácil dos populistas

O recém-lançado livro de Moisés Naím (*A Vingança do Poder*, Cultrix, 2023) mostra à exaustão o estrago que o populismo vem provocando nas democracias modernas, da Argentina aos Estados Unidos, passando por Venezuela, Hungria, Turquia, Filipinas e Brasil.

O que explica a ascensão dos populistas em sociedades tão diferentes? Naím atribui o fenômeno à tecnologia, demografia, urbanização, informação e globalização. Não disputo essa etiologia, mas quero me deter no papel das tecnologias nas mudanças das profissões e no mercado de trabalho em geral.

As primeiras tecnologias substituíam o trabalho manual e repetitivo. Mas, de repente, passaram a substituir o trabalho intelectual e criativo. Ao entrar nesse campo, começaram a destruir muitas profissões de classe média. Nos últimos 20 anos, a classe média da Europa encolheu 7,77%; a classe alta aumentou 1,58%; e a baixa, 6,19%. É a chamada polarização do trabalho. Entre nós, 27% dos brasileiros desceram na escala social.

O que a tecnologia tem que ver com o encolhimento da classe média e com o populismo? Dou como exemplo a entrada da automação no almoxarifado de um grande supermercado e a substituição do trabalho do gerente (de classe média) pelo controle do estoque realizado pelo caixa que registra as vendas. A maioria desses gerentes desce na estrutura ocupacional e na própria estrutura social. Quem nunca tomou um Uber dirigido por um engenheiro?

> ***A modernização tecnológica impacta a estrutura social ao promover poucos e rebaixar muitos***

A mobilidade descendente é um processo doloroso, que gera decepção, desilusão e desgosto. Frustradas, as pessoas são presas fáceis dos populistas que prometem restaurar o mundo perdido e abrir um mundo novo. Mas, com o uso e abuso do assistencialismo, eles arrasam a economia e corroem as instituições.

Ou seja, a modernização tecnológica impacta a estrutura social ao promover poucos e rebaixar muitos. Com isso, a sociedade vira um caldo de cultura ideal para a propagação do populismo.

É um problema muito complicado, pois a última coisa a fazer é demonizar as tecnologias que promovem o crescimento econômico e melhoram a nossa vida. As soluções terão de ser buscadas numa regulação inteligente e, sobretudo, na melhoria da qualidade da educação. Daqui para a frente, as pessoas terão de se educar a vida toda – fácil de escrever e difícil de fazer. ●

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Petróleo **Contratos já assinados**

Conselho da Petrobras mantém venda de ativos

O conselho de administração da Petrobras decidiu ontem que as vendas de ativos com contratos já assinados e à espera do fechamento (closing) serão respeitadas e mantidas, apurou o *Estadão/Broadcast*. A decisão vai em linha com o que o presidente da estatal, Jean Paul Prates, já havia dito na semana passada.

O colegiado considerou cada um dos processos de venda desses ativos como "ato jurídico perfeito", que não precisariam ser revisitados pela nova diretoria executiva – que assumiu seus cargos ontem.

Mais cedo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviou ofícios para a diretoria executiva da Petrobras e para o conselho solicitando que todas as vendas de ativos, inclusive as assinadas, fossem reavaliadas pela nova diretoria e o assunto devolvido ao conselho para apreciação. ●

BRASÍLIA e RIO

SindusCon SP **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SindusCon-SP, com sede na Rua Dr. Bacelar, 1.043, 5º andar, Vila Clementino, São Paulo, Capital, convoca as empresas integrantes da categoria para Assembleia Geral Extraordinária, no dia 5 de abril de 2023, às 14h00 em primeira convocação e, não havendo número legal, às 14h30 em segunda e última convocação. Ordem do dia: 1 - leitura e aprovação da ata da Assembleia geral anterior; 2 - deliberação e fixação de metas para as convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos com todas as categorias profissionais que se relacionam com o SindusCon-SP; 3 - deliberação e fixação da Contribuição Negocial, nos termos do art. 8º da CF; 4 - outorga de poderes para a Diretoria, Comissão de Negociação e Assessoria Jurídica, visando negociações ou celebrações de convenções coletivas e/ou interposição de dissídios coletivos, e acompanhamento nos quais a categoria da indústria da construção civil figurar como suscitada, bem como atribuir a Assembleia caráter permanente, enquanto perdurarem as negociações/dissídios coletivos. O SindusCon-SP convoca todas as empresas da categoria para participarem da assembleia, por seu representante legal, ou por preposto, devidamente habilitados por procuração específica. Após o cadastro, receberão o link de acesso à reunião. O cadastro servirá como lista de presença. Link de Inscrição: (https://lp.sindusconsp.com.br/fluxo1-juridico-23-03-2022-assembleia-geral

São Paulo, 29 de março de 2023. **Yorki Oswaldo Stefan** - *Presidente*

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária**, a serem realizadas no próximo dia **28 de abril de 2023, às 9h50 e às 10h,** respectivamente, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Extraordinária - 9h50: (i) Aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal da Companhia, a vigorar imediatamente após a aprovação. 2. Em Assembleia Geral Ordinária - 10h: (i)** Apreciação do Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** Instalação e eleição dos membros do Conselho de Fiscal; e **(iv)** Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data indicada no item 3, abaixo: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digitalmente à Companhia até o dia 21/04/2023, no endereço eletrônico ri@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) exclusivamente para a Assembleia Geral Ordinária, via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico ri@ctgbr.com.br, até as 10:00 horas do dia 26 de abril de 2023. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia/, além do site da CVM e B3. 4) Na forma do disposto no inciso V do artigo 133 e §3° do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://ri.ctgbr.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes-de-conselho-rio-paranapanema-energia/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo IV da Resolução CVM nº 80/22 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Resolução CVM nº 81/22, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária poderá ser realizada via boletim de voto a distância, a ser enviado diretamente à Companhia, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e/ou (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônica para o seguinte endereço: ri@ctgbr.com.br, até o dia 21 de abril de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2023

Liyi Zhang - Presidente do Conselho de Administração

LPSBrasil **LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 3° e 5° da Resolução nº 81, de 29 de março de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "CVM"), a reunirem-se em assembleia geral ordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: **(a)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(b)** comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; **(c)** cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou **(d)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1°, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1° e § 2°, da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1°, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGO com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. **Participação por Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância por seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que, no segundo caso, o boletim preenchido deverá ser recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive). Os boletins de voto a distância foram disponibilizados pela Companhia na página da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), contendo as instruções para o preenchimento e a documentação exigida. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão à disposição dos acionistas no site da Companhia (http://ri.lopes.com.br), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 (www.b3.com.br). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br. São Paulo, 29 de março de 2023. **LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2023

Processo Administrativo nº 00.526/2022 – SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS - OBJETO: **CONCESSÃO ONEROSA DE ESPAÇO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ITENS DE MOBILIÁRIO URBANO, MEDIANTE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA.** O Edital poderá ser consultado e/ou obtido no site da Prefeitura do Município de Osasco, no endereço www.transparencia.osasco.sp.gov.br – ENTREGA DOS ENVELOPES/ABERTURA: **DIA 03 DE MAIO DE 2023, às 10h30min.**, na **"Sala de Licitações"** da Secretaria Executiva de Compras e Licitações, localizada na Rua Narciso Sturlini, n.º 161 - Centro - Osasco/SP.

Osasco, 29 de março de 2023.

Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1768/2022 SRP

PROTOCOLO Nº 18.624.276-9
OBJETO: Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de PROJETORES DE MULTIMÍDIA E TELAS DE PROJEÇÃO.
INTERESSADO: Diversos órgãos.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 27 de março de 2023.
ABERTURA: 19 de abril de 2023, às 09:00 hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

CNPJ: 00.194.724/0001-13

Comunicado

A **AES Brasil Operações S.A.** publica informações do seu Programa de P&D - Ano 2022 a ser enviado para avaliação da ANEEL através do link da página de Internet: https://www.aesbrasil.com.br/inovacao/. Para maiores informações ou dúvidas entrar no site acima.

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 046/SGAF/2023 Objeto: Locação de veículo 100% elétrico. Abertura: 17/04/2023 às 09h00.
Revogação de Licitação: O Secretário de Gestão Administrativa e Finanças, Sr. Odilson Gomes Braz Junior decide pela Revogação do procedimento licitatório, referente à Pregão Eletrônico 348/SGAF/2022. Objeto: Locação de veículo elétrico modelo sedan, hatch ou hatchback. Informamos aos interessados, que está aberto o prazo para ampla defesa, conforme art.109, inciso I da Lei Federal 8.666/93.
Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00.
José Cláudio Marcondes Paiva - Diretor do Departamento de Recursos Materiais.
Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LITAÇÃO
Tomada de Preços n.º 004/2023, Processo Licitatório n.º 028/2023.

Torna-se público aos interessados na licitação modalidade Tomada de Preços n.º 004/2023 Processo Licitatório n.º 028/2023, com abertura prevista para o dia 10 de abril de 2023 às 14h00min, destinado à contratação de empresa especializada para recapeamento de vias publicas no município de Martinópolis-SP (Rua Quatá (Trecho entre Rua Natel Macedo e Av. Manoel Canhizares Toro, e Rua José Lima de Andrade (Trecho entre Rua José Heleno da Costa e Av. Francisco José de Carvalho) no Distrito de Guachos),com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Termo de Convênio 103798/2022 – Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, Publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal O Estadão, Jornal O Imparcial, Diário Oficial da União e Diário Municipal em 21/03/2023, a retificação da Planilha Orçamentária, assim como prorrogação do prazo de abertura de edital para o dia 18 de abril de 2023 as 13h00min. O Edital retificado e seus anexos estão disponíveis no Departamento de Licitação, no site www.martinopolis.sp.gov.br, no Portal Transparência, http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/, no horário normal de expediente. Martinópolis, 29/03/2023 – Comissão de Licitação. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços n.º 007/2023, Processo Licitatório n.º 031/2023

Torna-se público aos interessados na licitação modalidade Tomada de Preços n.º 007/2023 Processo Licitatório n.º 031/2023, com abertura prevista para o dia 13 de abril de 2023 às 9h30min, destinado à contratação de empresa especializada para recapeamento de vias publicas no município de Martinópolis-SP (Ruas 01 Rua 02 e Rua 03 – Distrito de Vila Martins), com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Termo de Convênio 104061/2022 – Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, Publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal O Estadão, Jornal O Imparcial, Diário Oficial da União e Diário Municipal em 22/03/2023, a retificação da Publicação onde Le-se Termo de Convênio 104061/2022, leia-se Termo de Convênio 103479/2022. O Edital retificado e seus anexos estão disponíveis no Departamento de Licitação, no site www.martinopolis.sp.gov.br, no Portal Transparência, http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/, no horário normal de expediente. Martinópolis, 29/03/2023 – Comissão de Licitação. Prefeito.

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), sem prejuízo da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; ii. Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos, ratificando o pagamento já realizado por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de novembro de 2022; iii. Revisar o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro do exercício social 2021 por 3 (três) exercícios (2022-2024), aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022; iv. Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; v. Dispensar o candidato ao Conselho de Administração, Sr. Marcio Botana Moraes, dos requisitos previstos no artigo 147, § 3º, inciso I, da Lei nº 6.404/76; vi. Eleger os membros do Conselho de Administração, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; vii. Delegar, ao Conselho de Administração, a definição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho, conforme previsto no parágrafo 9º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e viii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Relevantes:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2023, na forma prevista na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29.03.2022 ("Resolução CVM 81/22"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). 2. Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. 3. Os Acionistas que optarem por **participar presencialmente da AGO** devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os Acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o *e-mail* <ri@even.com.br>. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. 4. Os Acionistas que desejarem **participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital**, devem enviar a documentação indicada acima para o *e-mail* <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as **10:00 horas (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2023** e solicitar o acesso ao sistema. Os Acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. 5. Os Acionistas que optarem por **exercer seu direito de voto à distância**, nos termos do Artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM 81/22, devem preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo: (i) diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o *e-mail*: < ri@even.com.br>; (ii) ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) aos seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante. 6. A eleição do Conselho de administração poderá se dar por voto múltiplo, se este for solicitado por Acionistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e nos Artigos 1º, inciso III, e 3º da Resolução CVM nº 70, de 22.03.2022.

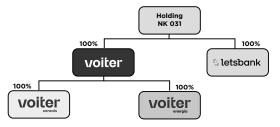
São Paulo, 28 de março de 2023.

Rodrigo Geraldi Arruy - Presidente do Conselho de Administração

Banco Voiter S.A.

CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

Mensagem da Administração: Nos últimos anos, o Banco vem trilhando uma nova fase em sua trajetória. Em 2019, iniciamos uma ampla transformação, com a mudança do grupo de controle, e a redefinição da estratégia de crescimento. Em 2020, anunciamos a reorganização societária do Grupo, nossa nova marca e denominação, **Voiter,** e o fechamento do capital. Em 2021 e 2022, avançamos na execução da reorganização societária anunciada e seguimos com a execução da nova estratégia de negócios. **Principais eventos societários e administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras:** Em junho de 2021, a alteração da razão social da Companhia de "Banco Indusval S.A." para "**Banco Voiter S.A.**" foi homologada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em julho de 2021, em linha com a reorganização societária, foi homologada pelo BACEN a restituição do Banco Letsbank S.A. (nova denominação do Banco SmartBank S.A.), à **Holding NK 031,** acionista majoritária do **Voiter**. Dessa forma, desde o começo do segundo semestre de 2021, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do **Voiter** e passou a ser uma subsidiária da **Holding NK 031**. Com isso, os resultados consolidados do **Voiter** incluíram os resultados do Letsbank apenas até o primeiro semestre de 2021. Em 24 de março de 2022 foi aprovada pelo BACEN a desconsolidação do Letsbank do Conglomerado Prudencial. Tal processo foi importante para consolidar a total independência entre as administrações do **Voiter** e Letsbank, dado que as instituições atuam em diferentes segmentos, com diferentes estratégias, focos e prioridades. Em 24 de junho de 2022, e conforme aprovado na AGOE de 23 de maio de 22, a **Holding NK 031** incorporou integralmente a RT099, que era sua controlada, para simplificar a estrutura societária do Grupo. A nova e atual configuração do Grupo segue abaixo:

Visão Estratégica: Seguimos trabalhando na execução da estratégia traçada para o **Voiter**, reforçando os investimentos em pessoas, tecnologia e novos produtos, e seguindo com uma ampla reformulação de fluxos e processos para aumentarmos o nível de eficiência operacional do Banco e permitirmos, assim, o aumento da base de clientes e um crescimento sustentável no volume de negócios para os próximos anos. Do ponto de vista estratégico, o **Voiter** segue com sua atuação como Banco de Negócios, dedicado em entender com profundidade seus clientes e seus desafios, oferecendo soluções financeiras específicas para cada necessidade. O objetivo é construir parcerias sustentáveis, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, que acompanhem os diversos ciclos dos clientes e ajudem em seu crescimento. Para tanto, temos um time de especialistas em diversos segmentos, tais como agronegócio, tecnologia, crédito, derivativos, câmbio, *cash management*, captação, além do time de operações estruturadas, atuando de forma multidisciplinar com os times comerciais no atendimento aos clientes. Este é o time que constrói e gere a **Carteira Voiter:** Além da geração de novos ativos, o Banco segue fazendo a gestão do que chamamos de **Carteira Legado**. São ativos que englobam créditos que não fazem parte de nosso *core* e da nova estratégia de negócios, englobando ativos *distressed* e BNDU (Bens não de Uso). São carteiras onde o time dedicado trabalha de forma diligente e proativa para recuperar valores através da venda destes ativos, execução e cobrança. Além da **Carteira Legado,** o time também atua na gestão e processos de venda, execução e cobrança de ativos já baixados para prejuízo. Seguimos em 2022 com nosso propósito de impulsionar negócios, estabelecendo parcerias que ampliem ainda mais nossa oferta de soluções e nossa base de clientes e consolidem o **Voiter** no mercado como um banco de negócios consultivo, que constrói soluções de real valor para seus clientes e parceiros. **Destaques:** • Nesse relatório, utilizamos critérios gerenciais para apresentação das informações de carteira e resultado. Em relação ao contábil, esses critérios gerenciais afetam a abertura das carteiras e resultado entre as linhas. Para fins de resultado e não alteram o lucro líquido. • A **Carteira de crédito**, fechou em um montante de R$ 971 milhões em dezembro de 2022 (R$ 1,2 bilhão em dezembro de 2021), ficando com leve redução no período. A **Carteira de Crédito Expandida**[1], somou R$ 1,8 bilhão em dezembro 2022 (R$ 2,4 bilhões em dezembro 2021). A redução se deu principalmente em nossa posição em CDA/WA e se deve à sazonalidade da principal commodity à qual a carteira de CDA/WA está atrelada (café) e vendas dos estoques físicos carregados pela nossa empresa Cerealista (**Voiter Cereais**). • As vendas de créditos e recuperações da atividade do legado geraram resultado positivo de R$ 32 milhões nos 12 meses de 2022. Esta **Carteira Legado** fechou dezembro 2022 em R$ 75 milhões ante R$ 153 milhões em dezembro 2021. • A **Carteira Voiter** continua sendo gerada com ativos de **boa qualidade** e os créditos classificados entre os ratings AA, A e B fecharam em 96% em dezembro de 2022 (ante 98% em dezembro 2021). Quando adicionamos a **Carteira Legado** nesta composição e consideramos a **Carteira de Crédito Expandida**, o valor fecha dezembro 2022 com 94% dos créditos com classificação entre AA, A e B, ante 96% ao final de dezembro 2021. • O NPL acima de 90 dias da **Carteira de Crédito Expandida** fechou o ano em 0,03%, menor que ao final de dezembro 2021 quando o índice era de 0,11%. Isto reforça que nossa concessão de crédito segue sendo criteriosa, zelando pela qualidade dos ativos originados. • O volume de **Captações** somou R$ 3,3 bilhões em dezembro 2022 (R$ 4,9 bilhões em dezembro 2021). Em um cenário de carteira de crédito expandida mais leve e Selic mais alta, foi prudente eliminar o excesso de caixa que o banco carregava, para reduzir o custo de financiamento desta liquidez. Mesmo com esta redução, seguimos com nível de liquidez aderente à condução dos negócios do Voiter Ao longo dos 12 meses de 2022, seguimos com a distribuição de nossos papéis de renda fixa no mercado institucional, junto às corretoras e distribuidoras, junto aos nossos clientes PJ, em volumes adequados à necessidade de caixa do banco. • Na frente de câmbio tivemos uma evolução muito importante, que ampara o desenvolvimento dos nossos negócios e demonstra nossa capacidade de entrega aos nossos clientes. Avançamos 12 posições no ranking do Banco Central do Brasil entre dezembro 21 e dezembro 22, com aumento de 161% nos volumes transacionados. Na frente de derivativos, promovemos uma grande diversificação dos instrumentos de proteção disponibilizados para nossos clientes em moedas, *hard* e *soft* commodities, juros e inflação, o que nos levou a um crescimento de nossos estoques no produto de 307% no ano de 2022.

Câmbio - Voiter - em US$ milhões	dez/22	dez/21	dez 22/dez 21
Volume transacionado	**1.766**	**678**	**161%**
Posição no Ranking de Câmbio no BACEN (1)		**dez/22**	**dez/21**
(*) Fonte: Ranking BACEN		53º	65º
Derivativos - Voiter - em R$ milhões	**dez/22**	**dez/21**	**dez 22/dez 21**
Estoque	**15.000**	**3.690**	**307%**

[1] Considera toda a carteira de crédito expandida, que, além da carteira classificada pela Resolução CMN nº 2.682/99, é composta também por fianças, títulos agrícolas (CPR e CDA/WA), títulos de crédito privado (notas promissórias e debêntures), e cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Ambiente Macroeconômico: Apesar de apostas em contrário, o Brasil deve ter crescido ao redor de 3% em 2022. Em parte, graças a política fiscal expansionista, que de certa forma aumentou o poder de consumo da população mais necessitada, bem como a redução do preço dos combustíveis via desoneração tributária, ajudando ainda mais a controlar a inflação e a manter a renda do trabalhador. Tudo isso ainda em meio a uma política monetária contracionista que fechou o ano com uma taxa básica de juros de 13.75%. Novamente, a recuperação da rubrica serviços foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento de 2022, na margem. A população começou a voltar com seu nível de consumo de serviços pré-pandemia, ajudando a atividade econômica e o impulso no Produto Interno Bruto. **Desempenho:** Nesse relatório, utilizamos critérios gerenciais para apresentação das informações de caixa livre e carteira de crédito expandida. Em relação ao contábil, esses critérios gerenciais afetam a abertura entre linhas do caixa livre e carteira crédito expandida. O conjunto das atividades do **Voiter** segue representado nas diversas tabelas que seguem.

Principais Dados de Balanço (R$ milhão)	dez/22	dez/21	dez/22/dez21
Caixa Livre	562	956	-41%
Carteira de Crédito Expandida	1.826	2.462	-26%
Carteira Voiter	1.750	2.309	-24%
Carteira Legado	75	153	-51%
Ativo Total	4.626	6.013	-23,1%
Principais Dados de Balanço (R$ milhão)	**dez/22**	**dez/21**	**dez/22/dez21**
Captação Total	3.298	4.956	-33%
Patrimônio Líquido	438	384	14,1%
BIS Ratio	11,32%	10,40%	8,8%

Caixa Livre: Por decisão estratégica, reduzimos o caixa livre entre dezembro 2021 e dezembro 2022, passando de R$ 956 milhões para R$ 562 milhões, sendo uma redução de 41%. O caixa livre é composto por Títulos e Valores Mobiliários sem impedimento para negociação e as disponibilidades *on-shore* e *off-shore*. Esta redução foi estratégica e foi feita ao longo do ano de 2022. Captamos apenas os volumes necessários à manutenção da liquidez do banco e majoritariamente em CDBs de até 1 ano e LCAs de até 6 meses, mas sempre mantendo o gap positivo em nosso ALM. Prazo médio dos ativos fecha 2023 em 218 dias e os passivos com prazo médio de 289 dias. Isto objetivou promover um controle do custo do carrego de caixa, que com uma SELIC mais alta, poderia onerar mais o resultado do banco. Para 2023, nosso objetivo é manter a estratégia de uma atuação voltada ao ALM do banco, e vamos seguir captando em prazos adequados e alinhados à nossa estratégia comercial.

Operações de Crédito:

Carteira de Crédito Expandida (R$ milhão)	dez/22	dez/21	dez 22/dez 21
Empréstimos e Financiamentos em Reais	725	616	18%
Cessão de Recebíveis com Clientes	124	403	-69%
Trade Finance (ACC/ACE/FINIMP)	85	66	28%
Antecipação de Recebíveis de Cartão [1]	18	35	-49%
Outros [2]	20	44	-56%
Carteira de Crédito	**971**	**1.164**	**-17%**
Garantias emitidas (Fianças e L/Cs)	47,7	48,2	-1%
Títulos Agrícolas (CPR e CDA/WA)	460	1.107	-58%
Títulos de Crédito Privado (NP e Debêntures)	38	3	1075%
FIDCs	309	139	122%
Carteira de Crédito Expandida	**1.826**	**2.462**	**-26%**
Carteira Voiter	**1.750**	**2.309**	**-24%**
Carteria Legado	**75**	**153**	**-51%**

[1] Operações de arranjo de pagamentos; [2] Outros correspondem a operações de Financiamento de BNDU.

A **Carteira de crédito** atingiu o montante de R$ 971 milhões em dezembro de 2022 apresentando leve redução, quando comparada a dezembro de 2021, quando a carteira estava em R$ 1,2 bilhão. A **Carteira de Crédito Expandida**, somou R$ 1,8 bilhão, representando uma redução de 26% nos 12 meses (R$ 2,4 bilhões em dezembro 2021), principalmente pela redução da nossa operação de desconto de recebíveis, com a redução da nossa posição em CDA/WA e venda de carteira do legado. A redução da volumetria da operação de cessão de recebíveis foi natural, na medida em que crescemos nossas posições no *corporate*, onde os *spreads* são mais adequados à remuneração do capital. A redução da posição em CDA/WA se deve à sazonalidade da principal commodity à qual a carteira está atrelada (café) e vendas dos estoques físicos carregados pela nossa empresa Cerealista (**Voiter Cereais**). Destacamos a qualidade da **Carteira Voiter:** 96% dos créditos estavam classificados entre os ratings AA, A e B em dezembro 2022 mesmo ante 98% em dezembro de 2021. Quando adicionamos a **Carteira Legado** nesta composição e consideramos **a Carteira de Crédito Expandida**, o valor fecha dezembro 2022 em 94% dos créditos com classificação entre AA, A e B, ante 96% em dezembro 2021. O saldo total de créditos com atraso superior a 90 dias (NPL 90) totalizou R$ 500 mil em dezembro 2022 (R$ 2,7 milhões em dezembro 21). O índice de NPL 90 dias sobre carteira fechou dezembro 2022 em 0,03% ante 0,11% em dezembro 2021.O saldo de provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R$ 28,7 milhões em dezembro 2022 (R$ 40,7 milhões em dezembro 2021). Além das provisões da carteira de crédito, adicionalmente também fizemos provisões para os FIDCs (considerando apenas a participação proporcional do Banco no saldo de PDD deles) que consolidam em nosso balanço prudencial. Tais provisões somaram R$ 2,8 milhões em dezembro 2022, ante R$ 1,3 milhão em dezembro 2021. **Captações**: A carteira de captação do **Voiter** somou R$ 3,3 bilhões em dezembro de 2022, com uma redução de 32% no ano de 2022. Em dezembro de 2022, os depósitos a prazo via emissão de CDB foram os mais representativos, respondendo por 83% do estoque de captação, seguidos pelas letras de crédito do agronegócio (LCA) e letras de crédito imobiliárias (LCI), responsáveis por 16% do estoque. Os Depósitos à Vista e repasses fecham o ano em 1% do saldo total. Estrategicamente tivemos uma atuação tímida ao longo do ano de 2022, sempre mantendo *gap* positivo do ALM, e atuamos na diversificação das contrapartes, com objetivo de maior penetração da marca **Voiter** no mercado. **Resultados**: Apresentamos abaixo a Demonstração de Resultado Gerencial (DRE), que é fundamentada em reclassificações da DRE contábil e tem por finalidade auxiliar a análise de nossos resultados.

DRE (R$ milhão)	dez/22	dez/21	dez 22/ dez 21
Receitas da Intermediação Financeira e Serviços	555,0	417,3	33%
Despesas da Intermediação Financeira	(424,7)	(273,6)	55%
Resultado de Interm. Financeira e Serviços antes da Provisão	**130,3**	**143,7**	**-9%**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	15,3	20,7	-26%
Resultado de Intermediação Financeira e Serviços	**145,6**	**164,4**	**-11%**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(126,4)	(193,0)	- 35%
Despesas da Intermediação Financeira Alocado aos ANRs (1)	(79,3)	(8,7)	811%
Efeito da reversão de provisão do FIDC Fiagril (2)		70,5	-100%
Despesa extraordinária da Arbitragem da Guide (3)	(33,0)		NC
Despesa extraordinária da desconsolidação do Letsbank (4)		(22,0)	-100%
Resultado Operacional	**(93,1)**	**11,2**	**-933%**
Resultado Não Operacional	4,8	17,3	-72%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**(88,3)**	**28,5**	**-410%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	16,7	(81,2)	-121%
Resultado	**(71,6)**	**(52,7)**	**36%**

[1] Despesas decorrentes do carrego de ANR (ativos não remunerados) composta por Diferença de Crédito Tributário contra Patrimônio Líquido Ajustado, excesso de Caixa, BNDU, participação na Guide Investimentos S.A. e depósitos judiciais sendo as mais relevantes.; [2] Reversão advinda da venda do ativo cotas do FIDC Fiagril em dezembro de 2021; [3] Em abril de 2022, foi efetuado o pagamento referente a finalização do processo de arbitragem da venda da Guide Investimento S.A para o Grupo Fosun em 2018.[4] Em junho de 2021, o Banco Voiter cedeu 100% da participação que detinha no Banco Letsbank para seu controlador a Holding NK031.

Apesar da redução da Carteira de Crédito expandida, nosso resultado bruto da intermediação financeira cresce 33% fechando em R$ 555 milhões em dezembro de 2022 ante R$ 417,3 milhões em dezembro 2021. Isso demonstra uma melhora derivada da condução e implementação do plano de negócios. O que ainda compromete o resultado do banco são fatores não relacionados à sua atividade *core* ou qualidade dos ativos, mas sim ao movimento de taxa de juros que impactou as despesas de intermediação financeira e as relacionadas ao carrego dos ativos não remunerados (ANRs), em grande parte ainda, oriundos dos tempos de Banco Indusval. Com relação ao cenário econômico, tivemos taxas de juros muito diferentes em 2021 e 2022. A média da Selic em 2021 foi de 4,5% e em 2022 foi de 12,5%. Isso pressionou de forma importante o resultado operacional. Na frente de Receitas/ Despesas operacionais recorrentes, tivemos uma redução de 35% fechando em R$ 126 milhões em dezembro 2022 (R$ 193 milhões em dezembro 2021), apesar do dissídio em setembro 2022, dos investimentos em produtos e serviços, e dos investimentos em nosso processo de transformação digital, que teve como destaque a migração de 100% da infraestrutura do banco para nuvem, conseguimos esta importante redução, controlando muito de perto as despesas do banco. Além das receitas/despesas acima mencionadas, tivemos despesas/ receitas importantes não relacionadas à geração de ativos da Carteira Voiter ou as suas atividades correntes. Nos exercícios findos em dezembro 2022 e dezembro 2021, tivemos despesas de R$ 79,3 MM e R$ 8,7MM, respectivamente, atreladas ao carrego de Ativos Não Remunerados (ANRs). Este importante crescimento se deu em função do aumento da Selic. Estes ANRs são primordialmente compostos pela diferença do valor do Crédito Tributário ativado contra Patrimônio Líquido Ajustado, e pelo carrego do excesso de Caixa, dos Bens não de Uso (BNDU), pela participação na Guide e pelos valores de depósitos judiciais. Em 2021 tivemos uma receita extraordinária de R$70,5 MM advinda de uma reversão de provisão decorrente da venda de um ativo *distressed* (FIDC Fiagril). Também em 2021, tivemos uma despesa extraordinária de R$ 22 milhões referente à equivalência patrimonial do Letsbank, que deixou de ser computada após o Banco Voiter ceder 100% da participação que detinha do Banco Letsbank para o seu controlador a Holding NK 031. No ano de 2022, tivemos uma despesa de R$33 milhões associada a um processo de arbitragem junto à Guide, processo este ainda oriundo da venda da corretora ao Grupo Fosun em 2018. Fazendo uma análise que desconsidera o carrego dos ativos ANR e os efeitos extraordinários acima identificados, podemos ver a clara evolução dos resultados do **Voiter** em sua estratégia e negócios *core*, pois o resultado operacional além de positivo, apresenta uma melhora de 167% no YoY, passando de um prejuízo de R$ 29 milhões no ano de 2021para uma receita de R$ 19 milhões em no ano de 2022.

Resultado	dez/22	dez/21	dez 22/ dez 21
Resultado de Intermediação Financeira e Serviços	146	164	**-11%**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(126)	(193)	-35%
Resultado Operacional Ajustado	**19**	**(29)**	**-167%**

Além da análise sem os efeitos extraordinários, também trazemos a seguir, a conciliação entre os resultados contábeis e gerenciais de dezembro 2022 e de dezembro 2021.

Dezembro 2022	Contábil	Reclassificações Gerenciais (1)	Efeitos Fiscais do Hedge (2)	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	545,73	(36,41)	45,70	555,02
Despesas da Intermediação Financeira	(528,22)	103,48		(424,74)
Resul. da Inter. Financ. Antes da Provisão	**17,51**	**67,08**	**45,70**	**130,28**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	15,28			15,28
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**32,79**	**67,08**	**45,70**	**145,57**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(174,50)	48,09		(126,42)
Despesa Extraordinária de arbitragem da Guide		(33,00)		(33,00)
Despesas da Intermediação Financeira Alocado aos ANRs		(79,30)		(79,30)
Resultado Operacional	**(141,71)**	**2,86**	**45,70**	**(93,15)**
Resultado Não Operacional	**7,71**	**(2,87)**		**4,85**
Result. Não Operacional de BNDU	7,71	(7,71)		
Resultado de MTM de FIP		4,85		4,85
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**(134,00)**		**45,70**	**(88,30)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	62,39		(45,70)	16,69
Resultado Líquido	**(71,61)**			**(71,61)**

Dezembro 2021 - Conciliação entre os Resultados Contábeis e Gerenciais (R$ MM)	Contábil	Reclassificações Gerenciais (1)	Efeitos Fiscais do Hedge (2)	Gerencial
Receitas da Intermediação Financeira	279,4	24,4	113,5	417,3
Despesas da Intermediação Financeira	(275,4)	1,8		(273,6)
Resul. da Inter. Financ. antes da Provisão	**4,0**	**26,2**	**113,5**	**143,7**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	91,2	(70,5)		20,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**95,2**	**(44,3)**	**113,5**	**164,4**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(176,8)	(16,2)		(193,0)
Efeito reversão Provisão Fiagril		70,5		70,5
Despesas da Intermediação Financeira Alocado aos ANRs		(8,9)		(8,9)
Banco Letsbank		(22,0)		(22,0)
Resultado Operacional	**(81,6)**	**45,4**	**113,5**	**11,0**
Resultado Não Operacional	**(3,5)**	**20,7**		**17,3**
Result. Não Operacional de BNDU	(3,5)	3,5		
Resultado de MTM de FIP		17,3		17,3
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	**(85,1)**		113,5	**28,5**
Imposto de Renda e Contribuição Social	32,7		(113,5)	(80,8)
Resultado Líquido	**(52,4)**			**(52,4)**

[1] Reclassificação (i) do Resultado do Voiter Cereais e da variação cambial gerada pela agência de Cayman da rubrica contábil 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' para a linha 'Receitas de Intermediação Financeira e Serviços' da tabela; (ii) do efeito do hedge das captações prefixadas e indexadas a IPCA da rubrica contábil "Receitas de Intermediação Financeira" para a linha 'Despesas de Intermediação Financeira' da tabela; (iii) das Despesas Administrativas vinculadas à operação da rubrica contábil "Despesas Administrativas" para a linha 'Receitas de Intermediação Financeira' da tabela; e (iv) da Despesa com Comissão Distribuidores da rubrica contábil "Despesas Administrativas" para a linha 'Despesas de Intermediação Financeira ' da tabela,(v) Adicionalmente elencamos o efeito do carrego de Ativos Não Remunerados (ANRs) contemplados na rubrica de Despesa de Intermediação Financeira reclassificamos para Resultado Operacional, (vi) Reclassificação do efeito da reversão da Provisão da Fiagril da rubrica de Resultado da Intermediação Financeira para Resultado Operacional. (vii) Demonstramos o efeito da equivalência patrimonial da controlada Banco Letsbank. A controlada foi cedida para Holding Nk031.

[2] Reclassificação do efeito fiscal do efeito de marcação a mercado (MtM) dos títulos e valores mobiliários e derivativos utilizados para fins de *hedge*, da rubrica contábil 'Imposto de Renda e Contribuição Social' para a linha 'Receita de Intermediação Financeira' da tabela.

Índice de Basileia: Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral de acionistas aprovou redução de capital do **Banco Voiter** referente a seu investimento no Banco Letsbank S.A., restituindo-o à Holding NK 031, acionista majoritária do **Voiter**. Essa redução de capital foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 8 de julho de 2021 e, portanto, desde então, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do **Voiter** e passou a ser uma subsidiária da Holding NK 031. Como evolução da forma de atuação mais independente do Letsbank, foi efetuada uma etapa adicional da reorganização, criando-se um conglomerado prudencial próprio para o Letsbank, com administração sem qualquer interferência do **Voiter**, em linha com a Resolução CMN nº 4.950/21. Deste modo, a partir de 24 de março de 2022, data da aprovação pelo Banco Central para a nova estrutura do conglomerado prudencial do **Voiter**, o Letsbank passou a reportar seu conglomerado prudencial de maneira independente já a partir de seus demonstrativos de março de 2022. O conglomerado prudencial **Voiter** tem hoje como Instituição Líder o **Banco Voiter**, composto pelas seguintes Instituições Participantes: Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A, FIDC WH1, Voiter Consig e Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Para fins de capital, a desconsolidação do Letsbank em março de 2022, gerou um desenquadramento do índice de Basileia do Conglomerado Prudencial **Voiter**. O acionista controlador, reforçando seu comprometimento com o Banco, apresentou ainda no primeiro semestre do ano ao Banco Central do Brasil (BACEN), um plano de aportes de até R$ 195 MM, para reenquadramento gradual do índice, até o final de 2022. Do plano apresentado, foram feitos R$ 125 MM em 3 aportes, e estes, combinados com uma gestão mais eficiente de capital, fizeram com que o Voiter fechasse o ano de 2022 com um índice de basileia de 11,32%. **Títulos Mantidos até o Vencimento - Circular BACEN nº 3.068:** Atendendo à Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento". **Gestão de Riscos:** A gestão dos riscos é essencial para a perenidade de qualquer instituição financeira. A gestão integrada de riscos abrange a avaliação e quantificação dos riscos, a continuidade dos negócios, a estrita observação das normas, a prevenção à lavagem de dinheiro, a segurança da informação e o controle e mitigação de riscos de mercado e liquidez, além do risco de crédito. O constante aprimoramento desta gestão é fundamental para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. O **Conglomerado Voiter** dispõe de ferramentas para identificar e mapear os riscos a que está exposto, mensurar esta exposição, adotar medidas de mitigação e gerir permanentemente eventuais variantes e cenários que possam interferir em seus negócios e resultados. O **Voiter** adota ainda posições coerentes com as diretrizes e limites definidos pela Administração em suas Políticas de Gerenciamento de Riscos e conta com comitês específicos, que oferecem suporte à Administração na discussão dos processos evolutivos, tanto nas políticas e normas internas quanto para o monitoramento e mitigação desses riscos. Mais detalhes sobre a gestão de riscos estão disponíveis em nosso website (https://ri.voiter.com/ri). **Governança Corporativa:** O Conselho de Administração do Banco, presidido pelo Sr. Roberto de Rezende Barbosa, conta com até quatro conselheiros de alta qualificação. A auditoria interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva, conta com experientes profissionais de mercado, participa e conta com o apoio de comitês para discussão e deliberação sobre questões fundamentais, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Caixa, Comitê de Crédito e Reestruturação, Comitê de Ética, Comitê de Riscos, Comitê de Riscos Operacionais, Compliance e PLD e Comitê de Produtos. **Gente e Gestão:** O Voiter encerrou o ano de 2022 com 230 funcionários. O destaque do ano foram os dois Programas de Estágio realizados: um no primeiro semestre, com a chegada de 13 novos estagiários em junho e o outro realizado no segundo semestre, com aprovação de 12 estagiários, previstos para iniciar em 2023. Acreditamos que os programas de entrada são importantes para formação no mercado financeiro, e por isso toda a liderança do banco é envolvida no processo de seleção, além do que após admitidos, os estagiários passam por um on-boarding completo sobre áreas, funções, ferramentas, cultura, comportamentos e conhecimentos técnicos. O programa é principal celeiro de talentos para as posições juniores, tanto que no último ano mais de 70% das vagas de entrada foram preenchidas por estagiários treinados por nós. Essa estratégia de sucessão e retenção promove à organização uma maior assertividade na análise de potencial, requisitos e alinhamento cultural dos candidatos às vagas abertas, além de uma maior agilidade na reposição das vagas. Adicionalmente, trouxemos reforços importantes para áreas como Produtos, Finanças, Tecnologia, Compliance e Auditoria, e principalmente para a área Comercial. A chegada desses reforços teve como objetivo principal dar suporte às atividades operacionais, promover melhorias para maior eficiência dos processos e continuar na condução dos negócios e suporte aos clientes, de forma a gerar maiores e melhores resultados. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços ao Banco e suas controladas e coligadas que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa. **Declaração da Diretoria** A Diretoria Executiva do **Banco Voiter S.A**. declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Agradecemos a confiança e o apoio de nossos acionistas, clientes e parceiros de negócios e, em especial, de nossos colaboradores, nosso ativo mais valioso e que, sempre alinhados aos nossos valores, nos ajudam a construir em bases sólidas um banco mais forte, dinâmico, inovador e sustentável.

São Paulo, 30 de março de 2023

A Administração
Banco Voiter S.A.

continua →★

★ continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

BALANÇO PATRIMONIAL Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**5(a)**	**80.519**	**60.046**
Instrumentos financeiros		**3.665.711**	**5.120.992**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5(b)		550.574
Títulos e valores mobiliários	6(a); (b)	2.393.553	2.977.517
Instrumentos financeiros derivativos	6(c)	167.378	315.719
Operações de crédito	7	682.254	597.128
Outros ativos financeiros	8	422.526	680.054
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	**7(a); (b)**	**(49.620)**	**(60.095)**
Operações de crédito		(22.330)	(30.587)
Outros ativos financeiros		(27.290)	(29.508)
Ativos não financeiros mantidos para venda	**9**	**144.783**	**186.014**
Ativos fiscais		**360.897**	**298.794**
A compensar		626	5.231
Créditos tributários diferidos	12 (b)	360.271	293.563
Outros ativos	10	**263.196**	**247.228**
Participações societárias	21 (a)	**149.745**	**152.049**
Imobilizado de uso	21 (b)	**17.796**	**17.114**
Intangível	21 (c)	**23.182**	**18.355**
Depreciação e amortização acumuladas	21 (b);(c)	**(30.413)**	**(27.140)**
Total do ativo		**4.625.796**	**6.013.357**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros		**4.115.208**	**5.560.658**
Depósitos	11(a)	2.749.717	4.305.210
Captações no mercado aberto	11(b)	595.759	401.408
Recursos de aceites e emissão de títulos	11(a)	534.344	595.146
Empréstimos e repasses	11(a)	4.213	4.009
Instrumentos financeiros derivativos	6(c)	114.251	219.074
Outros passivos financeiros	11(c)	116.924	35.811
Provisões	13	**32.218**	**28.850**
Passivos fiscais		**6.553**	**1.546**
Obrigações fiscais diferidas		6.553	1.546
Outros passivos	15	**34.084**	**38.797**
Patrimônio líquido	16	**437.733**	**383.506**
Capital	16(a)	1.512.173	1.387.173
Reservas de capital		35.960	35.960
Prejuízos acumulados	16(c)	(1.105.606)	(1.033.992)
Outros resultados abrangentes	16(b)	2.731	1.890
Ações em tesouraria	16(a),iii	(7.525)	(7.525)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.625.796**	**6.013.357**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2022	Exercícios findos em 31/12/2022	31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		**253.022**	**545.726**	**279.351**
Receitas de operações de crédito	17(a)	79.485	157.699	63.602
Resultado com títulos e valores mobiliários	17(a)	66.904	184.559	712.105
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17(a)	100.594	194.409	(510.744)
Resultado de câmbio	17(a)	6.039	9.059	14.388
Despesas da Intermediação Financeira		**(248.523)**	**(528.220)**	**(275.358)**
Despesas de captação no mercado	17(b)	(246.260)	(525.114)	(273.779)
Despesas de empréstimos e repasses		(2.263)	(3.106)	(1.579)
Resul. da Inter. Financ. Antes Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito		**4.499**	**17.506**	**3.993**
Prov. perdas esp. assoc. ao risco de crédito		**10.493**	**15.284**	**91.193**
Reversão/(perdas) esperadas associadas ao risco de crédito	7(b)	10.493	15.284	91.193
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**14.992**	**32.790**	**95.186**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(65.422)**	**(174.502)**	**(176.795)**
Receitas de serviços		3.291	7.674	5.808
Receitas de tarifas bancárias		1.152	1.833	1.382
Despesas de pessoal	17(e)	(45.298)	(83.686)	(71.044)
Despesas administrativas	17(f)	(30.870)	(65.570)	(73.757)
Despesas tributárias		(8.587)	(13.149)	(14.230)
Reversão/(despesas) de provisões	13(a)	(3.472)	(9.219)	(11.233)
Fiscais		(649)	(1.210)	(848)
Trabalhistas		(1.673)	(6.859)	(10.434)
Cíveis		(1.150)	(1.150)	49
Resultado de equivalência patrimonial	21(a)	1.736	3.995	(21.000)
Outras receitas operacionais	17(c)	18.059	26.229	10.241
Outras despesas operacionais	17(d)	(1.433)	(42.609)	(2.962)
Resultado operacional		**(50.430)**	**(141.712)**	**(81.609)**
Resultado não operacional		**8.262**	**7.711**	**(3.468)**
Resultado antes dos tributos		**(42.168)**	**(134.001)**	**(85.077)**
Impostos sobre a renda	12(a)	**19.630**	**62.388**	**32.704**
Prejuízo do semestre/exercício		**(22.538)**	**(71.613)**	**(52.373)**
Prejuízo por ação	**18**			
Ações ordinárias (R$/UN)			(0,0002)	(0,0003)
Ações preferenciais (R$ /UN)			(0,0002)	(0,0003)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em milhares de reais

	2º Semestre 2022	Exercícios findos em 31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do semestre/exercício	**(22.538)**	**(71.613)**	**(52.373)**
Outros resultados abrangentes (Nota 17(b))	**418**	**841**	**1.845**
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos efeito tributários	**418**	**841**	**1.845**
Títulos e valores mobiliários (disponíveis para venda) Próprios	418	841	1.845
Resultado abrangente total	**(22.120)**	**(70.772)**	**(50.528)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em milhares de reais

	2º semestre 2022	Exercícios findos em 31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo ajustado	**(72.710)**	**(163.164)**	**(141.461)**
Prejuízo do semestre/exercício	(22.538)	(71.613)	(52.373)
Imposto de renda e contribuição social	(19.630)	(62.388)	(32.704)
Provisão/(Reversão) para perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(10.493)	(15.284)	(91.193)
Provisão de ativos não financeiros mantidos para venda	(8.662)	(8.119)	(2.299)
Despesa/ (Reversão) em provisões sobre contingências	3.472	9.219	11.233
Depreciação e amortização	(4.861)	(3.273)	1.774
Resultado de equivalência patrimonial	(1.736)	(3.995)	21.000
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(8.262)	(7.711)	3.101
Variação de ativos e passivos	**(428.005)**	**(313.821)**	**(131.094)**
Redução de aplicações interfinanceiras	189.868	180.648	13.359
(Aumento)/redução de TVM e Derivativos	(446.304)	628.323	(909.551)
Aumento em operações de crédito	(131.265)	(78.099)	(309.115)
(Aumento)/redução em outros ativos financeiros	322.602	255.310	(282.905)
Redução em ativos não financeiros mantidos para venda	63.262	57.061	38.583
Redução em ativos fiscais	2.845	285	55.967
Aumento em outros ativos	(6.403)	(11.162)	(111.545)
(Redução)/aumento de depósitos	(674.645)	(1.555.493)	1.287.885
Aumento de captações no mercado aberto	27.520	194.351	123.692
(Redução)/aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	187.257	(60.802)	(52.450)
(Redução)/aumento de empréstimos e repasses	258	204	(693)
Aumento de outros passivos financeiros	29.222	81.113	26.125
Redução de provisões	(2.266)	(845)	(12.909)
(Redução)/aumento de outros passivos	10.044	(4.715)	2.463
Atividades operacionais - caixa líquido gerado/(aplicado)	**7.983**	**2.530**	**(62.254)**
Alienação de bens tangíveis			296
Aquisição de bens tangíveis	(123)	(682)	(1.010)
Aquisição de bens intangíveis		(4.894)	(3.886)
Alienação de bens intangíveis			75
Recebimento de dividendos e Juros sobre capital próprio	8.106	8.106	
Aumento de capital em investida			(57.729)
Atividades de investimentos - caixa líquido aplicado	**(492.731)**	**(474.455)**	**(334.809)**
Aumento de capital	75.000	125.000	282.008
Redução de capital			(51.170)
Atividades de financiamentos - caixa líquido proveniente	**75.000**	**125.000**	**230.838**
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**(417.730)**	**(349.455)**	**(103.971)**
Caixa e equivalentes no início do período (Nota 6(a))	498.249	429.974	533.945
Caixa e equivalentes no final do período (Nota 6(a))	80.519	80.519	429.974
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**(417.730)**	**(349.455)**	**(103.971)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais

	Nota	Capital	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.156.335**	**35.960**	**45**	**(981.619)**	**(7.525)**	**203.196**
Ajustes de avaliação patrimonial				1.845			1.845
Aumento de capital	16(a)	282.008					282.008
Redução de capital	16(a)	(51.170)					(51.170)
Prejuízo do exercício					(52.374)		(52.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.387.173**	**35.960**	**1.890**	**(1.033.993)**	**(7.525)**	**383.505**
Mutações do exercício		**230.838**		**1.845**	**(52.374)**		**180.309**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.387.173**	**35.960**	**1.890**	**(1.033.993)**	**(7.525)**	**383.505**
Ajustes de avaliação patrimonial				841			841
Aumento de capital	16(a)	125.000					125.000
Prejuízo do exercício					(71.613)		(71.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.512.173**	**35.960**	**2.731**	**(1.105.606)**	**(7.525)**	**437.733**
Mutações do exercício		**125.000**		**841**	**(71.613)**		**54.228**
		Capital	**Reserva de capital**	**Outros resultados abrangentes**	**Prejuízos acumulados**	**Ações em tesouraria**	**Total**
Saldos em 30 de junho de 2022		**1.437.173**	**35.960**	**2.313**	**(1.083.068)**	**(7.525)**	**384.853**
Ajustes de avaliação patrimonial				418			418
Aumento de capital	16(a)	75.000					75.000
Prejuízo do semestre					(22.538)		(22.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.512.173**	**35.960**	**2.731**	**(1.105.606)**	**(7.525)**	**437.733**
Mutações do semestre		**75.000**		**418**	**(22.538)**		**52.880**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em milhares de reais

1. Contexto operacional: O Banco Voiter S.A. ("Banco", "Instituição", "Banco Voiter" ou "Voiter"), sociedade anônima de capital fechado (conforme evidenciado na nota 2(b)) com as características e prerrogativas de banco múltiplo, têm como principais atividades bancárias operar com carteiras comercial, de investimento, de câmbio e em outras operações pertinentes à distribuidora de títulos e valores mobiliários. O Banco Voiter S.A., anteriormente denominado Banco Indusval S.A., tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50 - 4°, 5° e 6º andares, São Paulo/SP, Brasil, e possui 2 dependências, sendo uma localizada em grande centro comercial brasileiro e uma nas Ilhas Cayman ("Branch"). As demonstrações financeiras individuais do Banco Voiter S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2023. **(a) Eventos Societários:** Em 7 de maio de 2021, a assembleia geral aprovou a alteração da razão social de "Banco Indusval S.A." para "Banco Voiter S.A.", que foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 24 de junho de 2021. **(b) Reorganização do conglomerado prudencial:** Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral de acionistas aprovou redução de capital do Banco Voiter referente a seu investimento no Banco Letsbank, restituindo-o à Holding NK 031, acionista majoritária do Voiter. Essa redução de capital foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 8 de julho de 2021 e, portanto, desde então, o Letsbank deixou de ser uma subsidiária do Voiter e passou a ser uma subsidiária da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária anunciada em 2020. Com a reorganização societária acima, o Letsbank ganhou autonomia em seus negócios, atuando de forma independente, com uma plataforma transacional digital desenvolvida para parcerias estratégicas com instituições que possuam carteiras de clientes PME (pequenas e médias empresas). Adicionalmente, o Letsbank passou a definir suas próprias prioridades e estratégias de atuação, atuando com maior independência. Como evolução desta forma de atuação mais independente do Letsbank, foi efetuada uma etapa adicional da reorganização, criando-se um conglomerado prudencial próprio para o Letsbank, com administração sem qualquer interferência do Voiter, em linha com a Resolução nº 4.950/21, do Conselho Monetário Nacional. Deste modo, a partir de 24 de março de 2022, data da aprovação pelo Banco Central para a nova estrutura do conglomerado prudencial do Voiter, o Letsbank passa a reportar seu conglomerado prudencial de maneira independente, já a partir de seus demonstrativos de março de 2022. O conglomerado prudencial Voiter terá como Instituição Líder o Banco Voiter, composto pelas seguintes Instituições Participantes: Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A, WH1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Voiter Consig Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Para fins de capital, a desconsolidação do Letsbank não gerou quaisquer efeitos retroativos sobre o conglomerado prudencial do Voiter de 31 de dezembro de 2021. **(c) Aquisição da Guide Investimentos S.A. e suas empresas controladas:** Em 1 de abril de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Roberto de Rezende Barbosa (acionista controlador da Holding NK 031), na qualidade de vendedor, e o Banco Voiter S.A., na qualidade de comprador, por meio do qual o Sr. Roberto de Rezende Barbosa alienou 101.386 ações preferenciais, equivalentes a 19,9% de participação residual que detinha no capital social da Guide Investimentos S.A., pelo preço total de R$ 124.290. **2 Apresentação das Demonstrações financeiras: Base de apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN), com observância às disposições da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/2020, que estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A agência de Cayman foi autorizada a operar pelo BACEN em 5 de março de 2008 e está representada em 31 de dezembro de 2022 por total de ativos de R$ 34.353 (R$ 39.141 em 31 de dezembro 2021), patrimônio líquido de R$ 33.086 (R$ 35.940 em 31 de dezembro de 2021) e resultado de R$ (384) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R$(469) em 31 de dezembro de 2021).

Abaixo, as empresas que o Banco Voiter S.A. apresentam participações societárias diretas no período compreendido por essas demonstrações financeiras:

Empresa	Tipo	Atividades	Participação total (em %) 31/12/2022	31/12/2021
Voiter Comércio de Cereais Ltda. (1)	Controlada	Títulos e operações agrícolas.	100	100
Voiter Assessoria e Participações Ltda. (2)	Controlada	Assessoria financeira e finanças corporativas.	100	100
Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100	100
Cripton Comercializadora de Energia Ltda. (3)	Controlada	Comercializadora de Energia	100	100
Danubio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4)	Risco e Beneficio	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	61	61
FIDC Siápe Iron Capital (5)	Risco e Beneficio	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		90
FIDC WH1 (6)	Risco e Beneficio	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100	
FIDC Voiter (7)	Risco e Beneficio	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100	

(1) Em 09 de março de 2021, foi aprovada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, a alteração do nome de BI&P Comércio de Cereais Ltda. para Voiter Comércio de Cereais Ltda. (2) Em 03 de maio de 2022, foi aprovada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, a alteração do nome de BI&P Assessoria e Participações Ltda. para Voiter Assessoria e Participações Ltda. (3) Empresa adquirida em 1 de julho de 2021. (4) O Banco detém 190.181,37 cotas de classe única, que equivalem a 61,34% do capital social do Danúbio - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. (5) O Banco possuía 45.000 cotas de classe sênior, que equivaliam a 90,00% do capital social do Fundo Iron Capital - Siape Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. (6) Em 06 de abril de 2022, o Banco adquiriu 52.815 cotas de classe que equivaliam a 100,00% do capital social do Fundo WH1 Fundo de Investimentos em direitos creditórios. (7) Em 28 de novembro de 2022, o Banco adiquiriu 99.750 cotas de classe que equivaliam a 100,00% do capital social do Fundo Voiter Consig fundo de investimentos em direitos creditórios.

Em 8 de julho de 2021, foi homologado pelo Banco Central do Brasil a redução do capital do Banco Voiter S.A. ("Voiter") referente ao investimento no Letsbank, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, deixou de ser uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária. Para fins de capital, não houve impactos no Consolidado Prudencial. **3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos:** Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e CMN**: Conversão de Taxas:** Resolução CMN n° 4.924/2021, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco não aderiu a essa prática. **Plano de Contas (Cosif):** A Resolução BCB n° 92/21, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Instrumentos Financeiros:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação que contemplará as seguintes fases: • Estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto; • Diagnóstico dos instrumentos financeiros, avaliação dos impactados para adoção norma em estruturas de processos e sistemas além de escolha a metodologia de trabalho; • Definição de cronograma e apresentação do plano para aprovação do Conselho de Administração. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O normativo abaixo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025: **Arrendamentos:** Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025. **(a) Julgamentos e estimativas críticas:** Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as políticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **(i) Avaliação do valor de mercado de alguns instrumentos financeiros sem mercado ativo:** O valor de mercado de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado através de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados através de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente, a fim de manter sua confiabilidade. **(ii) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com o CPC 01, os ativos não financeiros (imobilizados e intangíveis) também devem ser testados anualmente para *impairment* em algumas situações. Para o cálculo do valor recuperável (valor em uso), o Banco faz uso de estimativas de fluxos de caixa (montante e prazos), bem como das taxas de desconto apropriadas. Não foram apuradas perdas em tais ativos no período compreendido por estas demonstrações financeiras. **(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Créditos tributários são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera

continua ★

★ continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Instituição e do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. **(iv) Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas em operações de crédito e outros créditos, considerando as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito. Os valores das provisões são definidos, essencialmente, levando-se em consideração a faixa de atraso e o risco de crédito das respectivas operações de crédito. Esses valores podem ser diferentes do valor presente dos recebimentos estimados, bem como dos valores a serem de fato recebidos. **(v) Provisões, ativos e passivos contingentes (fiscais, trabalhistas e cíveis):** A Instituição no curso normal dos negócios é autora ou ré em diversos processos na justiça. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes decorrentes desses processos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular nº 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência do tema em questão. **4. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco Voiter. **(b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros (exceto CDI rural), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(d) Instrumentos Financeiros (Ativo):** Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são: **(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(ii) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Conforme determina a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo):** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. Os instrumentos financeiros derivativos com finalidade de "*hedge*" são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Circular BACEN n° 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como: I. *hedge* de risco de mercado; e II. *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, a parcela inefetiva é registrada no resultado. **(iv) Operações de créditos e outros ativos financeiros:** As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receita de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas, exceto quando da ocorrência de amortização importante, hipótese que poderá resultar em melhora do rating atribuído. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações, efetuada pela administração, caso a caso, para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "*credit score*", e podem ser revisadas pelo comitê de crédito, resultando em alteração da classificação atribuída inicialmente. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, o Banco Voiter S.A. optou pela contagem em dobro dos períodos vencidos, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99, para determinar o nível de risco da operação. Através da Resolução nº 3.533/08, o Conselho Monetário Nacional determina a divulgação em nota explicativa de informações relativas a cada categoria de classificação de venda de ativos financeiros (nota 8 (g)). As referidas categorias são: • Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o ativo deve ser baixado e o resultado reconhecido no momento da transferência; • Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o ativo não deve ser baixado, mas sim, deve ser reconhecido um passivo. O resultado é apurado conforme o prazo da cessão; e • Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: deve ser avaliado a qual instituição pertence o controle do ativo. **(e) Ativos não financeiros mantidos para venda:** Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base no valor de mercado obtido em laudo fornecido por perito ou empresa independente. **(f) Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. Composto basicamente por despesa antecipada, depósitos em garantia, prêmio em operação de crédito, crédito presumido: (a) despesa antecipada: consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes; (b) depósitos em garantia: depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantirem prestação de serviço de qualquer natureza; (c) prêmio em operação: considera-se o prêmio ou o desconto em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados, integral ou proporcionalmente, pela instituição vendedora ou cedente, correspondente à diferença positiva ou negativa entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, que deve ser apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação; (d) credito presumido: são ativos a receber da receita federal do Brasil, apurados de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.838,de 9 de julho de 2013. **(g) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo. **(h) Imobilizado e Intangível:** O ativo imobilizado está registrado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis do Banco são compostos por intangível na aquisição de participação de entidades (ágio) e por outros ativos intangíveis. Os ágios são amortizados em decorrência da expectativa de geração de resultados das investidas. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*Impairment*":** O Banco Voiter S.A. analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Saldos de ágio originados da aquisição de empresa e ativos intangíveis com vida útil indefinida tem sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, independentemente da existência de alguma indicação de perda por *impairment*. Já os ativos imobilizados, investimentos em controladas, coligadas e demais intangíveis são testados apenas se houver evidência objetiva de perda. **(j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais - Créditos tributários diferidos", no ativo e/ou "Passivos fiscais - Obrigações fiscais diferidas", no passivo. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20%. A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022, convertida na lei nº 14.446/2022. **(k) Instrumentos Financeiros (Passivo)**: Correspondem aos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. Os instrumentos financeiros passivos são: **(i) Depósitos interfinanceiros, a prazo, captações no mercado aberto e recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias:** Os depósitos interfinanceiros, a prazo, as captações no mercado aberto e os recursos de letras financeiras, agrícolas e imobiliárias estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. **(ii) Empréstimos e repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses estão registradas a valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas cabíveis, vigentes nas datas dos balanços. **(l) Provisões e Passivos fiscais:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Carta Circular nº 3.429/10, Resolução nº 3.823/09 do BACEN (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). **(m) Ativos e passivos contingentes:** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. • Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. **(n) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. **(o) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes:** A Resolução nº 2, de 27 de novembro de 2021 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **(p) Método de cálculo e divulgação do resultado por ação:** Na divulgação do resultado líquido por ação, deve-se observar o Pronunciamento CPC 41 - Resultado por Ação, inclusive no que se refere à evidenciação em notas explicativas, desconsiderando o Apêndice A2, bem como as menções de reconhecimento de algumas ações preferenciais como passivos. Além disso, os demais pronunciamentos citados no CPC 41, enquanto não recepcionados pelo BACEN ou CMN, não podem ser aplicados. Segundo o CPC 41, o resultado por ação (básico) é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas do Banco (ON e PN) pela média ponderada da quantidade de ações em circulação, enquanto a prática anterior dividia o lucro ou prejuízo do final do período pela quantidade de ações em circulação no final do período. **(q) Outros passivos:** Referem-se às comissões de operações de fianças e resultados não realizados: (i) as comissões de operações de fiança emitidas que foram recebidas à vista e que serão apropriadas linearmente ao resultado até os seus vencimentos, na situação do devedor especificado cumprir as obrigações normais do contrato (não apresentar *default*). Em caso de *default* do devedor, o banco reconhece imediatamente o saldo acumulado em resultado de exercícios futuros ao resultado do período. (ii) os lucros não realizados, oriundos das vendas de carteira de créditos consignados, entre os fundos de investimentos em direito creditórios controlados pelo Voiter, serão reconhecidos à medida que os ativos forem vendidos para terceiros, ou forem depreciados, ou através *impairment* ou baixas por qualquer outro motivo. **(r) Apresentação da demonstração do resultado abrangente:** A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado do período e os outros resultados abrangentes do período, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **(s) Eventos subsequentes:** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em: (a) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (b). eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez:

(a) Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Disponibilidade	80.519	60.046
Aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas equivalentes de caixa		369.928
Caixa e equivalentes de caixa	**80.519**	**429.974**
(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Posição bancada		**369.928**
Tesouro Prefixado		369.928
Aplicações em depósitos interfinanceiros		**180.646**
Aplicações em depósitos		180.646
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		**550.574**
Circulante		550.574

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: (a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos: As avaliações das posições de títulos de renda fixa e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos. A estrutura de gerenciamento de riscos, bem como a metodologia adotada para o cálculo de capital, pode ser encontrada na Internet na página da Instituição (https://ri.voiter.com/ri), no menu Informações Financeiras, submenu Fatores de Risco.

(b) Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2022									31/12/2021
	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Valor de mercado
Títulos para negociação	**1.855.981**	**(4.010)**	**1.851.985**	**343.819**	**658.365**	**32.531**	**274.811**	**542.308**	**151**	**2.235.293**
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.047.054	722	1.047.776		308.975		196.342	542.308	151	960.258
Cédulas de Produto Rural	125.488	(2.823)	122.665		15.272	28.924	78.469			119.919
Warrants	328.492	9.233	337.725		334.118	3.607				987.077
Títulos de renda variável	11.311	(11.142)	183	183						439
Cotas de fundos de investimento	**343.636**		**343.636**	**343.636**						**167.600**
Danubio - FIDC	31.330		31.330	31.330						46.235
FIDC Siápe Iron Capital										20.561
FIC FIDC SAV										26.695
FIDC SOIFÁCIL										10.320
FIDC SOIFÁCIL II	42.431		42.431	42.431						25.499
FIDC CONTAI	33.454		33.454	33.454						10.006
FIDC WH1	60.130		60.130	60.130						
FIDC VOITER	40.115		40.115	40.115						
FIDC Kovi	101.453		101.453	101.453						
Parallax Ventures FIP Multiestratégia	31.720		31.720	31.720						26.072
Mindset Ventures III LP	3.003		3.003	3.003						2.212
Títulos disponíveis para venda	**162.403**	10.954	**173.357**	**135.261**		**62**		**30.342**	**7.685**	**142.794**
Debêntures	37.962	134	38.096			62		30.342	7.685	8.929
Títulos de renda variável (2)	124.441	10.820	135.261	135.261						133.865
Títulos mantidos até o vencimento (1)	**368.225**		**368.225**				**121.701**	**246.524**		**599.430**
Tesouro IPCA	81.156		81.156				–	81.156		79.134
Tesouro Prefixado	287.069		287.069				121.701	165.368		520.296
Total de TVM - 31/12/2022	**2.386.609**	**6.944**	**2.393.567**	**479.080**	**658.365**	**32.593**	**396.512**	**819.174**	**7.836**	**2.977.517**
Total de TVM - 31/12/2021	**2.942.733**	**34.784**	**2.977.517**	**301.904**	**1.158.033**	**165.341**	**162.014**	**985.940**	**204.285**	

(1) Atendendo a Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam, em 31 de dezembro de 2022, ajuste a mercado negativo de R$21.678. (2) O efeito de ajuste a mercado considera o montante de R$5.990 decorrentes da reclassificação de um ativo permanente para títulos e valores mobiliários, registrado no resultado no momento da reclassificação de acordo a Circular BACEN nº 3.068/01. **(c) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições. As operações de derivativos utilizadas são: *swaps* de taxas de juros, de moeda, produtos e índices, de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções. Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado. Os contratos de derivativos negociados são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A apuração destas operações é feita através de informações disponíveis e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou por provedores externos (corretoras, bancos e outros). A área de Gestão de Risco trata da precificação de todos os instrumentos financeiros derivativos, tanto utilizando parâmetros de mercado MtM (*Mark to Market*) como parâmetros da operação (valor na curva). Os parâmetros de mercado são atualizados diariamente no processo de precificação dos instrumentos a mercado, como as estruturas a termo de taxa de juros para todos os indexadores brasileiros. Os modelos de marcação a mercado (MtM) avaliam os valores dos instrumentos derivativos de acordo com as atuais condições de mercado para todos os indexadores, como também para os títulos de dívida soberana e títulos de emissão privada, e *duration* (prazo médio) da carteira.

(i) Posição por indexador:	**Ativos**		**Passivos**		**Valor de registros dos contratos**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Swap	**411**	**253**	**(703)**	**(4.579)**	**958.766**	**102.739**
Pré x DI	365			(4.579)	857.890	90.000
DI x Pré	46	216			18.262	3.283
US$ x DI		37	(703)		82.614	9.456
Termo	**166.967**	**315.466**	**(113.548)**	**(214.495)**	**2.111.556**	**1.026.640**
Moedas	9.362	3.458	(7.587)	(11.823)	1.518.208	146.293
Ativos financeiros e mercadorias	157.605	312.008	(105.961)	(202.672)	593.348	880.347
Futuros					**10.128.848**	**6.941.051**
Taxa de juros					8.607.694	5.583.270
Moedas					881.999	522.162
Ativos financeiros e mercadorias					639.155	835.619
	167.378	**315.719**	**(114.251)**	**(219.074)**	**13.199.170**	**8.070.430**

(ii) Posição por prazo:							**31/12/2022**	**31/12/2021**
	Até 90 dias	**De 91 a 180**	**De 181 a 360**	**De 361 a 1080**	**De 1081 a 1800**	**Acima de 1800**	**Total**	**Total**
Valor referencial				**6.143.465**	**913.327**	**876.807**	**13.199.170**	**8.070.430**
Swap				83.483	509.069	366.214	958.766	102.739
Termo				1.656.684	57.359	397.513	2.111.556	1.026.640
Futuros	5.265.571			4.403.298	346.899	113.080	10.128.848	6.941.051
Ativo				**165.589**	**(244)**	**2.033**	**167.378**	**315.719**
Swap				47	(2)	366	411	253
Termo				165.542	(242)	1.667	166.967	315.466
Passivo				**(113.548)**	**(441)**		**(114.251)**	**(219.074)**
Swap				(262)	(441)		(703)	(4.579)
Termo				(113.548)			(113.548)	(214.495)
Valor Referencial - 31/12/2021	**1.719.470**	**1.359.221**	**2.676.464**	**2.065.292**	**249.983**			**8.070.430**
Total do ativo - 31/12/2021	**2.006**	**1.611**	**168.422**	**143.671**	**9**			**315.719**
Total do passivo - 31/12/2021	**(78.004)**	**(888)**	**(71.159)**	**(64.444)**	**(4.579)**			**(219.074)**

(iii) Hedge de Risco de Mercado: A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex. risco de taxa de juros pré-fixada em Reais). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos. O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue: • O Banco possui uma carteira de Certificados de Depósito Bancário indexados à taxa pré-fixada no montante de R$2.785.756 (R$4.297.986 em 31 de dezembro de 2021), sendo que o Banco designou R$1.375.142 (R$2.100.564 em 31 de dezembro de 2021), para hedge de risco de mercado. As captações do Banco Voiter, realizadas através dos CDBs, fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores, sendo remunerados por uma taxa pré-fixada no montante R$605.140 (R$1.157.398 em 31 de dezembro de 2021) e taxa de inflação no montante de R$770.002 (R$943.166 em 31 de dezembro de 2021) determinada no momento da emissão de referidos títulos e não tem liquidez diária, portanto, principal e juros são devolvidos no vencimento final das operações. A estratégia do *hedge* de risco de mercado (ou de valor justo) passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de DI e de DAP na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *hedge accounting*.

	31/12/2022			**31/12/2022**	
	Objeto de Hedge			**Instrumento de Hedge**	
Estratégia	**Valor Contábil Passivos**	**Valor Justo Passivos**	**Variação no valor Reconhecida no Resultado**	**Valor Nominal**	**Variação no valor utilizada para calcular a ineficácia do Hedge**
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de Captações	(605.140)	(628.949)	23.809	690.312	(17.209)
Risco de Taxa de Inflação					
Hedge de Captações	(770.002)	(782.232)	12.230	947.276	(12.257)
Total	**(1.375.142)**	**(1.411.181)**	**36.039**	**1.637.588**	**(29.466)**

	31/12/2021			**31/12/2021**	
	Objeto de Hedge			**Instrumento de Hedge**	
Estratégia	**Valor Contábil Passivos**	**Valor Justo Passivos**	**Variação no valor Reconhecida no Resultado**	**Valor Nominal**	**Variação no valor utilizada para calcular a ineficácia do Hedge**
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de Captações	1.157.398	1.120.681	36.717	1.100.306	(33.209)
Risco de Taxa de Inflação					
Hedge de Captações	943.166	919.177	23.989	880.726	(21.673)
Total	**2.100.564**	**2.039.858**	**60.706**	**1.981.032**	**(54.882)**

(iv) Garantias			**31/12/2022**	**31/12/2021**
	Clearing de derivativos	**Outros**	**Total**	**Total**
Títulos e valores mobiliários	229.040	119.017	348.057	708.491
Total	**229.040**	**119.017**	**348.057**	**708.491**
Total - 31/12/2021	**509.954**	**198.537**	**708.491**	

(d) Custódia dos títulos da carteira: Os títulos privados integrantes da carteira do Banco estão registrados em cartório e na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, sob responsabilidade do Banco Voiter S.A. e os títulos de renda variável e derivativos estão registrados e custodiados em conta própria do Banco na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC do Banco Central do Brasil.

continua ★

★ continuação **Banco Voiter** CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

7. Operações de crédito:

(a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação e provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito:

Operações	Balanço	Carteira	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
			Níveis										
Empréstimos, descontos e financiamentos	Op. de Crédito	Classif.	17.122	484.642	122.687	28.974		7.771	14.964	2.992	3.092	682.244	596.727
BNDES/FINAME	Op. de Crédito	Classif.			10							10	401
Adiantamento de contratos de câmbio (Nota (8(a))	Outros at. fin	Classif.		30.065	51.344	3.422						84.831	66.374
Aquisição de recebíveis (Nota 8(b))	Outros at. fin	Classif.	37.685	63.310	13.927	936	3.682		2.593		1.207	123.340	397.719
Outros títulos e créditos a receber (Nota 8(b))	Outros at. fin	Classif.						465				465	5.106
Financiamento de venda de bens não de uso (Nota 8(c))	Outros at. fin	Classif.	5.643				11.704				2.171	19.518	43.962
Carteira de crédito classificada			**60.450**	**578.017**	**187.968**	**33.332**	**15.386**	**8.236**	**17.557**	**2.992**	**6.470**	**910.408**	**1.110.289**
Antecipação de recebíveis de cartão (Nota 8(c))	Outros at. fin	Outros										17.584	34.636
Outros títulos e sem característica créditos (Nota 8(b))	Outros at. fin	Outros										25.604	25.660
Carteira de créditos outros												**43.188**	**60.296**
Total da carteira de crédito			**60.450**	**578.017**	**187.968**	**33.332**	**15.386**	**8.236**	**17.557**	**2.992**	**6.470**	**953.596**	**1.170.585**
Garantias prestadas	Off Balance	Outros										47.675	48.190
Total crédito com garantias prestadas												**1.001.271**	**1.218.775**
Provisões para perdas esp. assoc. ao risco de crédito													
Provisão Res. nº2.682	Op Crédito/Outros At.fin	Classif.		2.910	1.880	1.000	1.539	2.471	8.779	2.094	6.470	27.143	37.408
Provisão complementar (1)	Op Crédito/Outros At.fin	Classif.										2.790	3.000
Prosivião Títs. e cred. a receber sem caract. de concessão	Op Crédito/Outros At.fin	Outros										19.687	19.687
Provisão Garantias financeiras prestadas (2)	Op Crédito/Outros At.fin	Outros										1.546	1.597
Total das provisões				**2.910**	**1.880**	**1.000**	**1.539**	**2.471**	**8.779**	**2.094**	**6.470**	**51.166**	**61.692**

(1) Provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do CMN, de 21/12/1999, que foi constituída com base, principalmente, na expectativa de realização da carteira de crédito.
(2) Provisão para operações de Garantias Prestadas realizadas no passivo, que foi constituída com base, principalmente, na expectativa de realização da carteira de crédito.

(b) Movimentação à conta de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	**61.692**	**139.312**
Reversões líquidas de constituições	**(15.284)**	**(91.193)**
Requerida pela resolução nº2.682/99	19.179	17.708
Requerida pela resolução nº4.512/16	604	(216)
Reversões (1)	(34.598)	(119.232)
Outros ativos financeiros	(30)	(31)
Pdd Complementar FIDCs	(439)	10.578
Créditos baixados como prejuízo	(25.310)	(13.573)
Saldo no final do período	**51.166**	**61.692**
Recuperação de Crédito baixado como prejuízo	32.251	40.094

(1) Em 31/12/2021, refere-se basicamente à cessão sem coobrigação das cotas do FIDC Agronegócio Funding I no montante de R$73 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da carteira de créditos renegociados era de R$19.733 (R$ 32.772 em 31 de dezembro de 2021). Esses créditos possuíam provisão de R$10.654 (R$ 14.629 em 31 de dezembro 2021).

(c) Crédito por setor de atividade:

	31/12/2022	31/12/2021
Intermediários Financeiros	2.571	4.299
Indústria	443.227	399.672
Comércio	44.994	267.636
Outros serviços	19.420	242.009
Pessoas físicas	400.196	196.673
	910.408	**1.110.289**

(d) Crédito por vencimento das parcelas:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas		
De 15 a 60 dias	3.690	65
De 61 a 180 dias	476	431
Acima de 180 dias		226
	4.166	**722**
A vencer		
Até 90 dias	590.267	456.280
De 91 a 180 dias	117.503	149.853
De 181 a 360 dias	88.526	328.982
Acima de 360 dias	109.946	174.452
	906.242	**1.109.567**
	910.408	**1.110.289**

(e) Concentração de crédito:

Clientes	31/12/2022 Valor	%	31/12/2021 Valor	%
10 maiores clientes	197.882	21,74	345.493	31,12
11 a 60 maiores clientes	272.763	29,96	473.054	42,61
61 a 160 maiores clientes	48.924	5,37	101.614	9,15
Demais	390.839	42,93	190.128	17,12
	910.408	100,00	**1.110.289**	100,00

(f) Composição dos créditos com classificação de risco de "C até H": Do total de operações com classificação de risco de C até H, detalhadas no quadro a seguir, apenas uma parte apresenta atraso de pagamento igual ou superior a 60 dias e, portanto, está classificada como créditos não performados. O restante das operações segue curso normal de pagamentos, entretanto, permanecem classificadas nestas categorias devido aos critérios de análise de crédito.

Nível	C	D	E	F	G	H	31/12/2022 Total
Em curso normal	25	678	465			345	1.513
Créditos não performados	33.307	14.708	7.771	17.557	2.992	6.125	82.460
Total	**33.332**	**15.386**	**8.236**	**17.557**	**2.992**	**6.470**	**83.973**

Nível	C	D	E	F	G	H	31/12/2021 Total
Em curso normal	64	81	45	376	177	1.920	2.663
Créditos não performados - 31/12/2021	50.992	78	17.275	4.189		22.271	94.805
Total - 31/12/2021	**51.056**	**159**	**17.320**	**4.565**	**177**	**24.191**	**97.468**

(g) Operações ativas vinculadas: Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17/01/2002, do CMN.

	De 1081 a 1800	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Operações de crédito	27.785	27.785	36.202
Operações Ativas Vinculadas	**27.785**	**27.785**	**36.202**
Obrigações por depósito a prazo	27.644	27.644	36.113
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas	**27.644**	**27.644**	**36.113**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia operações inadimplentes.

8. Outros ativos financeiros:

(a) Carteira de Câmbio:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	97.530	66.504
Direitos sobre vendas de câmbio	24.145	8.958
Adiantamentos em moeda nacional		(2.233)
Rendas a receber de adiantamentos (1)	2.093	1.836
	123.768	**75.065**
Circulante	97.530	64.271
Não circulante	26.238	10.794
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar (Nota 11(c))	24.011	8.868
Obrigações por Compra de Câmbio (Nota 11(c))	97.211	64.686
Adiantamento sobre contratos de câmbio (1)	(82.738)	(64.538)
	38.484	**9.016**
Circulante	38.484	9.016

(1) Os valores de rendas a receber de adiantamentos concedidos no montante de R$ 2.093 (R$ 1.836 em 31 de dezembro de 2021) e de adiantamento sobre contrato de câmbio de R$ 82.738 (R$ 64.538 em 31 de dezembro de 2021), compõe o saldo de R$84.831 (R$ 66.374 em 31 dezembro de 2021) divulgado na nota 7(a).

(b) Títulos de créditos a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Com características de concessão de crédito		
Aquisição de Recebíveis (Nota 7(a))	123.340	397.719
Títulos e créditos a receber (Nota 7(a))	465	5.106
	123.805	**402.825**
Sem características de concessão de crédito		
Títulos e créditos sem característica de concessão de crédito (Nota 7(a))	**25.604**	**25.660**
	149.409	**428.485**
Circulante	123.340	397.719
Não circulante	26.069	30.766

(c) Relações interfinanceiras e outros:

	31/12/2022	31/12/2021
Antecipação de recebíveis de cartão (Nota 7(a))	17.584	34.636
Relações Interdependências	20.508	15.913
Outros sistemas de liquidação	16.050	9.701
	54.142	**60.250**
Devedores por compra e valores de bens (Nota 7(a))	19.518	43.950
Negociação e intermediação de valores	73.972	70.772
Rendas a receber	1.717	1.529
	95.207	**116.251**
	149.349	**176.501**
Circulante	134.367	132.551
Não circulante	14.982	43.950

9. Ativos não financeiros mantidos para venda:

	31/12/2022	31/12/2021
Bens não de uso próprio	**161.989**	**207.853**
Imóveis	159.657	204.605
Veículos	2.282	3.198
Máquinas e equipamentos	50	50
Provisão para desvalorização	**(17.206)**	**(21.839)**
	144.783	**186.014**
Não circulante	144.783	186.014

10. Outros ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos em garantia	65.267	63.124
Adiantamentos efetuados	4.549	3.875
Despesas antecipadas	42.798	32.764
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13 (1)	77.396	77.396
Prêmio em Operações de Crédito	42.599	19.369
Devedores diversos - País e outros (2)	30.587	50.700
	263.196	**247.228**
Circulante	23.611	36.639
Não circulante	239.585	210.589

(1) Adoção do crédito presumido seguindo os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13, originou a ativo a receber da receita federal do Brasil no montante de R$ 77.396. (2) Referente a ativos a receber pela alienação de participação em coligadas e bônus de subscrição pela a alienação de controlada.

11. Instrumentos financeiros (passivos):

(a) Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

Depósitos, letras de crédito, letras financeiras e repasses	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	De 1081 a 1800	Vencidos	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
À vista	22.171							22.171	43.407
Interfinanceiros				23.905				23.905	21.297
A prazo		324.712	263.550	1.354.299	796.715	404		2.739.680	4.233.282
Total de depósitos (1)	**22.171**	**324.712**	**263.550**	**1.378.204**	**796.715**	**404**		**2.785.756**	**4.297.986**
Letra de Crédito do Imobiliário		968	2.707	9.745				13.420	
Letra de Crédito do Agronegócio		388.537	130.310	2.077				520.924	595.146
Total de recursos de aceite e emissão de títulos		**389.505**	**133.017**	**11.822**				**534.344**	**595.146**
Repasses no país		5	4		4.202		2	4.213	4.009
Total - 31/12/2022	**22.171**	**714.222**	**396.571**	**1.390.026**	**800.917**	**404**	**2**	**3.324.313**	**4.897.141**
Total - 31/12/2021	**43.407**	**840.235**	**741.840**	**1.433.689**	**1.749.248**	**88.722**			

(1) Para o cruzamento com Balanço Patrimonial é necessário considerar o montante de R$36.039 do resultado do hedge de risco de mercado das captações.

(b) Captações no mercado aberto:

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria	**595.759**	**401.408**
Tesouro Selic	590.687	395.708
Debêntures	5.072	5.700
	595.759	**401.408**
Circulante	595.759	401.408

(c) Outros passivos financeiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de câmbio		
Câmbio vendido a liquidar (Nota 8(a))	24.011	8.868
Obrigações por compras de câmbio (Nota 8(a))	97.211	64.686
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8(a))	(82.738)	(64.538)
Relações interdependências	56.657	25.897
Negociação e intermediação de valores	21.783	898
	116.924	**35.811**
Circulante	116.924	35.811

12. Imposto de renda e contribuição social:

(a) Demonstração do cálculo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos	**(134.001)**	**(85.077)**
Efeito das diferenças permanentes	**(3.989)**	**12.401**
Participações em controladas e coligadas	(3.995)	21.000
Participação no exterior (Branch)	2.854	(1.926)
Gratificação Eventual	1.500	(9.500)
Outros - CSLL e IRPJ	(4.348)	2.827
Efeitos das diferenças temporárias	**(26.821)**	**45.218**
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	6.354	(65.807)
Provisões	12.523	(2.509)
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	(45.697)	113.534
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - CSLL	**(166.310)**	**(27.458)**
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - IRPJ	**(164.810)**	**(27.458)**
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	**74.457**	**12.356**
CSLL	33.258	5.492
IRPJ	41.199	6.865
Impostos diferidos constituídos sob diferenças temporárias	**(12.068)**	**20.348**
(=) Imposto de renda e contribuição social do exercício	**62.388**	**32.704**
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no exercício	**62.388**	**32.704**

(b) Composição dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Oriundos de diferenças temporárias	**225.301**	**233.052**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	154.743	147.134
Contingências Tributárias	7.009	7.263
BNDU	7.902	9.613
Provisões (Cíveis/trabalhistas/Bônus)	15.841	8.673
MtM	39.806	60.369
Oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	**134.969**	**60.511**
Créditos tributários	**360.270**	**293.563**
Obrigações fiscais diferidas	**(2.235)**	**(1.546)**
Obrigações fiscais diferidas	**(2.235)**	**(1.546)**

(c) Movimentação do crédito tributário e obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2022 Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total	31/12/2021 Crédito tributário	Obrigações fiscais diferidas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	**293.563**	**(1.546)**	**292.017**	**317.201**	**(43)**	**317.158**
Movimentação						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.609		7.609	(85.926)		(85.926)
Provisão para contingências	6.915		6.915	56		56
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(20.563)		(20.563)	51.118		51.118
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	74.457		74.457	12.364		12.364
Obrigações fiscais diferidas		(689)	(689)		(1.503)	(1.503)
Outros	(1.711)		(1.711)	(1.250)		(1.250)
Saldo Final	**360.270**	**(2.235)**	**358.035**	**293.563**	**(1.546)**	**292.017**
Percentual sobre o patrimônio líquido			**81,79%**			**73,53%**

(d) Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
Prejuízos fiscais (IRPJ e CSLL)	212	925	2.707	4.240	9.841	117.044	134.969	60.511
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	696	12.625	16.072	16.646	17.408	91.296	154.743	147.134
Contingências e outros	**9.555**	**29.533**	**26.909**	**2.502**	**1.125**	**934**	**70.558**	**85.918**
Contingências Tributárias		1.800	1.800	1.350	1.125	934	7.009	7.263
BNDU		2.250	4.500	1.152			7.902	9.613
Provisões (Cíveis/trabalhistas/Bônus)	9.555	5.580	706				15.841	8.673
MtM		19.903	19.903				39.806	60.369
Total - 31/12/2022	**10.463**	**43.083**	**45.688**	**23.388**	**28.374**	**209.274**	**360.270**	**293.563**
Total - 31/12/2021	**(9.358)**	**3.465**	**15.283**	**27.740**	**27.688**	**228.747**	**293.563**	**293.563**

continua ★

★ continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2023, foi elaborado com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos da Resolução CMN nº 4.842 foram revistas devido a importantes alterações no cenário econômico, com impactos relevantes no segmento de atuação do Voiter. Em decorrência do não atendimento, o Banco não contabilizou o valor de R$256.177, relativos aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal. **(e) Valor presente dos créditos tributários:** O Banco Voiter S.A. fundamenta o estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, com premissas de expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras. Estima-se a realização dos créditos tributários em um prazo máximo de dez anos. O valor presente do crédito tributário, utilizando a taxa média de captação da Instituição, seria de R$180.106 (R$ 119.335 em 31 de dezembro de 2021).

13. Provisões:

(a) Trabalhistas e cíveis: As provisões trabalhistas e cíveis referem-se a contingências classificadas com risco provável. A movimentação destas no período pode ser assim resumida:

			31/12/2022	31/12/2021
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do período	**10.184**	**1.848**	**12.032**	**30.747**
Constituição Provisão	13.201	24.630	37.831	11.700
Reversão Provisão	(12.443)	(23.479)	(35.922)	(16.046)
Pagamento	(6.101)		(6.101)	(14.369)
Saldo no final do período em 31/12/2022	**10.942**	**2.999**	**13.941**	
Saldo no final do período em 31/12/2021	**10.226**	**1.848**		**12.032**
Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2022	5.730	41.251	46.981	
Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2021	5.289	41.046	46.335	

A principal movimentação do período para as contingências cíveis decorre de condenação oriunda da sentença arbitral objeto do Share Purchase and Sale Agreement celebrado entre Fosun Investimentos (Brasil) Ltda. (posteriormente Midas Financial Holding (Brasil)) S.A., como Compradora, (ii) Banco Voiter S.A., como Vendedor, e (iii) Guide Investimentos S.A.- Corretora de Valores, como Interveniente Anuente, em 26 de fevereiro 2018 ("SPA" ou "Contrato"). A arbitragem instaurada pela Midas pleiteava uma indenização com base no SPA firmado entre Voiter e Midas para aquisição de participação societária da Guide. A condenação alcançou o montante de R$33.697. O Voiter optou por questionar parte da sentença arbitral na esfera judicial ajuizada ação anulatória, no prazo de 90 (noventa) dias, pedimos a suspensão da exigibilidade do pagamento da condenação determinada na arbitragem, no tocante ao pagamento do valor de R$10.218 (perda possível). O valor incontroverso da condenação consistiu em R$ 23.479. Após o prazo anulatório o Banco efetuou o pagamento de R$33.697.

(b) Fiscais:

	31/12/2022	31/12/2021
Contestação judicial de tributos	9.787	8.987
Outras contingências fiscais	8.490	7.831
	18.277	**16.818**
Não circulante	18.277	16.818

A movimentação no período pode ser assim resumida:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	**16.818**	**15.970**
Constituição/(reversão)	146	310
Atualização/encargos	1.313	538
Saldo no final do período	**18.277**	**16.818**
Depósitos em garantia de recursos (Nota 14(c))	**18.286**	**16.846**

O saldo é composto principalmente por: • ISS - Lei Complementar nº 116/03 - R$5.731 (R$ 5.153 em 31 de dezembro de 2021): Questionamento sobre a incidência do referido imposto sobre meios, instrumentos e etapas de operações financeiras realizadas pelo Banco; • PIS - R$4.055 (R$ 3.834 em 31 de dezembro de 2021): Declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes, no que concerne a aplicação da Emenda Constitucional nº 1/94 e da Medida Provisória nº 636/94 (e reedições), a fim de que o Banco possa proceder ao recolhimento da contribuição ao PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70; • INSS - SAT/FAP - R$8.491 (R$ 7.831 em 31 de dezembro de 2021): Questionamento sobre a majoração da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e fator de correção do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

14. Ativos e passivos contingentes:

(a) Ativos contingentes prováveis: Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos relevantes classificados como prováveis de realização. **(b) Passivos contingentes possíveis - trabalhistas e cíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco, e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. As empresas do Banco são parte dos seguintes processos com risco de perda possível: • Processos trabalhistas: os processos trabalhistas classificados com chance de perda possível totalizam R$3.329 (R$ 12.960 em 31 de dezembro de 2021); • Processos cíveis: Os processos, em sua maioria, referem-se a indenizações por danos morais, questões sobre protesto de duplicatas endossadas ao Banco por terceiros, legitimidade de contrato e revisão contratual. Foram levados em conta apenas os valores dados às causas, que para os processos classificados como possíveis equivalem ao montante de R$28.825 (R$ 7.431 em 31 de dezembro de 2021). **(c) Passivos contingentes possíveis - fiscais:** As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas totalizam aproximadamente R$46.899 (R$44.471 em 31 de dezembro de 2021) e as principais ações estão descritas a seguir: • Questionamento relativo à incidência previdenciária sobre valores pagos a títulos de PLR - Participação nos Lucros e Resultados e PLA - Participação nos Lucros de Administradores, no período de 2009 a 2011, totalizando R$17.764 (R$ 17.174 em 31 de dezembro de 2021); • O Banco Voiter S.A., em decorrência do acordo celebrado pela venda da Guide Investimentos S.A. (Nota 2(c)), efetuou depósitos judiciais no montante R$35.598 de para fazer face às contingências fiscais possíveis relativas à desmutualização da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, em que o polo passivo da ação é a Guide Investimentos S.A.

15. Outros passivos:	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	847	633
Sociais e estatutárias	21.256	8.327
Impostos e contribuições a recolher	4.414	5.651
Pagamentos a efetuar	5.364	8.383
Provisão para perdas em garantias financeiras	1.546	1.597
Receitas diferidas em garantias prestadas		2.237
Diversos	657	11.969
	34.084	**38.797**
Circulante	29.670	33.146
Não circulante	4.414	5.651

16. Patrimônio líquido: (a) Capital social: (i) Capital subscrito e integralizado: O capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado e é representado por 296.928.576 ações, sendo 286.101.052 ordinárias e 10.827.524 preferenciais sem valor nominal (259.334.591 ações, sendo 249.877.935 ordinárias e 9.456.656 preferenciais sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021). **(ii) Aumento de capital:** Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovaram o aumento de capital no valor de R$ 112.000, realizado pela NK 031, acionista controladora do Voiter. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 17 de maio de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 65.116.279 ações, sendo 62.741.809 ações ordinárias e 2.374.470 preferenciais. Em 8 de julho de 2021, foi homologado pelo Banco Central do Brasil a redução do capital do Banco Voiter S.A. referente ao investimento no Letsbank, no montante de R$51.170, sem cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social do Banco, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, deixou de ser uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031, como proposto na reorganização societária. Para fins de capital, não há impactos no Consolidado Prudencial. Em 12 julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$70.000, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 42.168.675 ações, 40.630.991 ações ordinárias e 1.537.684 preferenciais. Em 25 novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$ 7.008, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 20 de dezembro de 2021 e, com isso, houve a emissão privada de 4.941.9891 ações, sendo 4.761.779 ações ordinárias e 180.210 preferenciais. Em 23 abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$50.000, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de junho de 2022 e, com isso, houve a emissão privada de 37.593.985 ações, sendo 36.223.117. ações ordinárias e 1.370.868 preferenciais. Em 25 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$50.000, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Homologado pelo Banco Central em 12 de agosto de 2022, com isso, houve a emissão privada de 38.576.847 ações, sendo 37.170.139 ações ordinárias e 1.406.708 ações preferenciais. Em 26 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no valor de R$25.000, realizado pela holding NK 031, acionista controladora. Homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2022, com isso, houve a emissão privada de 19.288.635 ações, sendo 18.585.273 ações ordinárias e 703.362 ações preferenciais. Com isso, o capital social do Banco Voiter S.A. passou a ser composto por 354.794.058 ações (341.856.464 ações ordinárias e 12.937.594 ações preferenciais). **(iii) Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, havia 1.208.142 ações em tesouraria, sendo 1.128.616 ordinárias e 79.526 preferenciais. **(b) Outros resultados abrangentes:** Em 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda no valor de R$173.357 (R$142.794 em 31 de dezembro 2021), com ajuste a mercado, no valor de R$2.731 (R$ 1.890 em 31 de dezembro de 2021), líquido de efeitos tributários. **(c) Reservas de lucros e prejuízos acumulados:** O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a destinação do lucro líquido anual para as seguintes reservas: (a) Reserva para Equalização de Dividendos com a finalidade de garantir recursos para pagamento de remuneração ao acionista; e (b) Reserva para Reforço do Capital de Giro para garantir meios financeiros para a operação do Banco. **(d) Dividendos e remuneração do capital próprio:** O Estatuto Social do Banco Voiter S.A. prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.

17. Detalhamento das contas de resultado:

(a) Receitas da intermediação financeira:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de operações de crédito	**157.699**	**63.602**
Empréstimos	131.132	51.617
Direitos creditórios descontados	306	581
Financiamentos	26.261	11.404
Resultado de títulos e valores mobiliários	**184.559**	**712.105**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.903	45.396
Títulos de renda fixa	90.024	634.494
Títulos de renda variável		(2.252)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(29.363)	(30.209)
Aplicações no exterior	332	214
Fundos de investimentos	32.663	64.462
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**194.409**	**(510.744)**
Swap	(1.414)	(3.043)
Futuros	460.484	(554.210)
Termo	(264.661)	46.509
Resultado de câmbio	**9.059**	**14.388**
Exportação	4.107	4.186
Financeiro	(1.498)	(1.461)
Variação de taxas	(497)	3.425
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.947	8.238
	545.726	**279.351**

(b) Despesas de captação no mercado aberto:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	(4.090)	(1.844)
Depósitos a prazo	(400.568)	(222.404)
Operações compromissadas	(69.509)	(14.280)
Letras de crédito agrícola	(50.782)	(35.067)
Letras financeiras		(184)
Letras de crédito imobiliário	(165)	
	(525.114)	**(273.779)**

(c) Outras receitas operacionais:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Reversão provisão BNDU	8.119	2.530
Recuperação de encargos e despesas	56	461
Rendas Seg. Garantia - PSH	289	99
Rendas de devedores de bens	2.443	1.243
Renda de aquisição de créditos		2
Juros s/capital próprio recebido	1.807	
Variação monetária	6.174	1.497
Variação cambial (Cayman)	2.203	2.335
Reversão de honorários	725	
Aluguéis de BNDU	368	
Outros	4.045	2.074
	26.229	**10.241**

(d) Outras despesas operacionais:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com consultoria jurídica	(250)	(58)
Amortização de ágio aquisição Cripton	(40)	(15)
Diversos	(2.934)	(850)
Arbritragem Guide	(33.698)	
Variação Cambial (Branch)	(5.527)	(2.177)
Variação Cambial de Depósitos em Garantia no Exterior	(160)	138
	(42.609)	**(2.962)**

(e) Despesas de pessoal:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(58.552)	(42.974)
Honorários	(3.833)	(4.526)
Benefícios	(8.134)	(8.578)
Encargos sociais	(12.329)	(13.703)
Treinamentos	(72)	(555)
Estagiários	(766)	(709)
	(83.686)	**(71.044)**

(f) Outras despesas administrativas:

	Exercícios findos em	
	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	(102)	(168)
Aluguéis	(3.652)	(4.078)
Comunicações	(940)	(737)
Responsabilidade social	(136)	(300)
Manutenção e conservação de bens	(124)	(98)
Material	(79)	(46)
Processamento de dados	(12.431)	(10.025)
Promoções e relações públicas	(457)	(475)
Propaganda e publicidade	(1)	(32)
Publicações	(132)	(313)
Seguros	(576)	(475)
Serviços do sistema financeiro	(8.121)	(6.595)
Serviços de terceiros	(20.168)	(29.659)
Vigilância e segurança	(656)	(451)
Serviços técnicos especializados	(10.422)	(15.520)
Transportes	(198)	(186)
Viagens	(539)	(388)
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(1.360)	(387)
Outras	(5.476)	(3.823)
	(65.570)	**(73.757)**

18. Resultado por ação:

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(71.613)**	**(52.373)**
Quantidade média de ações emitidas (mil unidades)		
Ações ordinárias	279.728.560	201.124.451
Ações preferenciais	10.586.356	7.611.576
Prejuízo atribuído		
Prejuízo atribuído às ações ordinárias	(69.002)	(50.463)
Prejuízo atribuído às ações preferenciais	(2.611)	(1.910)
Prejuízo por ação básico - Reais		
Ações ordinárias	(0,0002)	(0,0003)
Ações preferenciais	(0,0002)	(0,0003)

19. Gestão de riscos e de capital: As atividades do Banco envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente para que sejam parte integrante das decisões estratégicas da instituição. O Conselho de Administração é o órgão máximo no que diz respeito as diretrizes da gestão de risco e definição do apetite a risco. A instituição ainda conta com comitês formados pela alta direção com o objetivo de acompanhar e avaliar a adequação da gestão de risco as diretrizes e limites estabelecidos e, também um CRO (*Chief Risk Officer*) aprovado pelo Conselho de Administração responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos. Um dos pilares da estrutura da gestão de risco no Banco é a sua independência em relação as áreas de negócio, garantindo que não haja conflito de interesse em suas atividades. As suas funções fundamentais são garantir que as diretrizes e limites de risco sejam respeitadas monitorando e reportando a aderência aos mesmos, atuar na disseminação da cultura de riscos e assessorar os órgãos e alçadas competentes da instituição na gestão do risco. As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as operações, produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz. Ademais, a Auditoria Interna é responsável pela revisão independente de gestão de riscos e do ambiente de controle. **(a) Risco de crédito:** Em sua ampla definição, o risco de crédito é tratado como a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas, mediante contratado entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando, também, a desvalorização do contrato assumido devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros: • O Risco da contraparte: Possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros; • O Risco País: Possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em razão de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo; • A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante; • A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito possibilita o Banco: identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos, além de definir procedimentos e rotinas que possibilitem a gestão integral do risco de crédito envolvido em todas as fases do negócio. Para melhor elucidar as fases do negócio, este foi divido em quatro etapas que definem o ciclo de crédito: a) Análise de crédito: a análise de crédito possui critérios e procedimentos claramente definidos a todos os envolvidos no processo de concessão, tanto no que se refere a classificação de risco dos clientes/operações quanto as análises de propostas e renovação de limites. O principal objetivo na análise de crédito é fornecer embasamento técnico ao Comitê de Crédito através de análises econômico-financeira dos clientes, subsidiando, assim, a tomada de decisão. b) Concessão de crédito: A concessão de crédito tem como principal objetivo analisar e decidir sobre a concessão de limites e operações de crédito propostos pela área comercial, levando em consideração as informações levantadas pela própria área comercial e pela análise realizada pelo Departamento de Crédito. c) Gestão de crédito: Assim que o crédito é concedido, a gestão do crédito se torna responsável por: (i) formalizar as operações e as respectivas garantias envolvidas, garantindo a aderência de forma e conteúdo aos seus instrumentos constitutivos de aprovação, contratação e de garantias associadas; (ii) acompanhar as operações de crédito, identificando pontos críticos, visando garantir a qualidade da operação, bem como o efetivo recebimento dos valores emprestados à contraparte; (iii) analisar e acompanhar as garantias envolvidas na operação, verificando sua suficiência e liquidez além da detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade de operações, com base no risco de crédito. d) Recuperação de crédito: quando uma operação de crédito entra em atraso, são tomadas medidas administrativas, repactuação ou adoção de medidas judiciais. Todas essas medidas citadas têm como objetivo fazer a recuperação do crédito em atraso com o menor custo e prazo possíveis. O principal foco da área de risco de crédito é, de forma independente, identificar e mensurar a exposição ao risco de crédito, subsidiando a alta administração com estudos relativos à carteira de crédito do Banco, suportando assim os processos de tomada de decisão para que os riscos envolvidos nas operações sejam passíveis de controle e mitigação. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está sujeita à efetiva e abrangente verificação da Auditoria Interna, cuja atuação é segregada da área de risco de crédito. Cabe a ela verificar se as práticas de gestão do risco de crédito estão sendo conduzidas conforme a Política e normas vigentes. **(b) Risco de mercado:** O Banco está exposto a riscos de mercado, que correspondem ao risco de perdas decorrentes de mudanças nas taxas e preços de mercado. Estes riscos surgem de posições em taxas de juros, moedas, *commodities* e ações. A exposição a risco de mercado é segregada em carteira *trading* e carteira *banking*. A carteira *trading* inclui as posições de transações *market-making,* em que o Banco atua como o agente principal com clientes ou com o mercado. A carteira *banking* corresponde às transações das operações comerciais do Banco. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são: • VaR (*Value at Risk*): medida estatística que estima a perda potencial máxima em condições normais de mercado dentro de um determinado horizonte de tempo; • Teste de Estresse: cálculo do comportamento da carteira de ativos, passivos e derivativos em condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas); e • Análise de Sensibilidade.

Abaixo análise de sensibilidade:

Ativo	Risco	Cenário I	Cenário II
Carteira *"Trading"*			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(29)	29
Cupons cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	423	(423)
Moedas estrangeiras	Variação cambial	(126)	126
Renda variável	Preço de ações		
Commodities	Variação do preço das Commodities	179	179
Carteira *"Trading" e "Banking"*			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(9.339)	9.339
Cupons cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(269)	269
Moedas estrangeiras	Variação cambial	(126)	126
Índice de preços	Taxas de cupons de índices de preços	2.304	(2.304)
Renda variável	Preço de ações	31	(31)
Commodities	Variação do preço das Commodities	179	(179)

continua ★

★ continuação

Banco Voiter CNPJ 61.024.352/0001-71 - Companhia de Capital Fechado

Seguindo os critérios de classificação das operações conjecturados na Resolução nº 4.557/17, na Circular nº 3.354/07, na Circular 3.876/18 e a Resolução 48/21, os instrumentos financeiros do Banco Voiter são segregados em Carteira Trading (Negociação) e Carteira Banking (Estrutural). Para a análise de sensibilidade foram considerados cenários de estresse dos fatores de risco que compõem todas as operações da Instituição. O cenário I considera o aumento das taxas de juros de curto e longo prazo (paralelo de alta) e a alta dos preços das commodities, ações e moedas e o cenário II é calculado através da redução das taxas de curto e longo prazo (paralelo de baixa) e a queda dos preços das ações, moedas e commodities. Os cenários de taxa de juros são definidos de acordo com a Circular nº 3.876 do Banco Central. Esta determina que os cenários de alta devem contemplar variações de 400bps para as variações de taxa em moeda nacional e 200bps para o cupom de dólar dos Estados Unidos. Os cenários de moedas, commodities e ações consideram a variação dos preços de acordo com o modelo volatilidade EWMA com horizonte de 21 dias úteis. Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata de todos os ativos e passivos do banco, o que não representa necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética. **(c) Risco de liquidez:** Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução BACEN nº 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Banco possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Banco, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução BACEN nº 4.557/17. Estes critérios e procedimentos determinam uma reserva de liquidez, que deve ser alocada em títulos de alta liquidez, suficiente para manter as operações e obrigações da Instituição em um cenário de *Stress* de Fluxo de Caixa. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez. **(d) Risco operacional:** Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua. Conforme definido na Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, risco operacional relaciona-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, pessoas e/ou eventos externos ao Banco. O Banco adotou o método ASA 2 - Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, para cálculo de alocação de capital da parcela de risco operacional em alinhamento com a Circular BACEN nº 3.640/13. **(e) Gestão de capital:** O gerenciamento de capital é uma das atividades mais importantes do Banco e o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são fundamentais para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle de capital disponível; • Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O processo de gestão eficiente do capital contempla a otimização do uso de capital e o alinhamento com a estratégia de negócio do Banco e ao seu apetite de risco. A Estrutura de Gestão de Capital deverá auxiliar a Diretoria e Conselho de Administração quanto à gestão do Banco por meio de informações adequadas e consistentes. Os relatórios gerenciais devem fornecer uma visão detalhada do perfil de risco do Banco em comparação aos requisitos de capital para cada tipo de risco, demonstrar um acompanhamento do Plano de Capital planejado versus realizado, apresentar planos de ações para mitigar desvios e notificar sobre novas regulamentações competentes ao assunto. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, em conformidade com a legislação vigente, serão revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, visando revisar o conteúdo e se adequar ao planejamento estratégico do Banco e às condições de mercado. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II. O cálculo de necessidade de capital regulatório para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre a formação do Patrimônio de Referência, e na Resolução nº 4.193/13 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado - composto pelos riscos das exposições em ouro, moeda estrangeira, operações sujeitas à variação cambial, operações sujeitas à variação das taxas de juros e das operações sujeitas à variação do preço de commodities. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é observado e monitorado diariamente pela área de Riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é responsável pela apuração e monitoramento da adequação da relação patrimônio de referência versus exposição ao risco (RWA). O Voiter, em 31 de dezembro de 2022, atingiu o índice de 11,3% (10,4% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir das demonstrações do conglomerado prudencial.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência - PR	**263.947**	**358.997**
Patrimônio de referência - Nível I	**263.947**	**358.997**
Capital principal	263.947	358.997
Patrimônio líquido	437.733	466.911
Ajustes prudenciais	173.786	107.914
Excesso Recursos Ativo Permanente		
Patrimônio de referência - Nível II		
RWA - Ativos ponderados pelo risco	**2.331.445**	**3.460.317**
RWA risco de crédito (RWA cpad)	1.979.079	2.672.638
RWA risco de mercado (RWA mpad)	315.629	708.729
RWA risco operacional (RWA opad)	36.738	78.950
Índice de Capital Principal - %	**11,3%**	**10,4%**
Índice de Nível I - %	**11,3%**	**10,4%**
Índice de Basileia - %	**11,3%**	**10,4%**

(f) Valor de mercado de instrumentos financeiros: De acordo com a Resolução do CMN nº 4.903/21, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no apreçamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, verificando critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Os instrumentos financeiros que trata a resolução são: • Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN; • Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular nº 3.082/02 do BACEN; e • Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução nº 4.557/17.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em moeda estrangeira			**2.929**	**2.929**
Títulos e valores mobiliários	**2.393.567**	**2.371.889**	**2.942.416**	**2.920.775**
Títulos para negociação	1.851.985	1.851.985	2.334.057	2.334.057
Títulos disponível para venda	173.357	173.357	8.929	8.929
Títulos mantidos até o vencimento	368.225	346.547	599.430	577.789
Operações de crédito	**927.992**	**1.029.223**	**1.235.956**	**1.335.943**
Créditos originados	311.388	322.642	289.078	304.711
Trade finance	84.842	92.271	234.554	240.436
Créditos adquiridos	514.178	596.561	586.644	664.662
Crédito Consignado			91.044	91.044
Antecipação de recebíveis de cartão	17.584	17.749	34.636	35.090
Derivativos	**167.378**	**167.378**	**475.805**	**475.805**
Swaps	411	411	276	276
Termo	166.967	166.967	475.529	475.529
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	23.905	23.905	21.297	21.727
Depósitos a prazo	2.739.680	2.714.742	4.233.282	3.886.234
Recursos de letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	520.924	533.479	595.146	593.537
Obrigações por repasses	4.213	4.384	4.009	4.009
Derivativos	**(114.251)**	**(114.251)**	**(315.482)**	**(315.482)**
Swaps	(703)	(703)	48	48
Termo	(113.548)	(113.548)	(315.530)	(315.530)

20. Partes relacionadas:

(a) Empresas controladas: As transações entre controladora e empresas controladas e controladas em conjunto foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

		2022		2021	
Vínculo com a Instituição	Objeto e caracterísitcas do contrato	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco Voiter S.A. e suas controladas	Depósitos à vista	2.159		45.957	
	Dep. interfinanceiros: 100% do CDI no vcto.	23.905	1.496	21.727	522
	Dep. à prazo: 100% do CDI após carência	45.816	55	246	14
	Empréstimo	2.685	1.332	10.861	3.630
	Outros valores a receber/pagar	621	1.933	1.860	
	Derivativos: NDF - Café X US$	(26.496)	(49.752)	(9.991)	(89.824)

(b) Outras operações com partes relacionadas:

Vínculo com a Instituição	Objeto e características do contrato	2022	2021
Administradores e Diretores Executivos	Depósitos à vista	675	62
	LCA de 100% a 118% do CDI no vencimento		325
Empresas ligadas aos administradores	Depósitos à vista		282
Pessoas vinculadas aos administradores	Depósitos à vista		21.972
	Depósitos a prazo: De 100% a 105% do CDI após carência	16.500	

(c) Remuneração de pessoas-chave da administração:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	4.148	5.077
Contribuição ao INSS	885	950
	5.033	**6.027**

21. Investimentos:

(a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação no Capital Social	Resultado	Investimentos		Resultado de Equivalência	
			2022		2022	2021	2022	2021
Voiter Comércio de Cereais	120.788	123.755	100%	2.891	123.755	127.163	2.891	(2.205)
Voiter Assessoria [2]	2.954	66	100%	(2)	66	68	(2)	(9)
LetsBank [1]								(21.980)
Intercap DTVM	15.493	23.080	100%	1.505	23.080	21.575	1.505	238
Cripton	301	2.844	100%	(398)	2.844	3.243	(398)	2.956
				3.995	**149.745**	**152.049**	**3.995**	**(21.000)**

[1] Em 10 de maio de 2021, a assembleia geral aprovou a redução do capital do Banco Voiter S.A. referente ao investimento no Letsbank, restituindo-o à acionista majoritária, a Holding NK 031. O Letsbank, assim, deixou de ser uma subsidiária do Voiter e sim da Holding NK 031. [2] Em 3 de maio de 2022, foi aprovado pela junta comercial do estado de São Paulo a alteração do nome de BI&P Assessoria Participações Ltda para Voiter Assessoria e Participações Ltda. **(i) Voiter Comércio de Cereais:** Em 09 de março de 2021, foi aprovada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alteração do nome de BI&P Comércio de Cereais Ltda. para Voiter Comércio de Cereais Ltda. Em 24 de outubro de 2022, a diretoria aprovou proposta para distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R$ 1.807. Em 28 de dezembro de 2022, a diretoria aprovou a distribuição e pagamento de dividendos referente a exercícios anteriores no montante de R$ 6.299. **(ii) Cripton Comercializadora de Energia:** Conforme Comunicado ao Mercado emitido em 14 de janeiro de 2021, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a operação para aquisição da empresa Crípton Comercializadora de Energia Ltda. Em 30 de março de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a operação para aquisição da empresa Crípton Comercializadora de Energia Ltda e a efetiva aquisição e liquidação financeira ocorreu em 1º de julho de 2021, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

(b) Imobilizado:

	31/12/2021	Aquisições	Despesa de depreciação	31/12/2022
Equipamentos e instalações	**4.277**	**682**	**(1.373)**	**3.586**
Custo	17.114	682		17.796
Depreciação acumulada	(12.837)		(1.373)	(14.210)
Total imobilizado de uso	**4.277**	**682**	**(1.373)**	**3.586**

(c) Outros ativos intangíveis:

	31/12/2021	Aquisições	Despesa de amortização	Baixas	31/12/2022
Negócios com cereais					
Custo	13.100				13.100
Amortização acumulada	(13.100)				(13.100)
Projeto Cedro	**285**		**(228)**		**57**
Custo	1.140				1.140
Amortização acumulada	(855)		(228)		(1.083)
Softwares	**58**			**(58)**	
Custo	58			(58)	
Amortização acumulada					
Projeto Transformação digital	**3.435**	**4.894**	**(1.632)**		**6.697**
Custo	3.748	4.894			8.642
Amortização acumulada	(313)		(1.632)		(1.945)
Cripton	**264**		**(40)**		**224**
Custo	299				299
Amortização acumulada	(35)		(40)		(75)
Outros	**68**			**(68)**	
Custo	68			(68)	
Amortização acumulada					
Total	**4.110**	**4.894**	**(1.900)**	**(126)**	**6.979**
Custo	18.413	4.894		(126)	23.182
Amortização acumulada	(14.303)		(1.900)		(16.203)

22. Informações complementares: (a) Contratos de serviços: A política de atuação do Banco na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Durante os exercícios de 2022 e 2021, não foram prestados, pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa. **(b) Contratos de seguros:** O Banco mantém contratos de seguros para cobertura de riscos dos bens do imobilizado e de imóveis. A administração considera o valor suficiente para atender às eventuais perdas com sinistros. **(c) Demonstração do Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Durante os exercícios de 2022 e 2021, não foram registrados resultados não recorrentes no Voiter.

O CONSELHO

A DIRETORIA

CONTADORA - RENATA LEME BORGES DOS SANTOS - CRC SP 241045/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Voiter S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Voiter S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Voiter S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 31 de dezembro de 2022 os créditos tributários registrados no ativo totalizam R$ 360 milhões e estão reconhecidos com base em estudo de realização que considera a projeção de resultados futuros tributáveis, que, por sua vez, considera o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. Este estudo de realização dos créditos tributários foi revisado pela administração da Instituição com base no cenário atual e futuro e aprovado pelo Conselho de Administração. A realização destes créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora - CRC 1SP192785/O-4

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 61.088.183/0001-33
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5504-9844 - https://www.mizuhogroup.com/americas/brazil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer do auditor independente. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 237 trilhões de ienes no ano fiscal 2021 (De Abril/2021 a Mar/2022). O Banco Mizuho do Brasil S.A. é um banco múltiplo com autorização para operar com carteiras comercial e de investimento; atua como banco de atacado no mercado local. Atende empresas de várias nacionalidades e setores e oferece uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: a) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras corporações internacionais, auxiliando-os em suas operações comerciais no Brasil. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos - capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros. b) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3b	**14.436**	64.623
Instrumentos Financeiros		**14.934.066**	11.526.557
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	**2.178.318**	3.793.661
Carteira de câmbio	7	**7.352.769**	4.157.796
Títulos e valores mobiliários	5a/b	**4.190.116**	2.370.301
Instrumentos financeiros derivativos	17	**167.341**	90.233
Operações de crédito	6	**1.045.522**	1.114.566
Outros Ativos		**215.048**	166.078
Relações interfinanceiras		**1.110**	1.436
Rendas a receber		**2.226**	492
Negociação e intermediação de valores	8a	**43.309**	18.357
Diversos	8b	**167.185**	144.719
Despesas antecipadas		**1.218**	1.074
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	**(3.244)**	(3.134)
Ativo fiscal diferido	15	**116.913**	120.020
Investimento em participações em coligadas e controladas	9	**17.793**	18.511
Outros investimentos		**113**	148
Imobilizado de uso		**4.041**	4.689
Imobilizações de uso		**11.739**	12.765
Depreciação Acumulada		**(7.698)**	(8.076)
Ativo Intangível		**701**	808
Ativos Intangíveis		**7.121**	10.040
Amortização Acumulada		**(6.420)**	(9.232)
Total do ativo		**15.299.867**	**11.898.300**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**13.970.938**	**10.661.178**
Depósitos	10	**1.398.673**	1.030.820
Captações no mercado aberto	11	**2.386.806**	2.143.171
Recursos de aceites e emissão de títulos	12a	**42.498**	132.321
Obrigações por empréstimos	12b	**5.022.537**	3.880.292
Obrigações por repasses no exterior	12c	**17.572**	172.631
Instrumentos financeiros derivativos	17	**118.831**	211.557
Carteira de câmbio	7	**4.984.021**	3.090.386
Passivo Fiscal Diferido	15	**46.611**	15.290
Outras Obrigações		**348.274**	**407.643**
Relações interdependências		**75.342**	75.235
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		**17.084**	647
Fiscais e previdenciárias	13	**28.766**	25.491
Negociação e intermediação de valores	8a	**19.013**	108.265
Diversas	13	**208.069**	198.005
Resultado de exercícios futuros		–	525
Patrimônio líquido		**934.044**	**813.664**
Capital Social:		**679.732**	632.590
De domiciliados no exterior	14a	**632.590**	632.590
Aumento de capital social em andamento		**47.142**	–
Reservas de Lucros		**256.959**	187.460
Outros resultados abrangentes	14c	**(2.647)**	(6.386)
Total do passivo		**15.299.867**	**11.898.300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**628.869**	–	**14.245**	**114.131**	**10.666**	–	**767.911**
Integralização de capital	14a	3.721	–	–	–	–	–	**3.721**
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	(14.179)	–	**(14.179)**
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(40.411)	–	**(40.411)**
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	37.538	–	**37.538**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	59.084	**59.084**
Constituição da reserva de lucros		–	–	2.954	56.130	–	(59.084)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**632.590**	–	**17.199**	**170.261**	**(6.386)**	–	**813.664**
Integralização de capital	14a	–	47.142	–	–	–	–	**47.142**
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	3.761	–	**3.761**
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(653)	–	**(653)**
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	631	–	**631**
Distribuição de juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(53.877)	**(53.877)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	123.376	**123.376**
Constituição da reserva de lucros		–	–	6.169	63.330	–	(69.499)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**632.590**	**47.142**	**23.368**	**233.591**	**(2.647)**	–	**934.044**
Saldos em 30 de junho de 2022		**632.590**	–	**19.216**	**170.261**	**(2.952)**	**38.328**	**857.443**
Integralização de capital	14a	–	47.142	–	–	–	–	**47.142**
Ajuste ao valor de mercado - TVM		–	–	–	–	309	–	**309**
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior		–	–	–	–	(39)	–	**(39)**
Hedge de investimento no exterior		–	–	–	–	35	–	**35**
Distribuição de juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(53.877)	**(53.877)**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	83.031	**83.031**
Constituição da reserva de lucros		–	–	4.152	63.330	–	(67.482)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**632.590**	**47.142**	**23.368**	**233.591**	**(2.647)**	–	**934.044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do semestre/exercício		**83.031**	**123.376**	**59.084**
Ajustes ao lucro líquido		**(37.630)**	**(24.795)**	**(32.673)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa Operações Créditos	6f	**(354)**	**110**	(406)
Provisão/(reversão) para perdas Garantias Financeiras		**(54)**	**(149)**	(113)
Provisão para contingências	13d	**4.995**	**9.721**	3.372
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	15a	**(41.729)**	**(28.297)**	(7.522)
Atualização monetária de depósitos judiciais		**(2.874)**	**(5.231)**	(1.722)
Resultado de participação em controlada	9	**(238)**	**(580)**	(570)
Resultado na alienação de valores e bens		–	–	(352)
Depreciações/Amortizações		**624**	**1.271**	1.327
Provisão para PLR		**1.323**	**2.678**	1.473
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		**308**	**3.761**	(14.178)
Hedge de Investimento no Exterior		**(39)**	**(653)**	(51.520)
Variação Cambial Hedge Inv. Ext. (PL)		**408**	**1.929**	37.538
Ganho de capital		–	**(9.355)**	–
Variações em ativos e passivos:		**737.901**	**(1.777.951)**	**1.891.594**
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		**6.584**	**(21.091)**	(66.583)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**(1.516.332)**	**(1.887.533)**	(161.733)
(Aumento) em operações de crédito		**129.204**	**69.044**	(242.404)
(Aumento)/Redução em outros créditos		**(1.067.321)**	**(3.241.018)**	(1.492.072)
(Aumento)/redução em outros valores e bens		**(228)**	**(144)**	(86)
(Aumento)Variação líquida em outra relações interfinanceiras e interdependências		**62.080**	**433**	63.744
Aumento/(redução) em depósitos		**(194.837)**	**367.853**	(551.746)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		**292.818**	**987.186**	1.566.134
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		**(91.563)**	**(89.823)**	128.597
Aumento/(redução) Captações no mercado aberto		**1.890.882**	**243.635**	1.285.209
Aumento/(redução) em outras obrigações		**1.280.699**	**1.886.758**	1.371.976
Aumento/redução em instrumentos financeiros derivativos (passivo)		**(54.085)**	**(92.726)**	(9.000)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		–	**(525)**	(442)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais		**783.302**	**(1.679.370)**	**1.918.005**
Atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado de uso		**(179)**	**(387)**	(508)
Alienação de imobilizado de uso		–	–	478
Caixa recebido na repatriação de dividendos de investida no exterior		–	–	114.344
Aquisição de intangível		–	**(129)**	**(245)**
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		**(179)**	**(516)**	**114.069**
Atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		**47.142**	**47.142**	**3.721**
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		**(53.877)**	**(53.877)**	–
Caixa líquido originado em atividades de financiamentos		**(6.735)**	**(6.735)**	**3.721**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**776.338**	**(1.686.621)**	**2.035.795**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**1.318.605**	**3.781.614**	1.745.819
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**2.094.993**	**2.094.993**	3.781.614
Aumento (redução) em equivalentes de caixa		**776.338**	**(1.686.621)**	**2.035.795**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		642.392	780.489	460.398
Operações de crédito		80.338	133.912	61.660
Resultado de títulos e valores mobiliários		337.474	557.426	256.941
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17g	(30.418)	(139.147)	138.551
Resultado de câmbio		254.998	228.298	3.246
Despesas da intermediação financeira		(499.658)	(546.876)	(310.870)
Operações de captações no mercado		(212.328)	(347.111)	(138.075)
Operações de empréstimos e repasses		(287.684)	(199.655)	(173.201)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	354	(110)	406
Resultado bruto da intermediação financeira		142.734	233.613	149.528
Outras receitas (despesas) operacionais		(36.850)	(67.050)	(49.212)
Receitas de prestação de serviços	20b	18.950	46.392	45.565
Despesas de pessoal		(25.085)	(56.161)	(47.088)
Outras despesas administrativas	20c	(22.459)	(41.999)	(36.886)
Despesas tributárias		(7.346)	(12.777)	(10.095)
Resultado de participação em controlada	9	238	580	570
Outras receitas operacionais	20d	3.848	6.639	2.794
Outras despesas operacionais	20e	(4.996)	(9.724)	(4.072)
Resultado operacional		**105.884**	**166.563**	**100.316**
Outras receitas e despesas	20f	–	9.355	761
Resultado antes da tributação sobre o lucro		105.884	175.918	101.077
Imposto de renda e contribuição social	15a	(21.530)	(49.864)	(40.520)
Provisão para imposto de renda		(3.543)	(11.492)	(16.264)
Provisão para contribuição social		(3.122)	(10.075)	(16.734)
Ativo fiscal diferido		(14.865)	(28.297)	(7.522)
Participações dos empregados no lucro		(1.323)	(2.678)	(1.473)
Lucro líquido dos semestre/ exercício		83.031	123.376	59.084
Lucro líquido por ação - R$		**38,89**	**57,78**	**27,67**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do semestre/ exercício	**83.031**	**123.376**	**59.084**
Outros resultados Abrangentes a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes	**305**	**3.739**	**(17.052)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**309**	**3.761**	**(14.169)**
Ajuste ao valor de mercado	**589**	**7.173**	(27.017)
Efeito tributário	**(280)**	**(3.412)**	12.848
Hedge de Investimento no exterior	**35**	**631**	**37.538**
Ajuste variação cambial	**67**	**1.203**	67.844
Efeito tributário	**(32)**	**(572)**	(30.306)
Outros resultados abrangentes de coligada por equivalência patrimonial	**(39)**	**(653)**	**(40.421)**
Ajuste variação cambial	**(69)**	**(1.194)**	(40.411)
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	**30**	**541**	(19)
Efeito tributário	–	–	9
Total do resultado abrangente	**83.336**	**127.115**	**42.032**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil ("Banco") é um banco múltiplo, sediado na avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 em São Paulo, Capital, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. É controlado diretamente pelo Mizuho Bank, Ltd., cujo controlador final é o Mizuho Financial Group, Inc., ambos sediados na Cidade de Tóquio no Japão. O Mizuho Financial Group está listado nas Bolsas de Valores de Tóquio e Nova Iorque. O Banco tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. Realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelos acionistas, com estreita observância das normas e regulamentações locais. O Banco se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: facultada a apresentação das contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; comparabilidade dos saldos do Balanço Patrimonial, apresentados com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior, evidenciação, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. A Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 4.966/2021, dispõe sobre conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2025. Para adequação, o Banco elaborou um plano de implementação, que será ajustado, se necessário. Neste aspecto, serão identificados os produtos a serem impactados, análise da metodologia simplificada para S4 e consideração para o modelo completo, desenvolvimento de sistemas necessários, análise dos impactos nos resultados e demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata*" dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os valores estão apresentados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	**2.094.993**	3.781.614
Disponibilidades	**14.436**	64.623
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4a)	**1.900.314**	3.716.991
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4b)	**112.404**	–
Aplicações em depósitos moeda estrangeira (Nota 4c)	**67.839**	–

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Instrumentos Financeiros: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "*swap*" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço; *Operações com opções* - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; *Operações de futuro* - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação, conforme definido pela Circular nº 3.150, do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como *hedge* contábil, são distinguidas em três categorias: *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa e hedge de investimento no exterior. As operações classificadas como *hedge* de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida à respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de *hedge*. As operações de *hedge* de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para *hedge* de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de *hedge*, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. Hedge de investimento no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa. Através da Resolução nº 4.924/2021 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) a partir de 1 de janeiro de 2022. e) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu

continua →★

→★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Imobilizado e intangível: O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *“pro rata”* dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por *impairment*. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%. Para o período de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social foi de 25%. Para o período de 01 de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022, a alíquota da contribuição social foi de 21% conforme Medida Provisória nº 1.115, de abril de 2022. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e adições e exclusões temporárias, são registrados nas rubricas de “Outros créditos - diversos” e “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias”. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo e estão suportados por estudo técnico, realizado semestralmente. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos à divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Lucro por ação: Foi calculado com base no número de ações em circulação na datas-base de 31 de dezembro de 2022 e 2021. n) Eventos subsequentes: De acordo com a Resolução nº 3.973/2011 (Resolução nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2021) do CMN que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24. o) Garantias Financeiras Prestadas: A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. p) Resultado Recorrente e Não Recorrente: A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. De acordo com os critérios internos de avaliação, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I- não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II- não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente, por sua vez, corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas:	31/12/2022	31/12/2021
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	600.304	–
Rendas a apropriar	(203)	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	852.863	3.057.560
Rendas a apropriar	(289)	(1.062)
	1.452.675	3.056.498
Posição financiada:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	447.791	660.723
Rendas a apropriar	(152)	(230)
	447.639	660.493
Total posição bancada	447.639	3.056.498
Total posição financiada	1.452.675	660.493
Total de aplicações no mercado aberto (nota 3b)	1.900.314	3.716.991

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 90 dias	112.404	38.214
De 91 a 365 dias	56.118	21.075
Acima de 365 dias	41.643	17.381
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	210.165	76.670

c) Aplicações em moeda estrangeira: Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía aplicações em moedas estrangeiras no montante de R$ 67.839 (sem valores em 2021) realizadas com banqueiros no exterior.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de custo	Valor mercado/ contábil (1)	Valor de custo	Valor mercado/ contábil (1)
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria	1.396.059	1.395.828	147.247	146.699
Títulos disponíveis para venda	1.014.958	1.014.569	85.965	85.899
Debêntures	4.981	4.983	2.067	2.069
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	117.360	117.351	72.849	72.854
Letras do Tesouro Nacional - LTN	883.227	882.845	11.049	10.976
Ações	9.390	9.390	–	–
Mantidos até o vencimento	381.101	381.259	61.282	60.800
Debêntures	316.159	316.159	5.006	5.006
Letra Financeira	64.942	65.100	56.276	55.794
Vinculados a compromisso de recompra	2.016.701	2.017.974	1.396.933	1.397.011
Títulos disponíveis para venda	368.438	369.711	78.567	78.645
Debêntures	75.027	75.059	78.567	78.645
Letras do Tesouro Nacional - LTN	293.411	294.652	–	–
Mantidos até o vencimento	1.648.263	1.648.263	1.318.366	1.318.366
Debêntures	648.575	648.575	812.667	812.667
Letra Financeira	999.688	999.688	505.699	505.699
Vinculados à prestação de garantias	781.322	776.314	834.257	826.591
Títulos disponíveis para venda	781.322	776.314	834.257	826.591
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	501.156	501.466
Letras do Tesouro Nacional - LTN	747.556	742.548	306.234	298.258
Part. Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	33.766	33.766	26.867	26.867
Total	4.194.082	4.190.116	2.378.437	2.370.301

(1) Os títulos classificados como Disponíveis para venda refletem o valor contábil após a marcação a mercado. Os títulos classificados como Mantidos até o vencimento refletem o valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Carteira própria:	293.753	1.102.075	1.395.828	80.995	65.704	146.699
Títulos disponíveis para venda	183.266	831.303	1.014.569	77.012	8.887	85.899
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	112.303	5.048	117.351	72.854	–	72.854
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.963	811.882	882.845	3.889	7.087	10.976
Debêntures	–	4.983	4.983	269	1.800	2.069
Ações	–	9.390	9.390	–	–	–
Mantidos até o vencimento	110.487	270.772	381.259	3.983	56.817	60.800
Debêntures	48.518	267.641	316.159	1.940	3.066	5.006
Letra Financeira	61.969	3.131	65.100	2.043	53.751	55.794
Vinculados a operações compromissadas	289.611	1.728.363	2.017.974	472.849	924.162	1.397.011
Títulos disponíveis para venda	–	369.711	369.711	10.262	68.383	78.645
Debêntures	–	75.059	75.059	10.262	68.383	78.645
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	294.652	294.652	–	–	–
Mantidos até o vencimento	289.611	1.358.652	1.648.263	462.587	855.779	1.318.366
Debêntures	119.216	529.359	648.575	107.004	705.663	812.667
Letra Financeira	170.395	829.293	999.688	355.583	150.116	505.699
Vinculados à prestação de garantias	–	776.314	776.314	320.672	505.919	826.591
Títulos disponíveis para venda	–	776.314	776.314	320.672	505.919	826.591
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			–	277.33	224.333	501.466
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	742.548	742.548	43.539	254.719	298.258
Part. Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	–	33.766	33.766	–	26.867	26.867
	583.364	**3.606.752**	**4.190.116**	**874.516**	**1.495.785**	**2.370.301**

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com títulos e valores mobiliários foi de R$ 557.426 (R$ 256.941 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 os títulos classificados como “Disponíveis para venda” estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, no montante de R$ 44 (R$ 3.806 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 os títulos classificados como “Mantidos até o vencimento” estão avaliados pelo custo amortizado, o valor a mercado dos referidos títulos é R$ 2.002.951 (R$ 1.361.796 em 31 de dezembro de 2021), representando um potencial ajuste negativo de R$ 26.571 (R$ 17.370 positivo em 31 de dezembro de 2021). Os parâmetros utilizados para o cálculo do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), que se utiliza de modelos internos de precificação. O valor de mercado das debêntures é apurado considerando o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis. Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e os títulos privados encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve reclassificação de categoria dos títulos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Operações de crédito:				
Empréstimos e títulos descontados	967.815	28,89	853.793	38,00
Empréstimos e títulos descontados vinculados a operações compromissadas	76.491	2,28	115.606	5,14
Repasse interfinanceiro	–	–	145.167	6,46
Financiamento	1.216	0,04	–	–
Total	1.045.522	31,21	1.114.566	49,60
Outros créditos				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e respectivas rendas a receber (Nota 7)	2.235.103	66,73	1.081.650	48,14
Notas de Crédito de Exportação (Nota 8)	68.863	2,06	50.745	2,26
Total de outros créditos	2.303.966	68,79	1.132.395	50,40
Total da carteira de crédito	3.349.488	100,00	2.246.961	100,00

b) Concentração do total da carteira de crédito por setor de atividade

31/12/2022					
Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	4.404	1.566.785	–	663.914	2.235.103
Capital de Giro	122.269	470.016	197.746	254.275	1.044.306
Nota de Crédito de Exportação	–	56.574	–	12.289	68.863
Financiamento	1.216	–	–	–	1.216
	127.889	**2.093.375**	**197.746**	**930.478**	**3.349.488**

31/12/2021					
Produto	Comércio	Indústria	Instituição Financeira	Outros Serviços	Total
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	–	632.256	–	449.394	1.081.650
Capital de Giro	15.082	502.157	204.703	247.457	969.399
Repasse Interfinanceiro	–	145.167	–	–	145.167
Notas de Crédito de Exportação	–	50.745	–	–	50.745
	15.082	**1.330.325**	**204.703**	**696.851**	**2.246.961**

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações:

	31/12/2022		31/12/2021	
	R$	%	R$	%
De 1 a 90 dias	1.651.513	49,31	692.585	30,82
De 91 a 365 dias	902.442	26,94	781.290	34,77
Acima de 365 dias	795.533	23,75	773.086	34,41
Total da carteira de crédito	3.349.488	100	2.246.961	100

d) Concentração do risco da carteira de crédito:

	31/12/2022		31/12/2021	
	R$	%	R$	%
Principal devedor	641.525	19,15	225.136	10,02
10 maiores devedores seguintes	1.922.313	57,39	1.253.917	55,81
Demais devedores	785.650	23,46	767.908	34,17
	3.349.488	100	2.246.961	100

e) Concentração da carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para devedores duvidosos nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Total das operações	Provisão constituída	%	Total das operações	Provisão constituída	%
Nível de risco:						
AA	3.256.771	2.571	0,08	2.246.961	3.134	0,14
A	92.717	673	0,73	–	–	–
Total da carteira de crédito	3.349.488	3.244	–	2.246.961	3.134	–

Conforme facultado pelo art. 6º da Resolução do BACEN nº 2.682/99, a Administração procedeu ao agravamento da provisão, para os níveis de risco AA, com base em estudo técnico de acompanhamento da carteira de crédito, resultando em um acréscimo de R$ 2.571 (R$ 3.134 em 31 de dezembro de 2021) para o nível de risco AA, e R$ 210 para o nível A (sem valores em 2021). f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2022 semestre	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	3.598	3.134	3.540
Constituição	1.106	2.343	1.722
Reversão	(1.460)	(2.233)	(2.128)
Saldo final	3.244	3.244	3.134

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco fez a renovação da data de vencimento de 50 (29 em 31 de dezembro de 2021) contratos de operações de crédito no montante total de R$ 420.099 (R$ 240.166 em 31 de dezembro de 2021), estendendo os vencimentos dos mesmos. A renovação foi efetuada para atender e facilitar o processo operacional e/ou de fluxo de caixa dos nossos clientes. Não houve prorrogações e nem houve renovações de contratos por atraso de pagamento ou deterioração financeira por parte dos nossos clientes.

7. Carteira de câmbio

	31/12/2022		31/12/2021	
	Outros Créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras Obrigações
Ativo	7.352.769	–	4.157.796	–
Circulante	6.826.335	–	3.608.852	–
Câmbio comprado a liquidar	4.547.487	–	2.623.386	–
Direitos sobre venda de câmbio	2.245.732	–	983.464	–
Adiantamentos em moeda nacional	(79)	–	(857)	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	33.195	–	2.859	–
Realizável a longo prazo	526.434	–	548.944	–
Câmbio comprado a liquidar	525.762	–	465.041	–
Direitos sobre venda de câmbio	585	–	77.087	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	87	–	6.816	–
Passivo	–	4.984.021	–	3.090.386
Circulante	–	4.982.712	–	2.919.333
Câmbio vendido a liquidar	–	2.288.048	–	1.022.297
Obrigações por compra de câmbio	–	4.384.422	–	2.599.964
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	(1.689.758)	–	(702.928)
Exigível a longo prazo	–	1.309	–	171.053
Câmbio vendido a liquidar	–	725	–	93.966
Obrigações por compra de câmbio	–	512.647	–	446.134
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	–	(512.063)	–	(369.047)

8. Outros ativos

a) Negociação e intermediação de valores:	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	43.309	18.357
Passivo	19.013	108.265
Total a receber/(pagar) - circulante	**24.296**	**(89.908)**
b) Outros Créditos:	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	**68.863**	50.745
Desconto de Recebíveis	**196**	808
Outros	**9.048**	7.639
Total circulante	**78.107**	**59.192**
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia	**89.078**	85.527
Total realizável a longo prazo	**89.078**	**85.527**
Total	**167.185**	**144.719**

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária *offshore* do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos.

Em 26 de março de 2021, o capital social do Mizuho do Brasil Cayman Limited, foi diminuído em USD 20.000, passando de USD 22.920 para USD 2.920.

	Mizuho do Brasil Cayman Ltd.		
	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações ordinárias - em milhares	2.920	2.920	2.920
Percentual de participação - %	100%	100%	100%
Informações sobre a investida:			
Patrimônio líquido	11.469	17.793	18.511
Capital social	9.516	9.516	9.516
Reservas de lucros	1823	1.823	1.795
Ajuste valor mercado de TVM	(1)	(104)	(103)
Variação cambial do investimento no exterior	(69)	6.081	7.276
Resultado líquido do semestre/exercício	200	477	27
Resultado de equivalência patrimonial	200	477	27
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior	38	103	543
Resultado de participação em controlada	238	580	570

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 6.072 (R$ 7.290 em dezembro de 2021), sendo R$ 9 ((R$ 14) em dezembro de 2021) referente a variação cambial do processo de conversão do resultado.

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo

	31/12/2022					31/12/2021
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	39.885	–	–	–	39.885	134.422
Depósitos interfinanceiros	–	96.113	–	–	96.113	178.575
Depósitos a prazo	–	315.572	602.088	345.015	1.262.675	717.823
	39.885	411.685	602.088	345.015	1.398.673	1.030.820

b) Concentração:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores	1.006.332	71,95	677.361	65,71
50 maiores credores seguintes	387.366	27,70	339.406	32,93
Demais credores	4.975	0,35	14.053	1,36
Total da carteira	1.398.673	100	1.030.820	100

As operações de depósitos a prazo classificadas em “Acima de 365 dias” no montante de R$ 344.957 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2021 este valor era de R$ 195.531.

11. Captações no mercado aberto

	31/12/2022			31/12/2021
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Total
Debêntures	602.972	–	602.972	**878.328**
Letras Financeiras	999.430	–	999.430	**505.310**
Letras Tesouro Nacional - LTN	292.947	–	292.947	**–**
Compromissada de CDB	10.598	33.219	43.817	**99.040**
Total da carteira própria	1.905.947	33.219	1.939.166	**1.482.678**
	Até 90 dias	**De 91 a 365 dias**	**Total**	**Total**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	447.640	–	447.640	**660.493**
Total da carteira de terceiros	447.640	–	447.640	**660.493**
Total da carteira de terceiros	2.353.587	33.219	2.386.806	**2.143.171**

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com captações no mercado aberto foi de (R$ 347.111) ((R$ 138.075) em 31 de dezembro de 2021). A variação advém basicamente do aumento da SELIC e taxas negociadas para as operações no período.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

a) Os recursos de aceite e emissão de títulos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Letras financeiras	42.498	–	1.647	37.597
LCA	–	–	93.077	–
Total	**42.498**	**–**	**94.724**	**37.597**
Total geral		**42.498**		**132.321**

b) As obrigações por empréstimos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Obrigações por empréstimos	4.363.905	658.632	3.171.806	708.486
Total	**4.363.905**	**658.632**	**3.171.806**	**708.486**
Total geral		**5.022.537**		**3.880.292**
Taxas	0,0727% a 6,43% a.a.		0,01% a 1,93% a.a.	

c) obrigações por repasses do exterior:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Obrigações por repasses do exterior	17.572	–	154.006	18.625
Total	**17.572**	**–**	**154.006**	**18.625**
Total geral		**17.572**		**172.631**
taxas		0,9%a.a.	0,52% a 0,77% a.a.	

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com empréstimos e repasses foi de R$ 199.655 (R$ 173.201 em 31 de dezembro de 2021), representado por variação cambial e juros de R$ 119.349 e 80.306, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 174.823 e (1.622) em dezembro de 2021).

continua →★

→★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

13. Outras obrigações diversas, fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuições a recolher	28.766	25.491
Provisões administrativas	20.297	19.761
Provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas	78	227
Credores diversos	2.238	47
Total circulante	**51.379**	**45.526**
Processos trabalhistas (i)	7.375	8.822
Parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa	170.498	162.311
Contingência	7.583	6.837
Total não circulante	**185.456**	**177.970**
Total	**236.835**	**223.496**

(i) Existem depósitos judiciais de R$ 1.305 (R$ 2.973 em 31 de dezembro de 2021) para as causas trabalhistas.

As provisões de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	147.602	140.478
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10.226	9.811
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.643	3.495
Programa de Integração Social (PIS)	8.029	7.577
Outros	998	950
Total das provisões	170.498	162.311
(–) Depósitos judiciais vinculados	(87.612)	(82.535)
Valor líquido	82.886	79.776

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais no montante de R$ 43.568 (R$ 40.911 em 31 de dezembro de 2021). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais no montante de R$ 33.072 (R$ 31.181 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais no montante de R$ 7.964 (R$ 7.588 em 31 de dezembro de 2021). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais no montante de R$ 599 (R$ 570 em 31 de dezembro de 2021). (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais no montante de R$ 2.409 (R$ 2.285 em 31 de dezembro de 2021). c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2022, estes processos referiam-se à gestão de fundos de investimentos no valor de R$ 30.847 (R$ 27.936 em 31 de dezembro de 2021) e trabalhista, no valor de R$ 27 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021). d) Movimentação das contingências:

	Saldo inicial 31/12/2021	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo final 31/12/2022	Saldo final 31/12/2021
Provisão para riscos fiscais	162.311	8.187	–	–	170.498	162.311
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.811	415	–	–	10.226	9.811
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.495	148	–	–	3.643	3.495
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	140.478	7.124	–	–	147.602	140.478
Programa de Integração Social (PIS)	7.577	452	–	–	8.029	7.577
Outros	950	48	–	–	998	950
Provisão para passivos contingentes	15.659	1.535	(2.097)	(139)	14.958	15.659
Processos trabalhistas	8.822	789	(2.097)	(139)	7.375	8.822
Expurgos inflacionários	6.837	746	–	–	7.583	6.837

14. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R$ 632.590 (R$ 632.590 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 2.135.229 (2.135.229 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 30 de novembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R$ 628.869 para R$ 632.590, mediante aumento de capital de R$ 3.721 e emissão de 9.932 novas ações ordinárias e sem valor integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 15 de dezembro de 2021. Em 30 de dezembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da instituição de R$ 632.590 para 679.732, mediante aumento de capital de R$ 47.142 que foram integralizadas pelo acionista Mizuho Bank Ltd. A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de fevereiro de 2023. b) Dividendos: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram distribuídos R$ 53.877 (sem valor em 2021) de juros sobre capital próprio, este valor foi recapitalizado. c) Ajustes de avaliação patrimonial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de R$ 13, vide nota explicativa 5b ((R$ 3.749) em 31 de dezembro de 2021) e o valor referente aos títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de (R$ 57) ((R$ 57) em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 o montante de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R$ 6.622 (R$ 4.355 em 31 de dezembro de 2021) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de (R$ 9.225) ((R$ 6.935) em 31 de dezembro de 2021). d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2022 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R$ 233.591 (R$ 170.261 em 31 de dezembro de 2021).

15. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía o montante de R$ 116.913 (R$ 120.020 em 31 de dezembro de 2021) registrados em créditos tributários e o montante de R$ 46.611 (R$ 15.290 em 31 de dezembro de 2021) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	IRPJ e CSLL 31/12/2022	IRPJ e CSLL 31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**175.918**	101.077
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k	**(79.163)**	(45.485)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**57.621**	14.712
Participação dos empregados no lucro	**1.205**	663
Provisão para perdas em operações de crédito	**18**	233
Ajustes de marcação a mercado	**23.165**	(4.676)
Juros sobre o capital próprio	**24.245**	–
Outras adições e exclusões - temporárias	**5.091**	12.889
Rendimentos operações Lei 12.431 (sujeitos a CSLL)	**3.974**	5.140
Outras adições e exclusões	**(77)**	463
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	**(21.567)**	(32.998)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**25**	(1.941)
Imposto de renda e contribuição social - outras contas resultado	**–**	4.166
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	**(28.297)**	(7.522)

Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição social, há o saldo de R$ 25 (R$ (1.941) em 31 de dezembro de 2021) referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de PIS e COFINS, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.

	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial repasses do exterior	**1.203**	(1.954)
Pis/Confins	**(56)**	91
Líquido de Pis/Cofins	**1.147**	(1.863)
Imposto de renda	**(287)**	466
Contribuição social	**(229)**	514
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**(516)**	980
Hedge de investimento no exterior	**631**	(883)
Variação Cambial investimento no exterior tributada	**(1.203)**	5.841
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	**541**	(2.921)

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social:

	Saldo Inicial 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo Final 31/12/2022
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.514	–	(19)	**1.495**
Provisão para contingências fiscais	72.016	3.684	–	**75.700**
Provisão para contingências diversas	3.077	3.654	–	**6.731**
Outras provisões	8.452	–	(5.108)	**3.344**
Provisões para PLR e gratificações	3.342	4.705	(3.342)	**4.705**
Prejuízo fiscal e base negativa	31.619	–	(6.681)	**24.938**
Total dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa*	120.020	12.043	(15.150)	116.913
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(248)	(23.186)	–	**(23.434)**
Atualização depósitos judiciais	(16.733)	(2.003)	–	**(18.736)**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - resultado	(16.981)	(25.189)		(42.170)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - patrimônio liquido	3.067	(3.078)	–	**(11)**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	47	–	–	**47**
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - patrimônio liquido	3.114	(3.078)	–	36
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	306	(2.847)	–	**(2.541)**
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(1.729)	(207)	–	**(1.936)**
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(15.290)	**(31.321)**	**–**	**(46.611)**

Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2022 relativamente às datas previstas de sua realização, monta R$ 62.483 (R$ 98.271 em 31 de dezembro de 2021). Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

31/12/2022		31/12/2021	
2022	**–**	2022	19.124
2023	**(12.298)**	2023	11.595
2024	**4.088**	2024	5.733
2025	**1.942**	2025	50.969
2026	**52.492**	2026	2.332
2027 a 2031	**16.259**	2027 a 2031	8.518
Total	**62.483**	Total	98.271

16. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração e participação nos lucros	**21.143**	31.523
Previdência privada	**474**	492

A remuneração dos funcionários-chaves e administradores está consistente com a conjuntura econômica atual e o Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) Transações com outras partes relacionadas: As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumariadas como segue:

	2022 31/12/2022 Ativo (passivo)	2022 31/12/2022 Receitas (despesas)	2021 31/12/2021 Ativo (passivo)	2021 31/12/2021 Receitas (despesas)
Disponibilidades	**4.571**	**–**	**1.524**	**–**
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**337**	**–**	**252**	**–**
Mizuho Bank, Ltd. - Hong Kong	**46**	**–**	**9**	**–**
Mizuho Bank, Ltd. - London	**4.188**	**–**	**1.263**	**–**
Aplicações em moeda estrangeira	**67.839**	**(4.869)**	**–**	**61**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**67.839**	**(4.869)**	**–**	**61**
Outros créditos - carteira de câmbio	**2.357.140**	**(19.020)**	**981.289**	**(4.679)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**2.284.094**	**158.172**	**177**	**(65)**
Mizuho do Brasil Cayman	**6.292**	**(1.939)**	**16.282**	**(949)**
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**–**	**–**	**–**	**1.370**
Mizuho Bank, Ltd. - London	**66.754**	**(175.253)**	**964.830**	**(5.035)**
Rendas com prestação de serviços no exterior	**–**	**40.580**	**–**	**39.414**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**–**	**40.580**	**–**	**39.414**
Obrigações por empréstimos do exterior	**(4.461.519)**	**(148.151)**	**(3.637.777)**	**(259.245)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(4.461.519)**	**(148.151)**	**(3.637.777)**	**(259.245)**
Obrigações por repasses do exterior	**(17.572)**	**(3.221)**	**(172.631)**	**(18.712)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(17.572)**	**(3.221)**	**(172.631)**	**(18.712)**
Outras obrigações - carteira de câmbio	**(2.281.709)**	**(15.079)**	**(1.016.671)**	**(58.255)**
Mizuho Bank, Ltd. - New York	**(2.201.524)**	**(98.898)**	**(177)**	**(610)**
Mizuho do Brasil Cayman	**(7.039)**	**1.068**	**(17.291)**	**(2.128)**
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	**–**	**–**	**–**	**(1.701)**
Mizuho Bank, Ltd. - London	**(73.145)**	**82.751**	**(999.203)**	**(53.816)**

17. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Essa política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro do banco, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas localmente e pela área responsável por novos produtos na matriz. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção aos riscos das posições próprias, para gestão do resultado e para soluções às necessidades de nossos clientes. Os principais instrumentos utilizados são operações de *swaps*, futuros, operações a termo e opções. Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. A área de Gestão de Créditos define limites específicos para operações em derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Esse limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata. O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuado dentro do processo global de gestão de riscos. A política de riscos em vigor estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas. A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz. Política de hedge: A política de *hedge* é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações geraram exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge* contábil, de acordo com a Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. Conforme o padrão de *hedge* contábil de risco de mercado utilizado pelo Banco, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI). Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (B3), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de *hedge* utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta Participante de Liquidação Direta (PLD) na B3, específica para movimentação de posição de *hedge*, de forma a evitar o "*netting*" ocasionado por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco. Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de *hedge*. Nos casos em que o Banco contrata obrigações de prazos longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de *hedge* é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descasamento do prazo, agregando-se ao conjunto do *hedge* direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado. O monitoramento da efetividade do *hedge*, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de *hedge* está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082, do Banco Central do Brasil. O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (*Data Warehouse*). Apuração do valor de mercado e posições em aberto: A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que constrói as curvas de juros através de processo de interpolação pelo método exponencial. Basicamente, os modelos matemáticos descontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado. Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	31/12/2022 Ativo	31/12/2022 Passivo	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Ativo	31/12/2021 Passivo	31/12/2021 Líquido
Swap	143.643	(63.864)	79.779	8.258	(161.493)	(153.235)
Forward	23.698	(54.967)	(31.269)	81.975	(50.064)	31.911
	167.341	(118.831)	48.510	90.233	(211.557)	(121.324)

a) Operações de swap

31/12/2022

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *"hedge"*						
PRExUSD	899.464	911.370	(856.977)	862.826	(832.385)	30.441
CDI x USD	1.043.871	1.098.088	(1.036.195)	1.102.076	(1.001.032)	101.044
PRExEUR	33.502	33.895	(32.908)	33.579	(33.223)	356
CDI xEUR	30.000	38.455	(31.168)	38.607	(31.425)	7.182
"Hedge"						
CDI x PCA	290.009	316.944	(374.401)	316.941	(374.401)	(57.460)
CDI xEUR	6.696	6.700	(8.417)	6.706	(8.490)	(1.784)
	2.303.542	2.405.452	(2.340.066)	2.360.735	(2.280.956)	79.779

31/12/2021

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não *"hedge"*						
PRExUSD	789.322	797.573	(791.672)	727.765	(784.808)	**(57.043)**
CDI x USD	1.061.535	1.086.132	(1.118.136)	1.093.592	(1.111.089)	**(17.497)**
PRExEUR	411.947	421.293	(427.008)	411.252	(426.754)	**(15.502)**
CDI xEUR	45.423	48.787	(50.344)	49.840	(50.587)	**(747)**
PRE x CDI	50.000	50.038	(50.052)	50.053	(50.052)	**1**
"Hedge"						
CDI x PCA	292.823	305.936	(353.931)	305.932	(353.930)	**(47.998)**
CDI xEUR	33.352	33.376	(47.628)	33.478	(47.927)	**(14.449)**
	2.684.402	**2.743.135**	**(2.838.771)**	**2.671.912**	**(2.825.147)**	**(153.235)**

b) Operações de forward:

31/12/2022

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não "*hedge*"						
USD x PRE	2.726.997	2.621.342	(2.661.859)	2.603.095	(2.640.288)	(37.193)
EUR x PRE	9.948	10.020	(9.883)	10.161	(9.923)	238
IEN X PRE	78.380	83.353	(78.215)	84.044	(78.358)	5.686
	2.815.325	**2.714.715**	**(2.749.957)**	**2.697.300**	**(2.728.569)**	**(31.269)**

31/12/2021

Categoria	Valor referencial	Valor de custo Ativo	Valor de custo Passivo	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado Passivo	Valor de mercado Líquido
Não "*hedge*"						
USD x PRE	2.231.115	2.220.644	(2.182.036)	2.214.516	(2.167.469)	**47.047**
PRE x EUR	672	670	(664)	668	(663)	**5**
PRE X JPY	117.500	117.255	(112.296)	117.294	(112.251)	**5.043**
PRE X USD	1.361.543	1.337.754	(1.351.149)	1.328.449	(1.348.633)	**(20.184)**
	3.710.830	**3.676.323**	**(3.646.145)**	**3.660.927**	**(3.629.016)**	**31.911**

c) Demais instrumentos financeiros derivativos não hedge:

Operações de futuros - B3: Contratos	31/12/2022 Global	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Global	31/12/2021 Líquido
Moeda:				
Comprado	660.172		2.253.754	
Vendido	(1.055.280)	(395.108)	(865.458)	1.388.296
Taxa de juros:				
Comprado	1.771.667		706.771	
Vendido	(784.681)	986.986	(815.048)	(108.277)
		591.878		1.280.019

d) Demais instrumentos financeiros derivativos hedge:

Operações de futuros - B3: Contratos	31/12/2022 Global	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Global	31/12/2021 Líquido
Moeda:				
Comprado	469.593		2.953.184	
Vendido	–	469.593	–	2.953.184
Taxa de juros:				
Comprado	4.929		–	
Vendido	(2.900.713)	(2.895.784)	(1.009.272)	(1.009.272)
		(2.426.191)		1.943.912

e) Objetos de hedge:

	31/12/2022 Valor da curva	31/12/2022 Ajuste de MTM	31/12/2022 Valor de mercado	31/12/2021 Valor da curva	31/12/2021 Ajuste de MTM	31/12/2021 Valor de mercado
Risco de taxa de juros						
Capital de giro	222.162	(692)	221.470	90.336	(2.105)	88.231
CDI	111.444	75	111.519	64.611	(214)	64.397
CDB	–	–	–	(9.907)	6	(9.901)
Debêntures	374.434	–	374.434	359.957	–	359.957
Letras Financeiras	162.256	158	162.414	155.583	(482)	155.101
Total de risco de taxa de juros	870.296	(459)	869.837	660.580	(2.795)	657.785
Risco de moeda						
Repasses (USD)	(643.684)	(5.708)	(649.392)	(2.539.229)	(2.666)	(2.541.895)
Repasses (IEN)	(1.882.966)	(47.020)	(1.929.986)	(242.565)	(322)	(242.887)
Repasses (EUR)	(211.204)	(1.847)	(213.051)	–	–	–
Operações de Câmbio Futuro (EUR e IEN)						
Ativo	2.627.025	48.791	2.675.816	624.013	(1.049)	622.964
Operações de Câmbio Futuro (USD)						
Passivo	(2.092.773)	16.173	(2.076.600)	(648.954)	4.199	(644.755)
Total de risco cambial	**(2.203.602)**	**10.389**	**(2.193.213)**	**(2.806.735)**	**162**	**(2.806.573)**
Risco de indicador						
Letras do Tesouro Nacional LTN	1.924.193	(4.147)	1.920.046	100.990	(506)	100.484
Total de risco indicador	**1.924.193**	**(4.147)**	**1.920.046**	**100.990**	**(506)**	**100.484**

continua→★

→★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

f) Operações por vencimento em:

31/12/2022 – Ativo	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	296	291	4.204	138	4.929
Swap	–	–	–	–	–
Não *"hedge"*					
Swap	9.736	831	57.093	75.983	143.643
Forward	15.803	3.999	3.082	814	23.698
Futuro - B3	844.010	557.341	359.410	10.906	1.771.667
Total	869.845	562.462	423.789	87.841	1.943.937

31/12/2022 – Passivo	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	(189.876)	(53.210)	(363.857)	(2.293.770)	(2.900.713)
Swap	(1.784)	(198)	(208)	(57.054)	(59.244)
Não *"hedge"*					
Swap					
Forward	–	(309)	(1.309)	(3.002)	(4.620)
Futuro - B3	(24.985)	(27.449)	(2.101)	(432)	(54.967)
Total	(1.055.581)	(265)	(548.281)	(235.834)	(1.839.961)

31/12/2021 – Ativo	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	964.292	492.641	718.402	777.849	2.953.184
Swap	–	–	–	–	–
Não *"hedge"*					
Swap	3.134	107	1.391	3.626	8.258
Forward	47.797	2	1.151	33.025	81.975
Futuro - B3	475.813	398.892	277.227	1.808.592	2.960.524
Total	**1.491.036**	**891.642**	**998.171**	**2.623.092**	**6.003.941**

31/12/2021 – Passivo	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Hedge					
Futuro - B3	(300.095)	(144.133)	(231.389)	(333.655)	(1.009.272)
Swap	–	(224)	(229)	(61.994)	(62.447)
Não *"hedge"*					
Swap	(188)	(8.616)	(3.007)	(87.235)	(99.046)
Forward	(32.106)	(167)	(61)	(17.730)	(50.064)
Futuro - B3	(354.870)	(348.827)	(195.609)	(781.199)	(1.680.505)
Total	**(687.259)**	**(501.967)**	**(430.295)**	**(1.281.813)**	**(2.901.334)**

g) Informações complementares: As operações de derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão classificadas da seguinte forma, quanto ao local de negociação:

	Valor referencial 31/12/2022	Valor referencial 31/12/2021
Operações realizadas em bolsa - "B3"	11.571.486	8.603.486
Operações de balcão - B3	5.372.015	6.395.232
	16.943.501	14.998.718

As margens dadas em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representadas por títulos públicos federais, conforme demonstrado abaixo:

	Valor de mercado 31/12/2022	Valor de mercado 31/12/2021
Títulos públicos federais:		
Part Fundo Garantia em Liquidação - FLCB	33.766	26.867
Letras do Tesouro Nacional - LTN	742.548	298.258
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	501.466
	776.314	826.591

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em ganhos de R$ 10.979.605 (R$ 6.071.051 em 2021) e perdas de R$ 11.118.752 (R$ 5.932.500 em 2021), registrados na rubrica de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas patrimoniais. O Banco não possui derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18. Hedge de Variação cambial de Investimento no exterior

31/12/2022	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial Líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda					
Investimento no Exterior - Cayman	**3.317**	**17.295**	**7.128**	**224**	**7.352**
Total de risco cambial	**3.317**	**17.295**	**7.128**	**224**	**7.352**
Instrumentos de Hedge					
Risco de moeda					
Empréstimos no exterior	**(3.314)**	**(17.295)**	**(11.745)**	**4.348**	**(7.397)**
Total de risco cambial	**(3.314)**	**(17.295)**	**(11.745)**	**4.348**	**(7.397)**

31/12/2021	Valor em USD	Valor em R$	Variação cambial - PL	Efeito Tributário	Variação cambial Líquida
Objetos de Hedge					
Risco de moeda					
Investimento no Exterior - Cayman	**3.315**	**18.497**	**8.331**	**(318)**	**8.013**
Total de risco cambial	**3.315**	**18.497**	**8.331**	**(318)**	**8.013**
Instrumentos de Hedge					
Risco de moeda					
Empréstimos no exterior	**(5.214)**	**(29.099)**	**(12.947)**	**4.920**	**(8.027)**
Total de risco cambial	**(5.214)**	**(29.099)**	**(12.947)**	**4.920**	**(8.027)**

A partir de janeiro de 2018, além da implementação do "Hedge de investimento líquido no exterior", com o objetivo de uniformizar o processo de reconhecimento contábil da variação cambial do investimento no exterior, com o reconhecimento contábil da variação cambial dos instrumentos contratados para o hedge do referido investimento, o Banco decidiu pela efetivação do hedge integral, devido a divergência tributária entre o tratamento da variação cambial dos investimentos no exterior, a qual é isenta de tributação, e o resultado de variação cambial dos instrumentos de hedge, os quais são parte integrante da base fiscal. Em 2021 foi efetuada repatriação de uma parte do capital social de Cayman devido a entrega da licença bancária.

19. Gestão de riscos

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis na Internet, através do endereço: www.mizuhobank.com/brazil/pt/financial/. a) Risco de mercado O departamento de Gestão de Riscos monitora as exposições e respectivos limites definidos pela Matriz do Banco para as seguintes métricas: • FX Exposure: Exposição cambial em moedas estrangeiras. Os valores absolutos das exposições cambiais em cada moeda devem ser convertidos em valores equivalentes em dólares e somados. • Sensibilidade a movimentos nas taxas de juros de mercado: Métrica que mensura o impacto nos preços dos ativos devido a variação nas taxas de juros de mercado. É aplicável tanto para as operações em reais quanto para as operações em moedas estrangeiras. • Exposição de Vega para opções de dólar: Medida de risco de opções que representa o impacto nos prêmios das opções com relação a oscilação na volatilidade do ativo objeto. O processo de avaliação e controle dos riscos ocorre de forma independente às atividades de negócios do Banco. Valores indicativos das exposições a risco de mercado intradiário são calculados no mínimo três vezes durante o dia pelo departamento de Gestão de Riscos. No fechamento do dia, os métodos descritos são aplicados sobre a base das operações em aberto. O gerente da área de gestão de riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas. Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, o Mizuho utiliza-se de técnicas de análise de cenários para o Teste de Estresse. Os modelos contemplam análises de cenários projetados em um evento de crise financeira para as principais cotações de moedas e taxas de juros, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado. b) Risco de liquidez: O departamento de Gestão de Riscos também monitora o risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez, que pode resultar em dificuldades para o Banco honrar suas obrigações futuras de pagamento ou obrigá-lo a incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. A Matriz do Banco em Tóquio definiu como principal medida de liquidez o *Funding Gap* que consiste na projeção das necessidades de captação de recursos para os prazos de um dia, uma semana e um mês. O *Funding Gap* é calculado para todas as moedas negociadas pelo banco. Os limites do *Funding Gap* são propostos pelo Banco, aprovados pela Matriz e revisados semestralmente. Localmente, o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa, que consideram diversos cenários para os parâmetros utilizados nos seus cálculos. Os ativos líquidos (não vinculados a garantias) são marcados a mercado e adicionados ao caixa imediatamente disponível. Os demais ativos e derivativos sofrem ajustes no valor e no prazo de seus fluxos, de acordo com o grau dos respectivos riscos de crédito. Com relação aos passivos sem vencimento determinado, 20% da carteira é considerado como imediatamente exigido e sem renovação. A liquidez do Banco é monitorada diariamente pelo departamento de Gestão de Riscos e o acompanhamento é feito no Comitê de Ativos e Passivos do Banco, que reúne-se mensalmente. Além disso, o Banco conta com um plano de contingência aprovado pela Diretoria, contra eventuais crises de liquidez, para ser aplicado de acordo com a natureza e a severidade da crise. Em complementação à Política de Gestão de Liquidez do Banco foi estabelecida uma política de Gestão da Liquidez de Curto Prazo cujo enfoque é a capacidade para honrar obrigações financeiras cujos vencimentos ocorram no período compreendido entre 1, 7 e 15 dias úteis. Em conformidade com essa política, o *Back-Office* monitora diariamente a liquidez de curto prazo do Banco, assim como os lançamentos intra-dia efetuados na conta de reservas bancárias e os saldos individuais das contas junto aos bancos correspondentes do exterior. Ambas as políticas possuem limites referenciais estabelecidos pelo Comitê de Gestão e que levam em conta a disponibilidade de ativos face às exigências de caixa para os prazos analisados. Esses limites são valores de referência que devem ser considerados como parâmetros para a apropriada gestão da liquidez do Banco. c) Risco operacional: A estrutura de risco operacional, conforme definido pela Resolução nº 4.557, do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, está em linha com o ambiente de negócios do Banco e de acordo com as exposições geradas pelos seus produtos e serviços oferecidos. Essa estrutura possibilita a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação do risco operacional, e está ligada diretamente à Diretoria de Riscos. A gestão de risco operacional utiliza ferramentas que permitem o registro de eventos de riscos operacionais; análise de cenários; indicadores-chave de risco e auto avaliação. Através desses instrumentos, medidas são discutidas, registradas e monitoradas. As políticas e procedimentos inerentes estão disponibilizadas para todos os níveis do Banco. Treinamentos específicos são periodicamente oferecidos, visando à disseminação e ao fortalecimento da cultura interna sobre risco operacional. d) Risco de crédito: O objetivo do Banco Mizuho do Brasil S.A. é garantir a solidez de seus ativos, estendendo limites de crédito em conformidade com os padrões rigorosos de avaliação de risco de sua Matriz. O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas financeiras resultantes da contraparte não honrar os compromissos de crédito assumidos com o Banco. As áreas de análise de crédito e de monitoramento são áreas independentes uma da outra, sendo que a de monitoramento também é segregada da área comercial do Banco, com reporte direto ao Chief Risk Officer. No processo de análise de crédito da contraparte é levado em consideração a situação econômico-financeira histórica, atual e projetada, incluindo-se a capacidade de geração de fluxo de caixa, o grau de alavancagem e o perfil de endividamento, a qualidade dos ativos, o setor de atividade econômica, o ambiente competitivo em qual a empresa está inserida, uma potencial dependência econômica, a sua gestão, a estrutura societária, integração e suporte do grupo, entre outros. Estes fatores são subsídios importantes para poder se determinar e classificar adequadamente o risco de crédito da contraparte, e assegurar um nível de risco aceitável da carteira de crédito para o Banco, conforme exigido pelas políticas do grupo Mizuho e pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. O cumprimento da Resolução nº 4.677, que estabelece os limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas, é acompanhada e monitorada diariamente pelo Banco, aplicando parâmetros mais conservadores que os estabelecidos pelo órgão regulador. Os limites concedidos pelo Banco aos clientes, bem como as operações desembolsadas são monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo de responsabilidade das áreas de *Credit Analysis* e *Risk Management* o contínuo acompanhamento da saúde financeira da contraparte. A área de *Risk Management* também alimenta e monitora os sistemas de gerenciamento de risco, bem como é de sua responsabilidade de apontar eventuais excessos, irregularidades com relação a aprovação de crédito e/ou quebra de *covenants* às respectivas autoridades de risco de crédito, comercial, e a alta administração do Banco. e) Risco de tecnologia da Informação: O principal objetivo da segurança cibernética é garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas. O Banco entende que a mitigação de riscos de ataques cibernéticos dependem da rápida detecção de ameaças através de constantes monitoramentos, controles e treinamentos, além de política de segurança cibernética e procedimento de resposta a incidentes para obter uma rápida resolução pós identificação do ataque. O Banco possui sistemas para proteção em diversos níveis da infraestrutura e também executa os procedimentos para manter o ambiente controlado e seguro, compatíveis com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição, bem como adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos da instituição e a sensibilidade dos dados e das informações sob sua responsabilidade. Os riscos de tecnologia da informação, que inclui riscos cibernéticos, são identificados, controlados e monitorados e reportados adequadamente. f) Análise de Sensibilidade - Riscos de mercado: Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação de suas metodologias de cálculos conforme definido em duas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo: • **Cenário 1**: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • **Cenário 2**: choque de +100bps e -100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco. • **Cenário 3**: choque de +200bps e -200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

		Efeito Bruto no Resultado		
Fatores de Risco	**Exposições sujeitas à**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Variação de Taxas de Juros Prefixadas	-4	-41	-81
Cupom de Dólar	Variação da Taxa de Cupom de Dólar	-5	-51	-103
Cupom de Outras Moedas	Variação das Taxas de Cupons de Moedas Estrangeiras	1	12	23
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	-14	-68	-135

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda apurada para cada um dos cenários. - Riscos de Crédito: Na data-base 31/12/2022 o risco de crédito do banco era composto por 88 clientes com exposição total de R$ 4.746,5 milhões. Para efeitos de risco de crédito, foram considerados os empréstimos, os adiantamentos de câmbio, as debêntures, as operações interbancárias, Letras Financeiras e CDIs. O estudo foi elaborado estimando-se um crescimento da carteira para o final do ano e efeitos dos cenários econômicos nos ratings de crédito dos clientes. • **Cenário Base**: A guerra da Rússia na Ucrânia retrocede gradualmente. A China continua a reabrir sua economia. Os preços das *commodities* permanecem relativamente estáveis nos níveis atuais. O Fed eleva as taxas de juros um pouco acima de 5% e as mantém estáveis ao longo do ano. A economia global evita uma recessão. O Banco Central do Brasil inicia um ciclo de flexibilização no final do ano. O real se fortalece levemente na segunda metade do ano com a melhora do apetite global por risco. A economia brasileira cresce em ritmo moderado. • **Cenário Moderado**: A economia global enfrenta uma leve recessão devido às condições financeiras mais restritivas em meio à inflação persistente. A China reintroduz algumas restrições da Covid, causando problemas de abastecimento global. O dólar americano se fortalece moderadamente. A inflação no Brasil se estabiliza acima da meta, obrigando o Banco Central a adiar os cortes de juros para o ano que vem. O PIB do Brasil contrai levemente. • **Cenário Estresse**: A guerra da Rússia na Ucrânia se aprofunda e a China reintroduz sua política de Zero-covid, causando problemas persistentes de abastecimento global e mantendo a inflação em todo o mundo alta. Os bancos centrais do primeiro mundo são forçados a aumentar as taxas de juros por mais tempo. A economia global enfrenta uma forte recessão. A nova administração no Brasil perde a governabilidade. O real cai para mínimas históricas. O Banco Central brasileiro retoma um ciclo de alta dos juros. A economia brasileira contrai fortemente. Com base nos cenários acima descritos foram calculados os seguintes impactos nas carteiras e resultados:

Cenários	Descrição dos efeitos	Resultado da perda esperada (em milhões de reais)
Base	Neste cenário, a Carteira de Crédito do Banco apresenta crescimento de 35,1%, no entanto a Perda Esperada se mantém baixa, equivalente a 0,15% do total da Carteira, totalizando R$ 9,4 milhões (+31,1%); em linha com o crescimento da Carteira e cotações de câmbio projetadas.	(9,4)
Moderado	Baseado nas projeções de câmbio e crescimento projetado da Carteira, além do rebaixamento de rating definido para o cenário, a Perda Esperada sobe para R$ 16,2 milhões (+125,9%), equivalente a 0,25% da exposição total de Risco de Crédito.	(16,2)
Estresse	A Perda Esperada neste cenário mostra aumento para R$ 47,1 milhões. Apesar do aumento, a Perda Esperada representa apenas 0,7% do total de exposição de crédito, evidenciando forte resiliência da Carteira de Crédito do Banco mesmo em um ambiente fortemente estressado.	(47,1)

20. Outras informações

(a) Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas montam a R$ 319.530 (R$ 145.247 em 31 de dezembro de 2021), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

Tipo de Garantia Financeira	31/12/2022 Valores Garantidos	31/12/2022 Provisão	31/12/2021 Valores Garantidos	31/12/2021 Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.249	3	16.090	7
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	–	–	626	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais	46.728	44	42.515	51
Outras Fianças Bancárias	261.136	19	22.077	61
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.417	12	63.939	107
Total das Garantias	**319.530**	**78**	**145.247**	**227**

(b) Receitas de Prestação de Serviços:

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Tarifas Bancárias	50	76	16
Rendas de Outros Serviços	18.242	44.949	43.696
Rendas de Garantias Prestadas	658	1.367	1.853
Total	**18.950**	**46.392**	**45.565**

O valor de R$ 44.949 (R$ 43.696 em 2021) é composto substancialmente por valores a receber do Mizuho Bank, Ltd. - New York, conforme Nota 16b e está relacionado a acordo de alocação de despesas por serviços prestados.

(c) Outras Despesas Administrativas:	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Aluguéis	(1.439)	(2.758)	(2.667)
Despesas de Comunicações	(871)	(1.528)	(1.347)
Despesas de Manut. e Conservação de Bens	(127)	(243)	(279)
Despesas de Processamento de Dados	(11.099)	(21.303)	(19.074)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(255)	(353)	(227)
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	(2.273)	(4.444)	(4.250)
Despesas de Serviços de Terceiros	(915)	(1.599)	(1.350)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.740)	(5.167)	(3.890)
Despesas de Transporte	(88)	(123)	(250)
Despesas de Viagens ao Exterior	(743)	(936)	(390)
Despesas de Viagens no País	(108)	(143)	(45)
Outras Despesas Administrativas	(688)	(1.240)	(1.076)
Despesas de Depreciação	(513)	(1.035)	(1.026)
Despesas de Amortização	(111)	(236)	(301)
Outras	(489)	(891)	(714)
Total	**(22.459)**	**(41.999)**	**(36.886)**

(d) Outras receitas operacionais:	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Atualização de Depósitos Judiciais	2.874	5.231	1.722
Recuperação de Encargos e Despesas	233	233	50
Outras	741	1.175	1022
Total	**3.848**	**6.639**	**2.794**

(e) Outras despesas operacionais:	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Atualização de Contingências	(4.994)	(9.720)	(4.026)
Garantias Financeiras Prestadas	–	–	(12)
Outras	(2)	(4)	(34)
Total	**(4.996)**	**(9.724)**	**(4.072)**

(f) Operações ativas vinculadas: O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

Operações ativas vinculadas	31/12/2022 Ativo (Passivo)	31/12/2022 Receitas (Despesas)	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Receitas (Despesas)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 6a)	**1.334.266**	**12.938**	77.598	37
Letra Financeira (nota 5a)	**61.912**	**8.160**	36.228	1.715
Obrigações por operações ativas vinculadas				
Obrigações por empréstimos no exterior (nota 12b)	**(1.334.266)**	**(8.610)**	(77.593)	(32)
Depósitos a prazo (nota 10a e 11)	**(61.006)**	**(6.962)**	(35.373)	(1.673)
Resultado líquido das operações vinculadas		**5.526**		47

(g) Desmutualização CIP: Em março de 2022 ocorreu a desmutualização da Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP, associação sem fins lucrativos, através da cisão parcial de seu patrimônio que foi incorporado na CIP S.A. com fins lucrativos. Desta forma, o Banco anteriormente detentor de títulos da Associação CIP, passa a ser detentor de 250.000 ações na CIP S.A. A operação de desmutualização gerou um resultado positivo de R$9.355 registrado na rubrica outras receitas.

21. Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 03 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2022 é de 16,80% (16,16% em 2021), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.402.867
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	5.059.669
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	16.976
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	326.222
Capital mínimo para cobertura do RWA	243.129
Capital mínimo requerido pelo Adicional de Capital Principal (ACP)	135.072
Capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	65.953
Total Patrimônio Referência requerido	498.182
Patrimônio de Referência	907.742
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	475.513
Índice de Capital Principal (ICP)	16,80%
Índice de PR Nível I (IN1)	16,80%
Índice de Basileia (IB)	16,80%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	14,58%

22. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Banco Mizuho é classificado como "S4". O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

23. Resultado Recorrente e não Recorrente

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/2020:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido	**123.376**	59.084
Ganho/(Perda) na Alienação de imobilizado	–	352
Ganho de variação cambial gerados pela conversão de transações em moeda estrangeira por investimentos no exterior transferidos do patrimônio líquido para o resultado do período por ocasião da baixa parcial do respectivo investimento	–	406
Resultado na desmutualização CIP (nota 23)	**9.355**	–
Recebimento de créditos baixados para prejuízo	–	123
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	**(4.210)**	(396)
Lucro Líquido recorrente	**118.231**	58.599

24. Outros Assuntos

Em 16 de novembro de 2022, a medida provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022. Esta lei promove alterações no tratamento tributário aplicável às partidas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A lei produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2025. O Banco está avaliando os possíveis impactos desta norma.

continua →★

→★ continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

A DIRETORIA	CONTADOR: Henrique Luiz Gonzaga - CRC 1SP256056/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .

Aos acionistas e aos Administradores do
Banco Mizuho do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F
Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora CRC-1SP272354/O-1

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001/0708/000.237/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023**. **OFERTA DE COMPRA:** 895000801002023OC00032. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL,** cuja abertura está marcada para o dia 12/04/2023 às 09h30min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir do dia 30/03/2023, no site www.bec.sp.gov.br. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/ata-registro-de-precos.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 377/2023 SRP
PROTOCOLO Nº 19.954.642-2
OBJETO Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses, para futura e eventual prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos Presídios, Cadeias, Carceragens de Delegacias da Polícia Civil de gestão plena do DEPPEN, gestão plena da Polícia Civil e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPPEN, respeitadas as especificações técnicas, quantidades, condições de fornecimento e acordo de níveis de serviço previstos no Termo de Referência.
INTERESSADO: DEPPEN.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 28 de março de 2023.
ABERTURA: 18 de abril de 2023 às 09:00 h.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Cargo de Agente Universitário de Nível Médio na Função de TÉCNICO EM LABORATÓRIO para as seguintes Áreas de atuação: - NUTRIÇÃO E DIETÉTICA; - RADIOJORNALISMO E TELEJORNALISMO. EDITAL PRORH Nº 043/2023 – PSS. Período de inscrições: 30/03 a 13/04/2023
As inscriçõesserão realizadas somente via Internet, no endereço eletrônico: www.cops.uel.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LITAÇÃO
Tomada de Preços n.º 008/2023, Processo Licitatório n.º 032/2023.

Torna-se público aos interessados na licitação modalidade Tomada de Preços n.º 008/2023 Processo Licitatório n.º 032/2023, com abertura prevista para o dia 14 de abril de 2023 às 08h30min, destinado à contratação de empresa especializada para recapeamento de vias publicas no município de Martinópolis-SP (Rua Ruy Aparecido Canhizares), com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Termo de Convênio 103478/2022 – Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, Publicado no Diário Oficial do Estado, Jornal O Estadão, Jornal O Imparcial, Diário Oficial da União e Diário Municipal em 22/03/2023, a retificação da Planilha Orçamentária, assim como prorrogação do prazo de abertura de edital para o dia 20 de abril de 2023 as 08h30min. O Edital retificado e seus anexos estão disponíveis no Departamento de Licitação, no site www.martinopolis.sp.gov.br, no Portal Transparência, http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/, no horário normal de expediente. Martinópolis, 29/03/2023 – Comissão de Licitação. Prefeito.

TERMO DE REVOGAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais; e:
Considerando a CI/2303106 - COGEPRO, constante no Processo Administrativo nº P097091/2023;
Decide:
Revogar o Regime Diferenciado de Contratações nº 084/2022 – SEINF, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE UMA PONTE NA RUA MANAUS, NO BAIRRO DOM LUSTOSA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS", em virtude da necessidade de ajustes no objeto a ser licitado, por razões de interesse público.
Fortaleza/CE, data da assinatura digital.
Samuel Antônio Silva Dias
Secretário Municipal da Infraestrutura
assinado digitalmente

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº3.877/2022
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2023

TIPO: Menor Preço
A **CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO**, por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna pública a **ABERTURA DE LICITAÇÃO**, no dia 12 de abril de 2023 às 10h00, na Câmara Municipal de Osasco, situado na Av. dos Autonomistas, 2607 – Centro – Osasco/SP, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023**, do tipo Menor Preço por LOTE, visando **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS E PROFISSIONAIS, EM LOTES**, conforme Termo de Referência que faz parte integrante do Edital. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Suprimentos das 09:00 às 17:00 horas, através de solicitação via e-mail: **compras@osasco.sp.leg.br** ou através do site **https://www.osasco.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos**
Osasco, 28 de março de 2023.
Anderson Gonçalves da Paixão
Diretor-Geral

SICOOB COOCRELIVRE 40

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB COOCRELIVRE

CNPJ 53.935.029/0001-21 - NIRE 354.0000.2000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
PRESENCIAL

A **Cooperativa de Crédito Coocrelivre – SICOOB COOCRELIVRE**, por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca seus Associados, que nesta data são 9.920 (nove mil novecentos e vinte), em condições de votar, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada presencialmente, em **12 de abril de 2023**, às 7h30, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 8h30, em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 9h30, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:
1. Prestação de contas dos órgãos de administração referente ao exercício findo de 2022;
2. Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
3. Fixação do valor global para pagamento das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e da Diretoria Executiva;
4. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa;
5. Atualização da Política de Sucessão de Administradores;
6. Atualização do Regulamento das Atividades de Auditoria Interna;
7. Atualização do Regulamento Eleitoral.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
1. Reforma ampla e geral do Estatuto Social.
Observações:
1. Conforme Estatuto Social: *"Art. 31. Cada associado será representado na Assembleia Geral da Cooperativa pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar."*
2. As votações de cada deliberação serão realizadas ao final de cada assunto tratado, sendo os votos expressos por aclamação.
3. Por falta de espaço físico adequado na Sede da Cooperativa, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrerá de forma **PRESENCIAL**, na Sociedade Hípica de Orlândia, situada na **Avenida Oito, n.º 1.600, no Centro, nesta cidade de Orlândia**, estado de São Paulo – CEP: 14.620-000.
Orlândia/SP, 29 de março de 2023.
Fábio Haenel Villela Rosa - Presidente
Nota: Em consonância com o disposto no artigo 40 da Resolução nº 5.051/22 do Conselho Monetário Nacional, as demonstrações contábeis do exercício de 2022, devidamente acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes, estão à disposição dos associados na Sede da Cooperativa bem como através do sítio eletrônico da Cooperativa www.coocrelivre.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO (AREIA MÉDIA, BLOCOS DE CONCRETO, CAL DE PINTURA, CIMENTO CP II, CONCRETO USINADO. GUIAS, TAMPAS E TUBOS DE CONCRETO). Disputa: dia 13/04/2023 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.
Prefeitura Municipal de Arujá, 29 de março de 2023.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras:**

CONCORRÊNCIA:

FFM 0092-2023-00 – "EQPTO - SISTEMA DE ANESTESIA INALATÓRIA DIGITAL DE BAIXO FLUXO POR INFUSÃO PARA RATOS" **FFM 0286-2023-00** – "LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS" **FFM 0361-2023-00** – "HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SALAS P/ O EVENTO "XIV ENCONTRO DE EX-RESIDENTES, ESTAGIÁRIOS E PÓS-GRADUANDO DA DISCIPL. DE REUMATOLOGIA DA FMUSP"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS
FFM 1540-2022-00 (RC 37.000)
FAWAY TI SOLUTIONS LTDA, 08.183.373/0001-57
FFM 1665-2022-00 (RC 37.175)
AIRES ENGENHARIA EIRELI, 34.566.568/0001-87

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 087/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, em razão da ausência de tempo hábil para respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como, decisão sobre impugnação ao edital, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**
Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
ANDRÉ AUGUSTO FORTE MARTINS GENTILIN
Pregoeiro(a) da CLFOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2019

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 01/2019 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" – CON8.
O PRESIDENTE DESTE CONSÓRCIO, com sede administrativa na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na **Rua Dr. José Alves, nº 403 – Centro**, no uso de suas atribuições legais, que homologou o resultado dos aprovados e classificados em processo seletivo, divulgado através do edital, o qual foi publicado nesta imprensa no dia 16 de Agosto de 2019, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação. **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) no endereço mencionado, no prazo de **07 (sete) dias úteis** a contar desta convocação, no horário das **09h00** às **12h00**, para ***entrega*** dos documentos admissionais **(CTPS Original / 01 foto 3x4 / Cópias: CPF / RG / PIS /** Título de Eleitor / **Reservista / Comprovante de Endereço / Diploma / Histórico Escolar / Certidão de Nascimento ou Casamento / CNH / Carteira Funcional / Declaração de Bens / Certidão de Nascimento e CPF de Filhos menores de 14 anos)**. O candidato convocado para a contratação obriga-se a declarar no prazo mencionado acima se aceita ou não assumir o cargo para o qual foi selecionado. **O candidato que não comparecer no prazo acima estabelecido será considerado desistente, conforme previsto em Edital.**

RELAÇÃO DO(s) CONVOCADO(s) EFETIVO(s)

1- PARA O CARGO DE: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
46	17901202	GABRIELLY DE ALMEIDA SILVA	38XXXXX43

Mogi Mirim, 30 de março de 2023.
Paulo de Oliveira e Silva - Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 244088/2022/SES
Pregão Eletrônico nº 12/2023 / CSL/SES

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia 13/04/2023 às 09h00min (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"Aquisição de medicamento para atender DEMANDA JUDICIAL ajuizadas contra o Estado do Maranhão, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e Edital".** O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.csl.saude.ma.gov.br, sendo realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/. **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL (subsolo), no e-mail: csl.sesmaranhao@gmail.com e **telefones:** (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 24 de março de 2023.

Chrisane Oliveira Barros
Pregoeira da CSL/SES.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 15355/2023/SES
Pregão Eletrônico nº 08/2023 / CSL/SES

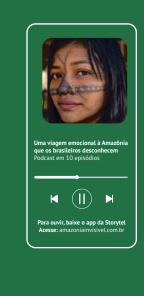
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia 17/04/2023 às 09h00min (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"Aquisição de FÓRMULAS ALIMENTARES – LEITE ESPECIAL para atender as necessidades da Superintendência de Assistência Farmacêutica (SUAF), de acordo com o Decreto Estadual nº 20.261 de julho de 2004, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e Edital";** O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.csl.saude.ma.gov.br, sendo realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/. **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL (subsolo), no e-mail: csl.sesmaranhao@gmail.com e **telefones:** (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 27 de março de 2023

Luís Flávio Vale de Carvalho
Pregoeira da CSL/SES.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

15 CONQUISTAS

DE **21** CAMPEONATOS DISPUTADOS

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A vitória é imprevisível, mas só existe para quem entra em campo.

Senhores(as)

Conselheiros(as), Associados(as), Patrocinadores(as) e Partes interessadas (“Steakholders”)

Ignorando todas as teses pessimistas, a SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS, ou S.E.P. ou simplesmente PALMEIRAS para os íntimos, entrou 2022 com alegria nas pernas e logo no início do ano, o VERDÃO (também só para os íntimos) chegou à decisão no Mundial Interclubes da FIFA, após 23 anos. O vice-campeonato diante do Chelsea-ING na prorrogação pela diferença mínima mostrou que o clube esteve sempre na trilha correta, dentro e fora do campo, para enfrentar grandes desafios que teria pela frente.

Embalado, conquistou um título inédito na história do clube ALVIVERDE, a Recopa Sul-Americana, vencida diante do Athletico-PR pelo placar de 2 a 0, no Allianz Parque.

Mas não parou por aí e, em abril, rompendo vários “tabus”, dentre estes, o de nunca ter vencido o São Paulo F.C. em decisões por qualquer competição em toda a história, sagrou-se campeão do Campeonato Paulista com o placar de 4 a 0.

Em novembro o PALMEIRAS conquistou o Campeonato Brasileiro com uma campanha brilhante, batendo todos os recordes coletivos e individuais, garantindo a taça com três rodadas de antecedência e celebrando mais uma tríplice coroa em sua trajetória.

Das competições oficiais organizadas pela Federação Paulista de Futebol (de base ao profissional) faltava ao ALVIVERDE apenas o título da Copa São Paulo de Futebol Juniores, conquistada de maneira inédita em 2022 diante do Santos Futebol Clube, no Allianz Parque.

A equipe palmeirense foi o primeiro clube na história a ganhar o Campeonato Brasileiro sub-20, a Copa do Brasil sub-20 e a Copinha no mesmo ano, além de conquistar a vaga inédita para a Copa Libertadores da América sub-20 de 2023.

O futebol de base ainda se sagrou tricampeão da Copa do Brasil sub-17 e pela primeira vez venceu o Campeonato Brasileiro sub-17, tendo faturado todos os títulos de competições organizadas pela Confederação Brasileira de Futebol, um feito inédito no país, além dos Paulistas sub-13, sub-15 e sub-17.

Na Copa Libertadores da América sub-14, os garotos do VERDÃO obtiveram outra taça inédita para a Galeria de Troféus do clube.

Vale lembrar que desde 2017, nossas categorias formativas são as que mais cedem atletas para as seleções brasileiras de base, chegando pelo sexto ano consecutivo a manter essa marca.

Quem também fez bonito foi o futebol feminino. As PALESTRINAS garantiram a conquista da Copa Libertadores da América pela primeira vez na história e faturaram o Campeonato Paulista após 21 anos, tendo agregado novos parceiros e colaboradores nessa campanha vitoriosa.

O Palmeiras encerrou 2022 como o ano mais vitorioso da história do clube. Foram 15 títulos oficiais conquistados de 21 disputados levando em consideração futebol profissional, de base e feminino. Este foi, com folga, o ano mais vitorioso da história do clube, superando 2019, com seis troféus.

A nossa presidente Leila Pereira se tornou a primeira mandatária mulher de um clube sul-americano ser campeã de, ao menos, uma competição continental, nacional e estadual numa mesma temporada. Um marco esportivo e de representatividade indeléveis no futebol e na Sociedade Esportiva Palmeiras.

Em 2021, na “Mensagem da Administração” encerramos nos declarando otimistas em relação a nova gestão eleita para o triênio 2022 a 2024. Os resultados demonstrados nas áreas esportiva, social e econômica nos fazem concluir que tal otimismo não foi em vão e que podemos esperançar ainda mais para os próximos 2 (dois) anos da Presidente Leila Pereira, que nos inspira e impulsiona a continuar nesta trajetória virtuosa e vitoriosa.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Conselheiros e Associados,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as Demonstrações Financeiras da **Sociedade Esportiva Palmeiras (“SEP”)** relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades desportivas.

1.1. CENÁRIO SOCIAL E ECONÔMICO GLOBAL

Apesar das incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021, com o avanço da vacinação a nível mundial, as normas de interação social foram flexibilizadas em 2022.

O cenário mundial pós-pandemia, que por si só, já traria desafios para a recuperação econômica e social das nações, teve esta conjuntura ainda mais agravada com a guerra na Ucrânia e com novos lockdowns na China.

A Rússia e a Ucrânia detêm fatias relevantes no mercado de energia e alimentos, sendo a Rússia um grande produtor de gás natural e petróleo e a Ucrânia de trigo e milho. Devido à incerteza causada pela guerra, além das inestimáveis perdas de vidas e vítimas acometidas, a guerra resultou em um aumento direto ou indireto do custo de vida mundial.

Também, especialmente por conta da guerra, os desafios foram aprofundados, pois trouxeram insegurança política entre os países, provocando uma fragilização nas relações internacionais, que não víamos no mundo, desde os tempos da “guerra fria”, pois, mesmo para países como o nosso, distantes da zona de conflito territorial e com boas relações diplomáticas, tiveram que tomar um posicionamento sobre qual lado do conflito ficar, provocando instabilidades e estremecimento das relações com os habituais parceiros comerciais.

A guerra fez com que a FIFA excluísse a Rússia da Copa do Mundo de 2022 (disputada no Qatar), o campeonato ucraniano foi suspenso, a FIFA possibilitou a suspensão dos contratos dos jogadores de clubes da Ucrânia e da Rússia, jogadores e seus familiares tiveram dificuldades para deixar o território ucraniano e devido a sanções econômicas/financeiras tornou-se mais difícil de realizar negociações com os clubes russos e ucranianos.

Esta conjuntura corroborou para que em vários países da América do Sul, vivessem um ano de manifestações, conflitos e instabilidade. No Brasil, o cenário de eleições presidenciais promoveu turbulências políticas, polarizações e consequentemente, a paralisação de projetos, diante de um cenário incerto nos rumos da economia.

1.2. CENÁRIO OPERACIONAL E ECONÔMICO NA “SEP”

Na “**SEP**” com a reabertura da economia e sem medidas de isolamento, os campeonatos da temporada de 2022 foram inicializados e finalizadas no ano de 2022. Tivemos o retorno dos associados ao Clube Social e nas arquibancadas a ...“***Torcida que canta e vibra***”..., vendo o ...“***Palmeiras no ardor da partida***”..., ...“***Transformando a lealdade em padrão***”.

Apesar de todas as instabilidades enfrentadas no cenário mundial e brasileiro, a “**SEP**” continuou adotando medidas para minimizar os impactos reais dessa conjuntura no seu desenvolvimento e no bem-estar dos públicos com os quais ele se relaciona, principalmente para seu Associado, Sócio AVANTI, Torcedor e Patrocinadores.

1.2.1. Clube Social

O ano de 2022 marca o começo de uma nova era dentro do Palmeiras. Sob o comando de Leila Pereira, primeira mulher na história a ser eleita presidente do Maior Campeão do Brasil, o **Clube Social** já passa por algumas melhorias em sua estrutura.

Uma das maiores novidades da nova gestão é a abertura para funcionamento do **Clube Social** às segundas-feiras, um desejo antigo dos associados do Verdão que se tornou realidade! Em todos os dias da semana, a sede social passou abrir normalmente das 6h às 23h para uso do Café 1914, do Restaurante Jardim Suspenso, do Conjunto Aquático, das quadras poliesportivas, das quadras de tênis, da academia de musculação, etc.

Com a liberação das restrições impostas pelas autoridades sanitárias, por conta da COVID-19, a **Sala de Troféus**, localizada nas dependências do estádio “Allianz Parque”, foi totalmente disponibilizada para que os legítimos atores desta história de conquistas e glórias, de um tempo passado e também deste momento presente, ...*“**Por nosso alviverde inteiro**”...,* o qual, seja como Associado do **Clube Social** e/ou como Sócio Torcedor AVANTI e/ou como Torcedor ou amante do Futebol, ...“***Que sabe ser brasileiro***”*...,* mas que, podem, de perto, contemplar, recordar e, nos casos dos jovens Palmeirenses, conhecer e aprender sobre as lutas e conquistas deste time que sagrou-se como o Maior Campeão do Brasil e Tricampeão da América, “...***Ostentando a sua fibra***”.

Pensando em oferecer cada vez mais opções para o associado, o Palmeiras criou um espaço de paz e sossego: o **Cantinho da Leitura**. Instalado próximo à Portaria Palestra Itália, o local conta com redes de descanso e bancos para um momento de tranquilidade e respiro em meio à bela vegetação do nosso clube.

Entre outras ações, foi criada a “**AcademiaTeen**”, que é um programa de formação de atletas voltado para associados do **Clube social**, que é um curso completo destinado para associados a partir de 9 anos, que intercala de forma planejada, aulas de futsal e futebol society.

Em dezembro de 2022, visando proporcionar mais facilidade e proteção aos associados, o Palmeiras pioneiramente implementou um sistema completo de controle de **acesso com reconhecimento facial** para a permissão de entrada nas instalações do **Clube Social**. Assim, por meio de catracas modernizadas com o sistema de biometria facial, os associados, colaboradores, visitantes e prestadores de serviços, previamente cadastrados, passaram entrar na Sede Social através da leitura facial, tornando a experiência mais rápida e aumentando o nível de segurança no **Clube Social**.

1.2.2. Futebol Profissional, Feminino e Base

Através de sua atuação, balizada pela sua estratégia institucional e valores de responsabilidade corporativa, a “**SEP**” adotou todas as ações necessárias a elevação do posicionamento e valorização da sua marca e manutenção da sua performance esportiva destacada, dedicando-se continuamente ao fortalecimento de sua gestão, à diversificação e ampliação de sua receita, gerando mais segurança aos seus processos e aos públicos relacionados.

Então, ... *“**Quando surge o alviverde imponente**” ...* na temporada deste ano, sabendo que é ... *“**No gramado em que a luta o aguarda**” ...*, e por isso preparado, pois ... *“**Sabe bem o que vem pela frente**” ...* e crendo ...*“**Que a dureza do prélio não tarda**”...*, atualizou sua história de glórias, consagrando o ano de 2022 como o mais vitorioso na história da “**SEP**”, demonstrando que *“**Sabe sempre levar de vencida**” ... “**E mostrar que de fato é campeão**”.*

Considerando uma ... *“**Defesa que ninguém passa**”..., e uma ... “**Linha atacante de raça**”...,* os times masculino, feminino e categorias de base, o Palmeiras fechou **a temporada de 2022 com 15 títulos conquistados em 21 competições oficiais disputadas,** sendo vencedor em todas as finais disputadas. O futebol profissional foi campeão do Campeonato Brasileiro, do Campeonato Paulista, Recopa sul-americana e vice-campeão mundial de clubes da FIFA.

As meninas do futebol feminino que, foram “guerreiras” e se consagraram, pela primeira vez, campeãs da Taça Liberadores da América e conquistaram o Campeonato Paulista feminino.

Aproveitando a boa fase do time dentro das quatro linhas, desde o início do ano de 2022, o clube potencializou as ações realizadas fora de campo com experiências exclusivas para os sócios-torcedores, com o objetivo de mostrar que os benefícios vão além de desconto em ingressos para os jogos. As ações foram exitosas e contribuíram para o crescimento do Programa AVANTI que, alcançou o seu melhor número desde julho de 2015, ou seja, após 7 (sete) anos, voltou a superar a marca de 86 mil Sócios-Torcedores adimplentes. Este número representa mais do que o dobro do número de AVANTI’s registrado no primeiro dia da gestão da presidente Leila Pereira, em 15 de dezembro de 2021, que era de 41.929.

1.2.3. Orçado “versus” Realizado = (Resultado Orçado) X (Resultado Real 2022)

Para o ano de 2022 foi orçado um superávit contábil de **R$ 14 milhões**. Entretanto, foi realizado um superávit de **R$ 18 milhões**. Este resultado foi ocasionado pelos fatores abaixo demonstrados:

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO EM 2022	14.179
(+) GANHO DE RECEITA	139.327
DIREITOS DE TV (Orçamento superado na Libertadores da América)	2.948
PUBLICIDADE E PATROCÍNIOS (Royalties Puma + Patrocínio futebol feminino)	6.863
BILHETERIA (Orçamento superado no Brasileiro, Libertadores e Paulista)	28.375
NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS (Variação líquida)	32.692
PROGRAMA AVANTI (Variação líquida)	13.922
PREMIAÇÕES (Performance esportiva)	42.837
CLUBE SOCIAL E DEPARTAMENTOS AMADORES	5.902
RENDAS DIVERSAS (Contrato de Superfície - RA)	5.788
(+) AUMENTO DAS DESPESAS	(114.926)
DESPESAS COM PESSOAL (Premiação - Performance Esportiva + Aquisições)	(106.851)
DESPESAS COM JOGOS (Custo Avanti)	6.263
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (Basicamente *Impairment* de Atletas)	(14.338)
(=) RESULTADO ANTES DAS PERDAS ESTIMADAS E DESPESAS CAMBIAIS	38.580
DESPESAS FINANCEIRAS (Despesas com Câmbio e Outras)	(20.370)
RESULTADO REALIZADO	18.210

1.3. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Ao longo dos 12 (doze) meses obtivemos uma receita bruta operacional de **R$ 856 milhões**, descontados as deduções da receita bruta de **R$ 66 milhões** e as despesa operacional de **R$ 731 milhões**, resultando no superávit operacional de **R$ 59 milhões**, que após a diminuição de **R$ 41 milhões** referente ao resultado financeiro líquido negativo (Receitas Financeiras - Despesas Financeiras) perfaz o superávit contábil do exercício de **R$ 18 milhões.**

RECEITA BRUTA OPERACIONAL (–) DESPESA BRUTA OPERACIONAL (2022 A 2017)

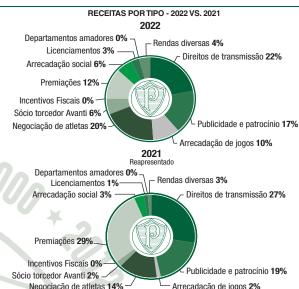
OBSERVAÇÃO:

(1) Devido a COVID-19 a Taça Libertadores da América e o Campeonato Brasileiro da temporada 2020 terminou em janeiro e fevereiro de 2021 (respectivamente), que no ano de 2021 resultou em um aumento da receita bruta operacional de **R$ 162 milhões** em decorrência das cotas de transmissões de TV do Campeonato Brasileiro de **R$ 52 milhões** e premiações da Taça Libertadores da América de **R$ 97 milhões** e do Campeonato Brasileiro de **R$ 13 milhões**.

(2) Se compararmos com as Receitas de 2019 (ano anterior a Pandemia) o crescimento de 2022 foi de 33%, enquanto as despesas 28% no mesmo período comparado.

1.3.1. Receita bruta operacional

Em 2022 a receita de transmissão de TV, foi a maior fonte de receita da **“SEP”**, representando 22% do total das receitas brutas, seguida pela negociação de atletas e patrocínios, o qual mantém o propósito da Administração de aumento sustentado e diversificação das receitas.

RECEITAS POR TIPO - 2022 VS. 2021

a) Direitos de transmissão

Em decorrência do término do Campeonato Brasileiro da temporada de 2020 em fevereiro de 2021 e da rescisão unilateral antecipada do contrato da “**TURNER**” em 2021, a receita bruta de direitos de transmissão sofreu uma redução de 30% em relação ao realizado em 2021.

DIREITOS DE TRANSMISSÃO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

RECEITA DE TRANSMISSÃO DE TV POR CAMPEONATO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Transmissão Internacional
2022	23.118	117.762	4.961	39.343	1.420
2021	30.982	195.590	1.744	37.461	1.853

Em 2022, a **“SEP”** melhorou a performance esportiva na Copa do Brasil e no Campeonato Paulista assinou o novo contrato de transmissão com a Federação Paulista de Futebol “**FPF**”.

O saldo em 2021 de **R$ 195.590** referente a receita bruta operacional registrada em 2021 do Campeonato Brasileiro, **R$ 52.111** refere-se a receita correspondente a temporada 2020, que devido a COVID-19, terminou em fevereiro de 2021 e **R$ 143.479** referente a receita da temporada de 2021.

b) Publicidade e patrocínio

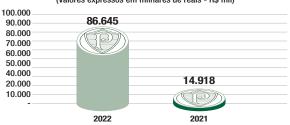
Devido a rescisão unilateral antecipada do contrato da “**TURNER**” com a “**SEP**” que ocorreu em 2021, a receita de Publicidade e Patrocínio contabilizou uma redução de 23% em comparação ao realizado de 2021.

PUBLICIDADE E PATROCÍNIO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

OBSERVAÇÃO: Se compararmos com as Receitas de 2019 (ano anterior a Pandemia) o crescimento de 2022 foi de 20%.

c) Arrecadação de jogos

Em 2022 tivemos o retorno do público aos estádios, consequentemente a receita com Arrecadação de jogos registrou um aumento de 481%.

ARRECADAÇÃO DE JOGOS
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

OBSERVAÇÃO: Se compararmos com as Receitas de 2019 (ano anterior a Pandemia) o crescimento de 2022 foi de 40%.

continua →★

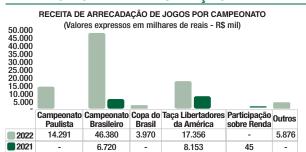
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RECEITA DE ARRECADAÇÃO DE JOGOS POR CAMPEONATO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Participação sobre Renda	Outros
2022	14.291	46.380	3.970	17.356	-	5.876
2021	-	6.720	-	8.153	45	-

De janeiro a outubro de 2021, devido a COVID-19, não houve venda de ingressos, dado que, o acesso do público aos estádios ficou restrito neste período.

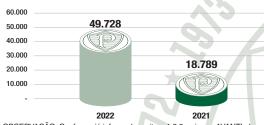
d) Negociação de atletas

Em 2022, a receita de Negociação de atletas teve um aumento de 25% em relação a 2021.

NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

e) Sócio Torcedor AVANTI

Com a retomada do público aos estádios e na "carona" da boa fase do time, a gestão potencializou ações para mostrar que, além de desconto em ingressos para os jogos, o Programa oferece experiências exclusivas para os Sócios Torcedores AVANTI, assim, a Receita Bruta deste segmento aumentou 165% em relação ao ano anterior.

SÓCIO TORCEDOR AVANTI
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

OBSERVAÇÃO: Conforme já informado no item 1.2.2. acima o AVANTI alcançou o seu melhor número de inscritos no programa desde julho de 2015 superando a marca de 86 mil Sócios Torcedores adimplentes. Este número representa mais do que o dobro do número de AVANTI 's registrado no primeiro dia da gestão atual (em 15Dez21=41.929 membros).

f) Premiações

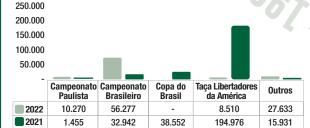
No ano de 2022 a Receita Bruta de Premiações sofreu uma redução de 64%.

PREMIAÇÕES
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

2022: 102.690 — 2021: 283.856

OBSERVAÇÃO: Parece que é contraditório que, no ano de 2022, que foi consagrado como o mais vitorioso na história da "SEP", a receita bruta de Premiações tenha sofrido uma redução de 64%! Entretanto, devemos levar em consideração que as premiações dos torneios do ano de 2021 foram maiores que as de 2022, bem como devemos expurgar o registro contábil da Premiação de Taça Libertadores da América de 2020 (f.1) e também do Campeonato Brasileiro de 2020 (f.2), as quais inflaram os resultados de 2021, conforme melhor detalhado no quadro abaixo.

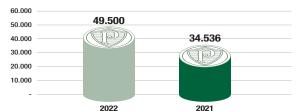
PREMIAÇÕES POR CAMPEONATO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Outros
2022	10.270	56.277	-	8.510	27.633
2021	1.455	32.942	38.552	194.976	15.931

Em 2022, a **"SEP"** conquistou a Recopa sul-americana, Campeonato Paulista e Brasileiro masculino da temporada 2022, foi vice-campeão no Mundial de Clubes da FIFA masculino e conquistou a Taça Libertadores da América e Campeonato Paulista feminino da temporada 2022.

Conforme acima observado, vale ressaltar que em 2021, temos algumas premiações duplicadas, pois, do montante de **R$ 32.842** ref. a premiação do Campeonato Brasileiro, **R$ 13.331**(f.2) refere-se a receita da temporada 2020 encerrada em fevereiro de 2021 e **R$ 19.511** da temporada de 2021. Em relação a Taça Libertadores, dos **R$ 194.976**, **R$ 96.892** (f.1) refere-se a temporada de 2020 e **R$ 98.084** de 2021.

g) Arrecadação social

A receita do **Clube social** em 2022, confirmou a tendência de melhora apontada em 2021 e apresentou um aumento de 43% em relação ao ano anterior.

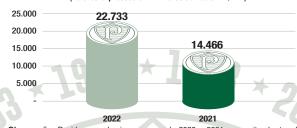
ARRECADAÇÃO SOCIAL
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Observação: No ano de 2021 as receitas brutas de Arrecadação Social ainda sofreram um forte impacto da COVID-19, entretanto se compararmos o ano de 2022 também com o ano de 2019 (ano anterior a pandemia) ainda assim observamos um aumento de 21%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA DE ARRECADAÇÃO SOCIAL EM 2022 VERSUS 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Em 2022, entre os meses de abril a julho a receita apresenta uma sazonalidade, com uma queda no faturamento mensal, porém no ano, a receita não apresenta grandes oscilações e se manteve entre **R$ 4 milhões** a **R$ 5 milhões** por mês.

h) Licenciamentos da marca e franquias

A receita bruta com Licenciamentos da marca e franquias teve um aumento de 57% em decorrência da performance de vendas da "**PUMA**".

LICENCIAMENTOS DA MARCA E FRANQUIAS
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Observação: Devida a pandemia, nos anos de 2020 e 2021 as receitas brutas de Licenciamento da Marca e Franquias sofreram forte queda e ficaram abaixo dos níveis de 2019 (**R$ 15.733 milhões**), logo podemos concluir que, no ano de 2022, recuperamos e até ultrapassamos em 44% as receitas desta rubrica, se comparada a anterior a COVID-19.

1.3.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais tiveram uma redução de 3%, consequentemente não houve oscilação em relação ao realizado em 2021.

DESPESAS OPERACIONAIS
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

2022: 731.176 — 2021 Reapresentado: 749.997

DESPESAS OPERACIONAIS POR TIPO - 2022 VS. 2021

Em 2022 a despesas com pessoal e imagem somadas, foram a maior despesa da **"SEP"**, representando 53% do total das despesas operacionais, seguido pelas despesas gerais e administrativas e amortização de direitos com jogadores/comissão técnica.

2022

2021
Reapresentado

1.4. RESULTADO FINANCEIRO

Embora em 2022 o resultado financeiro tenha sido negativo em **R$ 41.159**, este registrou redução de 11% em relação a 2021.

RESULTADO FINANCEIRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

2022: 41.159 — 2021: 46.310

1.5. EBITDA (AJUSTADO)

A margem "**EBITDA**" teve uma redução em relação a 2021 e passou de 35% para 23%, totalizando **R$ 183 milhões.**

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

EBITDA (ajustado)	2022	2021 Reapresentado
Superávit do exercício	**18.210**	**133.108**
(+) Resultado financeiro	41.159	46.310
(+) Depreciação e amortização	19.743	17.726
(+) Amortização de jogadores e comissão técnica	99.026	111.544
(+) Baixas de atletas do futebol	24.208	36.586
(–) Receitas Amortizadas (Estádio)	(19.386)	(19.386)
EBITDA	**182.960**	**325.888**
Receita operacional líquida	790.545	929.415
Margem Ebitda	*23%*	*35%*

EBITDA
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

2022: 182.960 — 2021: 325.888

1.6. FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

No exercício de 2022, os recursos líquidos provenientes das atividades operacionais foram de **R$ 207 milhões** enquanto em 2021 foram de **R$ 227 milhões,** apresentando uma redução de **R$ 20 milhões.**

1.7. AVALIAÇÃO DA DÍVIDA

1.7.1. Aumento do passivo devido as obrigações não exigíveis registradas por conta da imobilização do estádio "Allianz Parque" "SEP".

Em 2022, a Administração da "**SEP**" com base na norma brasileira de contabilidade "**NBC TG 23 (R2)**", está promovendo a mudança da política contábil em relação a imobilização do estádio "**Allianz Parque**", objeto do contrato de Escritura de Superfície celebrada com a Real Arenas "**RA**" e registrando contabilmente, a valor de custo de construção.

Cabe ressaltar que, nos estudos anteriores de imobilização relacionados a este bem construído por terceiros, que passou a ter a posse econômica do bem, através da "Escritura pública de direito real de superfície e outras avenças" (doravante "**Escritura de Superfície**"), sempre houve posicionamentos ambíguos que, demonstravam argumentos técnicos com "viés" tanto para o imediato registro quanto para o registro somente no final do período de concessão. Diante do exposto, naquela época, a "**SEP**" e os Auditores Externos entenderam que, conservadoramente, não registrariam o bem e seus efeitos no Balanço Patrimonial.

O estádio foi inaugurado oficialmente no dia 19 de novembro de 2014, no jogo entre PALMEIRAS x Sport Clube Recife pelo Campeonato Brasileiro e o custo apurado com "**RA**" do início das obras em 2010 até o mês de novembro de 2014 foi de **R$ 582 milhões**, consequentemente a "**RA**" detém o direito de exploração do espaço até o mês de novembro de 2044 (30 anos).

Com base nos critérios técnicos e através da vistoria física realizada pela empresa contratada, ficou estabelecido as seguintes premissas para a depreciação do estádio:

- Vida útil média de 60 (sessenta) anos;
- Taxa anual de depreciação de 1,6667%;
- Idade aparente de 08 (oito) anos e
- Vida útil remanescente de 52 (cinquenta e dois) anos.

Consequentemente com a contabilização do estádio a rubrica "Adiantamento de contratos" do Balanço Patrimonial de 2021, teve um aumento líquido de **R$ 444 milhões** e em 2022, após a baixa por reconhecimento da receita do ano, no montante de **R$ 19 milhões**, o saldo deste exercício ficou em **R$ 425 milhões**, conforme demonstrado na **nota 2.1.13** das demonstrações financeiras.

Cabe ressaltar que **este acréscimo no Passivo da "SEP" não é exigível e para sua liquidação não haverá desembolso de caixa**, pois a baixa deste passivo será realizada de acordo com a competência, até o mês de novembro de 2044.

Após a contabilização do estádio o **Passivo da "SEP" em 31/12/2022** apresenta o total de **R$ 1.260.492 bilhão** e **em 31/12/2021** o montante de **R$ 1.040.641 bilhão**, os quais estão classificados em três grupos:

1.7.2. Dívida Operacional

Conforme demonstrado abaixo, para segregarmos a "**Dívida Operacional**" foram excluídos os valores de "Adiantamento de Contratos", "Obrigações Tributárias Parceladas", "Investidores Eternos Palestrinos", assim temos **em 31/12/2022** o saldo de **R$ 527 milhões** (**R$ 441 milhões** em 31/12/2021). Assim, "**Dívida Operacional**", pode ser nominada como "Obrigação Operacional", pois são compromissos contraídos para o sustento da operação normal da "**SEP**".

Importante ressaltar que dentro do montante acima encontram-se valores referentes às despesas correntes a pagar no mês subsequente (janeiro de 2023), tais como: salários, encargos, fornecedores, imagens, luvas, tributos retidos a recolher, etc. Lembrando que dentro da "**Dívida Operacional**" está reconhecido, em partes relacionadas, o valor a pagar à patrocinadora master no total de **R$ 66 milhões** (**R$ 119 milhões** em 31/12/2021) o qual está devidamente lastreado com ativos de jogadores e teve uma redução de 44% em 2022.

1.7.3. Dívida Histórica

A Dívida Histórica é composta basicamente por dívidas antigas (de gestões passadas) que deixaram de ser pagas e foram negociadas através de acordos e parcelamentos junto ao Fisco, bem como de Provisões de Contingências, as quais representam processos jurídicos (trabalhistas, cíveis e tributários) movidos contra a "**SEP**", sobre pendências não resolvidas em exercícios passados. Logo, o quadro abaixo nos demonstra que a "**Dívida Histórica**" **em 31/12/2022** é de **R$ 70 milhões** (**R$ 84 milhões** em 31/12/2021), ou seja, houve uma redução de 17% em 2022.

1.7.4. Dívida Total (ou "Passivo total exigível")

É o total do "Passivo em 31/12/2022" expurgados os valores que não são dívidas reais, mas apenas obrigações de entrega, por conta de adiantamentos/antecipações recebidas. Assim, a "**Dívida Total**" representa o somatório da "**Dívida Operacional**"**(A)** e "**Dívida Histórica**"**(B)**, acima citadas nos itens "**1.7.2**" e "**1.7.3.**", as quais perfazem o montante de **R$ 597 milhões** (**R$ 525 milhões** em 31/12/2021).

1.7.5. Passivo não exigível

Refere-se às "obrigações de entrega" que não serão desembolsadas, tais como adiantamento de contratos de transmissão (critério contábil). O saldo **em 31/12/2022** da rubrica "Antecipação de Contratos"**, n**o demonstrativo abaixo, é de **R$ 664 milhões** (R$ 515 milhões em 31/12/2021).

1.7.6. Passivo Real

Conceitualmente o "**Passivo Real**" é o que efetivamente entendemos como as verdadeiras "Obrigações a Pagar", pois neste caso expurgamos da "**Dívida Operacional**" com a exclusão dos valores de empréstimos devidos a Patrocinadora Master, visto que estes estão lastreados por ativos (jogadores) que em conjunto possuem valores ainda maiores que esta obrigação onerosa.

Em dezembro de 2022 o passivo (circulante e não circulante) encontra-se integralmente registrado, repactuado, sem dívida em mora. O passivo circulante encontra-se totalmente provisionado para pagamento no fluxo de caixa do exercício de 2023.

DÍVIDA OPERACIONAL vs REAL
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Passivo	Passivo em 31/12/2022	Dívida Total (A+B)	Dívida Operacional (A)	Dívida Histórica (B)	Passivo Real*
Circulante	**467.940**	**349.282**	**334.757**	**14.525**	**323.313**
Fornecedores	2.075	2.075	2.075	–	2.075
Empréstimos e financiamentos	27.703	27.703	27.703	–	27.703
Contas a pagar	218.991	218.991	212.417	6.574	212.417
Direitos de Imagem/Luvas a pagar	29.411	29.411	29.411	–	29.411
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	36.678	36.678	36.678	–	36.678
Obrigações tributárias	15.029	15.029	15.029	–	15.029
Impostos parcelados	7.951	7.951	–	7.951	–
Antecipação de contratos	118.658	–	–	–	–
Partes relacionadas	11.444	11.444	11.444	–	–
Não Circulante	**792.552**	**247.603**	**192.427**	**55.176**	**138.181**
Empréstimos e financiamentos	7.487	7.487	7.487	–	7.487
Luvas a pagar	17.567	17.567	17.567	–	17.567
Impostos parcelados	29.437	29.437	–	29.437	–
Contas a pagar	116.515	116.515	113.127	3.388	113.127
Antecipação de contratos	544.949	–	–	–	–
Provisão para contingências	22.351	22.351	–	22.351	–
Partes relacionadas	54.246	54.246	54.246	–	–
Dívida Total/Dívida Operacional		**596.885**	**527.184**	**69.701**	**461.494**

Passivo Total	**1.260.492**
Patrimônio Líquido Social	**120.653**
Patrimônio social acumulados	
Exercícios anteriores	102.443
Resultado do período	18.210
Total do Passivo	**1.381.145**

* Passivo Real	
(+) Dívida Total	596.885
(–) Dívida Histórica	(69.701)
(–) Dívida Crefisa	(65.690)
Total	**461.494**

continua

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

→★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Notas	2022	2021 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.1.4	11.058	14.771
Créditos a receber	2.1.5	187.596	89.001
Outros créditos		2.539	3.377
Estoques		5.083	4.291
Despesas antecipadas	2.1.6	25.535	1.488
		231.811	**112.928**
Não circulante			
Créditos a receber	2.1.5	138.510	39.969
Despesas antecipadas	2.1.6	5.597	–
Depósitos judiciais	2.1.7	8.834	9.472
Imobilizado	2.1.8	707.860	728.417
Intangível	2.1.9	288.533	252.298
		1.149.334	**1.030.156**
TOTAL DO ATIVO		**1.381.145**	**1.143.084**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2022	2021 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores		2.075	1.518
Empréstimos e financiamentos	2.1.10	27.703	3.559
Contas a pagar	2.1.11	218.991	153.159
Direitos de Imagem/Luvas a pagar	2.1.9.2	29.411	30.194
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		36.678	13.520
Obrigações tributárias		15.029	25.675
Impostos parcelados	2.1.12	7.951	7.673
Antecipação de contratos	2.1.13	118.658	84.162
Partes relacionadas	2.1.14	11.444	8.691
		467.940	**328.151**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.1.10	7.487	–
Luvas a pagar	2.1.9.2	17.567	23.678
Impostos parcelados	2.1.12	29.437	37.010
Contas a pagar	2.1.11	116.515	98.243
Antecipação de contratos	2.1.13	544.949	430.885
Provisão para contingências	2.1.15	22.351	11.843
Partes relacionadas	2.1.14	54.246	110.831
		792.552	**712.490**
Total do passivo (circulante e não circulante)		**1.260.492**	**1.040.641**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		102.443	(30.665)
Superavit do exercício		18.210	133.108
		120.653	**102.443**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.381.145**	**1.143.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

		2022					2021 Reapresentado				
	Notas	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total
Receitas operacionais líquidas											
Direitos de transmissão	2.1.16	167.893	108	–	–	168.001	243.404	–	–	–	243.404
Publicidade e patrocínio	2.1.17	135.756	–	–	–	135.756	175.767	28	–	–	175.795
Arrecadação de jogos	2.1.18	55.419	430	95	–	55.944	12.222	–	–	–	12.222
Negociação de atletas	2.1.19	162.286	–	11.579	–	173.865	120.409	–	18.739	–	139.148
Sócio torcedor Avanti	2.1.20	49.728	–	–	–	49.728	18.786	–	–	–	18.786
Incentivos Fiscais e Outros		3.245	–	–	200	3.445	1.574	–	–	–	1.574
Premiações	2.1.21	86.086	8.438	–	–	94.524	257.708	95	–	–	257.803
Arrecadação social	2.1.22	–	–	–	49.436	49.436	–	–	–	34.536	34.536
Licenciamentos da marca e franquias	2.1.23	21.612	–	–	–	21.612	13.778	–	–	–	13.778
Departamentos amadores		–	–	–	509	509	–	–	–	51	51
Rendas diversas	2.1.24	894	259	–	36.572	37.725	85	380	–	31.853	32.318
		682.919	**9.235**	**11.674**	**86.717**	**790.545**	**843.733**	**503**	**18.739**	**66.440**	**929.415**
Despesas operacionais											
Pessoal e encargos sociais	2.1.25	(267.028)	(9.854)	(2.117)	(43.493)	(322.492)	(294.300)	(4.433)	(666)	(40.431)	(339.830)
Despesas com direito de imagem		(63.931)	–	(386)	–	(64.317)	(55.028)	–	–	–	(55.028)
Despesas com jogos		(18.609)	(1.066)	(247)	(7)	(19.929)	(9.012)	(836)	(75)	–	(9.923)
Despesas sócio torcedor Avanti		(8.291)	–	–	–	(8.291)	(5.006)	–	–	–	(5.006)
Despesas gerais e administrativas	2.1.26	(69.217)	(1.946)	(8.542)	(59.982)	(139.687)	(87.166)	(1.907)	(5.496)	(57.154)	(151.723)
Depreciação e amortização		(2.969)	(11)	(714)	(16.049)	(19.743)	(2.296)	(7)	(711)	(14.712)	(17.726)
Amortização - direitos de atletas e comissão técnica	2.1.9	(96.131)	(201)	(2.694)	–	(99.026)	(109.518)	(9)	(2.017)	–	(111.544)
Gastos com atletas, comissão técnica e baixa	2.1.27	(40.411)	–	(17.280)	–	(57.691)	(43.767)	–	(15.450)	–	(59.217)
		(566.587)	**(13.078)**	**(31.980)**	**(119.531)**	**(731.176)**	**(606.093)**	**(7.192)**	**(24.415)**	**(112.297)**	**(749.997)**
Superávit (déficit) operacional		**116.332**	**(3.843)**	**(20.306)**	**(32.814)**	**59.369**	**237.640**	**(6.689)**	**(5.676)**	**(45.857)**	**179.418**
Resultado financeiro	2.1.28										
Receitas financeiras		66.689	–	–	304	66.993	36.603	–	1	302	36.906
Despesas financeiras		(106.455)	(38)	(22)	(1.637)	(108.152)	(82.515)	(3)	(10)	(688)	(83.216)
		(39.766)	**(38)**	**(22)**	**(1.333)**	**(41.159)**	**(45.912)**	**(3)**	**(9)**	**(386)**	**(46.310)**
Superávit (déficit) do exercício		**76.566**	**(3.881)**	**(20.328)**	**(34.147)**	**18.210**	**191.728**	**(6.692)**	**(5.685)**	**(46.243)**	**133.108**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2022	2021 Reapresentado
Superávit do exercício	**18.210**	**133.108**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**18.210**	**133.108**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Patrimônio social	Superavit (deficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**110.658**	**(141.323)**	**(30.665)**
Absorção do deficit pelo patrimônio social	(141.323)	141.323	–
Superavit do exercício	–	133.108	133.108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(30.665)**	**133.108**	**102.443**
Absorção do superavit pelo patrimônio social	133.108	(133.108)	–
Superavit do exercício	–	18.210	18.210
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**102.443**	**18.210**	**120.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2022	2021 Reapresentado
Das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**18.210**	**133.108**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas (consumidas) nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	19.743	17.726
Amortização - direitos de atletas e comissão técnica	99.026	111.544
Valor residual de bens baixados	6.190	–
Baixas de atletas do futebol	24.208	36.586
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(25.859)	(26.835)
Contingências líquidas	19.314	6.141
Adição de provisão de perdas de atletas	10.695	–
Estoques	(792)	(1.149)
Encargos financeiros provisionados	14.613	6.394
Receitas amortizadas - Estádio (Allianz Parque)	(19.386)	(19.386)
(=) Superávit do exercício ajustado	**165.962**	**264.129**
Redução (aumento) de ativos		
Créditos a receber (Circulante e Não Circulante)	(171.277)	55.259
Outros créditos	838	(2.471)
Despesas antecipadas	(31.174)	225
Depósitos judiciais	638	22.197
	(200.975)	**75.210**
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	557	998
Contas a pagar (Circulante e Não Circulante)	75.298	(14.430)
Direitos imagem/luvas a pagar (Circulante e Não Circulante)	(6.894)	(28.528)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	23.158	(3.407)
Obrigações tributárias	(10.646)	13.983
Impostos parcelados	(7.295)	(6.886)
Antecipação de contratos	167.946	(73.410)
	242.124	**(111.680)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**207.111**	**227.659**
Atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(4.279)	(26.773)
Aquisições do intangível (softwares)	(1.112)	(444)
Contratos de luvas	(19.042)	(10.673)
Aquisições de atletas profissionais	(104.551)	(80.970)
Gastos com atletas em formação	(37.106)	(29.565)
Comissões	(7.920)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(174.010)**	**(148.425)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	98.942	74.719
Amortizações de empréstimos e financiamentos (principal)	(66.941)	(94.726)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(4.114)	(2.870)
Amortizações de Partes relacionadas (principal)	(54.380)	(42.027)
Juros pagos - Partes relacionadas	(10.321)	(5.462)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(36.814)**	**(70.366)**
Variação líquida do caixa	**(3.713)**	**8.868**
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	11.058	14.771
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	14.771	5.903
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.713)**	**8.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Esportiva Palmeiras (**Clube**) tem sua sede social e administrativa na Rua Palestra Itália nº 214, bairro de Perdizes, São Paulo - SP. Foi fundada em 26 de agosto de 1.914, sendo entidade civil sem fins econômicos, com personalidade jurídica própria caracterizada como entidade de prática desportiva, nos termos da Lei 9.615/98 e suas alterações, inclusive a Lei 10.672/03, tendo por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, esportivas tendo o futebol como principal bandeira. O **Clube** é organizado por quatro poderes sendo: **(i)** A Assembleia Geral - AG, composta por todos os associados do **Clube** (maiores de 18 anos e no gozo dos direitos associativos); **(ii)** Conselho Deliberativo - CD, possui 300 vagas, porém atualmente é composto por 291 membros, sendo 167 membros eleitos pelos associados e 124 membros vitalícios; **(iii)** Conselho de Orientação e Fiscalização - COF, cuja finalidade principal é orientar e fiscalizar as contas, cabendo-lhe também opinar quanto às informações financeiras que serão remetidas ao Conselho Deliberativo; **(iv)** A Diretoria, composta pela Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de departamentos. O primeiro ano da Diretoria presidida por Leila Pereira (eleita para o triênio 2022/2024) que, em linhas gerais, modificou alguns departamentos, com objetivo de melhorar o desenvolvimento da gestão destes. Além disso, a maioria dos profissionais se manteve em suas posições, fazendo com que a linha de pensamento permanecesse a mesma. Dentre as diversas ações executadas, destacamos as principais:

• **Manutenção dos principais contratos com patrocínios e novos -** Em 2022 o **Clube** manteve os contratos dos seus principais patrocinadores (CREFISA, FAM e PUMA) e assinou contratos de patrocínio para futebol feminino para o período de 2022 a 2024.

• **Contrato de transmissão de TV Aberta e PPV -** Em 2022, o **Clube** manteve os contratos de transmissão da TV Aberta, Fechada, Streaming e PPV do Campeonato Brasileiro. Em relação ao campeonato paulista, foi assinado com a Federação Paulista de Futebol o contrato de transmissão da TV Aberta, Fechada, Streaming e PPV para as temporadas de 2022 a 2025.

• **Capacidade de investimento no futebol profissional -** Em 2022 o **Clube** manteve a estrutura do elenco profissional e com o aproveitamento dos atletas da base em seu elenco profissional e adicionados aos investimentos pontuais no futebol profissional, resultou em um elenco capacitado para as competições do ano de 2022.

• **Venda de atletas -** Durante o ano de 2022 o **Clube** efetuou a venda de atletas, com objetivo de manter a capacidade de investimento no seu "core business" (futebol).

• **Continuidade da política de diversificação das receitas -** Assim como em anos anteriores, o **Clube** continuou buscando evitar a concentração da receita em uma única fonte.

• **Manutenção e melhorias dos processos e controles -** As principais medidas adotadas em 2022 foram: **(i)** manutenção e melhoria nos processos organizacionais em todas as áreas e estruturas do **Clube**; **(ii)** manutenção da interação entre os sistemas contábil, controle orçamentário e de gestão, proporcionando maior confiança nas informações existentes; **(iii)** continuidade da aplicação do Orçamento 2023 na sistemática base zero, com a participação de todos os departamentos do **Clube** (construção colaborativa), tendo como principal objetivo obter uma melhor gestão das despesas e custos, além da **(iv)** ampliação e reestruturação da equipe de Auditoria Interna, respondendo diretamente a Presidência.

2.1.1.1. Arena Allianz Parque

Em 15 de julho de 2010 foi assinada a Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, entre o **Clube** e a **WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A.** (hoje, **Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A.**), que assumiram obrigações recíprocas voltadas ao desenvolvimento e implementação da reforma do Estádio de Futebol "Palestra Itália" (hoje, **Allianz Parque**), de forma a adequá-lo ao conceito moderno de arena multiuso. Este empreendimento possui capacidade de receber jogos de futebol, eventos culturais, artísticos e similares, com capacidade mínima para 40 mil lugares (sentados e cobertos), já atendendo as exigências da FIFA. Além disso, foi construído um edifício administrativo e poliesportivo, além do vestiário pertencente ao conjunto aquático. Por parte do **Clube** foi outorgada à **Real Arenas** a exploração da superfície, por um prazo de 30 anos, a contar a partir do primeiro evento destinado ao público, ocorrido em novembro de 2014. Por parte da **Real Arenas** coube prover, sob sua exclusiva responsabilidade, a execução de todas as obras necessárias para a construção da Arena e arcar com os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e conclusão do referido empreendimento. É também de responsabilidade integral da **Real Arenas** a conservação e manutenção da Arena até o fim do prazo da outorga. Desde a inauguração da Arena, ocorrida em novembro de 2014, a **Sociedade Esportiva Palmeiras** faz jus a uma nova fonte de receita oriunda dos eventos em geral e outras formas de exploração comercial do equipamento multiuso (e.g.: "*naming rights*", patrocínios, locações de áreas, aluguel de cadeiras e camarotes), por meio de repasse de receitas obtidas pela Superficiária. Adicionalmente, a **Sociedade Esportiva Palmeiras** mantém integralmente a receita de bilheteria de suas partidas, sendo que, durante o prazo de cessão da superfície, está garantido o recebimento da Arena pela Sociedade Esportiva Palmeiras, para a realização dos jogos de seu time principal de futebol. As obras se iniciaram em 2010, sendo que os prédios administrativo, poliesportivo e o vestiário foram entregues em 2012 e transferidos também o controle e responsabilidade para o **Clube,** bem como, a manutenção e conservação de tais imóveis. Tais ativos estão registrados na rubrica de ativo imobilizado (Nota 2.1.8).

2.1.2. BASE DE PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1.2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, particularmente as que são aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e entidades desportivas profissionais (ITG 2003 (R1)). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração do **Clube** em 31 de janeiro de 2023.

2.1.2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

2.1.2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moeda do principal ambiente econômico no qual o **Clube** atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

2.1.2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras requer que a administração utilize de julgamento na determinação e no registro de certas estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, revisando-as anualmente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, em razão das imprecisões inerentes ao processo de determinação das estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

2.1.2.4.1. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são constituídas nos casos em que não existe expectativa de recebimento do credor.

2.1.2.4.2. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao término de cada exercício social, o **Clube** revisa os saldos de seus ativos não financeiros com o objetivo de identificar a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor de venda ou valor em uso). Na existência de indicativos, a administração estima a parcela do ativo não recuperável e reconhece a perda, se aplicável.

2.1.2.4.3. Contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências classificadas como de perdas prováveis pelos assessores jurídicos do **Clube** cujos valores são estimados com certo grau de segurança.

2.1.3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Um investimento qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço e possui liquidez imediata.

2.1.3.2. Créditos a receber

Os créditos a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal representativos desses créditos. A estimativa para perdas (*impairment*) é constituída, quando necessária, em montante considerado suficiente pela administração do **Clube** para cobrir as prováveis perdas na realização desses créditos. As receitas a realizar são registradas a valores nominais originados dos contratos firmados com terceiros e serão apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos.

2.1.3.3. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Um item de imobilizado é baixado

#MAIORCAMPEÃODOBRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada pelo método linear considerando-se as estimativas de vida útil-econômica determinadas pela administração mencionadas na nota n° 2.1.8.

2.1.3.4. Intangível

O custo de ativos intangíveis adquiridos em transferência de direitos sobre atletas corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil do ativo intangível do **Clube** é avaliada como definida, portanto, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.1.3.4.1. Atletas em formação

Os gastos com candidatos a atletas são reconhecidos no resultado, enquanto não apresentar as condições para reconhecimento como ativo intangível. Contudo, a partir do momento em que o candidato a atleta apresentar viabilidade técnica de se tornar atleta profissional, todos os gastos relacionados são registrados no ativo intangível. Os gastos com a formação de atletas correspondem, principalmente a: alojamento, alimentação, transporte, assistência médica, comissão técnica etc. Tais custos são reclassificados para a rubrica de "atletas formados" quando da profissionalização.

2.1.3.4.2. Atletas formados

Refere-se aos custos de atletas formados na base, registrados anteriormente na rubrica "atletas em formação" e classificados para esta conta, quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

2.1.3.4.3. Atletas contratados

Refere-se aos gastos relacionados com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais do futebol, além dos gastos com atletas contratados por empréstimos. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

2.1.3.4.4. Direitos de imagem/luvas

Os valores contratuais relativos e aos direitos de exploração de imagem de atletas profissionais são reconhecidos como despesa de acordo com o regime de competência. Contudo, os valores contratuais relacionados às luvas foram mantidos no ativo intangível, passivos circulante e não circulante. Como determina a ITG 2003 (R1), o ativo intangível é amortizado pelo prazo do contrato, já o passivo é baixado de acordo com os pagamentos realizados.

2.1.3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Ao final de cada exercício, a administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros, tais como imobilizado e intangível, com o objetivo de avaliar a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas atuais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas relacionadas aos gastos incorridos com atletas em formação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi constituída provisão para *impairment* relacionada aos gastos com atletas em formação de **R$ 5.215** e o valor de **R$ 5.480** referente a atletas contratados de (nota 2.1.9).

2.1.3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(i)** o **Clube** tem uma obrigação presente ou não formalizada em consequência de um evento passado; **(ii)** é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; **(iii)** o valor pode ser estimado com segurança. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Passivos contingentes - As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas na medida em que o **Clube** espera desembolsar fluxos de caixa. Os processos judiciais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficientes segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é avaliada como possível, não há provisão a ser realizada, porém, os valores são mensurados e divulgados em notas explicativas.

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativas, quando existentes.

2.1.3.7. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeiras são convertidas para Reais (R$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, na qual os itens são remensurados e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo as variações cambiais registradas na demonstração do resultado.

2.1.3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pró rata temporis*), utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os ganhos e/ou perdas são reconhecidas no resultado do exercício quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

2.1.3.9. Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Maiores detalhes sobre as práticas de reconhecimento das receitas estão descritos no item a seguir. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

2.1.3.10. Reconhecimento de receitas

As receitas são apresentadas de forma líquida em contas específicas no resultado. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos fluam para o **Clube** e quando podem ser mensuradas de forma confiável. São reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas, em conformidade com o NBC TG 47 - Receitas de Contratos com Clientes. As etapas de reconhecimento de receitas contidas nesta norma compreendem: **(i)** a identificação do contrato com o cliente; **(ii)** a identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** a determinação do preço da transação; **(iv)** a alocação do preço da transação; e **(v)** o reconhecimento da receita. Dessa forma, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que o **Clube** tem de receber em contrapartida às cessões de direitos e das negociações realizadas junto a terceiros. Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa na sua realização.

2.1.3.10.1. Receitas de direitos de transmissão, publicidade e patrocínio

As receitas oriundas de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão de jogos, publicidade e patrocínio estão vinculadas à obrigação de *performance* e são reconhecidas ao longo do contrato, obedecendo o regime de competência. Os recursos recebidos antecipadamente relacionados a essas transações, bem como, luvas e outras assemelhadas, são reconhecidas nos passivos circulante e não circulante e reconhecidas linearmente, conforme prazo estipulado em contrato celebrado entre as partes.

2.1.3.10.2. Receitas com arrecadação de jogos

São reconhecidas após a realização de cada evento, com base nas informações de valores arrecadados em cada jogo.

2.1.3.10.3. Receitas de negociação de atletas

São reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao atleta sejam gerados em favor do **Clube** e que o controle dos direitos federativos e riscos deste atleta sejam efetivamente transferidos a outra entidade desportiva. Geralmente estas transações ocorrem no mesmo momento da assinatura dos contratos de alienação dos direitos econômicos dos atletas, celebrados entre o **Clube** e a parte adquirente e desde que todas as obrigações de *performance* identificadas sejam atendidas. As receitas decorrentes da cessão temporária de direitos profissionais de atletas são reconhecidas no resultado do exercício em função da fluência do prazo do contrato de cessão temporária, de acordo com o regime de competência.

2.1.3.10.4. Receitas de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente. Considerando que os detalhes contratuais de cada transação de venda de direitos profissionais sobre atletas não são de conhecimento público, o processo de solidariedade é efetuado através da FIFA, que centraliza a captura das informações junto ao Clubes, calcula os montantes devidos e informa aos clubes formadores. Portanto, somente neste momento os valores passam a ser conhecidos, mensuráveis e as respectivas receitas reconhecidas.

2.1.3.10.5. Receitas com arrecadação social

A receita com associados é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas pelo **Clube**.

2.1.3.10.6. Receitas com sócio torcedor Avanti

A receita do Avanti é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com os planos definidos pelo **Clube**.

2.1.3.11. Instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o **Clube** se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

2.1.3.11.1. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial das transações, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48/IFRS 9, o **Clube** avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. O **Clube** baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou se encerram ou quando assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos. Os ativos financeiros mantidos pelo **Clube** foram classificados como custo amortizado - quando os ativos financeiros mantidos pelo **Clube** são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, deduzidos de qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa e créditos a receber, com as variações reconhecidas no resultado. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

2.1.3.11.2. Passivos financeiros não derivativos

O **Clube** reconhece seus passivos financeiros inicialmente na data em que são originados e são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o **Clube** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O **Clube** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

O **Clube** possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar e empréstimos.

2.1.3.11.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o **Clube** tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.1.3.11.4. Operações de instrumentos financeiros derivativos

O **Clube** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

2.1.3.12. Isenção tributária

O **Clube** é uma associação sem fins lucrativos que explora o desporto em nível profissional e goza de isenções para os seguintes tributos:

(i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) (artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.); **(ii)** Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.); **(iii)** Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (PIS - pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97); **(iv)** Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (recolhimento da quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta); e, **(v)** Imposto sobre Serviços (ISS). Toda a receita de suas atividades sociais, ou mesmo o superávit, é utilizado na própria atividade da associação.

2.1.3.13. Normas vigentes a partir de 1° de janeiro de 2022

No melhor entendimento da administração, as novas normas e alterações de normas emitidas pelo CPC/CFC vigentes em 2022 não foram aplicáveis ao **Clube** ou não trouxeram efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

2.1.3.14. Reapresentação dos valores correspondentes

Objetivando a melhor apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração do **Clube** procedeu a reapresentação retrospectiva dessas demonstrações, aplicando a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Devido há impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado, ajustou os valores decorrentes do mencionado acima no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação a imobilização do estádio "Allianz Parque", objeto do contrato de Escritura de Superfície celebrada com a **Real Arenas** e registrando contabilmente, a valor de custo de construção.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2021 publicado	ajuste	2021 reapresentado
1. Contas do Ativo			
1.1 Circulante	112.928	–	112.928
1.2 Não circulante			
1.2.1 Imobilizado	215.485	512.932	728.417
Estádio (Allianz Parque)	–	(i) 581.592	581.592
(–) Depreciação Acumulada Estádio (Allianz Parque)	–	(iii) (68.660)	(68.660)
1.2.2 Demais contas do não circulante	301.739	–	301.739
Total do Não circulante	**517.224**	**512.932**	**1.030.156**
Total do Ativo	**630.152**	**512.932**	**1.143.084**
2. Contas do Passivo			
2.1 Circulante			
2.1.1 Antecipação de contratos	64.775	19.387	84.162
Estádio (Allianz Parque)	–	156.707	156.707
(–) Reconhecimento de Receitas - Estádio (Allianz Parque)	–	(iii) (137.320)	(137.320)
2.2.1 Demais contas do circulante	243.989	–	243.989
Total do Circulante	**308.764**	**19.387**	**328.151**
2.2 Não circulante			
2.2.1 Antecipação de contratos	6.000	424.885	430.885
Estádio (Allianz Parque)	–	424.885	424.885
2.2.2 Demais contas do não circulante	281.605	–	281.605
Total do Não circulante	**287.605**	**424.885**	**712.490**
2.3 Patrimônio líquido			
2.3.1 Deficit acumulados			
Deficit acumulados	(iv)(89.632)	(iv) 58.967	(iv) (30.665)
Total do Deficit acumulados	**(89.632)**	**58.967**	**(30.665)**
2.3.2 Superavit do exercício			
Superavit do exercício	123.415	–	123.415
Receita Amortizada - Estádio (Allianz Parque)	–	9.693	9.693
Total do Superavit do exercício	**(v)123.415**	**(v) 9.693**	**(v) 133.108**
Total do Patrimônio Líquido	**33.783**	**68.660**	**(v) 102.443**
Total do Passivo	**630.152**	**512.932**	**1.143.084**

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2021 publicado	ajuste	2021 reapresentado
1. Contas de Receitas Operacionais			
1.1 Rendas diversas	12.932	–	12.932
Receitas Estádio (Amortização - Allianz Parque)	–	(ii) 19.386	19.386
Total das receitas - Rendas Diversas	**12.932**	**19.386**	**32.318**
1.2 Demais contas de receitas operacionais	897.097	–	897.097
Total das Receitas Operacionais	**910.029**	**19.386**	**929.415**
2. Contas de Despesas Operacionais			
2.1 Depreciação e amortização	(8.033)	–	(8.033)
Depreciação - Estádio (Allianz Parque)	–	(ii) (9.693)	(9.693)
Total das despesas - Depreciação e amortização	**(8.033)**	**(9.693)**	**(17.726)**
1.2 Demais contas de despesas operacionais	(732.271)	–	(732.271)
Total das Despesas Operacionais	**(740.304)**	**(9.693)**	**(749.997)**
Resultado Financeiro	**(46.310)**	**–**	**(46.310)**
Superavit do Exercício	**(iv) 123.415**	**(iv) 9.693**	**(iv) 133.108**

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, emitidas originalmente em 14 de fevereiro de 2022, estão sendo reapresentadas para refletirem uma melhor apresentação e comparabilidade das informações ora apresentadas. A alteração consiste na imobilização do estádio "Allianz Parque" que resulta na modificação de determinadas contas do ativo, passivo, receitas e despesas. **(i)** Os efeitos contábeis da reapresentação, apresentados ao custo da construção, correspondem a **R$ 581.592**, demonstrados na nota 2.1.8 (Imobilizado, conta Imóveis) e na nota 2.1.13 (Adiantamento de contratos, conta Estádio "Allianz Parque"). Conforme contrato de exploração da superfície com a **Real Arenas**, o custo de construção será amortizado e reconhecido como receita no prazo de 30 anos e a depreciação, de acordo com laudo de vida útil, será realizada no prazo de 60 anos. **(ii)** A receita anual reconhecida em cada exercício é de **R$ 19.386** e a depreciação é de R$ **9.693**. **(iii)** A receita acumulada até dezembro de 2020 foi de **R$ 117.934**, somada a receita do ano de 2021 de **R$ 19.386**, resultando em uma receita total de **R$ 137.320**. Em contrapartida a receita temos a depreciação, que até dezembro de 2020 apresenta o montante de acumulado de **R$ 58.967,** o qual somada a depreciação do ano 2021 de **R$ 9.693**, totalizando uma despesa de **R$ 68.660**.

Receita Amortizada	Valor	Despesa Depreciação	Valor	Reflexo Líquido no PL
Ano 2014	1.618	Ano 2014	(809)	809
Ano 2015	19.386	Ano 2015	(9.693)	9.693
Ano 2016	19.386	Ano 2016	(9.693)	9.693
Ano 2017	19.386	Ano 2017	(9.693)	9.693
Ano 2018	19.386	Ano 2018	(9.693)	9.693
Ano 2019	19.386	Ano 2019	(9.693)	9.693
Ano 2020	19.386	Ano 2020	(9.693)	9.693
(a) Subtotal até 2020	***117.934***	***(a) Subtotal até 2020***	***(58.967)***	***58.967***
Receita Amortizada	**Valor**	**Despesa Depreciação**	**Valor**	**Reflexo Líquido na DRE**
Ano 2021	19.386	Ano 2021	(9.693)	9.693
(b) Subtotal 2021	19.386	***(b) Subtotal 2021***	(9.693)	9.693
Total (a + b)	**137.320**	**Total (a + b)**	**(68.660)**	**68.660**

(iv) A receita e a despesa acumulada até dezembro de 2020, foi lançada pelo valor líquido de **R$ 58.967** na conta de "Déficit acumulados" do Patrimônio Líquido, a qual somada com déficit acumulado em dezembro de 2020 de **R$ 89.632**, apresenta um déficit acumulado ajustado de **R$ 30.665**. **(v)** O resultado do exercício de 2021, apresentado inicialmente, com o superavit de **R$ 123.415**, o qual, somado a variação líquida da receita e despesa do ano de 2021 de **R$ 9.693**, apresentou o novo superavit ajustado do exercício de **R$ 133.108**, o qual somado com déficit acumulado ajustado de 2020 de **R$ 30.665**, resultou no superavit acumulado ajustado de **R$ 102.443** em 2021. Desta forma, a apresentação retrospectiva, no balanço patrimonial, resultou em **alterações nos saldos** das contas do Ativo (**Imobilizado**), do Passivo (**Adiantamento de contratos**) e do Patrimônio líquido (**Déficit acumulados**) e na demonstração de resultado do exercício alterou o saldo das contas **Receitas diversas** e despesas com **Depreciação e Amortização** e nas demais informações contábeis apresentadas originalmente para aquele exercício não houve alterações.

2.1.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	373	290
Bancos - conta movimento	7.557	11.961
Aplicações financeiras	3.128	2.520
	11.058	**14.771**

Bancos - conta movimento

Correspondem aos saldos de contas correntes mantidas em diversas instituições financeiras.

Aplicações financeiras

Correspondem a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos de renda fixa, demonstradas ao custo e acrescidas de rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do encerramento dos exercícios, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização e não possuem prazos fixados para resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

2.1.5. CRÉDITOS A RECEBER (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2022	2021
Direitos de transmissão de jogos	**2.1.5.1**	22.525	16.080
Negociação de atletas	**2.1.5.2**	265.873	64.014
Outros valores a receber	**2.1.5.3**	87.897	76.441
Patrocínio e licenciamentos	**2.1.5.4**	6.114	4.397
Manutenção social	**2.1.5.5**	1.349	830
Cheques a receber		8	14
(–) PECLD	**2.1.5.6**	(57.660)	(32.806)
		326.106	**128.970**
Circulante		**187.596**	**89.001**
Não circulante		**138.510**	**39.969**
Total		**326.106**	**128.970**

2.1.5.1. Direitos de transmissão de jogos

O saldo corresponde aos valores a receber decorrentes da cessão dos direitos de captação, fixação, exibição e transmissão dos sons e imagens de jogos incorridos até o término do exercício.

2.1.5.2. Negociação de atletas

Direitos com entidades	Notas	2022	2021
Direitos com entidades nacionais	**(i)**	45.562	13.039
Direitos com entidades estrangeiras	**(ii)**	220.311	50.975
Total		**265.873**	**64.014**

Referem-se aos valores a receber decorrentes das vendas de atletas realizadas junto ao mercado nacional e internacional.

(i) Direitos com entidades nacionais

Trata-se, substancialmente, de valores a receber referente a venda de direitos econômicos de atletas para SAF Cruzeiro no montante de **R$ 16.813** e SAF Botafogo no montante de **R$ 23.962**.

(ii) Direitos com entidades estrangeiras

Em obediência a ITG 2003 (R1), apresentamos abaixo os saldos mantidos com entidades estrangeiras.

DIREITOS				
Entidade	**Atleta**	**Descrição**	**2022**	**2021**
Real Madrid Club de Fútbol	Endrick Felipe Moreira de Sousa	Direitos econômicos	194.929	–
Ittihad Club	Bruno Henrique Corsini	Direitos econômicos	6.066	13.021
Futebol Clube do Porto	Gabriel Veron Fonseca de Souza	Direitos econômicos	5.569	–
Trabzonspor Kulübü	Vitor Hugo Franchescoli de Sousa	Direitos econômicos	4.456	10.114
Major League Soccer L.L.C	Antônio Carlos Cunha Capocasali Junior	Direitos econômicos	2.869	6.139
Club Deportivo Popular Junior F.C S.A.	Miguel Ángel Borja Hernandez	Direitos econômicos	3.131	15.346
Portimonense Futebol SAD	Pedro Henrique de Oliveira Correia	Direitos econômicos	2.228	–
Major League Soccer L.L.C	Iván Darío Angulo Cortés	Direitos econômicos	449	–
Betriebsgesellschaft Fcz Ag	Nathan Raphael Pelae Cardoso	Direitos econômicos	390	1.044
S.S Lazio S.P.A	Maurício dos Santos Nascimento	Mecanismo de Solidariedade	224	254
FC Midtjylland A/S	José Carlos Ferreira Junior	Direitos econômicos	–	5.057
Total			220.311	50.975

continua →★

SOCIEDADE ESPORTIVA
PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

→★ continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.5.3. Outros valores a receber

	Notas	2022	2021
Direitos com Real Arenas	(i)	76.110	53.300
Outros Créditos	(ii)	11.787	23.141
		87.897	**76.441**
Circulante		**11.787**	**23.141**
Não circulante		**76.110**	**53.300**
Total		**87.897**	**76.441**

(i) Direitos com Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Real Arenas")
O saldo corresponde aos valores a receber da Real Arenas provenientes da Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, assinado entre o **Clube** e a Real Arenas. Em 2022, em função dos registros de valores a receber e obrigações a pagar no ano, a provisão de perda para o ano foi complementada em **R$ 22.604** (nota 2.1.5.6).
(ii) Outros créditos. Em 31 de dezembro de 2022 o valor corresponde, substancialmente, ao saldo provisionado de cartões a receber referente a manutenção social e sócio torcedor AVANTI. O saldo em 31 de dezembro de 2021 o valor corresponde, substancialmente, ao saldo a receber da premiação pela conquista e bilheteria da final da Libertadores da América de 2021.

2.1.5.4. Patrocínios e licenciamentos
Trata-se de parcelas de patrocínios, publicidade esportiva e licenciamentos, as quais serão liquidadas no exercício seguinte.

2.1.5.5. Manutenção social
Trata-se de taxas de manutenção social a receber junto aos associados do **Clube**.

2.1.5.6. Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)
Corresponde às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa constituídas com base na análise da administração em montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando a situação financeira de cada credor. A movimentação ocorrida nesta conta está assim demonstrada:

	Nota	2022	2021
Saldo Inicial		**(32.806)**	**(5.148)**
Adições	(i)	(27.090)	(28.743)
(–) Reversões		1.231	1.077
(–) Reversão entre contas patrimoniais		1.005	8
		(57.660)	**(32.806)**

(i) Adições
Trata-se, substancialmente, de adição com perdas relacionado a recebível da **Real Arenas** no montante de **R$ 22.604**.

Perdas estimadas com Real Arenas
Assim como em anos anteriores, em 2022 o **Clube** continuou realizando transações comerciais com a Real Arenas, sendo que as partes vêm realizando encontro de contas entre os seus direitos e obrigações, contudo, até o encerramento destas demonstrações financeiras, as partes não definiram a forma de liquidação de parte do saldo a receber do **Clube.** Consequentemente, em 2022 houve um complemento da perda estimada em **R$ 22.604**, o qual somada a perda constituída em 2021 de perda de **R$ 27.776**, resulta em uma perda de **R$ 50.380**.

	2022	2021
Perdas estimadas - Real Arenas (PECLD)		
Direitos a receber - Real Arenas (nota 2.1.5.3)	76.110	53.300
Obrigações a pagar - Real Arenas (nota 2.1.11.2)	(25.730)	(25.524)
	50.380	**27.776**

2.1.6. DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Despesas a Realizar - Jogador	30.992	–
Operacionais	140	1.488
	31.132	**1.488**
Circulante	**25.535**	**1.488**
Não circulante	**5.597**	**–**
	31.132	**1.488**

Despesas a Realizar - Jogador - Trata-se, substancialmente, de valores de comissões a realizar no montante de **R$ 19.826** que serão contabilizadas em função do reconhecimento da receita de vendas de atletas que será realizado em 2024.

2.1.7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Natureza	2022	2021
Trabalhista	1.072	1.722
Tributário	3.993	3.993
Cível	3.769	3.757
	8.834	**9.472**

A movimentação do ano está assim demonstrada:

	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Saldo Inicial	**1.722**	**3.993**	**3.757**	**9.472**
Depósitos realizados	80	–	12	92
Atualização financeira	2	–	–	2
(–) Depósito restituídos	(96)	–	–	(96)
(–) Levantamento de depósito por acordo	(636)	–	–	(636)
	1.072	**3.993**	**3.769**	**8.834**

2.1.8. IMOBILIZADO

Descrição	Notas	Taxas anuais de depreciação	2022 Custo de aquisição	2022 Depreciação acumulada	2022 Imobilizado líquido	2021 Reapresentado
Terrenos			75.967	–	75.967	75.967
Imóveis	2.1.8.1	1,66% a 3,33%	653.333	(98.786)	554.547	565.301
Móveis e utensílios		10%	9.792	(4.567)	5.225	5.671
Veículos		20% - 50%	1.059	(654)	405	216
Máquinas e equipamentos		10%	10.548	(4.572)	5.976	4.954
Equipamentos de informática		20%	3.408	(1.788)	1.620	1.299
Ferramentas		10%	19	(7)	12	11
Instalações		10%	30.581	(17.492)	13.089	16.055
Benfeitorias em imóveis de 3°s	2.1.8.2	2,56%	38.913	(8.119)	30.794	32.879
Direito de uso - Arrendamento	2.1.8.3	4,30%	17.997	(1.243)	16.754	21.352
Obras em andamento			3.471	–	3.471	4.712
			845.088	**(137.228)**	**707.860**	**728.417**

As movimentações ocorridas durante o exercício estão assim demonstradas:

Custo de Aquisição	Notas	2021 Reapresentado	Adições	(–) Baixas	2022
Terrenos		75.967	–	–	75.967
Imóveis	2.1.8.1	653.333	–	–	653.333
Móveis e utensílios		9.511	282	(1)	9.792
Veículos		993	267	(201)	1.059
Máquinas e equipamentos		8.776	1.772	–	10.548
Equipamentos de informática		2.801	607	–	3.408
Ferramentas		17	2	–	19
Instalações		30.495	86	–	30.581
Benfeitorias em imóveis de 3°s	2.1.8.2	38.913	–	–	38.913
Direito de uso - Arrendamento	2.1.8.3	21.663	–	(3.666)	17.997
Obras em andamento		4.712	1.263	(2.504)	3.471
		847.181	**4.279**	**(6.372)**	**845.088**
Depreciação Acumulada	**Notas**	**2021** Reapresentado	**Adições**	**(–) Baixas**	**2022**
Imóveis	2.1.8.1	(88.032)	(10.754)	–	(98.786)
Móveis e utensílios		(3.840)	(728)	1	(4.567)
Veículos		(777)	(58)	181	(654)
Máquinas e equipamentos		(3.822)	(750)	–	(4.572)
Equipamentos de informática		(1.502)	(286)	–	(1.788)
Ferramentas		(6)	(1)	–	(7)
Instalações		(14.440)	(3.052)	–	(17.492)
Benfeitorias em imóveis de 3°s	2.1.8.2	(6.034)	(2.085)	–	(8.119)
Direito de uso - Arrendamento	2.1.8.3	(311)	(932)	–	(1.243)
		(118.764)	**(18.646)**	**182**	**(137.228)**
Saldo líquido		**728.417**	**(14.367)**	**(6.190)**	**707.860**

2.1.8.1. Imóveis
Do saldo desta conta, **R$ 581.592** corresponde à construção do Estádio "Allianz Parque". Com base nos critérios técnicos e vistoria física realizada por empresa especializada e independente, foi determinado a vida útil do estádio em 60 anos.

2.1.8.2. Benfeitorias em imóveis de 3°s
Do saldo desta conta, **R$ 22.215** corresponde à construção do Centro de Excelência e **R$ 8.016** referente à instalação da grama artificial do campo 3 do centro de treinamento localizado na Barra Funda (SP), denominado "**Academia I**". Em 2015 o **Clube** iniciou a construção do novo centro de reabilitação e desenvolvimento físico dos atletas do futebol profissional, localizado na Academia I. O Centro de Excelência foi concluído em dezembro de 2016 e sua edificação foi avaliada com base no valor justo determinado pela administração através de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, cuja avaliação corresponde a **R$ 22.215** em 31 de dezembro de 2016. A amortização deste saldo é realizada de acordo com o prazo de concessão do terreno concedido ao **Clube**.

2.1.8.3. Direito de uso - Arrendamento
Baseado no "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Área Para Uso Comercial - Museu", celebrado em 25 de maio de 2021, a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A. locou espaço à **Sociedade Esportiva Palmeiras**, com a finalidade de instalação e exploração de seu museu, localizado no Allianz Parque. O tempo de locação será de 23 anos e 4 meses (setembro de 21 a novembro de 44), sendo o aluguel atualizado anualmente pelo índice IPCA. Conforme estabelecido em contrato, a taxa de desconto a ser aplicada para cálculo do valor presente é baseada nas Notas do Tesouro Nacional (NTN-B 2045) mais spread de 3% a.a. Em dezembro de 2022, para refletir as alterações da taxa NTN-B 2045, houve a remensuração do valor presente do passivo e consequentemente o ativo de direito de uso foi ajustado. O quadro a seguir demonstra a movimentação e a composição do saldo de direito de uso em 31/12/2022:

	Nota	Valor - R$ mil
Direito de uso		
Saldo líquido do arrendamento em 31/12/2021		**21.352**
(–) Amortização - Direito de uso		(932)
Saldo líquido antes da atualização da taxa de desconto		**20.420**
(–) Baixa por atualização da taxa de desconto	2.1.11.2	(3.666)
Saldo em 31/12/2022		**16.754**

2.1.9. INTANGÍVEL

	Notas	2022	2021
Atletas em formação	2.1.9.1	34.551	28.743
Atletas formados	2.1.9.1	12.378	14.516
Atletas contratados	2.1.9.1	192.623	169.160
Luvas	2.1.9.2	42.740	39.413
Comissões	2.1.9.3	5.760	–
Softwares		481	466
Total		**288.533**	**252.298**

2.1.9.1. Contratação e formação de atletas
O **Clube** registra nas rubricas de atletas contratados e formados os gastos com contratações de atletas no mercado ou profissionalizados oriundos das categorias de base, estando os contratos em vigor ao final do exercício, representados pelos saldos líquidos das amortizações calculadas com base no prazo contratual. Na rubrica de atletas em formação, o saldo corresponde aos gastos incorridos na formação de atletas das categorias de base, havendo avaliação permanente das comissões técnicas sobre o potencial de cada atleta para a continuidade do processo de formação ou respectiva dispensa. As movimentações ocorridas nestas rubricas estão assim demonstradas:

Em 2022

	2021	(+) Adições	(–) Baixas	(–) Amortizações	(–) Transferência	(–) Adição de provisão	2022
Atletas em formação	28.743	30.222	(17.209)	–	(1.990)	(5.215)	34.551
Atletas formados	14.516	6.884	(1.261)	(9.751)	1.990	–	12.378
Atletas contratados	169.160	104.551	(3.792)	(71.816)	–	(5.480)	192.623
	212.419	**141.657**	**(22.262)**	**(81.567)**	**–**	**(10.695)**	**239.552**

Em 2021

	2020	(+) Adições	(–) Baixas	(–) Amortizações	(–) Transferência	(–)Adição de provisão	2021
Atletas em formação	23.392	29.464	(12.852)	–	(11.261)	–	28.743
Atletas formados	11.720	101	(120)	(8.446)	11.261	–	14.516
Atletas contratados	192.714	80.970	(20.255)	(84.269)	–	–	169.160
	227.826	**110.535**	**(33.227)**	**(92.715)**	**–**	**–**	**212.419**

O departamento de futebol amador analisa periodicamente a viabilidade técnica dos atletas em formação, identificando quais atletas possuem potencial técnico para atingir as expectativas da administração. Para os atletas que possuem potencial técnico, os gastos destes são reconhecidos no intangível, porém, se constatado diferente, os gastos são baixados para o resultado. A administração, suportada pelo departamento de futebol amador, entende que a transferência de atletas em formação para formados está condicionada a renovação do contrato de profissionalização.
O **Clube** avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos atletas profissionais e em formação, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.
Se o valor recuperável dos atletas não puder ser determinado individualmente, o **Clube** identifica o menor agregado de ativos que gera entradas de caixa em grande parte independentes.

Baseado nas avaliações de nossos profissionais, o **Clube** analisou os valores mantidos no ativo intangível e em relação ao plantel dos atletas profissionais constituiu provisão para perdas em 31 de dezembro de 2022 de **R$ 5.480** e para os atletas em formação foi constituído a provisão de perda de **R$ 5.215**. Em 31 de dezembro de 2022, o **Clube** mantém vínculo com 213 atletas (200 - 31/12/2021) entre Sub14, Sub15, Sub16, Sub17, Sub20, profissionais e emprestados. O percentual de participação nos direitos econômicos dos atletas está assim representado:

DIREITOS ECONÔMICOS

CATEGORIA	ATLETA	SEP	3°s
SUB 14	Bernardo Lopes Silva	100%	0%
SUB 14	Bruno Kauan Amaral Alcantara Santos	100%	0%
SUB 14	Cauã Moreira Vaz	100%	0%
SUB 14	Derick Araujo Campos	100%	0%
SUB 14	Eden Luiz Pompeu Reis	90%	10%
SUB 14	Enzo Sernagiotto Lopes	100%	0%
SUB 14	Fernando Gabriel Bertoldo Cavalcante da Silva	50%	50%
SUB 14	Fernando Grellmann de Souza	100%	0%
SUB 14	Frederico Stadiotto de Moraes	100%	0%
SUB 14	Gabriel Araujo Silva	100%	0%
SUB 14	Guilherme Souza Giehl	100%	0%
SUB 14	Henry Silva de Novais	100%	0%
SUB 14	João Gabriel Torres de Castro	100%	0%
SUB 14	João Paulo de Mendonça Neto	100%	0%
SUB 14	João Pedro Dantas Rocha	100%	0%
SUB 14	Jouberland Castro Viana Ii	100%	0%
SUB 14	Juan Francisco da Silva Felix	50%	50%
SUB 14	Lucas Gabriel Oliveira de Lima	60%	40%
SUB 14	Lucas Henrique de Oliveira Tavares	100%	0%
SUB 14	Lucas Quitzau Ribeiro	100%	0%
SUB 14	Lucas Soares Souza	100%	0%
SUB 14	Luccas Ramon Gomes Ramos	100%	0%
SUB 14	Luis Felipe Pacheco da Costa	100%	0%
SUB 14	Luiz Felipe Santana Gomes	100%	0%
SUB 14	Luiz Fernando da Silva Ferreira	100%	0%
SUB 14	Luiz Fernando Souza da Silva	100%	0%
SUB 14	Maycon Derek Silva Gonçalves	100%	0%
SUB 14	Murilo Minato Felpa	100%	0%
SUB 14	Nathan Freitas da Silva	100%	0%
SUB 14	Pedro da Silva Coelho	100%	0%
SUB 14	Rian Henrique de Melo Rodrigues	100%	0%
SUB 14	Riquelme Pacheco dos Santos	100%	0%
SUB 14	Rogger Gabriel Almeida Leite Alves	100%	0%
SUB 14	Vinicius Gonçalves Onibeni	100%	0%
SUB 14	Vinicius Martins de Lima	100%	0%
SUB 14	Wesley Gabriel da Silva Trigueiro	100%	0%
SUB 14	Wesley Lima de Souza	100%	0%
SUB 14	Widney Magalhães da Silva Almeida	100%	0%
SUB 14	Wilker Carvalho de Araujo	100%	0%
SUB 14	Yuri Henrique da Silveira Alves	100%	0%
SUB 15	Aridio de Oliveira Neto	100%	0%
SUB 15	Bruno Junior Souza Moreira	70%	30%
SUB 15	Daniel Eller Soares de Oliveira	100%	0%
SUB 15	Erick Machado Belé	100%	0%
SUB 15	Estevão Willian Almeida de Oliveira Gonçalves	70%	30%
SUB 15	Fabricio de Souza Del Tedesco	100%	0%
SUB 15	Felipe Monteiro Goto	100%	0%
SUB 15	Heittor Vinicius da Silva Nunes	100%	0%
SUB 15	Italo da Silva Sousa	100%	0%
SUB 15	João Gabriel Damasceno Pedro	100%	0%
SUB 15	João Paulo de Moura Andrade Romão da Silva	100%	0%
SUB 15	Kauan Lima da Cunha	80%	20%
SUB 15	Lucas Leonardi Bortoluci Perez	100%	0%
SUB 15	Luis Henrique Gonçalves Saboia	100%	0%
SUB 15	Luiz Felipe Vieira Santana de Sá	100%	0%
SUB 15	Marcus Vinnicius Silva Aguiar	70%	30%
SUB 15	Matheus Candido dos Santos Silva	50%	50%
SUB 15	Matheus Silva Lacort Barbosa	100%	0%
SUB 15	Murilo Gonçalves Dourado	100%	0%
SUB 15	Rafael Felipe Jesus da Silva	60%	40%
SUB 15	Romario Luis Mota Santa Rita	100%	0%
SUB 15	Talison Ferreira de Paula Silva	100%	0%
SUB 15	Thiago Mendes de Abreu	100%	0%
SUB 15	Thiago Ribeiro de Morais	50%	50%
SUB 15	Vinicius Carvalho da Silva	100%	0%
SUB 16	André Lucas Ribeiro Domingos	100%	0%
SUB 16	Bernardo da Silva Raposo Ferreira	100%	0%
SUB 16	Bruno Santana Vitório	100%	0%
SUB 16	Caio Sechim da Rosa	50%	50%
SUB 16	Cauã Santana de Oliveira	100%	0%
SUB 16	Cesar Augusto Braga Rodrigues	100%	0%
SUB 16	Davi Sá de Almeida	60%	40%
SUB 16	Fellipe Jack Ozilio Moreira Pacheco	100%	0%
SUB 16	Francisco Henrique Gonçalves Macedo	70%	30%
SUB 16	Gabriel Altino Roque de Góis	100%	0%
SUB 16	Gabriel Kidani Bernardino	70%	30%
SUB 16	Gustavo Lima Almeida	100%	0%
SUB 16	Igor Miranda Leite	100%	0%
SUB 16	Inácio de Paula Silva	70%	30%
SUB 16	Jhonatan Bernardo Gomes	60%	40%
SUB 16	Kaio Teixeira Gezo Carminati	60%	40%
SUB 16	Kauã Moraes Silva	100%	0%
SUB 16	Kauan Do Nascimento Firmo	100%	0%
SUB 16	Kauan Vitor Silva Ferreira de Melo	100%	0%
SUB 16	Luighi Hanri Sousa Santos	100%	0%
SUB 16	Luis Arthur Pereira Santos	100%	0%
SUB 16	Luis Guilherme Lira dos Santos	80%	20%
SUB 16	Luis Gustavo Roncholeta Benedetti	0%	100%
SUB 16	Luiz Felipe Yano de Oliveira	100%	0%
SUB 16	Marcio Vitor Barbosa da Silva	70%	30%
SUB 16	Marcus Vinicius Caetano Loureiro	100%	0%
SUB 16	Mateus Borloth Lyrio	100%	0%
SUB 16	Pedro Almeida da Silva Costa	100%	0%
SUB 16	Pedro Henrique Melo Santos	100%	0%
SUB 16	Rafael Barbosa Coutinho	70%	30%
SUB 16	Rafael de Marchi Garcia	60%	40%
SUB 16	Ramon Riquelme Pereira Ventura	100%	0%
SUB 16	Riquelme da Silva Gomes	80%	20%
SUB 16	Riquelme Fillipe Marinho de Souza	80%	20%
SUB 16	Ryan de Amorim Silva	100%	0%
SUB 16	Vitor de Oliveira Nunes dos Reis	100%	0%
SUB 16	Vitor dos Santos Figueiredo	100%	0%
SUB 16	Vitor Marcelo Silva	100%	0%
SUB 17	Alex Martins Soares	50%	50%
SUB 17	Arthur Gabriel Santana Marcolino	100%	0%
SUB 17	Caue Machado de Araujo	100%	0%
SUB 17	David Kaua Ramos	10%	90%
SUB 17	Eduardo de Oliveira Carvalho	50%	50%
SUB 17	Felipe Alves Ribeiro	100%	0%
SUB 17	Gabriel dos Santos da Silva	100%	0%
SUB 17	Gabriel Henrique Cardoso da Silva	0%	100%
SUB 17	Gilberto Junior Leite dos Santos	100%	0%
SUB 17	Jhonatan Junio Jesus de Lima	60%	40%
SUB 17	João Victor de Oliveira Cintra	100%	0%
SUB 17	João Vitor Fuhr	100%	0%
SUB 17	Leonardo Jance de Oliveira	80%	20%
SUB 17	Leonardo Porfirio da Silva	100%	0%
SUB 17	Lucas Dias Do Rosário	50%	50%
SUB 17	Luis Eduardo Santos de Jesus	70%	30%
SUB 17	Thalys Henrique Gomes de Araujo	50%	50%
SUB 17	Vitor de Almeida Narciso André	50%	50%
SUB 17	Wanderson Carlos Ferreira dos Santos	0%	100%
SUB 17	William Willers Hartmann	50%	50%

continua→★

#MAIORCAMPEÃODOBRASIL WWW.PALMEIRAS.COM.BR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

→★ continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

DIREITOS ECONÔMICOS

CATEGORIA	ATLETA	SEP	3ºs
SUB 20	Addi Henrique da Silva Lujete	100%	0%
SUB 20	Allan Andrade Elias	50%	50%
SUB 20	Ary Eduardo Garcia Lima	60%	40%
SUB 20	Carlos Eduardo Xavier Junior	50%	50%
SUB 20	Carlos Matheus Santos de Carvalho	90%	10%
SUB 20	Daniel Alves da Silva	50%	50%
SUB 20	Daniel da Silva	50%	50%
SUB 20	Denzel Washington Brito dos Santos	70%	30%
SUB 20	Diogo Crispim Carvalho Oliveira da Silva	100%	0%
SUB 20	Edney Henrique Santos da Silva	0%	100%
SUB 20	Gustavo Teixeira Lopes da Conceição	50%	50%
SUB 20	Ian Custódio dos Anjos	90%	10%
SUB 20	Jhonatan dos Santos Rosa	50%	50%
SUB 20	Jhonatan Garcia da Silva	80%	20%
SUB 20	João Pedro de Souza Borges	50%	50%
SUB 20	João Pedro Pinho Maciel	50%	50%
SUB 20	João Victor Broad Moreira Guimarães	100%	0%
SUB 20	José Henrique Venâncio Camargo	100%	0%
SUB 20	Kaique Pereira Azarias	70%	30%
SUB 20	Kauan Santos Silva	100%	0%
SUB 20	Kevin Santos Lopes de Macedo	50%	50%
SUB 20	Leonardo de Azevedo Silva	100%	0%
SUB 20	Luiz Guilherme Lucio E Freitas	100%	0%
SUB 20	Marcos Eduardo Moreira de Arruda	100%	0%
SUB 20	Matheus Matias Benedito	70%	30%
SUB 20	Michel Augusto Modesto Rafael dos Santos	60%	40%
SUB 20	Mizael Santana Pereira Junior	0%	100%
SUB 20	Natan Rodrigues de Sales	50%	50%
SUB 20	Patrick Roberto da Silva Campos	10%	90%
SUB 20	Pedro Felipe de Jesus Gomes	0%	100%
SUB 20	Pedro Lima Barros	90%	10%
SUB 20	Ramon Cesar Cirino	90%	10%
SUB 20	Robert de Souza Ferreira Dias	100%	0%
SUB 20	Ruan Ribeiro Rodrigues	80%	20%
SUB 20	Thauan Willians Jesus Silva	0%	100%
SUB 20	Thiago Oliveira de Jesus Alves dos Santos	100%	0%
SUB 20	Tiago de Freitas Guimarães Coimbra	70%	30%
SUB 20	Victor Henrique Cardoso Santos	60%	40%
SUB 20	Vitor Hugo Ferreira Oliveira	50%	50%
SUB 20	Wendell Gabriel Mendes Craveiro	100%	0%
SUB 20	Yago Santos de Andrade	70%	30%
SUB 20	Yan Costa de Lima	0%	100%
PROFISSIONAL	Alan de Souza Guimarães	100%	0%
PROFISSIONAL	Anibal Gabriel Vega da Silva	60%	40%
PROFISSIONAL	Benjamin Kuscevic Jaramillo	50%	50%
PROFISSIONAL	Breno Henrique Vasconcelos Lopes	50%	50%
PROFISSIONAL	Bruno Vinicius Souza Ramos	70%	30%
PROFISSIONAL	Carlos Eduardo Ferreira de Souza	80%	20%
PROFISSIONAL	Danilo dos Santos de Oliveira	80%	20%
PROFISSIONAL	Eduard Andres Atuesta Velasco	70%	30%
PROFISSIONAL	Eduardo Pereira Rodrigues	100%	0%
PROFISSIONAL	Endrick Felipe Moreira de Sousa	70%	30%
PROFISSIONAL	Fabio Silva de Freitas	100%	0%
PROFISSIONAL	Fabricio Do Nascimento Biato	100%	0%
PROFISSIONAL	Gabriel Silva Vieira	100%	0%
PROFISSIONAL	Gabriel Vinicius Menino	80%	20%
PROFISSIONAL	Giovani Henrique Amorim da Silva	90%	10%
PROFISSIONAL	Gustavo Garcia dos Santos	100%	0%
PROFISSIONAL	Gustavo Raul Gomez Portillo	100%	0%
PROFISSIONAL	Ivan Dario Angulo Cortez	70%	30%
PROFISSIONAL	Jailson Marques Siqueira	50%	50%
PROFISSIONAL	Jhonatan dos Santos Rosa	50%	50%
PROFISSIONAL	Joaquin Piquerez Moreira	80%	20%
PROFISSIONAL	Jorge Marco de Oliveira Moraes	50%	50%
PROFISSIONAL	Jose Manuel Alberto Lopez	70%	30%
PROFISSIONAL	José Rafael Vivian	100%	0%
PROFISSIONAL	Kaiky Marques Naves	70%	30%
PROFISSIONAL	Leonardo da Silva Passos	60%	40%
PROFISSIONAL	Luan Garcia Teixeira	60%	40%
PROFISSIONAL	Lucas de Freitas Molarinho Chagas	80%	20%
PROFISSIONAL	Lucas Esteves Souza	70%	30%
PROFISSIONAL	Marcelo Lomba Do Nascimento	100%	0%
PROFISSIONAL	Marcos Luís Rocha Aquino	90%	10%
PROFISSIONAL	Mateus Oliveira Mendes	70%	30%
PROFISSIONAL	Matheus Fernandes Siqueira	65%	35%
PROFISSIONAL	Mayke Rocha de Oliveira	100%	0%
PROFISSIONAL	Miguel Angel Merentiel Serrano	80%	20%
PROFISSIONAL	Murilo Cerqueira Paim	80%	20%
PROFISSIONAL	Patrick de Paula	50%	50%
PROFISSIONAL	Pedro Henrique de Oliveira Correia	50%	50%
PROFISSIONAL	Pedro Henrique Rodrigues Bicalho	80%	20%
PROFISSIONAL	Rafael Elias da Silva	100%	0%
PROFISSIONAL	Rafael Navarro Leal	70%	30%
PROFISSIONAL	Raphael Cavalcante Veiga	65%	35%
PROFISSIONAL	Ronielson da Silba Barbosa	50%	50%
PROFISSIONAL	Vanderlan Barbosa da Silva	70%	30%
PROFISSIONAL	Vinicius Silvestre da Costa	90%	10%
PROFISSIONAL	Wesley Ribeiro Silva	50%	50%
PROFISSIONAL	Weverton Pereira da Silva	80%	20%
PROFISSIONAL	Yan Matheus Santos Souza	25%	75%

2.1.9.2. Direitos e obrigações com jogadores (Luvas e Direitos de Imagem a pagar - circulante e não circulante)

Com base na ITG 2003 (R1), no ativo está registrado os valores correspondentes às luvas e no passivo contém os direitos de imagem já incorridos (conforme contrato) e luvas a pagar. O direito registrado como ativo é amortizado em conta específica de despesa no resultado do exercício, conforme regime de competência, e a redução do passivo ocorre quando do pagamento das referidas obrigações contratuais. A movimentação ocorrida nesta conta está assim demonstrada:

Ativo

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	**39.413**	**50.928**
Reversão de contratos por venda ou empréstimo	(6.080)	(995)
(–) Baixas de luvas	(416)	(3.359)
Novos contratos/aditivos	25.122	11.668
Amortizações	(15.299)	(18.829)
Total de luvas	**42.740**	**39.413**

Passivo

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	**53.872**	**82.400**
Novos contratos/aditivos (Luvas)	25.122	11.668
Reversão de contratos por venda ou empréstimo	(6.080)	(995)
Provisão de Direito de Imagem	64.317	51.981
Pagamentos de Direito de Imagem / Luvas	(84.789)	(87.442)
Transferências entre contas do passivo	(5.464)	(3.740)
Total	**46.978**	**53.872**
Circulante	**29.411**	**30.194**
Não circulante	**17.567**	**23.678**
	46.978	**53.872**

2.1.9.3. Comissões

A comissão registrada como ativo é amortizado em conta específica de despesa no resultado do exercício, conforme regime de competência, e a redução do passivo ocorre quando do pagamento das referidas obrigações contratuais. A movimentação ocorrida nesta conta está assim demonstrada:

	2021	(+) Adições	(–) Amortizações	2022
Comissão técnica	–	7.920	(2.160)	5.760
	–	**7.920**	**(2.160)**	**5.760**

2.1.10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Instituição financeira	Modalidade	2022	2021
Banco Tricury S/A	Antecipação	20.667	3.624
Banco BTG Pactual S.A.	Empréstimo	14.428	–
Banco CNH	Financiamento	113	–
(–) Juros a apropriar		(18)	(65)
		35.190	**3.559**
Circulante		**27.703**	**3.559**
Não Circulante		**7.487**	**–**
		35.190	**3.559**

Banco Tricury

Corresponde a antecipação de recebíveis relacionada com a venda do atleta Patrick de Paula à taxa mensal de 0,85% a 1,29% e com prazo de vencimento de curto prazo para a liquidação.

Banco BTG Pactual

Corresponde a empréstimo com garantia em recebíveis de cartão, sendo **R$ 6.941** a ser liquidado no curto prazo e **R$ 7.487** no longo prazo, sendo atualizado pelo CDI + taxa de 0,40% a.m.

2.1.11. CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2022	2021
Títulos a pagar	**2.1.11.1**	295.921	197.197
Obrigações com Real Arenas	**2.1.11.2**	25.730	25.524
Obrigações com terceiros	**2.1.11.3**	13.855	28.681
		335.506	**251.402**
Circulante		**218.991**	**153.159**
Não circulante		**116.515**	**98.243**
		335.506	**251.402**

2.1.11.1. Títulos a pagar

Referem-se, substancialmente, aos valores a pagar a clubes de futebol e representantes, decorrentes da negociação de atletas profissionais.

Obrigações com entidades	Notas	2022	2021
Obrigações com entidades nacionais	**(i)**	197.819	133.055
Obrigações com entidades estrangeiras	**(ii)**	98.102	64.142
Total		**295.921**	**197.197**

(i) Obrigações com entidades nacionais

Obrigações com entidades nacionais	2022	2021
Direitos econômicos	90.981	59.595
Direitos federativos	320	410
Comissão	101.356	72.988
Mecanismo de Solidariedade	5.072	61
Outros	90	1
Total	**197.819**	**133.055**

(ii) Obrigações com entidades estrangeiras

Em obediência a ITG 2003 (R1), apresentamos abaixo os saldos mantidos com entidades estrangeiras.

OBRIGAÇÕES

Entidade	Atleta	Descrição	2022	2021
Club Atlético Lanús	José Manuel Alberto López	Direitos econômicos	22.949	–
Sporting Clube de Portugal	Bruno Vinícius Souza Ramos	Direitos econômicos	20.886	–
Club Atlético Peñarol	Joaquín Piquerez Moreira	Direitos econômicos	15.601	21.206
Major League Soccer LLC	Eduard Andrés Atuesta Velasco	Direitos econômicos	11.896	22.210
FC Lokomotiv Moscow	Murilo Cerqueira Paim	Direitos econômicos	8.218	–
Unione Sportiva Cittá Di Palermo	Bruno Henrique Corsini	Direitos econômicos	5.012	5.689
Club Social Y Deportivo Defensa Y Justicia	Miguel Ángel Merentiel Serrano	Direitos econômicos	4.696	–
Marcos Marcelo Tejera Battagliese	Miguel Ángel Merentiel Serrano	Comissão	2.940	–
Alinea Sports Manegement LLC	Eduard Andrés Atuesta Velasco	Comissão	2.189	3.184
Club Gallos Blancos De Querétaro	Direito de Preferência	Direitos econômicos	2.087	–
Renato Bittar Arrelaga	Gustavo Raul Gómez Portillo	Comissão	1.052	–
Al Duhail	Eduardo Pereira Rodrigues	Mecanismo de Solidariedade	569	–
El Tanque Sisley	Miguel Ángel Merentiel Serrano	Mecanismo de Solidariedade	7	–
Pyramids Football Club	Carlos Eduardo Ferreira de Souza	Direitos econômicos	–	8.216
Cruzados SADP	Benjamín Kuscevic Jaramillo	Direitos econômicos	–	2.212
Associazione Calcio Milan S.P.A	Gustavo Raul Gómez Portillo	Direitos econômicos	–	1.106
A.C.F Fiorentina S.P.A	Vitor Hugo Franchescoli de Souza	Direitos econômicos	–	316
Foundation Conseil International de l'Arbitrage eEn Matiére de Sport		Outros	–	3
Total			**98.102**	**64.142**

2.1.11.2. Obrigações com Real Arenas

Obrigações com Real Arenas	Nota	2022	2021
Arrendamento a pagar	(i)	14.367	19.353
Outras obrigações		11.363	6.171
Total		**25.730**	**25.524**

(i) Arrendamento a pagar

Em dezembro de 2022, para refletir as alterações da taxa NTN-B 2045, o valor presente do passivo teve uma redução de **R$ 3.666**. A movimentação e a composição do passivo de arrendamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstradas:

Arrendamento a pagar	Nota	Valor - R$ mil
Saldo líquido do arrendamento em 31/12/2021		**19.353**
(–) Baixa por encontro de contas		(1.320)
Saldo líquido antes da atualização da taxa de desconto		**18.033**
(–) Baixa por atualização da taxa de desconto	**2.1.8.3**	(3.666)
Saldo em 31/12/2022		**14.367**

2.1.11.3. Obrigações com terceiros

Obrigações com terceiros	2022	2021
Acordos judiciais	7.206	24.080
Operacionais	6.649	4.601
Total	**13.855**	**28.681**

Acordos judiciais

Em 2022 o saldo de **R$ 19.458** do acordo realizado com A. Angeloni & Cia Ltda. referente à aquisição do atleta de futebol Wesley Lopes Beltrame foi devidamente quitado.

Em 2021 foi realizado o acordo para pagamento da ação cível movida pela A. Angeloni & Cia Ltda. referente à aquisição do atleta de futebol Wesley Lopes Beltrame no montante de **R$ 50.467**. Até 31/12/2021 tinha sido quitado o montante de **R$ 31.009**, sendo **R$ 19.596** pagos através do levantamento de depósito judicial e **R$ 11.413** pagos com desembolso de caixa.

2.1.12. IMPOSTOS PARCELADOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2022	2021
Parcelamento PPI - IPTU/ISS	**(c)**	2.696	3.429
Parcelamento Timemania	**(a)**	20.390	25.983
Parcelamento Lei nº 12.996/14	**(b)**	13.987	14.931
Parcelamento Banco Central do Brasil		315	340
		37.388	**44.683**
Circulante		**7.951**	**7.673**
Não circulante		**29.437**	**37.010**
		37.388	**44.683**

Em 2022 não ocorreram novos parcelamentos de impostos. As principais informações relacionadas aos parcelamentos já existentes estão descritas a seguir: **a)** Com objetivo de alterar seu perfil de endividamento, o **Clube** ingressou com o pedido de adesão ao concurso de prognóstico denominado "Timemania", nos termos das Leis nº 11.345/06 e nº 11.505/07 e Decreto nº 6.187/07. Quando do ingresso do pedido de adesão, ocorrido em setembro 2007, o **Clube** concordou em ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino e de seus símbolos para divulgação e execução do concurso prognóstico "Timemania". Em contrapartida, do valor arrecadado com o referido concurso, 20% serão destinados à remuneração das entidades desportivas de futebol profissionais participantes, sendo que os valores repassados serão utilizados integralmente para pagamento de dívidas tributárias dos clubes no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Desde outubro de 2007, a Caixa Econômica Federal vem depositando a correspondente parte representativa do **Clube** na arrecadação do referido concurso, o que, no entendimento da administração do **Clube** e de seus assessores jurídicos, é fator suficiente para comprovar que o seu pedido de adesão foi aceito. **b)** O **Clube** optou em aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS DA COPA, definido pela Lei nº 11.996/14, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de impostos federais retidos, contribuições previdenciárias, e outros débitos incluídos na Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão proporcionou ao **Clube** parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais. O pedido de parcelamento ocorreu em 22/08/2014 e em agosto de 2019 foi deferida a consolidação dos débitos pelos referidos órgãos competentes. **c)** Entre outubro de 2010 e setembro de 2011 o **Clube** aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), visando o parcelamento de seus débitos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, representados substancialmente pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), devidos nos períodos de 1987 a 1989, 1991 a 1993 e 1995 a 2007. O valor total dos débitos levados ao parcelamento, naquela data, já considerando os benefícios oferecidos para sua adesão, totalizou **R$10,5 milhões,** os quais vêm sendo liquidados em 120 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os assessores jurídicos do **Clube** possuem o entendimento quanto à não incidência do IPTU sobre os seus bens, decorrente de sua natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos, com isenção tributária prevista em Lei. Contudo, para atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto o **Clube** não obtiver uma decisão definitiva sobre o assunto, sua administração optou em manter os valores devidamente provisionados e liquidados quando do vencimento das parcelas. Adicionalmente, durante o exercício de 2015, o **Clube** aderiu ao parcelamento de ISS no montante aproximado de **R$ 5,6 milhões,** decorrente de execução fiscal ajuizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, referente à cobrança de ISS não recolhido em 1994 incidentes sobre as atividades de bingo. Em 31 de dezembro de 2022 não havia parcelas vencidas e não liquidadas pelo **Clube**.

2.1.13. ANTECIPAÇÃO DE CONTRATOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	2022	2021 Reapresentado
Estádio (Allianz Parque)	424.886	444.272
Transações com atletas	138.917	18.379
Direitos de transmissão	60.822	13.726
Publicidade e patrocínio	38.287	38.619
Outros	695	51
	663.607	**515.047**
Circulante	**118.658**	**84.162**
Não circulante	**544.949**	**430.885**
	663.607	**515.047**

Estádio (Allianz Parque)

Baseado na "Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, que outorga a Real Arenas à exploração da superfície por 30 anos a partir do primeiro evento realizado no estádio, que ocorreu em novembro de 2014. A receita será amortizada pelo prazo de 30 anos conforme escritura pública. A seguir, apresentamos, de forma sumária, os efeitos desta reapresentação.

	Valor - R$ mil
Estádio (Allianz Parque)	
Reconhecimento inicial do estádio em novembro de 2014	581.592
(–) Receitas amortizadas até dezembro de 2020	(117.934)
Saldo em 31/12/2020	**463.658**
(–) Receitas amortizadas no ano de 2021	(19.386)
Saldo em 31/12/2021	**444.272**
(–) Receitas amortizadas no ano de 2022	(19.386)
Saldo em 31/12/2022	**424.886**

Transações com atletas

Em 2022 o saldo corresponde, substancialmente, à venda de direitos econômicos de atleta do futebol profissional, sendo que a transferência definitiva ocorrerá em 2024. Em 2021 o saldo corresponde, substancialmente, à venda de direitos econômicos de atleta do futebol profissional, sendo que a transferência definitiva ocorrerá em 2022.

Direitos de transmissão

Em 2022 o saldo corresponde às luvas do contrato de televisionamento das cotas do campeonato brasileiro referente à TV aberta e PPV *(Pay-Per-View)* das temporadas restantes de 2023 e 2024 e da antecipação de recebíveis relacionado ao contrato de televisionamento do campeonato paulista (Federação Paulista de Futebol) da temporada de 2023. Em 2021 o saldo corresponde às antecipações relacionadas às luvas do contrato de televisionamento das cotas do campeonato brasileiro referente à TV aberta e PPV *(Pay-Per-View)* das temporadas restantes de 2022 a 2024.

Publicidade e patrocínio

Em 2022 o saldo corresponde à antecipação de recebíveis relacionado a contrato de Publicidade e patrocínio e estas receitas serão reconhecidas no 1º semestre de 2023. Em 2021 o **Clube** assinou contrato de cessão de direitos de propriedade de marketing relacionados a *"Fan Tokens"* para uso em aplicativo e plataformas. Os valores antecipados serão reconhecidos ao resultado do exercício, como receitas de patrocínios, de acordo com o regime de competência.

2.1.14. PARTES RELACIONADAS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Partes relacionadas	Modalidade	2022	2021
Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimentos	Empréstimo	65.690	119.522
		65.690	**119.522**
Circulante		**11.444**	**8.691**
Não Circulante		**54.246**	**110.831**
		65.690	**119.522**

Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimentos

Com base nos aditivos contratuais celebrados em 2018 entre o **Clube** e sua patrocinadora master, Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, determinadas transações realizadas originalmente como patrocínios foram alteradas para empréstimos vinculados à aquisição de determinados atletas do futebol profissional. Com isso, foi reconhecido nesta rubrica o saldo da obrigação a pagar acrescido de encargos financeiros (CDI) devidos até a data do balanço. A liquidação desta dívida ocorrerá nas seguintes condições e prazos previstos nos correspondentes aditivos contratuais: **a)** Em caso de venda do atleta: restituição do saldo devedor (principal e juros) será realizada após o recebimento deste pelo **Clube**. Caso o valor do recebimento seja menor que o saldo da dívida, o **Clube** deverá efetuar o pagamento da diferença em até 24 meses; **b)** Em caso de término definitivo do vínculo trabalhista: O saldo devedor (principal e juros) será liquidado em até 02 anos contados da data do término definitivo do vínculo trabalhista entre **Clube** e atleta. Em 2022 foi amortizado o montante de **R$ 64.701** (**R$ 47.489** - 2021) através do encontro de contas entre valores de premiações de conquistas esportivas a receber da Crefisa e pelo repasse de recursos oriundos das vendas/cessão

continua →★

SOCIEDADE ESPORTIVA
PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

→★ continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

temporária de jogadores realizadas durante o exercício. O passivo circulante corresponde ao saldo de **R$ 11.444** (**R$ 8.691** - 2021). A liquidação do saldo restante de **R$ 54.246** (**R$ 110.831**- 2021), apresentado no passivo não circulante, corresponde aos empréstimos vinculados a outros atletas e o seu pagamento está condicionado ao término do contrato de trabalho ou quando ocorrer a venda deles.

Em caso de inadimplemento pelo **Clube**, as receitas de bilheteria e patrocínios ficam condicionadas como garantia para a liquidação da correspondente dívida.

2.1.15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o **Clube** apresentava as seguintes contingências de naturezas trabalhista e cível e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a essas contingências:

	2022			2021		
Natureza	**Valor da provisão**	**Depósito judicial**	**Contingência líquida**	**Valor da provisão**	**Depósito judicial**	**Contingência líquida**
Trabalhista	1.394	(1.072)	322	1.651	(1.722)	(71)
Cível	20.957	(3.769)	17.188	10.192	(3.757)	6.435
	22.351	**(4.841)**	**17.510**	**11.843**	**(5.479)**	**6.364**

A provisão foi constituída no montante estimado das ações classificadas como de perda provável pelos assessores jurídicos do **Clube** além de valores que a administração entende que a perda é provável. As contingências acima estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais, sendo que para os demais depósitos existentes correspondem a situações em que o **Clube** questiona a legitimidade de determinadas ações movidas contra si, e, por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores foram depositados em juízo, não havendo reconhecimento de contingência, conforme entendimento jurídico.

A movimentação da provisão neste exercício é assim demonstrada:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo Inicial	**1.651**	**10.192**	**11.843**
Provisões realizadas	119	20.356	20.475
(–) Reversão de provisão	(232)	(929)	(1.161)
(–) Reversão por Acordo	(144)	(8.662)	(8.806)
	1.394	**20.957**	**22.351**

Provisões realizadas

Em 2022 foi constituída a provisão de **R$ 18.090** referente ao processo cível movido pela Samsung.

Contingências classificadas como perdas possíveis

O **Clube** possui passivos contingentes de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, relacionadas, substancialmente, a danos morais e materiais, pagamentos de verbas rescisórias, FGTS, adicionais salariais, direitos de imagem e direito de arena. Tais processos foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis, e, em consonância com as práticas contábeis brasileiras, não foram registradas provisões. O montante estimado perfaz em **R$ 264.269** (**R$ 201.722** - 31/12/2021).

Processos de arbitragem

O **Clube** e a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários Ltda. são partes em procedimento arbitral envolvendo diversos aspectos relacionados à construção e exploração da Arena Allianz Parque, de acordo com a Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes. Conforme informações de nossos assessores jurídicos, o processo possui a seguinte situação: O procedimento se encontra em fase pericial - cujo objeto não pode ser exposto no presente documento em razão da já mencionada confidencialidade inerente ao instituto da arbitragem, não sendo possível estimar os valores envolvidos, prazos e se os desfechos serão favoráveis e/ou desfavoráveis ao **Clube**.

Demais passivos contingentes

Não é de conhecimento da administração e de seus assessores jurídicos da existência de qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, cível e trabalhista expedido contra o **Clube** até o encerramento dessas demonstrações financeiras.

2.1.16. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

	2022			2021	
	Futebol profissional	**Futebol feminino**	**Total**	**Futebol profissional**	**Total**
Receita Bruta					
Campeonato Paulista	23.038	80	23.118	30.982	30.982
Campeonato Brasileiro	117.762	–	117.762	195.590	195.590
Copa do Brasil	4.961	–	4.961	1.744	1.744
Taça Libertadores da América	39.303	40	39.343	37.461	37.461
Transmissão Internacional	1.420	–	1.420	1.853	1.853
	186.484	**120**	**186.604**	**267.630**	**267.630**
(–) Deduções da Receita Bruta					
(–) INSS retido sobre as receitas	(9.324)	(6)	(9.330)	(13.446)	(13.446)
(–) Direito de arena retido sobre as receitas	(9.267)	(6)	(9.273)	(10.780)	(10.780)
	(18.591)	**(12)**	**(18.603)**	**(24.226)**	**(24.226)**
Receita Líquida	**167.893**	**108**	**168.001**	**243.404**	**243.404**

2.1.17. PUBLICIDADE E PATROCÍNIOS

	2022		2021		
	Futebol profissional	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol feminino**	**Total**
Receita Bruta					
Patrocinador master	85.903	85.903	86.000	–	86.000
Propriedade de marketing	42.124	42.124	82.444	–	82.444
Outros	14.588	14.588	16.190	29	16.219
	142.615	**142.615**	**184.634**	**29**	**184.663**
(–) Deduções da Receita Bruta					
(–) INSS retido sobre as receitas	(6.859)	(6.859)	(8.867)	(1)	(8.868)
	(6.859)	**(6.859)**	**(8.867)**	**(1)**	**(8.868)**
Receita Líquida	**135.756**	**135.756**	**175.767**	**28**	**175.795**

Propriedade de marketing

A variação entre os exercícios decorre, principalmente, em função das receitas de propriedade de marketing reconhecidas em 2021, tendo em vista a rescisão unilateral da Turner.

Outros

Correspondem, substancialmente, às receitas de propriedades de marketing envolvendo placas publicitárias do Campeonato Paulista e Brasileiro.

2.1.18. ARRECADAÇÃO DE JOGOS

	2022				2021	
	Futebol profissional	**Futebol feminino**	**Futebol de base**	**Total**	**Futebol profissional**	**Total**
Receita Bruta						
Campeonato Paulista	14.290	1	–	14.291	–	–
Campeonato Brasileiro	45.853	432	95	46.380	6.720	6.720
Copa do Brasil	3.970	–	–	3.970	–	–
Taça Libertadores da América	17.356	–	–	17.356	8.153	8.153
Participação sobre renda	–	–	–	–	45	45
Outros	5.876	–	–	5.876	–	–
	87.345	**433**	**95**	**87.873**	**14.918**	**14.918**
(–) Deduções da Receita Bruta						
(–) Ingresso sócio torcedor - Avanti	(21.886)	(3)	–	(21.889)	(1.616)	(1.616)
(–) Inss retido sobre as receitas	(4.346)	–	–	(4.346)	(744)	(744)
(–) Direito de Arena retido sobre receitas	(4.180)	–	–	(4.180)	(336)	(336)
(–) Prom. Desenvolv. do Futebol Paulista (FPF)	(286)	–	–	(286)	–	–
(–) Repasse Bilheteria (Renda Dividida)	(1.228)	–	–	(1.228)	–	–
	(31.926)	**(3)**	**–**	**(31.929)**	**(2.696)**	**(2.696)**
Receita Líquida	**55.419**	**430**	**95**	**55.944**	**12.222**	**12.222**

Devido à COVID-19, até outubro de 2021, o público ficou restrito ao acesso nos estádios, consequentemente não houve venda de ingressos durante este período.

2.1.19. NEGOCIAÇÕES COM ATLETAS

Negociações de atletas

31.12.2022			
Entidade	**Atleta**	**Descrição**	**Valor**
Futebol Clubedo Porto	Gabriel Veron Fonseca de Souza	Futebol Profissional	45.759
SAF Botafogo	Patrick de Paula Carreiro	Futebol Profissional	32.548
Club Deportivo Popular Junior F.C. S.A.	Miguel Ángel Borja Hernandez	Futebol Profissional	29.395
Manchester City Football Club	Gabriel Fernando de Jesus	Futebol Profissional	14.223
FC Basel 1893 Ag	Arthur Mendonça Cabral	Futebol Profissional	12.599
Cruzeiro Esporte Clube - SAF	Wesley Ribeiro da Silva	Futebol Profissional	11.741
Yokohama Marinos Ltd.	Thiago Martins Bueno	Futebol Profissional	6.007
Portimonense Futebol SAD	Pedro Henrique de Oliveira Correia	Futebol Profissional	2.348
Associazione Sportiva Roma	Matías Nicolás Viña Susperreguy	Futebol Profissional	1.577
Futbolniy Klub Shakhtar	Fernando dos Santos Pedro	Futebol Profissional	1.518
Major League Soccer L.L.C.	Lucas Esteves Souza	Futebol Profissional	1.325
Yokohama Marinos Ltd.	Yan Matheus Santos Souza	Futebol Profissional	1.228
Moreirense Futebol Clube - F. SAD	Yan Matheus Santos Souza	Futebol Profissional	830
Baniyas Sports and Cultural Club	Rafael Elias da Silva	Futebol Profissional	476
Major League Soccer L.L.C.	Iván Darío Angulo Cortés	Futebol Profissional	11
	Mecanismo de Solidariedade	Futebol Amador	8.851
	Direito de Preferência	Futebol Amador	2.728
	Outros	Futebol Profissional	701
Total			**173.865**

Negociações de atletas

31.12.2021			
Entidade	**Atleta**	**Descrição**	**Valor**
Associazione Sportiva Roma	Matías Nicolás Viña Susperreguy	Futebol Profissional	60.454
Al-Duhail Sports Club	Eduardo Pereira Rodrigues	Futebol Profissional	24.740
Changchun Yatai Fc	Erik Nascimento de Lima	Futebol Profissional	12.240
Red Bull Bragantino Futebol Ltda	Victor Hugo Santana Carvalho	Futebol Amador	8.761
Hitachi Kashiwa Reysol Co. Ltda	Emerson Raymundo dos Santos	Futebol Profissional	8.256
Grêmio Foot-Ball Portoalegrense	Miguel Ángel Borja Hernandez	Futebol Profissional	5.997
Fc Midtjylland A/S	José Carlos Ferreira Junior	Futebol Profissional	4.972
Clube Atletico Mineiro	Hyoran Kauê Dalmoro	Futebol Profissional	3.750
Betriebsgesellschaft Fcz Ag	Nathan Raphael Pelae Cardoso	Futebol Amador	2.471
Major League Soccer L.L.C.	Lucas Esteves Souza	Futebol Amador	249
	Direito de Preferência	Futebol Amador	6.296
	Mecanismo de Solidariedade	Futebol Amador	962
Total			**139.148**

2.1.20. SÓCIO TORCEDOR AVANTI

	2022	2021
	Futebol profissional	**Futebol profissional**
Receita Bruta		
Mensalidades	55.973	20.776
Outros	185	90
	56.158	**20.866**
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) Cancelamentos, descontos e abatimentos	(6.430)	(2.080)
	(6.430)	**(2.080)**
Receita Líquida	**49.728**	**18.786**

2.1.21. PREMIAÇÕES

	2022			2021		
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol feminino**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol feminino**	**Total**
Campeonato Paulista	9.200	1.070	10.270	1.455	–	1.455
Campeonato Brasileiro	56.277	–	56.277	32.842	100	32.942
Copa do Brasil	–	–	–	38.552	–	38.552
Taça Libertadores da América	286	8.224	8.510	194.976	–	194.976
Outros	27.633	–	27.633	15.931	–	15.931
	93.396	**9.294**	**102.690**	**283.756**	**100**	**283.856**
(–) Deduções da Receita Bruta						
(–) INSS retido sobre as receitas	(4.670)	(465)	(5.135)	(14.188)	(5)	(14.193)
(–) Direito de arena retido sobre as receitas	(2.640)	(391)	(3.031)	(11.860)	–	(11.860)
	(7.310)	**(856)**	**(8.166)**	**(26.048)**	**(5)**	**(26.053)**
Receita Líquida	**86.086**	**8.438**	**94.524**	**257.708**	**95**	**257.803**

Campeonato Paulista

Em 2022 as receitas com premiações correspondem à conquista do campeonato paulista masculino e feminino.

Campeonato Brasileiro

Em 2022 as receitas com premiações correspondem à conquista do campeonato brasileiro masculino.

Copa do Brasil

Em 2021 o saldo da premiação refere-se a conquista da temporada 2020.

Libertadores da América

Em 2022 as receitas com premiações correspondem à conquista da taça libertadores da américa feminino. Em função do campeonato de 2020 ter encerrado em 2021, bem como pela conquista da temporada 2021, as receitas de premiação foram reconhecidas neste exercício.

Outros

Em 2022 o saldo representa as premiações do Mundial de Clubes da FIFA e da Recopa. Em 2021 as receitas de premiações referem-se as participações dos torneios Mundial de Clubes da FIFA, Supercopa e Recopa.

2.1.22. ARRECADAÇÃO SOCIAL

	2022	2021
	Clube social e esportes amadores	**Clube social e esportes amadores**
Receita Bruta		
Mensalidades	42.456	32.760
Taxas de atividades esportivas	7.484	3.323
Outros	3.221	1.194
	53.161	**37.277**
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) Cancelamentos, descontos e abatimentos	(3.661)	(2.741)
(–) Tributos sobre Serviços	(64)	–
	(3.725)	**(2.741)**
Receita Líquida	**49.436**	**34.536**

2.1.23. LICENCIAMENTOS DE MARCA E FRANQUIAS

	2022	2021
	Futebol profissional	**Futebol profissional**
Receita Bruta		
Produtos	20.249	13.223
Lojas e escolinhas	2.484	1.243
	22.733	**14.466**
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) INSS retido sobre as receitas	(1.121)	(688)
	(1.121)	**(688)**
Receita Líquida	**21.612**	**13.778**

2.1.24. RENDAS DIVERSAS

	2022				2021 Reapresentado			
	Futebol profissional	**Futebol feminino**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol feminino**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Receita Bruta								
Contrato de superfícies - Arena	462	–	35.925	36.387	–	–	23.780	23.780
Outros	432	265	651	1.348	89	385	8.073	8.547
	894	**265**	**36.576**	**37.735**	**89**	**385**	**31.853**	**32.327**
(–) Deduções da Receita Bruta								
(–) INSS retido sobre as receitas	–	(6)	(4)	(10)	(4)	(5)	–	(9)
	–	**(6)**	**(4)**	**(10)**	**(4)**	**(5)**	**–**	**(9)**
Receita Líquida	**894**	**259**	**36.572**	**37.725**	**85**	**380**	**31.853**	**32.318**

Contrato de superfícies - Arena

Trata-se das receitas reconhecidas contra a Real Arenas, previstas na “Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças”.

2.1.25. PESSOAL E ENCARGOS

	2022					2021				
	Futebol profissional	**Futebol feminino**	**Futebol de base**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol feminino**	**Futebol de base**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Salários e Benefícios	(176.568)	(6.051)	(1.557)	(33.394)	(217.570)	(120.704)	(3.236)	(161)	(27.362)	(151.463)
Encargos	(20.858)	(581)	(178)	(3.561)	(25.178)	(15.204)	(332)	–	(2.772)	(18.308)
Premiação	(29.752)	(2.200)	(91)	(345)	(32.388)	(127.789)	(324)	(500)	(4.616)	(133.229)
Provisão 13º e Férias	(39.850)	(1.022)	(291)	(6.193)	(47.356)	(30.603)	(541)	(5)	(5.681)	(36.830)
	(267.028)	**(9.854)**	**(2.117)**	**(43.493)**	**(322.492)**	**(294.300)**	**(4.433)**	**(666)**	**(40.431)**	**(339.830)**

continua →★

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

CNPJ: 61.750.345/0001-57

→★ continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022					2021				
	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total
Serviços de terceiros	(7.073)	(504)	–	(11.781)	(19.358)	(16.862)	(478)	(1.922)	(11.631)	(30.893)
Energia elétrica/água/telefone/gás	(3.599)	(42)	(6)	(6.235)	(9.882)	(3.288)	(8)	(1)	(4.612)	(7.909)
Materiais de consumo	(3.669)	(242)	(380)	(1.793)	(6.084)	(6.061)	(520)	(153)	(2.209)	(8.943)
Conservação geral	(2.682)	(33)	(344)	(3.608)	(6.667)	(2.306)	(10)	(822)	(3.535)	(6.673)
Jogos, Torneios, Atletas e Federações	(2.815)	(73)	(1.890)	(1.231)	(6.009)	(2.953)	(86)	(557)	(844)	(4.440)
Viagens, estadias e refeições	(19.613)	(817)	(310)	(2.695)	(23.435)	(16.222)	(572)	(834)	(3.628)	(21.256)
Propaganda e Publicidades	(234)	–	–	(22)	(256)	(227)	–	–	(29)	(256)
Acordos e despesas legais e judiciais	(118)	–	–	(5.034)	(5.152)	(15.127)	–	–	(2.223)	(17.350)
Seguros, impostos e taxas	(337)	(4)	(15)	(320)	(676)	(383)	(3)	(22)	(242)	(650)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.086)	–	–	(24.996)	(26.082)	(9.089)	–	–	(25.136)	(34.225)
Contingências líquidas	(24.714)	–	(5.215)	(80)	(30.009)	(5.389)	–	–	(751)	(6.140)
Outras	(3.277)	(231)	(382)	(2.187)	(6.077)	(9.259)	(230)	(1.185)	(2.314)	(12.988)
Total	**(69.217)**	**(1.946)**	**(8.542)**	**(59.982)**	**(139.687)**	**(87.166)**	**(1.907)**	**(5.496)**	**(57.154)**	**(151.723)**

2.1.27. GASTOS COM ATLETAS, COMISSÃO TÉCNICA E BAIXA

	2022			2021		
	Futebol profissional	Futebol de base	Total	Futebol profissional	Futebol de base	Total
Baixa	(6.978)	(17.230)	(24.208)	(23.560)	(13.026)	(36.586)
Gastos com atletas/comissão técnica	(23.873)	(50)	(23.923)	–	–	–
Comissão	(9.560)	–	(9.560)	(20.207)	(2.424)	(22.631)
	(40.411)	**(17.280)**	**(57.691)**	**(43.767)**	**(15.450)**	**(59.217)**

2.1.28. RESULTADO FINANCEIRO

	2021					2020				
	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total	Futebol profissional	Futebol feminino	Futebol de base	Clube social e esportes amadores	Total
Receitas financeiras										
Variação cambial ativa	62.042	–	–	3	62.045	35.240	–	1	–	35.241
Juros ativos	4.647	–	–	33	4.680	1.362	–	–	141	1.503
Outras Receitas	–	–	–	268	268	1	–	–	161	162
Total receitas financeiras	**66.689**	**–**	**–**	**304**	**66.993**	**36.603**	**–**	**1**	**302**	**36.906**
Despesas financeiras										
Variação cambial passiva	(58.693)	–	(1)	(39)	(58.733)	(38.714)	(2)	(2)	–	(38.718)
Encargos sobre empréstimos	(10.869)	–	–	–	(10.869)	(5.628)	–	–	–	(5.628)
Operações de Câmbio	(13.778)	(7)	(19)	(12)	(13.816)	(17.106)	–	(8)	(31)	(17.145)
Despesas bancárias	(339)	–	–	(105)	(444)	(51)	–	–	(117)	(168)
Desconto concedidos	–	–	–	–	–	(12.401)	–	–	–	(12.401)
IRRF s/aplicações financeiras	–	–	–	(40)	(40)	–	–	–	(14)	(14)
Outras despesas financeiras	(22.776)	(31)	(2)	(1.441)	(24.250)	(8.615)	(1)	–	(526)	(9.142)
Total despesas financeiras	**(106.455)**	**(38)**	**(22)**	**(1.637)**	**(108.152)**	**(82.515)**	**(3)**	**(10)**	**(688)**	**(83.216)**
Resultado financeiro	**(39.766)**	**(38)**	**(22)**	**(1.333)**	**(41.159)**	**(45.912)**	**(3)**	**(9)**	**(386)**	**(46.310)**

2.1.29. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.29.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do **Clube** a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do **Clube**.

a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O **Clube** atua internacionalmente realizando transações de compra e vendas de atletas e está exposto ao risco cambial principalmente decorrente da variação cambial do dólar dos Estados Unidos e do Euro.

O **Clube** não possuí instrumentos derivativos para a cobertura de riscos cambiais.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do **Clube** sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota 2.1.10. O **Clube** não possuí instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber, o **Clube** está principalmente exposto a valores a receber de outros clubes por venda de atletas e receitas de associados. As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo, além de todos os procedimentos normais de cobrança (administrativas ou federais), o **Clube** ainda pode acionar o órgão regulador do futebol internacional (FIFA) caso não receba os valores acordados por uma transação, podendo acarretar sanções esportivas ao devedor. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco de o **Clube** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

2.1.30. SEGUROS

O **Clube** mantém cobertura de seguros, cujos valores contratados são estipulados em bases técnicas, que se estimam adequadas para cobrir eventuais sinistros envolvendo seus ativos. Também são contratados seguros relativos a atletas profissionais, conforme determina a lei nº 9.615/98.

2.1.31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

GESTÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Leila Mejdalani Pereira

1° VICE-PRESIDENTE
Paulo Roberto Buosi

2° VICE-PRESIDENTE
Maria Tereza Bellangero

3° VICE-PRESIDENTE
Neive de Andrade

4° VICE-PRESIDENTE
Tarso Gouveia

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Seraphim Carlos Del Grande

VICE-PRESIDENTE
Alcyr Ramos da Silva Junior

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE
Tommaso Mancini

VICE-PRESIDENTE
Carlos Ricardo Degon

AUDITORIA INTERNA

DIRETOR DE AUDITORIA INTERNA
Wilson Toshiro Nakamura

DIRETORIA DE GESTÃO E FINANÇAS

DIRETOR DE FINANÇAS
Davi Ricardo Gueldini

DIRETOR TESOUREIRO
Enrique Tadeu Jussio Guillen

DIRETOR EXECUTIVO DE GESTÃO E FINANÇAS
Cristiano Koehler

GERENTE DE GESTÃO
Rogério Ortega

CONTROLADORIA

GERENTE DE CONTROLADORIA
Daniel Rodrigo de Sousa Santos

CONTADORA
Joelma dos Santos - 1SP270137/O-0

GERENTE FINANCEIRO
Bruno Gonçalves Marques Silveira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração da
Sociedade Esportiva Palmeiras
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sociedade Esportiva Palmeiras ("Clube")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Sociedade Esportiva Palmeiras** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as entidades desportivas (ITG 2003(R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Arbitragem

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 2.1.14. às demonstrações contábeis, que descreve a existência de processo de arbitragem entre o Clube e a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários Ltda. envolvendo diversos aspectos relacionados à construção e exploração da Arena Allianz Parque, de acordo com a Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes, e que, conforme informações dos assessores jurídicos do clube, não é possível estimar os valores envolvidos, prazos e se os desfechos serão favoráveis e/ou desfavoráveis ao Clube. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1.2.2., e atendimento a NBC TG 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, os valores correspondentes, referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação e com ênfase sob processo de arbitragem envolvendo o Clube e a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., com data de 14 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Clube é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Carlos Aragaki
Contador - CRC 1 SP 132.091/O-1

WWW.PALMEIRAS.COM.BR

Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba

CNPJ/MF 45.082.421/0001-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2022

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício de 2022 - Período Janeiro a Dezembro

	Exercício Atual
ATIVO	2.113.012,83
Ativo Circulante	1.738.921,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.737.618,02
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	1.303,96
Ativo Não-Circulante	374.090,85
Ativo Realizável a Longo Prazo	241.359,84
Imobilizado	132.731,01

	Exercício Atual
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.113.012,83
Passivo Circulante	82.795,23
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	36.829,34
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	10.926,45
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.246,88
Demais Obrigações a Curto Prazo	26.792,56
Patrimônio Líiquido	2.030.217,60
Resultados Acumulados	2.030.217,60

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária	**3.152.163,51**
Ordinária	**3.152.163,51**
01-110 - Geral	3.152.163,51
Extraorçamentárias	**230.170,36**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	13.500,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	45.076,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	171.594,14
Total	**3.382.333,87**

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Despesa Orçamentária	**1.499.914,27**
Ordinária	**1.499.914,27**
01-110 - Geral	1.499.914,27
Extraorçamentárias	**144.801,58**
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	144.801,58
Saldos Atuais	**1.737.618,02**
Contas Correntes	1.737.618,02
Total	**3.382.333,87**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c-b)
Receitas Correntes (I)	3.310.331,53	3.310.331,53	3.152.163,51	(158.168,02)
Receita Patrimonial	5.000,00	5.000,00	76.785,37	71.785,37
Transferências Correntes	3.305.331,53	3.305.331,53	3.074.898,14	(230.433,39)
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	480,00	480,00
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**3.152.163,51**	**(158.168,02)**
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**3.152.163,51**	**(158.168,02)**
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**3.152.163,51**	**(158.168,02)**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	3.021.331,53	3.021.331,53	1.353.683,26	1.353.683,26	1.308.607,04	1.667.648,27
Pessoal e Encargos Sociais	2.278.633,35	2.278.633,35	866.107,21	866.107,21	829.277,87	1.412.526,14
Outras Despesas Correntes	742.698,18	742.698,18	487.576,05	487.576,05	479.329,17	255.122,13
Despesas de Capital (X)	289.000,00	289.000,00	146.231,01	132.731,01	132.731,01	142.768,99
Investimentos	289.000,00	289.000,00	146.231,01	132.731,01	132.731,01	142.768,99
Subtotal das Despesas (XIII) = (IX+X+XI+XII)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**1.499.914,27**	**1.486.414,27**	**1.441.338,05**	**1.810.417,26**
Subtotal com Refinanciamento (XV)=(XIII+ XIV)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**1.499.914,27**	**1.486.414,27**	**1.441.338,05**	**1.810.417,26**
Superávit (XVI)	-	-	1.652.249,24	1.665.749,24	1.710.825,46	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**3.310.331,53**	**3.310.331,53**	**3.152.163,51**	**3.152.163,51**	**3.152.163,51**	**3.462.666,50**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Exercício Atual
Ativo (I)	2.113.012,83
Ativo Financeiro	1.737.618,02
Ativo Permanente	375.394,81
Passivo (II)	96.295,23
Passivo Financeiro	85.368,78
Passivo Permanente	10.926,45
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	2.016.717,60

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Exercício Atual
Total por Fontes de Recursos	**1.652.249,24**
0111000000000 - 01-110 - GERAL	1.652.249,24

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	Exercício atual
Variações Patrimoniais Aumentativas	**3.393.523,35**
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	76.785,37
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	76.785,37
Transferências e Delegações Recebidas	3.316.257,98
Transferências de Consórcios Públicos	3.316.257,98
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	480,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	480,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.363.305,75**
Pessoal e Encargos	921.967,21
Remuneração a Pessoal	722.313,81
Encargos Patronais	199.653,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	429.946,42
Uso de Material de Consumo	25.934,86
Serviços	404.011,56
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	465,67
Juros e Encargos de Mora	198,90
Variações Monetárias e Cambiais	266,77
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.926,45
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.926,45
	2.030.217,60

São José dos Campos, 28/03/2023
Claudio Scalli - Secretario Executivo
Ana Paula de Campos Simão - Contadora
CRC 1SP173428/O-9

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578 - Companhia Aberta

Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas da **JHSF Participações S.A.** ("Companhia") a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas, conjuntamente, no dia 27 de abril de 2023, às 10h, exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05502-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. Deliberar sobre o orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76; 1.3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.4. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, apreciar a eleição de seus membros, incluindo a aderência ao critério de independência, bem como a indicação do Presidente do Conselho de Administração; 1.5. Apreciar a proposta de instalação do Conselho Fiscal, definir o número de membros e apreciar a respectiva eleição destes, caso aprovada a instalação; e 1.6. Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2023 dos Administradores da Companhia e do Conselho Fiscal, caso instalado. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Apreciar a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia em relação: (i) ao artigo 21, para atualizar os valores de alçada do Conselho de Administração; (ii) aos artigos 1°, 15, 18, 26, 27 e 30, para fins de ajuste de redação, em linha com o Regulamento do Novo Mercado; e (iii) ao artigo 5°, para refletir o cancelamento de ações mantidas em tesouraria, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 16 de maio de 2022, conforme Proposta da Administração; e 2.2. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares das ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância. Para que sejam admitidos na AGOE, os acionistas da Companhia deverão portar os seguintes documentos: (i) documento de identidade, (ii) instrumento de mandato em caso de acionista representado por procurador, outorgado nos termos da legislação, (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, e (iv) prova de poderes de representação, no caso das pessoas jurídicas e fundos de investimento. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3° da Resolução CVM n° 70/22. A Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas, bem como os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGOE e o Boletim de Voto a Distância estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.jhsf.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

São Paulo, 27 de março de 2023.
JHSF Participações S.A.
José Auriemo Neto - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Aviso

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("AGOE"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 09h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada esta como realizada no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberação sobre a Proposta da Administração para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 1.512 mil e consequente distribuição de dividendos, e (iii) Fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração dos artigos 3º e 12º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) Consolidação do Estatuto Social. **Aviso:** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos do Artigo 133, Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2022.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/09. **(2)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br, com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGOE, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1°, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGOE, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams. **(3)** Solicitamos ainda que, juntamente com o envio dos documentos descritos no item "3" acima, os Acionistas indiquem se desejam apenas participar da AGOE ou se desejam participar e votar também, observando-se que, nos termos do Art. 21-C, §2º da Instrução CVM 481/09, caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância queira participar e votar na AGOE via Microsoft Teams, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto à distância daquele acionista serão desconsideradas. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams receberão, com até 12 (doze) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGOE, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, as confirmações de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital de que trata o artigo 5 º, § 4º da Instrução CVM nº 622/20, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de seus acessos. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** O Acionista que desejar também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância. Neste caso, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), o Acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) aos seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) diretamente à Companhia, preferencialmente através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia conforme item "1" acima. **(6)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGOE a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGOE sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de seus acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(7)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGOE e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(8)** Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a AGOE será gravada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCO-ÍRIS

Aviso de Licitação - Leilão Online nº 01/2023

Torna público que será realizado Leilão através do Processo nº 21/2023, na modalidade Leilão Online, do tipo maior lance ou oferta, tendo como objeto a **ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS (VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E SUCATA) DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ARCO-ÍRIS/SP, INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO**, no estado em que se encontram, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I do edital regulador do certame. A Sessão será realizada por meio eletrônico, sob responsabilidade da Leiloeira Erica Cristina Borro, JUCESP 1109, prevista para as **10h00min do dia 25 de abril de 2023** no endereço eletrônico: www.leiloesmager.com.br. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.arcoiris.sp.gov.br e www.leiloesmager.com.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede do órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min. Informações podem ser obtidas através do telefone (14) 99680-3250 ou ainda através do e-mail: contato@leiloesmager.com.br.

Arco-Íris/SP, aos 28 de março de 2023. **ALDO MANSANO FERNANDES -** Prefeito Municipal

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 037/2023**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF – NUCLEO DE FARMÁCIA/ NUFAR.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL PARA HEMODINÂMICA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 30 de março de 2023 a 17 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 17 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 17 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº **139/2023 -** Processo nº **145.989/2021 - Modalidade**: **Concorrência Pública** nº 08/2023 **- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 4 ESTÁDIOS DISTRITAIS, EM BAURU - S.P SENDO: DISTRITAL JOSÉ CARLOS GALVÃO DE MOURA - N. HAB. EDISON B. GASPARINI; ESTÁDIO DISTRITAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA - VILA GIUNTA; ESTÁDIO DISTRITAL HORÁCIO ALVES CUNHA - PARQUE UNIÃO E ESTÁDIO DISTRITAL TONINHO GUERREIRO - N. HAB. MARY DOTA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E TUDO O MAIS QUE SE FIZER BOM E NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS OFERECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PERTENCENTE AO CONTRATO DE REPASSE COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTRATO DE REPASSE Nº 913866/2021/MCIDADANIA/CAIXA, REPASSE PELA EMENDA DO DEPUTADO FEDERAL CAPITÃO AUGUSTO Nº 30640002 - Interessado:** Convenio-Gabinete/Obras/Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Para ser admitida a presente Concorrência, deverá o interessado entregar na Secretaria da Administração, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, 2º andar - Vila Noemy, na cidade de Bauru/SP - CEP. 17014-500, até o horário da sessão, que será às **09h30 do dia 03/05/2023**, os envelopes a que se refere o item VIII do Edital. O edital de licitação e os documentos constantes (Planilha, Projeto e Memorial Descritivo) poderão ser adquiridos junto à Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Licitações, até o dia 02/05/2023, na Praça das Cerejeiras, 1-59 - 2º andar, a partir da primeira publicação do presente, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1337 ou (14) 3235-1357 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**.

Bauru, 29/03/2023 - Edimerson Agnelo da Silva - Diretor Substituto da Divisão de Licitações.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 356/2023**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA /IJF

SERVIÇO DE ALMOXARIFADO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE KIT CIRÚRGICO ESTÉRIL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 30 de março de 2023 a 17 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 17 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 17 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

JHSF

JHSF Malls S.A.

CNPJ/MF nº 07.859.510/0001-68 - NIRE 35.300.328.400

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.estadao.com.br https://www.gov.br/cvm/pt-br https://www.ri.jhsfmalls.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DOS NEGÓCIOS

Somos desenvolvedores e operadores de shopping centers desde 1999 e focamos nossos projetos em nichos.

O crescimento é baseado em (i) aumento da taxa de comercialização da ABL (sem necessidade de CAPEX), principalmente em São Paulo, (ii) expansões de ABL em projetos consolidados, a serem desenvolvidos em áreas que já fazem parte do land bank da Companhia, com CAPEX incremental reduzido e baixo risco de execução por já estarem ancorados em empreendimentos maduros.

A Administração da Companhia manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o lançamento, CAPEX e potencial de geração de resultado operacional desses projetos.

ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A Administração da Companhia está focada em desenvolver e gerir ativos imobiliários voltados para negócios com recorrência de receitas e focados em atender ao público de alta renda e projetos de uso misto.

O processo decisório das ações da Administração está baseado no equilíbrio entre (i) fortalecimento do resultado operacional; (ii) a racionalização da estrutura e alocação de capital; e (iii) ações que visam reduzir o custo de capital próprio e de terceiros. O conjunto dessas ações forma o tripé do processo de criação de valor que pretendemos entregar a nossos acionistas e demais stakeholders.

A Administração da Companhia investiu, e seguirá investindo, em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e ouvidoria e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que os auditores independentes (ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., "EY") foram contratados apenas para realização dos serviços de auditoria externa sobre as Demonstrações Financeiras de 2022. A Companhia não contratou nenhum outro trabalho não relacionado à auditoria até 31 de dezembro de 2022.

A Companhia e suas controladas, através dos órgãos de governança, adotam procedimento de consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade requeridas aos serviços de auditoria independente, destacadamente para que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia e suas controladas, bem como não as represente legalmente.

A EY declarou que todos os serviços prestados à Companhia e suas controladas observaram de forma estrita as normas contábeis e de auditoria que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram nenhuma situação que afeta a independência e objetividade ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

São Paulo, 24 de março de 2023

Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**12-2022**	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.757	6.455	127.517	149.368
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	6.802	12.941
Contas a receber	5	27.188	27.501	48.466	42.879
Imóveis a comercializar		11.731	11.731	11.731	11.731
Créditos diversos	13	71.143	29.881	74.297	38.817
Total do ativo circulante		**122.819**	**75.568**	**268.813**	**255.736**
Não circulante					
Contas a receber	5	2.014	796	3.762	2.575
Imóveis a comercializar		20.700	20.700	20.700	20.700
Créditos diversos	13	9.239	5.826	12.385	6.930
Créditos com partes relacionadas	9	304.819	466.816	244.401	402.542
Investimentos	6	361.727	367.840	6.290	7.689
Imobilizado		11.715	13.092	40.290	25.698
Propriedades para investimento	7	2.430.781	2.261.253	2.606.567	2.438.303
Intangível		3.862	3.544	16.388	8.856
Total do ativo não circulante		**3.144.857**	**3.139.867**	**2.950.784**	**2.913.293**
Total do ativo		**3.267.676**	**3.215.435**	**3.219.596**	**3.169.030**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**12-2022**	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
Circulante					
Débitos diversos	13	52.938	45.600	80.339	70.674
Cessão de usufruto	12	13.003	10.946	13.003	10.946
Dividendos a pagar	9	27.018	27.018	27.018	27.018
Débitos com partes relacionadas	9	75.001	72.214	11.669	15.300
Total do passivo circulante		**167.960**	**155.778**	**132.029**	**123.938**
Não circulante					
Debêntures	8	792.742	689.576	792.742	689.576
Cessão de usufruto	12	156.815	154.055	156.815	154.055
Impostos e contribuições correntes e diferidos	10	635.303	626.671	668.595	658.330
Provisão para demandas judiciais	11	7.272	7.069	7.366	7.399
Débitos diversos	13	55.107	58.262	9.572	11.708
Total do passivo não circulante		**1.647.239**	**1.535.634**	**1.635.089**	**1.521.068**
Patrimônio líquido	**14**				
Capital social		839.785	839.785	839.785	839.785
Reservas de lucros		626.960	688.459	626.960	688.459
Outros resultados abrangentes		(11.889)	(4.221)	(11.889)	(4.221)
Prejuízos acumualdos		(2.379)	-	(2.379)	-
Total do patrimônio líquido		**1.452.477**	**1.524.023**	**1.452.477**	**1.524.023**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.267.676**	**3.215.435**	**3.219.596**	**3.169.030**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**12-2022**	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
Receita com shoppings centers e locações comerciais		98.053	74.328	185.222	146.635
Receita operacional líquida	**15**	**98.053**	**74.328**	**185.222**	**146.635**
Custos	**16**	**(2.151)**	**(718)**	**(47.040)**	**(40.221)**
Com shoppings centers e locações comerciais		(2.151)	(718)	(47.040)	(40.221)
Lucro bruto		**95.901**	**73.611**	**138.183**	**106.413**
Receitas e (despesas) operacionais		**(81.514)**	**(19.389)**	**(85.269)**	**(41.975)**
Despesas gerais e administrativas	16	(33.170)	(27.284)	(69.736)	(53.860)
Despesas comerciais	16	(681)	(1.553)	(11.207)	(9.546)
Outras receitas e (despesas) operacionais	17	(2.248)	(14.161)	(3.160)	(15.902)
Variação no valor justo de propriedades para investimento	7	1.989	40.513	232	37.499
Resultado de equivalência patrimonial	6	(47.405)	(16.904)	(1.399)	(165)
Lucro antes do resultado financeiro		**14.386**	**54.222**	**52.914**	**64.438**
Despesas financeiras	18	(70.188)	(41.464)	(107.016)	(61.744)
Receitas financeiras	18	439	2.312	553	12.883
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(55.362)**	**15.070**	**(53.549)**	**15.578**
Imposto de renda e contribuição social	**10.1**	**(8.516)**	**(23.452)**	**(10.329)**	**(23.959)**
Corrente		-	-	(968)	(325)
Diferido		(8.516)	(23.452)	(9.361)	(23.634)
Prejuízo líquido do exercício		**(63.878)**	**(8.382)**	**(63.878)**	**(8.382)**
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		**(63.878)**	**(8.382)**	**(63.878)**	**(8.382)**
Quantidade de ações ao final do exercício	20	107.879.979	107.879.979	107.879.979	107.879.979
Prejuízo por ação - básico em Reais (R$)	**20**	**(0,59210)**	**(0,07770)**	**(0,59210)**	**(0,07770)**
Prejuízo por ação - diluído em Reais (R$)	**20**	**(0,59210)**	**(0,07770)**	**(0,59210)**	**(0,07770)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	12-2022	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
Prejuízo líquido do exercício	**(63.878)**	**(8.382)**	**(63.878)**	**(8.382)**
Ajustes a valor justo de títulos disponíveis para venda	(7.668)	(3.880)	(7.668)	(3.880)
Resultado abrangente total	**(71.546)**	**(12.262)**	**(71.546)**	**(12.262)**
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	**(71.546)**	**(12.262)**	**(71.546)**	**(12.262)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	12-2022	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
1. - Receita	**107.803**	**120.615**	**179.182**	**202.446**
1.1 - Receita com shoppings centers e locações comerciais	105.758	80.893	181.120	166.319
1.2 - Variação de valor justo de propriedades para investimentos	1.989	40.513	232	37.499
1.3 - Variação estimada com crédito de liquidação duvidosa	55	(791)	(2.170)	(1.372)
2. - Insumos	**(14.227)**	**(21.863)**	**(89.182)**	**(81.218)**
2.1 - Custo com shoppings centers e locações comerciais	(2.151)	(83)	(19.928)	(19.382)
2.2 - Materiais, serviços de terceiros e outros	(12.076)	(21.780)	(69.254)	(61.837)
3. - Valor adicionado bruto	**93.576**	**98.752**	**90.000**	**121.227**
4. - Retenções	**(1.213)**	**(826)**	**(4.505)**	**(3.337)**
4.1 - Depreciação e amortização	(1.213)	(826)	(4.505)	(3.337)
5. - Valor adicionado líquido gerado	**92.363**	**97.926**	**85.495**	**117.890**
6. - Valor adicionado recebido em transferência	**(46.966)**	**(15.389)**	**23.733**	**28.996**
6.1 - Receitas financeiras	439	1.515	25.132	29.161
6.2 - Resultado de participações societárias	(47.405)	(16.904)	(1.399)	(165)
7. - Valor adicionado a distribuir	**45.397**	**82.537**	**109.228**	**146.886**
8. - Distribuição do valor adicionado				
8.1 - Pessoal e encargos	**25.661**	**24.005**	**44.408**	**39.091**
8.1.1 - Remuneração direta	24.589	23.261	41.550	34.028
8.1.2 - Benefícios	838	590	2.170	4.262
8.1.3 - F.G.T.S.	235	154	688	802
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	**18.542**	**30.390**	**45.421**	**44.146**
8.2.1 - Federais	17.713	30.135	36.671	39.343
8.2.2 - Estaduais	-	-	3.536	2.410
8.2.3 - Municipais	830	255	5.214	2.393
8.3 - Remuneração de capital de terceiros	**65.071**	**36.524**	**83.276**	**72.030**
8.3.1 - Juros	65.071	37.081	90.552	56.010
8.3.2 - Aluguéis	-	(557)	(7.276)	16.020
8.4 - Remuneração de capitais próprios	**(63.878)**	**(8.382)**	**(63.878)**	**(8.382)**
8.4.1 - Prejuízos absorvidos	(63.878)	(8.382)	(63.878)	(8.382)
	45.397	**82.537**	**109.228**	**146.886**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

			Reservas de lucros					
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros a realizar**	**Outros resultados abrangentes**	**Prejuízos acumulados**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**839.785**	**36.872**	**98.079**	**565.186**	**(341)**	**-**	**1.539.581**
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	(3.880)	-	(3.880)
Transação com acionistas não controladores		-	-	(3.296)	-	-	-	(3.296)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14	-	-	-	-	-	(8.382)	(8.382)
Reserva de lucro a realizar	14	-	-	-	24.749	-	(24.749)	-
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	14	-	-	(33.131)	-	-	33.131	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**839.785**	**36.872**	**61.652**	**589.935**	**(4.221)**	**-**	**1.524.023**
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	(7.668)	-	(7.668)
Prejuízo líquido do exercício	14	-	-	-	-	-	(63.878)	(63.878)
Reserva de lucro a realizar	14	-	-	-	153	-	(153)	-
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	14	-	-	(61.652)	-	-	61.652	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**839.785**	**36.872**	**-**	**590.088**	**(11.889)**	**(2.379)**	**1.452.477**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais - Exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	**Nota**	**12-2022**	**12-2021**	**12-2022**	**12-2021**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(55.362)	15.070	(53.549)	15.578
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais					
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado e intangível		1.213	826	4.505	3.337
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5	(55)	791	(733)	(1.247)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	8	65.071	35.992	90.552	56.059
Juros sobre atualização de contrato	18	5.003	4.003	5.003	4.003
Atualização de cessão de usufruto	12	4.816	16.028	4.816	16.028
Resultado de equivalência patrimonial	6	47.405	16.904	1.399	165
Provisões para demandas judiciais	11	203	7.008	(33)	7.237
Variação do valor justo das propriedades para investimentos		(6.805)	(40.513)	(5.048)	(37.499)
Linearização da receita / CDU		(9.368)	(8.368)	(10.074)	(9.574)
Provisão com fundo de promoção e condomínios	17	3.305	4.672	4.128	5.487
Encargos financeiros sobre arrendamentos		1.501	1.379	1.501	1.379
Ajuste debt modification	8	26.505	1.469	26.505	1.469
		83.431	**55.261**	**68.972**	**62.422**
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber		8.518	(2.280)	4.033	1.161
Créditos diversos		(47.980)	(23.264)	(45.063)	(33.992)
Fornecedores		10.626	4.205	12.434	5.570
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		1.601	1.441	5.552	1.582
Débitos diversos		(6.643)	(44.569)	(11.968)	(45.267)
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		**49.554**	**(9.207)**	**33.960**	**(8.524)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(968)	(325)
Juros sobre debêntures pagos		(20.245)	-	(20.245)	-
Juros sobre arrendamentos pagos		(514)	(514)	(514)	(514)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**28.795**	**(9.721)**	**12.232**	**(9.363)**
Das atividades de investimento					
Resgates e aplicações líquidas		-	-	2.259	(4.004)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e propriedades para investimento		(162.874)	(61.669)	(189.844)	(51.629)
Aumento de capital em controladas	6	(48.874)	(15.959)	-	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		**(211.748)**	**(77.628)**	**(187.585)**	**(55.633)**
Das atividades de financiamento					
Partes relacionadas, líquido		191.615	92.571	155.861	103.223
Pagamento de arrendamentos - principal		(2.360)	(1.760)	(2.360)	(1.760)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**189.255**	**90.811**	**153.501**	**101.463**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**6.302**	**3.462**	**(21.851)**	**36.466**
No início do exercício	4	6.455	2.993	149.368	112.902
No fim do exercício	4	12.757	6.455	127.517	149.368
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**6.302**	**3.462**	**(21.851)**	**36.466**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Auriemo Neto - Presidente

Richard Barczinksi - Conselheiro Independente

Thiago Alonso de Oliveira - Conselheiro

Eduardo Silveira Camara - Conselheiro Independente

Wilmar Silva Rodriguez - Conselheiro Diretoria Estatutária

CONTADORA

Michele Kakimori - CRC 1SP325435/O-0

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Robert Bruce Harley - Diretor Presidente

Nilson Exel Nunes Filho - Diretor Financeiro

João Alves Meira Neto - Diretor Jurídico

Karine Monteiro de Oliveira - Diretora de Gente e Gestão

Luiz Carlos Marchi - Diretor de Engenharia

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.estadao.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 24 de março de 2023, sem modificações."

As Demonstrações Financeiras estão disponíveis na sede social da Companhia.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/ME nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: 28 de fevereiro de 2023, às 10h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, 01216-012. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Vanessa Milan Kis - Secretária. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **a)** Desinvestidura do Sr. Marcelo Zorzo como Diretor da Companhia; **b)** Ratificação da atual composição da Diretoria; e **c)** Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou: **5.1.** Aprovar a desinvestidura do Sr. Marcelo Zorzo, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 412.391.640-68, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP como Diretor da Companhia. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento ao Sr. Marcelo Zorzo por sua dedicação e contribuição à Companhia. **5.2.** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 641.284.587-91; **CEO - Seguros:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.332.458-07, cumulando com o cargo de **Vice-Presidente - Comercial; Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.436.328-1 SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.680.328-42; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.181.618-04; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.397.726-5, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.476.918-16; **Diretora de Pessoas e Sustentabilidade:** Carolina Helena Zwarg, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 874.657.877-34; **Diretor de Produto - Vida e Previdência:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 052.854.947-29; **Diretor de Precificação:** Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 801.614.640-68; e **Diretores sem denominação especial:** Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.158.840-5, inscrito no CPF/ME sob nº 283.416.528-97; Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.681.578-05 e Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 182.469.498-96, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, permanecendo vago 01 (um) cargo de Diretor sem denominação especial. **5.4.** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e as funções de caráter fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para indicar: **I. Funções de caráter executivo ou operacional: a.** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim; b.** Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234 e Resolução CNSP nº 321) - **Fabio Ohara Morita; c.** Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi; d.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma; e.** Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143 - **Carlos Eduardo Naegeli Gondim; f.** Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/20) - **Luiz Felipe Milagres Guimarães; g.** Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/21) - **Fabio Ohara Morita. II. Funções de caráter de fiscalização ou controle: a.** Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234 e 612) - **Adriana Pereira Carvalho Simões; b.** Diretora responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões. 6. Documentos arquivados na sociedade:** Procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária da Mesa:** Sra. Vanessa Milan Kis; **Acionistas: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** por seu Diretor, Sr. Lene Araújo de Lima, Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Vanessa Milan Kis. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Vanessa Milan Kis - **Secretária. JUCESP** nº 113.342/23-8 em 21/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 3º e 6º andares, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

CNPJ/MF n.º 04.244.527/0001-12 - NIRE n.º 35.300.183.339 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de Dezembro de 2022

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22/12/2022, às 19h, na sede, em Santos/SP. **QUORUM:** Acionistas representando 100% do Capital Social. **CONVOCAÇÃO**: Dispensada na forma da Lei. **MESA:** Presidente: Sr. Pedro Marcus Lira Palma, Secretário: Sr. Antonio Ismael Ballan. **ORDEM DO DIA/DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: (i)** Os acionistas declararam e aprovaram a distribuição de saldo da conta de Reserva de Lucros Acumulados, no valor de R$ 8.000.000,00, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e nos termos das Demonstrações Contábeis e Financeiras aprovadas em AGOE desta Companhia, realizada em 31/05/2022. O valor será creditado parcialmente para cada um dos acionistas de acordo com a respectiva participação acionária; e **(ii)** a Diretoria apresentou aos acionistas a proposta do orçamento de 2023, que prevê a movimentação de 6.000.000 toneladas. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados. Acionistas: Rumo Malha Norte S.A.; Caramuru Alimentos S.A. JUCESP nº 121.912/23-1 em 27/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - RESULTADO

Pelo presente edital torno público o resultado das eleições realizadas nos dias 23 e 24 de março de 2023. **DIRETORIA: Presidente -** Walter Gimenes Félix - Cerâmica Viva Ltda.; **1º Vice Presidente** - *Aguinaldo Brandolize Faulin - Cerâmica Faulin Ltda.; 2º* **Vice-Presidente** - Amilcar Antonio Buldrim Sontag - Cerâmica Mundi Ltda.; **Secretário -** Anibal José Buldrim Sontag - Cerâmica Mundi Ltda.; **1º Tesoureiro -** Marcelo Mattos Pacheco - Rosário S.A. Ind. e Com. de Mat. Para Construção; **2º Tesoureiro -** Oswaldo Nogueira Francischinelli - Cerâmica Nossa Senhora da Candelaria Ltda.; **Suplentes da Diretoria:** Luiz Antonio Domingues - Indústria Brasileira de Artigos Refratários Ltda. - IBAR; **CONSELHO FISCAL:** Milton Anézio Salzedas - Milton A. Salzedas Panorama EIRELLI; Francisco Luiz Poinha Lorca - Cerâmica Del Favero Ltda.; Quismaclei Gomes Vicentin - Cerâmica Modelo Ltda.; **Suplentes do Conselho Fiscal:** Silvio José Martins - Martins Indústria e Comércio de Produtos Cerâmicos Ltda.; Rodrigo da Silva Ferreira - Unifrax do Brasil Ltda. **DELEGADOS REPRESENTANTES:** Walter Gimenes Félix - Cerâmica Viva Ltda.; *Aguinaldo Brandolize Faulin - Cerâmica Faulin Ltda.*; **Suplentes dos Delegados Representantes:** Milton Anézio Salzedas - Milton A. Salzedas Panorama EIRELLI; Amilcar Antonio Buldrim Sontag - Cerâmica Mundi Ltda. São Paulo, 30 de março de 2023. WALTER GIMENES FÉLIX - PRESIDENTE.

DEINTER 1 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO SEBASTIÃO
LEILÃO DE VEÍCULOS

EDITAL DE LEILÃO – DSP-SSEB N° 001/2023

PROCESSO DSP-SSEB Nº 061/SF/20

Encontra-se aberto na DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO SEBASTIÃO procedimento licitatório na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE, objetivando o leilão de veículos automotores legalmente apreendidos por atos de Polícia Judiciaria. O leilão será realizado em 03 LOTES, sendo LOTE I contendo 04 veículos, LOTE II contendo 35 veículos e LOTE III contendo 169 veículos, totalizando 208 (duzentos e oito) veículos para destinação específica (compactação/destruição), sucatas de veículos e peças não identificáveis e/ou inservíveis para administração, que se encontram recolhidos no Pátio Universal em São Sebastião/SP. A listagem dos veículos e o endereço do pátio se encontra no anexo I do referido edital de leilão nº 001/2023 publicado no Diário Oficial na presente data.

Os interessados deverão preencher os requisitos e condições constantes do respectivo edital.

O Leilão realizar-se-á a partir da data de liberação no site, para lances on-line, que terá encerramento dia 24 de abril de 2023 a partir das 10:00 horas pelo site: www.benozzati.com.br, Leiloeiro Oficial – George Henrique Ribeiro Benozzati, matriculado na JUCESP sob o número 262 com endereço do escritório na Rua Jorge Mafuhz, nº 196, Jardim Cibratel – Itanhaém/SP – CEP: 11740-000. A íntegra do edital poderá ser obtida na Delegacia Seccional de Polícia de São Sebastião – SP, através de e-mail uge.saosebastiao@policiacivil.sp.gov.br, pelo site do leiloeiro oficial www.benozzati.com.br e pelo site www.imprensaoficial.com.br na opção "negóciospublicos.

Os veículos objetos deste leilão serão vendidos como sucata, sem direito a documento. É vedada a reutilização das peças e motores para montagem. A retirada dos veículos será de responsabilidade do comprador.

DEINTER 1 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO SEBASTIÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO – DSP-SSEB N° 001/2023

PROCESSO – Nº PCSP-PRC-2022/07534

A Delegacia Seccional de Polícia de São Sebastião, referida "Unidade Contratante", por intermédio do Senhor Dr. José Vinciprova Sobrinho - Delegado de Polícia e Ordenador de Despesas, torna público que encontra-se aberto o procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, referente ao PCSP-PRC-2022/07534, que tem como objeto à execução de obra de REFORMA e AMPLIAÇÃO da Delegacia de Defesa da Mulher de Caraguatatuba, prédio localizado a Av. Maranhão, nº 341 – centro de Caraguatatuba/SP – CEP: 11.660-000. O valor estimado para execução do objeto deste certame é de R$ 1.932.975,81 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Os quantitativos e respectivos valores unitários estão referidos na planilha orçamentária detalhada que consta do Anexo VII deste Edital, que será redigido pela Lei 8.666/93, pela Lei Estadual nº 6.544/1989, com as alterações da Lei Estadual nº 13.121/2008, pelo Decreto Estadual nº 56.565/2010 e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie. Esta unidade contratante faz a opção por utilizar-se da Lei 8.666/93 c/c com os artigos 191 e o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os interessados deverão preencher os requisitos e condições constantes do respectivo Edital, que poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br. A íntegra do Edital poderá ser obtida na Delegacia Seccional de Polícia de São Sebastião/SP, através de e-mail uge.saosebastiao@policiacivil.sp.gov.br , ou pelo link:https://drive.google.com/drive/folders/15lQalB2N930i8DDfaX6Q1fHENqvVwtD1?usp=share_link

A realização da sessão para a TOMADA DE PREÇO será no dia 02/06/2023, a partir das 10h30m, na Sala Especial da Delegacia Seccional de Polícia de São Sebastião, localizada Rua: Floriano Peixoto,nº 200 – centro de São Sebastião/SP.

CONCORRÊNCIA 01/2023 – FSP/USP
PROCESSO Nº 2022.1.685.6.5

OBJETO: CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE

SERVIÇOS DE LANCHONETE/RESTAURANTE

Encontra-se aberta na FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, a **CONCORRÊNCIA** número 01/2023 – FSP/USP, destinada à C**ONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE/RESTAURANTE**, do tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA**. O envio dos envelopes "1 – Proposta de Preços" e "2 – Habilitação" e deverá ocorrer até o dia 02/05/2023 às 14:00 horas, na Seção de Expediente e Arquivo da FSP/USP, horário de atendimento de segunda a sexta das 9:00h às 17:00h localizado na Av. Dr. Arnaldo, 715, São Paulo/SP. A sessão pública está agendada para o mesmo **dia 02/05/2023 às 14:10h**, na sala de reuniões da Assessoria Financeira, subsolo. O edital e seus anexos e mais informações estão disponíveis nos sites: www.fsp.usp.br/licitacoes e www.usp.br.

São Paulo, 29/03/2023

Realização:

Os novos desafios das marcas

Como as empresas se adaptam ao conceito de diversidade, às novas mídias e aos canais de comunicação

EM DESTAQUE

Entrevista com o especialista americano James Forr revela como as marcas satisfazem as emoções das pessoas

Comunicação corporativa ganha importância diante de desafios de aumentar a proximidade com os públicos e combater a desinformação

Níveis de conhecimento da marca

Padrão de preferência

Envolvimento

Confira o ranking das marcas preferidas pelos consumidores em 31 categorias:

Produção: Parceria: Patrocínio:

Troiano Branding

MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF Nº 07.976.147/0001-60 / NIRE 35.300.479.262

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2022 - (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

1) Mensagem da Administração

Chegamos ao final do ano de 2022 consolidando importantes **transformações** na **Movida**. Nossa frota **aumentou 19,5%** ano a ano chegando ao patamar de **108 mil carros**. Adicionamos **30 novas lojas** no ano chegando a um total de **237 pontos de atendimento**, com **expansão** de nossa **cobertura geográfica** por todo o Brasil.

A execução da nossa estratégia nos trouxe a **novos patamares** em Rent-a-Car (RAC), tanto em níveis de **satisfação** dos nossos clientes quanto de **precificação**, com **a frota mais nova do Brasil**. O ano de 2022 foi marcado pela continuidade das **tendências de crescimento de tarifa média** e de **volumes para RAC**. A diária média cresceu em **22,0%** ao longo do ano, passando de **118,6** para **144,7** ao final de 2022. Esta performance sinaliza que a demanda segue resiliente especialmente nos produtos eventuais.

Seguimos nos destacando em **inovação** e **constante elevação** nos níveis dos serviços prestados. Atualmente, mais de 43% dos nossos contratos são realizados via tablet, **reduzindo o tempo médio** de abertura para 4 minutos. Demos continuidade a iniciativas como *Web Chek-in* e a retirada por *QR Code*, aumentando a **agilidade no atendimento** aos nossos clientes.

A **primarização de serviços e tecnologia** também é uma das novas avenidas de desenvolvimento, começando pelo lançamento da **SAT** - nosso braço de rastreadores e assistência 24H. A operação já demonstra conquistas importantes em **preço** e em **qualidade de serviço**, com a assistência de 100% da nossa frota já sendo atendida internamente.

Seguindo o plano traçado, chegamos a uma **escala robusta**, com uma **frota renovada** e diversos **mercados potenciais** onde podemos focar. A priorização de projetos sustentáveis está construindo as **bases para a perpetuação da nossa Companhia**. Nossas iniciativas estão sendo **reconhecidas por diferentes agências e avaliações** na esfera ASG - Ambiental, Social e de Governança.

Como sempre relembramos, os **fundamentos** do nosso mercado seguem **fortes**: ganhamos **escala conquistando novos clientes** graças a nossa **proposta de valor diferenciada**.

Agradecemos o apoio de nossos clientes, colaboradores, fornecedores e investidores ao longo do ano que passou. Em especial, expressamos nossa gratidão e **reconhecimento ao Edmar**, nosso CFO que encerrou em fevereiro de 2023 sua trajetória de mais de 6 anos de Movida para cumprir novas missões no grupo Simpar. Damos as **boas-vindas ao Gustavo Moscatelli**, que também tem uma bonita e construtiva história no grupo com a Vamos. Iniciamos 2023 com a agenda de **geração de valor como prioridade total** através de uma gestão de **alocação de capital com muita disciplina**. **Temos certeza que o melhor ainda estar por vir!**

Muito obrigado!
Forte abraço,

Renato Franklin
CEO

2) Movida: A vida é para ser Movida

RAC - ***Rent a Car***

Realiza a prestação de serviços de locação de veículos leves, na modalidade diária e mensal para pessoas físicas e jurídicas. No fim de 2022, contava com a frota mais jovem do mercado e com 237 pontos de atendimento, situados em todas as unidades de federação do país e principais aeroportos. Com o foco na valorização do serviço, são oferecidos aos clientes diferenciais como: diária de 27 horas, quilometragem livre, Movida Connect, serviço de pedágio automático para reduzir o tempo dos clientes em filas - parceria com o Sem Parar, locação jovem para aqueles com mais de 19 anos e pioneirismo no setor no pagamento via PIX em 2021. A operação também renova constantemente seu Programa de Fidelidade "Movida Move Você" - que conta com regras baseadas nas melhores práticas dos programas de fidelidade.

A Movida foi pioneira em iniciativas sustentáveis, como o *Carbon Free* - programa de neutralização de carbono relativo à locação por meio do plantio de árvores que foi criado em 2009. Além disso, a Companhia acredita ter a maior frota de carros elétricos do Brasil e possui pontos de recarga de carros elétricos para clientes, tendo inclusive montado parceria para o lançamento uma rota de eletropostos no sul do país em 2022.

Um passo à frente nas tendências do mercado, a empresa desenvolveu o Carro por Assinatura (Movida Mensal Flex), uma plataforma de locação totalmente digital e flexível, com serviço agregado e benefício econômico. Além disso, expandiu a linha de produtos com o lançamento do Movida Cargo, onde passou a ocupar um espaço promissor no segmento de e-commerce.

Em termos de comercialização de produtos e serviços, a Movida investe na digitalização e na otimização da experiência do cliente, com lançamentos como a retirada por *QR Code* e o *Web Check-in* que diminuem o tempo de atendimento nas lojas e possibilitam uma eficiência ainda maior. Também oferece aplicativo para celular nas principais plataformas sistêmicas, com crescente presença nas redes sociais e atendimento via *ChatBot*, utilizando ferramentas de última geração de inteligência artificial, para otimizar a experiência ao alugar um carro. No fim de 2022, cerca de 43% dos contratos já eram realizados via tablet - reduzindo o tempo médio de abertura para cerca de 4 minutos, demonstrando mais um sucesso da Movida em iniciativas pioneiras no setor.

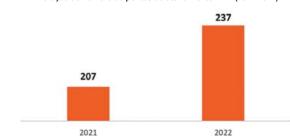
Preocupada em atender a necessidade de seus clientes, a Movida conta com a atuação da Gestão da Qualidade, uma área especializada em identificar oportunidades, melhorar as jornadas de atendimento e a experiência dos clientes com seus produtos e serviços. Disponibiliza um *call* center multifuncional, especializado e direcionado à excelência no atendimento, com funcionamento 24 horas por dia. Além disto, oferece atendimento aos clientes via WhatsApp, além de um aplicativo constantemente atualizado com as melhores tendências de experiência do usuário e um website de simples navegação, pensado para a maior agilidade no momento da compra. O NPS - Net Promoter Score - que mede o índice de satisfação dos clientes segue em constante evolução, alcançando 83% em 2022.

Além disso, durante o ano de 2022, a Movida lançou a SAT com o objetivo de primarizar o rastreamento de veículos e assistência 24h, gerarando receita através da venda da elevação do nível de serviço prestado aos clientes. A empresa atua com foco em tecnologia e inteligência de mercado para oferecer ainda mais eficiência operacional à Companhia como um todo.

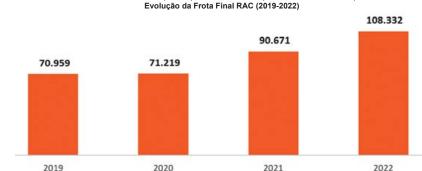
3) Evolução do número de lojas e pontos de atendimento RAC

A companhia conquistou presença nacional em todos os estados do país e segue focando no crescimento via expansão de lojas e pontos de atendimento em municípios promissores.

Em 31 de dezembro de 2022 a Movida contava com 241 pontos de atendimento RAC e 89 lojas de Seminovos. Abaixo o crescimento ilustrado da expansão nos segmentos RAC e Seminovos:

Evolução do número de pontos de atendimento RAC (2021-2022)

4) Evolução da frota

A estratégia da Movida é pautada pelo compromisso de a cada dia melhorar a experiência de seus clientes e, para isso, preza pela renovação de sua frota para fornecer melhores experiências com veículos com baixa quilometragem e máximo de conforto. Além disso, demonstra crescimento constante para suportar a demanda aquecida em mercados subpenetrados.

Evolução da Frota Final RAC (2019-2022)

5) Resultado

	2021		2022		Variação
	R$ milhões	% receita líquida	R$ milhões	% receita líquida	%
Locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	**4.649,2**	**100,0%**	**10.164,9**	**100,0%**	**118,6%**
Custos Totais	**(2.663,1)**	**-57,3%**	**-6.891,7**	**-67,8%**	**158,8%**
Lucro Bruto	**1.986,1**	**42,7%**	**3.273,2**	**32,2%**	**64,8%**
Despesas Administrativas	**(680,7)**	**-14,6%**	**-1.065,7**	**-10,5%**	**56,6%**
Resultado antes das Despesas Financeiras (EBIT)	**1.305,5**	**28,1%**	**2.207,5**	**21,7%**	**69,1%**
Despesas financeiras, líquidas	(222,3)	-4,8%	**-1.029,1**	-10,1%	**362,9%**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.083,2**	**23,3%**	**1.178,5**	**11,6%**	**8,8%**
Imposto de renda e contribuição social	(358,4)	-7,7%	**-373,8**	-3,7%	**4,3%**
Lucro Líquido do Exercício	**724,8**	**15,6%**	**804,7**	**7,9%**	**11,0%**

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R$10,2 bilhões em 2022, um aumento de 118,6% ou R$5,5 milhões em comparação com o ano de 2021, em função principalmente do crescimento de 28,8% da frota, combinada com o aumento de 41,0% na diária média do ano em comparação com 2021, decorrente principalmente do repasse de juros.

Custos

Os custos somaram R$6,9 bilhões em 2022, um aumento de 158,8% ou R$4,2 bilhões em relação a 2021, devido à nova escala da companhia e pressão inflacionária.

Despesas

Em 2022 as despesas totalizaram R$1,1 bilhões, um crescimento de 56,6% ou R$385,0 milhões na comparação com o ano anterior. Em relação à receita total, as depesas saíram de 14,6% em 2021 para 10,5% em 2022.

Despesas financeiras, líquidas

Em 2022 o resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R$1,0 bilhões, representando um aumento de R$806,8 milhões ou 362,9% em relação a 2021. A variação foi decorrente principalmente: i) do aumento da dívida líquida; e ii) dos aumentos sucessivos da taxa Selic ocorridos, passando de 9,25% no começo de 2021 para 13,75% no final de 2022.

Lucro líquido

O lucro líquido, em 2022, totalizou o montante de R$804,7 milhões, um aumento de R$79,9 milhões ou 11,0% em relação a 2021. O crescimento é decorrente, principalmente: i) do crescimento das tarifas média ao longo do ano e; ii) do crescimento do número de diárias em 14% em relação a 2021.

6) Balanço Patrimonial

	31/12/2021		31/12/2022		Variação
	R$ milhões	% ativo total	R$ milhões	% ativo total	%
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	98,8	0,8%	472,3	2,2%	378,0%
Aplicações financeiras	741,4	5,8%	3.684,1	17,2%	396,9%
Contas a receber	681,0	5,3%	2.907,5	13,6%	326,9%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	234,5	1,8%	1.070,8	5,0%	356,7%
Outros ativos circulantes	100,1	0,8%	384,2	1,8%	283,9%
Total do Ativo Circulante	**1.855,7**	**14,5%**	**8.518,9**	**39,9%**	**359,1%**
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	38,8	0,3%	73,3	**0,3%**	88,8%
Outros ativos não circulantes	28,2	0,2%	253,7	0,2%	799,5%
Investimentos	572,5	4,5%	1.482,8	4,5%	159,0%
Imobilizado	10.141,2	79,3%	10.853,3	**79,3%**	7,0%
Intangível	152,9	1,2%	184,0	1,2%	20,3%
Total do Ativo Não Circulante	**10.933,5**	**85,5%**	**12.847,0**	**85,5%**	**17,5%**
TOTAL DO ATIVO	**12.789,3**	**100,0%**	**21.365,9**	**100,0%**	**67,1%**

	31/12/2021		31/12/2022		Variação
	R$ milhões	% passivo total	R$ milhões	% passivo total	%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante					
Fornecedores	2.026,7	15,8%	1.894,0	8,9%	-6,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	54,7	0,4%	92,7	0,4%	69,6%
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	161,0	1,3%	814,4	3,8%	405,9%
Instrumentos financeiros derivativos	264,1	2,1%	515,2	2,4%	95,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	0,0%	1,9	0,0%	n.a.
Outros passivos circulantes	224,7	1,8%	476,5	2,2%	112,1%
Total do Passivo Circulante	**2.731,2**	**21,4%**	**3.794,8**	**17,8%**	**38,9%**
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	5.103,1	39,9%	8.019,2	37,5%	57,1%
Instrumentos financeiros derivativos	102,1	0,8%	908,8	4,3%	790,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	445,8	3,5%	583,1	2,7%	30,8%
Outros passivos não circulantes	280,2	2,2%	463,1	2,2%	65,3%
Total do Passivo Não Circulante	**5.931,2**	**46,4%**	**9.974,2**	**46,7%**	**68,2%**
Patrimônio Líquido	**4.126,8**	**32,3%**	**7.596,9**	**35,6%**	**84,1%**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.789,3**	**100,0%**	**21.365,9**	**100,0%**	**67,1%**

Abaixo, as análises das principais variações nos ativos e passivos da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 2022 o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R$4,2 bilhões, um aumento de R$3,3 bilhões em comparação com o ano de 2021 (+394,7%).

Outros ativos circulantes e não circulantes

Em 2022 a soma de outros ativos circulantes e não circulantes totalizou R$637,9 milhões, um aumento de R$509,6 milhões ou 397,2% em relação a 2021, em função principalmente i) do aumento de R$185,0 milhões na linha tributos a recuperar; e ii) do aumento de R$277,0 milhões na linhas de outros créditos.

Imobilizado

Em 2022 o saldo do imobilizado atingiu R$10,9 bilhões, representando um crescimento de R$712,1 milhões ou 7,0% em relação a 2021, em decorrência, principalmente, de renovação e expansão da frota.

Fornecedores

O saldo de fornecedores somou R$1,9 bilhões em 2022, com crescimento de R$132,7 milhões ou 6,5% na comparação com 2021.

Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida

O saldo de empréstimos, financiamentos e títulos de dívida somou, em 2022, R$8,8 bilhões, montante R$3,6 bilhões acima do saldo de 2021, em função de novas captações no mercado de capitais local (9ª e 10ª emissão de debêntures).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2022 a linha de imposto de renda e contribuição social diferidos atingiu R$583,1 milhões, com aumento de R$137,3 milhões em comparação com o ano anterior em função do aumento do lucro líquido apurado no exercício de 2022 em comparação com 2022 (R$804,7 milhões em 2022 *versus* R$724,8 milhões em 2021).

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido ao final do ano de 2022 era de R$7,6 bilhões.

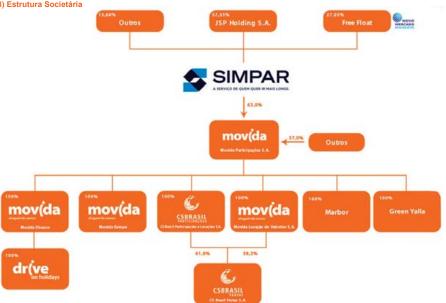
7) Eventos Societários Relevantes

Na data de 10 de Março de 2022, a Movida Locação de Veículos S.A. aprovou a emissão da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Aos 22 dias do mês de Agosto de 2022, a Movida Locação de Veículos S.A. aprovou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

Operação de compra e venda de veículos entre Movida Participações S.A. e Movida Locação S.A.

No mês de dezembro de 2022, a Movida Participações S.A. (empresa operadora da Gestão e Terceirização de Frotas privadas) e a Movida Locação S.A. (empresa operadora do *rent-a-car* e detentora originalmente da frota de veículos junto ao setor privado) realizaram uma operação de compra e venda de cerca de 34 mil veículos, no objetivo de transferir a atividade de GTF para sua posição original, que é a empresa operadora do GTF (Movida Locação S.A.). Tal transação, aprovada em Comitê tributário da Companhia, permite, ainda, a otimização de créditos de prejuízo fiscal.

8) Estrutura Societária

9) Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos

Governança Corporativa

O modelo de governança se pauta pelas diretrizes da SIMPAR, pelos requisitos do Novo Mercado da B3 e da CVM, pelas boas práticas nacionais e internacionais, e participação ativa de minoritários nos processos de tomada de decisão. As principais políticas são:

- Políticas para transações com partes relacionadas;
- Segregação de funções de liderança (presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente);
- Inclusão de membros independentes no Conselho de Administração (2 conselheiros independentes, seguindo os critérios do Novo Mercado);
- Comunicação tempestiva e multicanais com os investidores e provedores de capital;
- Programa de Conformidade estruturado, com canal de denúncia terceirizado;
- Política de Sustentabilidade;
- Políticas Anticorrupção;
- Política de Gerenciamento de Riscos.
- Política de Direitos Humanos;
- Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária;
- Política de Investimento Social;
- Política de Mudanças Climáticas;
- Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

A estrutura de governança é composta da Assembleia Geral de Acionistas; do Conselho de Administração e seus cinco comitês de assessoramento; da Diretoria Executiva; e do Conselho Fiscal e das áreas dedicadas à Conformidade e ao Gerenciamento de Riscos (confira organograma). No nível de gestão, logo abaixo de nosso Diretor-Presidente, temos diretorias dedicadas às operações e atividades corporativas de suporte e planejamento.

continua....

MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF Nº 07.976.147/0001-60 / NIRE 35.300.479.262

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2022 - (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Gerenciamento de Riscos

A Diretoria Corporativa de Controles Internos, Riscos e Conformidade do Grupo é responsável pelo monitoramento dos riscos e controles dos riscos e gerenciamento do Programa de Conformidade da Movida. Mantém sua necessária independência com o reporte direto ao Comitê de Auditoria (composto por membros externos e independentes, tendo como coordenador um membro independente do Conselho de Administração), e tem apoio dos Comitês de Ética e Conformidade de Controles Internos e Riscos.

A atuação foi dividida em diferentes frentes de trabalho: (i) Conformidade ("*Compliance*"): tem por finalidade garantir eficácia e efetividade no Programa de Conformidade por meio dos seus pilares e do monitoramento dos riscos de conformidade; auxiliar na implementação de ações que mitigam e previnam riscos de conformidade; orientar os funcionários da empresa e os terceiros sobre as normas internas da Companhia e leis aplicáveis aos seus negócios; buscar um ambiente íntegro, ético e transparente para os negócios da Companhia; Investigar denúncias e/ ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia (ii) Controles Internos e Riscos: responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos.

10) Cultura e Valores

No que acreditamos: nossas crenças

Na importância de conhecer bem o cliente para melhor atendê-lo com serviços que superem suas expectativas.

No poder de nosso negócio para geração de impactos socioambientais positivos.

Na busca legítima dos resultados econômico-financeiros e na sua fundamental importância para o desenvolvimento sustentável dos negócios, das pessoas e da sociedade.

Na ética, pautando os relacionamentos na verdade, na justiça e na honestidade.

No capitalismo consciente como uma força para o bem e no protagonismo do setor privado.

Na força da tradição familiar como referência, e na ousadia da inovação para construir o futuro.

No trabalho para dar dignidade às pessoas, realizar sonhos e construir uma sociedade para o bem.

No cumprimento dos compromissos assumidos e na competência profissional para consolidar a imagem positiva.

Na sabedoria da simplicidade para ser e fazer as coisas.

Na capacidade transformadora de nossas pessoas, que assumem responsabilidade para a concretização dos resultados.

Nossos valores

Devoção por Servir - Atendimento diferenciado assegurando o contínuo relacionamento com o cliente.

Inovação - Ousadia e simplicidade, com qualidade, para proporcionar o novo ao cliente.

Gente - Faz a diferença em nosso negócio.

Paixão - Energia, comprometimento e alegria com naturalidade!

Lucro - Indispensável ao crescimento e perpetuação do negócio.

Sustentabilidade - Atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

11) Capital Humano

A Movida valoriza o crescimento de seus colaboradores, sendo fundamental o seu desenvolvimento, assim como estimular a criatividade de sua equipe para apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Fechamos o ano de 2022 com 5.479 profissionais em nossa estrutura. A Companhia segue aderindo ao programa Empresa Cidadã, oferecendo a extensão da licença maternidade para 6 meses e de paternidade para 20 dias.

A Movida compartilha a cultura de estar a serviço do cliente com sua equipe, e sabe que quanto mais capacitados seus profissionais são, melhor será o atendimento ao cliente. A energia, simpatia e dedicação dos colaboradores são a principal vantagem competitiva da Movida e essenciais para que os objetivos continuem sendo alcançados. Assim, a Companhia realizou programas de desenvolvimento para todos os níveis de colaboradores. A liderança participou de treinamentos soft skills, como liderança situacional e exponencial, abordando as características esperadas para o Líder do futuro. Além disso, programas de capacitação técnica, como Gestão Financeira, em parceria com o Insper, dentre outras iniciativas.

Foi a realizada a segunda edição do Programa Fórmula Movida - Programa de Aceleração de Carreira. O programa tem como objetivo potencializar o colaborador na função atual, preparando-o para o próximo passo de carreira. Em 2022 foram capacitados 50 colaboradores do RAC e de Seminovos, ampliando as possibilidades e oportunidades de movimentações, contribuindo também para a retenção de talentos. O programa será ampliado para outros níveis de cargos e negócios. Ainda sobre as oportunidades de movimentações, foi realizada a primeira edição do Programa Movidos pela Tech, que possibilitou que colaboradores de outras áreas de negócios, sem experiência em TI, migrassem para a área.

O Programa de Estágio Movidas pela TECH, também para a área de TI, selecionou exclusivamente mulheres negras para atuação em diferentes áreas da tecnologia. Ainda foram abertas vagas para o Programa de Estágio para atuação em diversas áreas Corporativas.

Foi realizada a primeira edição do Programa de Trainees para atuação nas áreas Operacionais, desenvolvendo novas lideranças que contribuirão com o crescimento e expansão das nossas Operações. Focando na capacitação dos times de Loja, foi inaugurada a primeira Loja Escola de RAC, em São Paulo. Trata-se de um ambiente totalmente dedicado à integração e treinamento funcional de novos colaboradores, que aprendem neste ambiente simulado todos os procedimentos de atendimento ao cliente, com aulas teóricas e práticas sobre a rotina da loja. O projeto Loja Escola será expandido em 2023 também para outras cidades.

A Academia Movida, que oferece cursos EAD com uso de tecnologia e vídeos, evoluiu para Universidade Movida, com a implantação de uma nova plataforma com mais recursos, favorecendo uma melhor experiência do colaborador. Além de treinamentos gerais, há diversas trilhas de aprendizagem para cada atividade da Companhia, como atendimento ao cliente, desde a abertura do contrato até a devolução do veículo, preparação dos veículos para locação e liderança, além da integração institucional realizada com os colaboradores recém-contratados.

A Companhia segue as diretrizes de direitos humanos e do trabalho com base no Código de Conduta e na política de relações humanas. A política estabelece o posicionamento contrário da Companhia no que se refere ao trabalho infantil, forçado, discriminação, e assegura a liberdade de associação e negociação coletiva. Desta forma, a Companhia reforça seu compromisso com a Declaração dos Direitos Humanos e com as normas Internacionais do Trabalho. Adicionalmente, a Movida utiliza o mecanismo de controle chamado Canal Alerta, ferramenta que auxilia a prevenção de potenciais abusos contra esses direitos, e reforça essas premissas continuamente através dos canais de comunicação e treinamento.

Alinhado ao compromisso social de desenvolvimento dos jovens em situações de vulnerabilidade, foi realizada a terceira edição do "Programa Você Quer? Você Pode!" idealizado pela holding SIMPAR, em parceria com a instituição Ser+, que apoia jovens em vulnerabilidade social por meio de capacitação profissional e suporte ao primeiro emprego. Após formação, os jovens são submetidos à processo seletivo e encaminhados para o Programa de Jovem Aprendiz.

A Movida mantém de forma contínua o acompanhamento e atuação no clima organizacional, engajamento e performance para impulsionar os resultados da empresa. Em 2022 a Ferramenta Pulses foi utilizada para proporcionar uma visão contínua e aprofundada da empresa com *dashboards* e recomendações para ação. O modelo permite identificar e entender os fatores que mais impactam o engajamento , NPS, eNPS ou propensão à saída de colaboradores da empresa, ou seja, tudo aquilo que afeta o colaborador e sua relação com o ambiente de trabalho e com a empresa em geral. A companhia atingiu uma marca relevante de colaboradores engajados, sendo um destaque para a dimensão "Orgulho em Pertencer". Além da medição semanal de pulses, foi realizada a pesquisa anual de clima, por meio da ferramenta da Willis Tower Watson.

Com isso, a comunicação direta entre líderes e colaboradores é incentivada através de feedbacks e canais de sugestões, bem como o empoderamento dos líderes a criarem seus próprios planos de ação e monitorar se as metas estão sendo atingidas.

A Companhia possui em seu DNA a inovação para agilizar o processo de comunicação, através de uma ferramenta/rede social interna. Este processo de comunicação é interativo, seguro e aproxima todos os colaboradores das lojas (RAC e Seminovos) e sedes da empresa, melhorando a gestão e garantindo o alinhamento cultural. Desde 2019 divulgamos projetos da Companhia dentro da ferramenta, estendendo a capacidade de comunicação e engajamento. Todos os colaboradores têm acesso ao Conecta, seja pelo computador ou aplicativo.

A empresa aplica o processo de Avaliação de Desempenho e Potencial, que contempla todos os níveis da Companhia. A aderência na avaliação de competências foi garantida em 100%, e em continuidade ao processo foram conduzidos comitês de calibragem para todos os cargos, com objetivo de garantir que as avaliações fossem justas e com pesos igualitários: A partir deste processo, foi possível identificar talentos e elaborar planos de desenvolvimento direcionado às necessidades estratégicas do negócio.

Em 2022, seguimos utilizando a plataforma digital, para o programa de gestão de indicadores e resultados, por onde, os funcionários elegíveis ao Programa de Bônus acompanham a evolução dos seus painéis. O programa garante maior visibilidade, alinhamento e padronização das informações gerenciais.

12) Responsabilidade Socioambiental

Os negócios da Companhia são pautados pelas melhores práticas ESG, atuando para que o sucesso empresarial seja um agente de melhoria para a vida em sociedade e a preservação do planeta. Isso por a Movida entende que seu papel deve ir além de reduzir ou neutralizar impactos ambientais.

De forma pioneira no setor, a companhia conquistou em 2020 a certificação B, ingressando no seleto grupo mundial de empresas reconhecidas por conduzirem um modelo de negócios que efetivamente conjuga propósito e rentabilidade. No final de 2022 iniciou o processo de avaliação para a obtenção da recertificação, prevista para ocorrer em 2023.

Em 2020 a Movida ingressou no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), carteira que reúne empresas alinhadas aos índices ESG, permanecendo em 2022 e 2023. Além disso, está pela 3ª vez no Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3), demonstrando transparência em relação ao reporte de suas emissões de gases de efeito estufa em relação a geração de receita.

Em 2022, participou da 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP27, compondo dois painéis sobre tecnologia, inovação, mobilidade e esforços para reduzir as emissões de carbono. A Companhia teve a oportunidade de apresentar seus avanços na governança ambiental e se posicionar sobre o papel do setor privado brasileiro no cumprimento da Agenda 2030, proposta pelas Nações Unidas.

A Companhia busca impactar positivamente o entorno, a promoção da mobilidade inclusiva e a equidade social. No âmbito social, é uma das empresas apoiadoras do projeto piloto Viagens Corporativas, lançado em julho de 2022 pela Childhood Brasil, por meio do Programa "Na Mão Certa". A iniciativa dedica-se à implementação de estratégias de impacto na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes em toda a cadeia de serviços das viagens corporativas. No viés ambiental, a Movida é signatária desde 2019 do Movimento Ambição Net Zero, um dos principais projetos de 2022 da Plataforma de Ação pelo Clima, iniciativa do Pacto Global da ONU Brasil.

Na atuação em mudanças climáticas, tema prioritário dentro de seu pilar socioambiental, a companhia segue com seu modelo de gestão climática, orientando sua atuação pautada em 3 principais pilares: Mitigação (ações para redução de emissões), Neutralização (compensação das emissões que não puderam ser evitadas) e Adaptação (Gerenciamento de riscos e oportunidades relacionadas a um novo cenário climático), com o objetivo de contribuir para a limitação do aumento da temperatura da Terra em 1,5º Celsius (limite de temperatura informado pelos cientistas do IPCC para evitar desequilíbrios ambientais maiores em um futuro cenário climático). A estruturação de sua gestão climática foi importante para orientar sua atuação frente as metas globais anunciadas no âmbito do Acordo de Paris. Dessa forma, a Companhia se prepara para construir metas alinhadas com a iniciativa Science Based Targets (SBTi), colaboração entre o Carbon Disclosure Project (CDP), o Pacto Global da ONU, o World Resources Institute e o WWF e a iniciativa Business Ambition for 1,5°C. De forma a manter a transparência e constante evolução no tema, a Companhia obteve selo ouro pelo seu Inventário de Gases de Efeito Estufa, pelo terceiro ano consecutivo e segue melhorando o reporte, incluindo novas categorias em seu escopo 3 (emissões indiretas).

Seguindo sua evolução no tema de governança em clima, reportou sua estratégia climática pela 3ª vez no programa Carbon Disclosure Project- CDP, obtendo nota B, e, participou do programa CDP Supply Chain, convidando seus fornecedores a reportarem suas emissões, riscos e oportunidades climáticas identificados frente ao relacionamento comercial perante a companhia.

O resultado das iniciativas ESG foi refletido na pontuação do Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P, questionário utilizado como base para vários índices ESG, como o Dow Jones Sustainability Index World. A Movida obteve a melhor pontuação (63) entre as empresas da América Latina. Em 2021, já havia alcançado posição de destaque no CSA (51), com a melhor nota do setor - uma demonstração da evolução no compromisso com critérios socioambientais e de governança nos negócios.

13) Cenário e Mercado

O ano de 2022 iniciou com trajetória ligeiramente positiva da atividade econômica, como reflexo do início da recuperação da Covid-19, apesar de perspectivas de postergação decorrentes, em suma, da nova variante Ômicron que apresentou-se mais transmissível que as demais. No aspecto monetário, a elevação dos patamares de inflação na economia global e maiores riscos de aperto monetário para diversos países geraram grandes incertezas. Em Fevereiro de 2022, tendo em vista tal conjuntura e a fim de convergir à meta de inflação, o Copom elevou em 1,50 ponto percentual a taxa de juros, atingindo 10,75% a.a. No primeiro trimestre, o choque de oferta e o aumento no preços das commodities agravaram preocupações acerca do cenário geopolítico na Europa, a saber, a Guerra entre Rússia e Ucrânia e os possíveis desdobramentos aos seus parceiros comerciais.

Do ponto de vista da conjuntura brasileira, após um crescimento de 4,6% do PIB brasileiro em 2021, o ano de 2022 iniciou com a mesma tendência positiva. O primeiro trimestre apresentou um crescimento acima do esperado pelo mercado (1% em relação ao último trimestre de 2021), segundo o relatório trimestral de inflação do Banco Central, o que fez o mercado revisar suas expectativas para cima apesar dos crescentes casos de Covid-19.

O Banco Central destacou, ainda, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) referentes à expansão no setor de serviços de transportes no 1T22, mesmo com o consumo médio das famílias situando-se abaixo de níveis pré-pandemia - reforçando a resiliência da demanda do setor. Ainda que distante dos patamares normalizados, o primeiro semestre apresentou maior disponibilidade de oferta de veículos novos, segundo dados da Anfavea. A trajetória dos preços de carros novos continuou em ritmo positivo, contudo mais lento do que observado no histórico recente. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2021 sobre o preço do carro novo foi 14,3%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%.

O primeiro semestre finalizou com alta expressiva no setor de serviços em geral, incluindo transportes, e com aumento no consumo das famílias pela primeria vez superior aos níveis pré-pandemia. No entanto, em Agosto de 2022, o Banco Central elevou pela quinta vez consecutiva a taxa básica de juros (SELIC), atingindo o patamar de 13,75% a.a., explicado pelo avanço dos níveis inflacionários.

No setor de automóveis, a FIPE apresentou nos primeiros meses do ano uma trajetória rumo à normalização no mercado de seminovos, decorrente do retorno gradativo na cadeia de suprimentos e, por consequência, na produção de veículos que havia sido altamente afetada pela pandemia. Segundo dados da Fenauto (Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores), o ano de 2022 encerrou com 2.132.801 veículos seminovos (de até 3 anos) comercializados, uma retração de 7% frente ao ano de 2021.

Embora ao longo do ano não se tenha observado queda no preço nominal dos carros novos, a partir do segundo semestre a oferta de modelos mais populares por parte das montadoras aumentou consideravelmente. Não obstante, uma piora no cenário de crédito fez-se percebida nos dados de financiamento no mercado de seminovos. Segundo dados da B3, o valor absoluto de veículos de 0 a 3 anos financiados no primeiro semestre de 2022 foi 21% menor que o mesmo período de 2021, e 20% menor no segundo semestre do ano. Do lado positivo, a ABLA,, ainda, que menos de 2,5% do total de veículos seminovos e usados comercializados são de vendas de locadoras, apontando para o potencial de crescimento do mercado.

Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo. Ainda segundo dados da ABLA, apenas entre Janeiro e Setembro de 2022, a frota destinada à locação de carros por assinatura no país cresceu 16,4%, representando uma importante avenida de crescimento para o setor.

14) Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers prestou serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, com honorários de R$207,7 mil que representou 9,1% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

15) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

AVISO

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Central de Downloads - MOVIDA RI = https://ri.movida.com.br/servicos-aos-investidores/central-de-downloads/
- Consulta de Documentos de Companhias Abertas (cvm.gov.br)
- Empresas Listadas | B3
- Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	472.294	98.795
Títulos e valores mobiliários	7	3.684.058	741.404
Contas a receber	8	2.907.484	680.966
Tributos a recuperar	-	491	32.016
Imposto de renda e contribuição social antecipados	21.4	71.714	30.214
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	9	1.070.849	234.523
Dividendos a receber	-	5.407	1.364
Outros créditos	-	298.342	36.465
Total dos ativos circulantes		**8.510.639**	**1.855.747**
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	5.4	73.253	38.781
Contas a receber	8	990	1.737
Tributos a recuperar	-	235.258	18.745
Depósitos judiciais	20.2	3.957	1.098
Outros créditos	-	21.758	6.594
Total do ativo realizável a longo prazo		**335.216**	**66.955**
Investimentos	10	1.482.814	572.519
Imobilizado	11	10.853.292	10.141.150
Intangível	12	183.966	152.890
Total dos ativos não circulantes		**12.855.288**	**10.933.514**
Total do ativo		**21.365.927**	**12.789.261**

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	1.894.011	2.026.740
Empréstimos e financiamentos	16	172.325	81.383
Debêntures	17	642.103	79.664
Cessão de direitos creditórios	15	196.478	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	515.196	264.082
Arrendamento por direitos de uso	18	131.975	99.447
Obrigações trabalhistas e sociais	19	92.747	54.705
Tributos a recolher	-	12.013	11.277
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.3.2	1.900	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recolher	21.4	-	1.602
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	136.012	112.338
Total dos passivos circulantes		**3.794.760**	**2.731.238**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	4.027.559	3.013.118
Debêntures	17	3.991.676	2.089.956
Cessão de direitos creditórios		153.748	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.4	908.807	102.146
Arrendamento por direito de uso	18	301.842	273.547
Provisões para demandas judiciais e administrativas	20.2	5.475	4.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	583.122	445.833
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	1.993	2.196
Total dos passivos não circulantes		**9.974.222**	**5.931.204**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	4.187.907	4.187.908
Reservas de lucros	22.2	667.497	162.812
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(538.554)	(223.901)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.280.095	-
Total do patrimônio líquido		**7.596.945**	**4.126.819**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.365.927**	**12.789.261**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua....

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021		**4.187.907**	**-**	**(223.901)**	**63.674**	**99.138**	**-**	**4.126.819**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	804.680	804.680
Resultado de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	(459.050)	-	-	-	(459.050)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**-**	**-**	**(459.050)**	**-**	**-**	**804.680**	**345.630**
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.2	-	3.280.095	-	-	-	-	3.280.095
Resultado na variação de participação acionária	-	-	-	144.397	-	-	-	144.397
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	40.234	-	(40.234)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.3.2	-	-	-	-	-	(191.112)	(191.112)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	464.450	(464.450)	-
Dividendos adicionais distribuídos	22.3.2	-	-	-	-	-	(108.884)	(108.884)
31 de dezembro de 2022		**4.187.907**	**3.280.095**	**- 538.554**	**103.908**	**563.588**	**-**	**7.596.945**
31 de dezembro de 2020		**3.396.249**	**-**	**(407)**	**27.434**	**377.351**	**-**	**3.800.627**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	724.801	724.801
Resultado de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	-	-	-	(198.703)	-	-	-	(198.703)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**3.396.249**	**-**	**(199.110)**	**27.434**	**377.351**	**724.801**	**4.326.725**
Aumento de capital pela emissão inicial de ações	-	791.659	-	-	-	-	-	791.659
Resultado na variação de participação societária	-	-	-	(24.791)	-	-	-	(24.791)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	36.240	-	(36.240)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(172.140)	(172.140)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	98.557	(98.557)	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(376.770)	(417.864)	(794.634)
31 de dezembro de 2021		**4.187.908**	**-**	**(223.901)**	**63.674**	**99.138**	**-**	**4.126.819**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida das locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	23.2	10.164.910	4.649.242
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	24	(6.891.706)	(2.663.134)
(=) Lucro bruto		**3.273.204**	**1.986.108**
Despesas comerciais	24	(473.402)	(289.958)
Despesas administrativas	24	(429.604)	(271.248)
Provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	24	(55.464)	(28.910)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.3	56.215	483
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(163.438)	(91.017)
Despesas operacionais, líquidas		**(1.065.693)**	**(680.650)**
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras		**2.207.511**	**1.305.458**
Receitas financeiras	25	231.664	87.224
Despesas financeiras	25	(1.260.725)	(309.476)
Resultado financeiro, líquido		**(1.029.061)**	**(222.252)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**1.178.450**	**1.083.206**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21.2	-	(41.252)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21.2	(373.770)	(317.153)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos		**(373.770)**	**(358.405)**
Lucro líquido do exercício		**804.680**	**724.801**
Lucro líquido por ação básico e diluído - em R$	28	0,1921	0,1964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período		**804.680**	**724.801**
Resultado com hedge de fluxo de caixa	5.4	(695.530)	(301.065)
Imposto de renda e contribuição social sobre *hedge* de fluxo de caixa	21.2	236.480	102.362
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		**(459.050)**	**(198.703)**
Total do resultado abrangente do exercício		**345.630**	**526.098**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas geradas			
Vendas e prestação de serviços	23	10.568.162	4.907.504
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	24	(55.464)	(28.910)
Outras receitas operacionais	-	138.331	113.200
		10.651.029	**4.991.794**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços	-	(6.253.085)	(2.366.939)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	-	(810.353)	(509.275)
Perda na desvalorização de ativos - *(impairment)*	-	(59.563)	-
		(7.123.001)	**(2.876.214)**
Valor adicionado bruto		**3.528.028**	**2.115.580**
Retenções			
Depreciação e amortização	24	(974.230)	(374.168)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**2.553.798**	**1.741.412**
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	-	56.215	483
Receitas financeiras	25	231.664	87.224
		287.879	**87.707**
Valor adicionado total a distribuir		**2.841.677**	**1.829.119**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	-	297.066	214.353
Benefícios	-	43.421	28.974
FGTS	-	30.353	19.501
Outros	-	18.506	10.223
		389.346	**273.051**
Impostos, taxas e contribuições	**-**		
Federais	-	188.617	394.292
Estaduais	-	151.381	96.122
Municipais	-	7.520	4.620
		347.518	**495.034**
Remuneração do capital de terceiros			
Juros e despesas financeiras	-	407.027	96.694
Juros sobre empréstimo	-	841.793	208.667
Aluguéis	-	51.313	30.872
		1.300.133	**336.233**
Remuneração do capital próprio			
Distribuição de dividendos	-	764.446	688.561
Lucros retidos do exercício	-	40.234	36.240
		804.680	**724.801**
		2.841.677	**1.829.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	1.178.450	1.083.206
Depreciação e amortização	24	974.230	374.170
Custo de venda de ativos utilizados na locação e prestação de serviços	24	5.493.973	1.848.895
Perda esperada de contas a receber - *(impairment)*	8.3 e 24	55.464	28.910
Baixa de ativos	11.2 e 12.2	309.312	199.675
Provisão (reversão de provisão) para demandas judiciais e administrativas	20.2	1.067	(132)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(56.215)	(483)
Perdas (ganhos) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	25	648.186	71.221
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento por direitos de uso e cessão de direito creditório.	16, 17 e 18	519.122	226.816
		9.123.590	**3.832.278**
Decréscimo (acréscimo) em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	8	(2.281.235)	(323.938)
Fornecedores	14	56.786	34.308
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	19.2 e 21.2	35.919	40.735
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	(192.899)	13.327
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		**(22.381.419)**	**(235.568)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**6.742.170**	**3.596.710**
Imposto de renda e contribuição social pagos	21.4	(43.101)	(57.794)
Pagamento de juros, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento por direito de uso e cessão de direito creditório.	15, 16 e 17	(582.242)	(171.217)
Compra de ativo imobilizado para locação, caixa desembolsado	11	(8.151.782)	(5.870.378)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.034.955)**	**(2.502.679)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7.2	(2.942.654)	126.292
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(4.977.609)**	**(2.376.387)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	(2.503)	-
Investimento em debêntures conversíveis em ações	-	(960.000)	-
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	11.2 e 12.2	(198.718)	(106.905)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.156.215)**	**(106.905)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.280.095	791.659
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	22.3.2	(299.996)	(991.714)
Resultado com operações de derivativos	-	(320.414)	(734)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2 e 17.2	4.033.030	3.905.528
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures, cessão de direito creditório e arrendamento por direito de uso	16.2, 17.2 e 18.2	(185.393)	(1.178.148)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**6.507.322**	**2.526.59**
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**373.499**	**43.299**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	98.795	55.496
No final do exercício	-	472.294	98.795
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**373.499**	**43.299**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado	-	(199.130)	(304.323)
Fornecedores em aberto	-	189.515	(837.478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Movida Locação de Veículos S.A. ("Companhia" ou "Movida"), é uma sociedade anônima registrada na CVM de capital aberto, tipo B, constituída no território nacional, com sede na Rua Otávio Tarquínio de Souza, n° 23, Sala A, Campo Belo, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada diretamente pela Movida Participações S.A. ("Movida Participações"), a qual detém 100% de participação direta. Atua no segmento de locação de veículos leves *('rent a car')* e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. Também faz parte dos negócios da Movida, renovar constantemente sua frota, alienando veículos no final de suas vidas úteis econômicas para substituí-los por veículos novos. Em 31 de dezembro de 2022, a Movida contava com 330 lojas próprias, sendo 241 lojas de locação de veículos e 89 lojas de venda de veículos seminovos (285 lojas próprias, sendo 207 lojas de locação de veículos e 78 lojas de venda de veículos seminovos em 31 de dezembro de 2021), distribuídas por 115 municípios no Brasil, instaladas em ruas e aeroportos, operando com uma frota de 148.308 veículos (150.998 veículos em 31 de dezembro de 2021 em 102 municípios no Brasil). **1.1. Situação Ucrânia e Rússia:** A empresa tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A Administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito. **1.2. Decisão do STF sobre o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A Administração da Movida efetuou levantamento dos casos (decisões judiciais transitadas em julgado) e consultou seus advogados externos (independentes), os quais não vislumbraram risco de a decisão do STF vir a impactá-las negativamente. Tendo analisado o contexto fático, o mérito das decisões judiciais favoráveis à Movida, a evolução da jurisprudência e considerando a opinião de seus advogados, a Administração concluiu não ser necessária constituição de provisões para fazer face a eventuais contingências relacionadas ao tema **1.3. Sustentabilidade e meio ambiente:** A Movida entende seu papel com a manutenção e implementação de iniciativas que visem a sustentabilidade do meio ambiente, social e governamental, e busca avaliar os riscos relacionados a esses aspectos, que possam impactar a sociedade e em particular, impactar em suas operações e negócios. Por isso, foi instituído Comitê de Sustentabilidade ligado ao Conselho de Administração, para quem reportam trimestralmente as ações realizadas em busca das mitigações dos riscos identificados. Ele é liderado por um conselheiro e um membro independente, conta com executivos da sua controladora Grupo Simpar, que se reúnem bimestralmente, de forma a garantir que a sustentabilidade permeie a gestão e os processos decisórios. **Responsabilidade Socioambiental:** Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, a Movida entende que o desenvolvimento de suas atividades está ligado diretamente ao um crescimento sustentável, através de medidas de preservação do nosso ecossistema. Por isso, o tema consta da Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. Entre as principais frentes da Companhia, está o Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da companhia é mensurar o real impacto ambiental de seus negócios, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Portanto, neste sentido a Companhia realiza continuamente a conscientização do uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota com foco em veículos eficientes visando a redução da emissão de gases de efeito estufa ao IAS. **Gestão de riscos climáticos:** O setor automobilístico, em função do impacto ambiental gerado pelo consumo de combustíveis e decorrentes emissões atmosféricas tem interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, foi implantado o plano estratégico para a descarbonização da Movida, que inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de veículos elétricos; • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implantação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Otimização de operações, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas:** A Movida considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Buscando ser os propulsores de boas práticas em sustentabilidade, nesse contexto, a Companhia possui programas próprios que buscam auxiliar seus clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução/neutralização de emissão de carbono. A administração avaliou todas as informações e não tem impacto nas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de março de 2023. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo da análise do conjunto das informações demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Movida. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Transações em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do real são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Movida tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Movida. Quando disponível, a Movida mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Movida utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Movida mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Movida determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da Movida na nota explicativa 5. **2.6. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

continua....

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.1. Julgamentos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a Movida classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.6.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Movida faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 21.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 12; e) Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 7.1; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.2.

3. EVENTOS SUBSEQUENTES

3.1. Antecipação de dívidas

Em 26 de janeiro de 2023, a Movida Locação de Veículos efetuou a liquidação antecipada de R$ 286.214 (duzentos e oitenta e seis milhões e duzentos e quatorze mil) das dívidas 3º e 5ª emissão de debêntures, dos quais R$ 206.214 (duzentos e seis milhões e duzentos e quatorze mil) com vencimentos durante o exercício de 2023 e R$ 80.000 (oitenta milhões) a serem liquidados em 2024.

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Gustavo Henrique Paganato Moscatelli
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Jamyl Jarrus Júnior
Diretor

João Paulo de Oliveira Lima
Contador - CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS INFORMAÇÕES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais da Movida Locação de Veículos S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando a emissão nesta data.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente
Gustavo Henrique Paganato Moscatelli
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores
João Paulo de Oliveira Lima
Contador - CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais da Movida Locação de Veículo S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente
Gustavo Henrique Paganato Moscatelli
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores
João Paulo de Oliveira Lima
Contador - CRC SP259650/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Movida Locação de Veículos S.A.

O relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mansagem da administração dessa publicação resumida.

São Paulo, 29 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contador
CRC 1 SP291166/O-4

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - Companhia Aberta - CNPJ Nº 60.730.348/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2022, a Companhia Melhoramentos de São Paulo completou seus 132 anos sendo uma das mais antigas empresas de capital aberto do país. A jornada de inovação e renovação contínua tem como fundação sua governança contemporânea profissional.

No contexto nacional, o ano foi de muitos desafios e necessidade de adaptação. Com a redução das restrições impostas pela COVID-19 e com a situação geopolítica nova dada às circunstâncias da guerra na Europa, com desafios em cadeias de insumos relevantes ao país, foi necessário novamente se adaptar e se ajustar a uma realidade em constante evolução.

A administração focou, neste período, nos processos transformadores da empresa e endereçou de forma pragmática a estratégia de expansão dos seus negócios. A Melhoramentos em sua transformação estratégica, renova profundamente suas três vertentes com unidades de negócio independentes e com gestão própria, mas integrados a um grupo consolidado e longevo. Editora e Florestal, as unidades mais tradicionais, passam por reformulação de processos e de avanço forte de indicadores operacionais, que se refletem nos resultados consolidados demonstrados no período. Na área de desenvolvimento imobiliário há o ajuste da estratégia para atender as vocações das grandes áreas da Melhoramentos, sem deixar de lado o impacto que o desenvolvimento pode trazer à sociedade e infraestrutura desses entorno. Nosso projeto de desenvolvimento está baseado em múltiplos estudos de consultorias especializadas, com visão holística da expansão e considerando aspectos sociais, ambientais e econômicos, prezando pela perenidade da sustentabilidade em seus diversos aspectos.

Todas essas ações e planos contribuem para a construção dos números aqui apresentados: um notável crescimento de 39% em ralação ao ano anterior, superando a casa dos R$200 milhões em receita, com EBITDA de R$12,2 milhões e atingindo um resultado positivo de R$1,2 milhões. Estes números refletem a consistente recuperação do grupo e demonstra que com produtividade, inovação e foco nos clientes nossas unidades podem ser dia após dia mais competitivos.

Uma evolução tão significativa só é possível com uma gestão inclusiva, ética e motivadora de suas lideranças, com forte orientação a resultados, profissionalismo e qualidade do relacionamento das equipes, entregamos melhores produtos e serviços junto aos seus clientes, parceiros, fornecedores e comunidade. A dedicação dos nossos colaboradores, as relações duradouras com nossos parceiros e a governança cada vez mais alinhadas ao nosso propósito, garante que a Melhoramentos atinja o objetivo de crescer mantendo nossa atuação consciente e responsável, nos nossos negócios e nas nossas relações.

Agradecemos a nossos colaboradores, lideranças, clientes, fornecedores e acionistas pela confiança colocada em nossa empresa.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

No quarto trimestre de 2022, as operações continuaram apresentando evolução, com o crescimento da receita líquida consolidada de 31% em relação ao 4T21 e 6% em relação ao 3T22. Os principais fatores foram o mix de fibras, com aumento na venda de fibras de maior valor agregado e vendas institucionais na Editora.

Na unidade Florestal, no 4T22, a receita líquida cresceu 37% quando comparada com 2021. No período houve avanço comercial com as fibras de maior alvura, contribuindo para o crescimento. Visando a constante melhoria operacional, foi otimizado o consumo de químicos para branqueamento e a utilização de madeira na produção de fibras. Em paralelo estão ocorrendo reavaliações das despesas em busca de alavancas para melhorar a rentabilidade geral. Além do grande avanço da linha de fibras de alto rendimento, o mercado de madeira continua aquecido, reforçando as vendas de madeira excedente que ajudaram a impulsionar a receita e reforçar o caixa do grupo.

Na Editora Melhoramentos, em comparação com o **4T21**, houve crescimento de 8% na receita líquida, impulsionada pelas vendas no varejo que tiveram uma evolução de 28% frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores desse crescimento são o reforço da presença no e-commerce e diversificação de títulos. Com um aumento 26% no faturamento frente ao acumulado 2021, a unidade trouxe resultados positivos para o grupo. O avanço é resultado do esforço em desenvolvimento de conteúdos, diversificação de segmentos editoriais e força comercial.

A unidade Patrimonial, ainda com projetos em desenvolvimento, teve sua receita muito próxima quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Com um landbank relevante, estudos e projetos estão em desenvolvimento para agregar maior valor à Companhia, seus acionistas e demais stakeholders.

A evolução de 39% na receita líquida e 837% no EBITDA consolidados, em 2022, refletem o crescimento saudável das nossas áreas de negócios, a dedicação dos nossos colaboradores, as relações duradouras com nossos parceiros e a governança cada vez mais alinhadas ao nosso propósito. Nosso objetivo é crescer mantendo nossa atuação consciente e responsável, nos nossos negócios e nas nossas relações.

Mesmo com pressão em cadeias produtivas e instabilidades macroeconômicas, a Companhia e suas controladas atingiram a receita líquida de R$ 53,7 milhões no último trimestre de 2022, que representa um crescimento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior e 39% quando comparado os saldos acumulados dos anos.

A unidade Fibras, no **4T22**, apresentou um aumento de 13% no volume de fibras de alto rendimento em comparação ao **4T21** (excluindo madeira). Na Editora, houve aumento de 6% na quantidade de exemplares vendidos em comparação ao **4T21**.

A consistência nas decisões estratégicas, a busca por eficiência em custos e efetividade operacional em todas as unidades de negócio entregou EBITDA acumulado no ano de 2022 9x superior ao ano anterior.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada do quarto trimestre foi de R$ 53,7 milhões, aumento de R$ 12,7 milhões (31%) em comparação ao **4T21** e aumento de R$ 3,3 milhões (6%) em comparação com **3T22**.

A unidade de **Fibras** continua apresentando crescimento de vendas nas fibras de alto rendimento e em madeira. Na **Editora**, destacam-se as vendas ao varejo.

O **volume de vendas das fibras** no trimestre foi de 17,9 mil toneladas, 13% superior em relação ao **4T21**. No acumulado do ano 2022, as fibras de alto rendimento com alvura inferior à 80% apresentaram aumento de 3,5 mil toneladas, ou 5,7%, em comparação com ano anterior.

As fibras com alvura superior a 80%, introduzidas como aditivo na receita de fabricantes de papel cartão, *tissue*, papéis especiais e papéis para imprimir e escrever, seguem em processo de maturação, porém já mostram evolução com aumento de 3 mil toneladas.

No comparativo com o **3T22**, houve um aumento de 670 toneladas (4%), com crescimento das fibras de maior alvura, fruto da estratégia de diversicação de mercados através da melhoria dos atributos técnicos do produto.

A Receita Líquida da unidade Fibras aumentou 44% no comparativo com o **4T21**, com crescimentos equiparados em fibras de alto rendimento e madeira. No acumulado de 2022, o crescimento foi de 45%, comparado com o ano de 2021.

No início de 2021 firmamos um contrato de fornecimento de madeira de Eucalipto, oriunda de nossas florestas de Caieiras e Bragança Paulista, com uma das líderes globais na produção de celulose solúvel especial e *kraft*. O contrato tem duração estimada de 5 anos.

Na **Editora Melhoramentos**, as vendas do **4T22** cresceram 8% (R$ 700 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior com destaque para o canal varejo.

No comparativo com o **3T22**, observamos o aumento de 21% na receita de vendas (R$ 1,8 milhões) impulsionado fortemente pelo segmento institucional que apresentou bons resultados no primeiro trimestre. O Varejo também apresentou redução com as vendas e-Commerce. O Atacado manteve-se estável.

CUSTOS

A Companhia gerou eficiências operacionais em todas as unidades, contribuindo assim para, no **4T22**, aumentar o Lucro Bruto em 42% em relação ao **4T21.** Considerando os dados acumulados do ano, o Lucro Bruto representa 35% da receita, contra 26% em 2021.

Devido à escalada do preço dos combustíveis no primeiro semestre, tivemos expressivos reajustes nos contratos de fornecedores, principalmente colheita e fretes. Outro fator que pressionou os custos foram os químicos para branqueamento que, por terem preços atrelados a indicadores externos, tiveram aumento próximo a 20%. Ainda assim, com os ganhos de eficiência operacional, foi possível aumentar a rentabilidade.

DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

O total líquido de despesas e receitas operacionais no **4T22** foi de R$ 8,2 milhões, o que representa uma redução de R$ 14,3 milhões (64%) em relação ao **4T21**. No ano, a variação foi de 1% em relação a 2021. O aumento nas despesas com vendas em R$ 4,2 milhão (21%) está diretamente relacionado ao aumento da receita. As despesas Gerais e Administrativas em R$ 12,8 milhões (27%), tiveram forte impacto dos reajustes salariais, recomposição dos times e pelo cenário inflacionário. O grupo de Outras Receitas e Despesas, apresentou variação positiva de R$ 17,8 milhões, influenciado, principalmente, pelo ativo biológico que apresentou valorização na reavaliação.

CÂMBIO

A Companhia e suas controladas possuem fornecedores e empréstimos sujeitos a volatilidade destas taxas de câmbio e, consequentemente, reconheceram no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado os impactos por competência contábil.

No **4T22,** a taxa de câmbio média do Dólar apresentou desvalorização de 6% comparado com o **4T21** e em linha com a taxa apurada no **3T22**. Com relação a taxa de câmbio média do Euro, o **4T22** registrou desvalorização de 16% comparado com o **4T21** e valorização de 2% sobre o **3T22**.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	30	3.308	1.417	13.281
Aplicações financeiras	4	6.416	42.793	20.791	54.231
Clientes	5	-	-	42.331	29.468
Títulos e outras contas a receber	6	3.720	4.153	3.335	9.483
Estoques	7	-	-	24.498	20.776
Tributos a compensar	8	1.464	721	4.563	3.568
Despesas do exercício seguinte		188	180	2.658	2.278
Total do ativo circulante		**11.818**	**51.155**	**99.592**	**133.085**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes	5	-	-	1.019	1.407
Tributos a compensar	8	21.890	21.901	46.666	35.452
Partes relacionadas	9	122.217	110.483	-	-
Títulos e outras contas a receber	6	15.063	15.673	35.270	41.118
Depósitos judiciais		219	127	239	127
Despesas do exercício seguinte		-	-	630	778
		159.388	**148.183**	**83.824**	**78.881**
Investimentos:					
Participações societárias	10	231.458	108.930	64.787	5.926
Imobilizado líquido	11	999.066	1.061.199	1.169.904	1.232.061
		1.230.525	**1.170.129**	**1.234.692**	**1.237.987**
Total do ativo não circulante		**1.389.912**	**1.318.312**	**1.318.516**	**1.316.868**
Total do ativo		**1.401.730**	**1.369.468**	**1.418.108**	**1.449.953**

	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	12	401	341	19.158	19.198
Empréstimos e financiamentos	13	12.058	10.445	29.221	27.915
Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.139	502	9.708	5.556
Parcelamentos a pagar	14	609	208	622	225
Obrigações fiscais	14	485	741	4.205	3.276
Dividendos a pagar	15	31	31	31	31
Provisão para contingências	18	-	3.937	2	4.153
Outras contas a pagar	16	10.710	6.574	6.941	13.561
Total do passivo circulante		**25.433**	**22.780**	**69.887**	**73.916**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	88.739	85.802	109.121	118.669
Partes relacionadas	9	37.839	37.839	-	-
Prov.p/ IRPJ e CSLL diferidos	17	321.339	341.525	340.701	356.730
Provisão para contingências	18	60.265	55.785	67.587	66.214
Parcelamentos a pagar	14	2.058	793	2.066	815
Adiantamentos de clientes		1.440	1.440	1.440	1.440
Outras contas a pagar	16	-	-	1.412	8.666
Provisão para perda de investimentos	10	38.722	-	-	-
Total do passivo não circulante		**550.401**	**523.185**	**522.326**	**552.534**
Total do Passivo		**575.835**	**545.964**	**592.213**	**626.450**
Patrimônio líquido					
Capital social	19	153.719	153.719	153.719	153.719
Reservas de capital		4.256	4.256	4.256	4.256
Reservas de lucros		1.512	-	1.512	-
Ajustes de avaliação patrimonial		627.343	665.528	627.343	665.528
Lucro (prejuízos) acumulados		39.065	-	39.065	-
Total do patrimônio líquido		**825.895**	**823.504**	**825.895**	**823.504**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.401.730**	**1.369.468**	**1.418.108**	**1.449.953**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
Receita líquida	20	17.236	4.947	200.966	144.172
Custo dos produtos vendidos	22	-	-	(130.405)	(107.342)
Lucro bruto		17.236	4.947	70.562	36.830
Resultado de equivalência patrimonial	10	26.256	249	61	320
Receitas (Despesas) operacionais:					
Vendas	22	-	-	(23.825)	(19.668)
Gerais e administrativas	22	(45.679)	(32.610)	(59.588)	(46.828)
Outras receitas	22	2.460	5.743	32.696	24.344
Outras despesas	22	(5.240)	(8.608)	(15.792)	(25.229)
		(48.459)	(35.475)	(66.509)	(67.381)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.968)	(30.279)	4.114	(30.231)
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		4.882	2.033	11.086	9.791
Despesas financeiras		(16.530)	(5.731)	(24.003)	(16.187)
		(11.648)	(3.698)	(12.917)	(6.396)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(16.615)	(33.977)	(8.803)	(36.627)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Corrente		-	-	(4.744)	(420)
Diferido		18.127	1.464	15.059	4.534
		18.127	1.464	10.315	4.114
Lucro (prejuízo) do exercício		**1.512**	**(32.513)**	**1.512**	**(32.513)**
Prejuízo por ação ON - R$		0,20756	(4,46319)	0,20755	(4,46320)
Prejuízo por ação por ação PN - R$		0,02851	(0,61304)	0,02851	(0,61304)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
Prejuízo do exercício	**1.512**	**(32.513)**	**1.512**	**(32.513)**
Outros Resultados abrangentes	-	24.169	-	24.169
Resultado abrangente total do exercício, líquido de tributos	**1.512**	**(8.344)**	**1.512**	**(8.344)**
Resultado abrangente total, atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	**1.512**	**(8.344)**	**1.512**	**(8.344)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Estatutárias	Reserva de Lucros: Reserva Especial	Reserva de Lucros: Reserva de Lucros a realizar	Ajustes de Avaliação Patrimonial/Reserva de Reavaliação	Lucro (Prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido Controladora	Participação dos minoritários em controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**153.719**	**7.765**	**-**	**-**	**-**	**-**	**725.994**	**(59.922)**	**827.557**	**-**	**827.557**
Realização da contribuição social e imposto de renda diferidos	-	-	-	-	-	-	69	-	69	-	69
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.222	-	4.222	-	4.222
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	401	401	-	401
Outros resultados abrangentes	-	(3.509)	-	-	-	-	(64.757)	92.034	23.768	-	23.768
Prejuízo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	(32.513)	(32.513)	-	(32.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**153.719**	**4.256**	**-**	**-**	**-**	**-**	**665.528**	**-**	**823.504**	**-**	**823.504**
Realização da reserva de reavaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(39.065)	39.065	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Florestas	-	-	-	-	-	-	880	-	880	-	880
Lucro em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	1.512	1.512	-	1.512
Reserva Legal	-	-	76	-	-	-	-	(76)	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	72	-	-	-	(72)	-	-	-
Reserva Especial	-	-	-	-	359	-	-	(359)	-	-	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	-	1.005	-	(1.005)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**153.719**	**4.256**	**76**	**72**	**359**	**1.005**	**627.343**	**39.065**	**825.896**	**-**	**825.896**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
Caixa líquido de atividades operacionais				
Resultado do período	**1.512**	**(32.513)**	**1.512**	**(32.513)**
Depreciação e exaustão	3.672	5.903	26.776	26.421
Resultado de equivalência patrimonial	(26.256)	(249)	(61)	(320)
Adição (Reversão) PCLD	-	-	195	(288)
Provisão (reversão) para perda estimada nos estoques, líquida	-	-	1.213	(4.806)
Provisão para contingências	544	4.797	(2.779)	3.425
Provisão para perda de investimentos	38.722	-	-	-
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	(20.187)	(22.831)	(16.029)	(21.077)
Avaliação patrimonial - florestas	880	28.460	880	28.460
Decréscimo (acréscimo) em ativos	**212**	**(6.002)**	**(18.162)**	**(30.664)**
Clientes	-	-	(12.669)	(8.916)
Contas a receber	1.043	(3.394)	11.996	(15.112)
Estoques	-	-	(4.935)	(2.351)
Tributos a compensar	(732)	(2.635)	(12.210)	(4.336)
Despesas do exercício seguinte	(7)	68	(233)	93
Depósitos judiciais	(92)	(41)	(112)	(41)
Acréscimo (decréscimo) em passivos	**6.243**	**5.282**	**(7.188)**	**24.051**
Fornecedores	60	(532)	(40)	9.693
Férias e encargos a pagar	637	142	4.152	428
Parcelamentos a pagar	1.666	(193)	1.647	(209)
Tributos a pagar	(256)	401	929	1.174
Dividendos a pagar	-	(401)	-	(401)
Outras contas a pagar	4.136	5.864	(13.875)	13.365
Caixa gerado das atividades operacionais	**5.342**	**(17.153)**	**(13.643)**	**(7.311)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Adições/Baixa de imobilizado e intangível	58.460	(130)	35.380	(15.204)
Aumento de capital em controladas e coligadas	(108.006)	(33.795)	(58.800)	-
Caixa (aplicado) nas/gerado das atividades de investimentos	**(49.546)**	**(33.925)**	**(23.420)**	**(15.204)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos/amortizações	4.549	96.247	(8.242)	55.533
Caixa (aplicado) nas/gerado das atividades de financiamentos	**4.549**	**96.247**	**(8.242)**	**55.533**
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**(39.655)**	**45.169**	**(45.304)**	**33.018**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.101	932	67.512	34.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.446	46.101	22.207	67.512
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**39.655**	**(45.169)**	**45.304**	**(33.018)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	216.898	166.648
Outras receitas	19.898	10.677	44.274	18.385
Prov. de perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	-	-	(108)	(220)
	19.898	10.677	261.063	184.813
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(82.165)	(65.627)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.899)	(12.096)	(56.694)	(39.666)
Perda/recuperação de valores ativos	179	198	179	3.981
	(19.721)	(11.898)	(138.681)	(101.312)
Valor adicionado bruto	177	(1.221)	122.382	83.501
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão líquido de créditos de impostos	(3.096)	(5.903)	(13.582)	(26.421)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(2.919)	(7.125)	108.800	57.079
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	26.256	249	61	320
Receitas financeiras, incluindo variação cambial	5.109	2.132	10.875	9.552
	31.365	2.381	10.936	9.872

	Controladora DEZ-2022	Controladora DEZ-2021	Consolidado DEZ-2022	Consolidado DEZ-2021
Valor adicionado total a distribuir	**28.446**	**(4.744)**	**119.736**	**66.952**
Pessoal				
Remuneração direta	21.801	18.047	41.350	38.562
Benefícios	809	749	11.859	8.670
FGTS	178	140	3.035	3.182
	22.789	18.936	56.244	50.413
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(12.682)	3.767	17.092	18.125
Estaduais	25	18	19.877	14.894
Municipais	356	430	441	455
	(12.301)	4.216	37.410	33.474
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	16.377	4.555	23.148	14.277
Aluguéis	70	62	1.422	1.300
	16.446	4.617	24.570	15.577
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do período	1.512	(32.513)	1.512	(32.513)
	1.512	(32.513)	1.512	(32.513)
Distribuição do valor adicionado	**28.446**	**(4.744)**	**119.736**	**66.952**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua...

...continuação

Melhoramentos

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Melhoramentos de São Paulo (CMSP), sediada na Rua Tito, 479, São Paulo - SP, e suas controladas têm por objeto o mercado editorial e comercial de livros para atender aos mercados interno e externo, a industrialização e comercialização de fibras de alto rendimento, a gestão de florestas plantadas, atividades imobiliárias e outras correlatas, que independam de autorização governamental específica. As ações são negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos MSPA4.

1.1. COVID-19

A pandemia de COVID-19 é uma crise de saúde global sem precedentes na memória viva. Provocou a recessão econômica mais grave em quase um século e está causando enormes danos à saúde, emprego e bem-estar das pessoas. Enquanto o Brasil vivia a primeira onda da COVID-19, vários países, que já haviam diminuído seus casos da doença, viram o número de contaminados aumentar, dando início a uma segunda onda. No território nacional, a primeira onda teve seus picos nos meses de julho a setembro de 2020, apresentando, posteriormente, queda no número de casos novos por semana. O número de casos, no entanto, voltou a crescer em novembro de 2020 e novamente em fevereiro de 2022, obrigando a população a manter-se sempre alerta. A Melhoramentos mantém suas atividades operacionais aplicando um plano robusto e fielmente alinhado às recomendações dos principais órgãos governamentais, reguladores e autoridades científicas, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Ministério da Saúde e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Dentre as ações tomadas, destacam-se a dispensa de funcionários do grupo de risco, trabalho em home office para todas as atividades administrativas, intensificação da comunicação sobre as medidas de prevenção, protocolo de acompanhamento para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19, telemedicina para funcionários e dependentes e os meios remotos de atendimento. Como diversas outras empresas, a Melhoramentos suportou as quedas de receita e incremento em novas despesas como resultado da pandemia de COVID-19 no exercício de 2020 e 2021. Nossa resposta exigiu ações importantes como controle orçamentário, buscando efetividade nas operações com eficiência em custos e, concomitantemente, mantendo investimentos prioritários em segurança no trabalho, expansão fabril, qualidade técnica e excelência comercial. Os impactos econômicos e sociais relacionados à pandemia, sua duração e severidade são incertos e, portanto, não é possível prever com precisão os impactos adversos na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, após a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia está em constante avaliação dos efeitos da pandemia, que podem apresentar a necessidade de provisões adicionais no teste de recuperação dos seus ativos em futuros. A Administração da Companhia avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e concluiu que, não há atualizações relevantes a serem divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas se não as já descritas nas respectivas notas explicativas.

1.2. Conflito Ucrânia e Rússia

O conflito ente a Ucrânia e Rússia teve grande impacto em vários segmentos da cadeia econômica mundial, pois em resposta à investida russa, embargos foram impostos ao país. Por ter grande relevância nos setores de alimento e energia, o embargo à Rússia desencadeou um processo inflacionário generalizado. A Melhoramentos foi afetada, principalmente, pelo aumento do preço do petróleo, que culminou no aumento do preço dos combustíveis no Brasil. Todos os contratos que têm o diesel como uma das métricas sofreram expressivas correções, principalmente os contratos de frete e os de fornecimento de combustível para colheita. A Rússia também é um relevante produtor de fertilizantes, entretanto, a empresa não fora impactada de maneira significativa neste quesito, uma vez que realizou a reposição de seus estoques em janeiro, mitigando assim os efeitos do crescimento dos preços desse insumo. A Companhia não possui colaboradores e clientes de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito. Em relação a fornecedores não foi identificado nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível escassez ou interrupção de fornecimento, desta forma a empresa não vê maiores impactos uma vez que tem baixa exposição ao mercado russo. A companhia segue atenta aos movimentos do mercado, e investe em eficiência operacional, principalmente em revisões de processos, para manter a rentabilidade, mesmo em cenários inflacionários.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração, as quais, foram devidamente aprovadas pela Diretoria Executiva, tendo o Conselho de Administração, na reunião realizada em 27 de março de 2023, autorizando a sua divulgação. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

2.2. Base de apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2021. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis, as bases de consolidação e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o real, Reais (R$), todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais.

b) Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para os mesmos períodos de divulgação que as da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

- Controladas
  O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.
- Participação de acionistas não-controladores
  O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.
- Perda de controle
  Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.
- Transações eliminadas na consolidação
  Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As informações trimestrais consolidadas abrangem a CMSP e as suas controladas em 31 de dezembro de 2022 conforme demonstrado abaixo:

	Atividade principal	Tipo de Participação	Método de Contabilização	Participação societária (%) 31.12.2021	31.12.2022
Controladas					
Melpaper Ltda	Indústria de papel, celulose e fibra de madeira; aquisição e venda de imóveis	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Melhoramentos Florestal Ltda	silvicultura, florestamento, reflorestamento, produção de celulose, fibras e outras polpas para papel	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Melius Empreendimentos Imobiliários Ltda	atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Manguinhos Empreendimentos Imobiliários	atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Space Empreendimentos Imobiliários Ltda	compra, venda, loteamento, incorporação e contrução de imóveis	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Editora Melhoramentos	atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda	compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Terras Bonsucesso Ltda	atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Engelote Incorporação e Urbanismos S/A	compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	Direta	Consolidado	60,00%	60,00%
Melhoramentos Livros Ltda	atividade de publicação, edição e comercialização (atacado e varejo)	Direta	Consolidado	99,99%	99,99%
Melhoramentos de São Paulo - Arbor	silvicultura, arborização, reflorestamento, atividade agrícola, pastoril e serraria, prestação de serviços	Direta	Consolidado	99,81%	99,81%
Sociedade em conta de participação					
Coworking Space Gestão de Espaço Ltda-SCP	Locação de espaço para eventos corporativos e espaço de coworking	Direta	Consolidado	99,00%	99,00%
Outros Investimentos					
Swiss Park Caieiras	compra, venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis	Direta	Equivalência Patrimonial	N/A	37,00%

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas com crédito esperadas (PCE), são constituídas, quando aplicável, e estimadas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos, da situação financeira, inclusive o histórico de relacionamento com a Empresa, segundo critérios definidos pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas. Os saldos relacionados aos clientes em Recuperação Judicial, foram classificados no ativo não circulante e o ajuste a valor presente foi reconhecido de acordo com a Deliberação CVM 564/08 e CPC 12, que trata de Ajuste a Valor Presente.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, líquidos de impostos compensáveis, quando aplicável, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel e compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda de acordo com o pronunciamento CPC 16 (R1) / IAS 2. Quando necessário, os estoques são reduzidos de perdas estimadas, constituídas em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f) Imobilizado

Reconhecimento inicial e mensuração

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual, sendo reconhecidos no resultado do exercício. Todos os outros custos com reparos e manutenção são apropriados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n° 11.

g) Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto e pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra, bem como utilizada nas vendas de toras de madeira para terceiro. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía através da sua controlada Melhoramentos Florestal o montante de 6.737,34 hectares (7.216,99 hectares em 31 de dezembro de 2021), as quais são cultivadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Premissas e estimativas do valor justo do ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do consumo/corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, nas áreas igual ou superior a 3 anos. Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola consumido/vendido, avaliado por seu valor justo. (nota nº 11). O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo utilizando as seguintes premissas:

- Fluxo de caixa futuro: Preços atuais projetados a IPCA
- Metodologia utilizada: Fluxo de caixa descontado
- Taxa de desconto: Custo da estrutura de capital CMSP
- Volumes: Inventário por amostragem
- Preços: Premissas *POYRY*, reajustado a IPCA
- Gastos com plantio: Custo Padrão Melhoramentos
- Exaustão: Todos os custos referentes a silvicultura
- Avaliação dos valores dos ativos biológicos foi efetuada e aprovação da Administração.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*"). Diferenças entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidos na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

i) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois, o menor. Os juros são apropriados ao resultado, de acordo com o método da taxa efetiva de juros. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia avaliou os contratos, e concluiu que não apresentam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

j) Ativos e passivos não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240.000,00;

ii. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

l) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial das transações, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, os respectivos ativos e passivos, as taxas praticadas nas captações de recursos e os riscos de inadimplência. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas ou receitas financeiras no resultado, através da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos possíveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em Nota Explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

n) Reconhecimento da receita

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, isto é, quando é altamente provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros; e
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) análise do risco de crédito para determinação da provisão de perdas de crédito esperada (na nota explicativa nº 4);
b) determinação da provisão para perdas estimadas com estoque (na nota explicativa nº 7);
c) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado (na nota explicativa nº 11);
d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (na nota explicativa nº 25);
e) ajuste a valor justo dos ativos biológicos (na nota explicativa nº 11);
f) provisão para contingências (na nota explicativa nº 18); e
g) imposto de renda e contribuição social diferidos (na nota explicativa nº 24).

q) Instrumentos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhecia os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) eram reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornava uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo às contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto. A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contraprestação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de nego-

continua...

...continuação

Melhoramentos

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ciação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

2.4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente, e não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Alteração da norma CPC 26 (IAS 1) - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante.
- Melhorias anuais nas normas IFRS de 2018 a 2020. Implementa mudanças na norma CPC 37 (IFRS 1), abordando aspectos da adoção inicial em uma controlada; CPC 48 (IFRS 9), abordando o critério de teste de 10% para reversão de passivos financeiros; CPC 06 (IFRS 16), abordando exemplos ilustrativos de arrendamentos e CPC 29 (IAS 41), cobrindo aspectos de mensuração do valor justo.
- Alteração da CPC 27 (IAS 16) - Ativo imobilizado: Recursos antes do uso pretendido.
- Alteração na CPC 25 (IAS 37) - Contratos onerosos: Custo de cumprimento de um contrato.
- Alteração na CPC 15 (IFRS 3) - Referências à Estrutura Conceitual.
- Alteração no CPC 32 (IAS 12) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21	DEZ-22	DEZ-21
Caixa	27	-	61	-
Bancos	3	3.308	1.356	13.281
	30	**3.308**	**1.417**	**13.281**

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Controladora		Consolidado	
	média % a.a.	DEZ-22	DEZ-21	DEZ-22	DEZ-21
Títulos privados	108,17%	6.416	42.793	20.791	54.231
Total		**6.416**	**42.793**	**20.791**	**54.231**

As aplicações financeiras, 100% em moeda nacional, são de curto prazo e em sua maioria Certificados de Depósitos Bancários - CDBs. Outras operações são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, todas com liquidez imediata. e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão mantidas em bancos de primeira linha e são remuneradas por taxas variáveis de 90% a 125% do CDI em 2022 (90% a 129% em 2021).

5. CLIENTES

A rubrica é representada por clientes nacionais, referente a vendas de R$49.018. O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, de 62 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo.

	Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21
Clientes Nacionais	49.018	36.333
Clientes Exterior	1	-
Clientes em Recuperação Judicial	3.656	3.661
(-) Perda de crédito esperada	(9.326)	(9.119)
	43.350	**30.875**
Clientes - Circulante	**45.909**	**33.222**
PCE - Circulante	**(3.578)**	**(3.754)**
Clientes - Não Circulante	**6.767**	**6.772**
PCE - Não Circulante	**(5.748)**	**(5.365)**

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21
Valores a vencer	46.928	35.913
Valores vencidos		
até 30 dias	(493)	(206)
31 a 60 dias	(49)	(22)
61 a 90 dias	(10)	(1.247)
91 a 120 dias	1	-
121 a 180 dias	92	(37)
Acima de 180 dias	(3.119)	(3.526)
Total	**43.350**	**30.875**

A perda estimada de créditos esperada ("PCE") no montante de R$ 9.326 (R$9.119 em 31 de dezembro de 2021) é considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber em aberto. O ajuste a valor presente é reconhecido como redutor na conta de Clientes, compondo a PCE. A seguir apresentamos a movimentação da PCE:

Consolidado

Movimentação PCE	2022	2021
Saldo inicial	(9.119)	(8.831)
Complemento de provisão	(1.290)	(2.516)
Ajuste a valor presente	(383)	-
Reversão de provisão	1.466	2.229
Total PCE	**(9.326)**	**(9.119)**

6. TÍTULOS E OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21	DEZ-22	DEZ-21
Adiantamentos a fornecedores	15	5	612	154
Adiantamentos para importação	-	-	997	4.870
Adiantamentos a funcionários	(22)	55	1.030	341
Lucros a receber	800	500	-	500
Escrow Account (I)	-	-	18.850	17.334
Alienação de imóveis (II)	9.223	9.223	12.345	13.587
Outras contas a receber (III)	8.767	10.043	3.957	13.187
Adiantamento autoral nacional	-	-	1	246
Adiantamento autoral internacional	-	-	812	382
	18.783	**19.826**	**38.605**	**50.601**
Circulante	**3.720**	**4.153**	**3.335**	**9.483**
Não Circulante	**15.063**	**15.673**	**35.270**	**41.118**

O saldo em alienações de imóveis, é basicamente constituído das vendas na unidade de negócios Imobiliários.

I. A Escrow Account foi constituída na venda da unidade Papéis. Parte dos ganhos nesta operação foram depositados em conta bancária e aplicados em investimentos de alta liquidez e baixo risco, como forma de dar garantia para eventuais perdas futuras em contingências nas quais a unidades Papéis estava envolvida à época da venda.

II. O saldo em alienação de imóveis, é basicamente constituído das vendas na unidade de negócios Imobiliários

III. Na controladora o saldo em Outras contas a receber no Circulante é referente as contas a receber das Controladas, os quais são eliminados no consolidado. O saldo de outras contas a receber tem a seguinte abertura em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
	DEZ-22	DEZ-22
Contas a receber de controladas	2.724	-
Ação Empréstimo Compulsório Eletrobras (a)	2.959	2.959
Créd. Fiscais p/ Arbor Decor. Bcn Da CSLL	3.084	-
Contas a receber	-	998
	8.767	**3.957**

(a) A Companhia está tentando acordo para realização dos valores em 2023.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21
Produtos acabados	15.313	16.263
Material operacional	12.694	9.235
(-) Perda esperada de estoque	(3.509)	(4.722)
Total	**24.498**	**20.776**

Em decorrência dos impactos da pandemia na capacidade normal dos negócios, conforme mencionado no Contexto Operacional, nota 1.1, avaliamos eventuais impactos resultantes do baixo volume de produção ou ociosidade e reconhecemos esta parcela diretamente no resultado do exercício, na linha de custos, e, com isso, foi possível manter a apresentação dos saldos de estoques pelo valor líquido de realização. No **4T22** o impacto foi estimado em R$ 269 mil. A capacidade normal é determinada pela produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais; com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não utilizada durante manutenções preventivas, férias coletivas e outros eventos semelhantes considerados normais. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado em decorrência de um baixo volume de produção ou ociosidade. A provisão para redução do valor de realização dos estoques ao seu valor líquido levou em consideração o cálculo de giro, onde quanto menor o ritmo de vendas do produto maior será o percentual provisionado como perda. Essas estimativas levam em consideração o preço de venda, custos, ociosidade e gastos para concretização da venda, incluindo, mas não se limitando, a valores anormais de desperdício de materiais, mão de obra, insumos de produção e outros custos indiretos de acordo com o pronunciamento técnico. [CPC 16 (R1)]. A seguir apresentamos a movimentação da provisão de estoque:

Consolidado

Movimentação da Provisão de Estoque	2022	2021
Saldo inicial	(4.722)	(9.528)
Complemento de provisão	(1.149)	(515)
Reversão de provisão	2.362	5.321
Total da Provisão de Estoque	**(3.509)**	**(4.722)**

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

		Controladora		Consolidado	
		DEZ-22	DEZ-21	DEZ-22	DEZ-21
ICMS a Recuperar - operações		-	1	154	1
IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos	(a)	1.334	720	3.684	2.546
PIS/COFINS a recuperar - operações		-	-	137	120
ICMS - sobre aquisição de imobilizado		-	-	1.557	2.190
Créditos fiscais a compensar	(b)	130	-	130	-
Outros impostos, contribuições		-	-	18	1
ICMS - créditos incentivos fiscais	(c)	-	-	281	107
PIS/COFINS a recuperar - Exclusão ICMS	(d)	-	-	10.794	-
IRPJ/CSLL - diferido	(e)	21.890	21.901	34.476	34.055
		23.353	**22.621**	**51.229**	**39.020**
Circulante		**1.464**	**721**	**4.563**	**3.568**
Não Circulante		**21.890**	**21.901**	**46.666**	**35.452**

(a) IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos

IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos se refere a impostos retidos e impostos pagos antecipadamente.

(b) Créditos fiscais a compensar

Créditos fiscais a compensar se refere a valor de créditos de honorários pagos no refis, créditos compensado com INSS mensal.

(c) ICMS - créditos incentivos fiscais

ICMS - créditos incentivos fiscais se refere ao auxílio na festividade Natal em Monte Verde e recebido como crédito no ICMS

(d) PIS/COFINS a recuperar - Exclusão ICMS

Os créditos fiscais a recuperar refere-se à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A Companhia e as empresas incorporadas ingressaram com diversas ações judiciais pleiteando o reconhecimento do direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a consequente repetição do indébito tributário. O período mais antigo retroage ao ano de 2010. A Companhia, assessorada por consultoria especializada, procedeu com a mensuração dos créditos fiscais, tendo basicamente considerado o valor do ICMS destacado nas notas fiscais de venda e demais informações fiscais contidas nas obrigações acessórias, fundamentada em pareceres legais para tanto. Ao longo do ano de 2021 foi reconhecido o montante de R$7.247 sendo registrado nas rubricas de "Outras receitas (despesas) operacionais" o montante de RS3.829 e de "Resultado Financeiro" o montante de R$3.418. Durante o segundo trimestre de 2022 foi reconhecido o montante de R$3.546 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R$10.794 sendo classificado no ativo não circulante (2021 R$7.247 classificado no ativo não circulante).

(e) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas variações dos processos referente as provisões de contingências. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão classificados como não circulante e são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de variações de dedutibilidade entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. No período findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados eventos indicativos de que o valor contábil exceda o valor recuperável desses tributos diferidos.

9. PARTES RELACIONADAS

Tipos de relação	Editora Melhoramentos Ltda.	Melhoramentos Florestal Ltda.	Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.	Terrras Bonsucesso Ltda.	Melpaper Ltda.	31.12.2022	31.12.2021
Ativo não circulante	55.687	60.162	6.364	3	-	122.217	110.483
Passivo circulante (Nota 16)	104	2.588	-	-	-	2.692	1.692
Passivo não circulante	-	923	-	-	36.916	37.839	37.839

As operações comerciais e financeiras da Companhia com controladas e coligadas ao controlador CMSP foram efetuadas em condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. As transações referem-se basicamente a: Os valores ativos e passivos são contratos de mútuo. Valores no resultado: o Conglomerado tem um centro de serviços compartilhados cujas despesas com pessoal no período findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R$7.104 (R$4.439 no mesmo período de 2021) e as despesas de serviços R$9.541 (R$1.455 no mesmo período de 2021). As transações com partes relacionadas foram realizadas com base nos valores de mercado.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado do período, totalizou R$ 12,4 milhões (R$ 13,6 milhões no mesmo período do ano anterior).

10. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2022				Participação da Controladora		
					No patrimônio líquido		No resultado
	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022
Controladas, coligadas e operações em conjunto							
Melpaper Ltda	173.115	37.459	38	99,99%	37.455	37.417	38
Melhoramentos Florestal Ltda	161.978	109.206	16.682	99,99%	109.195	91.514	16.680
Melius Empreendimentos Imobiliários Ltda	200	253	14	99,99%	253	238	14
Manguinhos Empreendimentos Imobiliários	600	669	51	99,99%	669	618	51
Space Empreendimentos Imobiliários Ltda	200	9.641	674	99,99%	9.640	8.967	674
Melhoramentos de São Paulo - Arbor	28.980	3.497	5.659	99,81%	3.490	(2.158)	5.648
Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda	50	3.942	1.974	99,99%	3.942	4.218	1.974
Terras Bonsucesso Ltda	931	2.021	(29)	99,99%	2.021	2.050	(29)
Coworking Space Gestão de Espaço Ltda-SCP	2.398	1.792	74	99,00%	1.774	1.750	73
Engelote Incorporações e Urbanismos S/A	2.659	5.526	306	60,00%	3.316	4.176	184
Swiss Park Caieiras	5.842	5.842	-	37,00%	6.208	-	-
Caieiras Lapa Empreendimentos Imobiliários Ltda	53.491	53.491	-	99,99%	53.490	-	-
Melhoramentos Livros Ltda	10	6	(4)	99,99%	6	10	(4)
					231.458	**148.800**	**25.302**
(-) Provisão para perdas em investimentos							
Editora Melhoramentos	24.242	(38.726)	1.148	99,99%	(38.722)	(39.870)	1.148
					(38.722)	**(39.870)**	**1.148**
Total do investimento da controladora					**192.736**	**108.930**	**26.451**

Movimentação Investimentos - Controladora	2022	2021
Saldo inicial	**108.930**	**111.456**
Resultado de equivalência patrimonial	25.606	4.674
Aporte em investimento	59.332	10
Dividendos a receber (I)	(1.132)	(7.210)
Total Investimentos	**192.736**	**108.930**

Ao longo do exercício de 2022 foram constituídas duas SCP´s, nas quais a Companhia aportou terreno (após registro da escritura), com objetivo de exploração imobiliária. A participação pode ser assim demonstrada:

SCP	Aporte	% Participação
Swiss Park Caieiras Incorporadora Ltda	5.842	37,00%
Caieiras Lapa Empreend. Imobiliário Ltda	53.490	99,99%
Total novos aportes	**59.332**	

I) Informações sobre dividendos vide Nota 15.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

CONTROLADORA

	Terrenos	Florestamento	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Intangível	Outros *	Total
Taxa de depreciação média anual %			4	10			12	
CUSTO								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.007.273**	**-**	**77.858**	**6.383**	**195**	**817**	**1.779**	**1.094.305**
Aquisições	-	-	45	-	252	-	-	297
Baixas	(59.332)	-	-	-	-	-	-	(59.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**947.941**	**-**	**77.903**	**6.383**	**447**	**817**	**1.779**	**1.035.269**
DEPRECIAÇÃO								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**(26.097)**	**(5.600)**	**-**	**(499)**	**(910)**	**(33.106)**
Depreciação/Amortização	-	-	(2.908)	(498)	-	(144)	(123)	(3.672)
Baixas	-	-	-	576	-	-	-	576
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**(29.004)**	**(5.523)**	**-**	**(643)**	**(1.033)**	**(36.203)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**947.941**	**-**	**48.899**	**860**	**447**	**174**	**746**	**999.066**

CONSOLIDADO

	Terrenos	Florestamento [1]	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Intangível	Outros *	Total
Taxa de depreciação média anual %			4	10			12	
CUSTO								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.025.726**	**82.155**	**91.664**	**131.798**	**2.535**	**6.257**	**5.443**	**1.345.577**
Aquisições	-	18.569	45	3.254	2.581	169	5	24.622
Exaustão	-	(12.022)	-	4	-	-	-	(12.018)
Transferências	-	-	-	-	205	-	-	205
Baixas	(59.332) (a)	-	-	(1.913)	(1)	(11)	(122)	(61.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**966.394**	**88.701**	**91.709**	**133.142**	**5.320**	**6.415**	**5.325**	**1.297.007**
DEPRECIAÇÃO								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**(31.800)**	**(72.753)**	**(307)**	**(4.676)**	**(3.981)**	**(113.517)**
Depreciação/Amortização	-	-	(3.277)	(10.720)	-	(435)	(326)	(14.758)
Baixas	-	-	-	1.046	-	4	122	1.172
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**(35.077)**	**(82.427)**	**(307)**	**(5.107)**	**(4.185)**	**(127.102)**
VALOR RESIDUAL								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**966.394**	**88.701**	**56.632**	**50.715**	**5.013**	**1.308**	**1.140**	**1.169.904**

* Inclui veículos e móveis e utensílios.

(a) Ao longo do exercício de 2022 terrenos foram baixados para Investimentos, para aporte, vide nota explicativa 10.

Revisão da vida útil

A Companhia revisa anualmente a vida útil-estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Impairment

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas necessidades de provisão para impairmant.

Ativo biológico

1) Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto e pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra, bem como utilizada nas vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias possuem 6.737,34 hectares (7.216,99 hectares em 31 de dezembro de 2021) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal protegidas pela Companhia e que também servem para atendimento à legislação ambiental brasileira. O saldo dos ativos biológicos da Companhia, ao valor justo, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21
Custo de formação dos ativos biológicos	64.525	68.343
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	24.176	13.812
	88.701	**82.155**

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do consumo/corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. Na avaliação do ativo biológico, temos como principais premissas:

- Expectativa de volume: definida com base em inventário amostral anual, por espécie, realizado por empresa especializada;
- Preço de venda: considera a média dos contratos vigentes, por espécie, e quando não aplicável, considera-se os preços médios de mercado, com base em publicação de empresa especializada do setor;
- Avaliação por fluxo de caixa descontado: projeção das despesas e custos com base nas projeções de IGPM de órgãos especializados e desconto com base no custo ponderado de capital da Companhia.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, e os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola consumido/vendido, avaliado por seu valor justo.

A seguir apresentamos a movimentação dos ativos biológicos:

Descrição	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**82.155**
Exaustão/cortes efetuados no período	(12.022)
Adições	18.569
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**88.701**

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	DEZ-21	DEZ-22	DEZ-21
Fornecedores Nacionais	369	341	16.147	13.451
Fornecedores Nacionais de Investimentos	32	-	2.272	5.746
Fornecedores Internacionais	-	-	739	-
Total	**401**	**341**	**19.157**	**19.198**

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Indexador	Encargos Mensais	Vcto. até	Garantias	Circulante DEZ -22	Circulante DEZ-21	Não circulante DEZ-22	Não circulante DEZ-21	Total DEZ-22	Total DEZ-21
Em moeda estrangeira										
Aquisição de Imobilizado	Taxa de câmbio Euro	0,10%	nov/27	Equipamentos	725	732	-	-	725	732
Em moeda nacional										
Capital de Giro	IPCA e CDI	0,57%	out/31	FGI (BNDES), recebíveis, aval, equipamentos e imóveis	11.333	9.713	88.739	85.802	100.072	95.515
Total Controladora					**12.058**	**10.445**	**88.739**	**85.802**	**100.797**	**96.247**
Nas Controladas										
Em moeda estrangeira										
Aquisição de Imobilizado	Taxa de câmbio Euro	0,10%	nov/27	Equipamentos	2.223	2.518	8.796	12.478	11.018	14.996
Em moeda nacional										
Desenvolvimento de Projetos	IPCA	0,49%	jan/25	Equipamentos e imóveis	3.448	3.787	36	1.851	3.484	5.637
Leasing	Pré-fixado	0,75%	jan/23	Computadores e terrenos	1.871	132	3.100	77	4.971	209
Capital de Giro	IPCA e CDI	0,57%	out/31	FGI (BNDES), recebíveis, aval, equipamentos e imóveis	9.622	11.033	8.450	18.461	18.072	29.494
Total nas controladas					**17.164**	**17.470**	**20.382**	**32.867**	**37.545**	**50.337**
Total Consolidado					**29.221**	**27.915**	**109.121**	**118.669**	**138.342**	**146.584**

GARANTIAS

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota acima. Os *covenants* são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e a Companhia monitora mensalmente essas cláusulas restritivas. Até o momento, não existem incertezas quanto ao seu cumprimento anual. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2021.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Consolidado Total
Em moeda estrangeira								
Aquisição de Imobilizado	2.199	2.199	2.199	2.199	2.199	-	-	10.995
Juros sobre Empréstimos Exterior	24	-	-	-	-	-	-	24
Em moeda nacional								
Desenvolvimento de Projetos	1.808	36	-	-	-	-	-	1.844
Capital de Giro	20.955	15.433	15.202	11.092	11.092	11.092	33.277	118.144
Leasing	1.871	1.860	1.240	-	-	-	-	4.971
Juros sobre Empréstimos Nacional	2.365	-	-	-	-	-	-	2.365
Total	**29.221**	**19.527**	**18.641**	**13.291**	**13.291**	**11.092**	**33.277**	**138.342**

Movimentação	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo inicial	**96.247**	**-**	**146.584**	**91.051**
Captações	-	97.695	5.572	98.081
Provisão de Juros	8.234	-	12.281	7.020
Variação cambial e monetária	6.257	-	4.340	2.476
Amortizações	(9.942)	(1.447)	(30.436)	(52.044)
Total Empréstimos	**100.797**	**96.247**	**138.342**	**146.584**

14. PARCELAMENTOS E TRIBUTOS

Parcelamentos

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Federal	2.585	911	2.594	922
Estadual	83	90	93	118
Total	**2.667**	**1.001**	**2.687**	**1.040**
Circulante	**609**	**208**	**622**	**225**
Não Circulante	**2.058**	**793**	**2.066**	**815**

Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Férias e encargos a pagar	288	254	4.259	4.555
Salários e encargos a pagar	851	248	5.448	1.001
Total	**1.139**	**502**	**9.708**	**5.556**

Obrigações fiscais

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Impostos retidos a recolher	411	338	1.275	1.032
Impostos e contribuições sobre receitas	74	404	2.509	2.025
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	421	219
Total	**485**	**741**	**4.205**	**3.276**

15. DIVIDENDOS A PAGAR

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, observando diminuições e acréscimos na forma da lei e do Estatuto Social. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescrevem a favor da Companhia.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Contas a Pagar Controladas	2.692	1.692	-	-
Direitos Autorais a Pagar	-	-	2.153	771
Adiantamento de arrendamento (I)	5.241	4.578	-	4.578
Adiantamento de Clientes (II)	107	-	952	11.431
Outras Provisões (III)	-	-	1.451	2.309
Outras Contas a Pagar (IV)	2.670	304	3.797	3.138
	10.710	**6.574**	**8.353**	**22.227**
Circulante	10.710	6.574	6.941	13.561
Não Circulante	-	-	1.412	8.666

I) A variação de Adiantamento de Arrendamento se refere a operação do CRI, que ocorre entre a Controladora e uma de suas Controladas, por esse motivo é excluída no Consolidado.

II) As variações no curto e longo prazo no adiantamento de clientes são relacionadas às operações de venda de madeira com contratos e entregas iniciados no 2T21, e com prazo estimado de conclusão em até 5 anos. Como garantia da operação, a Companhia recebeu R$ 15 milhões que já integralmente compensados até dezembro de 2022.

III) A rubrica de Outras Provisões refere-se a provisões de folha.

IV) A rubrica de Outras Contas a Pagar se refere a provisão de contas de consumo a pagar, para garantir o reconhecimento da despesa no momento do efetivo consumo do produto ou serviço.

17. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Circulante	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Imposto de renda diferido	240.776	255.619	255.000	266.786
Contribuição social diferida	80.562	85.906	85.700	89.944
Total	**321.339**	**341.525**	**340.701**	**356.730**

Na Controladora o diferido é constituído com base nas reservas de reavaliações, portanto não há uma assertividade quando a previsão da realização dos impostos diferidos, visto que depende em sua maioria da alienação ou investimentos de seu imobilizado. No consolidado, o diferido é constituído com base nas reservas de reavaliações e reavaliação do ativo biológico.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Reconhecidas

Circulante	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Provisões trabalhistas	-	3.937	2	4.153
Total	**-**	**3.937**	**2**	**4.153**

Não Circulante	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Provisões fiscais	54.608	54.421	56.848	61.989
Provisões trabalhistas	5.607	1.364	10.644	2.798
Provisões Cíveis	51	-	95	1.427
Total	**60.265**	**55.785**	**67.587**	**66.214**

Em decorrência do curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis, que foram analisados individualmente e com suporte na opinião de consultores jurídicos independentes. A Administração da Companhia, devidamente amparada por seus Assessores Jurídicos externos, levando em consideração a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis. As provisões fiscais são, em maioria, ligadas a Impostos sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

As movimentações das provisões para demandas judiciais no período findo em 31 de dezembro de 2022 e estão demonstradas a seguir:

Controladora

	31/12/2021	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2022
Fiscais	54.421	187	-	54.608
Trabalhistas	5.301	2.200	(1.894)	5.607
Cíveis	-	51	-	51
	59.722	**2.438**	**(1.894)**	**60.265**

Consolidado

	31/12/2021	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2022
Fiscais	61.989	536	(5.640)	56.885
Trabalhistas	6.951	5.537	(1.843)	10.645
Cíveis	1.427	51	(1.420)	58
	70.367	**6.123**	**(8.902)**	**67.588**

Controladora

	31/12/2020	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2021
Fiscais	53.378	1.043	-	54.421
Trabalhistas	1.546	3.715	-	5.261
Cíveis	-	40	-	40
	54.925	**4.797**	**-**	**59.722**

Consolidado

	31/12/2020	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2021
Fiscais	61.090	1.043	(143)	61.989
Trabalhistas	3.650	4.936	(1.634)	6.951
Cíveis	2.203	40	(816)	1.427
	66.942	**6.018**	**(2.593)**	**70.367**

b) Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, as quais seus Assessores Jurídicos externos julgam como sendo de perda possível, portanto, não se encontram registradas, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", as quais descriminadas a seguir:

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Fiscais (i)	35.214	1.679	60.859	26.503
Previdenciárias e trabalhistas	-	67	1.916	3.365
Cíveis	5.384	-	5.484	100
Total	**40.598**	**1.746**	**68.260**	**29.968**

(i) Processo com probabilidade de perda possível na Controladora, referente a crédito de IRRF, adicional e multa relativos ao ano de 2018.

Abaixo a movimentação das causas consideradas possíveis:

Controladora

	DEZ-21	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-22
Fiscais	1.679	33.534	-	35.214
Previdenciárias e trabalhistas	67	(67)	-	-
Cíveis	-	5.384	-	5.384
	1.746	**38.852**	**-**	**40.598**

Consolidado

	DEZ-21	Adições	Baixas/ Reversões	DEZ-22
Fiscais	26.503	34.584	(227)	60.859
Previdenciárias e trabalhistas	3.365	66	(1.515)	1.916
Cíveis	100	5.384	-	5.484
	29.968	**40.034**	**(1.742)**	**68.260**

Controladora

	31/12/2020	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2021
Fiscais	1.437	242	-	1.679
Trabalhistas	59	7	-	67
Cíveis	700	-	(700)	-
	2.197	**249**	**(700)**	**1.746**

Consolidado

	31/12/2020	Adições	Baixas/ Reversões	31/12/2021
Fiscais	25.900	660	(56)	26.503
Trabalhistas	1.221	2.144	-	3.365
Cíveis	1.047	-	(947)	100
	28.167	**2.804**	**(1.003)**	**29.968**

19. CAPITAL SOCIAL

O capital social de R$ 153.7 milhões está representado por 6.404.949 ações nominativas, sendo 5.631.445 ações ordinárias e 773.504 ações preferenciais, cujo valor nominal é de R$ 24,00 por ação.

Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, o montante não inferior a 25% (vinte e cindo por cento).

Reservas

1) **Legal:** constituída na base de 5% (cinco por cento) no mínimo do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% (vinte por cento) do capital social, antes de qualquer destinação.

2) **Estatutária de manutenção do capital de giro:** constituída na base de 5% (cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, e limitado a 10% (dez por cento) do capital social.

Destinação do resultado do exercício

A distribuição do resultado do exercício de 2022 está disposta a seguir:

	DEZ-2022
(=) Resultado do exercícios	1.512
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(76)
Lucro líquido ajustado do exercícios (Base para distribuição do dividendo)	**1.436**
(-) Constituição de reserva de capital de giro (5%)	(72)
(-) Constituição de reserva especial (Dividendos)	(359)
Destinado a reserva de lucro	**1.005**

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Receita Bruta	19.002	5.451	301.035	226.428
Descontos e abatimentos	-	-	(66.561)	(57.523)
Impostos incidentes	(1.767)	(504)	(33.508)	(24.733)
Receita líquida	**17.236**	**4.947**	**200.966**	**144.172**

Na controladora a variação é decorrente da alteração contratual de arrendamento com uma suas controladas, atrelado a contratação do CRI no final do exercício de 2021. No Consolidado a variação se deve no Seguimento Editorial, ao aumento das vendas no varejo, principalmente, por efeitos da Bienal do Livro em SP. No seguimento de Fibras de alto rendimento em função do aumento de volume e correção do preço das fibras.

21. RECEITA POR SEGMENTO

31.12.2022

	Fibras de alto rendimento	Editorial	Imobiliário	Consolidado
Receita Bruta	192.894	104.702	3.439	301.035
Deduções	(33.461)	(66.197)	(411)	(100.069)
Receita Operacional Líquida	**159.433**	**38.505**	**3.028**	**200.966**
Custos:				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	(68.877)	(14.629)	-	(83.506)
Gastos com pessoal	(26.692)	-	-	(26.692)
Depreciação e amortização	(20.207)	-	-	(20.207)
Outros	-	-	-	-
	(115.776)	(14.629)	-	(130.405)
Lucro Bruto	**43.657**	**23.876**	**3.028**	**70.561**
Despesas/receitas operacionais:	-	-	-	(66.509)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	61
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**-**	**-**	**-**	**4.113**
Resultado financeiro	-	-	-	(12.917)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**-**	**-**	**-**	**(8.803)**

31.12.2021

	Fibras de alto rendimento	Editorial	Imobiliário	Consolidado
Receita Bruta	134.487	87.803	4.137	226.428
Deduções	(24.584)	(57.199)	(474)	(82.256)
Receita Operacional Líquida	**109.904**	**30.604**	**3.664**	**144.172**
Custos:				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	(53.379)	(8.906)	-	(62.286)
Gastos com pessoal	(27.530)	-	-	(27.530)
Depreciação e amortização	(17.527)	-	-	(17.527)
	(98.436)	(8.906)	-	(107.342)
Lucro Bruto	**11.468**	**21.698**	**3.664**	**36.830**
Despesas/receitas operacionais:	-	-	-	(67.381)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	320
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**11.468**	**21.698**	**3.664**	**(30.231)**
Resultado financeiro	-	-	-	(6.396)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**11.468**	**21.698**	**3.664**	**(36.627)**

22. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

Acumulado

		Controladora DEZ-22	Controladora DEZ-21	Consolidado DEZ-22	Consolidado DEZ-21
Custo dos produtos vendidos	(a)				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)		-	-	(83.506)	(62.286)
Gastos com pessoal		-	-	(26.692)	(27.530)
Depreciação e amortização		-	-	(20.207)	(17.527)
		-	**-**	**(130.405)**	**(107.342)**
Despesas com vendas	(b)				
Gastos com pessoal		-	-	(7.951)	(7.867)
Fretes		-	-	(5.629)	(3.519)
Serviços		-	-	(3.085)	(2.038)
Descontos comerciais		-	-	(5.031)	(4.464)
Depreciação e amortização		-	-	(49)	(51)
Outros		-	-	(2.080)	(1.729)
		-	**-**	**(23.825)**	**(19.668)**
Despesas gerais e administrativas	(c)				
Gastos com pessoal		(25.438)	(21.398)	(31.188)	(28.101)
Serviços		(15.087)	(6.376)	(21.611)	(12.328)
Depreciação e amortização		(2.775)	(2.776)	(3.115)	(3.108)
Outros		(2.380)	(2.060)	(3.674)	(3.291)
		(45.679)	**(32.610)**	**(59.588)**	**(46.828)**
Outras Receitas	(d)				
Alienação de Imobilizado		-	-	4.727	2.988
Outras Receitas Operacionais		925	5.226	5.323	10.516
Reversão de Provisões		1.536	517	10.143	7.079
Ajuste a Valor Justo		-	-	12.504	3.761
		2.460	**5.743**	**32.696**	**24.344**
Outras Despesas	(e)				
Custo na Alienação de Imobilizado		-	-	(4.293)	(1.667)
Outras Despesas Operacionais		(1.023)	(4.740)	(2.184)	(16.142)
Provisões Diversas		(4.217)	(3.868)	(8.932)	(7.421)
Ajuste a Valor Justo		-	-	(383)	-
		(5.240)	**(8.608)**	**(15.792)**	**(25.229)**
Total Custos e Despesas		**(48.459)**	**(35.475)**	**(196.914)**	**(174.723)**

As variações no consolidado estão explicadas abaixo:

(a) Melhoria em função, principalmente, da redução do consumo de químicos no branqueamento, menor consumo de madeira e reajuste de preços no seguimento de Fibras de alto rendimento.

(b) No Seguimento Editorial, aumento das despesas com Direitos Autorais relativos ao aumento da receita, e efeitos da Bienal do Livro em SP. No seguimento de Fibras de alto rendimento aumento dos gastos com frete devido ao maior volume de venda e reajustes de contratos de frete, em função, principalmente, do aumento do preço do diesel.

(c) Dissidio em gastos com pessoal, consultorias de T.I, gastos com inovação e desenvolvimento Imobiliário.

(d) Principalmente pela reavaliação do ativo biológico e reversão de provisões de contingência.

(e) Maior volume de despesas em 2021, em função de regularizações contábeis, baixa de terrenos e itens inativos.

Trimestre

	Controladora 4ITR-22	Controladora 4ITR-21	Consolidado 4ITR-22	Consolidado 4ITR-21
Custo dos produtos vendidos				
Custos variáveis (matérias-primas, materiais de consumo e serviços)	-	-	(21.753)	(17.090)
Gastos com pessoal	-	-	(6.694)	(7.877)
Depreciação e amortização	-	-	(4.866)	(5.055)
	-	**-**	**(33.312)**	**(30.022)**
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	-	-	(1.721)	(1.918)
Fretes	-	-	(1.360)	(1.030)
Serviços	-	-	(713)	(373)
Descontos comerciais	-	-	(1.521)	(1.533)
Depreciação e amortização	-	-	(13)	(11)
Outros	-	-	(238)	(621)
	-	**-**	**(5.565)**	**(5.485)**
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(6.715)	(5.433)	(8.095)	(7.253)
Serviços	(3.781)	(2.133)	(5.728)	(3.957)
Depreciação e amortização	(693)	(696)	(778)	(781)
Outros	(788)	(698)	(1.206)	(1.117)
	(11.978)	**(8.959)**	**(15.806)**	**(13.108)**
Outras Receitas				
Alienação de Imobilizado	-	-	1.934	780
Outras Receitas Operacionais	567	4.343	725	9.313
Reversão de Provisões	-	93	10.143	1.426
Ajuste a Valor Justo	-	-	8.987	3.761
	567	**4.436**	**21.789**	**15.280**
Outras Despesas				
Custo na Alienação de Imobilizado	-	-	(1.768)	(429)
Outras Despesas Operacionais	(118)	(4.352)	(1.000)	(14.429)
Provisões Diversas	(3.377)	(3.860)	(5.462)	(4.369)
Ajuste a Valor Justo	-	-	(383)	-
Perdas Dedutíveis	-	-	-	25
	(3.495)	**(8.212)**	**(8.613)**	**(19.201)**
Total Custos e Despesas	**(14.906)**	**(12.735)**	**(41.507)**	**(52.535)**

continua...

...continuação

Melhoramentos

abrasca Companhia Associada

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
Acumulado	**DEZ-22**	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	3.557	1.091	5.057	2.243
Juros	1.552	1.041	2.077	5.088
Variação cambial[1]	-	-	4.230	2.787
Tributos s/ receitas financeiras	(227)	(99)	(278)	(328)
	4.882	**2.033**	**11.086**	**9.791**
Despesas financeiras				
Juros	(8.293)	(1.959)	(12.353)	(8.851)
Variação cambial[1]	(651)	(2.397)	(3.470)	(5.247)
Outras despesas financeiras	(1.112)	(1.376)	(1.677)	(2.089)
Variação monetária	(6.474)	-	(6.503)	-
	(16.530)	**(5.731)**	**(24.003)**	**(16.187)**
Resultado financeiro	**(11.648)**	**(3.698)**	**(12.917)**	**(6.396)**

	Controladora		Consolidado	
Trimestre	**4º TRI-22**	**4º TRI-21**	**4º TRI-22**	**4º TRI-21**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	353	1.088	745	1.433
Juros	408	(0)	570	3.595
Variação cambial[1]	-	-	305	621
Tributos s/ receitas financeiras	(53)	(51)	(65)	(228)
	707	**1.037**	**1.555**	**5.422**
Despesas financeiras				
Juros	(2.091)	(1.936)	(3.411)	(3.876)
Variação cambial[1]	-	(2.397)	(1.399)	(3.042)
Outras despesas financeiras	(198)	(1.285)	(349)	(1.543)
Variação monetária	-	-	(29)	-
	(2.288)	**(5.617)**	**(5.189)**	**(8.461)**
Resultado financeiro	**(1.581)**	**(4.580)**	**(3.634)**	**(3.039)**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia, enquadrada no regime de Lucro Real, manteve a sistemática de apuração Anual para o ano-calendário de 2022, bem como a permanência no regime de caixa para tributação da variação cambial, ou seja, os efeitos cambiais são oferecidos à tributação à medida que são efetivamente liquidados. Essa opção não é válida para as controladas enquadradas no regime de Lucro Presumido.

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
Corrente	-	-	(4.744)	(420)
Diferido	18.127	1.464	15.059	4.534
	18.127	**1.464**	**10.315**	**4.114**

Diferido

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica consideravelmente no aumento do prazo de recuperação dos créditos tributários. Ressaltamos ainda que, o atual cenário existente decorrente da pandemia ocasionada pela COVID-19 foi considerado nos estudos que suportam a constituição dos créditos tributários. A recuperabilidade destes tributos diferidos é revisada no mínimo anualmente, ou quando for provável a indisponibilidade de lucro tributável futuro. A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
Imposto de renda - Diferidos - Resultado	13.329	13.329	11.070	3.334
Contribuição social - Diferidos - Resultado	4.798	4.798	3.989	1.200
	18.127	**18.127**	**15.059**	**4.534**

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
Ativo - Diferido	**21.890**	**21.901**	**34.476**	**34.055**
Imposto de Renda	16.095	16.103	25.409	25.040
Contribuição Social	5.794	5.797	9.066	9.014
Passivo - Diferido	**321.339**	**341.525**	**340.701**	**356.730**
Imposto de Renda	240.776	255.619	255.000	266.786
Contribuição Social	80.562	85.906	85.700	89.944
	343.228	**363.426**	**375.176**	**390.785**

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicação de recursos, risco de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez aos quais entende que está exposta, de acordo com a natureza dos seus negócios e estrutura operacional. Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta. Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, e empréstimos e financiamentos a pagar. Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial. Os cenários razoavelmente possível e possível foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
Instrumentos de taxa variável				
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras	6.416	42.793	20.791	54.231
Contas a receber	18.783	19.826	38.582	50.601
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	100.797	96.247	138.342	146.584

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, CDI médio anual de 12,391%.

					Consolidado	
Instrumento Financeiro	**Indexador**	**Taxa de Juros a.a.**	**Posição em 31.12.2022**	**Cenário provável**	**Cenário razoavelmente possível 25%**	**Cenário possível 50%**
Aplicações financeiras (Nota 3)	CDI	100%	20.791	2.576	3.220	3.864
Contas a receber (Nota 5)	CDI	100%	38.605	4.784	5.979	7.175
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	CDI	100%	138.342	17.142	21.427	25.713

Risco de câmbio

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em EUROS) que estão expostas a riscos de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é a seguinte:

				Consolidado	
Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**Cenário razoavelmente possível 25%**	**Cenário possível 50%**
Empréstimo Helaba	88.739	Variação do Euro	88.739	110.924	133.109

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em contrato de instrumento financeiro, adiantamento de fornecedor ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Adicionalmente às aplicações de recursos referidas acima, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Em 31 de dezembro de 2022, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivale aos saldos apresentados na nota explicativa 4.

Risco de aplicação de Recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras com valores descritos na nota explicativas 3. O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa e equivalentes de caixa aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de rating Fitch e Moody's das instituições financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**	**DEZ-22**	**DEZ-21**
AAA	1.064	42.788	20.756	54.201
A-	-	6	34	30

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos no mercado global, administrando seu capital por meio de um planejamento de liquidez recorrente, com intuito de assegurar recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras. O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2022:

							Consolidado	
	2022	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028 em diante**	**Total**
Emprestimos e financiamentos	29.221	19.527	18.641	13.291	13.291	11.092	33.277	138.342

Gestão de Capital

A estrutura de capital da Companhia é monitorada pelo acompanhamento do endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 12), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa (nota explicativa 3), e pelo índice de endividamento líquido obtido pela divisão do endividamento líquido pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

	Consolidado	
	DEZ-22	**DEZ-21**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	22.207	67.512
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(138.342)	(146.584)
Dívida Líquida	**(116.135)**	**(79.072)**
Patrimônio líquido	825.895	823.504
Índice de endividamento líquido	**(0,14)**	**(0,10)**

26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui seguros patrimonial e de responsabilidade civil suficientes para cobrir os riscos, conforme abaixo:

Local segurado	**Limite maximo de indenização**
Responsabilidade Civil	4.500
Patrimonial (RO)	93.365
D&O	40.000

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1 Decisão Supremo Tribunal Federal (STF) - efeitos de coisa julgada tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os temas 881 e 885 e declarou a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado, ou seja, julgou no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do STF para as questões tributárias. A Administração da Companhia juntamente com os seus assessores jurídicos, avaliaram a decisão proferida, e não foi identificada mudança relevante, não antevendo quaisquer impactos para a Companhia Melhoramentos de São Paulo e suas controladas.

27.2 Venda da Controlada Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023 a alienação e transferência definitiva da totalidade das quotas detidas, direta ou indiretamente, pela Companhia no capital social da sociedade controlada Nova Caieiras V Empreendimentos imobiliários Ltda. - CNPJ 24.209.479/0001-39 ("Sociedade"), para a PCWO Participações Ltda, pelo valor de R$4.600 mil (quatro milhões e seiscentos mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Efetivada a alienação e transferência, retira-se a Companhia da Sociedade.

27.3 Captação de novos empréstimos

Entre fevereiro e março de 2023, a Companhia captou R$9.974mil para financiamento da operação e desenvolvimento de novos produtos.

a) Em 28 de fevereiro de 2023, a subsidiária Melhoramentos Florestal Ltda capturou o montante de R$ 5.000 em instrumento de dívida (capital de giro) junto a Instituição Financeira "Banco ABC" com vencimento total em quatro anos, com taxa de CDI+ 4,5% ao ano.

b) Em 01 de março de 2023, a subsidiária Melhoramentos Florestal Ltda capturou o montante de R$ 4.974 em instrumento de dívida (capital de giro) junto a Instituição Financeira "Banco Santander" com vencimento total em cinco anos, com taxa de CDI+ 8,79% ao ano.

A ADMINISTRAÇÃO

Bruno Marcos Martin - CRC MG-105724/O-7 T-SP

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA FINS DO ARTIGO 22, V, e ARTIGO 31, II DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

Declaramos, na qualidade de Diretores da Companhia Melhoramentos de São Paulo, "(Companhia)", sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tito, nº 479, CEP 05051-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.730.348/0001-66, nos termos do art. 21, V, e art. 29, II, da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Rafael Gibini - Presidente e Relações com Investidores
Carolina Alvim Guedes Alcoforado - Diretora de Operações

DECLARAÇÃO DO DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PARA FINS DO ARTIGO 22, V, e ARTIGO 31, II RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

Declaramos, na qualidade de Diretores da Companhia Melhoramentos de São Paulo, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Tito, nº 479, CEP 05051-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.730.348/0001-66, nos termos art. 21, V, e art. 29, II, da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que discutimos e concordamos com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, datado em 27 de março de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Rafael Gibini - Presidente e Relações com Investidores
Carolina Alvim Guedes Alcoforado - Diretora de Operações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Melhoramentos de São Paulo - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Melhoramentos de São Paulo (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Melhoramentos de São Paulo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

1. Ativos biológicos mensurados ao valor justo - Notas explicativas nºs 2.3,i) e 11: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de ativo biológico (consolidado) no montante de R$ 88.701 mil, que compreende uma unidade de negócio para o plantio de florestas de eucalipto e pinus para fornecimento de matéria-prima para produção de celulose de fibra, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado para as florestas com idades entre 3 anos até o ponto de corte (acima do ponto de corte, foi considerado o valor de mercado). No cálculo do valor justo são utilizadas, dentre outras premissas, o ciclo médio de formação de florestas por espécie e região do plantio, volume de produção de madeira estimado em m³ por hectare no final do ciclo de formação, custo médio por hectare, preço médio de venda das espécies envolvidas (eucalipto e pinus), condições do ativo e taxas de desconto para cálculo do valor justo do ativo biológico. Conforme mencionado, esse cálculo envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, uma vez que existem várias áreas de plantio, em diferentes etapas de crescimento, registradas nos sistemas de gestão e controle de florestas que, depois de coletadas, são consolidadas em planilhas eletrônicas. Dessa forma, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco e, consequentemente, um principal assunto de auditoria, devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, premissas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa descontados a valor presente, além do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam trazer às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados aos ativos biológicos; • envolvimento de nossos especialistas internos em finanças corporativas e infraestrutura na análise das informações preparadas pela administração, a fim de verificar a razoabilidade do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado preparado pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros e premissas e dados de mercado, além das taxas de desconto, volume, preço e gastos com plantio e despesas com vendas, ciclo médio de formação de florestas por espécie e região do plantio, volume de produção de madeira estimado em m³ por hectare no final do ciclo de formação, custo médio por hectare e preço médio de venda das espécies envolvidas (eucalipto e pinus); • desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração do valor justo do ativo biológico, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo: O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 18 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

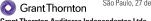
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2023

GrantThornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Octavio Zampirollo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 084/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE FIOS CIRÚRGICOS - POLIGLACTINA E OUTROS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por ausência de tempo hábil para decisão de impugnações, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

MOVI
B3 LISTED NM

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/ME nº 21.314.559/0001-66 - NIRE 3530047210-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 27 de abril de 2023, às 16 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 1º, a fim de aprimorar redação e uniformização; **(2.ii)** Alterar o artigo 2º, a fim de especificação da sede e foro que permanecem na cidade de São Paulo – SP, mas terão informações transferir para o Conselho de Administração a competência para transferir o endereço da sede se transferir para o Conselho de Administração a alteração do endereço da sede social da Companhia; **(2.iii)** Alterar o artigo 5º para ajustar o valor do capital social homologado em assembleia geral realizada em 26/07/2021 e aprimoramento da redação; **(2.iv)** Alterar o artigo 6º para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.v)** Alterar o artigo 7º para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.vi)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral e sua competência para indicar o secretário da mesa; **(2.vii)** Alterar o artigo 11 a fim de excluir o parágrafo 1º, em linha com o disposto no art. 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81 e aprimoramento da redação e uniformização; **(2.viii)** Alterar o artigo 12 a fim de (a) excluir as alíneas que tratam de matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social; (b) inclusão do parágrafo único para prever expressa da possibilidade de suspensão de direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária; e (c) aprimoramento de redação das demais cláusulas; **(2.ix)** Alterar o artigo 13, a fim de constar previsão de que os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente poderão ser cumulados em caso de vacância de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado; **(2.x)** Excluir o artigo 14, pois a submissão dos membros da administração à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários já são previstas nas próprias políticas; **(2.xi)** Alterar o artigo 16, a fim de aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xii)** Alterar o artigo 18, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária, e aprimoramento do seu parágrafo 2º; **(2.xiii)** Alterar o artigo 20 para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, a fim de (a) excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente, que não é atualmente utilizado na Companhia; (b) esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (c) aprimoramento da redação e uniformização; (d) correção de redação redundante; (e) excluir da competência do Conselho de Administração matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; (f) excluir da competência do Conselho de Administração para definir a lista tríplice de empresas avaliadoras para a elaboração do laudo de avaliação necessário à OPA para cancelamento de registro e à OPA para saída do Novo Mercado, pois essa exigência não consta mais da versão vigente do Regulamento do Novo Mercado; (g) prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; (g) Incluir na competência do Conselho de Administração a aprovação dos regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa; (h) Inclusão expressa na competência do Conselho de Administração a elaboração e divulgação de parecer sobre qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, conforme previsto no art. 21 do Regulamento do Novo Mercado; (i) dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; (j) transferir para o Conselho de Administração a competência para alterar o endereço da sede social da Companhia; (i) alterar o parágrafo 1º do artigo 21, para constar a hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; (k) excluir o parágrafo 2º do artigo 21, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xv)** Alterar o artigo 22, a fim de excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil; **(2.xvi)** Alterar o artigo 26, a fim de (a) aprimoramento da redação e uniformização; (b) excluir da competência da Diretoria da Companhia de prestar garantias para as controladas da Companhia de forma a refletir as alterações realizadas na competência do Conselho de Administração para a mesma matéria; e (c) incluir a competência dos diretores sem designação específica; **(2.xvii)** Alterar o artigo 27, para melhorar a governança aplicável à representação da Companhia perante terceiro, bem como na outorga de procurações; **(2.xviii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xix)** Alterar o atual artigo 28, que trata do Conselho Fiscal, com o intuito de aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xx)** Excluir o atual artigo 30, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xxi)** Alterar o artigo 31, a fim de explicitar que a participação nos lucros a ser atribuída aos administradores deve estar dentro do limite da remuneração global anual deliberada em assembleia geral, e aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xxii)** Excluir o artigo 36, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle; **(2.xxiii)** Excluir o artigo 37, com intuito de simplificar o estatuto social; **(2.xxiv)** Alterar o atual artigo 38 para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xxv)** Inclusão de dispositivo refletindo o disposto no art. 46 do Regulamento do Novo Mercado com relação a reorganizações societárias envolvendo a Companhia.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 25 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@movida.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.movida.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013.03/2023-CP – O Secretário de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE torna público, para conhecimento dos interessados que no próximo dia **02 de Maio de 2023, às 08h**, na sala de reuniões da Comissão situada na Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Camelódromo, SN, Centro, Itapipoca/CE, estará realizando Licitação, na Modalidade Concorrência Pública N° 013.03/2023-CP, Critério de Julgamento será do Tipo **Menor Preço no Regime de Empreitada Global**, com o seguinte Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para a restauração do pavimento e duplicação da rodovia CE-168 no trecho: Rua Vicente Siebra, com extensão de 1,6 km, no Município de Itapipoca/CE – PRODESA**, o qual se encontra na íntegra na sede da Comissão Especial de Licitação, com endereço: Rua Antônio Oliveira Menezes, por trás do Camelódromo, SN, Centro, Itapipoca/CE, no horário de 08h às 17h de Segunda a Sexta Feira e nos Endereços Eletrônicos: Site do www.tce.ce.gov.br/licitações e https://itapipoca.ce.gov.br/. **Antônio Vitor Nobre de Lima-Secretário de Infraestrutura.**

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF – POA/RS.
LICITAÇÃO: Concorrência nº 1/2023 - Tipo: Menor Preço - UASG 170177.
OBJETO: Concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, para prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, em Portos Secos de fronteira instalados nos Municípios de Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento, todos no Estado do Rio Grande do Sul, conforme detalhado no Edital e seus Anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES (Nº 1 - PROPOSTA E Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO): 15/05/2023, às 14h, na Av. Loureiro da Silva, 445 – 5º Andar – Sala 510, Centro Histórico, Porto Alegre/RS.
EDITAL: Disponível nos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/rs/srrf10-uasg-170177/aviso
ASSINA: André Luis Souza da Silva – Chefe da Divisão de Programação e Logística.

SIMPAR S.A.

CNPJ/ME nº 07.415.333/0001-20 - NIRE 35.300.323.416
Companhia Aberta de Capital Autorizado

SIMH
B3 LISTED NM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da SIMPAR S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 27 de abril de 2023, às 11 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 2º, a fim de transferir para o Conselho de Administração a competência para transferir o endereço da sede social da Companhia; **(2.ii)** Alterar o artigo 5º para refletir os aumentos de capital referentes aos exercícios de opção de compra de ações, conforme aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 07 de abril de 2022, 11 de abril de 2022 e 23 de maio de 2022; **(2.iii)** Alterar o artigo 6º, para recompor o capital autorizado da Companhia, passando de 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões) para 600.000.000 (seiscentos milhões) ações; **(2.iv)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral; **(2.v)** Alterar o artigo 12 a fim de excluir as alíneas onde são tratadas matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social, e aprimoramento de redação; **(2.vi)** Alterar o artigo 17, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária; **(2.vii)** Alterar o artigo 18, para corrigir redação redundante no tocante às regras de instalação das reuniões do Conselho de Administração, e aprimoramento do seu parágrafo 3º; **(2.viii)** Alterar o artigo 20, a fim de (a) excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente, que não é atualmente utilizado na Companhia e inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; (b) esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (c) adequar a competência do Conselho de Administração para dar mais flexibilidade a formações de consórcios pela Diretoria da Companhia; (d) aprimoramento de redação; (e) excluir da competência do Conselho de Administração matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; (f) prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; (g) dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; (h) transferir para o Conselho de Administração a competência para alterar o endereço da sede social da Companhia; (i) alterar o parágrafo 1º do artigo 20, para constar a hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração e (j) excluir o parágrafo 3º do artigo 20, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.ix)** Alterar o artigo 21, para excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil e inclusão do novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; **(2.x)** Alterar o artigo 23, para incluir o novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão como substituto do Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativo; **(2.xi)** Alterar o artigo 25, para incluir o parágrafo 4º a fim de constar a competência do novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; **(2.xii)** Alterar o artigo 26, a fim de (a) incluir o novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão e aprimoramento da redação; (b) ajustar a denominação do Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativo, bem como a forma de representação nas outorgas de procuração e (c) excluir o parágrafo 3º que está fora de contexto; **(2.xiii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xiv)** Alterar o atual artigo 27, que trata do Conselho Fiscal, para excluir o seu parágrafo 4º, que está fora de contexto, e incluir um novo parágrafo, sobre regra de vedação à eleição do cargo de membro do Conselho Fiscal; **(2.xv)** Excluir o parágrafo 4º do artigo 29, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xvi)** Alterar o parágrafo 2º do artigo 30, para correção na referência dos dispositivos do Estatuto Social; e **(2.xvii)** Excluir os parágrafos 2º e 3º do artigo 35, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 25 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@simpar.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.simpar.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Adalberto Calil
Presidente do Conselho de Administração

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 49.263.189/0001-02 - NIRE 35.300.340.337

Relatório da Administração 4T22 e 2022

Mogi das Cruzes, 28 de março de 2023 - A Helbor Empreendimentos S.A. (B3: HBOR3), incorporadora residencial e comercial, anuncia hoje os resultados para o quarto trimestre (4T22) e ano de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as orientações técnicas e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi desafiador, porém conseguimos, mais uma vez, encerrar o exercício com indicadores operacionais e financeiros positivos, dando continuidade ao ciclo de retomada dos resultados favoráveis gerados pela Companhia, que vem passando por uma contínua evolução a cada ano.

Lançamos treze novos empreendimentos ao longo deste ano que totalizaram 1.443 unidade e um VGV líquido de R$ 1.678 milhões. Vendemos um total de 1.950 unidades que representaram um VGV total de R$ 1.437 milhões, sendo 53% de unidade prontas e em construção. Vale destacar a redução, neste ano, de 41% no estoque de unidades prontas do legado, representando um total de R$ 270 milhões vendidos.

O ano de 2023 permanece com indicadores macroeconômicos e de mercado desafiadores, por este motivo continuamos monitorando de perto as condições mercadológicas antes da tomada de decisão em relação aos projetos que planejamos lançar ao longo desse ano.

1) DADOS OPERACIONAIS

LANÇAMENTOS

A Helbor lançou 2 projetos no 4T22, somando um VGV total líquido de R$ 311,7 milhões, sendo a Parte Helbor correspondente a R$ 180,8 milhões. No ano lançamos 13 projetos, um total de R$ 1.677,8 milhões, sendo 57,5% Parte Helbor ou R$ 964,1 milhões. Continuamos atentos aos indicadores macroeconômicos e de mercado para a tomada de decisão sobre os lançamentos que serão realizados ao longo de 2023.

VENDAS CONTRATADAS

As **Vendas Brutas Totais** no trimestre foram de R$ 268,2 milhões, redução de 42,9% se comparado ao 3T22, e alta de 3,9% frente o 4T21. Já as Vendas Brutas Parte Helbor totalizaram R$ 178,2 milhões no 4T22, um decréscimo de 30,5% frente o 3T22 e um acréscimo de 8,6% em relação ao 4T21.

As **Vendas de Lançamentos** totalizaram R$ 32,6 milhões no 4T22, sendo 56,3% Parte Helbor, uma redução de 82,6% quando comparado ao 3T22. Vale ressaltar que os lançamentos do quarto trimestre foram realizados já no fim do período, impactando no volume de vendas do período. Já as vendas de lançamentos acumuladas no ano de 2022 totalizaram R$ 677,3 milhões e a Parte Helbor foi de R$ 368,7 milhões, tendo um acréscimo de 26,1% em relação ano anterior.

Das **Vendas Totais** no 4T22, **28,4%** correspondem à comercialização de unidades prontas, **59,4%** em construção e **12,2%** de lançamentos, enquanto no acumulado de 2022, unidades prontas, em construção e lançamentos correspondem a 22,2%, 30,7% e 47,1%, respectivamente.

A Velocidade de Vendas medida pelo indicador **VSO** Parte Helbor foi de 7,9% no 4T22, 3,6 p.p. inferior ao VSO apresentado no 3T22. Já na comparação 2022x2021, o atual período foi 4,9 p.p. inferior.

As **Vendas Líquidas de Distratos** no trimestre totalizaram R$ 237,8 milhões, sendo a Parte Helbor líquida de distratos de R$ 158,5 milhões.

ESTOQUE

O estoque total a valor de mercado no encerramento do 4T22 somou **R$ 3.195 milhões**, sendo **R$ 2.009 milhões** referentes à Parte Helbor (62,9% de participação). Em relação ao 3T22, o estoque total teve uma queda de 0,4% e a redução da Parte Helbor foi de 2,6%, explicado pelo volume de vendas no período (R$ 268,2 milhões).

O gráfico abaixo apresenta a variação dos estoques entre o 3T22 e 4T22:

BANCO DE TERRENOS

Não foram incorporadas novas áreas ao *landbank* da Companhia e os valores dos projetos existentes foram atualizados em R$ 487,6 milhões, representando um reajuste de 0,21% sobre o valor total do *landbank* do 3T22. Dessa forma, o *landbank* da Companhia encerrou o 4T22 com VGV bruto potencial de R$ 9,8 bilhões, sendo 66,2% Parte Helbor.

ENTREGAS

Não houve entrega de empreendimentos no 4T22. Os **Repasses** atingiram R$ 134,7 milhões no período, representando uma redução de 17,9% em relação ao 3T22. Na comparação com o 4T21 a redução foi de 41,3%, explicada por não haver entregas no 4T22. No ano de 2022, os Repasses atingiram R$ 580,8 milhões.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)

No **4T22**, a **Receita Operacional Líquida** totalizou **R$ 215,0 milhões**, um aumento de 37,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior, explicado pelo *mix* de vendas, que foi mais concentrado na venda de unidades em construção no 4T22, alcançando 59,4% versus 37,6% no 4T21, influenciando no reconhecimento da ROL que segue o método PoC (Percentage of Completion) de cada empreendimento. Já na comparação com o 3T22 houve uma queda de 19,4%. Essa variação é atribuída ao menor volume de vendas entre os períodos, principalmente de unidades prontas e lançamentos.

No ano de **2022**, a **ROL** somou **R$ 906,4 milhões**, uma leve queda de 4,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, explicada pelo menor volume de vendas e *mix* mais concentrado na venda de lançamentos no ano corrente, que alcançou 47,1% versus 36,6% no ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os **Custos Operacionais** atingiram **R$ 152,8 milhões** no **4T22** registrando um aumento de 36,2% vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, resultado do maior avanço das obras em andamento na comparação entre os períodos, e uma redução de 21,2% sobre o 3T22, principalmente em função do menor volume de vendas. No **acumulado ano**, os **Custos Operacionais** somaram **R$ 653,5 milhões**, uma redução de 6,3% em relação ao ano de 2021.

RESULTADO BRUTO

No **4T22**, o **Lucro Bruto** atingiu **R$ 62,2 milhões** registrando um aumento de 41,1% vis-à-vis o 4T21. A **Margem Bruta** do 4T22, por sua vez, registrou um aumento de 0,7 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de 28,2% para **28,9%**. A **Margem Bruta ajustada** do 4T22 apresentou aumento em comparação ao 4T21 saindo de 33,5% para **36,3%**.

Já na comparação com o 3T22, o **Lucro Bruto** apresentou uma redução de 14,6%. Nesse mesmo período, a **margem bruta** registrou um aumento de 1,6 p.p., passando de 27,3%, para **28,9%**. A **Margem Bruta ajustada** por sua vez teve um crescimento de 2,9 p.p..

No acumulado do ano, o **Lucro Bruto** foi de **R$ 252,9 milhões** um aumento de 0,8% em relação ao ano de 2021. A **Margem Bruta** de 2022 registrou um aumento de 1,4 p.p. na comparação com 2021, passando de 26,5% para 27,9%. A Margem Bruta ajustada, por sua vez registrou aumento de 2,0 p.p. alcançando 34,8%.

A variação positiva na margem, na comparação entre os períodos, reflete a tendência de melhora nos resultados, onde os novos projetos, possuem margens maiores enquanto os projetos antigos, que possuem uma margem mais comprimida, estão em processo de redução no *mix* de vendas.

A tabela a seguir mostra o Lucro Bruto, a Margem bruta e Margem bruta ajustada:

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Receita Operacional Líquida	214.980	156.267	37,6%	266.844	-19,4%	906.437	948.003	-4,4%
Custos Operacionais	(152.816)	(112.215)	36,2%	(194.035)	-21,2%	(653.507)	(697.165)	-6,3%
Lucro Bruto	**62.164**	**44.052**	**41,1%**	**72.809**	**-14,6%**	**252.930**	**250.838**	**0,8%**
Margem Bruta	28,9%	28,2%	0,7 p.p.	27,3%	1,6 p.p.	27,9%	26,5%	1,4 p.p.
Receita Operacional Líquida	214.980	156.267	37,6%	266.844	-19,4%	906.437	948.003	-4,4%
(–) Ajuste a valor presente	(329)	2.726	-112,1%	(2.912)	-88,7%	(7.093)	105	-6855,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada	215.309	153.541	40,2%	269.756	-20,2%	913.530	947.898	-3,6%
Custos Operacionais	(152.816)	(112.215)	36,2%	(194.035)	-21,2%	(653.507)	(697.165)	-6,3%
(–) Encargos Financeiros	(15.767)	(10.056)	56,8%	(14.394)	9,5%	(57.586)	(59.993)	-4,0%
Custos Operacionais Ajustados	(137.049)	(102.159)	34,2%	(179.641)	-23,7%	(595.921)	(637.172)	-6,5%
Lucro Bruto Ajustado	**78.260**	**51.382**	**52,3%**	**90.115**	**-13,2%**	**317.609**	**310.726**	**2,2%**
Margem Bruta Ajustada	36,3%	33,5%	2,8 p.p.	33,4%	2,9 p.p.	34,8%	32,8%	2,0 p.p.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

[1]Exclui o Ajuste a Valor Presente e Encargos Financeiros referentes aos juros das operações destinadas aos empreendimentos.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DGA)

No **4T22,** o **DGA** totalizou **R$ 18,4 milhões** uma redução de 8,1% se comparado com o mesmo período de 2021, explicado pela menor despesa (i) com Serviços profissionais e (ii) com Despesas Legais. Já na comparação com o 3T22, o DGA registrou uma queda de 27,2%, com redução em praticamente todas as linhas. Dessa forma, as despesas representaram 8,5% da Receita Líquida do período, uma redução de 4,3 p.p. em relação ao 4T21 e redução de 1,0 p.p. quando comparado com o 3T22.

No ano de **2022**, o DGA totalizou **R$ 92,8 milhões**, um aumento de 7,8% se comparado com 2021, representando 10,2% da Receita líquida do período, os maiores gastos com Pessoal e Honorários da Diretoria e Conselho de Administração explicam a variação na comparação entre os períodos.

Do montante das Despesas Gerais e Administrativas do trimestre, 73,1% são despesas alocadas à controladora, e 26,9% são referentes às SPE's.

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Pessoal	(8.397)	(7.229)	16,2%	(9.008)	-6,8%	(34.103)	(30.387)	12,2%
Serviços Profissionais	(3.074)	(4.267)	-28,0%	(3.398)	-9,5%	(15.198)	(16.200)	-6,2%
Ocupação	(1.255)	(1.269)	-1,1%	(1.406)	-10,7%	(4.756)	(3.753)	26,7%
Honorários Diretoria/ Conselho de Administração	(4.596)	(3.390)	35,6%	(4.665)	-1,5%	(17.212)	(14.171)	21,5%
Despesas Legais	2.618	(2.587)	-201,2%	(3.273)	-180,0%	(7.251)	(10.905)	-33,5%
Despesas com Depreciação e Amortização	(1.427)	(1.398)	2,1%	(1.549)	-7,9%	(5.993)	(5.195)	15,4%
Materiais Gerais	(557)	(781)	-28,7%	(738)	-24,5%	(2.983)	(2.741)	8,8%
Outras Despesas Administrativas	(1.685)	936	-280,0%	(1.197)	40,8%	(5.339)	(2.793)	91,2%
Total das Despesas Gerais e Administrativas	**(18.373)**	**(19.985)**	**-8,1%**	**(25.234)**	**-27,2%**	**(92.835)**	**(86.145)**	**7,8%**
Receita Operacional Líquida	214.980	156.267	37,6%	266.844	-19,4%	906.437	948.003	-4,4%
DGA / Receita Líquida	**8,5%**	**12,8%**	**-4,3 p.p.**	**9,5%**	**-1,0 p.p.**	**10,2%**	**9,1%**	**1,1 p.p.**

DESPESAS COMERCIAIS

No **4T22,** as Despesas Comerciais totalizaram **R$ 23,4 milhões**, aumento de 37,4 % vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, explicada pelo maior volume de lançamentos entre os períodos. Em relação ao trimestre anterior, as despesas comerciais foram 2,2% superiores, principalmente pelos maiores gastos com Publicidade e Propaganda, derivado do maior volume lançado entre os períodos. Esses valores corresponderam a 10,9%; 10,9% e 8,6% da receita líquida do 4T22, 4T21 e 3T22, respectivamente.

No acumulado do ano as Despesas Comerciais, registraram um aumento de 1,9%, alcançando R$ 87,6 milhões e representaram 9,7% da ROL. As maiores despesas com estandes de venda foram as responsáveis por este aumento, e são explicadas pelo maior número de lançamentos, além disso o lançamento de projetos nos segmentos de alto e altíssimo padrão foram mais representativos no ano corrente.

O quadro a seguir detalha a abertura das despesas comerciais:

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Publicidade e Propaganda	(6.537)	(2.995)	118,3%	(5.541)	18,0%	(21.306)	(22.169)	-3,9%
Comissões de Venda	(6.329)	(7.485)	-15,4%	(6.368)	-0,6%	(23.197)	(24.971)	-7,1%
Estandes de Venda	(5.747)	(2.016)	185,1%	(5.852)	-1,8%	(21.192)	(14.765)	43,5%
Decoração de Apartamento Modelo	(1.481)	(1.433)	3,3%	(1.177)	25,8%	(5.158)	(6.108)	-15,6%
Taxa de Administração	(144)	(191)	-24,6%	(265)	-45,7%	(699)	(1.210)	-42,2%
Condomínio de unidades de estoque	(3.136)	(2.892)	8,4%	(3.670)	-14,6%	(16.055)	(16.713)	-3,9%
Total Despesas Comerciais	**(23.374)**	**(17.012)**	**37,4%**	**(22.873)**	**2,2%**	**(87.607)**	**(85.936)**	**1,9%**
Receita Operacional Líquida	214.980	156.267	37,6%	266.844	-19,4%	906.437	948.003	-4,4%
Despesas Comerciais / Receita Líquida	**10,9%**	**10,9%**	**0,0 p.p.**	**8,6%**	**2,3 p.p.**	**9,7%**	**9,1%**	**0,6 p.p.**

RESULTADO FINANCEIRO

No **4T22**, a **Receita Financeira** totalizou **R$ 6,3 milhões**, redução de 68,7% se comparada ao mesmo período do ano anterior e uma redução de 59,2% em relação ao 3T22. Já as **Despesas Financeiras** apresentaram saldo de **R$ 22,3 milhões** no período, um aumento de 106,5% vis-à-vis o 4T21 e de 1,8% se comparado ao 3T22. Com isso, o **Resultado Financeiro** do trimestre resultou em uma Despesa Financeira na ordem de **R$ 16,0 milhões** versus uma Receita Financeira de R$ 9,5 milhões registrada no 4T21. Quando comparado ao trimestre anterior, houve uma redução de **R$ 9,6 milhões** no Resultado Financeiro, explicado principalmente pela maior despesa com juros pagos ou incorridos, fruto dos aumentos nas taxas de juros e endividamento entre os períodos combinado com um menor resultado nas Receitas Financeiras.

No acumulado **2022**, a **Receita Financeira** totalizou **R$ 59,8 milhões**, redução de 24,3% se comparada ao mesmo período do ano anterior. Já as **Despesas Financeiras** apresentaram saldo de **R$ 80,7 milhões** no período, um aumento de 27,2% vis-à-vis 2021. Com isso, o **Resultado Financeiro** no ano resultou em uma Despesa Financeira de **R$ 20,9 milhões** ante uma **Receita Financeira** de **R$ 15,7 milhões** no acumulado do ano anterior.

O quadro a seguir detalha a abertura do resultado financeiro:

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Receitas de Aplicações Financeiras	4.105	2.520	62,9%	5.008	-18,0%	15.151	5.884	157,5%
Variação Monetária Ativa	1.062	796	33,4%	4.563	-76,7%	32.886	42.319	-22,3%
Juros Ativos sobre Contratos	986	(893)	-210,4%	5.807	-83,0%	10.997	12.152	-9,5%
Juros e Multas por Atraso	139	14	892,9%	92	51,1%	516	307	68,1%
Outras Receitas Financeiras	48	17.828	-99,7%	61	-21,3%	253	18.346	-98,6%
Total de Receitas Financeiras	**6.340**	**20.265**	**-68,7%**	**15.531**	**-59,2%**	**59.803**	**79.008**	**-24,3%**
Juros Pagos ou Incorridos	(19.535)	(17.079)	14,4%	(15.469)	26,3%	(56.391)	(41.851)	34,7%
Variação Monetária Passiva	(1.040)	(84)	1138,1%	(4.427)	-76,5%	(14.390)	(14.103)	2,0%
Comissões e despesas bancárias	(273)	361	-175,7%	(186)	46,9%	(1.008)	(1.320)	-23,6%
Outras Despesas Financeiras	(1.438)	6.012	-123,9%	(1.800)	-20,1%	(8.877)	(6.166)	44,0%
Total de Despesas Financeiras	**(22.287)**	**(10.790)**	**106,5%**	**(21.882)**	**1,8%**	**(80.667)**	**(63.440)**	**27,2%**
Resultado Financeiro	**(15.947)**	**9.475**	**-268,3%**	**(6.351)**	**151,1%**	**(20.864)**	**15.568**	**-234,0%**

EBITDA

No **4T22**, o **EBITDA** totalizou **R$ 63,0 milhões**, um aumento de 314,4% ante o mesmo período do ano anterior que registrou um EBITDA de R$ 15,2 milhões, fruto do melhor resultado na comparação entre os períodos, conforme explicado nos capítulos anteriores deste release. A **Margem EBITDA**, por sua vez, foi de **29,3%**, 19,6 p.p. superior ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao 3T22, o EBTIDA no 4T22 foi 45,7% superior e a Margem EBITDA ficou 13,1 p.p. acima do registrado no trimestre anterior.

No ano, o EBITDA totalizou R$ 170,7 milhões, praticamente em linha em relação a 2021. A Margem EBITDA foi de 18,8%, 0,9 p.p. maior na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A tabela a seguir detalha a reconciliação do EBITDA e do EBITDA ajustado, bem como as respectivas:

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Lucro Antes do IR e da CS	39.884	18.400	116,8%	30.824	29,4%	126.419	166.275	-24,0%
(–) Receitas Financeiras	6.340	20.265	-68,7%	15.531	-59,2%	59.803	79.008	-24,3%
(+) Despesas Financeiras	22.288	10.790	106,6%	21.882	1,9%	80.668	63.440	27,2%
(+) Depreciação e Amortização	7.167	6.276	14,2%	6.055	18,4%	23.458	19.363	21,1%
EBITDA	62.999	15.201	314,4%	43.230	45,7%	170.742	170.070	0,4%

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Receita Operacional Líquida	214.980	156.267	37,6%	266.844	-19,4%	906.437	948.003	-4,4%
Margem EBITDA	29,3%	9,7%	19,6 p.p.	16,2%	13,1 p.p.	18,8%	17,9%	0,9 p.p.
EBITDA	62.999	15.201	314,4%	43.230	45,7%	170.742	170.070	0,4%
(+) Ajuste a Valor Presente	329	(2.726)	-112,1%	2.912	-88,7%	7.093	(105)	-6855,2%
(+) Outras receitas e despesas	(38.082)	(23.952)	59,0%	(312)	12105,8%	(45.289)	(56.008)	-19,1%
(+) Encargos Financeiros no Custo	15.767	10.056	56,8%	14.394	9,5%	57.586	59.993	-4,0%
EBITDA Ajustado	41.013	(1.421)	-2985,9%	60.224	-31,9%	190.132	173.950	9,3%
Receita Operacional Líquida Ajustada	215.309	153.541	40,2%	269.756	-20,2%	913.530	947.898	-3,6%
Margem EBITDA Ajustada	19,0%	-0,9%	19,9 p.p.	22,3%	-3,3 p.p.	20,8%	18,4%	2,4 p.p.

LUCRO LÍQUIDO

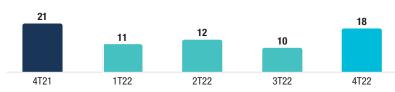
No **4T22**, a Companhia registrou **Lucro Líquido da Controladora** de **R$ 18,3 milhões**, redução de **13,3%** sobre o mesmo período do ano anterior. A **Margem Líquida** do período atingiu **8,5%**, piora de 5,0 p.p. frente à margem do 4T21. Em relação ao 3T22, o Lucro Líquido da controladora apresentou um aumento de 81,1%, influenciado pela melhora no resultado. A Margem Líquida registrou aumento de 41,7 p.p. em relação ao trimestre anterior.

No acumulado do ano o Lucro Líquido da controladora alcançou R$ 51,1 milhões, redução de 49,4% na comparação com o ano anterior, essa redução é explicada: (i) pelo menor percentual na participação da Controladora nos projetos, na comparação entre os períodos e (ii) pela Despesa Financeira registrada em 2022 ante uma Receita Financeira em 2021.

continua→★

★ continuação

Relatório da Administração 4T22 e 2022

Os resultados da Companhia continuam apresentando uma tendência positiva, comprovando a evolução do seu Novo Ciclo, onde os projetos mais recentes que possuem margens mais robustas estão participando cada vez mais no *mix* de vendas.
O gráfico abaixo demonstra os resultados ao longo dos últimos trimestres:

¹ Lucro Líquido dos últimos 12 meses sobre patrimônio líquido médio do período;
² Excluindo ações em tesouraria, o número de ações é de 132.693.612.

RESULTADOS A APROPRIAR
A **Receita a Apropriar** totalizou **R$ 612,5 milhões** no 4T22, uma **alta de 16,2%** quando comparada ao 4T21. Já em relação ao 3T22 houve queda de 3,6%. A **Margem a Apropriar** do 4T22 registrou **32,1%**, queda de **4,2 p.p.** se comparada ao 4T21, um nível ainda alto quando consideramos a tendência positiva explicada pelo *mix* de vendas entre as unidades do Novo Ciclo e Legado.
A Margem a Apropriar indica a tendência da Companhia de melhora de suas margens dos novos projetos que estão sendo lançados. Com o término do estoque mais antigo de imóveis prontos e o reconhecimento da margem dos novos projetos, a tendência é que a margem bruta ajustada convirja para o patamar da margem a apropriar.
A tabela a seguir apresenta o detalhamento e a evolução do resultado a apropriar:

(R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22
Receita a Apropriar	612.457	527.014	16,2%	635.514	-3,6%
Custos das Unidades Vendidas a Apropriar ¹	(415.910)	(335.736)	23,9%	(425.167)	-2,2%
Resultado a Apropriar	196.547	191.278	2,8%	210.347	-6,6%
Margem a Apropriar (%)	32,1%	36,3%	-4,2 p.p.	33,1%	-1,0 p.p.

¹ Sem encargos financeiros referentes aos juros das operações destinadas aos empreendimentos

RECEBÍVEIS
O **Total de Recebíveis**, líquidos de Ajuste a Valor Presente (AVP) e Provisão para risco de crédito e distrato, atingiu **R$ 777,1 milhões** no 4T22, sendo R$ 322,5 milhões referentes às unidades concluídas e R$ 454,5 milhões de unidades em construção. A redução no saldo de recebíveis do 4T22 em relação ao 3T22 foi de 22,5%, explicado, principalmente pela redução em Outros Créditos, cujos valores são compostos por alienações de participações societárias e créditos compostos por sócios não controladores. Quando comparado ao 4T21, o acréscimo foi de 24,1%, principalmente na linha de Provisão para perdas de crédito.
As tabelas a seguir apresentam a abertura dos recebíveis, incluindo o saldo do ajuste a valor presente e provisão para risco de crédito:

	Obras Concluídas			Em Construção			Total de Recebíveis no Balanço		
(R$ Mil)	4T22	3T22	4T22 x 3T22	4T22	3T22	4T22 x 3T22	4T22	3T22	4T22 x 3T22
Contas a Receber	306.203	319.031	-4,0%	474.920	420.364	13,0%	781.123	739.395	5,6%
Ajuste a Valor Presente	–	–	n.a.	(20.060)	(19.730)	1,7%	(20.060)	(19.730)	1,7%
Provisão para risco de crédito e distrato	(27.953)	(31.410)	-11,0%	(843)	(843)	0,0%	(28.796)	(32.253)	-10,7%
Outros Créditos	44.292	212.980	-79,2%	518	101.675	-99,5%	44.810	314.655	-85,8%
Total	**322.542**	**500.601**	**-35,6%**	**454.535**	**501.466**	**-9,4%**	**777.077**	**1.002.067**	**-22,5%**

	Obras Concluídas			Em Construção			Total de Recebíveis no Balanço		
(R$ Mil)	4T22	3T22	4T22 x 3T22	4T22	3T22	4T22 x 3T22	4T22	3T22	4T22 x 3T22
Contas a Receber	306.203	393.345	-22,2%	474.920	219.775	116,1%	781.123	613.120	27,4%
Ajuste a Valor Presente	–	–	n.a.	(20.060)	(12.966)	54,7%	(20.060)	(12.966)	54,7%
Provisão para risco de crédito e distrato	(27.953)	(34.926)	-20,0%	(843)	–	n.a.	(28.796)	(34.926)	-17,6%
Outros Créditos	44.292	58.851	-24,7%	518	1.861	-72,2%	44.810	60.712	-26,2%
Total	322.542	417.270	-22,7%	454.535	208.670	117,8%	777.077	625.940	24,1%

CAIXA E ENDIVIDAMENTO
O saldo de **Disponibilidades** totalizou **R$ 335,5 milhões** no encerramento do ano de 2022, o que representa uma queda de 10,8% em relação ao saldo existente de R$ 376,0 milhões ao fim de 2021. Tal redução e explicada, principalmente pela utilização dos recursos para a realização dos investimentos nos projetos em andamento durante o período.
Na comparação com o trimestre anterior houve um aumento de 10,5% vis-à-vis o montante de R$ 303,6 milhões registrado no 3T22.
A tabela a seguir apresenta os saldos de empréstimos, financiamentos de obra e a respectiva abertura em circulante e não circulante:

Endividamento (R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22
Empréstimos	361.328	328.628	10,0%	362.181	-0,2%
Financiamento de Obra	540.502	319.873	69,0%	415.976	29,9%
CRI e CCB de projetos imobiliários	914.120	646.264	41,4%	836.554	9,3%
Endividamento Total	1.815.950	1.294.765	40,3%	1.614.711	12,5%
Curto Prazo	**644.290**	**435.408**	**48,0%**	**565.759**	**13,9%**
Longo Prazo	**1.171.660**	**859.357**	**36,3%**	**1.048.952**	**11,7%**

No período, a dívida bruta encerrou 40,3% acima do 4T21, tal aumento é explicado pela capitalização do estoque de unidades prontas e pela necessidade de financiamentos direcionados à produção. Na comparação com o 3T22, o aumento foi de 12,5%, pelo mesmo motivo explicado anteriormente.
A Dívida Líquida da Helbor representa 69,7% do Patrimônio Líquido consolidado.
A tabela a seguir apresenta a reconciliação da Dívida Líquida:

Endividamento (R$ Mil)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22
Endividamento Total	1.815.950	1.294.765	40,3%	1.614.711	12,5%
Disponibilidades	335.466	375.978	-10,8%	303.599	10,5%
Dívida Líquida	1.480.484	918.787	61,1%	1.311.112	12,9%
Financiamento de Obra (SFH, CCB e CRI)	1.454.622	966.137	50,6%	1.252.530	16,1%
Dívida Líquida (ex-SFH ex-CRI ex-CCB)	25.862	(47.350)	-154,6%	58.582	-55,9%
Patrimônio Líquido Consolidado	2.124.817	1.814.389	17,1%	1.998.625	6,3%
Dívida Líquida Patrimônio Líquido Consolidado	69,7%	50,6%	19,1 p.p.	65,6%	4,1 p.p.
"Dívida Líquida (ex-SFH ex-CRI) / Patrimônio Líquido Consolidado"	**1,2%**	**-2,6%**	**3,8 p.p.**	**2,9%**	**-1,7 p.p.**

No ano de 2022 registramos ***Cash Burn*** de R$ 561,7 milhões devido à maior necessidade de investimentos nas SPE's durante o período.

Endividamento (R$ Mil)	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Disponibilidades	375.978	342.113	310.546	303.599	335.466
Empréstimos e Financiamentos	1.294.765	1.349.387	1.470.949	1.614.711	1.815.950
Dívida líquida - Início do período	885.014	918.787	1.007.274	1.160.403	1.311.112
Dívida líquida - Fim do período	918.787	1.007.274	1.160.403	1.311.112	1.480.484
(Cash Burn) Geração de Caixa	**(33.773)**	**(88.487)**	**(153.129)**	**(150.709)**	**(169.372)**

Cash Burn 2022
R$ 561,7 Milhões

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES
Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que os auditores independentes (Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S/S, "Baker Tilly") foram contratados apenas para realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2022.
A Companhia não contratou nenhum outro trabalho não relacionado à auditoria até 31 de dezembro de 2022.
A Companhia e suas controladas, por meio dos órgãos de governança, adotam procedimento de consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade requeridas aos serviços de auditoria independente, destacadamente para que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia e suas controladas, bem como não as represente legalmente.
A Baker Tilly declarou que todos os serviços prestados à Companhia e suas controladas observaram de forma estrita as normas contábeis e de auditoria que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não identificaram nenhuma situação que afeta a independência e objetividade ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Balanços Patrimoniais Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.538	15.992	153.144	136.313
Títulos e valores mobiliários	5	53.116	152.848	182.322	239.665
Contas a receber	6	6.084	51.377	457.848	303.512
Imóveis a comercializar	7	1.258	1.258	2.135.996	1.914.984
Outros ativos	–	19.725	30.023	76.965	112.742
Total do ativo circulante		101.721	251.498	3.006.275	2.707.216
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	38.026	903	319.229	322.428
Imóveis a comercializar	7	815	815	993.325	653.339
Partes relacionadas	8.1(i)	879.941	747.843	58.390	49.779
Depósitos judiciais	20(c)	2.937	3.450	15.992	21.278
Outros ativos	–	–	–	56.016	61.988
Investimentos	9	2.516.213	2.060.293	482.095	360.222
Propriedades para investimento	10	9.832	9.832	170.031	101.332
Imobilizado e intangível	11	42.839	41.986	96.178	95.223
Total do ativo não circulante		3.490.603	2.865.122	2.191.256	1.665.589
Total do ativo		3.592.324	3.116.620	5.197.531	4.372.805

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	488.384	287.284	583.678	411.725
Debêntures	13	60.612	23.683	60.612	23.683
Fornecedores	–	1.645	1.866	30.382	54.063
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	17	10.867	9.280	16.493	14.316
Passivo a descoberto de investidas	9(c)	24.025	6.871	–	–
Tributos diferidos	19	93	104	10.521	7.775
Adiantamentos de clientes	16	–	–	147.241	82.554
Credores por imóveis compromissados	14	–	–	85.235	91.003
Contas a pagar	15	1.062	4.533	18.171	121.035
Partes relacionadas	8.1(ii)	989.687	740.727	25.678	72.183
Dividendos a pagar	21(g)	12.125	23.980	12.125	23.980
Total do passivo circulante		1.588.500	1.098.328	990.136	902.317
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	575.699	581.206	1.145.731	788.945
Debêntures	13	25.929	70.412	25.929	70.412
Tributos diferidos	19	3.737	4.040	24.382	23.194
Adiantamentos de clientes	16	–	–	505.380	532.243
Credores por imóveis compromissados	14	–	–	323.300	172.081
Contas a pagar	15	25.736	27.567	40.044	46.059
Provisão para demandas judiciais	20(a)	573	1.845	17.812	23.165
Total do passivo não circulante		631.674	685.070	2.082.578	1.656.099
Patrimônio líquido:					
Capital social integralizado	21(a)	1.310.225	1.310.225	1.310.225	1.310.225
(–) Gastos com oferta pública de ações	21(b)	(36.921)	(36.921)	(36.921)	(36.921)
Ações em tesouraria	21(c)	(25.052)	(25.052)	(25.052)	(25.052)
Ajuste de avaliação patrimonial	21(d)	6.243	6.243	6.243	6.243
Reserva legal	21(e)	8.926	6.374	8.926	6.374
Reserva de lucros	21(f)	108.729	72.353	108.729	72.353
		1.372.150	1.333.222	1.372.150	1.333.222
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	752.667	481.167
Total do patrimônio líquido		1.372.150	1.333.222	2.124.817	1.814.389
Total do passivo e patrimônio líquido		3.592.324	3.116.620	5.197.531	4.372.805

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro e prejuízo por ação)

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	23	6.600	1.903	906.437	948.003
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	24	–	(79)	(653.507)	(697.165)
Lucro bruto		6.600	1.824	252.930	250.838
Despesas e receitas:					
Despesas gerais e administrativas	25(a)	(67.826)	(56.677)	(92.835)	(86.145)
Despesas comerciais	25(b)	(2.303)	(459)	(87.607)	(85.936)
Despesas tributárias		(2.604)	(2.451)	(8.468)	(7.909)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	27	2.153	27.046	45.292	56.008
Equivalência patrimonial	9	119.454	152.637	37.972	23.852
Resultado antes do resultado financeiro		55.474	121.920	147.284	150.708
Resultado financeiro:					
Despesas financeiras	26	(35.852)	(39.759)	(80.667)	(63.440)
Receitas financeiras	26	31.265	18.864	59.803	79.008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.887	101.025	126.420	166.276
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	18(a)	–	–	(16.599)	(22.373)
Diferidos	18(a)	166	(56)	(2.080)	996
Lucro líquido do exercício		51.053	100.969	107.741	144.899
Lucro líquido do exercício atribuível à:					
Acionistas controladores				51.053	100.969
Acionistas não controladores				56.688	43.930
				107.741	144.899
Lucro básico por ação (valor expresso em Reais)	22	0,3847	0,7609		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	51.053	100.969	107.741	144.899
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(8.094)	–	(8.094)
Total do resultado abrangente do exercício	51.053	92.875	107.741	136.805
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:				
Acionistas controladores			51.053	92.875
Acionistas não controladores			56.688	43.930
Resultado abrangente do exercício			107.741	136.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DVA - Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
1. Receitas				
1.1 Receita com vendas de imóveis	–	140	907.553	954.613
1.2 Receita de serviços	7.316	2.072	14.366	11.579
1.3 Outras receitas operacionais	2.153	27.046	47.782	59.717
	9.469	29.258	969.701	1.025.909
2. Insumos				
2.1 Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	–	(79)	(653.507)	(697.165)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.546)	(10.194)	(105.660)	(108.244)
3. Valor Adicionado Bruto	(6.077)	18.985	210.534	220.500
4. Retenções				
4.1 Depreciação e amortização	(4.898)	(3.772)	(23.458)	(19.363)
	(4.898)	(3.772)	(23.458)	(19.363)
5. Valor Adicionado Líquido produzido (3-4)	(10.975)	15.213	187.076	201.137
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência				
6.1 Equivalência Patrimonial	119.454	152.637	37.972	23.852
6.2 Receitas Financeiras	31.265	22.487	59.803	82.631
	150.719	175.124	97.775	106.483
7. Valor Total Adicionado a Distribuir (5+6)	139.744	190.337	284.851	307.620
8. Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos				
8.1.1 Remuneração direta	34.284	29.917	35.091	30.619
8.1.2 Benefícios	6.907	5.859	7.194	6.069
8.1.3 FGTS	1.792	1.674	1.855	1.737
	42.983	**37.450**	**44.140**	**38.425**
8.2 Impostos Taxas e Contribuições				
8.2.1 Federais	8.700	7.169	46.063	50.867
8.2.2 Estaduais	27	23	27	23
8.2.3 Municipais	653	684	4.825	5.446
	9.380	**7.876**	**50.915**	**56.336**
8.3 Juros e Aluguel				
8.3.1 Juros	34.615	41.662	71.054	56.421
8.3.2 Aluguéis	–	–	269	147
8.3.3 Outras	1.713	2.380	10.732	11.392
	36.328	**44.042**	**82.055**	**67.960**
8.4 Remuneração de Capitais Próprios				
8.4.1 Dividendos propostos	12.125	23.980	12.125	23.980
8.4.2 Lucro retidos	38.928	76.989	38.928	76.989
8.4.3 Acionistas não controladores	–	–	56.688	43.930
	51.053	**100.969**	**107.741**	**144.899**
Total Distribuição do Valor Adicionado	**139.744**	**190.337**	**284.851**	**307.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

→★ continuação

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

						Reserva de lucros							
	Notas	Capital social	Custo na emissão de ações	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.310.225	(36.921)	(25.052)	(4.145)	1.326	18.894	–	20.220	–	1.264.327	410.620	1.674.947
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	100.969	100.969	–	100.969	43.930	144.899
Transações com acionistas não controladores	21 (d)	–	–	–	(8.094)	–	–	–	–	–	(8.094)	–	(8.094)
Constituição de reserva legal	21 (e)	–	–	–	–	5.048	–	(5.048)	–	–	–	–	–
Dividendos propostos	21 (g)	–	–	–	–	–	–	(23.980)	(23.980)	–	(23.980)	–	(23.980)
Retenção de lucros	21 (f)	–	–	–	–	–	71.941	(71.941)	–	–	–	–	–
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26.617	26.617
Reclassificação		–	–	–	18.482	–	(18.482)	–	(18.482)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reclassificado		1.310.225	(36.921)	(25.052)	6.243	6.374	72.353	–	78.727	–	1.333.222	481.167	1.814.389
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	51.053	51.053	–	51.053	56.688	107.741
Transações com acionistas não controladores	21 (d)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal	21 (e)	–	–	–	–	2.552	–	(2.552)	–	–	–	–	–
Dividendos propostos	21 (g)	–	–	–	–	–	–	(12.125)	(12.125)	–	(12.125)	–	(12.125)
Retenção de lucros	21 (f)	–	–	–	–	–	36.376	(36.376)	–	–	–	–	–
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	214.812	214.812
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.310.225	(36.921)	(25.052)	6.243	8.926	108.729	–	117.655	–	1.372.150	752.667	2.124.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo operacional				
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	50.887	101.025	126.420	166.276
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	4.898	3.772	23.458	19.363
Ajuste a valor presente	–	–	7.093	(105)
Provisão para demandas judiciais	(905)	268	(8.327)	(10.573)
Provisão para risco de crédito e distratos	643	(80)	(6.130)	(7.058)
Provisão para perda na realização de imóveis	–	–	224	(11.011)
Provisão para ajuste de valor justo investimentos	(3.531)	–	(3.531)	–
Amortização de ágio	8.461	2.355	–	–
Tributos diferidos - Pis e Cofins	(149)	111	2.061	(1.306)
Apropriação de encargos sobre financiamentos	131.576	53.552	214.068	74.924
Encargos financeiros sobre financiamentos amortizados	26.353	(26.824)	57.586	(26.824)
Apropriação de encargos financeiros sobre mútuo/empréstimos	–	(1)	–	(1)
Valor justo de propriedades para investimento	–	–	(41.043)	(18.160)
Ajuste de avaliação patrimonial - CEPAC	–	–	(2.239)	–
Equivalência patrimonial	(119.454)	(152.637)	(37.972)	(23.852)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	7.527	(42.541)	(152.100)	58.184
Imóveis a comercializar	–	255	(334.272)	94.239
Depósitos judiciais	513	(389)	5.286	(2.576)
Outros ativos	10.300	13.348	41.749	103.587
Fornecedores	(222)	371	(23.682)	(8.552)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	1.587	1.357	2.177	541
Adiantamentos de clientes	–	–	(82.176)	12.371
Credores por imóveis compromissados	–	–	(46.741)	(41.159)
Contas a pagar	(5.300)	2.785	(108.879)	(12.891)
Provisão para demandas judiciais	(367)	–	2.974	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(16.804)	(23.257)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(128.648)	(54.177)	(190.169)	(87.609)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(15.831)**	**(97.450)**	**(570.969)**	**254.551**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(314.162)	(4.095)	(43.936)	(70.473)
Propriedade para investimento	–	(9.832)	–	(83.172)
Partes relacionadas líquidas	116.860	208.988	(55.116)	(29.788)
Imobilizado e intangível	(5.751)	(15.075)	(24.413)	(43.253)
Títulos e valores mobiliários	63.298	91.027	23.148	93.956
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(139.755)**	**271.013**	**(100.317)**	**(132.730)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	401.157	300.072	950.336	729.255
Pagamentos de principal dos empréstimos e financiamentos	(216.045)	(464.395)	(453.051)	(850.976)
Pagamentos de dividendos	(23.980)	(6.298)	(23.980)	(6.298)
Participação de acionistas não controladores	–	–	214.812	26.625
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**161.132**	**(170.621)**	**688.117**	**(101.394)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**5.546**	**2.942**	**16.831**	**20.427**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	15.992	13.050	136.313	115.886
No fim do exercício	21.538	15.992	153.144	136.313
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**5.546**	**2.942**	**16.831**	**20.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Notas Explicativas Resumidas

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Serão mantidas as numerações das notas explicativas das demonstrações financeiras completas. Assim as numerações não serão sequenciais.

1. Contexto operacional

A Helbor Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 17 de outubro de 1977, com sede localizada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145 - 15º andar, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, Brasil, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no novo mercado, desde 29 de outubro de 2007.

A Companhia tem como atividade preponderante a incorporação de empreendimentos imobiliários, bem como a prestação de serviços de administração de empreendimentos.

A Companhia forma parcerias com as principais incorporadoras e construtoras das regiões onde atua. O desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária é realizado por Sociedades de Propósito Específico (SPE), criadas especificamente para desenvolver cada um dos empreendimentos, de forma isolada.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

2. Resumo das principais políticas financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado a aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (NBC TG 47/IFRS 15). As demonstrações financeiras não estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade por considerarem a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros e propriedades para investimentos mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, provisões necessárias para passivos contingentes, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para rescisões contratuais, provisão para perda com estoque, custos orçados para os empreendimentos, tributos, outros encargos similares e ajuste a valor justos das propriedades para investimento. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações contábeis individuais quanto nas informações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Os encargos financeiros incorridos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos, cujos recursos foram empregados pela controladora na compra de terrenos e na construção dos empreendimentos das sociedades controladas, são capitalizados e apresentados nas demonstrações financeiras individuais na rubrica de investimentos e estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas como imóveis a comercializar. Esse ajuste, correspondente aos encargos financeiros apropriados às unidades não vendidas dos empreendimentos em construção. Nas demonstrações financeiras consolidadas, estas capitalizações estão apresentadas na rubrica de imóveis a comercializar, e são levadas à rubrica de custos das unidades vendidas no resultado à medida que as correspondentes unidades são vendidas. O reflexo da realização dos encargos financeiros nas informações contábeis consolidadas é registrado nas demonstrações financeiras individuais, com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia e aplicadas com uniformidade entre os períodos.

A participação societária no resultado das controladas é demonstrada no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas sociedades controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento de balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais consideram, adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 47 (IFRS 15), que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2.21. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na nota explicativa nº 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração. Como consequência, pelas IFRS, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Companhia participa atualmente de empreendimentos imobiliários por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). Na constituição dos primeiros empreendimentos, a Companhia mantém sua participação mediante sócia ostensiva em Sociedades em Conta de Participação ("SCPs").

(c) Pressuposto de continuidade operacional

As normas contábeis requerem que, ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação em futuro previsível. A Administração concluiu que não há nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as SCPs) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Os resultados das controladas, adquiridas/incorporadas estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da aquisição. As informações contábeis das controladas incluídas na consolidação são de período coincidente com o da controladora, e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas sociedades consolidadas, sendo consistentes com aquelas utilizadas nas cifras comparativas.

(d) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo Helbor. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial".

(e) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo Helbor tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes, quando aplicável, são reclassificados para o resultado.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

I) Ativos financeiros ao custo amortizado

São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

II) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas destes ativos no modelo de negócios da Companhia.

III) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

2.7.3. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia constitui provisão para perda esperada de crédito para os contratos de venda de unidades imobiliárias, sendo os valores provisionados mensalmente com base em dados históricos. A análise é realizada individualmente por contrato de venda. Esta abordagem está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros, item 5.5.17 (c).

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento possuir uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e esta diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão desta perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, por meio do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para risco de crédito, distrato e *impairment*.

2.9. Imóveis a comercializar

Os imóveis concluídos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção ou aquisição que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo compreende a aquisição do terreno, contratação da construção e outros custos relacionados diretamente a construção, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros das operações de crédito imobiliário) incorridos durante o período de construção, e os juros incidentes sobre debêntures, empréstimos e financiamentos (quando elegíveis), os quais são apropriados ao custo total da obra e levados ao resultado proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas, na rubrica "Custo dos imóveis vendidos".

O valor líquido realizável é o preço de venda, estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados para a conclusão e as despesas de vendas.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de permutas por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao valor justo dos terrenos permutados.

A classificação dos terrenos a incorporar entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada por meio de expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, sendo a mesma revisada periodicamente pela Administração.

2.10. Despesas com vendas a apropriar

As despesas com vendas a apropriar são representadas, substancialmente, por despesas com comissões sobre as vendas realizadas, as quais são apropriadas ao resultado, observando-se o mesmo critério adotado para reconhecimento das receitas das unidades vendidas.

2.11. Investimentos em participações societárias

Os investimentos em participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "Passivo a descoberto", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome destas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida (nota explicativa 9).

2.12. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos da transação.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo (conforme Nível 3 na classificação de Hierarquia do valor justo), apuradas de forma individual a cada propriedade, utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado, atualizado internamente e revisado a cada ano, com atualização anual preparada por empresa especializada de avaliação independente. As taxas de desconto são determinadas individualmente, sendo considerado o custo de oportunidade de cada empreendimento, o nível de risco do empreendimento, a perpetuidade dos fluxos e o crescimento real esperado pela Companhia

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em suas projeções. Adicionalmente, a Administração avalia se os índices e taxas estão consistentes e uniformes com o esperado pelo mercado. Ganhos e perdas resultantes das variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que forem geradas.
Uma propriedade para investimento é baixada quando vendida ou quando deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda.
<u>Informações sobre o valor justo das propriedades para investimento</u>
Para a mensuração do valor justo das propriedades para investimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia contratou laudos técnicos de avaliação por meio de empresa qualificada e sem qualquer tipo de vínculo. Os laudos obtidos foram revisados pela Companhia para que os valores dos ajustes pudessem ser reconhecidos com suficiente segurança.

2.16. Fornecedores e credores por imóveis compromissados
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis (credores por imóveis compromissados) são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. As contas a pagar aos fornecedores e credores por aquisição de imóveis são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do contrato correspondente, acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures
Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.
As debêntures não são conversíveis em ações e têm seu reconhecimento de forma similar a dos empréstimos e financiamentos.
Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para estar pronto para uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que estes irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do desembolso.
Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Garantias
A Companhia e suas controladas contratam construtoras especializadas para realizar a construção dos empreendimentos a serem comercializados, os quais possuem prazo de 5 anos de garantia. Os contratos firmados com as construtoras garantem que a cobertura de eventual sinistro seja de sua responsabilidade, entre outras cláusulas protetivas, motivo pelo qual nenhuma provisão é constituída nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(b) Atraso na entrega de empreendimentos
A Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre as incorporações imobiliárias, e os contratos de venda das unidades imobiliárias, dispõem de tolerância de 180 dias de atraso em relação ao prazo de entrega previsto nos referidos contratos das unidades vendidas em construção. Ocorre, porém, que os contratos firmados até meados de 2011 não fixam nenhuma multa ou outra penalidade à Companhia e suas controladas por atrasos superiores a referida tolerância.
A Companhia e suas controladas vêm acompanhando, juntamente com seus assessores legais, os processos que vêm sendo movidos individualmente por cada adquirente que tenha recebido sua unidade adquirida em construção em prazo superior ao da referida tolerância, requerendo as referidas compensações, bem como indenização por danos morais e materiais.
Como mencionado acima, a construção dos empreendimentos é contratada junto a construtoras especializadas, cujos contratos firmados garantem que a cobertura de eventual pedido de indenização por parte de clientes que tenham recebido suas unidades com atraso seja de sua responsabilidade, entre outras cláusulas protetivas, motivo pelo qual nenhuma provisão é constituída nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

2.21. Reconhecimento de receitas

2.21.1. Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis
A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2019, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 12 de dezembro de 2019, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

(a) Unidades concluídas
Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

(b) Unidades em construção
Nas vendas de unidades em construção, foram observados os seguintes procedimentos:
• O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado.
• É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo este percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida.
• Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável.
• O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa média da NTN-B, a qual se encontra demonstrada na nota explicativa 6, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP-M.
• Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC).
Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(c) Operações de permuta física
As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento em que as eventuais cláusulas resolutivas do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação não produzam mais efeitos.
O custo do terreno passa a integrar o custo do correspondente empreendimento de incorporação imobiliária.
Os adiantamentos de clientes decorrentes das operações de permutas são apropriados ao resultado com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

2.21.2. Receitas de serviços
A receita de serviços é composta por taxa de administração e intermediação de bens imóveis provenientes dos empreendimentos das SCPs e SPEs administrados pela Controladora. Estas receitas são registradas no período em que os serviços são prestados, em conformidade com o regime de competência.

2.21.3. Receitas de locação
A receita de locação é composta por aluguéis de imóveis próprios provenientes dos empreendimentos das SPEs administrados pela Controladora, contudo, a intenção final da Companhia é a venda. Estas receitas são registradas no período em que ocorrem, em conformidade com o regime de competência.

2.21.4. Receitas financeiras
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita
A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.
Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

(b) Provisão para ajuste a valor de mercado
De acordo com o cenário macroeconômico, a Companhia avaliou seus imóveis a comercializar e efetuou ajuste para refletir o valor de mercado.

(c) Valor justo das propriedades para investimento
Quando o valor justo de ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação.
Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.
O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.
Para a mensuração do valor justo das propriedades, a Companhia na avaliação considerou as metodologias abaixo:
• Método da renda | Fluxo de caixa descontado - Por essa metodologia, é projetada a receita de aluguel atual com base no desempenho atual e histórico por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas.
Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 10º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram desconsideradas perdas de receita por inadimplência.
As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na nota explicativa nº 10.

(d) Contingências
A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas controladas, pode afetar adversamente a Companhia e suas controladas, independentemente do respectivo resultado final.
A Companhia e suas controladas poderão periodicamente ser fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e revisadas periodicamente e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos.

(e) Provisão para distratos
A Companhia efetua a provisão para distratos, quando em sua análise por cliente são identificadas incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estas provisões vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a Companhia, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixas e bancos	15.952	6.249	76.508	79.791
Aplicações financeiras (i)	5.586	9.743	76.636	56.522
	21.538	**15.992**	**153.144**	**136.313**

i) Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros (FIF), resgatáveis a qualquer momento, sem vinculação a determinado prazo, e remuneradas com base na variação do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Certificado de depósito bancário (i)	32.765	97.249	38.585	97.249
Certificados de potencial adicional de construção (ii)	–	36.434	123.386	121.543
FICFI RF Referenciado DI (iii)	21	720	21	2.428
Recibo de depósito bancário (iv)	20.330	18.445	20.330	18.445
	53.116	**152.848**	**182.322**	**239.665**

i) Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerado com base em determinados percentuais da variação do CDI, que no período obtiveram remuneração média de 100% da variação do CDI, avaliados ao valor justo por meio do resultado;
ii) A Companhia adquiriu Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), junto a órgãos públicos e terceiros, não tendo como intenção, no registro inicial, sua incorporação a empreendimentos;
iii) Fundo de Investimento remunerado à taxa média de 97,00% do CDI;
iv) Recibo de Depósito Bancário (RDB) com remuneração de 105,14% da variação do CDI, avaliados ao valor justo por meio do resultado.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Contas a receber unidades em construção (i)	–	–	474.920	219.775
Contas a receber unidades concluídas (i)	5.144	5.037	306.203	393.345
Total a receber de clientes	**5.144**	**5.037**	**781.123**	**613.120**
Ajuste a valor presente (ii)	–	–	(20.060)	(12.966)
Provisão para risco de crédito e distrato (iii)	(2.295)	(1.652)	(28.796)	(34.926)
Alienações de participações societárias (iv)	41.261	47.134	41.262	47.134
Outros créditos a receber (v)	–	1.761	3.548	13.578
Total do contas a receber	**44.110**	**52.280**	**777.077**	**625.940**
Circulante	**6.084**	**51.377**	**457.848**	**303.512**
Não circulante	**38.026**	**903**	**319.229**	**322.428**

i) As contas a receber de venda de empreendimentos em construção estão substancialmente atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC). Após a conclusão das obras e entrega das chaves, as contas a receber passam a ser atualizadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), acrescidas de juros calculados pela Tabela Price de 12% a.a.;
Desta forma, estima-se que o contas a receber dos empreendimentos concluídos e o contas a receber apropriado dos empreendimentos em construção, deduzido do Ajuste a Valor Presente (AVP), estão próximos ao valor justo;
O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, de acordo com o ("POC"). A carteira de recebíveis com vencimento superior a 12 meses está apresentada no ativo não circulantes;
ii) A taxa utilizada no cálculo do AVP em 31 de dezembro de 2022 foi de 5,83% (4,20% em 31 de dezembro de 2021);
iii) A Companhia constitui provisão para risco de crédito para as perdas esperadas e para os eventuais distratos a serem realizados;
iv) Saldo a receber de alienação de participação societária da "SPE Hesa 196 Investimentos Imobiliários S.A." e outras;
v) Outros créditos compostos por conta corrente com sócios não controladores e demais créditos. O montante de R$ 150.941 reclassificado em 31 de dezembro de 2021 para rubrica de outros ativos, visando melhor apresentação.
A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, pode ser assim demonstrado, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
<u>Ano</u>	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidas				
Até 90 dias	2.289	–	87.165	34.136
De 91 a 180 dias	–	–	8.586	24.185
Acima de 180 dias	2.362	2.875	64.751	100.983
Total vencidas	**4.651**	**2.875**	**160.502**	**159.304**
A vencer				
2022	–	1.289	–	148.878
2023	–	873	326.551	141.627
2024	493	–	157.818	64.580
2025	–	–	41.718	20.830
2026 em diante	–	–	94.534	77.901
Total a vencer	493	2.162	620.621	453.816
Total a receber de clientes	**5.144**	**5.037**	**781.123**	**613.120**

7. Imóveis a comercializar
Representados pelos custos das unidades imobiliárias concluídas e em construção, bem como pelos terrenos para futuras incorporações, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imóveis concluídos	55	55	592.550	737.722
Terrenos a incorporar (i)	815	815	1.184.623	919.723
Imóveis em construção	–	–	1.012.800	683.431
Loteamentos a comercializar	1.203	1.203	1.203	1.203
Juros apropriados (ii)	–	–	350.722	242.224
Provisão para ajuste de valor de mercado (iii)	–	–	(16.204)	(15.980)
	2.073	**2.073**	**3.129.321**	**2.568.323**
Circulante	**1.258**	**1.258**	**2.135.996**	**1.914.984**
Não circulante	**815**	**815**	**993.325**	**653.339**

(i) O valor contábil de terrenos a incorporar (custo de aquisição do terreno, acrescido dos custos de registro e financiamento) é transferido para a rubrica "Imóveis em construção" quando é efetuado o lançamento do empreendimento para comercialização;
(ii) Refere-se aos juros e encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela controladora e cujos recursos foram transferidos para as sociedades controladas através de aumento de seu capital ou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), as quais os utilizaram para aplicação em seus empreendimentos. Os encargos financeiros capitalizados correspondentes às unidades ainda não comercializadas e aos terrenos a incorporar estão apresentados nos saldos consolidados (na controladora estão apresentados na rubrica "Investimentos" - nota explicativa 9);
(iii) A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável dos imóveis a comercializar e registrou a provisão para ajuste a valor de mercado (redução ao valor recuperável dos ativos).

8. Transações com partes relacionadas

(i) Entidades
Hélio Borenstein S.A. - Administração, Participações e Comércio (Hélio Borenstein S.A.), Companhia de capital fechado, fundada em 30 de junho de 1961, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, 16º andar na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia.
A Hélio Borenstein S.A. dedica-se, diretamente ou por meio de suas controladas e controladas em conjunto, a incorporação de empreendimentos imobiliários, bem como a prestação de serviços de administração de empreendimentos e a aquisição, a administração, o desenvolvimento, a locação e a gestão de prédios corporativos, *shopping centers*, estacionamentos, *strip malls*, galpões industriais e hotéis.
HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. (HBR Realty), é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 13 de dezembro de 2011, com sede na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, 2º andar, Jardim Armênia, CEP: 08580-500 - Helbor Concept - Edifício Corporate, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Controlada pela Hélio Borenstein S.A. - Administração, Participações e Comércio, a HBR Realty atua no desenvolvimento, administração e locação de propriedades imobiliárias comerciais.

(ii) Saldos e transações
<u>Com acionistas</u>
A Companhia, por meio de sua controlada HB Brokers - Gestão Imobiliária Ltda. (HB Brokers), mantém contratos de locações de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida a sede e filial da HB Brokers, na cidade de São Paulo, o qual é de propriedade da controladora Hélio Borenstein S.A. O valor do aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.243. O contrato com a Hélio Borenstein S.A. tem vigência de 60 meses e é reajustado, a cada 12 meses, aplicando-se o maior índice de inflação oficial divulgado pelo Governo Federal, registrado como despesas no grupo de despesas gerais e administrativas.
<u>Com HBR Realty e suas controladas</u>
As operações entre HBR Realty e a Companhia, ainda que realizadas por meio de suas controladas, são aprovadas nos Conselhos de Administração de cada uma das Companhias, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis, e em linha com as respectivas Políticas de Transações com Partes Relacionadas, com os acordos de investimentos, e com as melhores práticas de governança aplicáveis a transações dessa natureza, pois não considera os votos dos acionistas controladores das Companhias.
Em fevereiro de 2021 foi concretizada a venda dos doze ativos no montante de R$ 121.339. Em setembro de 2022 houve o complemento na venda de 2 ativos já registrados anteriormente, no montante de R$ 7.533

(iii) Outras Operações
Também em 17 de agosto de 2020, a Companhia celebrou um contrato de "Compartilhamento de Custos e Despesas", com a HBR Realty e o acionista controlador Hélio Borenstein S.A., no qual estabelece os termos e condições que deverão ser observados pelas partes no contexto do compartilhamento de custos e despesas comuns referentes a atividades de apoio administrativo, incluindo, sem limitação, custos e despesas de pessoal, materiais e serviços administrativos e de suporte ("Contrato de compartilhamento").
A Companhia possui contratos de co-incorporação em andamento com a HBR Realty nos empreendimentos Patteo Bosque Maia (SPE Hesa 170 Investimentos Imobiliários Ltda.); Wide São Paulo (SPE Hesa 172 Investimentos Imobiliários Ltda.); Avenida das Américas-RJ,

continua →★

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(SPE Hesa 158 Investimentos Imobiliários Ltda.), W São Paulo (SPE Hesa 150 Investimentos Imobiliários Ltda.), Edition Vila Madalena (SPE Hesa 185 Investimentos Imobiliários Ltda.), Patteo Klabin (SPE TF 57 Empreendimentos Imobiliários Ltda.), Condomínio Helbor Patteo São Bernardo (SPE Hesa 197 Investimentos Imobiliários Ltda.) e Edifício Metropolitan Vila Nova by Helbor (SPE Hesa 202 Investimentos Imobiliários Ltda.), onde os investimentos são proporcionais à parcela do empreendimento de sua titularidade.

A Companhia mantém contratos de locações de imóveis, incluindo a instalação onde está estabelecida sua sede, na cidade de Mogi das Cruzes e sua filial, na cidade de São Paulo, os quais são de propriedade das controlada da HBR Realty, HBR 26 - Investimentos Imobiliários Ltda. e HBR 1 - Investimentos Imobiliários Ltda., respectivamente. O contrato com a HBR 26 tem vigência de 120 meses o qual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M, sendo que o valor do aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 2.969 (R$ 2.619 em 31 de dezembro de 2021) registrado como despesas no grupo de despesas gerais e administrativas. Em relação ao contrato com a HBR 1 - Investimentos Imobiliários Ltda., a vigência é de 240 meses, o qual é reajustado anualmente pela variação positiva do IGP-M, sendo que o valor do aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.001 (R$ 465 de julho a 31 de dezembro de 2021), registrado como despesas no grupo de despesas gerais e administrativas.

8.1 Com controladas

A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária em conjunto com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas, mediante participação societária, bem como em estruturas societárias segregadas (SPEs e SCPs). A estrutura de administração destes empreendimentos e o gerenciamento de caixa são centralizados, normalmente, pela empresa líder, a qual fiscaliza o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros, bem como não possuem vencimento predeterminado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos em que se encontram aplicados os recursos gira em torno de três a quatro anos, sempre com base nos projetos e cronogramas físico-financeiros de cada obra. Esta forma de alocação dos recursos permite que as condições negociais acertadas com cada parceiro e, em cada empreendimento, fiquem concentradas em estruturas específicas e mais adequadas às suas características.

8.2 Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são resumidas como segue:

	Número de membros - 31/12/2022	Número de membros - 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Salários e honorários - Diretoria Estatutária e Administradores	11	11	8.643	7.724
Remuneração do conselho de Administração	6	7	594	526
Remuneração do comitê de Auditoria	3	–	144	–
Encargos sociais	–	–	1.876	1.650
Participação nos lucros ou resultados - Diretoria Estatutária e Administradores	11	11	5.955	4.271
			17.212	**14.171**

O diretor presidente e o vice-presidente executivos fazem parte do quadro acionário da Companhia.

9. Investimentos

Refere-se aos investimentos em controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Movimentação dos saldos

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
No início do exercício	**2.060.293**	**1.892.566**
Aumento de capital	462.584	328.749
Redução de capital	(210.892)	(211.889)
Ágio fundamentado na mais-valia do valor justo dos terrenos	10.457	104
Amortização de ágio	(8.461)	(2.355)
Dividendos	(42.211)	(132.973)
Provisão para perdas	15.218	(5.685)
Equivalência patrimonial	119.454	152.637
Outros	4.900	2.099
	2.411.342	**2.023.253**
Encargos financeiros (i)	104.871	37.040
No fim do exercício	**2.516.213**	**2.060.293**

(i) Refere-se aos juros e encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, empregados pela controladora na compra de terrenos e na construção dos empreendimentos imobiliários das controladas, que são registrados como investimento na controladora e estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas (na controladora estão apresentados na rubrica "Imóveis a comercializar" - nota explicativa 7).

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
No início do exercício	**360.222**	**263.573**
Aumento de capital	70.978	148.869
Redução de capital	(7)	(46.681)
Dividendos	(14.041)	(32.328)
Equivalência patrimonial	37.972	23.852
Outros	26.971	2.937
	482.095	**360.222**

10. Propriedades para investimento

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**9.832**	–	**101.332**	–
(+) Adições (a)	–	9.832	–	–
(+/-) Transferências / reclassificações (b)	–	–	27.656	83.171
(+/-) Ajuste a valor justo (c)	–	–	41.043	18.161
Saldo final	**9.832**	**9.832**	**170.031**	**101.332**

(a) Na controladora refere-se a cinco salas comerciais localizadas em São Paulo, totalizando o montante de R$ 9.832.

(b) No consolidado, durante o exercício de 2022 a Companhia transferiu algumas unidades da rubrica de "Imóveis a comercializar" para "Propriedade para investimentos".

(c) Variação no valor justo das propriedades para investimento reconhecidas no resultado, na nota explicativa 27.

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores externos e independentes. As metodologias para a determinação do valor justo dos imóveis estão divulgadas nas notas explicativas n° 2.12 e 3.1 (c).

A taxa de desconto foi elaborada por avaliadores independentes do mercado imobiliário, os quais calcularam a taxa partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, *rating* do locatário do imóvel entre outros). Adicionalmente, as taxas de capitalização também foram fornecidas pelos avaliadores independentes, os quais consideraram a perpetuidade de cada imóvel.

A Companhia calculou os fluxos de caixa pelo método de taxa real e com isso não foram consideradas premissas de inflação nos cálculos. Abaixo a Companhia demonstra as taxas e descontos, crescimento real na perpetuidade e prazo do fluxo de caixa utilizados para o cálculo do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado.

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de crescimento real/perpetuidade	1%	1%
Prazo do fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa média de desconto	9,0%	9,13%
Taxa média de "Cap rate"	8,5%	8,63%

Abaixo a Companhia demonstra uma análise de sensibilidade dos valores dos ativos e os respectivos ajustes no resultado caso houvesse alterações nas taxas de descontos utilizadas para o cálculo do valor justo, sendo variações de 0,5 pontos percentuais para cima e 0,5 pontos percentuais para baixo.

	Valor justo em 31/12/2022 Consolidado	Efeitos de variações no valor justo: -0,5 p.p	Efeito no resultado	0,5 p.p	Efeito no resultado
Valor justo das propriedades para investimento	170.031	177.213	7.182	163.169	(6.862)

12. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Financiamento de obras (i)	85.912	109.987	540.502	319.873
Contas garantidas e outras (ii)	274.788	234.494	274.787	234.533
Cédula de Crédito Bancário - Projetos (iii)	482.505	524.009	485.890	575.559
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	220.878	–	428.230	70.705
	1.064.083	**868.490**	**1.729.409**	**1.200.670**
Circulante	**488.384**	**287.284**	**583.678**	**411.725**
Não circulante	**575.699**	**581.206**	**1.145.731**	**788.945**

(i) Correspondem a financiamentos para construção de imóveis, sujeitos à variação da Taxa Referencial (TR), acrescido de taxa de juros de 3% a 12% a.a. e, variação do CDI, acrescidos de taxa de juros de 2,85% a 3% a.a. Estes financiamentos estão garantidos por hipotecas dos respectivos imóveis e cessão de recebíveis;

(ii) Empréstimos dos quais as garantias são notas promissórias e aval do acionista controlador, remunerados a taxa de 0,90% a 3,5% a.a., sujeitos a variação do CDI;

(iii) Cédulas de Crédito Bancário emitidas para utilização no desenvolvimento de projetos imobiliários. As operações possuem como garantia unidades imobiliárias concluídas, sujeitos a variação do CDI/IPCA, acrescido de taxa de juros de 1,5% a 5,75% a.a.;

(iv) Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, operações destinadas ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, sujeitos a variação do CDI, acrescido de taxa de juros de 2,15% a 3,0% a.a. Essas operações estão garantidas por alienação fiduciária dos respectivos imóveis e cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
2023	–	262.766	–	372.173
2024	248.456	212.732	600.282	311.015
2025	96.176	31.635	168.938	31.638
2026 em diante	231.067	74.073	376.511	74.119
Não Circulante	**575.699**	**581.206**	**1.145.731**	**788.945**

12.1. Movimentação do exercício

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	**868.490**	**1.080.822**	**1.200.670**	**1.382.462**
Captações	401.155	250.072	950.335	679.255
Pagamento do principal	(204.999)	(458.148)	(442.004)	(844.731)
Juros	(119.909)	(49.375)	(181.429)	(82.807)
Encargos sobre financiamentos	119.346	45.119	201.837	66.491
Saldo final	**1.064.083**	**868.490**	**1.729.409**	**1.200.670**

13. Debêntures

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Quinta emissão	41.022	40.653
Sexta emissão	45.519	53.442
	86.541	**94.095**
Circulante	**60.612**	**23.683**
Não Circulante	**25.929**	**70.412**

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
2023	–	52.648
2024	25.929	17.764
Não Circulante	**25.929**	**70.412**

Característica das debêntures (oferta restrita):

	Quinta emissão	Sexta emissão
Data de registro/emissão	20/03/2020	17/06/2021
Conversível em ações	Não	Não
Datas de vencimento	Carência de 36 meses. Liquidação será efetuada em março de 2023	Carência de 36 meses. Liquidação será efetuada em março de 2024
Remuneração (taxas anuais) - %	CDI+2,45% ao ano, base 252 dias úteis devidos mensalmente	IPCA+5,75% ao ano, base 252 dias úteis devidos mensalmente
Espécie de garantia	Nihil - quirografária	Nihil - quirografária
Valor nominal	1.000	1.000
Quantidade de títulos emitidos	47	50
Montante emitido	47.000	50.000

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas, com previsão de vencimento antecipado, sendo as principais: não pagamento nas datas de vencimento das obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, transformação do tipo societário para sociedade limitada e, cisão, fusão ou incorporação sem a prévia autorização dos debenturistas.

A Companhia faz o acompanhamento de *covenants* atrelados ao índice "Dívida Líquida/Patrimônio Líquido" (inferior 0,7) ao qual vem atendendo.

13.1 Movimentação do exercício

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	94.095	46.709
Captações	–	50.000
Pagamento do principal	(11.045)	(6.245)
Juros	(8.740)	(4.802)
Encargos sobre financiamentos	12.231	8.433
Saldo final	86.541	94.095

14. Credores por imóveis compromissados

Refere-se ao contas a pagar pela compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante	**85.235**	**91.003**
Ano		
2023	–	13.387
2024	196.838	99.197
2025	70.039	57.657
2026 em diante	56.423	1.840
Não circulante	**323.300**	**172.081**
Total	**408.535**	**263.084**

15. Contas a pagar

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aquisições de participações societárias a pagar (i)	9.957	10.310	9.971	10.324
Retenções contratuais a pagar (ii)	5	5	11.169	18.250
Distrato a pagar	100	332	10.045	80.413
Redução de capital a pagar	–	–	2.972	4.240
Arrendamento mercantil a pagar	16.736	18.614	22.465	24.782
Contas a pagar construtoras (iii)	–	–	1.029	10.187
Contas a pagar diversas	–	2.839	564	15.953
Conta corrente - CRI operação multi renda	–	–	–	2.945
	26.798	**32.100**	**58.215**	**167.094**
Circulante	**1.062**	**4.533**	**18.171**	**121.035**
Não Circulante	**25.736**	**27.567**	**40.044**	**46.059**

i) Saldo a pagar de participações societárias adquiridas pela Companhia;

(ii) Cauções retidos dos pagamentos das construtoras dos empreendimentos;

(iii) Contas a pagar a construtoras dos empreendimentos referentes aos custos de obras;

16. Adiantamentos de clientes

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Recebimentos superiores a receita apropriada	127.917	118.447
Permutas físicas avaliadas pelo valor justo	524.704	496.350
	652.621	**614.797**
Circulante	**147.241**	**82.554**
Não circulante	**505.380**	**532.243**

A classificação dos saldos das permutas físicas entre circulante e não circulante é realizada com base no período estimado para a conclusão das unidades imobiliárias a serem entregues em permuta.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R$ 1.310.225, representado por 133.851.072 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Nos termos do estatuto social, o Conselho de Administração está autorizado a deliberar o aumento do capital social até o limite de R$ 3.000.000.000 (valor expresso em reais), mediante a emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Custo na emissão de ações

Refere-se aos custos de transação incorridos na captação de recursos em decorrência da oferta pública de ações ordinárias da Companhia ocorrida em 2007, no montante de R$ 13.236 e com a emissão de 211.342.500 (duzentas e onze milhões, trezentas e quarenta e duas mil e quinhentas) ações ocorridas em 2019, no montante de R$ 23.685. O total do custo das operações totaliza R$ 36.921.

(c) Ações em tesouraria

No transcorrer do exercício de 2022, não houve recompra de ações pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 1.157 mil ações em tesouraria, correspondentes a custo de aquisição contabilizado de R$ 25.052 (preço médio R$ 4,33).

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo é composto pelos resultados das variações de percentuais de participação societária oriundas de transações de capital.

(e) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

(f) Reserva de retenção de lucros

Reserva de lucros constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2021 e 2022, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008.

(g) Dividendos

O Estatuto Social prevê que a Companhia distribua dividendos mínimos equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, podendo ser reduzido ao mínimo de 25%, caso o orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, por deliberação por maioria qualificada, assim o defina. Ressalta-se que os respectivos dividendos são apurados ao final do exercício social. Foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no percentual de 25%, no montante de R$ 12.125 (R$ 23.980 em 31 de dezembro de 2022) conforme orçamento de capital, em reunião realizada em 28 de março de 2022.

22. Lucro por ação

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponível durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com o efeito diluidor das opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o período das opções de compra das ações. A Companhia atualmente não possui programa de opção de ações.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	51.053	100.969
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	132.694	132.694
Lucro básico diluído por ação - expresso em reais R$	**0,3847**	**0,7609**

23. Receita líquida

A reconciliação entre as receitas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita com venda de imóveis	–	140	914.646	954.508
Receita com taxa de administração e serviços	7.316	2.072	14.366	11.579
Aluguel de imóveis próprios	–	–	2.490	3.709
	7.316	**2.212**	**931.502**	**969.796**
Ajuste a valor presente	–	–	(7.093)	105
Tributos sobre vendas de imóveis, serviços e locação	(716)	(309)	(17.972)	(21.898)
	(716)	**(309)**	**(25.065)**	**(21.793)**
Receita líquida	**6.600**	**1.903**	**906.437**	**948.003**

24. Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Custo de obra/terreno/incorporação	–	–	(595.338)	(633.926)
Encargos financeiros capitalizados	–	–	(57.586)	(59.993)
Outros custos	–	(79)	(583)	(3.246)
Custo com vendas de imóveis	**–**	**(79)**	**(653.507)**	**(697.165)**

25. Despesas por natureza

(a) Administrativas

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Pessoal	(32.734)	(29.234)	(34.103)	(30.387)
Honorários da diretoria e do Conselho de Administração	(17.212)	(14.171)	(17.212)	(14.171)
Ocupação	(2.064)	(1.061)	(4.756)	(3.753)
Serviços profissionais	(5.115)	(6.008)	(15.198)	(16.200)
Materiais gerais	(2.153)	(1.842)	(2.983)	(2.741)
Despesas legais	(1.003)	(609)	(7.251)	(10.905)
Despesas com depreciação e amortização	(4.433)	(3.538)	(5.993)	(5.195)
Reparos e manutenções	(132)	(21)	(1.368)	(1.330)
Outras despesas administrativas	(2.980)	(193)	(3.971)	(1.463)
Despesas administrativas	**(67.826)**	**(56.677)**	**(92.835)**	**(86.145)**

(b) Comerciais

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Publicidade e propaganda	(1.475)	(424)	(21.306)	(22.169)
Estande de venda	–	–	(21.192)	(14.765)
Decoração de apartamento modelo	–	–	(5.158)	(6.108)
Comissões de vendas	–	–	(23.197)	(24.971)
Condomínio de unidades em estoque	(129)	(875)	(16.055)	(18.764)
Taxa de administração	(699)	(1.211)	(699)	(1.210)
(–) Recuperação de despesas comerciais	–	2.051	–	2.051
Despesas comerciais	**(2.303)**	**(459)**	**(87.607)**	**(85.936)**

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas de aplicações financeiras	8.988	5.185	15.151	5.884
Variação monetária ativa	17.533	5.954	32.886	42.318
Juros ativos s/ contratos	4.526	3.748	10.997	12.152
Juros e multas por atraso	5	5	516	307
Outras receitas financeiras	213	3.972	253	18.347
Receitas financeiras	**31.265**	**18.864**	**59.803**	**79.008**
Juros incorridos (i)	(34.088)	(34.023)	(56.392)	(41.851)
Variação monetária passiva	(529)	(7.639)	(14.390)	(14.103)
Comissões e despesas bancárias	(95)	(1.156)	(1.008)	(1.320)
Outras despesas financeiras	(1.140)	3.059	(8.877)	(6.166)
Despesas financeiras	**(35.852)**	**(39.759)**	**(80.667)**	**(63.440)**
Resultado Financeiro	**(4.587)**	**(20.895)**	**(20.864)**	**15.568**

(i) Refere-se aos juros e encargos financeiros de financiamentos e operações de crédito obtidos pela controladora e posteriormente transferidos para as controladas, as quais os aplicam no custeio dos empreendimentos. Os juros relativos às debêntures, empréstimos e financiamentos e demais operações de crédito são capitalizados na rubrica de investimentos na controladora e posteriormente apropriados ao resultado da controladora na rubrica de despesas financeiras. No consolidado, os encargos são capitalizados como imóveis a comercializar e posteriormente apropriados ao resultado, na rubrica de custo dos imóveis vendidos, proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados juros líquidos das apropriações por venda no montante de R$ 104.869 (R$ 26.284 foram capitalizados em 31 de dezembro de 2021).

27. Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Provisão para demandas judiciais	905	(269)	(2.974)	(747)
Provisão para perdas de crédito	–	–	901	(1.092)
Provisão para perda na realização de imóveis	–	–	–	11.011
Resultado com alienações de participações societárias (i)	444	29.516	444	29.517
Ganhos ou perdas de investimentos	2.022	–	2.022	–
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.749)	(2.201)	324	(842)
Valor justo de propriedades para investimentos	–	–	41.043	18.161
Avaliação a valor justo de investimentos	3.531	–	3.531	–
Outras receitas e despesas	**2.153**	**27.046**	**45.292**	**56.008**

(i) Referente a venda de participação societária nos exercícios decorrente de transação com terceiros e HBR Realty Empreendimentos S.A..

30. Compromissos assumidos em projetos em andamento

De acordo com a Lei de Incorporação Imobiliária, a Companhia e suas controladas têm o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual poderia ter ocorrido a desistência da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes.

Os métodos e procedimentos para apuração das receitas e custos estão descritos na nota explicativa 2.21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. As principais informações sobre os projetos em andamento podem ser assim apresentadas:

(i) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empreendimentos em construção		
(a) Receita de vendas contratadas	1.740.538	1.134.596
(b) Receita de vendas apropriadas liquidas	–	–
Receita de vendas apropriadas	1.128.093	607.582
Distratos - receitas estornadas	(12)	–
Total	**1.128.081**	**607.582**
Receita de vendas a apropriar (a-b)	**612.457**	**527.014**
(ii) Receita Indenização por distratos	–	–
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita	1.714	–
(iv) Provisão para distratos (Passivo)		
Ajustes em receitas apropriadas	12	–
Ajustes em contas a receber de clientes	(1.441)	–
Receita por indenização por distratos	–	–
Ajustes em adiantamento de clientes	–	–
Total	**(1.429)**	**–**
(v) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas		
Empreendimentos em construção		
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	**1.142.125**	**734.662**
Custo Incorrido Líquido		
	31/12/2022	**31/12/2021**
(b) Custo de construção incorridos	(726.919)	(398.926)
Encargos financeiros apropriados	(23.405)	(4.398)
(c) Distratos - custos de construção	704	–
Distratos - encargos financeiros	30	–
Total	**(749.590)**	**(403.324)**
Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros) (a+b+c)	**415.910**	**335.736**
(vi) Custo orçado a apropriar em estoque	–	–
Empreendimentos em construção		
(a) Custo orçado das unidades (sem encargos financeiros)	1.542.759	1.122.960
Custo incorrido líquido		
(b) Custo de construção incorridos	(960.140)	(559.508)
Encargos financeiros apropriados	(27.189)	(5.394)
Total	**(987.329)**	**(564.902)**
Custo orçado a apropriar em estoque (sem encargos financeiros) (a+b)	**582.619**	**563.452**

31. Cobertura de seguros

Os seguros relacionados aos riscos de construção e manutenção são de responsabilidade das empreiteiras contratadas pela Companhia para execução dos empreendimentos, uma vez que a Companhia possui como atividade a incorporação de empreendimentos imobiliários, contratando terceiros para executar a construção.

32. Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração em 28 de março 2023. Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressa no relatório dos auditores independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Estatutário

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Estatutário da Helbor Empreendimentos S.A. no exercício de suas atribuições, e com base nos trabalhos realizados ao longo das seis reuniões realizadas entre o período de maio de 2022 e março de 2023, sendo que dessas seis reuniões, quatro foram realizadas com a presença dos auditores externos da Companhia.

Os membros do comitê procederam às seguintes análises:

a) Informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas, encerradas nos períodos de 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022, acompanhadas dos comentários da administração da Companhia e do Relatório de revisão especial dos Auditores Independentes, emitidos sem modificação pela Baker Tilly,

b) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da administração da Companhia e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem modificação pela Baker;

c) Durante as reuniões os auditores externos da Baker Tily e a auditora interna da Helbor efetuaram apresentações aos membros do comitê de relatórios, bem como foram indagados pelos membros, em relação aos trabalhos realizados e itens identificados em vossos trabalhos e relatórios;

d) Durante as reuniões os representantes da Companhia apresentaram informações complementares aos membros do comitê, em relação as informações contábeis trimestrais e anuais mencionadas acima, bem como informações operacionais e financeiras da Companhia e a estruturação da área de Governança Corporativa.;

Com base nos documentos examinados e nas informações prestadas, reuniões realizadas com representantes da Administração e da Auditoria Interna da Companhia e com Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatuário opinaram, por unanimidade, em cada encerramento de trimestre no encerramento anual, recomendar as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, bem como as demonstrações contábeis individuais e consolidadas nas respectivas reuniões do conselho de administração realizadas para esse fim.

Mogi das Cruzes, 28 de março de 2023
Emerson Fabri - Coordenador
Luiz Antonio Guariente - Membro
Milton Almicar Silva Vargas - Membro

Conselho de Administração

Henrique Borenstein- Presidente | **Henry Borenstein** | **Moacir Teixeira da Silva** | **Francisco Andrade Conde** | **Décio Tenerello** | **Milton Almicar Silva Vargas**

Diretoria

Henry Borenstein - Presidente | **Henrique Borenstein** | **Roberval Lanera Toffoli** | **Fabiana Parsloe Lex** | **Carlos Eduardo Kehdi** | **Marcelo Lima Bonanata**

Denervaldo Aparecido Setin | **Acyr de Oliveira Pereira** | **Mariana Pilotto Sá Tolentino** | **José Renato de Lima Gasparini** | **Franco Gerodetti Neto**

Contador

Acyr de Oliveira Pereira - Diretor de Controladoria e Contabilidade - CRC 1SP 220.266/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Helbor Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações significativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Helbor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Helbor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - reconhecimento de receita de unidade imobiliária não concluída

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.21, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021

Conforme Nota Explicativa nº 2.24 relativa as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, as quais foram reclassificações em relação as originalmente apresentadas, com objetivo de melhor apresentação e possibilitar a comparabilidade entre os exercícios, que ora estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas - estimativa dos custos de construção, Percentual de Conclusão da Obra ("POC") e satisfação da obrigação de desempenho (Notas Explicativas nºs 2.21 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" – "*Percentage of completion*") para mensurar e contabilizar as receitas relacionadas às vendas de imóveis em construção, levando em consideração a satisfação de suas obrigações de desempenho, alinhado ao disposto no CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15) e entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Devido à relevância dos custos orçados de construção a incorrer, que são a base para o reconhecimento de receitas, e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra e satisfação da obrigação de desempenho, que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor dos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Administração para o reconhecimento do custo e da receita operacional liquida de venda das unidades imobiliárias em construção e realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: a) comparação dos orçamentos de obra entre os exercícios e obtenção de esclarecimentos para variações não usuais; b) avaliação da documentação suporte relacionada à formação e/ou adições nos orçamentos, assim como o recálculo, em base amostral, das atualizações dos orçamentos de custos de construção, por empreendimento; c) testes em base amostral da documentação suporte para os custos incorridos durante o exercício; d) contratos de venda, comprovantes de recebimentos financeiros e recalculo do saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente; e) testes de recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados, comparando com aqueles apurados pela administração; e f) avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos que os saldos e valores originados do processo de reconhecimento de receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão representados de forma razoável.

Teste de redução ao valor recuperável (*"impairment"*) dos imóveis a comercializar e realização das contas a receber (Notas Explicativas nºs 2.8, 2.9, 6 e 7 e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia e suas controladas possuem um volume significativo de imóveis a comercializar em diversas fases de desenvolvimento (terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos) e contas a receber decorrentes das vendas de unidades imobiliárias, que são controlados diretamente pela Companhia ou por meio de sociedades controladas em conjunto. Qualquer mudança nas condições de mercado pode impactar o valor dos estoques imobiliários, o valor das contas a receber e os investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e, como consequência, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Para os imóveis a comercializar, nossos procedimentos incluíram, dentre outros: a) com base em amostragem, análise da documentação e das premissas que suportam a decisão da Companhia quanto ao valor realizável desses ativos; b) testes em base amostral dos valores de realização para os imóveis a comercializar concluídos e em construção, comparando-os com os valores médio de vendas realizadas ao longo do exercício; e, c) para os futuros lançamentos imobiliários, avaliamos os estudos de viabilidade e/ou valor de mercado pelo método comparativo e; d) avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia. No que diz respeito ao contas a receber, nossos procedimentos incluíram, dentre outros: a) avaliação da razoabilidade dos critérios e premissas utilizadas pela Companhia para o seu registro; b) análise do "*aging list*" dos contratos correlacionando com os casos em que foram incluídos na provisão para risco de crédito e para distrato, bem como o cálculo de sua recuperabilidade, comparando com o histórico de perdas e distratos e; c) avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, no tocante a sua recuperabilidade, os saldos de imóveis a comercializar e contas a receber, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como as suas respectivas divulgações, estão apresentados de forma razoável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 29 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

continua →★

→★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

www.helbor.com

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 047/2022, Modalidade: Ato Convocatório - Presencial, Tipo: Menor Preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Reforma e Adequação do prédio 116 para criação da área de Biossegurança nível 3 dos Laboratórios e Biotério. **DATA: 20/04/2023, HORA: 10h30min, LOCAL:** Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo/SP). O Edital está disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2019

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 01/2019 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" – CON8.

O PRESIDENTE DESTE CONSÓRCIO, com sede administrativa na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na **Rua Dr. José Alves, nº 403 – Centro**, no uso de suas atribuições legais, que homologou o resultado dos aprovados e classificados em processo seletivo, divulgado através do edital, o qual foi publicado nesta imprensa no dia 16 de Agosto de 2019, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação. **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) no endereço mencionado, no prazo de **07 (sete) dias úteis** a contar desta convocação, no horário das **09h00 às 12h00**, para ***entrega*** dos documentos admissionais **(CTPS Original / 01 foto 3x4 / Cópias: CPF / RG / PIS /** Título de Eleitor / **Reservista / Comprovante de Endereço / Diploma / Histórico Escolar / Certidão de Nascimento ou Casamento / CNH / Carteira Funcional / Declaração de Bens / Certidão de Nascimento e CPF de Filhos menores de 14 anos)**. O candidato convocado para a contratação obriga-se a declarar no prazo mencionado acima se aceita ou não assumir o cargo para o qual foi selecionado. **O candidato que não comparecer no prazo acima estabelecido será considerado desistente, conforme previsto em Edital.**

RELAÇÃO DO(s) CONVOCADO(s) EFETIVO(s)

1- PARA O CARGO DE: OPERADOR DE RÁDIO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
8	17900168	VITOR MALVESTITI	58XXXXX2x

2- PARA O CARGO DE: TARM - TELEFONISTA

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
12	17902495	PEDRO HENRIQUE NEVES BAPTISTA	37XXXXX93

Mogi Mirim, 30 de março de 2023.
Paulo de Oliveira e Silva - Presidente

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 142/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, PRODUÇÃO, LOGÍSTICA, ORGANIZAÇÃO E ARBITRAGEM DOS EVENTOS JOGOS ESCOLARES DO CEARÁ 2023 - ETAPA FORTALEZA, JOGOS DA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA 2023 DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 30 de março de 2023 a 17 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 17 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 17 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 093/2023– CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.072/2023 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no **Fornecimento de Medicamentos HEMATOLÓGICOS, REPOSITORES ELETROLÍTICOS E VITAMINAS,** para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 14/04/2023, às 09h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **gabrielle.emserh@gmail.com** ou pelo **Telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 27 de março de 2023.

Gabrielle Duarte Pires Cutrim
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Mat. n° 12.484

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 123/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF
NÚCLEO DE NEUROCIRURGIA/NUNEUR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES DE OPME DA NEUROCIRURGIA (DLE, DVE E OUTROS) – DERIVAÇÕES LOMBARES, DERIVAÇÕES LOMBARES EXTERNAS, DERIVAÇÕES VENTRICULO-PERETONEAIS, CONECTORES E RESERVATÓRIOS PARA DERIVAÇÕES VENTRICULO-PERITONEAIS, CLIPES PARA ANEURISMAS CEREBRAIS E PLACAS EM TITANIO PARA A FIXAÇÃO DE OSSOS CRANIANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 30 de março de 2023 a 17 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 17 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 17 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452.3477|CLFOR.

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 017/2023; PA 352/2023; Objeto: Registro de preços de materiais de enfermagem de acordo com as especificações técnicas e demais disposições. Abertura: 13/04/2023 as 09:00:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Vanessa Lima dos Passos Mattiello – Diretora de Licitações – Secretaria de Governo.

HESA 134 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 15.564.200/0001-44 - NIRE 35.226.587.966

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 27/12/2022

Aos 27/12/2022, às 08:45h na sede social, com a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Fernando Bernardo Cinta Gomes (secretário da mesa e advogado de uma das sócias). **Deliberação Unânime:** Os sócios aprovaram a redução do capital social para R$ 11.058.460,00 mediante o cancelamento de 12.700.000 quotas e o rateio dos R$ 12.700.000,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional ou cessão de créditos titulados pela sociedade, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. **Mesa:** Henrique Borenstein - Presidente; Fernando Bernardo Cinta Gomes - Secretário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2022

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 01/2022 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" – CON8.

O PRESIDENTE DESTE CONSÓRCIO, com sede administrativa na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na **Rua Dr. José Alves, nº 403 – Centro**, no uso de suas atribuições legais, que homologou o resultado dos aprovados e classificados em processo seletivo, divulgado através do edital, o qual foi publicado nesta imprensa no dia 23 de Março de 2022, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação. **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) no endereço mencionado, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar desta convocação, no horário das **09h00 às 12h00**, para ***entrega*** dos documentos admissionais **(CTPS Original / 01 foto 3x4 / Cópias: CPF / RG / PIS /** Título de Eleitor / **Reservista / Comprovante de Endereço / Diploma / Histórico Escolar / Certidão de Nascimento ou Casamento / CNH / Carteira Funcional / Declaração de Bens / Certidão de Nascimento e CPF de Filhos menores de 14 anos)**. O candidato convocado para a contratação obriga-se a declarar no prazo mencionado acima se aceita ou não assumir o cargo para o qual foi selecionado. **O candidato que não comparecer no prazo acima estabelecido será considerado desistente, conforme previsto em Edital.**

RELAÇÃO DO(s) CONVOCADO(s) TEMPORÁRIO (s)

1- PARA O CARGO DE: CUIDADOR EM SAÚDE 12X36

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
5	21902210	Dayara da Silva Luccas	48XXXXXX02

Mogi Mirim, 30 de março de 2023.
Paulo de Oliveira e Silva - Presidente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Fevereiro de 2023

1. Data, hora e local: 28 de fevereiro de 2023, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Vanessa Milan Kis - Secretária. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **a)** Desinvestidura do Sr. Marcelo Zorzo como Diretor da Companhia; **b)** Ratificação da atual composição da Diretoria; e **c)** Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou: **5.1.** Aprovar a desinvestidura do Sr. Marcelo Zorzo, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 412.391.640-68, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP como Diretor da Companhia, por iniciativa da Companhia e sem justa causa. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento ao Sr. Marcelo Zorzo por sua dedicação e contribuição à Companhia. **5.2.** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 641.284.587-91; **CEO - Seguros:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.332.458-07, cumulando com o cargo de **Vice-Presidente - Comercial; Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob nº 263.344.758-94; **Diretor de Produto - Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 066.872.138-30; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.181.618-04; **Diretor de Sinistros:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.681.578-05; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 874.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.320.898-76; **Diretora de Pessoas e Sustentabilidade:** Carolina Helena Zwarg. brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano. brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim. brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 052.854.947-29; **Diretor de Precificação:** Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 801.614.640-68; e **Diretores sem denominação especial:** Izak Rafael Benaderet. brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 218.048.598-00; Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 283.416.528-97; e Paulo Henrique Galleguillos Calderon. brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob nº 965.093.256-91, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, permanecendo vago 01 (um) cargo de Diretor sem denominação especial. **5.4.** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável: **I - Funções de caráter executivo ou operacional: a.** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista; b.** Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita; c.** Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi; d.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma; e.** Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 - **Jaime Soares Batista; f.** Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **José Rivaldo Leite da Silva; g.** Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/20) - **Luiz Felipe Milagres Guimarães; h.** Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/20) - **Rafael Veneziani Kozma** e **i.** Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/21) - **Fabio Ohara Morita. II - Funções de caráter de fiscalização ou controle: a.** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234 e 612) - **Adriana Pereira Carvalho Simões; b.** Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões: 6. Documentos arquivados na sociedade:** procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária da Mesa:** Sra. Vanessa Milan Kis; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor, Sr. Lene Araújo de Lima Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Vanessa Milan Kis. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Vanessa Milan Kis - Secretária. JUCESP** nº 113.680/23-5 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

CNPJ nº 61.533.949/0001-41 - NIRE 35300044266

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 514/2022**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NUCLEO DE FARMÁCIA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - DISPOSITIVOS PARA ESTOMIAS INTESTINAIS E FÍSTULAS ENTÉRICAS/ ADJUVANTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 30 de março de 2023 a 17 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 17 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 17 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

VAMO B3 LISTED NM

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 28 de abril de 2023, às 15 horas, em sua sede social localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 9°andar, Sala 02, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

(3) Eleição dos membros do Conselho de Administração.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023;

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 1º, a fim de aprimorar redação e uniformização; **(2.ii)** Alterar o artigo 2º, a fim de transferir ao Conselho de Administração o endereço da sede social da Companhia; **(2.iii)** Excluir o artigo 4º para uniformização do estatuto social; **(2.iv)** Alterar o artigo 6º, que trata do capital social, a fim de refletir os aumentos de capital conforme aprovados e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23/09/2021 e 21/09/2022 e aprimoramento da redação; **(2.v)** Alterar o artigo 7º, que trata do capital autorizado, a fim aprimoramento da redação e uniformizar o estatuto social; **(2.vi)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral e sua competência para indicar o secretário da mesa; **(2.vii)** Alterar o artigo 12, a fim de incluir os documentos mínimos a serem apresentados pelos acionistas para tomar parte na Assembleia Geral e aprimoramento da redação; **(2.viii)** Alterar o artigo 13 a fim de (a) excluir as alíneas que tratam de matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social; **2.ix)** Alterar o artigo 15, a fim de fixar do número de membros do Conselho de Administração e uniformização do estatuto social; **2.(x)** Alterar o artigo 17, a fim criar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **2.(xi)** Alterar o artigo 18, a fim de incluir a possibilidade de o Vice-Presidente do Conselho de Administração convocar extraordinariamente reuniões do Conselho de Administração; **2.(xii)** Alterar o artigo 19, para excluir redação redundante e incluir previsão estatutária da competência do Presidente do Conselho de Administração para presidir as reuniões dos órgãos e indicar o secretário das reuniões; **(2.xiii)** Alterar o artigo 20, a fim de aprimoramento da redação; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, a fim de (d) incluir outras competências do Conselho de Administração; aprimorar a redação com o intuito de deixá-la mais clara; e) ajustar redação com o intuito de deixar a redação mais clara, uma vez que essa matéria só se aplica para os comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (p) aprimoramento da redação; (r) aprimoramento da redação; (u) uniformização do estatuto social; (v) exclusão uma vez que os negócios tratados nessa alínea já são de competência do Conselho de Administração no âmbito da aprovação do orçamento anual; (y) exclusão uma vez que os negócios tratados nessa alínea já são de competência do Conselho de Administração no âmbito da aprovação do orçamento anual; (z) incluir na competência do Conselho de Administração, aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse, permitindo maior clareza sobre as transações entre partes relacio0nadas; (hh) aprimoramento da redação, a fim de dar maior clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; criar a alínea (ii) para incluir na competência do Conselho de Administração a provar a alteração do endereço da sede social da Companhia; alterar o parágrafo único, a fim de incluir, a título de flexibilização, uma nova hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; excluir o parágrafo terceiro, em razão dos demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xv)** Alterar o artigo 22, a fim de excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil e autorizar a cumulação de mais de um cargo por qualquer diretor; alterar o parágrafo 2º a fim de aprimorar a redação; **(2.xvi)** alterar o artigo 26, a fim de excluir da competência da Diretoria prestar garantias para as controladas da Companhia; alterar o parágrafo 2º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor Presidente; alterar o parágrafo 3º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor Administrativo Financeiro; e alterar o parágrafo 4º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor de Relações com Investidores; **2.(xvii)** Alterar o artigo 27, para aprimoramento da redação e uniformização do estatuto social; **(2.xviii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xix)** Alterar o artigo 28, que trata do Conselho Fiscal, com o intuito de aprimoramento da redação e incluir vedação à eleição para o cargo de membro do Conselho Fiscal de pessoa que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia;

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 26 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@grupovamos.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

O percentual mínimo de participação no capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, observado o prazo legal de até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para tal requisição.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 11, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA/ DESERTA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 271/2021**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NUCLEO DE FARMÁCIA.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL PARA HEMODINÂMICA: CIRURGIA ENDOVASCULAR (CATETER GUIA, CONECTOR VALVULADO EM Y E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os ITENS 01, 02, 03, 04, 09, 13 E 14 declarados FRACASADOS, bem como, os ITENS 11, 12, 17 E 18 foram declarados DESERTOS. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85) 3452-3477.

Fortaleza – CE, 29 de março de 2023.
João Matheus Carneiro Bezerra
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 07.628.528/0001-59 - NIRE 35.300.326.237

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. acionistas da **Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas** ("**Companhia**" ou "**BrasilAgro**") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e dos artigos 4° e 6° da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 12:00 horas, horário local (UTC-3), do dia 28 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital ("**Assembleia**" ou "**AGE**"), conforme prerrogativa prevista no artigo 124, parágrafo 2-A, da Lei das S.A., disciplinada na Resolução CVM 81, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*" ("**Plataforma Digital**"), com acesso pelo endereço eletrônico (**https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=36A5E06D5D85**) ("**Endereço Eletrônico da Assembleia**"), para deliberar sobre a proposta de reforma do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**") para alteração dos requisitos de composição do comitê de auditoria estatutário, instalação do conselho fiscal permanente, adaptação das definições contidas no Artigo 42 do Estatuto Social concernentes ao controle da Companhia e outras disposições. **1 Informações Gerais:** A documentação relativa à proposta a ser apreciada em AGE está disponível para análise na sede da Companhia, na página eletrônica do departamento de Relações com Investidores da Brasilagro (**https://ri.brasil-agro.com/**) e nas páginas eletrônicas da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (**http://www.b3.com.br/**) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (**http://www.cvm.gov.br/**). **2 Participação via Plataforma Digital** 2.1 Para que os acionistas ou seus representantes legais possam participar e/ou votar na Assembleia, deverão apresentar cópias dos seguintes documentos: **(i) Para pessoas físicas**: (a) documento de identificação com foto do acionista; (b) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (c) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(ii) Para pessoas jurídicas**: (a) último estatuto ou contrato social consolidado; (b) documentos societários que comprovem os poderes de representação; (c) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (d) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (e) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(iii) Para fundos de investimento**: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) último estatuto ou contrato social consolidado do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de votos do fundo; (c) documentos societários que comprovem os poderes de representação do fundo; (d) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor do fundo; (e) se representado por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (f) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. 2.2 Em qualquer dos casos acima, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pela instituição financeira responsável pela custódia das ações (*i.e.*, Itaú Corretora de Valores S.A.). 2.3 Nos termos do parágrafo 1º do artigo 126, da Lei das S.A. e de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 10, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão nomear procurador para representá-los na Assembleia. 2.4 Além disso, a Companhia informa que: **(i)** não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; **(ii)** aceitará a apresentação de cópias autenticadas de documentos e dispensará o reconhecimento de firmas das assinaturas, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados; e, ainda, **(iii)** com relação às procurações outorgadas eletronicamente pelos acionistas aos seus representantes ou procuradores, reforça que tais documentos deverão utilizar certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. 2.5 Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Resolução CVM 81, para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas, seus representantes legais ou seus procuradores deverão observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas no *Manual da Plataforma – Participantes da Companhia*, também disponível para download no Endereço Eletrônico da Assembleia: 2.5.1 Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos pela Companhia mediante o cadastro na Plataforma Digital, que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico da Assembleia em até, no máximo, 48 horas antes da realização da Assembleia, ou seja, até as 12:00 horas do dia 26 de abril de 2023, consoante o previsto no artigo 6°, parágrafos 1º e 3° da Resolução CVM 81; 2.5.2 Após efetuada a solicitação de cadastro pelo participante, este será informado via *e-mail*, de que de sua solicitação está sob análise da Companhia. Se aprovada a solicitação, o participante será informado por e-mail de que seu cadastro foi concluído. Se a solicitação de cadastro do participante for negada, o participante receberá um *e-mail* detalhando o motivo da negativa e, se aplicável, será orientado acerca das formas de regularização de seu cadastro. 2.5.3 Após cadastrado, o procurador terá acesso a um ambiente virtual ("**Painel de Representantes**") que também é acessado por meio do Endereço Eletrônico da Assembleia. Nele, o procurador pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações mediante acesso com *login* e senha previamente cadastrados; 2.5.4 O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente virtual em que ocorrerá a Assembleia caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia; e 2.5.5 Nos termos da Resolução CVM 81, o envio de boletins de voto a distância por meio da B3 dispensa a necessidade de credenciamento prévio. Para participação na modalidade de voto a distância, o preenchimento e envio do boletim, conforme disponibilizados nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da B3, deverá ser realizado, impreterivelmente, até às 12:00 horas do dia 21 de abril de 2023: (a) aos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (b) ao escriturador das ações da Companhia; ou, ainda, (c) diretamente à Companhia. Em caso de dúvidas, por favor, entrem em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (55-11) 3035-5350 ou pelo endereço de *e-mail*: **ri@brasil-agro.com**. São Paulo, 28 de março de 2023. **Eduardo Sergio Elsztain -** Presidente do Conselho de Administração.

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **ITAÚSA S.A.** são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia **28.04.2023**, **às 11h00**, na forma **exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta ordinária: 1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e ratificar a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo do exercício; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. deliberar sobre o enquadramento dos candidatos a membro independente do Conselho de Administração, de acordo com os critérios de independência previstos na regulamentação aplicável e na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração da Companhia; 6. eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; 7. deliberar sobre a verba global e anual destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria; e 8. deliberar sobre a remuneração mensal dos Conselheiros Fiscais.

Em pauta extraordinária: 1. aprovar as seguintes alterações no Estatuto Social para: a) aprimorar a redação do artigo 2º (Objeto Social); b) no artigo 3º (Capital e Ações): (i) *caput*, registrar a nova composição do capital social, após cancelamento de ações existentes em tesouraria e capitalização de reservas com bonificação em ações, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 07.11.2022; e (ii) item 3.1, elevar o limite do capital autorizado; c) aprimorar a redação do item 6.1 do artigo 6º (Conselho de Administração); e d) no *caput* do artigo 7º (Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração), transformar em estatutário o Comitê de Auditoria instituído pelo Conselho de Administração em agosto/2022, com alteração da nomenclatura do Comitê de Sustentabilidade e Riscos para Comitê de Sustentabilidade; 2. aprovar a consequente consolidação do Estatuto Social; e 3. aprovar o Plano de Incentivos de Longo Prazo da Companhia.

Informações gerais: Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da Assembleia sob qualquer das formas aqui previstas: (i) Voto a Distância: os Boletins de Voto a Distância podem ser enviados por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual de Participação na Assembleia; para o envio dos boletins diretamente à Companhia sugerimos que seja utilizado o e-mail assembleia@itausa.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física; (ii) Sistema Eletrônico para Participação Virtual: os Acionistas ainda poderão optar por simplesmente participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual, sendo que as orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem interesse por meio do e-mail assembleia@itausa.com.br **até às 11h00 do dia 26.04.2023**, conforme detalhados no Manual de Participação na Assembleia; Voto Múltiplo: os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos da Resolução CVM 70/2022; Eleição em Separado: os Acionistas minoritários e os preferencialistas poderão eleger, em votação em separado, membros para os Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que, na eleição para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde 28.01.2023; e Documentos e Informações: os documentos legais e as informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no *website* da Companhia (www.itausa.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo (SP), 28 de março de 2023.
Conselho de Administração
Henri Penchas - Presidente (30/31/1)

Tecnologia Os novos riscos

Musk, Harari e mais de mil pedem em carta pausa na IA

Avanço desenfreado da inteligência artificial traz 'grandes riscos para a humanidade', diz texto endossado por bilionário e historiador

BRUNO ROMANI

O bilionário Elon Musk e mais de mil especialistas assinaram ontem um apelo por uma pausa de seis meses nas pesquisas sobre sistemas avançados de inteligência artificial (IA). A carta aberta destaca que o avanço desenfreado da tecnologia representa "grandes riscos para a humanidade".

Na petição, publicada no site futureoflife.org, eles pedem um prazo até que sejam estabelecidos sistemas de segurança com novas autoridades regulatórias, vigilância de sistemas de IA, técnicas que ajudem a distinguir entre o real e o artificial e instituições capazes de fazer frente às "dramáticas perturbações econômicas e políticas (especialmente para a democracia) que a IA irá causar".

Assinam a carta personalidades que expressaram medo de uma IA incontrolável superando os humanos, como Musk, dono do Twitter e fundador da SpaceX e da Tesla, e o historiador Yuval Noah Harari.

Sam Altman, CEO da OpenAI, startup criadora do ChatGPT, reconheceu ter "um pouco de medo" de que sua criação seja usada para "desinformação em grande escala ou ataques cibernéticos".

"Nos últimos meses, vimos como os laboratórios de IA se lançaram em uma corrida descontrolada para desenvolver e implantar cérebros digitais cada vez mais potentes que ninguém, nem mesmo seus criadores, podem entender, prever ou controlar de maneira confiável", afirma a carta.

"Devemos permitir que as máquinas inundem nossos canais de informação com propaganda e mentiras? Devemos automatizar todos os trabalhos, incluindo os gratificantes? (...) Devemos arriscar perder o controle de nossa civilização? Essas decisões não devem ser delegadas a líderes de tecnologia não eleitos", conclui o texto.

Os signatários incluem o cofundador da Apple, Steve Wozniak, membros da DeepMind, startup de IA do Google, o diretor da startup Stability AI, Emad Mostaque, bem como especialistas e acadêmicos americanos de IA e engenheiros executivos da Microsoft, parceira da OpenAI.

RISCOS. Desde que o ChatGPT foi lançado no último mês de novembro, os possíveis riscos da tecnologia passaram a ser debatidos com intensidade em todo o mundo – especialistas preveem uma grande desestabilização do mercado de trabalho, incluindo ocupações de nível superior.

Além disso, existem temores de que a humanidade estaria próxima da "singularidade" (nome dado ao fenômeno que descreve o suposto despertar da consciência das máquinas), algo refutado por especialistas na área.

Na semana passada, pesquisadores da Microsoft publicaram um estudo que afirma que o GPT-4, novo "cérebro" do ChatGPT, dá sinais de apresentar "capacidade humana". As afirmações foram refutadas por diferentes nomes da área, incluindo Gary Marcus, professor da Universidade de Nova York.

Há também temores sobre a sofisticação na criação de fake news – no último final de semana, uma imagem do Papa Francisco gerada por IA viralizou nas redes sociais e levantou dúvidas sobre sua veracidade.

IMPACTO. Apesar das boas intenções, a carta deve ter poucos efeitos práticos para frear o desenvolvimento da tecnologia, segundo especialistas ouvidos pelo **Estadão**.

"Pegue a história do desenvolvimento das armas nucleares e veja se houve pausa. Todas as grandes nações e empresas vão desenvolver porque dá lucro e competitividade. E há o medo de que se ele não desenvolver o concorrente ou país inimigo vai", diz Reinaldo Bianchi, professor do Centro Universitário da FEI.●

JIM WATSON/AFP-10/2/2022

Musk e outros pedem desenvolvimento de sistemas de segurança

Números expressivos

US$ 13 bi **é quanto a Microsoft investiu na OpenAI, a empresa criadora do ChatGPT** (o valor em reais é superior a R$ 66 bilhões)

57 milhões **de usuários ativos mensais é o que o ChatGPT alcançou já no primeiro mês de atividade e superou os 100 milhões antes de fechar o segundo mês**

Falência do SVB seca fonte de dinheiro para startups

ERIN GRIFFITH
THE NEW YORK TIMES

Ao longo das últimas duas semanas, enquanto reguladores americanos se esforçavam para encontrar comprador para o Silicon Valley Bank (SVB), as empresas que dependiam do "banco das startups" para linhas de crédito tentaram garantir nova fonte. Os investidores, receosos com o risco, têm optado cada vez mais por ficar de fora dos cheques. Algumas empresas jovens estão fazendo tudo o que podem para evitar a angariação de novos fundos e assim não precisar encarar avaliações menores. O resultado é que um ambiente hostil para as startups de tecnologia ficou rapidamente ainda pior.

"As pessoas estão percebendo que provavelmente as coisas não vão melhorar", disse Mathias Schilling, investidor da empresa de capital de risco Headline. "Foi um grande choque para o sistema."

Segundo ele, a corrida aos bancos que levou à falência do SVB, divulgada em 17 de março, comprovou o quanto o medo já estava presente no mercado: os investidores não teriam desencadeado tal pânico se já não estivessem no limite.

A falência não foi causada diretamente pela retração econômica no setor de tecnologia, e as startups com dinheiro na instituição não vão perder seus depósitos, pois o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve acabaram assegurando todos os depósitos do SVB. Mas a implosão da instituição aconteceu após uma queda de 61% no financiamento de risco nos últimos três meses de 2022 em relação ao ano anterior, de acordo com o PitchBook, que acompanha o mercado das startups. Kyle Stanford, analista do PitchBook, disse esperar que a falência do SVB pudesse "precipitar" a desaceleração do mercado que já estava acontecendo.

> ***"Estamos em uma desaceleração de risco há um ano. Isso (a quebra do SVB) é o tipo de problema extra de que o mercado não precisava"***
> **Kyle Stanford**
> **Analista do PitchBook, que monitora as startups**

Em uma pesquisa com 870 fundadores realizada este mês pela empresa de capital de risco NFX, 59% disseram que a falência do SVB tornaria um mercado de captação de recursos já difícil ainda mais desafiador e 22% afirmaram estar preocupados com a possibilidade de não conseguir levantar fundos este ano.

A Techstars, empresa de investimento para startups em estágios iniciais que já apoiou 3,5 mil empresas, aconselhou as companhias a conversar com seus acionistas e conseguir mais capital antes de lançar ofertas a novos investidores, disse a CEO Maëlle Gavet. A Techstars também tentou diminuir as expectativas dos empresários quanto ao valor de suas empresas. Maëlle disse esperar que muitas conversas sobre a venda ou o fechamento de portas de startups aconteçam em breve. "Toda essa coisa do SVB criou uma sensação de perigo maior", afirmou.

'PIOR MOMENTO'. Bijan Salehizadeh, investidor com participações em uma dúzia de fundos de capital de risco, disse que de um quarto a um terço das empresas apoiadas por seus fundos ficarão sem dinheiro nos próximos seis meses. Ele chamou este de "o pior momento na memória recente para arrecadar novos fundos de risco" e disse ter visto muitos investidores "de braços cruzados", apreensivos.

Se as startups não puderem levantar fundos de risco, restarão poucas tábuas de salvação. A volatilidade do mercado de ações tornou as ofertas públicas iniciais de ações (IPO) praticamente impossíveis, enquanto as gigantes da tecnologia estão sob escrutínio antitruste e enfrentam suas próprias pressões financeiras.

O SVB oferecia a muitas startups uma forma de crédito que outros bancos consideravam arriscada demais, pois as empresas jovens costumam não ser lucrativas. O crédito, normalmente assegurado pelo capital de risco de uma startup, ajudava as empresas a fazer o dinheiro render até a próxima rodada de financiamento. "É outra fonte de capital que está recuando", disse Zane Carmean, analista do PitchBook, em uma conferência online recente para investidores intitulada "A música parou?". ● TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará em **27.04.2023, as 11h, na forma exclusivamente digital**, a fim de: **Em pauta ordinária:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2) Deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e ratificação a distribuição de juros sobre o capital próprio e sua imputação ao dividendo mínimo obrigatório; 3) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; 4) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; 5) Deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; 6) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; 7) Fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores para o exercício social de 2023; e 8) Fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023. **Em pauta extraordinária**: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para ajustes no Estatuto Social: 1) Alterar o Artigo 5º, para atualizar o capital social; 2) Alterar os Artigos 12.1, 18, item "(xiii)", 21, item "(i)", e 25.1, para aprimoramento de redação e/ou ajuste de remissão; e 3) Incluir os Artigos 17.1, 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, para o aperfeiçoamento da redação acerca do tratamento de conflito de interesses no Conselho de Administração. **Informações gerais**: 1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia: os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de **Plataforma Digital**, nos termos da Resolução CVM n 81/22. Para tanto, os acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o site da plataforma da Assembleia Plataforma Digital ALFM Easy Voting (link: encr.pw/DexcoAGOE), **até as 11h do dia 25.04.2023**. As orientações, o *link*, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h do dia 26.04.2023, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até as 11h do dia 25.04.2023, conforme instruções detalhadas no **Manual da Assembleia**. 2) Voto à Distância: os acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto à distância deverão preencher o Boletim de Voto à Distância e enviá-lo, **até 20.04.2023**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no **Manual da Assembleia**; 3) Voto Múltiplo: os acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos da Resolução CVM n 70/22 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia; 4) Eleição em Separado: os acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, conforme o caso, sendo que em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde **27.01.2023**, nos termos do Artigo 141, §6º, da Lei 6.404/76; e 5) Documentos à disposição dos acionistas: todos os documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dex.co/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 27 de março de 2023.
Conselho de Administração
Alfredo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração (28/29/30)

JSL S.A.

CNPJ/MF 52.548.435/0001-79 - NIRE 35.300.362.683
Companhia Aberta de Capital Autorizado

JSLG B3 LISTED NM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da JSL S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 26 de abril de 2023, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sobre a distribuição de dividendos.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** (2.i) Alterar o artigo 3º, a fim de incluir um parágrafo único prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.ii)** Alterar o artigo 6º, para recompor o capital autorizado da Companhia, passando de 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões) para 600.000.000 (seiscentos milhões) ações; **(2.iii)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral; **(2.iv)** Alterar o artigo 12 a fim de excluir as alíneas (e), (f), (i), (j), (k) e (l), uma vez que nelas são tratadas matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social, e alterar a alínea (g) visando o aprimoramento da sua redação; **(2.v)** Alterar o artigo 13, para incluir o parágrafo 2º, prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.vi)** Alterar o artigo 17, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária; **(2.vii)** Alterar o artigo 18, para corrigir redação redundante no tocante às regras de instalação das reuniões do Conselho de Administração, e aprimoramento dos seus parágrafos 2º e 3; **(2.viii)** Alterar o artigo 20, com o intuito de esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; **(2.ix)** Alterar o artigo 20, para excluir da competência do Conselho de Administração os itens (I) e (II), uma vez que são matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; **(2.x)** Alterar o artigo 20, alínea (x), para prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; **(2.xi)** Alterar o artigo 20 (ff), visando a dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; **(2.xii)** Alterar o parágrafo 1º do artigo 20, para inserir uma nova hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; **(2.xiii)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 20, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, para excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil; **(2.xv)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 26, que está fora de contexto; **(2.xvi)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xvii)** Alterar o atual artigo 27, que trata do Conselho Fiscal, para excluir o seu parágrafo 4º, que está fora de contexto, e incluir um novo parágrafo, sobre regra de vedação à eleição do cargo de membro do Conselho Fiscal; **(2.xviii)** Excluir o parágrafo 4º do artigo 29, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xix)** Alterar o parágrafo 2º do artigo 30, para correção na referência dos dispositivos do Estatuto Social; e **(2.xx)** Excluir os parágrafos 2º e 3º do artigo 35, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 24 de abril de 2022 ou pelo e-mail ri@jsl.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.jsl.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 26 de março de 2022.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM / ICESP 2217/2023
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 1907/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO PARA ATENDIMENTO AVANÇADO DE SUPORTE À VIDA (ACLS)**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

B3 BRASIL BOLSA BALCÃO

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/22, convocamos os senhores acionistas da Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *"Zoom"*, a fim de: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos; (vi) Nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (vii) Deliberar sobre o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **Instruções Gerais:** Encontram-se disponíveis para consulta na sede da Helbor, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br) (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e os demais documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A. e o art. 10 da Resolução CVM nº 81/22; e (ii) o Manual de Participação na AGOE, contendo *(a)* a Proposta da Administração para Assembleia; *(b)* orientações para participação na Assembleia; e *(c)* todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10, 11, 13 e 14 da Resolução CVM nº 81/22. Plataforma *"Zoom"*: Os dados para participar da Assembleia por meio da plataforma *"Zoom"* serão encaminhados aos acionistas que enviem solicitação ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, preferencialmente de forma eletrônica (ri@helbor.com.br) até 26 de abril de 2023 (inclusive). Para tanto, a solicitação deverá ser acompanhada de documentação que comprove (i) a identidade do acionista ou de seu representante (se for o caso), e (ii) os poderes de representação do acionista na Assembleia (se for o caso), conforme detalhada no Manual de Participação da AGOE. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio de boletim de voto a distância deverão observar as instruções detalhadas no Manual de Participação na AGOE e nos próprios boletins de voto a distância da AGOE. **Eleição do Conselho de Administração:** A eleição do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de chapas, salvo se acionistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia requererem a adoção do procedimento de voto múltiplo até as 15 horas do dia 26 de abril de 2023, nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22. Além da documentação mencionada acima, o acionista que desejar exercer a faculdade de que trata o art. 141, §4º, da Lei das S.A., independentemente do meio escolhido para participação na Assembleia, deverá enviar ao Departamento de Relações com Investidores da Helbor, até as 10 horas do dia 28 de abril de 2023, comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia, emitido pela entidade competente com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência em relação à data da AGOE - ou seja, não antes de 25 de abril de 2023 (inclusive).

Mogi das Cruzes, 28 de março de 2023
Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

www.helbor.com

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000
Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente a distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do comitê de auditoria e o parecer dos auditores independentes; e (ii) deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGO será de forma digital, por meio de plataforma digital, ou por meio de boletim de voto a distância ("**Boletim de Voto**"). A Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma Ten Meetings, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio da plataforma digital estão disponíveis no Manual da Administração que poderá ser acessado por meio da página eletrônica da Companhia** (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br). Para participarem, os acionistas deverão realizar o pré-cadastro na plataforma Ten Meetings (via link https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal /#/?id=E143BC0CA32D), até às 10 horas do dia 26 de abril de 2023, acompanhada de toda a documentação necessária para permitir a participação do acionista na AGO, conforme detalhado no Manual da Administração da Companhia divulgado em 28 de março de 2023. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro na plataforma digital no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual para Participação e Proposta da Administração para a AGO; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual da Administração para a AGO e no Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. **Dos Documentos Referentes à AGO:** Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Resolução CVM 81, informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados. **1.1. Aviso do Artigo 133:** A Companhia divulgou, no dia 28 de março de 2023, Aviso aos Acionistas na forma do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações informando que os documentos pertinentes à AGO se encontram disponíveis na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.2. Relatório da Administração:** O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.3. Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e serão oportunamente publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.4. Comentário dos administradores:** Nos termos do artigo 10, item III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 2 do Anexo A da Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 59**"), encontram-se no **ANEXO I** a este Manual. **1.5. Parecer dos auditores independentes:** O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. O parecer dos auditores independentes, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será oportunamente publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.6. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP:** O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Resolução CVM 81, o Manual da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGO. São Paulo, 28 de março de 2023. **Wolfgang Stephan Schwerdtle -** Presidente do Conselho de Administração.

CYNTHIA DECLOEDT, LUCIANA COLLET, WILIAN MIRON E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Credores externos e locais da Light se organizam para reestruturação de R$ 11 bi

Credores da Light estão se organizando para uma conversa com a distribuidora de energia sobre a reestruturação de sua dívida, que soma cerca de R$ 11 bilhões. Os detentores de títulos de dívida emitidos no exterior (bonds) procuraram a Moelis & Co, banco de investimento e assessoria financeira norte-americana, para criar um grupo e formalmente negociar com a empresa. Debenturistas também devem ser procurados para aumentar a representatividade do grupo. A Light tem US$ 600 milhões em títulos que vencem em 2026 e pagam juro de 4,375% ao ano. A distribuidora tem ainda R$ 7,4 bilhões emitidos em debêntures. Gestoras que carregam cerca de R$ 1 bilhão contrataram advogados para entender o caso.

Quitação de R$ 175 mi foi antecipada

A Light pagou antecipadamente R$ 175,4 milhões ao FI-FGTS, administrado pela Caixa, relativos a duas séries de debêntures. A avaliação do mercado é de que a Light foi pressionada a fazer o resgate antecipado do total desses títulos. A notícia preocupou outros credores, já que o FI-FGTS foi pago primeiro.

Elétrica teve prejuízo de R$ 5,6 bi

A Light divulgou terça-feira prejuízo de R$ 5,6 bilhões, devido a eventos não recorrentes. Ao comentar o resultado, o presidente Octavio Lopes lembrou a contratação da Laplace para melhorar a estrutura de capital e indicou que está "no começo" de uma renegociação de dívidas, de formato ainda indefinido.

● **NA EXPECTATIVA.** Paralelamente, a companhia busca negociar com a União a antecipação da renovação da concessão, que vence em 2026. A intenção é antecipar a assinatura de um novo contrato, embora o governo ainda não tenha definido como se dará o processo de renovação, não só da Light como de diversas outras distribuidoras com contratos a vencer.

● **NÃO VAI.** Em meio a um grande volume de investimentos já programados e diante de um cenário econômico ainda incerto, a Compass, subsidiária do Grupo Cosan, desistiu de fazer proposta pela distribuidora de gás ES Gás, que será privatizada em leilão na B3, em São Paulo, na sexta-feira, 31.

● **FAVORITA.** A empresa era considerada aquela com maior potencial para arrematar a estatal capixaba. Com forte atuação no setor de gás natural, a Compass é controladora da Comgás, no Estado de São Paulo, e da Sulgás, no Rio Grande do Sul, e tem participação em outras 11 distribuidoras via Commit, na qual detém 51%.

PERDAS

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-5/4/2018

Técnicos da Light trocam cabos da rede elétrica na zona oeste do Rio; furto de energia é um dos problemas enfrentados pela empresa

● **RIVAIS.** Outro nome visto como potencial comprador é a Energisa, uma das principais companhias do setor elétrico. Procurada, disse que "está sempre atenta em relação às oportunidades de mercado, mas não comenta aquisições ou possível interesse em ativos". Já a Compass não retornou até a publicação desta nota.

● **INTERESSADOS.** Havia também um grupo de empresários locais que cogitavam entrar num consórcio para gerir a distribuidora. Para o certame de sexta-feira, o governo recebeu duas propostas, o que praticamente determina a privatização da concessionária de gás canalizado. O valor mínimo das propostas é de R$ 1,3 bilhão.

● **OBSTÁCULOS.** Inflação alta, taxa de juros com tendência de permanecer em dois dígitos e chance de novas turbulências políticas em Brasília. Esses são os três fatores que tiram o sono dos empresários e, mais, podem comprometer o ambiente de negócios em 2023, mostra uma pesquisa da Deloitte que ouviu 501 empresas, que tiveram receitas combinadas de R$ 2,1 trilhões no ano passado.

● **NO CAMINHO.** No topo da lista das cinco maiores preocupações do setor empresarial e executivos do comando das companhias para 2023 está a inflação alta, para 75% das empresas ouvidas na pesquisa. Em segundo lugar, para 72% dos entrevistados, está o temor de crise política ou institucional, nos moldes da gerada pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016, que paralisou negócios e investimentos.

● **JUROS.** Além da inflação e da política, diretores, presidentes e donos de empresas mostraram preocupação com a Selic, a taxa básica de juros, acima de 10%. Com 62% das respostas, o juro em dois dígitos ficou em terceiro lugar na lista e gera outro temor, que é a piora do endividamento das famílias. Os empresários citam ainda a questão fiscal, que para 64% deles pode levar ao aumento da dívida do governo.

● **CÂMBIO.** Metade dos pesquisados teme ainda que o cenário mais difícil com a inflação, política e juros possa levar a alta volatilidade para o dólar, o que afeta custos de importação e preço de alguns insumos.

SOBE

Grandes bancos se recuperam na Bolsa

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Após recuarem até o meio da tarde, os papéis dos grandes bancos se recuperaram e fecharam o dia com valorização ontem na Bolsa, driblando a cautela dos investidores em função das incertezas sobre o novo arcabouço fiscal do governo. O Banco do Brasil liderou os ganhos do setor, com valorização de 1,16%, Bradesco ON subiu 1,13% e PN, 0,54%. Itaú Unibanco registrou alta de 0,97% e Santander encerrou estável.

DESCE

Varejistas recuam em mercado cauteloso

FELIPE RAU/ESTADÃO-22/8/2022

Em um pregão marcado pela cautela de investidores, na expectativa do anúncio do arcabouço fiscal do governo, as varejistas fecharam em queda ontem na B3. Com baixa de 4,87%, entre as mínimas do Ibovespa, Lojas Renner foi penalizada ainda pelo relatório do Bank of America reduzindo o preço-alvo de suas ações. Via recuou 4,12%, Soma caiu 2,08%, e Natura, 1,9%. Magazine Luiza perdeu 0,89%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 101.792,52 PTS. | Dia 0,60% | Mês -2,99% | Ano -7,24%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	2,76	4,94	84.572
SAO MARTINHOON NM	25,83	4,07	11.090
RAIZEN PN N2	2,75	3,77	44.480

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

QUALICORP ON NM	3,78	-5,97	10.901
LOJAS RENNERON EJ NM	17,00	-4,87	40.227
VIA ON NM	1,86	-4,12	16.314

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

26/3 A 26/4	0,1451	0,9463	0,6458	0,5000
27/3 A 27/4	0,1724	0,9938	0,6733	0,5000
28/3 A 28/4	0,1733	0,9947	0,6742	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.717,60	1,00	0,19	-1,30
FRANKFURT - DAX	15.328,78	1,23	-0,24	10,09
LONDRES - FTSE	7.564,27	1,07	-3,96	1,51
TÓQUIO - NIKKEI	27.883,78	1,33	1,60	6,86

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,92	2.873,29
	15/5/2035	6,14	1.986,20
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,03	4.105,26
PREFIXADO	1º/1/2026	12,24	727,27
	1º/1/2029	12,85	499,97
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.989,12

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	0,77	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	0,21	-0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	0,84	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	1,0560
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	1,0547
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	21,25	345.494	21,05	21,42	-0,28
CAFÉ NY*	JUL/23	168,95	47.924	167,95	174,35	-2,34
SOJA CBOT**	MAI/23	14,77	277.041	14,625	14,798	0,65
MILHO CBOT**	JUL/23	6,31	373.460	6,27	6,363	0,16

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	146,56	0,96	-19,02
BOI Cepea/esalq, R$/@	295,75	0,19	-13,42
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	83,17	-0,26	-10,35
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.069,00	-1,49	-11,08

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1353	-0,57	-1,72	-2,74
DÓLAR TURISMO	5,3450	-0,47	-1,44	-2,50
EURO	5,5670	-0,66	0,63	-1,24
OURO	320,800	-1,26	5,53	6,23
WTI US$/BARRIL	72,8300	-1,06	-5,24	-9,52
IBRENTUS$/BARRIL	77,4200	-0,93	-6,79	-9,92

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0843	1,2316	0,1948
EURO	0,922	1,0000	1,1358	0,1797
FRANCO SUÍÇO	0,919	0,9963	1,1313	0,1790
LIBRA ESTERLINA	0,812	0,8804	1,0000	0,1582
IENE	132,843	144,0460	163,6080	25,8830

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

LEILÕES

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

VEÍCULOS
SUCATAS
MATERIAIS
IMÓVEIS
JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

LEILÕES DIÁRIOS SOMENTE ONLINE

03 A 06 E 08/04/23 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

BANCO PAN

SOMENTE ONLINE

04/04/23 - 16h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco

SOMENTE ONLINE

05/04/23 - 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS GRUPO BRADESCO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

enel

SOMENTE ONLINE

05/04/23 - 16h

LEILÃO EXCLUSIVO DE 35 VEÍCULOS DE FROTAS: CAMINHÕES, CARROS E MOTOS

• 1 M. BENZ ACCELO 915C 2006/2006 • 1 GM CHEVROLET 14000 CUSTOM 1900 • 1 KASINSKI CRZ 150 10 SM 2013/2013 • 1FIAT DOBLÔ CARGO FLEX 1.4 2008/2009 • 1 FORD F12000 2000/2000 • 1 FORD F14000 1995/ 1995 • 1 FORD F250 • 3 FORD F350 • 8 FORD F4000 2008/2009 • 13 YAMAHA LANDER XTZ 250 • 3 FIAT STRADA • 1 HONDA XR 200 R 1999/2000

CHASSIS:9BM9790466B514632, 9BG783NXLLC018040, 93FSMDCCDDM003415, 9BD22315592014973, 9BFXK82F0YD032532, 9BFXTNSM75DB04010, 9BFHF25K2YD037620, 9BFJF379X9B062327, 9BFJF379X6B030036, 9BFJF37969B062311, 9BFLF47969B062176, 9BFLF47919B062215, 9BFLF47909B062447, 9BFLF47959B062234, 9BFLF479998062172, 9BFLF47979B062199, 9BFLF47959B062198, 9BFLF47939B062197, 9C6KG0210D0059158, 9C6KG0210D0059219, 9C6KG0210D0058630, 9C6KG0210D0058651, 9C6KG0210D0058633, 9C6KG0380G0002429, 9C6KG0380G0002397, 9C6KG0380G0002426, 9C6KG0210F0076642, 9C6KG0210D0059256, 9C6KG0210D0059241, 9C6KG0380G0002434, 9C6KG380G0002437, 9BD27801C52457965, 9BD27803A87069443, 9BD27801C52446165, 9C2MD2800XR010988.
Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

03/04/23 - 08h30 E 03/04/23 - 13h

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

bradesco

SOMENTE ONLINE

É HOJE!

30/03/23 - 14h30

LEILÃO EXCLUSIVO DO GRUPO BRADESCO SUCATAS DE SINISTRO DE INCÊNDIO DE ACADEMIA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

03 A 06/04 - 15h

MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, MATERIAIS ESCOLARES, INFORMÁTICA, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE

05, 12 E 19/04 - 15h

CONSULADO GERAL AMERICANO:

MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, INFORMÁTICA, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758, dia 05/04/23.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641, dias 12 e 19/04/23.

LEILÕES DE IMÓVEIS

10/04 ÀS 11H - SOMENTE ONLINE

SUPER LEILÃO de Imóveis

• Apartamentos Residenciais • Casas Residenciais • Lotes Residenciais • Sala Comercial

Mais de 30 imóveis nos estados de:

SP • RJ • MG • BA • PR • RS • CE • MA • PB • PE • SE

APARTAMENTO RESIDENCIAL VILA SUZANA - SÃO PAULO - SP

Ocupado, 5 vaga(s) de garagem. Área(s): 567,94 m² de área terreno, 271,29 m² de área privativa, 296,65 m² de área comum, 271,29 m² de área útil. Lance Inicial R$ 1.142.000.

CASA RESIDENCIAL NOVA VITÓRIA - CAMAÇARI - BA

DESOCUPADO

Desocupado, 2 vaga(s) de garagem. Área(s): 237 m² de área total. Lance Inicial R$ 440.000.

• Débitos até a data do leilão quitados pelo Banco - IPTU e Condomínio.
• Financiamento/Parcelamento.
• Carta de crédito de outra instituição bancária também pode ser utilizada.
• Lances condicionados à aprovação do vendedor.

Lance inicial a partir de R$ 74.000,00

Santander

Consulte condições de venda de cada lote e edital completo no site.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

SOMENTE ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

É HOJE!

1ª PRAÇA: 30/03/23 - 15h

TERRENO - PROJETO JARDIM - COTIA - SP

Cotia/SP. Projeto Jardim. Rodovia Raposo Tavares, Km. 39,5 (lt. 09 da qd. G) Terreno urbano. Área total de terreno: 1.592,70 m². Matr. 118.304 do RI local. DESOCUPADO Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. 1ª praça: 30/03/2023, às 15h. Lance mínimo R$ 675.671,12. 2ª praça: 06/04/2023, às 15h. Lance mínimo: R$ 460.581,94.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.

SOMENTE ONLINE

28/04/23 - 14h

CASA EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VALE DO ITAMARACÁ - VALINHOS - SP

Lance inical: R$ 2.400.000,00.

Valinhos/SP. Vale do Itamaracá. Lote de terreno, situado na Quadra G, do loteamento denomindado Village Visconde de Itamaracá II, com área total de 1.026,00m² e área construída de aproximadamente 646,17m²,melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 3423 do Registo de Imóveis da Comarca de Valinhos/SP. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson do setor de imóveis (Sodré Santoro leilões) Tel.: (11) 2464-6460/ Celular (11) 97777-0753. Mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site: www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

04/05/23 - 15h

LOJA - SANTA CECÍLIA - SÃO PAULO - SP

Lance inicial: R$ 300.000,00.

São Paulo/SP. Santa Cecília. Rua Sebastião Pereira, 155, (loja nº 155), Edificio JR., com a área útil de 126,50m², cabendo-lhe no terreno e demais coisas de uso comum uma quota ideal de 19%, inscr. municipal007.037.0014-6. Melhor descrita e caracterizada na Matrícula sob nº 48.848 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. DESOCUPADO. Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

31/05/23 - 15h

PRÉDIO RESIDENCIAL ALTO DE PINHEIROS - SÃO PAULO - SP

Lance inicial: R$ 3.900.000

São Paulo/SP. Alto de Pinheiros. Rua Capepuxis, 61 (lt. 09 da qd. 81). Prédio. área total de terr. 773m² e área construída de 664m Inscr. Municipal 096.110.0009-1. Melhor descrita e caracterizada na Matrícula sob nº 53.837 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. OCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson do setor de imóveis (Sodré Santoro leilões) Tel.: (11) 2464-6460/ Celular (11) 97777-0753 ou com Sr. Henrique (12) 9-9181-5749. Mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

As visitações aos lotes serão das 08h as 09h30, segunda à sábado, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas temporariamente. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO SODRESANTORO LEILAOSODRESANTORO (11) 2464-6464 (11) 97777-1244 WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

ACLIMAÇÃO
50m². $360mil (11)99704-1687

MOEMA
R$450.000 S.novo,50u,1ds,gar, px.metrô,2wc 2198.5555 cr8767

2 DORMITÓRIOS

ITAIM
R$685.000 Urgente,75uteis, 2ds, sacada, 1vaga, lazer. 2198.5555

JD AMÉRICA
R$1.070.000 2dt, dep emp, 1vg, 89m²au, C. Bca px O. Freire, 8°and. CRECI 30955 ☎(11)99556 3105

MOEMA
R$585.000 Local nobre,70úteis, 2 dts, gar. 2198.5555 creci 8767

VL CLEMENTINO
R$785.000 S.novo,75 út,2ds.varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$1.450.000 S.novo, av.Jacutinga, 130uteis, 3dts (1suite),1vaga. Lazer. Dir. Prop. ☎11 2198.5555

MOEMA
R$950.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

S JUDAS
R$1.050.000 Próx. metrô, cobertura duplex, 240 úteis, 3dts, (1 ste) 3vgs,pisc.,churr. 11 2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MOEMA
R$1.100.000 Urgente, 170 úteis, varanda, 4dts., 1 suíte, 2grs. Lazer total. F: 2198.5555 creci 8767

SUL | VD | 4DOR

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

STA CECÍLIA
R$810.000 2ds sendo 1ste, 96m², 2 banhs., s/vaga. Totalm. reform., inclui forno/cook top, marcenaria sob medida, próx. metrô, hosp., shopp., gdes av. (11)94149-0697

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

PQ NV MUNDO
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PINHEIROS
Apto Duplex - R.Cardeal Arcoverde totalmente reformado, 2 dorms e 1 suíte + 1 banheiro, sala, cozinha conjugada c/lavanderia, ar condicionado(todos ambientes), janelas antirruídos. Tr.José Carlos (11)98672-2110 CRECI 06169-J.

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CONSOLAÇÃO
1 dorm c/suíte e armários, ampla sala, coz.americana, banh., área de serv. R. Consolação, 2.346 Ap 72, ao lado do metrô. CRECI 06169-J ☎(11)98672-2110 José Carlos.

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

AV. FARIA LIMA
Andar Comercial - Escritório c/ 245m² + vagas. Esquina c/ Rua Manduri. Tratar com proprietário Sr. Fábio 11 99937-3366

SUL | AL | COM

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

VL ANDRADE

3200m², (BTS) av. frente esquina c/5 ruas. Av: Giovanni Gronchi 5340 ☎(11)99765-4321

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

ZONA LESTE

SAPOPEMBA
Sl coml, 2ws, reform, 60m², ao lado Fórum Vl.Prudente. Av.Sapopemba, 3760. R$1.250. (11)3106-3416/94088-3269 Creci: 92060

TERRENOS

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GUARULHOS
R$6.500.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 at.Ac.permuta. 2198.5555

CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
DESDE 1942
CRECI Nº 9.819 - J CREA Nº 19.858-5

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 1 DORMITÓRIO
RUA ARMANDO FERRENTINI, contendo 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, lavanderia. **R$ 1.950,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ACLIMAÇÃO – 1 DORMITÓRIO
RUA CONSELHEIRO FURTADO, contendo 1 dormitório, sala, cozinha e banheiro. **R$ 1.300,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA
AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

CENTRO - KITCH
PRAÇA ROOSEVELT
Aluguel **R$ 1.000,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

CONSOLAÇÃO
RUA BELA CINTRA, contendo sala, cozinha, banheiro, e área de serviço. Aluguel: **R$ 750,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 📱 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS
ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas de garagem. Aluguel: **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

ITAIM
RUA LUIS DIAS, 120m², contendo 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas de garagem. Prédio com piscina. Aluguel: **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

JARDIM DAS BANDEIRAS
RUA PATÁPIO SILVA, 4 dorms, (1 suíte) + 3 banhs, sala dupla, copa/coz., armários, dep. empr., 2 vagas, 190m² úteis. Aluguel: **R$ 8.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

JARDINS
ALAMEDA TIETE, contendo 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

LIBERDADE
RUA SÃO JOAQUIM, PRÓX. METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha, banheiro, armários. Aluguel: **R$ 1.200.00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

LIBERDADE
RUA SÃO JOAQUIM, 160, AP. 76-B, c/ 1 dormitório, sala, cozinha, banh., e área de serviço. Aluguel: **R$ 1.100,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 📱 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

POMPÉIA
RUA BARÃO DO BANANAL (PROXIMO HOSPITAL SÃO CAMILO), 1 dormitório, sala, vaga de garagem. A:luguel **R$ 2.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

VILA MARIANA
RUA JOSÉ ANTONIO COELHO, 80m², reformado, 2 dorms c/ arms, dep. e wc emp., 1 vaga. etc. Px. Metrô Ana Rosa. Aluguel **R$ 2.200,00**. Cód. IH408.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

CERQUEIRA CESAR
HADDOCK LOBO px, AL. Franca, 2 dormitórios, 99m² úteis, andar alto, sol da manhã, dep., de empregada completa, vaga. **R$ 1.060.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

CERQUEIRA CESAR
Studio com vaga, reformado, ar condicionado, pronto para loc. Airbnb. Ótimo investimento. **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ
3 dorms., sala ampla, coz, depends. de empregada, 168 m² á.ú., vaga de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, próx. a ótimos restaurantes, **R$ 1.850.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

LIBERDADE
RUA DR. SIQUEIRA CAMPOS, 41m², 1 dorm c/ arms, wc completo, 1 vaga e etc. Px. Metrô São Joaquim. Venda **R$ 320 mil**. Cód. IH1063.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO
72m², 2 dts., sendo 1 suíte, closed, dep. empr., sala, coz., banh., prédio c/churrasq., forno/pizza, piscina aquecida, academia, sauna, s. festas, jogos. **R$ 870mil**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

VILA CLEMENTINO
AL. BONINAS, 73m², novo, andar alto, varanda gourmet, 2 dormitórios, 1 vaga e etc. Próximo ao Metrô Praça da Arvore. Venda **R$ 850.000,00**. Cód. IH927.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA
RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², contendo 2 dormitórios, sala, cozinha e banheiro, próx. a Av. Faria Lima. **R$ 400 mil**. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA
AV. DR. CARDOSO DE MELO, c/69 m², todo remodelado com muito bom gosto, 2 dormitórios, sala, cozinha e 2 banheiros. **R$ 742mil**. Ref: AP0536.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JARDIM PAULISTA
Amplo sobrado todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 suíte, edícula c/salão e lavanderia. Al. **R$ 17.000,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

SANTO AMARO
CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 salas, 5 vagas, área externa. Próx. Metrô Borba Gato. Aluguel: **R$ 6.500,00** + encargos. Cód. IH26.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CASAS VENDEM-SE

INDIANÓPOLIS
AV. MIRUNA, sobrado c/149 m² de área construída, vaga de garagem p/2 carros, junto ao Aeroporto e Moema. **R$ 690mil**. Ref: CA0188.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

JD. DAS VERTENTES
Sobrado 242,00m² amplas salas, 4 dormitórios, 2 stes, sala com sacada, lavabo coz, vagas garagem e piscina. **R$ 1.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JD. PAULISTA – Exc. Local!
RUA ESTADOS UNIDOS – Sobrado 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jardim, copa, despensa, banheiros, vagas. **R$ 8.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTANO
RUA AGRÁRIO DE SOUZA, sobrado c/terreno c/280 m², 180 m² de área construída, todo remodelado, 3 dorms. (1 suíte), 2 vagas. **R$ 5.500.000,00**. Ref: CA0198.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

PARAÍSO
TRAV. UMBERTO BIGNARDI junto da RUA ABÍLIO SOARES, sobrado c/234 m² de área construída, coml. ou residencial, garagem p/3 carros. **R$ 1.950.000,00.** Ref: CA0184.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

TABOÃO DA SERRA SP.
Sobrado 2 dormitórios, 80m² úteis, 2 vagas de garagem, terreno 5m x 30m 150m², Jd. América **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

VILA GARAGUATA
CONDOMÍNIO FECHADO, sobrado 3 dormitórios, suíte, 2 vagas, 116m² úteis, 2 vagas, lazer com piscina. **R$ 550 mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CONSOLAÇÃO
LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel: **R$ 9.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS
LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ garagem. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00**. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS
CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar condicionado central. Área Útil 689m². **R$ 59.000,00**. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO
ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três conjuntos de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

JARDINS
RUA AUGUSTA. Cjto c/96 m² de área construída, junto da Alameda Lorena, 4 salas, copa e 3 banhs, atende a diversos serviços. **R$ 420mil**. Ref: CJ 0005.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS
VENDE/ALUGA CONJUNTO, andar interior, 9 banhs, 18 vagas, ar cond. central. Útil 310m². VENDA: **R$ 2.500.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 15.000,00**. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS
CONJUNTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: **R$ 2.200.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 12.000,00**. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA
Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 📱 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

BROOKLIN PAULISTA
AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 100m², 5 salas, ar condicionado, 2 wcs, copa, despensa, 2 vagas. Px. Metrô Berrini. Aluguel: **R$ 3.700,00** + encargos. Cód. IH954.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CAMPO BELO
AV. VER. JOSÉ DINIZ, conjunto com 3 salas, armários, 2 banheiros, ar condicionado, uma vaga, área útil, 60m². Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS
Sala c/30m², banh. privativo, ótima localização, conj. de fundos s/barulho de tráfego. Aluguel: **R$ 1.100,00** + Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

ITAIM
Entre Av. Juscelino Kubitschek e Rua Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

PERDIZES
RUA CANDIDO ESPINHEIRA. Conjuntos de 57m² e 110m², ar condicionado, 2 ou 4 banhs, copa, 1 ou 2 vgs. Aluguel; **R$ 3.200,00** ou **R$ 1.600,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

ESCRITÓRIOS VENDEM-SE

ANDAR TODO - SÉ
RUA QUINTINO BOCAIUVA, 95 m² contendo 4 salas, 2 banheiros, cozinha e sacada. **R$ 390mil**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ITAIM BIBI
RUA TABAPUÃ, PRÓXIMO BANDEIRA PAULISTA. Conjunto comercial, 36m² úteis, 2 wcs., com vaga. **R$ 330mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

MOEMA ÍNDIOS
LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². **R$ 3.300.000,00**. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

TERRENO VENDE-SE

JABAQUARA
RUA FARJALLA KORAICHO, 1095m² AT. e 854m² AC. Empreend. de uso residencial ou comercial. Px. Metrô Jabaquara. Venda **R$ 5.500.000,00** Cód. IH1017.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

PREDIAL RUGGIERO LTDA. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS — CRECI 388-J — ☎ 11 3111-2011 — info@predialruggiero.com.br

Harmonia — CRECI 83-J — ☎ 11 3056-1882 — www.imobiliariaharmonia.com.br

NOSSA CASA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS — CRECI 4506 — 📱 11 99912-7169 — adalto@nc.adm.br

A. SANTOS — CRECI 1675 — ☎ 11 3814-7301 — adirson@terra.com.br

LOUVRE IMÓVEIS — CRECI 6916-J — ☎ 11 3846-0377 — www.louvreimoveis.com.br

Adriano Silva imóveis — CRECI 20.280-J — ☎ 11 5053-1790 — www.adrianosilvaimoveis.com.br

LIV — CRECI 13.414-J — ☎ 11 3088-1711 — www.livimoveis.com.br

WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMOVEIS — CRECI 19.278 — 📱 11 99998-0356 — a.e.imoveis.uol.com.br

AZEVEDO Negócios Imobiliários — CRECI 843-J — ☎ 11 3258-7544 — francisco@azevedonegocios.com.br

Silver Imóveis e Administração Ltda — CRECI 8652-J — ☎ 11 3115-3399 — www.silverimoveis.com.br

LITORAL

TERRENOS

GJÁ MARINA
1 Lote (11)99500-9028

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

CHÁCARAS E SÍTIOS

BRAGANÇA PAULISTA

Sítio 4km do centro, 2,5alq, casa sede 7sts, casa hóspede e caseiro, pisc., qd.poliesp., cpo.fut., sl. festa, sauna, churr.normal e fogo de chão, bosque c/aprox.1alq., poço artes. 280mt.profund., c/galpão grande. Propr. (11)99981-1807

AUTOS

CAMINHÕES

CAMINHÃO PIPA MB 1719
12/12 tanque de inóx água potável, 10.000 litros. Tratar ☎(11)5687-6000/ 94027-5631

OPORTUNIDADES

LEILÕES

APTO. CAMPO BELO/SP 50% ABAIXO AVALIAÇÃO
Dia: 05/04/2023-às 14h00. 3 vagas, 391,42m2 á. total. L. inicial: R$ 1.352.064,35. Matrículas nº 116.882/116.883/116.884/116.885 - 15º C.R.I. de São Paulo. Gustavo Reis-JUCESP nº 790. Informs.: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

BARRACÕES INDS. E CASA 1.263M², ADAMANTINA/SP
4.800m² a.t., Av. Francisco Bellusci, 623. Inicial R$ 2.525.456, 00 (Parcelável) verdeamareloleiloes.com.br ☎0800-707-9339

EDIFICS. EM DOURADOS/MS
C/ diversas benfs. 1.653 m² a.c. , 5.000 m² a.t., R. Dom João VI, 930. Inicial R$ 3.655.386,00 (Parcelável) www.mariafixerleiloes.com.br ☎0800-707-9339

GRANDE IMÓVEL 229HA EM VILHENA/RO
Setor 12, Gleba Corumbiara. Inicial R$ 13.482.461,00.(Parcelável) www.deonizialeiloes.com.br ☎0800-707-9339

TERRENO 1.814M² EM NOVA IGUAÇU/RJ
Rua Tomaz Fonseca, 584. Inicial R$1.027.469,00 fabioleiloes.com.br ☎0800-707-9339

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

COMUNICADO
Eu, Luís Salvador Petrucci Gnoato, portador da cédula de identidade número 844.432-3 PR, CPF 171.364.829-68, comunico para os devidos fins, que o meu diploma de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade de São Paulo FAU USP, foi extraviado, razão pela qual estou solicitando a expedição de segunda via.Declaro, outrossim, que me comprometo a inutilizar o documento anterior expedido, caso de vir a ser localizado.

TÉRMINO DE CONTRATO DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO
Conforme artigo 482, letra I da CLT, comunicamos que Sr. JOSIMARCOS DA SILVA SANTOS RE: 50077, CTPS:0444919 Série: 9456 UF: PB está desligado por término de contrato de experiência de trabalho em 29/03/2023. Comparecer à Base Operacional LÓGICA SERVIÇOS LTDA.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

ESCRITÓRIO CONTÁBIL VILA MARIANA - SP
Vendo participação 25%: $400 mil ☎(11)99690-3423

PIZZARIA VENDO
Salão e Delivery. Região Paraiso. Tratar ☎(11)2979-8400/ (11)99615-1159

VENDE-SE FARMÁCIA
Modelo popular em Auriflama-SP e Urupês-SP. ☎(17) 99703-0156

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

EMPREGOS

AUX.CONTABIL E FISCAL
Escritório de Contabilidade, loc. bairro Pari. Contrata regime CLT c/ exp. Cv: vagas1.fiscal@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Elaborar planilhas Excell e realizar digitações. Enviar Currículo para mestra@mestra.net

• EQUIPAMENTO NOVO
• FUNCIONANDO
• 1.800 CICLOS POR TURNO
TRATAR COM LUCAS:
(11) 91718.2223

negocios & oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

Eletrificação

Renault assume compromisso com a transição energética

Fabricante se movimenta com metas de descarbonização, digitalização e políticas socioambientais para novos tempos da eletromobilidade

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

No cenário automotivo global, não há uma fabricante sequer que não esteja envolvida com planos de eletrificar seu portfólio de veículos. Em muitos países da Europa, a meta de não desenvolver mais automóveis com motor a combustão, a partir de 2035, impõe desafios importantes para reduzir emissões de poluentes em todas as esferas de produção.

A Renault é uma das montadoras que mergulharam firme no propósito de descarbonizar suas atividades, ao lançar o plano Renaulution, em 2021. Trata-se de uma política de governança socioambiental baseada em três pilares: a transição energética, a segurança dos clientes no trânsito e dos colaboradores no local de trabalho e o aumento no número de mulheres nas equipes de trabalho.

"Os resultados do Renault Group, em 2022, ficaram acima dos objetivos iniciais traçados no plano Renaulution", afirma Ricardo Gondo, presidente da Renault do Brasil. "Assim, conseguimos finalizar a primeira fase, chamada de Resurrection, com três anos de antecedência."

O compromisso em relação à eletrificação é que as vendas dos veículos movidos a bateria da marca totalizem 65% a partir de 2025 e 90% em 2030. A Renault busca, também, alcançar zero carbono na Europa até 2040 e, dez anos depois, no mundo.

SEGUNDA ETAPA. O plano está bem encaminhado. Gondo conta que, no ano passado, a companhia registrou redução de 25% na pegada de carbono em âmbito global, colaborando para o início antecipado da Renovation, a segunda fase do projeto Renaulution. Com foco no desenvolvimento de produtos de alta qualidade, ela vai culminar com a melhor gama de veículos da fabricante dos últimos 30 anos.

"O Megane E-Tech, totalmente elétrico, e o Austral são os primeiros modelos dessa nova onda. No Brasil, o carro de estreia da fase Renovation será o Megane E-Tech, previsto para chegar no segundo semestre", revela o executivo.

FOTOS: DIVULGAÇÃO RENAULT

Em 2022, marca francesa reduziu 25% da sua pegada de carbono

A aceleração na meta de descarbonização é um plano que inclui investimentos em energia fotovoltaica, geotérmica e biomassa. Em novembro passado, por exemplo, a empresa divulgou o plano de descarbonizar as unidades industriais na França, por meio de parcerias estratégicas.

"O acordo com a empresa Voltalia prevê o maior contrato de fornecimento de eletricidade verde na França. Já a Engie preparou o primeiro projeto geotérmico no parque industrial na cidade de Douai. A Dalkia, por sua vez, se encarregou da instalação de uma caldeira de biomassa em Maubeuge", revela Gondo.

UNIVERSIDADE. Os compromissos de transição ecológica assumidos pela Renault são abrangentes. Um deles se refere à diminuição na pegada de carbono da área de compras, concentrando esforços em seis componentes (aço, alumínio, polímeros, componentes eletrônicos, pneus e vidros). Na manufatura, a empresa pretende cortar 50% nas emissões de suas fábricas até 2030, em comparação aos índices de 2019.

Para isso, a Renault vem investindo € 20 milhões em intervenções em suas instalações industriais que, de acordo com Ricardo Gondo, serão capazes de gerar uma economia de até € 90 milhões com a redução de energia.

Tendo em vista que a eletrificação dos carros e dos meios de produção exigirá novas competências, a Renault decidiu recorrer à expertise da academia. Dessa forma, ela mesma criou uma universidade com atuação nas áreas de eletrificação, cibersegurança, análise e gestão de dados e economia circular.

Até 2025, a ReKnow University, destinada, no primeiro momento, aos colaboradores da Renault na França, formará 40% do pessoal impactado por essas transformações. Em seguida, os cursos serão abertos aos parceiros industriais, que trabalham em conjunto com a Renault na implementação de cursos profissionalizantes. Enquanto forma a mão de obra especializada, a Renault também segue na estrada da digitalização com o primeiro metaverso industrial (*veja quadro ao lado*).

MEGANE E-TECH. Na Europa, a Renault é a terceira marca no mercado dos veículos elétricos e a segunda entre os híbridos. Mas a velocidade dos mercados é diferente. Embora esteja em evolução no País, o segmento de automóveis eletrificados ainda representa cerca de 4% do total.

"No Brasil, a Renault vendeu 1.200 veículos 100% elétricos em 2022. Esse desempenho representa aumento de sete vezes, em relação a 2021. O Kwid E-Tech ajudou muito a atingir esse número", acredita Gondo.

Em 2023, com a chegada do Megane E-Tech 100% elétrico, a expectativa é de que esse número de vendas dê um salto significativo. Qualidades não faltam ao carro: são mais de 300 patentes registradas na produção do veículo e da plataforma.

"Um exemplo é o processo de enrolamento do rotor sem ímã, que é substituído pelo cobre, com impacto ambiental bem menor", explica Gondo. "O processo permite modular a corrente no rotor, restringindo o consumo de energia elétrica, principalmente em alta velocidade e em vias rápidas." ●

Linhas de produção da Renault estão 100% conectadas

Metaverso industrial

A digitalização dos processos da Renault conheceu um aliado importante, que é o metaverso industrial. Atualmente, 100% das linhas de produção estão conectadas, 90% dos fluxos de abastecimento são monitorados e 100% dos dados da cadeia de suprimentos se encontram hospedados no metaverso da fabricante, com réplica do mundo físico acompanhada em tempo real. Inseridos na indústria 4.0 em 2016, os processos digitais geraram para a Renault uma economia de € 780 milhões, em itens como estoque, prazo de entrega dos veículos e pegada de carbono na produção dos automóveis.

Segundo Ricardo Gondo, o metaverso industrial é um ambiente virtual alimentado por coleta de dados em massa, gêmeos digitais dos processos, conexão do ecossistema da cadeia de suprimentos e uma série de tecnologias avançadas.

"No País, nossa jornada começou em 2016, quando equipamos as fábricas para conectar os meios de produção. Robôs, parafusadeiras e parte dos postos de trabalho já estão integrados na plataforma da Google, gerando dados em tempo real para posterior análise, de forma reativa e preditiva", afirma.

NA WEB
Para saber mais sobre eletromobilidade, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Orientação psicológica, recurso para auxiliar os jovens atletas

Cinema ***Estreia***

Em 'A Esposa de Tchaikovsky', prevalece a versão feminista

O diretor russo Kirill Serebrennikov traz em seu longa uma pitada de realismo mágico para o turbulento e complexo casamento do compositor

IMOVISION

O filme segue de perto a deterioração mental que se processa na mulher do compositor, de maneira implacável, progressiva e cruel

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O título do filme é bem direto, mas quem espera realismo deve revisar suas expectativas desde as cenas iniciais, quando em seu próprio velório um defunto desperta da morte para repreender a viúva e dizer o quanto a odiava. Estamos na Rússia do século 19, em *A Esposa de Tchaikovsky*, do diretor russo Kirill Serebrennikov. O filme estreia hoje no Brasil, depois de haver passado pelo Festival de Cannes de 2022. Abre com esta cena de realismo mágico, digna de um Gabriel García Márquez.

A história refere-se ao complexo e tumultuado casamento entre o compositor russo Piotr Ilitch Tchaikovsky (Odin Lund Biron) e a jovem Antonina Ivanovna Milyukova (Alyona Mikhailova) na São Petersburgo czarista. Antonina era fervorosa admiradora do artista e se declara apaixonada por ele. Acontece que o desinteresse do compositor pelo sexo feminino era notório para a sociedade russa da época.

ESPIRITUAL. Para calar o falatório em torno de sua homossexualidade, Tchaikovsky, após muita insistência, resolve atender ao pedido da mulher. Não lhe promete uma paixão febril, mas "um amor calmo, sereno, de irmã e irmão". Isto é, sem sexo. Espiritual.

Apesar de ter concordado com os termos do matrimônio, Antonina cada vez mais passa a exigir de Tchaikovsky o cumprimento de suas obrigações. A pressão torna-se insuportável. O que era para ser o "amor fraterno", previsto de início, transforma-se em ódio e repugnância. Após seis semanas de tormento, Tchaikovsky abandona a mulher e busca ares amenos para dar seguimento à carreira artística que sente prejudicada pela união.

> **Homossexualidade**
> **Para calar o falatório, Tchaikovski promete à mulher não uma paixão febril, mas um amor calmo**

Antonina obstina-se. Nega-se a conceder o divórcio. Continua apaixonada por ele, de maneira terminal. O filme segue de perto a deterioração mental que nela se processa de maneira implacável, progressiva e cruel.

Com ênfase diferente, a mesma história havia sido contada pelo britânico Ken Russell em *Delírio de Amor* (*The Music Lovers*, 1971). O ponto de vista de Russell era o do homem; o de Serebrennikov, o da mulher. Russell é barroco e delirante; Serebrennikov, mais contido e onírico. O filme atual é melhor, mais sutil e rigoroso que o de 50 anos atrás.

Tchaikovsky (1840-1893) foi um personagem dramático, mas conheceu a glória em vida. É, até hoje, considerado o mais famoso, senão o maior dos compositores eruditos da Rússia, embora críticos façam ressalvas às supostas facilidades da sua obra. No entanto, na leitura do caso feita por Serebrennikov a obra do compositor fica em segundo plano. Aliás, quase nem entra sequer como pano de fundo.

CARENTE. O centro da atenção é a mulher – e seu sofrimento. Obsessiva, carente, abandonada e vítima de um colapso mental que a levaria a um sanatório para pessoas com transtornos psíquicos, Antonina, apesar de tudo, vive sua sexualidade. Busca relações com outros homens e torna-se amante do seu advogado. Tem filhos. Nunca renuncia ao seu amor. Dorme com o advogado, mas o despreza. A qualquer um que a conheça, apresenta-se como "esposa de Tchaikovsky". Sobrevive muitos anos ao seu amado. O compositor morre em 1893, ela vive até o alvorecer da Revolução Russa, em 1917.

Essa ênfase na figura feminina obedece a uma tendência de época. Se Antonina figura nos livros de história apenas como ninfomaníaca, ou a infeliz esposa de um grande homem, com Serebrennikov recobra sua espessura trágica e complexidade psicológica.

O filme não deixa de sublinhar a crueldade de um tempo em que a homossexualidade precisava ser escondida como uma vergonha pública e camuflada em infelizes casamentos de conveniência. Antonina foi a principal vítima desse preconceito, arraigado numa sociedade do século 19, intolerável nos dias de hoje. Pelo menos entre pessoas civilizadas.●

Direto da Fonte

Gilberto Amendola gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Vai uma tacinha?

Os 'vinhos sem maquiagem' da portuguesa Filipa Pato

A renomada enóloga portuguesa Filipa Pato chega hoje a São Paulo para participar de dois jantares exclusivos para convidados (Varanda Grill e Hotel Rosewood). Ela também aproveita a estadia para ministrar uma aula na Associação Brasileira de Sommeliers (ABS-SP). "Muito feliz de regressar ao Brasil e ver o interesse crescente dos nossos vinhos autênticos da uva baga e bical e das nossas práticas de agricultura biodinâmica adaptadas às vinhas centenárias da Bairrada", disse.

Nascida na Bairrada, na costa litorânea de Portugal, ela é formada em Engenharia Química pela Universidade de Coimbra. A vinícola que leva o seu nome produz vinhos com práticas biodinâmicas na vinificação, como uso de leveduras nativas e intervenção mínima. Seus rótulos estão presentes em restaurantes com estrelas Michelin. Em 2020, ela foi eleita Enóloga do Ano pela Revista Vinhos, a primeira portuguesa a conquistar esse prêmio.

Premiados. Entre os vinhos de Filipa, que ela chama de "vinhos sem maquiagem", destacam-se o *Nossa Calcário Branco* e o *Nossa Calcário Baga Tinto 2018*, produzido com a uva típica da região da Bairrada, e que recebeu 95 pontos da Wine & Spirits e 94 pontos da Wine Enthusiast. Já o *Post-Quercus Baga Bical* produzido com uvas de vinhas velhas, conquistou 91 pontos do crítico Robert Parker, e 92 pela Decanter Magazine. No Brasil, os vinhos de Filipa são trazidos pelas importadoras Casa Flora e Porto a Porto.

CARLOS POLY

Os vinhos da enóloga estão em restaurantes com estrelas Michelin

Bloco de Notas

● **NO RUBAIYAT.** O jantar anual da ONG Amigos da Inclusão, voltada para apoiar e disseminar informações sobre pessoas com síndrome de Down, reunirá hoje empresários, especialistas e apoiadores no restaurante Figueira Rubaiyat, nos Jardins.

● **VOLTA AO BBB.** Gil do Vigor vai retornar à casa do BBB no dia 27 de abril, logo após o fim desta edição. O economista e influencer levará cinco pessoas que ganharam uma promoção da Amstel para conhecerem o espaço do programa.

● **CORAÇÕES EM 3D.** A marca sergipana Tsuru, dirigida pelo artista Lucas Lemos, traz a sua primeira exposição para São Paulo abordando a expertise no couro para criar corações em 3D. Na Casa Nordestesse, hoje.

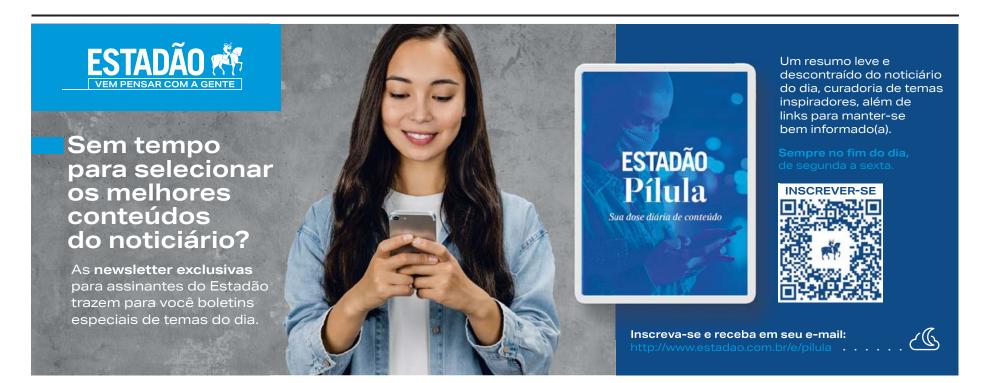
SP-Arte

'Cada grão de pó de madeira importa'

Ricardo van Steen (foto) e André Paoliello apresentam peças únicas e conceitos de reaproveitamento em mobiliário na 19ª *SP-Arte*. O lote de peças apresentado se caracteriza pela escolha principal de objetos únicos, itens de colecionador, desenvolvidos pela dupla. "Em face de tantas perdas em catástrofes, como as queimadas, as enchentes e os desabamentos, é fundamental dar valor ao mínimo pedaço de material, reaproveitar ao máximo cada grão de pó de madeira da oficina", disse Steen.

ROBERTO WAGNER

1. Recepção da embaixadora dos EUA, Elizabeth Frawley Bagley (foto), em São Paulo – com Joaquim Levy e o cônsul David Hodge. **2.** Celso Lafer. **3.** Gabriela Prioli e Luiza Trajano. **4.** Romano Bezerril e Marta Suplicy.

FOTOS SILVANA GARZARO/ESTADÃO

Literatura ***Lançamento***

Livro revela o lado B do Rio e da alma humana

Em 'Chuva de Papel', Martha Batalha descreve o submundo pelo olhar de um repórter policial que se despe de preconceitos

UBIRATAN BRASIL

O homem passeia pelas ruas de Copacabana, olhando cuidadosamente para os edifícios. Ele não avalia beleza arquitetônica, mas busca algum lugar de onde poderia se jogar. "Os melhores prédios são os antigos, sem janelas lacradas de vidro fumê e longe das vias principais", reflete Joel Nascimento logo nas linhas iniciais de *Chuva de Papel* (Companhia das Letras), novo romance de Martha Batalha.

É um começo impactante que dá o tom à obra, desde já figurando na lista dos melhores lançamentos do ano graças a uma prosa precisa e bem-humorada, que retrata a trajetória de Joel, repórter policial aposentado, um homem com mais de 70 anos, barrigudo, decadente, endividado (sofre para pagar pensão de filho e aluguel de quarto na Lapa), dono de apenas um bem (um abajur) e, por tudo isso, com o único propósito, naquele momento, de dar cabo da própria vida.

"Meu ponto de partida era responder a uma pergunta: como é possível viver em uma cidade que continuamente te desafia e te choca?", comenta Martha. "Por isso, eu estava menos interessada na ação e mais no mundo interior dos personagens." Ou seja, como jornalista que cobriu crimes e tragédias, Joel conviveu com o chamado mundo cão, o lado B do Rio de Janeiro que é escondido dos turistas e ignorado pelos mais abonados.

DOR. Ao lidar com tantos relatos de dor, ele viu seus sentimentos endurecerem a fim de suportar aquele submundo que alimentava os jornais sensacionalistas nos quais trabalhou. Ao mesmo tempo, despertou nele a desesperada necessidade humana de colocar ordem no caos, para dar sentido a um universo violento e irracional. "Em seu ofício, ele lidou com os piores momentos da vida humana", conta Martha que, como repórter, trabalhou com profissionais que a ajudaram a traçar o perfil e a narrar a rotina de Joel – nomes como Luarlindo Ernesto e Antonio Werneck, que foram testemunhas factuais e sentimentais da cidade.

"No jornalismo, é possível ouvir as melhores histórias humanas, ou seja, uma fartura para um escritor. Além disso, como repórter, descobri o outro lado da cidade, o que me permitiu desenvolver a empatia pelo outro, algo que utilizo na ficção, quando entro na cabeça dos personagens", diz Martha, autora também de *A Vida Invisível de Eurídice Gusmão* (2016), livro que inspirou o filme *A Vida Invisível*, de Karim Aïnouz.

Chuva de Papel
Martha Batalha
Ed. Cia das Letras
224 págs., R$ 64,90
R$ 34,90 (e-book)

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Martha Batalha levou dois anos na escrita da obra, marcada por dor e humor: 'Combinação bem carioca'

É o que o leitor descobre quando Joel fracassa pateticamente na sua tentativa de suicídio. Depois de hospitalizado, vai morar de favor na casa da tia de um colega de redação, que aguarda a chegada de um jornalista famoso, mas recebe um homem com alma frágil e feridas não cicatrizadas. Mas é justamente essa mulher, Glória, que vai promover uma virada na vida de Joel.

Com a pandemia, são obrigados a conviver confinados em um apartamento de fundos do primeiro andar de um prédio de pastilhas amarelas no bairro da Tijuca. Dos embates entre os dois, Glória passa a ganhar terreno no romance, especialmente por seu humor ácido que compete e é derrotado por uma profunda bondade.

"Nessa segunda parte do livro, Glória ganha projeção porque Joel descobre que ela não era a pessoa que ele julgava ser", comenta a autora. "Graças a seus preconceitos, ele via uma mulher marcada por vários estereótipos, mandona e limitada, longe da realidade."

E a descoberta vem por meio de manuscritos de um livro autobiográfico que Glória escreveu ao longo dos anos e, apesar de ter a garantia de publicação, insistiu em manter guardado. "A leitura surpreende Joel com o surgimento de uma mulher que viveu o feminismo possível em seu tempo, várias camadas de emancipação de alguém que nunca abandonou o afeto, mas que sempre precisou brigar para sobreviver."

Assim, se a primeira parte oferece o lado B do Rio de Janeiro, na segunda o leitor descobre um outro lado B, o de uma mulher convalescente de uma trajetória marcada por provações, mas também um espírito fecundo, que acredita no futuro. ●

Lançamento de 'Chuva de Papel'
Livraria Megafauna
Avenida Ipiranga, 200, loja 53.
Participação de Andréa Del Fuego.
5ª (30), 19h

Streaming ***Personagem***

Na nova temporada de 'O Rei da TV', um Silvio Santos mais maduro

Disponível no Star+, a série traz um SS entrando e saindo da política, o sequestro da filha e sua mulher, Íris, buscando espaço

BÁRBARA CORREA

A segunda temporada de *O Rei da TV* (Star+) traz episódios que se passam em 1989, quando Silvio Santos se candidata à Presidência da República. Sua candidatura, porém, é contestada, o que, de uma certa forma, fortalece o SBT.

A vida pessoal também sofre as consequências do sucesso, quando os holofotes se viram para um dos momentos mais dramáticos da família Abravanel: o sequestro da filha Patrícia.

Em entrevista ao **Estadão**, José Rubens Chachá, que dá vida ao protagonista, explica que a nova temporada retrata um Silvio mais maduro. "Antes, vimos um homem galgando seu espaço na televisão. Agora, ele está consolidado e isso mexe com a personalidade do personagem", afirma.

Outro destaque é a presença mais marcante, na trama, de Íris Abravanel. Para Leona Cavalli, que interpreta na série a mulher do apresentador, a personagem desta vez aparece "com mais força".

"Ela já tentava se firmar com uma identidade própria e, nesta segunda temporada, desponta sua força como mãe. Ela busca também se firmar como escritora e não quer ser conhecida apenas como a mulher de Silvio Santos", explica.

GINÁSTICA. Ainda que a segunda temporada chegue cinco meses depois da primeira, as gravações de ambas foram feitas ao mesmo tempo. Ou seja, Chachá e Leona viveram diversos "saltos emocionais" com seus personagens em fases distintas. "Foi uma grande ginástica mental. Mais jovem, ele é mais inseguro e, mais velho, é mais firme. Esse quebra-cabeça foi uma das experiências mais interessantes", recorda Chachá.

Leona acrescenta outro grande desafio à produção: manter a autenticidade dos personagens, mesmo que suas histórias sejam muito conhecidas. "Tudo na trama é recente na memória do espectador. Então, o desafio foi trazer algo único e não uma imitação ou paródia", pondera. Para a atriz, trazer a trajetória dessa família é, na verdade, eternizar a história da TV brasileira. "A série é também um retrato da história do Brasil", finaliza. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Filiarcado
Data estelar: Marte e Saturno em trígono

Enquanto nossa humanidade continuar se envolvendo em lutas fratricidas continuaremos também perdendo o bonde da história e, talvez, a oportunidade de evolução que temos em nossas mãos passará em brancas nuvens, não para nunca mais retornar, porque não é assim que o Universo funciona, mas certamente para demorar o que pareça uma eternidade.

As novas gerações subvertem os planos que as gerações anteriores tinham para elas, porque a transmissão vertical, do mais velho para o novo, foi interrompida e substituída pela contramão, são as gerações novas as que têm algo a ensinar às antigas.

É assim que, sem ninguém perceber, e enquanto se discute o fim do patriarcado e sua substituição pelo matriarcado, o que acontece de fato é o início do Filiarcado, a autoridade dos filhos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Por mais duras que sejam as atitudes que sua alma precisa tomar agora, mais vale a pena ser firme logo no começo do que dourar a pílula no início e depois as coisas endurecerem. Melhor deixar tudo claro logo de entrada.

TOURO 21-4 a 20-5
Muitas coisas são ditas com a autoridade do bom senso, mas sua alma suspeita que, apesar do valor das palavras, dessa vez precisa experimentar o próprio jeito de fazer as coisas. Valerá a pena sua tentativa.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Se fizer o que estiver ao seu alcance, estará tudo muito bem, mas se fizer um pouco além disso, então você conhecerá pessoas que se interessarão pelo que você executa, convidando você a participar de outras coisas.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Você sabe qual é o alcance de sua capacidade, mas sua alma está tentada a esticar um pouco a corda, o que não seria nada ruim de experimentar, não fosse o detalhe de haver muita ajuda disponível. Melhor assim.

LEÃO 22-7 a 22-8
O mundo interior é cheio de sensações que alarmam e que desorientam, porque apontam sentidos completamente diferentes. Você vai precisar de firmeza para navegar por essas águas turbulentas, e de muita ordem também.

VIRGEM 23-8 a 22-9
O bem do maior número de pessoas envolvidas nesta parte do caminho há de ser a prioridade, porque essa será a única maneira de garantir, de verdade, seu bem particular também. Essa é uma equação infalível.

LIBRA 23-9 a 22-10
Seus planejamentos podem ser excelentes, mas neste momento há um ingrediente novo se manifestando, o imponderável. Seria interessante você abrir espaço e tempo para que o imponderável mostre a que veio. Aí sim!

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Aproveite este momento porque há chances reais de se garantir a sinergia, uma condição muito desejada, mas que pouco acontece, já que todas as pessoas querem saber somente de si mesmas, e não do benefício grupal.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Com certeza, há uma maneira melhor de fazer o que sempre foi feito de determinado jeito. A repetição nem sempre é amiga do aperfeiçoamento, porque em muitos casos alimenta a inércia automática e nada mais.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Os momentos bons merecem ser celebrados e compartilhados com as pessoas próximas, para que elas se sintam incluídas em sua vida, porque de outra maneira elas acham que sua reserva significa você não gostar delas.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
É tentador mudar todo o planejamento, mas nesta parte do caminho isso seria muito arriscado. Procure continuar em frente, se atendo ao planejado, e ao mesmo tempo comece a sugerir alternativas para tudo mudar.

PEIXES 20-2 a 20-3
Acima de tudo, este é um momento que requer ordem para lhe brindar com os frutos que potencialmente estão encerrados em todas e em cada uma das situações em que você se envolver. Acima de tudo, a organização.

Visuais ***História***

Cambridge vai devolver quadro roubado por nazistas em Paris

Tela 'La Ronde Enfantine', de Gustave Coubert, fez parte do acervo de Hermann Goring, da Gestapo

Um museu da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, vai devolver um quadro do pintor francês Gustave Courbet roubado em 1941 pelos nazistas, em Paris. A tela pertencia a um judeu membro da Resistência.

A devolução vai ocorrer após uma reclamação dos descendentes de Robert Bing, que era o proprietário do quadro *La Ronde Enfantine*. A obra de Courbet (1819-1877), pintada em torno de 1862, representa um grupo de crianças brincando em um bosque.

O Spoliation Advisory Panel, organismo criado em 2000 pelo governo britânico, concluiu nesta terça, 28, "que o quadro foi roubado pelas forças de ocupação nazistas porque Robert Bing era judeu".

Pouco depois, o Fitzwilliam Museum de Cambridge anunciou que a obra vai ser entregue a seus descendentes.

"O museu cuidou da peça, que agora pode ser devolvida aos descendentes dos proprietários originais", escreveu a instituição em seu site.

Segundo o comunicado publicado pelo Panel, em 5 de maio de 1941, dois membros da Einzatzstab Reichsleiter Rosenberg, força nazista encarregada do roubo de obras de arte, confiscaram no apartamento de Bing, em Paris, o quadro que havia sido comprado por sua avó materna.

O comunicado ainda informa que a obra de arte foi armazenada na capital francesa "sob a posse do principal colecionador nazista, Hermann Goering", fundador da Gestapo. Segundo o Fitzwilliam Museum, a tela foi encontrada na Baviera pelos soldados aliados no final da guerra. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Quem olha para fora, sonha. Quem olha para dentro, desperta"* **C. Jung**

Por aí

Patrícia Ferraz ● *patriciacferraz@gmail.com*

Jazz na padaria

Sabe o que dá quando se mistura uma padaria brasileira e uma boulangerie francesa? A resposta é a Le Jazz Boulangerie, lugar para comer pão (de fermentação natural) na chapa, sanduíches, ovos beneditinos, mas também para provar belos folhados, como o croissant simples, levíssimo, (R$ 11) ou de amêndoas (R$ 15) e ainda um ótimo brioche bem amanteigado e macio (R$ 26).

Ah, tem também uma vitrine de doces, alguns vendidos inteiros, outros em fatias – duas grandes pedidas são o mil-folhas (R$ 24) e a éclair de pistache (R$ 18).

A Boulangerie fica aberta o dia todo, mas, se eu fosse você, passaria lá na hora do almoço e iria direto pro salão do fundo. É ali que fica o restaurante com vista para a cozinha envidraçada onde se prepararam os pães – você precisa atravessar um corredor com prateleiras e geladeiras abastecidas com queijos, embutidos e azeites e certamente vai achar algumas coisas para levar para casa.

A dica é o bufê, servido das 11h30 às 15h – os pratos variam, mas há sempre oito tipos de saladas e cinco pratos quentes, por R$76. A beterraba com queijo de cabra, um clássico do Le Jazz, pode dividir espaço com homus, salada de salsão, salada de lentilhas e um imperdível alho-poró assado, que dá vontade de repetir (fique à vontade!). Há sempre uma opção de quiche, geralmente combinando queijos e vegetais, além de um prato de carne, por exemplo, o escondidinho, que os franceses chamam de hachis parmentier. Nada sofisticado, tudo bem feito.

LAÍS ACSA

Na vitrine, destaque para o mil-folhas e o éclair de pistache

Se preferir à la carte, tem omeletes (R$ 32), tartine de avocado (R$ 28), croque monsieur (R$ 34) além de club sandwich de frango (R$ 38), montado em fatias de pão de forma com frango, avocado, bacon, maionese, tomate e alface (R$38). Esses são servidos também no terraço na entrada.

Antes de se aventurar pelo mundo da padaria, o chef e sócio da casa, Chico Ferreira, relembrou os tempos em que trabalhou em padarias em Paris e na Austrália, marcou nova viagem para a França e incluiu um curso de panificação no roteiro. Os sócios Gil Leite e Paulo Bitelman embarcaram na ideia.

Le Jazz Boulangerie, Rua Joaquim Antunes, 501, Pinheiros. De terça a domingo, das 7h30 às 18h (em breve até 22h). ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3FYEIOB**

Teologia da (?): enfatiza o sucesso e a riqueza como dons divinos
Atriz de longa carreira em telenovelas, como "Roque Santeiro" e "Por Amor"
Agência de espionagem dos EUA
Forma de ingresso na universidade que vem perdendo espaço para o Enem
Destino negativo (pop.)
Sinal de e-mails
Postura de rigor máximo, como a da Lei Seca em relação ao álcool (BR)
Cerâmica de origem chinesa usada em louças
Forma do movimento do cavalo no xadrez
A flor utilizada na produção de perfume
Restringem a oferta e diminuem a concorrência
Ave silvestre destituída de moela
"(?) de Baixo", série de humor (TV) — S A I
O melhor conceito escolar
A via mais comum de prescrição de remédio
A "salvação" quando falta luz
Milionário que ostenta luxo (fig.)
Grito provocador da torcida (fut.)
Sigla antes do cifrão no dólar dos EUA
"O Meu (?)", sucesso de Chico Buarque
Grupo com a mesma fantasia na escola de samba
Dez, em inglês
O alvo predileto do charlatão
Exercer o direito de proprietário
(?) do Trabalhador: 1º de maio
Pedra vermelha de alto valor em joias
(?) e volta, opção na venda da passagem
Característica do sertão nordestino
102, em romanos
Larva da mosca
Informação no rótulo do vinho
Colisão
Tem papel decisivo no "BBB" (TV)
O (?) de Veneza: Otelo (Lit.)
Ácido desoxirribonucleico (sigla)
Item doce do café da manhã
Assinar (um documento) como responsável
Kung (?): arte marcial de Bruce Lee
"O (?) Amado", filme
Sutiã, em inglês
Alziro Zarur, fundador da LBV
Acasalamento entre linhagens ou indivíduos geneticamente diferentes

BANCO 3/bra — ten. 5/carma. 6/geleia. 8/gaturamo. 10/referendar.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Madchester

MADCHESTER foi um movimento musical inglês surgido na virada dos anos 1980 para os 1990, na **CIDADE** de Manchester. A mistura de **ROCK** psicodélico com a **DANCE** music da época influenciou o som de diversas bandas. Algumas flertaram rapidamente com o estrelato (como Stone **ROSES** e Happy **MONDAYS** – esta última chegou a se apresentar na segunda edição do **FESTIVAL** Rock in Rio, em 1991). Outras tiveram projeção apenas local (The Charlatans e Inspiral **CARPETS**, por exemplo). A grande **FORÇA** para a **EXPLOSÃO** do movimento, porém, foi o chamado "Segundo **VERÃO** do Amor", quando a **HOUSE** music cruzou as fronteiras além dos EUA e invadiu a **EUROPA**. Não por acaso, boa parte dessas ~~**BANDAS**~~ tem como característica a **ÊNFASE** na percussão, às vezes fazendo o uso de instrumentos incomuns ao rock, como maracás e **BATERIAS** eletrônicas.

Ainda que **EFÊMERA**, podemos dizer que a Madchester foi fundamental para as gerações roqueiras seguintes: sua influência pôde ser vista em grupos britânicos de **SUCESSO** planetário, como o **OASIS** e o Blur, justamente seus herdeiros mais **DIRETOS**.

ILUSTRAÇÃO: MACHADO

K E E J R O S E S S C Y
L W U C N D F H R R Ç D
A X R J S S I D L R D A
V W O Z I U D R T B R N
I D P S Z C C F E L V C
T C A A W E A E L T W E
S M R I J S R D V C O B
E R R R S S P L H B L S
F E C E H O E J V S E Z
E T K T S W T X A X S F
C S T A F L S D K T A O
F E V B L C N G Z Y F R
R H R K L A I Y T Z N Ç
S C S D B K R O C K E A
T D H O U S E K Y S M L
N A K V V L H O A S I S
I M O Ã S O L P X E B Z
V Y S Z E A R E M E F E
J E G L X F E W F W Z R
T X R Y M O N D A Y S E
D T W Ã R M W M Y X L T
W B H S O Z C I D A D E

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3lNQbJq**

Nível Médio

5	2		1			9		4
	6		5					
			7				3	
		8						
1				9				6
						5		
	9				4			
					8		6	
4		5			1		7	8

SOLUÇÕES

Pressão no time principal, onde a cobrança é forte, pode comprometer a carreira dos garotos

Acompanhamento psicológico é aliado dos jovens atletas

SU

Desespero de Endrick após sair de jogo sem fazer gol é reflexo da pressão

ROBSON MORELLI

A ascensão meteórica de Endrick e a incômoda situação pela qual o atacante de apenas 16 anos passa no momento, em que vive "seca" de gols, reacenderam o debate sobre a importância da saúde mental, sobretudo com jovens esportistas lançados aos leões nos times profissionais, onde a cobrança e a vitrine são bem maiores. Esses meninos precisam lidar com uma forte pressão no futebol, com mais cobranças, com a qual não estão acostumados.

Há uma falácia em afirmar que garotos dos times grandes e dos centros mais importantes do futebol aprendem a lidar com as cobranças e a rivalidade desde o começo. A base é um mundo à parte na formação do jogador, onde ele pode errar e aprender e não será pressionado por isso como ocorre aos olhos do torcedor nos jogos do time profissional.

A cobrança externa é grande, mas na cabeça desses meninos também há a cobrança interna, aquela que o faz pensar que se não fizer os gols ou jogar sempre bem, ele vai perder a oportunidade de dar certo.

A pergunta é: como lidar com isso? No caso de Endrick, diante de toda essa pressão e expectativa por parte da torcida e imprensa em relação ao garoto do Palmeiras, o técnico Abel Ferreira se posicionou algumas vezes para blindar e defender o menino. Na entrevista após o jogo com o Bragantino, quando a reação do menino após ser substituído foi chorar no banco de reservas, o português afirmou: "Ele tem de ter calma. Ninguém gosta de ler críticas. Claro que há uma pressão tremenda para que ele faça cinco, seis gols, como era na base. Ele próprio tenta lidar com isso. Vai fazer o gol na hora certa. Tem de ter calma, que não perca o sorriso. Meteu a camisola no rosto porque chorou. Não sou o pai dele, mas devia ter dado um abraço".

BETO NOVAES/HOJE EM DIA

Talentos precoces
O Brasil sempre colocou nos times profissionais jogadores bastante novos. Ronaldo, por exemplo, fez sua estreia no Cruzeiro aos 16 anos

PRECOCIDADE. Endrick é apenas um exemplo desses jogadores que são chamados a atuar no time principal antes da hora. Há outros como ele espalhados pelo futebol brasileiro. O atacante Vitor Roque, do Athletico-PR, é um dos que foram jogados no campo e testados muito cedo. Tem se saído bem e já foi até chamado para a seleção principal. Lá atrás, Ronaldo, que viria a se tornar o melhor da Fifa e campeão mundial, disputou sua primeira Copa do Mundo aos 17 anos, em 1994, quando já brilhava com a camisa do Cruzeiro. Ronaldo sofria as mesmas cobranças de todos esses jogadores novinhos alçados ao profissional.

O psicólogo do esporte Eduardo Cillo, que coordena o departamento de psicologia do COB (Comitê Olímpico do Brasil), ressalta que é fundamental uma blindagem dos atletas nesse momento das cobranças, seja no futebol ou em qualquer outra modalidade.

Há um ingrediente no futebol mais cruel do que em outras modalidades esportivas: a vitrine. Os times jogam duas ou três vezes por semana, e essa pressão, quando não superada, só faz aumentar a cada jogo, feito uma lata cheia de água prestes a ser derrubada.

"Não fazer gol durante um período é normal, independentemente do nível de experiência e da expectativa que se tem sobre o jogador. Isso faz parte. Nessa hora, no entanto, é preciso blindar o atleta para não deixar que ele caia na pilha nem se deixe levar por algum tipo de ansiedade, de querer resolver logo ou fazer de uma vez. Se seguir contribuindo com o time no coletivo, uma hora a bola vai entrar e aí a situação estará resolvida", afirma o especialista, também doutor em psicologia pela USP na capital.

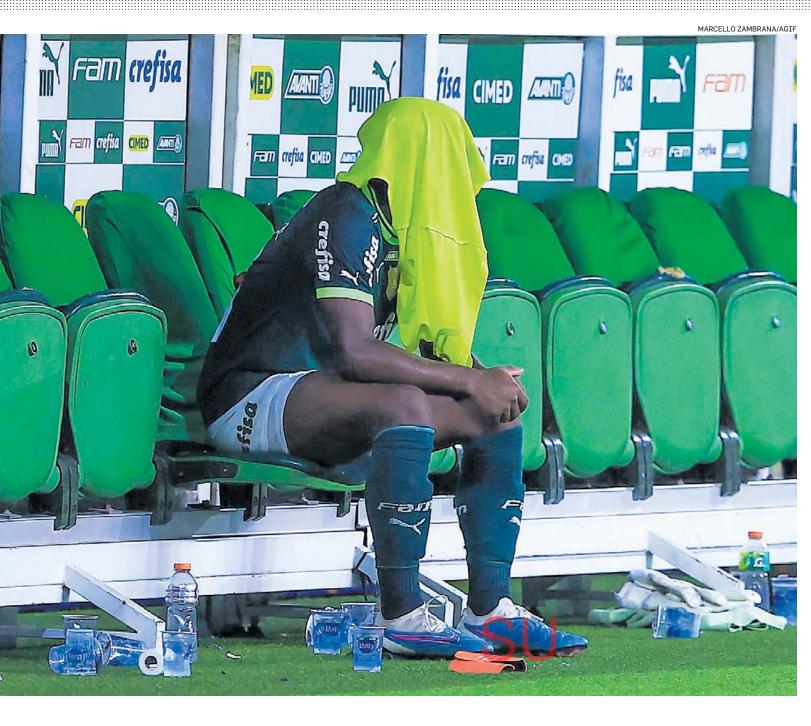
O futebol brasileiro evoluiu nesse caminho. Antes, ter um psicólogo na comissão técnica era observado com desconfiança. Por anos, os jogadores se recusaram a conversar com esses profissionais. Quem se aproximava de um psicólogo era tido como 'jogador problema'. Felizmente, esse erro de interpretação caiu por terra nos últimos anos. Atualmente, os psicólogos estão na base dos principais clubes, ajudando garotos a entender a profissão e a vida em todos os seus aspectos. Os clubes entenderam também que se trata de um trabalho contínuo, que deve começar naturalmente.

Endrick tem proteção
O jovem atacante tem à disposição um psicólogo da equipe que cuida de sua carreira, além dos profissionais do clube

ALÉM DO ESPORTE. Apesar deste recorte específico com o esporte, o problema atinge a sociedade como um todo. De acordo com o mapeamento mais recente feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre transtornos mentais, o Brasil é o primeiro da lista entre as populações com maior predomínio de transtornos de ansiedade no mundo, com aproximadamente 10% das pessoas. O Brasil está à frente de Paraguai (7,6%), Noruega (7,4%), Nova Zelândia (7,3%) e Austrália (7%).

O acompanhamento psicológico para jovens jogadores é uma das bandeiras defendidas por Alex Araújo, CEO da 4Life Prime Saúde Ocupacional e que também trabalha no agenciamento de atletas. Na visão do especialista, quando não se tem o acompanhamento adequado, os jogadores ficam suscetíveis a crises de ansiedade, humor depressivo e baixa produtividade, o que pode prejudicar o rendimento no campo.

Isso não acontece somente com os mais novos. Luan, do Corinthians, de 30 anos, é jogador experiente que "se fechou" no clube e não consegue atuar. Já teve ajuda para retomar sua condição de desta- →

MARCELLO ZAMBRANA/AGIF

Endrick vê cedo o outro lado da moeda e conta com carinho de Abel

O momento por que passa Endrick é emblemático. Após terminar 2022 em alta, com bons jogos e gols, o garoto de 16 anos vive incômodo jejum diante dos goleiros. Nesta temporada, ainda não marcou pelo Palmeiras. Trata-se de um sentimento que ele nunca conheceu até subir para o time profissional. Já são 14 jogos e nada de balançar as redes em 2023.

Acostumado a desfrutar de elogios desde que apareceu, também precocemente, na equipe campeã da Copinha do Palmeiras em 2022 – foi fundamental na conquista –, Endrick reagiu mal à fase difícil. Não estava preparado. A "explosão de sentimentos" veio no jogo com o Bragantino, na reta final da primeira fase do Paulistão. Após ser substituído no segundo tempo, chorou no banco de reservas, tão nervoso e descontrolado que estava pela falta dos gols.

Abel o tem preservado. Prefere não expor a promessa. Confia em que aos poucos, o garoto vai recuperar a confiança. ●

CARLA CARNIEL/REUTERS

Vitor Roque é outro menino prodígio que está evoluindo com rapidez

RODRIGO COCA / AGÊNCIA CORINTHIANS

Luan entrou em 'parafuso' e não consegue reagir na carreira

que, que se perdeu em algum momento quando deixou o Grêmio e se mudou para São Paulo. "Mas o cuidado com jogadores mais novos deve ser priorizado. Eles ainda estão em formação e provando de vivências novas o tempo todo. O emocional está diretamente ligado com a pressão que os pais colocam em cima deles. Começa por aí. A família reforça todo dia a importância que é para eles ter um filho jogador; que vai mudar a condição financeira e, consequentemente, a qualidade de vida de todos. O caso de Endrick demonstra isso, pois, com 16 anos, o emocional ainda não está preparado para todas as dificuldades que virão. Ele está em fase de desenvolvimento e o apoio psicológico é fundamental", diz Alex.

ATENÇÃO CRESCENTE. No futebol brasileiro, o trabalho dos psicólogos em prol da saúde mental tem conquistado cada vez mais espaço nos clubes de alto rendimento, casos de Cuiabá, Guarani e Sport. Os de maior poder financeiro já entraram nessa faz tempo. De acordo com Eryca Bastos, psicóloga das categorias de base do Cuiabá, as habilidades psicológicas requerem atenção para o desenvolvimento dos jogadores. "É importante ter um psicólogo que trabalhe de forma interdisciplinar com a equipe, desde a iniciação esportiva,

"É muito importante que o psicólogo trabalhe com toda a equipe desde a iniciação esportiva, para que o atleta seja preparado também nas questões psicológicas, que farão diferença"
Eryca Bastos
Psicóloga da base do Cuiabá

"Existem pontos de atenção para cada fase da carreira do atleta, mas a iniciação esportiva é um período bastante sensível"
André Luís Aroni
Psicólogo do Guarani

passando pela base e trabalhando as especificidades da psicologia do esporte, para que o atleta esteja preparado não apenas às questões táticas, técnicas e físicas, mas também psicológicas, o que, com certeza, fará diferença", diz a profissional do time de Mato Grosso.

Para Rosângela Vieira, psicóloga do Sport, o ideal é que os clubes tenham este profissional na base e no time profissional. Ela explica que as categorias precisam aprender a fazer o autoconhecimento da sua mente, nas partes cognitivas e emocionais. "Como trabalhamos com adolescentes e jovens, sabemos que o cérebro deles ainda está desenvolvendo a maturidade psicológica. Portanto, se fazem necessários o acompanhamento e as conversas, pois, quando o atleta chegar ao profissional, ele já vai estar mais bem preparado para lidar com as diversas situações que irá vivenciar: torcida, pressão por resultados, queda no rendimento e tantas outras demandas", explica. O mesmo vale para as pessoas comuns em suas rotinas e vida.

André Luis Aroni, psicólogo do Guarani, doutor e pós-doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, diz que é preciso um trabalho diferente com os atletas da base. "Existem pontos de atenção em cada fase da carreira: para o sub-15, a distância da família, as condições do alojamento, as tarefas da escola... são pontos de atenção", pontua. "Atletas de futebol perto dos 35 anos já pensam em suas transições de carreira. Entretanto, a iniciação esportiva é um período bastante sensível no aprendizado desses jovens; assim, faz todo o sentido também ter estímulos da psicologia junto dos habituais físicos, técnicos e táticos", entende o especialista. ●

Luciana Garbin

Instagram: @lucianagarbin

O perigo que os pais não veem

Quando ocorre uma tragédia como a da escola da Vila Sônia, adeptos da subcultura online True Crime Community se atiçam. Massacres cometidos por extremistas são sempre motivo de excitação por lá. Com especial predileção pelos feitos por jovens que acham que estão se vingando de um mundo onde não se sentem adequados nem queridos. O alerta é da pesquisadora Michele Prado, especialista em radicalização online e extremismo.

Engana-se quem pensa que essa subcultura de ódio está escondida na deep web. Adeptos postam livremente imagens de armas e tiros, bem como mensagens endeusando terroristas, no Twitter, Instagram, TikTok, Discord, Reddit. Se sentem tão livres que criam e compartilham vídeos com cenas de massacres mundo afora. Em agosto, um estudante invadiu uma escola em Vitória com bombas caseiras, bestas e facas. Ameaçou professores e estudantes, mas foi contido. Além de seguidores da TCC lamentarem o fato de o jovem não ter conseguido matar ninguém, passaram a caçoar dele. Michele achou tuítes que o comparavam a um frango assado, porque foi imobilizado. "Ponto importante: a subcultura não se relaciona só com brasileiros. Os tuítes que mais viralizaram partiram de contas dos Estados Unidos."

Segundo ela, grupos misóginos servem como iscas para jovens. Neles, encontram "mentores" que os guiarão num caminho cada vez mais perigoso de ódio, misantropia, ideação suicida, supremacia branca, apologia ao terrorismo, entre outras pragas. No caso da Vila Sônia, o adolescente de apenas 13 anos também era encorajado por usuários da rede. Um deles já tinha suas fotos preparadas e as postou num vídeo minutos após o ataque. O governo paulista anunciou que a Polícia Civil vai investigar. Mas, no mundo online conectado, o combate ao extremismo só avança se for constante e transnacional. E não há centralização de dados nem trabalho interligado dos diferentes Estados. "Muitos desses perfis já foram denunciados, a conta cai, mas retorna", diz Michele.

Também piora a situação do Brasil a pouca regulamentação de plataformas. Conteúdos de extremismo circulam livremente nas redes. Assim como se repetem em programas sensacionalistas de TV imagens do atentado e do assassino, para deleite de comunidades que impulsionam mais desajustados a cometer ataques. Juntam-se a isso o fato de a radicalização online atingir pessoas cada vez mais jovens, a falta de programas de saúde mental e a postura punitivista, em que se entra em ação só após o episódio violento. Não é de estranhar que a sociedade se sinta acuada. "Há imensa falta de informações no Brasil para equipar pais e professores com ferramentas que permitam reconhecer sinais de radicalização e intervir antes do pior", resume Michele, ela mesma uma vítima de assédio digital. ●

EDITORA DO ESTADÃO, PROFESSORA DA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal**) e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal**) ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal**) e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Teatro Em Cartaz

Um Freud passional, desafiado por um mundo que não admite contradições

'Freud e o Visitante', do Grupo Tapa, no Teatro da Aliança Francesa, busca uma conexão entre a Viena antiga e a atualidade

DIRCEU ALVES JR.
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

RONALDO GUTIERREZ

Freud (Brian Penido Ross), sentado: 'Mais passional, sem aquela secura que nos acostumamos a ver'

Sucesso há um ano na cidade, *A Última Sessão de Freud*, montagem dirigida por Elias Andreato com os atores Odilon Wagner e Claudio Fontana, mostra um confronto de ideias entre o pai da psicanálise (1856-1939) e o professor e teólogo C. S. Lewis (1898-1963). Ali, o Freud intelectual, como é mostrado na maioria das vezes em que inspira dramaturgia, impõe seu pensamento e pouco se abala com as discordâncias.

Claro que este perfil está presente em *Freud e o Visitante*, peça do belga Éric-Emmanuel Schmitt, que está em cartaz no Teatro Aliança Francesa, sob a direção de Eduardo Tolentino de Araujo, do Grupo Tapa. No texto de Schmitt, porém, Sigmund Freud (interpretado por Brian Penido Ross) enfrenta aquele que talvez seja o pior dia de sua vida.

Em março de 1938, os alemães invadem a Áustria, perseguem judeus e Anna Freud (papel de Anna Cecília Junqueira), sua filha querida, é intimada por um nazista (o ator Adriano Bedin) a prestar depoimento. Na sequência, uma estranha figura invade o seu consultório e o leva a um desafiador mergulho no próprio inconsciente.

Um homem (representado por Bruno Barchesi) pula a janela do gabinete do psicanalista e começa a desafiá-lo com provocações que, à medida que são respondidas, parecem enredá-lo ainda mais. Seria um louco? Um fugitivo? Uma manifestação do próprio inconsciente? Quem sabe, Deus?

PASSIONAL. A última hipótese é a mais rechaçada por Freud, mas, diante do medo de perder a filha, ele, aos poucos, busca a própria humanidade. "Sem dúvida, é um Freud mais sentimental e até passional, não carrega aquela secura que nós nos acostumamos a ver", afirma Brian Penido Ross.

O protagonista revela que esse visitante pode ser o grande analista de Freud, encarregado de fazer a psique daquele homem tão exato balançar um pouco. "É interessante perceber que toda vez que ele tenta racionalizar uma situação se torna vítima de nova rasteira e, assim, temos um Freud inseguro, que se confunde o tempo inteiro", complementa o ator.

> **O responsável**
> **O centro da peça é: 'Quem seria o responsável por tudo o que está acontecendo? Deus?'**

Como diretor, Tolentino ressalta que Schmitt fez um recorte particular ao transformar em teatro essa situação hipotética. Freud sabia que em pouco tempo seria derrotado por um câncer e, mesmo sem ser apaixonado por Viena, não enxergava sentido em deixar a Áustria na sua velhice.

A escalada meteórica do nazismo no país, no entanto, o assustou e, diante do desconhecido invasor, instaura-se uma profunda crise pessoal que traz à tona até sua reflexão sobre o ateísmo. "O centro da peça é quem seria o responsável por tudo o que está acontecendo no mundo e se existe um Deus que permitiu tudo isso só pode ser um medíocre ou um canalha", conta o diretor.

Admirador do pai da psicanálise, Tolentino leu sua obra integral na década de 1980 e, somente para esse trabalho, buscou biografias para melhor entender o pensamento de Freud. Não são poucas as conexões estabelecidas entre a época em que se passa a peça e a atualidade.

CONVULSÃO. Para Tolentino, o mundo vive uma convulsão, reforçada por acontecimentos como a pandemia e a guerra da Ucrânia, mas também por estruturas que se mostram abaladas ou em transformação. "Assim como a cultura, as questões do inconsciente se tornaram inimigas de uma parte da sociedade, porque estamos em um mundo que não admite as próprias contradições."

O teatro, entretanto, depois do baque pandêmico, na visão de Tolentino, parece ter recebido uma chacoalhada. "Os artistas voltaram a fazer teatro pensando no público, não só na classe, e isso é uma quebra de paradigmas", afirma. Uma prova desta constatação, diz, é a recente temporada de verão paulistana, repleta de espetáculos elogiados e com plateias lotadas. "Eu não via algo assim há uns dez anos. Claro que a retomada colaborou para isso, mas acho que voltamos a buscar uma outra qualidade." ●

Freud e o Visitante
Teatro Aliança Francesa.
R. General Jardim, 182, V. Buarque. Tel. 3572-2379. 5ª a sáb., 20h; dom., 18h. R$ 50 / R$ 70. **Até 4/6.**

Juros e inflação altos preocupam no Brasil e no mundo

Economistas afirmam que desaceleração econômica começa a dar as caras no cenário interno, mas riscos de recessão são pequenos

Juros altos, baixo crescimento e inflação persistente são alguns dos problemas que tiram o sono de economistas tanto no Brasil quanto no exterior. Por aqui, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continua bem acima do teto da meta do governo, o que obrigou o Banco Central (BC) a manter a Selic (taxa básica de juros) em 13,75% ao ano nas últimas cinco reuniões.

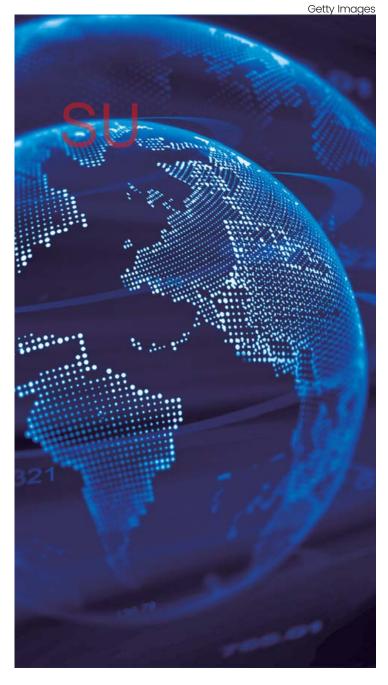
Como era de se esperar, as consequências dos juros altos por um longo período já começam a aparecer. "Estamos vendo certa redução da atividade econômica no dia a dia. Indicadores de confiança mais fracos, piora na inadimplência e um ligeiro aumento da taxa de desemprego. São algumas evidências de desaceleração", afirma Raone Costa, economista-chefe da Alphatree Capital.

Apesar disso, especialistas afirmam que os riscos de uma recessão – caracterizada por dois semestres seguidos de contração na economia – são pequenos no Brasil. O principal motivo é a força do agronegócio, que deve segurar o ritmo da atividade por aqui.

Enquanto isso, os setores de serviços, indústria e comércio devem registrar uma desaceleração significativa. "Isso é resultado do aperto monetário que tirou a Selic de 2% e levou ao patamar atual de quase 14% ao ano", afirma Helena Veronese, economista-chefe da B. Side Investimentos. Para ela, o BC não deve cortar juros enquanto o novo arcabouço fiscal não for conhecido. "O comunicado da última reunião do Copom deixou muito claro que o risco fiscal aqui no Brasil ainda é muito elevado", diz.

Raone Costa afirma que existem outros dois fatores que podem contribuir para um corte de juros antes do esperado: o primeiro é a diminuição das expectativas de inflação pelo mercado financeiro, medida pelo Boletim Focus. O segundo é a intensificação de uma crise global causada por problemas no setor financeiro norte-americano. "Se houver algo muito drástico, o BC pode começar a diminuir os juros. É um risco, mas não acho que seja cenário-base", afirma.

Lá fora, o aperto monetário também deve desaquecer as principais economias do mundo. Nos Estados Unidos, onde os juros estão no maior patamar desde 2007, o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) projeta crescimento de 0,4% em 2023, quando a meta de longo prazo é de 1,8%.

Não bastasse isso, a crise do sistema bancário norte-americano pode impactar as condições de crédito, reforçando o cenário de enfraquecimento econômico – embora o mercado de trabalho e o setor de serviços sigam ainda aquecidos nos EUA. "A economia do País tem surpreendido pela força positiva da atividade", afirma William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue, instituição com sede nos Estados Unidos.

Getty Images

Em março, dois bancos fecharam as portas nos EUA. O primeiro foi o Sillicon Valley Bank (SVB), conhecido como "banco das startups", que não resistiu à corrida pelo resgate de recursos depois que os investidores passaram a desconfiar da sua solidez.

Logo depois, foi a vez de o Signature Bank anunciar o encerramento das atividades e a intervenção pelo Federal Deposit Insurance Corporation (Fidc). "Eles quebraram por uma má gestão de ativos e passivos. Mesmo assim, houve uma instabilidade no mercado financeiro e as autoridades tiveram que correr para acalmar. Pânico financeiro acaba gerando um efeito em cascata muito perigoso", diz Alves.

Helena Veronese aponta que os bancos menores surfaram a onda de injeção de liquidez e juros mais baixos durante a pandemia e agora começam a sofrer com o aperto nas condições monetárias. "De todo modo, não me parece que seja uma crise sistêmica, mas sim uma questão pontual em algumas instituições", afirma.

Para ela, o ponto positivo no cenário global vem da China, onde indicadores divulgados recentemente apontam para uma recuperação do ritmo de atividade. "Esse crescimento é bom para o mundo todo, mas especialmente para economias emergentes exportadoras de commodities, caso do Brasil", destaca a economista da B.Side Investimentos

Renda fixa veio para ficar

Mesmo que caia, taxa de juros deve permanecer em dois dígitos por mais de um ano

Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu manter a Selic (taxa básica de juros) em 13,75% ao ano pela quinta vez seguida, mesmo com pressões do governo no sentido contrário. Com isso, a taxa de juros real (descontada a inflação) brasileira está em 6,94% ao ano, patamar que supera o de todos os outros países do mundo, de acordo com levantamento do MoneYou e da Infinity Asset.

Com os juros no topo do ranking mundial, as aplicações de renda fixa seguem entre as preferidas dos brasileiros e devem continuar assim ao longo de todo o ano. "O Banco Central sinalizou que ainda não estamos próximos de uma queda na Selic", afirma Luigi Wis, especialista em investimentos da Genial.

Mesmo que a taxa comece a recuar a partir da metade de 2023, a perspectiva é que ela permaneça na casa de dois dígitos no ano que vem, o que continuará beneficiando os investidores dessa classe de ativos. "É pouco provável que a queda da Selic nos próximos 12 meses seja de grande magnitude", acredita Wis.

A renda fixa oferece tipos diferentes de retornos, que podem ser prefixados, pós-fixados ou indexados à inflação – e cada um deles faz mais ou menos sentido dependendo do cenário macroeconômico. Para Christopher Galvão, analista de renda fixa da Nord Research, as aplicações pós-fixadas devem ser priorizadas atualmente. "A inflação segue pressionando e há muitas dúvidas envolvendo a situação fiscal. Nesse cenário, os pós-fixados continuam mais indicados. Além de pagarem um retorno alto, o investidor consegue manter uma boa liquidez", diz.

A opinião é compartilhada por Wilson Barcellos, CEO da Azimut Brasil Wealth Management. "Se tiver que escolher um investimento, o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) [benchmark que baliza o rendimento de aplicações pós-fixadas] parece ter a melhor relação risco/retorno no curto prazo", afirma.

Segundo ele, os títulos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de média duração também entram como uma boa opção. "Não me lembro de qual foi a última vez, no passado recente, que vi retornos tão atraentes nestes papéis. Mas entendemos que apesar do cupom elevado há riscos nesta aposta", pondera.

Alexandre Brito, sócio e gestor da Finacap Investimentos, concorda que investir em títulos públicos de inflação faz sentido no cenário atual. "O Tesouro IPCA+ tem oferecido taxas de 6% ao ano acima do IPCA", afirma.

Getty Images

O Tesouro Direto é considerado o investimento mais seguro do ponto de vista de risco de crédito, pois é emitido pelo governo federal. Para aqueles que aceitam correr um pouco mais de risco, é possível encontrar retornos superiores a 7% ao ano acima da inflação nos títulos emitidos por bancos, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Letras de Crédito Imobiliário (LCIs).

Nesse caso, o gestor da Finacap aconselha que o investidor respeite as condições do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que funciona como um seguro para aplicações de até R$ 250 mil por CPF em caso de calote do emissor do papel.

Aliás, quando se trata de renda fixa, o cuidado com o risco de crédito deve ser uma prioridade. Como a garantia do FGC não cobre todos os tipos de aplicações, é preciso fazer uma avaliação antes de realizar o investimento. "É sempre importante estudar a qualidade do emissor. Lembre-se de que uma operação de renda fixa é como um empréstimo que você faz a um terceiro. Por isso é fundamental saber para quem você está emprestando seu dinheiro", afirma Luigi Wis, da Genial.

Segundo ele, se for investir em títulos que não possuem a garantia do FGC, como Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRIs), é importante selecionar empresas de qualidade, com Rating (nota de crédito) AAA e pulverizar as aplicações entre vários emissores. "Desta forma, se acontecer um default (calote) na carteira, o impacto será pequeno", explica.

Quando se trata de renda fixa, o cuidado com o risco de crédito deve ser uma prioridade

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP, CEP 02598-900.
projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo MTB 26.090-SP**; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata, Marielly Campos e Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva, Amanda Miyagui Fernandez e Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro e Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Eduardo Geraque**; Reportagem: **Diego Lazzaris, Jiane Carvalho e Marcos Leandro**; Revisão: **Francisco Marçal**

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

TESOURO DIRETO: VALE A PENA EMPRESTAR PARA O GOVERNO?

Investimento paga um retorno elevado com baixo risco de crédito, mas é preciso entender os riscos de cada título

Getty Images

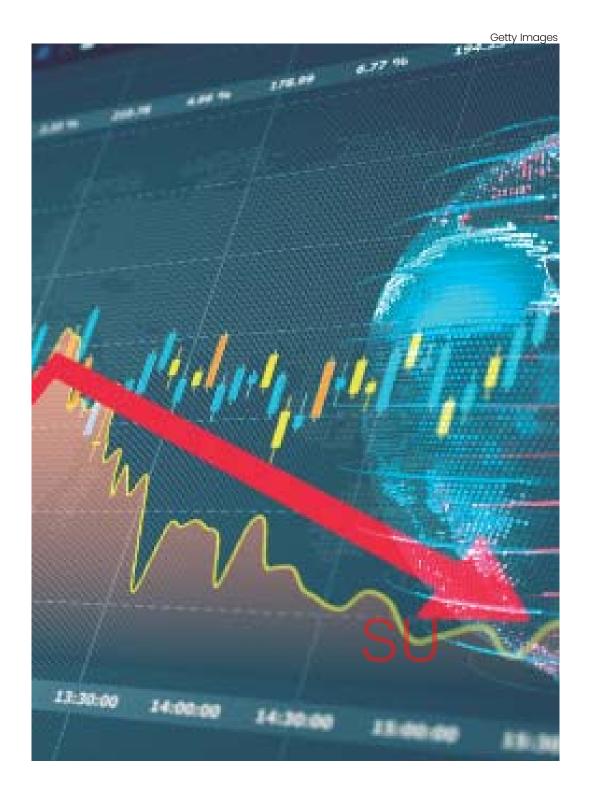
Poucas aplicações financeiras conseguem mesclar uma rentabilidade interessante, com baixo risco de crédito e alta liquidez. Com a taxa de juros em 13,75% ao ano e muitas incertezas na economia, o Tesouro Direto vem atraindo cada vez mais pessoas justamente por entregar esse combo para os investidores.

O Tesouro Direto é um programa de títulos públicos do governo federal. Na prática, quem investe nesses papéis está emprestando seu dinheiro para o governo, em troca de uma remuneração em juros. De acordo com dados do Tesouro Nacional, o número de investidores ativos chegou a 2,09 milhões em janeiro deste ano, um aumento de 14,7% nos últimos 12 meses.

Antes de investir, porém, é preciso entender cada papel e suas características para evitar surpresas no meio do caminho. "A escolha de qualquer tipo de investimento, inclusive em títulos do governo, deve sempre estar associada a objetivos bem definidos. Não existe um 'melhor título', mas sim aquele que atende de seus objetivos", afirma Rafael Schincariol, head comercial da Fiduc.

Para aqueles investidores que querem montar a reserva de emergência, uma das opções mais interessantes do mercado está no Tesouro Selic. Isso porque esse papel permite resgates do dinheiro diariamente, com baixíssimo risco de prejuízo.

Além desse colchão de liquidez, o Tesouro Selic também pode compor a carteira de longo prazo neste cenário de juros elevados, segundo João Ferreira, assessor da One Investimentos. "É a alocação que faz mais sentido para preservar o portfólio da volatilidade acentuada do mercado", diz.

Já o Tesouro IPCA+ e o Tesouro Prefixado também podem ser boas escolhas, mas esses papéis possuem volatilidade. Isso quer dizer que o seu preço varia durante o período de vigência do título e o investidor pode ter prejuízo ou lucro acima do esperado. "Apesar de terem liquidez, a garantia do retorno ocorre somente em seu vencimento", destaca Schincariol.

Getty Images
Momento pede cautela na Bolsa

Volatilidade do mercado acionário exige atenção redobrada, mas investidores de longo prazo podem se beneficiar se entrarem agora

Impactado por um cenário de incertezas na economia nacional e também sob influência dos ventos que vêm de fora, o mercado acionário brasileiro enfrenta momentos de turbulência. O Ibovespa (principal índice de ações da B3, a Bolsa de Valores brasileira) iniciou 2023 com valorização em janeiro, mas a alegria durou pouco e o benchmark registrou quedas significativas em fevereiro e março.

Para especialistas, a volatilidade deve continuar ditando o ritmo das negociações nos próximos meses. Por aqui, questões como juros altos, incertezas fiscais e conflitos entre o governo e o Banco Central contribuem para afastar os investidores dos ativos de risco.

Lá fora, o sinal de alerta vem do sistema financeiro, uma vez que o mercado ainda digere a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e Signature Bank, nos EUA, e a crise do Credit Suisse, na Suíça, que culminou na compra do banco pelo UBS. "Boa parte desses problemas já estão precificados, e esperamos que ao longo do ano o cenário fique mais claro e melhor", afirma Fernando Siqueira, head de Research da Guide Investimentos.

Os investidores mais experientes costumam se lembrar de uma velha máxima da Bolsa, sobre comprar ações quando os ativos estão com preços menores do que realmente valem. Portanto, aqueles que pensam no longo prazo e têm perfil de risco para investimentos mais voláteis podem estar diante de uma oportunidade.

"Para os investidores que têm paciência e solidez financeira para suportar variações de curto prazo, é um bom momento para investir em Bolsa. Há muitas ações baratas neste momento e comprar a preços atrativos pode significar o sucesso de um investimento", afirma Ivan Barboza, sócio-gestor do Ártica Asset Management.

Alexandre Sabanai, sócio e gestor da Perfin, afirma que existem empresas que podem se beneficiar com a eventual queda dos juros e ao mesmo tempo conseguem se defender bem em um cenário desafiador de inflação e juros mais elevados. "Os setores regulados de energia elétrica, saneamento, concessões em geral podem apresentar ótimas oportunidades. Além disso, os setores farmacêutico, de shoppings, seguros e software de gestão empresarial também apresentam boas chances de crescimento com resiliência", diz.

Além de criar um filtro inicial por setores, especialistas também se lembram da importância de fazer uma boa seleção de cada empresa para conseguir capturar os melhores potenciais de valorização no longo prazo. "É fundamental fazer um stock picking (termo em inglês para análise individual de ações) e procurar companhias que estão sendo mais resilientes neste momento de juros mais altos", afirma José Simão, sócio da Legend Investimentos.

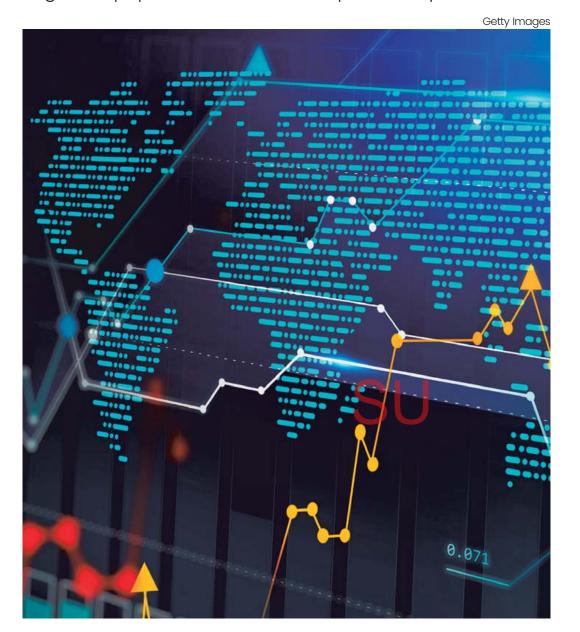
Também é preciso ter cautela e evitar alguns setores e empresas. Para Ivan Barboza, o ideal é tomar cuidado com as estatais, em especial aquelas que têm histórico de serem utilizadas pelo governo como canais para implementação de políticas públicas. "Fazer com que uma empresa gere retorno para seus acionistas não é uma tarefa fácil. Quando isso deixa de ser o principal objetivo da gestão, em detrimento de objetivos políticos, a probabilidade de que o negócio se mantenha rentável diminui", afirma o gestor do Ártica.

Para Felipe Cima, operador de renda variável da Manchester Investimentos, o investidor deve evitar companhias muito alavancadas, com alto custo de dívida e despesas financeiras que estejam consumindo o lucro líquido. "Entre elas estão algumas empresas de construção, que tiveram a margem bruta muito apertada, além das varejistas, que continuam em uma situação bem complicada."

Fernando Siqueira, da Guide, diz que prefere fugir de companhias que dependem de ciclos econômicos globais favoráveis. Um dos principais exemplos são as produtoras de commodities, como petróleo, siderurgia e mineração. "Com a economia mundial desacelerando, elas não devem ter uma boa performance", afirma.

Na Bolsa, intervalo de tempo é crucial

Segurar o papel ou realizar lucro depende do perfil individual do investidor

Getty Images

Todo investidor já ouviu a máxima de que uma carteira saudável de investimento deve ter como horizonte o longo prazo e ser diversificada, com ativos diferentes capazes de absorver oscilações bruscas do mercado. Isso não significa, contudo, que o acompanhamento dos ativos pode ficar em segundo plano – e a substituição, se necessária, escanteada. Em um mercado de ações volátil, como o atual, o desafio para o investidor que faz a gestão da própria carteira é ainda maior. Achar pontos de entrada ou de saída de um papel – sem uma estratégia predefinida ou ferramentas adequadas – pode ser uma tarefa difícil.

"Para o investidor que já fez o dever de casa, tem reserva de emergência e carteira balanceada, o momento sugere que ele espere alguma sinalização mais clara para a Bolsa. Não é hora de elevar a exposição a risco, tampouco de vender barato", comenta Thiago Godoy, especialista em Educação Financeira da corretora Rico. Como esta não é a realidade da maioria dos investidores, acrescenta Godoy, se for preciso se movimentar deve ser com muita cautela.

Os papéis da varejista Magazine Luiza (MGLU3) são um bom exemplo. Valendo perto de 10 centavos em março de 2016, a ação se multiplicou por 10 e foi para R$ 1 em junho de 2017. Entre junho de 2017 e novembro de 2020, chegou a R$ 27, porém no meio do caminho despencou 50% só em março de 2020, de R$ 14 a R$ 7. "Foi um tombo forte, mas quem comprou a um real poderia ter vendido a R$ 7 que ainda assim teria um ótimo ganho", comenta Godoy.

A perspectiva de continuidade do sobe e desce da Bolsa foi reforçada por vários eventos globais, explica Erick Scott Hood, head de Produtos & Portfólios da Inter Invest. "Quebra de bancos no exterior e juros globais elevados estimulam a saída da renda variável, mas não a qualquer preço", alerta. "Se a carteira não for adequada ao perfil de risco do investidor, dificilmente ele tolera a baixa para seguir com o ativo. Normalmente, para um investidor com perfil moderado, a fatia na Bolsa não deveria superar algo entre 15% e 20% dos investimentos."

A dica do especialista para os momentos de alta do papel é, pelo menos, retirar uma parte do ganho ou "realizar o lucro". "Se saiu de R$ 10 para R$ 20, o investidor pode comparar com o que teria ganho na renda fixa, em um título de inflação. Se quiser permanecer no mercado, o ideal, pelo menos, é retirar uma parte do ganho e seguir com o papel", comenta Hood.

O chefe da mesa de Renda Variável da Blackbird Investimentos, Gustavo Harada, reforça a importância de uma carteira diversificada e acrescenta que, neste momento, papéis de setores defensivos, como o elétrico e commodities, ganham o espaço das companhias ligadas a consumo que sofrem com juro alto. A opção de entrar ou sair de uma ação, na visão do especialista da Blackbird Investimentos, segue o mesmo princípio. Como exemplo, Harada cita as ações da PetroRio (PRIO3). Desde janeiro de 2021, os papéis da empresa acumulam perto de 115% de alta, até 24 de março. "É um ótimo desempenho, mas se olharmos apenas os últimos meses é um ativo que vem sofrendo. Quem aproveitou o ponto de corte em janeiro para vender o papel teria ganho 200% sobre janeiro de 2021. Hoje, o ganho ainda é enorme, na mesma janela de tempo, mas caiu para 115%", explica Harada.

Para o investidor que já fez o dever de casa, e conta com um balanço adequado entre investimentos em renda fixa, renda variável e com ativos de setores e empresas distintos, comenta Ellen Steter, gerente de Estratégia da Ágora Investimentos, o trabalho de acompanhamento dos porcentuais de exposição a risco permanece. "É de suma importância que seja realizado o exercício de revisão periódica da carteira. Ao longo do tempo, bancos e casas de investimento ajustam suas recomendações ou, em outras palavras, o porcentual de alocação em cada classe de ativo, de acordo com as perspectivas de negócios", explica Ellen. "Os fatores podem ser diferentes para cada investidor, mas o fato é que uma carteira diversificada é a grande aliada para a consistência dos retornos e da proteção do patrimônio, independentemente dos ciclos econômicos e da própria dinâmica do mercado."

Getty Images

Ajuda independente é decisiva para aumentar rendimento

Figura do gerente que vendia produtos sem critério quase não existe mais

Existe no mercado financeiro uma série de profissionais especializados em ajudar quem quer investir. São consultores, gestores e planejadores financeiros que orientam o investidor sobre a melhor estratégia para alocar seus recursos. Na última década, com o avanço da educação financeira e de uma maior sofisticação na estrutura do mercado, esses profissionais passaram a ser mais conhecidos, em um ambiente até então dominado pelo gerente do banco. Ainda assim, não é raro haver pessoas em dúvida sobre quando, como e onde procurar ajuda para investir.

“Hoje menos do que no passado, mas ainda há uma barreira que leva muitos a pensar que só deve buscar aconselhamento quem já tem bastante dinheiro. Um equívoco porque há atendimento a todas as faixas de investidores”, comenta Claudia Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV Eaesp. Ainda pesa no processo, acrescenta a especialista, a ideia de que é muito caro. “Esta visão é errada e vem de uma época em que apenas gerente de banco orientava sobre investimento, em tese ‘de graça’, mas que focava na venda dos produtos daquele banco. O investidor não pagava, mas também não percebia conflitos de interesse e nem sempre era bem atendido.”

A especialista da FGV Eaesp chama a atenção para o avanço na estrutura dos bancos e das corretoras para atender melhor o investidor que busca orientação. “Os bancos passaram a trabalhar com produtos de outras casas, o que é superimportante ao reforçar a independência na recomendação do investimento. Banco não é mais um supermercado de marca própria, hoje é multimarca”, comenta Claudia. Segundo a professora da FGV, independentemente do nome de quem irá atender, assessor, gestor ou consultor, o que precisa estar no radar do investidor é a qualidade do profissional. “Deve olhar o custo do serviço, se cabe no bolso, e se é um profissional certificado.”

A ideia de que precisa ter muito dinheiro para necessitar de aconselhamento também é posta de lado por Erick Scott Hood, head de Produtos & Portfólios da Inter Invest. “Dá para montar carteiras balanceadas, com ativos diferentes, a partir de R$ 1 mil investidos. O mercado se sofisticou e há opções de investimento com baixo tíquete de entrada a ser analisadas e oferecidas ao investidor”, comenta Hood. Segundo o especialista, sempre que o investidor não sabe o que fazer com seu dinheiro, é a hora de procurar ajuda profissional.

Para a sócia e private banker da Blackbird Investimentos, Sharon Halpern, a ajuda profissional também é importante para ter uma visão de 360 graus sobre a vida financeira do cliente. “É preciso analisar o todo, se ele precisa de um seguro de vida ou para doenças graves ou até perda de renda. A oferta adequada de investimentos passa por entender quais os planos de curto, médio e longo prazo da pessoa.”

Estratégias bem definidas são vitais, segundo Sharon. No caso específico de um profissional de arquitetura que trabalha no mercado imobiliário, por exemplo, será que faz sentido colocar todas as aplicações dele em imóveis, de repente? Em fundos imobiliários? “Se os imóveis perdem valor por condições de mercado, pode ser que, simultaneamente, a renda vinda do trabalho desse profissional também esteja em queda. É este o trabalho de quem presta consultoria para o investidor, ou seja, estabelecer um plano específico para a realidade dele”, afirma Sharon.

A necessidade de que o investidor faça um filtro nas informações também é importante, afirma Jaqueline Acar, superintendente da Ágora Investimentos. “A abundância de informações, especialmente nas redes sociais, somada à variedade de interlocutores, à facilidade e à conveniência de acesso, pode se tornar uma armadilha na busca por conteúdos confiáveis, bem fundamentados e que façam sentido para o próprio investidor”, comenta Jaqueline, destacando a importância de se procurar por uma assessoria de investimentos.

Principais Fisguras do Mercado

Quem faz o quê

Planejador financeiro

avalia as expectativas e as necessidades de cada pessoa; ajuda a dar um rumo para suas finanças de uma forma mais ampla, não apenas com foco nos investimentos.

Assessor de investimentos

capta clientes, recebe e registra as ordens de investimentos, além de prestar informações sobre os produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Não recomenda produto.

orientar, aconselhar e oferecer recomendações sobre investimentos no mercado de valores mobiliários. Ele não pode realizar os investimentos pelo cliente.

a principal diferença entre um consultor de investimentos e um gestor de patrimônio é o fato de que o gestor pode ser autorizado a realizar aplicações financeiras em nome do investidor.

Caso de jogadores acende alerta para 'investimentos' com superganhos

Atletas perderam mais de R$ 10 milhões ao aplicar em criptomoedas

O caso recente envolvendo jogadores de futebol é emblemático. O meia Gustavo Scarpa, hoje no Nottingham Forest, da Inglaterra, e o lateral-direito Mayke, do Palmeiras, alegam terem perdido cerca de R$ 10,4 milhões após investimento em criptomoedas com promessa de retornos garantidos de 3,5% a 5% ao mês.

Os dois investiram, em maio do ano passado, em uma empresa indicada pela consultora de planejamento financeiro WLJC, que tem como um dos proprietários o atacante Willian, atualmente no Fluminense. Contudo, na hora de tentar resgatar o dinheiro, os jogadores não obtiveram sucesso e levaram o caso para a Justiça. Todos eles são amigos.

O imbróglio serve de alerta para investidores ou pessoas que querem começar a investir. Enrico Cozzolino, head de Análise e sócio da Levante Investimentos, afirma que a primeira lição que dá para tirar desse episódio é em relação à promessa de um rendimento garantido. "Nem em uma renda fixa a gente pode afirmar a garantia do investimento. Então, se qualquer pessoa indicar, assessorar ou você ouvir uma propaganda que o investimento é zero risco, isso não existe, há sempre um risco", explica.

Para o investidor, fica o alerta, diz o especialista. "Não se comentou sobre o risco daquele investimento, falou de qualquer coisa garantida, tenta entender de fato por que é garantido e por que não tem risco. Se isso não ficar claro, pode ter certeza que é um golpe", frisa. "Você tem que ter a noção de que quanto maior o retorno maior o risco. Ninguém remunera mais por um investimento mais conservador", completa.

Dentro desse mundo de investimentos, é comum encontrar sites e aplicativos que conectam tomadores de recursos com quem quer investir. "A essência do mercado funciona dessa forma. Existem pessoas que poupam recursos e emprestam para aquelas que aplicam os recursos para gerar mais valor e assumem um risco para rentabilizar e remunerar o poupador. Isso funciona, tem sites bons e existem formas de fazer isso", afirma Enrico.

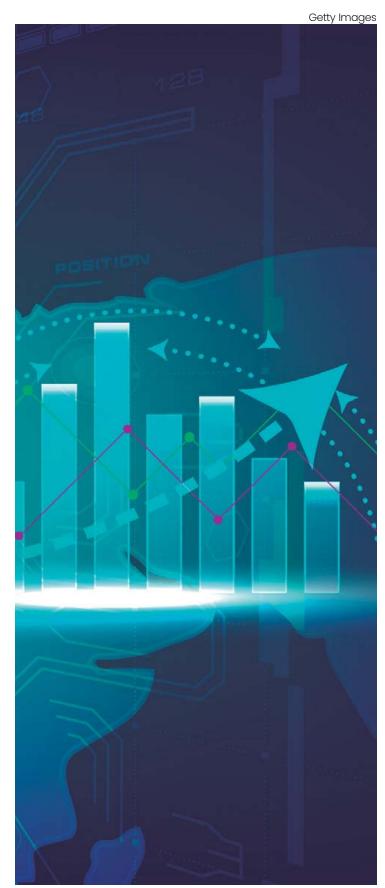
De acordo com ele, esse tipo de modalidade de investimento é chamado de equity crowdfunding, que é uma oferta online de títulos que empresas privadas fazem a um grupo de pessoas. "Se a empresa for bem e investir da forma correta o dinheiro, as pessoas que compraram o título vão ter a valorização do ativo", explica o sócio da Levante Investimentos.

Contudo, é preciso ficar sempre atento, avisa Cozzolino. "Tem obviamente plataformas idôneas, onde isso é muito bom e muito proveitoso, mas existem também os aproveitadores e os fraudadores. Então, tem que ter muita atenção. Vai buscar o histórico daquela empresa, ver se ela já fez outras emissões. Vai buscar o histórico daquele aplicativo, ver se deu certo, se teve alguma fraude envolvida, se os negócios foram realmente feitos por contrato, tudo certinho. É bem interessante, mas tem que tomar cuidado porque nem todo mundo está bem enviesado nesse sentido."

Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management, afirma que não existe receita de bolo para saber se um negócio irá fracassar ou não, mas existem cuidados a ser tomados. "Para iniciar um negócio, uma série de estudos anteriores à implementação deste deve ser feita. Caso contrário, o risco de dar errado é muito alto."

Sobre investimentos de um modo geral, Fabrício lista algumas dicas para não cair em furada: "Invista no que você conhece. Se não conhece, busque o conhecimento. E procure empresas já reconhecidas no mercado. Este ramo possui muita malandragem, principalmente no setor de criptoativos, que foi o caso dos dois jogadores".

> **Invista no que você conhece. Se não conhece, busque o conhecimento. E procure empresas já reconhecidas no mercado**
>
> *Fabrício Gonçalves*
> *CEO da Box Asset Management*

Getty Images

‘Muda a lógica da nossa própria felicidade’, diz Nathalia Arcuri sobre educação financeira

Criadora da Me Poupe! explica a importância do cuidado com o dinheiro na vida das pessoas

Arquivo pessoal

Segundo Nathalia Arcuri, Brasil tem dados alarmantes de endividados e inadimplentes, o que mostra a importância da educação financeira

Para Nathalia Arcuri, fundadora e CEO da Me Poupe!, a educação financeira vai além do “guardar e investir dinheiro”. Ela explica que é uma ferramenta que gera autonomia na vida das pessoas. “Eu já pude testemunhar alguns casos de alunas que saíram de relações abusivas, reduziram quadros de ansiedade, saíram de situação de rua após o contato com a educação financeira”, conta.

A especialista em finanças frisa que a educação financeira ensina a importância de ter valores, planejamento e objetivos claros, além de reduzir desigualdades sociais e trazer tranquilidade em tempos de crise. “Muitas pessoas ainda acreditam, equivocadamente, que educação financeira é só pra quem já tem dinheiro. Na verdade, esse tema importa principalmente para quem não tem condições, mas sonha com uma vida melhor.”

“Quando temos o conhecimento sobre a lógica financeira e aprendemos a ganhar, poupar e investir, somos capazes de mudar a lógica da nossa própria realidade. Por meio do relacionamento saudável com o dinheiro, é possível conquistar autonomia em todas as esferas da vida e construir um futuro seguro. Eu costumo dizer que o dinheiro deve trabalhar para nós, e não o contrário”, completa.

Como está o cenário brasileiro em relação a esse tema?

O Brasil ainda tem 70 milhões de endividados e 30 milhões de inadimplentes. Mais de 60% dos brasileiros nunca investiram ou não conhecem nenhum tipo de investimento. São dados alarmantes que retratam a importância de continuarmos trabalhando para ajudar as pessoas a ter acesso a outras ferramentas que auxiliem na gestão de suas vidas financeiras.

É nisso que estamos trabalhando neste momento. Além de todo o trabalho de educação financeira que realizamos ao longo de todos esses anos na Me Poupe!, agora estamos desenvolvendo uma tecnologia que vai trazer, na prática e de forma divertida e simplificada, orientações dos melhores caminhos e decisões financeiras a serem tomadas de acordo com o perfil e objetivo de cada pessoa.

E quais são os desafios para fazer com que a educação financeira esteja presente na vida de todos?

O maior desafio é entregar informação isenta e de qualidade, de forma simples e descomplicada, que habilite as pessoas a tomarem decisões mais inteligentes. Dinheiro ainda é um tabu no Brasil e não aprendemos a falar sobre o tema abertamente dentro de casa. Sabemos que o sistema financeiro atual não incentiva a autonomia da gestão financeira, e, sim, uma dependência. Nosso propósito é trabalhar na contramão dessa lógica, fornecendo ferramentas para que todo indivíduo possa tomar as melhores decisões financeiras para sua vida.

Como saber a hora de começar no mundo dos investimentos e quais cuidados precisam ser tomados?

A melhor hora pra começar a investir é agora, mesmo que seja com R$ 1,00 por mês. Obviamente, um valor pequeno não vai fazer diferença na realização de objetivos de curto e médio prazo, mas pode ser o primeiro passo para o hábito de investir, que é fundamental. Entre os nossos leitores e alunos, existem inúmeros casos de pessoas que nunca investiram, até começar com R$ 30 por mês.

O aprendizado envolvido em uma operação simples como investir em Tesouro Direto produz um efeito psicológico inestimável. Muitas vezes, basta um único contato com uma corretora de valores e com investimentos de baixo risco para despertar o interesse e a disciplina de quem até pouco tempo atrás não fazia ideia de que podia pertencer a esse universo. O cuidado necessário é buscar conhecimento antes de investir.

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do Banco HSBC S.A., "Banco", "HSBC" ou "HSBC Brasil", relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O Banco faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O Banco HSBC S.A. encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2022 com patrimônio líquido no montante de R$ 1.054.350 mil, tendo registrado um lucro líquido de R$ 28.464 mil.

Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, o Banco HSBC S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e controles e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado em conformidade com as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue tanto às exigências locais como as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de risco operacional e demais riscos não-financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e demais riscos não-financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Além das categorias descritas acima, o HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Socioambiental levando em consideração as diversas modalidades de riscos a que está exposto, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Gerenciamento de capital

O Banco HSBC S.A. (HSBC) gerencia seu capital de forma contínua, em concordância com o exposto na Resolução 4.557 de 23/02/2017 e atualizações posteriores.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle pelo HSBC do capital e instrumentos elegíveis em face aos riscos aos quais a instituição está exposta e em concordância com o planejamento de metas e necessidades adicionais de capital, considerados a regulamentação aplicável, os objetivos estratégicos do Banco HSBC, o ambiente econômico e os negócios em que opera.

A projeção da disponibilidade de capital é realizada tomando-se para cada período a geração de resultados líquidos (formação primária de Capital Principal) e eventuais injeções ou reduções programadas de capital, efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do Grupo HSBC relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade do capital total.

A necessidade de capital é projetada conforme sua componente na formação dos ativos ponderados ao risco para cada uma das parcelas regulatórias:

- *RWA* para Risco de Crédito: projetada de acordo com as metas e volumes para posições *ON e OFF balance,* por produtos e linhas de negócios, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC;
- *RWA* para Risco de Mercado: projetado de acordo com os níveis de utilização dos limites trading;
- *RWA* para Risco Operacional: projetada conforme as metas de receitas e despesas, conforme plano de negócios e orçamento aprovados pela diretoria executiva do HSBC.

Projetadas as disponibilidades e necessidades de capital, ambas são confrontadas a partir dos índices de capital e comparadas aos respectivos apetites declarados no *RAS* (*Risk Acceptance Statement*). O apetite a risco tem por finalidade a cobertura de todos os riscos mensuráveis no Pilar I e da disponibilidade de *buffers* para a cobertura dos riscos cobertos pelo Pilar II.

	2022	2021
Capital Total (PR)	**941.874**	**877.849**
Capital Principal (CET1)	**941.874**	**877.849**
Capital Social	919.248	919.248
Lucros ou prejuizos acumulados	28.464	27.380
Outras Reservas	131.654	109.071
(-) Ajustes Prudenciais	(131.597)	(126.761)
(-) Dividendos + JSCP	(5.895)	(51.089)
Aumento/Redução de Capital	-	-
Capital Adicional de Nível I (AT1)	**-**	**-**
Capital de Nível II (T2)	**-**	**-**
RWA	**5.776.611**	**5.602.102**
Risco de Crédito	3.609.963	3.242.797
Risco de Mercado	1.331.605	1.591.589
Risco Operacional	835.043	767.716
Índice de Capital Principal	**16,30%**	**15,67%**
Índice de Capital de Nível 1	**16,30%**	**15,67%**
Índice de Capital Total (Índice de Basiléia)	**16,30%**	**15,67%**

Controles Internos e *Compliance*

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de compliance, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (compliance).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (Officer) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em dezembro de 2012, o HSBC Holding plc ('HSBC Holdings') celebrou diversos acordos incluindo um termo de responsabilidade com o UK Financial Services Authority (substituída por uma diretiva emitida pela UK Financial Conduct Authority ('FCA') em 2013 e novamente em 2020) e também acatou uma ordem de cessação do Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board – 'FRB'), sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. Ao longo dos últimos anos o HSBC manteve uma 'pessoa qualificada' de acordo com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e um "consultor independente" para fins do FRB para elaborar avaliações periódicas do programa de compliance de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo. A pessoa qualificada concluiu o seu trabalho no segundo trimestre de 2021 e o FCA determinou que nenhum trabalho adicional de uma pessoa qualificada seria requerido. Separadamente, o trabalho do consultor independente foi finalizado e, em agosto de 2022, o FRB encerrou a ordem de cessação.

Desde novembro de 2014, ações foram propostas perante os Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do grupo HSBC e outras em nome de autores que são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram a conduta ilegal de vários grupos sancionados, em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Nove ações continuam pendentes em cortes federais e pedidos de extinção das ações feitos pelo HSBC foram concedidos em cinco desses casos. Em setembro de 2022 e janeiro de 2023, respectivamente, as cortes de apelação confirmaram o encerramento de dois dos casos, e os pedidos de revisão dessas decisões foram negados. Os pedidos de extinção nos outros casos estão sujeitos a apelação. Os outros quatro casos remanescentes encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos já conhecidos, não é possível prever a resolução dessas matérias, incluindo o momento ou qualquer impacto possível para o HSBC, o qual pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em março de 2023 as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. de 31 de dezembro de 2022, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 27 de março de 2023 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 30 de março de 2023.

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	76.920	94.017
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	845.566	2.800.007
Ativos financeiros para negociação	5	1.468.417	667.048
Instrumentos financeiros derivativos	8	741.395	775.998
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	859.015	2.314.397
Empréstimos e financiamentos	11	1.071.360	865.760
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11	(16.303)	(28.172)
Contratos de câmbio	12	15.126.627	10.485.160
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7	155.100	-
Outros ativos	13	1.708.574	1.175.419
Ativos fiscais correntes	26	12.373	4.053
Créditos tributários	26	91.722	138.706
Imobilizado de uso	14	26.259	23.771
Intangível	15	108.482	83.341
Depreciações e amortizações	14, 15	(42.551)	(26.910)
Total		**22.232.956**	**19.372.595**

Passivo	Nota	2022	2021
Depósitos à vista	16	201.490	129.995
Depósitos a prazo	16	3.259.292	5.154.802
Captações no mercado aberto	16	1.009.054	633.595
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.108.600	1.786.773
Empréstimos no exterior	17	621.572	682.596
Contratos de câmbio	12	14.824.161	9.861.825
Outros passivos	13	144.583	98.371
Provisões	27	5.983	5.664
Obrigações fiscais correntes	26	-	25.459
Obrigações fiscais diferidas	26	3.871	-
Patrimônio líquido			
Capital social	19	919.248	919.248
Reservas de lucros		154.223	131.654
Outros resultados abrangentes	6	(19.121)	(57.387)
Total		**22.232.956**	**19.372.595**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2022 Segundo Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Receitas da intermediação financeira		**520.127**	**921.471**	**354.605**
Operações de crédito		76.830	143.676	38.534
Resultado de compromissadas e aplicações interfinanceiras		133.450	243.436	55.978
Resultado dos ativos financeiros para negociação		72.209	99.845	37.862
Resultado dos ativos financeiros disponíveis para venda		3.492	67.996	102.769
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		6.413	155.079	157.872
Resultado de operações de câmbio		115.944	26.165	(88.141)
Resultado dos ativos financeiros mantidos até o vencimento		2.702	2.702	-
Resultado de outras operações com característica de concessão de crédito		109.087	182.572	49.731
Despesas da intermediação financeira		**(382.867)**	**(658.176)**	**(229.803)**
Operações de captação no mercado		(338.816)	(649.439)	(190.006)
Operações de empréstimos e repasses		(55.449)	(18.407)	(14.684)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		11.398	9.670	(25.113)
Resultado bruto da intermediação financeira		**137.260**	**263.295**	**124.802**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(111.487)**	**(212.787)**	**(108.957)**
Receitas de prestação de serviços	**20**	33.402	58.008	117.864
Rendas de tarifas bancárias		194	347	140
Despesas de pessoal	**21**	(65.964)	(122.722)	(111.015)
Despesa com remuneração da diretoria		(14.183)	(30.167)	(26.531)
Outras despesas administrativas	**23**	(58.200)	(100.959)	(72.473)
Despesas tributárias	**24**	(11.619)	(22.386)	(19.468)
Outras receitas operacionais	**25**	6.986	7.599	2.751
Outras despesas operacionais	**25**	(2.103)	(2.507)	(225)
Resultado operacional		**25.773**	**50.508**	**15.845**
Resultado não operacional		**-**	**-**	**18**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**25.773**	**50.508**	**15.863**
Imposto de renda e contribuição social	**26**	**(8.961)**	**(19.545)**	**13.853**
Corrente		-	-	(52.366)
Diferido		(8.961)	(19.545)	66.219
Participações no lucro		**(1.175)**	**(2.499)**	**(2.336)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**15.637**	**28.464**	**27.380**
Lote de mil ações do capital		**882.859**	**882.859**	**882.859**
Lucro líquido por lote de mil ações (básico e diluído) - R$		**17,71**	**32,24**	**31,01**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2022 Segundo Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	**15.637**	**28.464**	**27.380**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando alcançadas condições específicas			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ajuste de avaliação patrimonial	67.621	69.575	(157.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.429)	(31.309)	70.767
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	**37.192**	**38.266**	**(86.494)**
Resultado abrangente do semestre/exercício	**52.829**	**66.730**	**(59.114)**
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos:			
Acionistas da empresa controladora	52.829	66.730	(59.114)
Resultado abrangente do semestre/exercício	**52.829**	**66.730**	**(59.114)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**919.248**	**33.186**	**122.177**	**29.107**	**-**	**1.103.718**
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(86.494)	-	(86.494)
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	27.380	27.380
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	1.369	26.011	-	(27.380)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(51.089)	-	-	(51.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**919.248**	**34.555**	**97.099**	**(57.387)**	**-**	**993.515**
Mutações do Exercício	**-**	**1.369**	**(25.078)**	**(86.494)**	**-**	**(110.203)**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**919.248**	**34.555**	**97.099**	**(57.387)**	**-**	**993.515**
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	38.266	-	38.266
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	28.464	28.464
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	1.423	27.041	-	(28.464)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(5.895)	-	-	(5.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**919.248**	**35.978**	**118.245**	**(19.121)**	**-**	**1.054.350**
Mutações do Exercício	**-**	**1.423**	**21.146**	**38.266**	**-**	**60.835**
Saldos em 1º de julho de 2022	**919.248**	**35.196**	**109.285**	**(56.312)**	**-**	**1.007.417**
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	37.191	-	37.191
Lucro líquido do Semestre	-	-	-	-	15.637	15.637
Destinações Propostas pela Diretoria:						
Reservas de Lucros	-	782	14.855	-	(15.637)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(5.895)	-	-	(5.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**919.248**	**35.978**	**118.245**	**(19.121)**	**-**	**1.054.350**
Mutações do Semestre	**-**	**782**	**8.960**	**37.191**	**-**	**46.933**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2022 Segundo Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do semestre/exercício		**15.637**	**28.464**	**27.380**
Ajustes ao lucro líquido:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		8.961	19.545	(66.219)
Depreciação do imobilizado de uso e amortização do intangível	**23**	9.334	15.670	10.795
Impairment de ativos intangíveis	**15**	-	384	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**11**	(11.398)	(9.670)	25.113
Provisão para contingências	**27**	209	348	114
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado		**22.743**	**54.741**	**(2.817)**
Variação de ativos e passivos:				
(Aumento) Redução em ativos financeiros para negociação		(338.954)	(801.369)	1.570.217
(Aumento) Redução em ativos financeiros disponíveis para venda		780.762	1.493.648	1.756.983
(Aumento) Redução em instrumentos derivativos		(122.869)	(643.570)	(291.918)
(Aumento) Redução em operações de crédito		53.055	(205.600)	(585.742)
(Aumento) Redução em contratos de câmbio (ativo)		3.816.671	(4.641.467)	(4.882.833)
(Aumento) Redução em ativos financeiros mantidos até o vencimento		(155.407)	(155.407)	-
(Aumento) Redução em outros ativos		(429.291)	(513.989)	(792.618)
Aumento (Redução) em depósitos		(1.810.344)	(1.824.015)	1.563.643
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		181.058	105.199	(1.222.298)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		246.555	270.260	402.110
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos		(370.951)	(61.024)	(113.455)
Aumento (Redução) em contratos de câmbio (passivo)		(3.385.775)	4.962.336	4.717.930
Aumento (Redução) em outros passivos		(13.766)	22.696	(121.983)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		**(1.526.513)**	**(1.937.561)**	**1.997.219**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado de uso		(2.108)	(2.530)	(2.902)
Aquisição de intangível	15	(18.063)	(25.552)	(16.318)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos		**(20.171)**	**(28.082)**	**(19.220)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Juros sobre capital próprio		(5.895)	(5.895)	(51.089)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamentos		**(5.895)**	**(5.895)**	**(51.089)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.552.579)**	**(1.971.538)**	**1.926.910**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4**			
Início do semestre/exercício		2.475.065	2.894.024	967.114
Fim do semestre/exercício		922.486	922.486	2.894.024
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(1.552.579)**	**(1.971.538)**	**1.926.910**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Composição do valor adicionado	2022 Segundo Semestre	%	2022 Exercício	%	2021 Exercício	%
1 - Receitas						
Intermediação financeira	145.007		413.979		196.609	
Receitas de prestação de serviços	33.596		58.355		118.004	
Outras	382.106		515.091		160.747	
Total	**560.709**		**987.425**		**475.360**	
2 - Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(338.816)		(649.439)		(190.006)	
Operações de empréstimos e repasses	(55.449)		(18.407)		(14.684)	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.398		9.670		(25.113)	
Total	**(382.867)**		**(658.176)**		**(229.803)**	
3 - Insumos adquiridos de terceiros						
Despesas de serviços técnicos especializados	(4.571)		(9.505)		(6.278)	
Outras despesas administrativas	(53.629)		(91.454)		(66.195)	
Outras despesas operacionais	(2.103)		(2.507)		(225)	
Outras receitas (despesas) não operacionais	-		-		18	
Total	**(60.303)**		**(103.466)**		**(72.680)**	
4 - Valor adicionado total a distribuir (1 + 2 + 3)	**117.539**		**225.783**		**172.877**	
Distribuição do valor adicionado						
Remuneração do trabalho	**81.322**	**69,18**	**155.388**	**68,82**	**139.882**	**80,91**
Remuneração direta	56.962	48,46	109.846	48,65	108.696	62,87
Benefícios	5.752	4,89	8.766	3,88	9.797	5,67
Outros	18.608	15,83	36.776	16,29	21.389	12,37
Impostos, taxas e contribuições	**20.580**	**17,50**	**41.931**	**18,57**	**5.615**	**3,25**
Federais	19.916	16,94	40.637	18,00	3.924	2,27
Estaduais	1	0,00	23	0,01	-	0,00
Municipais	663	0,56	1.271	0,56	1.691	0,98
Remuneração do capital próprio	**5.895**	**5,02**	**5.895**	**2,61**	**51.089**	**29,55**
Juros sobre capital próprio/dividendos	5.895	5,02	5.895	2,61	51.089	29,55
Lucros retidos/(prejuizo)	**9.742**	**8,30**	**22.569**	**10,00**	**(23.709)**	**(13,71)**
Total	**117.539**	**100,00**	**225.783**	**100,00**	**172.877**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Banco HSBC S.A. ("Banco", "HSBC" ou "HSBC no Brasil") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., antes banco de investimento e a partir de 28 de abril de 2020 autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito, financiamento, de câmbio, administração de carteira de títulos e valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 27 de março de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, perdas no valor recuperável dos ativos intangíveis, provisões para contingências e valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Referem-se substancialmente a aplicações interfinanceiras de liquidez.

e. Ativos financeiros para negociação

São títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

f. Ativos financeiros disponíveis para venda

São títulos avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Outros resultados abrangentes", líquido dos efeitos tributários.

g. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco possui apenas derivativos mantidos para negociação.

i. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle destinada a garantir que os valores sejam determinados ou validados por um departamento independente do tomador do risco.

Para todos os instrumentos financeiros cujos valores justos são determinados por referência a preços cotados em mercados ou modelos de valorização cujas entradas significativas são todas observáveis, o valor justo é determinado ou validado por uma área independente. Em mercados com baixa liquidez, a observação direta de um preço negociado pode não ser possível. Nessas circunstâncias, o HSBC Brasil utiliza fontes de mercado alternativas relevantes e confiáveis. Os fatores considerados nesses casos são, entre outros:

- a extensão em que se espera que os preços sejam representações genuínas dos preços negociados ou negociáveis;
- o grau de semelhança entre os instrumentos financeiros;
- o grau de coerência entre as diferentes fontes;
- o processo efetuado pelo provedor dos preços para obter os dados;
- o tempo decorrido entre a data dos dados de mercado e a data do balanço; e
- a maneira pela qual os dados foram obtidos.

Para os valores justos determinados por meio da utilização de modelos de avaliação, a estrutura de controles pode incluir, quando aplicável, desenvolvimentos ou validações por áreas de suporte independentes de (i) lógica dos modelos de avaliação; (ii) entrada de dados; (iii) ajustes necessários nos modelos de avaliação; e, (iv) se possível, modelos de saída. Os modelos de avaliação estão sujeitos ao processo de validação independente e de ajustes antes de se tornarem operacionais e também são atualizados em relação a dados externos de mercado em uma base contínua.

Os resultados do processo de avaliação independente são reportados ao Comitê de avaliação. Esse é composto por especialistas de diversas áreas independentes (mesa de *trading* e *accrual*, gestão de risco de mercado e finanças). Os membros do comitê analisam a pertinência e a adequação dos ajustes ao valor justo e a efetividade dos modelos de avaliação. Se necessário, exigem alterações nos modelos ou nos procedimentos de ajustes. O Comitê de avaliação local é supervisionado pelo Comitê de avaliação regional (América Latina) e pelo Comitê de avaliação global.

As principais premissas e estimativas que a gerência considera quando se aplicam um modelo com técnicas de avaliação são:

- a probabilidade e tempo esperado de fluxos de caixa futuros do instrumento; julgamento pode ser necessário para avaliar a capacidade de a contraparte cumprir os termos contratuais. Fluxos de caixa futuros podem ser sensíveis a mudanças nas taxas de mercado;

- estabelecer uma taxa de desconto apropriada para o instrumento: julgamento é necessário para avaliar o que um participante do mercado consideraria como o spread adequado da taxa de um instrumento sobre a taxa livre de risco adequada;

- julgamento para determinar qual é o modelo a ser usado para calcular o valor justo em áreas onde a escolha do modelo de avaliação é particularmente subjetiva, por exemplo, ao avaliar produtos derivados complexos.

Quando aplicável o modelo com dados não observáveis, as estimativas são feitas para refletir incertezas nos valores justos, resultante da falta de entradas de dados de mercado, por exemplo, como resultado da falta de liquidez no mercado. Para esses instrumentos, a mensuração do valor justo é menos confiável.

Entradas para avaliações baseadas em dados não observáveis são inerentemente incertas porque há pouco ou nenhum dado atual de mercado disponível que determina o nível em que uma parte da transação que pudesse ocorrer em condições normais de negócios. No entanto, na maioria dos casos, há alguns dados de mercado disponíveis para basear a determinação do valor justo, por exemplo, dados históricos, e o valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é baseado em alguns dados observáveis de mercado, mesmo quando os dados não observáveis são significativos.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- nível 1 – preço de mercado ativo: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados com alta liquidez que o HSBC Brasil pode acessar na data da mensuração.

- nível 2 – técnica de avaliação com dados observáveis: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados com alta liquidez ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados com baixa liquidez e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.

- nível 3 – técnica de avaliação com dados significativos não observáveis: instrumentos financeiros avaliados utilizando-se técnicas de avaliação nas quais um ou mais dados significativos não são observáveis.

A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado com alta liquidez. O valor justo dos instrumentos financeiros cotados em mercados com alta liquidez é baseado nos preços de venda para ativos e preços de compra para passivos. Quando um instrumento financeiro tem um preço cotado em um mercado com alta liquidez e faz parte de um portfólio, o valor justo do portfólio é calculado pelo produto do número de unidades e cotação, descontos em bloco não são aplicados. No caso de o mercado possuir baixa liquidez para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação deve ser utilizada. Todos os ajustes de valor justo são incluídos na determinação do nível de avaliação.

A decisão sobre se um mercado é líquido pode incluir, mas não está limitada a uma consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado sem liquidez, a garantia de que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação (evidências essas necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos) requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

O HSBC Brasil não possui instrumentos classificados como nível 3 em 2022 e 2021.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

j. Empréstimos e financiamentos

Registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 59º dia, o registro é efetuado em juros suspensos (rendas a apropriar) e o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

k. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de clientes e operações de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, 4.512/2016 e 4.557/2017, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui políticas e regras definidas para a classificação de risco de crédito para clientes (*Customer Risk Rating* - CRR). A classificação de risco segundo CRR estende-se a todos os relacionamentos de crédito e é definida através de modelos de risco, aprovados segundo governança apropriada, que atribuem uma probabilidade de inadimplemento ou "*default*" ("PD" ou "*Probability of Default*") da contraparte ou entidade jurídica devedora, mediante aplicação de técnicas e fórmulas estatísticas.

O Bacen determinou, conforme os normativos acima mencionados, que todas as operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco (AA a H), de acordo com o período de inadimplência, bem como, por fatores econômicos como fluxo de caixa, endividamento, inadimplência, etc. O Bacen também emitiu requisitos padrões de provisionamento relacionadas a estes níveis de risco, e orientou sobre os efeitos de contaminação (arrasto). Especificamente através da Resolução 4.557/2017 (Artigo 23, incisos VI e VIII), o Bacen estabeleceu a necessidade de apuração das Perdas Esperadas ("EL" ou "*Expected Loss*") e resultante constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a estas na realização dos créditos.

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa é constituída mensalmente assim como a revisão da classificação das operações nos níveis de risco Bacen por conta dos prazos de atraso.

l. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

m. Redução ao valor recuperável dos ativos – Impairment

Deve ser reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, devem ser revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada em 2021 à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda proporcional a receita bruta de janeiro a junho de 2021, à alíquota de 25% para o período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183 de 15 de julho de 2021, de janeiro a julho de 2022 à alíquota de 20% e de agosto a dezembro de 2022 à alíquota de 21% sobre o lucro antes do imposto de renda, nos termos da Lei 14.446 de 02 de setembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa", "Contingências Fiscais e Previdenciárias", "Provisões Passivas – Outras", "Marcação a Mercado", "Prejuízo Fiscal" e "Base de Cálculo Negativa de CSLL" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido. Os créditos tributários foram calculados à alíquota de 25% de imposto de renda e 20% de contribuição social em 2021 e 2022. Não houve registro de créditos tributários diferidos de CSLL pela alíquota de 25% no período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 ou a alíquota de 21% no período de agosto a dezembro de 2022.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

A partir de 2021 passou-se a observar o disposto no art. 9º da Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN) na contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos pertencentes a uma estrutura de hedge econômico.

o. Depósitos a prazo

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e as operações pré-fixadas retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

p. Captações no mercado aberto

Foram registrados pelos valores de emissão, acrescidos das despesas incorridas até a data de balanço.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios de natureza fiscal, previdenciária e outros. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

r. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança – 10%; sistemas de processamento de dados – 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

s. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

t. Pagamento baseado em ações

O Banco dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

u. Resultados recorrentes e não recorrentes

Os resultados recorrentes são resultados relacionados com as atividades típicas do Banco e previstos para ocorrer com frequência em exercícios futuros.

Em 2022 o resultado contábil foi de R$ 28.464, sendo em sua totalidade constituído de resultado recorrente.

Em 2021 o resultado contábil foi de R$ 27.380, sendo em sua totalidade constituído de resultado recorrente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022			2021
	Circulante			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total	Total
Disponibilidades	76.920	-	**76.920**	**94.017**
Aplicações no mercado				
Posição bancada	785.393	-	**785.393**	**2.792.742**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.204	**2.204**	**1.348**
Aplicações em moeda estrangeira	57.969	-	**57.969**	**5.917**
Total	**920.282**	**2.204**	**922.486**	**2.894.024**

5. Ativos financeiros para negociação

	2022							2021	
	Circulante	Não circulante							
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Resultado receita/ (despesa)	Valor de mercado	Resultado receita/ (despesa)
Letras do tesouro nacional	135.927	13.711	16.248	-	165.886	166.035	(149)	367.087	(846)
Notas do tesouro nacional – série B	-	-	-	-	-	-	-	79.807	(1.831)
Notas do tesouro nacional – série F	990.870	24.512	198.596	88.553	1.302.531	1.297.985	4.546	220.154	3.877
Total	**1.126.797**	**38.223**	**214.844**	**88.553**	**1.468.417**	**1.464.020**	**4.397**	**667.048**	**1.200**

6. Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2022						2021	
	Circulante	Não circulante						
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor de mercado	Efeito no patrimônio líquido
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	78.392	53
Letras do tesouro nacional	-	686.052	-	686.052	720.799	(34.747)	2.065.632	(98.976)
Notas do tesouro nacional – série F	-	172.963	-	172.963	172.980	(17)	170.373	(5.417)
Total	**-**	**859.015**	**-**	**859.015**	**893.779**	**(34.764)**	**2.314.397**	**(104.340)**
Efeitos tributários						15.643		46.953
Total						**(19.121)**		**(57.387)**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2022							2021	
	Circulante	Não circulante							
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de custo atualizado	Provisão para des-valorização	Valor líquido	Valor de custo atualizado	Provisão para des-valorização
Letras do tesouro nacional	-	124.720	-	-	124.720	-	124.720	-	-
Cédula de produto rural	30.687	-	-	-	30.687	(307)	30.380	-	-
Total	**30.687**	**124.720**	**-**	**-**	**155.407**	**(307)**	**155.100**	**-**	**-**

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender as necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estava apresentada como segue:

	Ativo				Passivo			
	2022			2021	2022			2021
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Swaps	231.508	239.193	470.701	473.251	401.438	202.887	604.325	1.340.387
NDF	173.390	38.564	211.954	272.252	432.952	30.001	462.953	264.136
Futuros	58.740	-	58.740	30.495	41.313	-	41.313	182.247
Total	**463.638**	**277.757**	**741.395**	**775.998**	**875.703**	**232.888**	**1.108.591**	**1.786.770**

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na *clearing* de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R$ 612.988 em 2022 (R$ 1.043.608 em 2021).

	2022							2021
		Valor a receber/(pagar)					Ajuste a valor de mercado	
		Circulante		Não Circulante				
	Valor de referência	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Efeito no resultado	Valor de mercado
Swaps								
Posição ativa								
DI	4.609.717	12.538	115.106	174.741	302.385	137.181	165.204	90.956
Pré	2.913.327	5.084	10.292	64.452	79.828	51.338	28.490	12.243
USD	559.830	77.173	11.315	-	88.488	78.419	10.069	370.052
Posição passiva								
DI	1.598.900	(97.702)	(4.412)	(168.111)	(270.225)	(295.729)	25.504	(876.468)
Pré	2.210.000	(13.181)	(274.443)	(31.813)	(319.437)	(262.151)	(57.286)	(463.846)
USD	192.736	(292)	(11.408)	(2.963)	(14.663)	(9.519)	(5.144)	(73)
NDF								
Posição ativa								
USD	7.828.538	68.110	57.735	29.090	154.935	131.701	23.234	223.152
EUR	1.205.997	10.089	10.263	7.667	28.019	14.551	13.468	24.092
MXN	6.253	-	748	-	748	798	(50)	536
CNY	699.807	9.830	16.615	1.807	28.252	34.078	(5.826)	24.472
Posição passiva								
USD	9.661.108	(117.396)	(203.715)	(10.480)	(331.591)	(324.411)	(7.180)	(225.700)
EUR	1.844.535	(83.188)	(12.496)	(9.965)	(105.649)	(102.642)	(3.007)	(24.774)
CNY	658.011	(5)	(16.152)	(9.556)	(25.713)	(19.869)	(5.844)	(13.662)
Futuros								
Posição ativa								
DI								
Compra	8.750.149	53.436	-	-	53.436	-	53.436	123
Venda	-	-	-	-	-	-	-	26.411
USD								
Compra	1.472.901	5.304	-	-	5.304	-	5.304	239
Venda	-	-	-	-	-	-	-	3.722
Posição passiva								
DI								
Compra	2.166.527	(8.260)	-	-	(8.260)	-	(8.260)	(156.213)
Venda	6.584.234	(21.198)	-	-	(21.198)	-	(21.198)	(2.030)
USD								
Compra	491.768	(3.075)	-	-	(3.075)	-	(3.075)	(23.922)
Venda	962.307	(8.780)			(8.780)		(8.780)	-
Inflação								
Venda	-	-	-	-	-	-	-	(82)

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	Valor de referência			
	2022			2021
	Clientes	Instituições financeiras	Total	Total
Descrição				
Swaps	6.937.983	5.146.527	12.084.510	9.402.073
NDFs	21.904.249	-	21.904.249	20.317.662
Contratos de futuros (*)	-	20.427.886	20.427.886	15.452.407
Total	**28.842.232**	**25.574.413**	**54.416.645**	**45.172.142**

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência			
	2022			2021
	Bolsa	Balcão	Total	Total
Descrição				
Swaps	-	12.084.510	12.084.510	9.402.073
NDFs	-	21.904.249	21.904.249	20.317.662
Contratos de futuros	20.427.886	-	20.427.886	15.452.407
Total	**20.427.886**	**33.988.759**	**54.416.645**	**45.172.142**

9. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo:

	Técnicas de avaliação		
	Preço cotado em mercado ativo Nível 1	Com dados observáveis Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Ativos			
Ativos financeiros para negociação	1.468.417	-	1.468.417
Instrumentos financeiros derivativos	58.740	682.655	741.395
Ativos financeiros disponíveis para venda	859.015	-	859.015
- Títulos públicos	859.015	-	859.015
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	41.313	1.067.278	1.108.591

	Técnicas de avaliação		
	Preço cotado em mercado ativo Nível 1	Com dados observáveis Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Ativos			
Ativos financeiros para negociação	667.048	-	667.048
Instrumentos financeiros derivativos	30.495	745.503	775.998
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.314.397	-	2.314.397
- Títulos públicos	2.314.397	-	2.314.397
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	182.247	1.604.523	1.786.770
Posição vendida de títulos públicos	181.476	-	181.476

Em 2022 e 2021 não houve transferências entre os níveis 1 e 2 de valor justo.

10. Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo

	2022	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Disponibilidades	922.486	922.302
Saldos com bancos	76.920	76.920
Aplicações em moedas estrangeiras	57.969	57.969
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.204	2.204
Operações de compra com compromisso de revenda	785.393	785.209
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	155.100	156.175
Empréstimos e financiamentos	2.924.816	2.982.429
Empréstimos	515.320	525.571
Financiamentos à exportação	535.133	534.832
Financiamentos em moedas estrangeiras	20.907	20.907
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	363.943	365.230
Títulos e créditos a receber com características de crédito (2)	1.489.513	1.535.889
Outros ativos financeiros	24.599	24.599
Passivos		
Depósitos à vista	201.490	201.490
Depósitos a prazo	3.259.292	3.185.351
Captações no mercado aberto	672.370	679.391
Obrigações por empréstimos	621.571	605.681

(1) Saldo reportado como redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(2) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

	2021	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Disponibilidades	2.894.024	2.894.006
Saldos com bancos	94.017	94.017
Aplicações em moedas estrangeiras	5.917	5.917
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.348	1.348
Operações de compra com compromisso de revenda	2.792.742	2.792.724
Empréstimos e financiamentos	2.644.694	2.713.161
Empréstimos	621.226	646.851
Financiamentos à exportação	224.381	233.576
Financiamentos em moedas estrangeiras	20.153	20.153
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (3)	642.254	657.066
Títulos e créditos a receber com características de crédito (4)	1.136.680	1.155.515
Outros ativos financeiros	20.700	20.700
Passivos		
Depósitos à vista	129.995	129.995
Depósitos a prazo	5.154.802	5.152.015
Captações no mercado aberto	452.119	459.602
Obrigações por empréstimos	682.596	662.070

(3) Saldo reportado como redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(4) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

11. Empréstimos e financiamentos

a. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

	2022				2021
	Parcelas vincendas				
	Circulante		Não circulante		
Vencimento em dias	0-90	91-365	Acima de 365	Total	Total
Operações de crédito					
Empréstimos	134.738	356.075	24.507	515.320	621.226
Financiamentos à exportação	126.326	408.807	-	535.133	224.381
Financiamentos em moedas estrangeiras	15.991	4.916	-	20.907	20.153
Total	**277.055**	**769.798**	**24.507**	**1.071.360**	**865.760**
Outros créditos					
Adiantamento sobre contrato de câmbio (1)	141.585	222.358	-	363.943	642.254
Títulos e créditos a receber com características de crédito (2)	1.475.406	14.107	-	1.489.513	1.136.680
Total	**1.894.046**	**1.006.263**	**24.507**	**2.924.816**	**2.644.694**

(1) Saldo composto pelo valor do adiantamento sobre contrato de câmbio reportado como saldo redutor do passivo na linha de Contratos de Câmbio e pelo Rendas a receber.
(2) Reportado em Outros Ativos no Balanço Patrimonial.

b. Composição da carteira de crédito, câmbio e de outros créditos por faixa e nível de risco

	2022					2021	
Níveis de risco	Parcelas a vencer	Parcelas com atraso inferior a 15 dias	Parcelas com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Provisão	Total	Provisão
Nível AA	753.578	-	-	**753.578**	(1.041)	**832.936**	(1.529)
Nível A	1.993.042	-	-	**1.993.042**	(10.527)	**1.648.140**	(8.458)
Nível B	154.882	-	-	**154.882**	(2.404)	**122.980**	(1.929)
Nível D	23.314	-	-	**23.314**	(2.331)	**-**	-
Nível E	-	-	-	**-**	-	**40.638**	(16.256)
Total	**2.924.816**	**-**	**-**	**2.924.816**	**(16.303)**	**2.644.694**	**(28.172)**

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	**28.172**	**2.864**
Constituição (reversão) líquida da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.869)	25.308
Saldo final do exercício	**16.303**	**28.172**

12. Contratos de câmbio

	2022	2021
Câmbio comprado a liquidar	7.795.508	5.689.002
Direitos sobre venda de câmbio	7.325.482	4.789.202
Rendas a receber adiantamento sobre contrato de câmbio	5.637	6.956
Total	**15.126.627**	**10.485.160**
Circulante	11.234.175	6.166.997
Não circulante	3.892.452	4.318.163
Obrigações por compra de câmbio	7.697.315	5.437.540
Câmbio vendido a liquidar	7.485.152	5.059.583
Adiantamento sobre contrato de câmbio	(358.306)	(635.298)
Total	**14.824.161**	**9.861.825**
Circulante	10.935.198	5.495.220
Não circulante	3.888.963	4.366.605

13. Outros ativos e outros passivos

A composição dos saldos de outros ativos e outros passivos está demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros ativos				
Adiantamento e antecipação salarial	578	-	548	-
Depósitos Banco Central do Brasil	182.316	-	539	-
Cessão de recebíveis sem coobrigação (1)	1.489.513	-	1.136.680	-
Devedores por depósitos em garantia (2)	-	13.903	-	12.238
Valores a receber de sociedades ligadas (3)	10.696	-	8.462	-
Outros	3.294	8.274	16.919	33
Total	**1.686.397**	**22.177**	**1.163.148**	**12.271**
Outros passivos				
Provisão para pagamentos a efetuar (4)	61.899	11.030	69.055	1.366
Valor a pagar a sociedades ligadas (5)	8.832	-	4.207	-
Impostos e contribuições a recolher	31.868	-	14.929	-
Operações do exterior a cumprir	5.931	-	217	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 13a)	-	2.507	-	617
Outros	13.752	8.764	7.980	-
Total	**122.282**	**22.301**	**96.388**	**1.983**

(1) Recebíveis comerciais adquiridos de empresas sem coobrigação do cedente.
(2) O Banco mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 27.
(3) Composto por serviços prestados à empresas do Grupo HSBC no exterior, incluindo serviços de estruturação e originação de operações, dentre outros.
(4) Referem-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.
(5) Valores a pagar de serviços de desenvolvimento de sistemas e infraestrutura tecnológica fornecidos por empresas do Grupo HSBC.

a. Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 estabelece procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

	2022		2021	
Tipos de Garantia	Valor contratado	Provisão	Valor contratado	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	569.296	1.265	-	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	157.232	768	112.244	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	175	4	175	-
Outras Garantias Financeiras Prestadas	164.346	470	181.765	617
Total	**891.049**	**2.507**	**294.184**	**617**

14. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por:

	2022			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	20.422	(11.907)	8.515
Sistemas de segurança e comunicações	10%	747	(400)	347
Sistemas de processamento de dados	20%	5.090	(3.250)	1.840
Total		**26.259**	**(15.557)**	**10.702**

	2021			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	18.810	(10.161)	8.649
Sistemas de segurança e comunicações	10%	439	(375)	64
Sistemas de processamento de dados	20%	4.522	(2.406)	2.116
Total		**23.771**	**(12.942)**	**10.829**

15. Intangível

a) Os ativos intangíveis são compostos por:

	2022				2021
	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Softwares adquiridos de terceiros	20%	108.482	(26.994)	81.488	69.373

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Amortizações no período	Impairment	Saldo em 31/12/2022
Softwares adquiridos de terceiros	69.373	25.552	(13.053)	(384)	81.488

	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Amortizações no período	Impairment	Saldo em 31/12/2021
Softwares adquiridos de terceiros	61.568	16.318	(8.513)	-	69.373

16. Depósitos e Captação no mercado aberto

	2022				2021
	Vencimentos				
	Circulante		Não circulante		
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
Depósitos à vista	201.490	-	-	201.490	129.995
Certificados de depósito bancário	-	2.963.485	295.807	3.259.292	5.154.802
Operações compromissadas - compromisso de recompra	-	-	-	-	50.009
Operações compromissadas - livre movimentação	-	336.685	-	336.685	181.476
Letras Financeiras (LF)	-	456.217	216.152	672.369	402.110
Total	**201.490**	**3.756.387**	**511.959**	**4.469.836**	**5.918.392**

17. Obrigações por empréstimos

	2022			2021
	Circulante	Não circulante	Saldo	Saldo
Empréstimos no Exterior - Exportação - ligadas	373.229	-	373.229	662.443
Empréstimos no Exterior - Importação - ligadas	19.624	-	19.624	19.443
Empréstimos no Exterior - Importação - terceiros	1.283	-	1.283	710
Obrigações por repasses do Exteior - ligadas	227.436	-	227.436	-
Total	**621.572**	-	**621.572**	**682.596**

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais contrapartes dos saldos apresentados no quadro abaixo estão referenciadas na tabela seguinte:

	Maior saldo do período	Saldo em 2022	Maior saldo do período	Saldo em 2021
Ativos				
Disponibilidades (1) (2)	582.680	76.779	586.624	90.396
Aplicações em moeda estrangeira (1)	267.050	57.969	43.719	5.917
Carteira de câmbio (1)	16.279.835	14.736.195	9.772.259	9.772.259
Valores a receber de sociedades ligadas (1) (3) (7) (11)	12.832	10.380	54.627	8.462
Total	**17.142.397**	**14.881.323**	**10.457.229**	**9.877.034**
Passivos				
Depósitos à vista (4)	238	-	4.105	4.105
Depósitos a prazo (4)	12.100	12.100	13.079	10.564
Empréstimos no Exterior (5) (6) (7)	905.653	392.853	745.361	681.887
Carteira de câmbio (1)	16.589.282	14.806.813	9.815.030	9.815.030
Obrigações por repasses no exterior (5)	229.919	227.435	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (5) (7) (10) (12)	21.084	8.832	5.927	4.207
Total	**17.758.276**	**15.448.033**	**10.583.502**	**10.515.793**

	2022	2021
Receitas		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (1) (2)	8.021	1.980
Resultado de Operações de Câmbio (1)	528.834	304.371
Receitas de Prestação de Serviços (1) (2) (3) (7) (9) (11)	48.002	84.934
Operações de Empréstimos e Repasses (1) (5) (6) (7)	-	-
Outras Receitas Operacionais (1) (2) (8) (13)	1.566	1.853
Total	**586.423**	**393.138**
Despesas		
Despesas de captação (4)	(1.263)	(438)
Operações de Empréstimos e Repasses (1) (5) (6) (7)	(23.200)	(15.127)
Outras Despesas Administrativas - Processamento de dados (5) (7) (10) (14)	(34.072)	(22.323)
Total	**(58.535)**	**(37.888)**

A lista das principais entidades consideradas partes relacionadas com as quais o Banco transacionou estão listadas abaixo:

(1) HSBC USA Inc
(2) HSBC Bank plc UK Ops
(3) HSBC Latin America Holdings
(4) HSBC Brasil Holding S.A.
(5) HBAP Hong Kong
(6) HSBC Bank Bermuda Ltd - Bermuda
(7) HSBC Bank Mexico
(8) HSBC Technology Services (USA) Inc
(9) HSBC Markets (USA) Inc
(10) HSBC Global Services (UK) Limited
(11) HSBC Group Management Services Limited
(12) HSBC Software Dev (Guangdong) Ltd
(13) HSBC Bank (Taiwan) Limited
(14) HSBC Software Develop (India) Pvte Ltd

O Banco tem o seguinte acionista:

	% Participação	
	2022	2021
HSBC Brasil Holding S.A.	100	100
Total	**100**	**100**

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal–chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (*)	16.673	16.997
Benefícios pós-emprego – contribuição definida	669	421
Remuneração baseada em ações (Nota 22)	4.866	4.865
Total	**22.208**	**22.283**

(*) Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do período, bem como pela remuneração variável, provisionada no ano base e paga no ano corrente.

19. Capital social, reservas e dividendos

O capital social está representado por 882.859.318 ações ordinárias e nominativas (882.859.318 ações em 2021), sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Em 31 de dezembro de 2022, do lucro líquido de R$ 28.464 foram destinados R$ 1.423 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 27.041 para Reserva Estatutária. Em 2022 houve pagamento de R$ 5.895 referente a juros sobre capital próprio, resultando em uma distribuição de 22% do lucro líquido ajustado no montante de R$0,01 por ação, imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2021, do lucro líquido de R$ 27.380 foram destinados R$ 1.369 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 26.011 para Reserva Estatutária. Em 2021 houve pagamento de R$ 51.089 referente a juros sobre capital próprio, resultando em uma distribuição de 196% do lucro líquido ajustado no montante de R$0,06 por ação, imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

20. Receita de prestação de serviços e comissões

	2022	2021
Serviços prestados a ligadas (*)	48.002	84.934
Comissão por emissão de ações	-	3.267
Rendas de garantias prestadas	9.548	2.558
Outras	458	27.105
Total	**58.008**	**117.864**

(*) Corresponde à prestação de serviços a empresas do Grupo HSBC localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e serviços de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado. O maior saldo corresponde a serviços prestados ao HSBC USA Inc. no montante de R$ 19.560 (R$ 44.124 em 2021). Vide nota 18.

21. Despesas de pessoal

	2022	2021
Despesas de pessoal - proventos	(75.988)	(79.037)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(36.230)	(21.212)
Despesas de pessoal - benefícios	(8.766)	(9.797)
Despesas de pessoal - treinamento	(545)	(177)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.193)	(792)
Total	**(122.722)**	**(111.015)**

22. Pagamento baseado em ações

Em 2022 foi reconhecido R$ 6.540 (R$ 9.050 em 2021) em Despesa de Pessoal no Banco em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do Banco em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do HSBC Holdings plc.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do Grupo HSBC e geralmente tornam-se em direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados no Grupo HSBC no período.

	2022	2021
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
Em 1 de janeiro	**281.878**	**279.152**
Concedidas no período	164.624	135.514
Liberadas no período	(160.489)	(132.788)
Em 31 de dezembro	**286.013**	**281.878**

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações, concedidos pelo Banco em 2022 foi de R$ 32,83 (R$ 33,65 em 2021).

O passivo constituído em 2022 referente às transações de pagamentos baseados em ações foi de R$ 11.073 (R$ 10.612 em 2021).

23. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2022	2021
Processamento de dados	(38.480)	(27.704)
Serviços do sistema financeiro	(18.441)	(11.523)
Serviços técnicos especializados	(8.098)	(5.722)
Aluguel do escritório	(6.111)	(5.588)
Despesa de depreciação e amortização	(15.670)	(10.795)
Despesas com viagens	(1.163)	(53)
Manutenção de hardware	(3.705)	(3.107)
Manutenção predial	(1.790)	(1.551)
Condomínio	(1.362)	(1.102)
Prêmio de seguros	(1.397)	(1.309)
Despesas de comunicações	(880)	(968)
Contribuições a associações e sindicatos	(687)	(649)
Impairment de ativos intangíveis	(384)	-
Outras	(2.791)	(2.402)
Total	**(100.959)**	**(72.473)**

24. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2022	2021
Despesas de contribuição ao COFINS	(16.848)	(14.026)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(2.887)	(2.384)
Outras despesas tributárias	(2.651)	(3.058)
Total	**(22.386)**	**(19.468)**

25. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2022	2021
Outras receitas		
Recuperação de despesas de tecnologia - ligadas	6.571	103
Reversão de provisões operacionais	-	1.252
Atualização monetária de depósitos judiciais	896	242
Variação monetária sobre impostos	100	327
Recuperação de encargos previdenciários	-	769
Outras	32	58
Total	**7.599**	**2.751**
Outras despesas		
Despesa com rebates	(1.201)	-
Perda operacional	(648)	-
Despesa com comissão	(83)	(49)
Atualização monetária sobre contingências	-	(113)
Outras	(575)	(63)
Total	**(2.507)**	**(225)**

26. Imposto de renda e contribuição social

a. Os ativos fiscais correntes e diferidos do período

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a compensar e recuperar	12.373	-	4.053	-
Créditos tributários (Nota 26e)	-	91.722	-	138.706
Total	**12.373**	**91.722**	**4.053**	**138.706**

b. As obrigações fiscais correntes e diferidas do período

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para tributos diferidos (Nota 26e)	-	3.871	-	-
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	-	25.459	-
Total	-	**3.871**	**25.459**	-

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

c. Encargos devidos sobre as operações do período

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	**48.009**	**13.527**
Imposto de renda e contribuição social (*)	**(22.084)**	**(6.764)**
Exclusões/(adições) permanentes	**2.101**	**24.778**
Gratificações não dedutíveis	(277)	(526)
Perdas operacionais	(329)	(4)
Doações	-	(200)
Juros Sobre Capital Próprio	2.712	25.545
Atualização Selic Indébito	46	-
Outras	(51)	(37)
Outros ajustes	**438**	**(4.161)**
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	-	972
Reconhecimento de crédito decorrente de ação judicial	-	-
Imposto corrente registrado a alíquota de 45% (*)	-	1.974
Imposto diferido registrado a alíquota de 45% (*)	428	(7.171)
Outros	10	64
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	**(19.545)**	**13.853**

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada em 2021 à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda proporcional a receita bruta de janeiro a junho de 2021, à alíquota de 25% para o período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183 de 15 de julho de 2021, de janeiro a julho de 2022 à alíquota de 20% e de agosto a dezembro de 2022 à alíquota de 21% sobre o lucro antes do imposto de renda, nos termos da Lei 14.446 de 02 de setembro de 2022.

d. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	(52.366)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(19.545)	66.219
Total	**(19.545)**	**13.853**

e. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	Constituição (realização) líquida	2022
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda (a)	46.952	(31.310)	15.642
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos (a)	47.443	(47.443)	-
Gratificações e participações no resultado	25.635	1.273	26.908
Provisão para devedores duvidosos	12.955	(4.352)	8.603
Provisão para contingências fiscais	1.895	1.740	3.635
Provisão para honorários advocatícios	647	(56)	591
Outras	3.179	2.175	5.354
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**138.706**	**(77.973)**	**60.733**
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	30.989	30.989
Total dos créditos tributários ativos	**138.706**	**(46.984)**	**91.722**
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	(3.871)	(3.871)
Total dos créditos tributários passivos	**-**	**(3.871)**	**(3.871)**
Total dos créditos tributários líquidos	**138.706**	**(50.855)**	**87.851**

	2020	Constituição (realização) líquida	2021
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda (a)	-	46.952	46.952
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos (a)	122.615	(75.172)	47.443
Gratificações e participações no resultado	21.806	3.829	25.635
Provisão para devedores duvidosos	1.654	11.301	12.955
Provisão para contingências fiscais	1.231	664	1.895
Provisão para honorários advocatícios	534	113	647
Outras	699	2.480	3.179
Total dos créditos tributários ativos	**148.539**	**(9.833)**	**138.706**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda (a)	(23.814)	23.814	-
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos (a)	(123.005)	123.005	-
Total dos créditos tributários passivos	**(146.819)**	**146.819**	**-**
Créditos tributários líquidos	**1.720**	**136.986**	**138.706**

(a) A partir de junho/2021 passou-se a observar o disposto no art. 9º da Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN) na contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos pertencentes a uma estrutura de hedge econômico.

f. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	2022					2021
	Diferenças temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa			
Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
2022	-	-	-	-	-	45.023
2023	16.899	13.366	11.856	9.639	51.760	55.920
2024	13.367	10.627	5.237	4.257	33.488	11.833
2025	741	593	-	-	1.334	3.774
2026	643	514	-	-	1.157	115
2027	2.213	1.770	-	-	3.983	17.170
2028	-	-	-	-	-	2.360
2029	-	-	-	-	-	1.743
2030	-	-	-	-	-	22
2031	-	-	-	-	-	747
2032	-	-	-	-	-	-
Total	**33.863**	**26.870**	**17.093**	**13.896**	**91.722**	**138.706**

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 12,59% à 13,45% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R$ 77.261.

g. Créditos tributários não ativados

O Banco não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

27. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais.

a. Composição das provisões

Contingências fiscais: são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2022	2021
Fiscais	5.983	5.664
Total	**5.983**	**5.664**

b. Movimentação das provisões

	Saldo em 31/12/2021	2022 Adições	Utilizações	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Fiscais	5.664	358	(29)	(10)	5.983
Total	**5.664**	**358**	**(29)**	**(10)**	**5.983**

	Saldo em 31/12/2020	2021 Adições	Utilizações	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Fiscais	5.550	114	-	-	5.664
Total	**5.550**	**114**	**-**	**-**	**5.664**

c. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 27.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco as quais estão apresentadas abaixo:

	2022	2021
Contribuição Social – Constitucionalidade da cobrança / Majoração da aliquota (c.1)	5.896	5.583
Cide sobre remessas ao exterior (c.2)	4.913	1.371
Total	**10.809**	**6.954**

(c.1) O montante de R$ 5.896 (R$ 5.583 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a ação proveniente da aquisição da operação no Brasil do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos do contrato de aquisição, essa ação está sujeita a indenização por parte dos vendedores caso a provisão contabilizada atualizada não seja suficiente para a liquidação da causa em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

(c.2) O montante de R$ 4.913 (R$ 1.371 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a tributo com exigibilidade suspensa em mandado de segurança ajuizado em 2021, com o intuito de recuperar a CIDE recolhida sobre remessas de serviços ao exterior, bem como deixar de recolher este tributo em remessas futuras.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco mantém estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, os passivos contingentes classificados como perda possível soma no total de R$ 82.186 (R$ 60.974 em 31 de dezembro de 2021), sendo o principal processo relativo a compensação dos créditos de PIS/COFINS calculados com base na Lei 9.718 no valor de R$ 45.102 (R$ 41.121 em 31 de dezembro de 2021).

28. Outras informações

a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 4.958/2021 e normas posteriores, conforme demonstrado no Relatório da Administração.

b. Análise de sensibilidade

Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade das carteiras de negociação (*trading book*) e não-negociação (*banking book*) por fatores de risco de mercado em 31 de dezembro de 2022.

	Cenários		
Carteira de Negociação (Trading Book)	I	II	III
Fatores de Risco			
Prefixado	(2)	(201)	(1.671)
Cupom Cambial	(4)	(293)	1.375
Índice de Preços	-	-	-
Total Carteira de Negociação	**(6)**	**(494)**	**(296)**

	Cenários		
Carteira de Não-Negociação (Banking Book)	I	II	III
Fatores de Risco			
Cupom Cambial	-	(9)	5
Prefixado – Títulos Disponíveis para Venda	(62)	(6.195)	3.098
Prefixado – Outros Ativos/Passivos no *Banking Book*	65	6.535	1.440
Total Carteira de Não-Negociação	**3**	**331**	**4.543**

Para mensurar estas sensibilidades, os seguintes cenários foram aplicados:

Cenário I: Choque paralelo de 1 ponto base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais, Cupom de Moedas e Índice de Preços.

Cenário II: Choque paralelo de +100 pontos base para cima nas curvas de juros prefixado em Reais e Índice de Preços e +75 pontos base para as curvas de cupom de Moeda.

Cenário III: Choque na inclinação das curvas prefixada em Reais e Índice de Preços (-50 pontos base para o prazo até 1 ano e +100 pontos base para prazos superiores a 1 ano) e para Cupom de Moedas (-40 pontos base para o prazo até 1 ano e +75 pontos base para prazos superiores a 1 ano).

c. Plano de implementação da Res. CMN 4.966/21

Em atendimento ao art. 76 da Res. CMN 4.966/21, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil devem divulgar, de forma resumida nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta Resolução.

O Banco HSBC S.A. efetuou uma análise dos *gaps* entre as normas contábeis vigentes e a Res. CMN 4.966/21 no início de 2022 e com base nessa análise definiu um plano macro de implementação desta Resolução. Vale ressaltar que o Banco HSBC S.A. faz o reporte de informações contábeis à sua Matriz cumprindo com os requisitos do *IFRS 9* desde 1º de janeiro de 2018, data na qual a norma entrou em vigência internacionalmente. Dessa forma, acreditamos que podemos alavancar nossa experiência com o reporte do *IFRS 9* ao Grupo HSBC e assim termos um processo de implementação da Res. CMN 4966/21 da maneira mais otimizada possível.

A expectativa inicial de implementação dos *gaps* analisados no tocante à classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros seria até 31 de dezembro de 2023 para que possamos idealmente executar os processos em paralelo por ao menos 1 ano antes do início da vigência da norma. Isso vai depender principalmente da capacidade dos sistemas de entregarem as alterações solicitadas e também de novos requerimentos contábeis que serão especificados em atos normativos posteriores à Res. CMN 4.966/21.

Em relação aos *gaps* analisados em referência à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os instrumentos definidos na norma, a expectativa é que deverão ser implementados, a depender principalmente da capacidade dos sistemas de entregarem as alterações necessárias, até 31 de dezembro de 2023 para que os processos possam ser executados e testados em paralelo a partir de janeiro de 2024. Como exceção, prevemos que a implementação do modelo de apuração de perdas esperadas demandará um tempo adicional de seis meses, sendo, portanto, esperado que esteja executado em paralelo a partir de julho de 2024.

Os *gaps* analisados e o plano de implementação se baseiam em uma análise restrita dos requerimentos da Res. CMN 4.966/21. Essa análise não contempla normativos que serão futuramente publicados para detalhar os requerimentos desta Resolução. Assim sendo, o plano poderá ser reavaliado para contemplar novas definições requeridas pelo regulador.

d. Eventos subsequentes

Em 22 de março de 2023 foi realizada emissão de letra financeira perpétua elegível a Capital Adicional Nível 1 (AT1), no valor de R$524.670 mil e com remuneração pós-fixada de CDI + 3% a.a.. Essa emissão refere-se a dívida subordinada perpétua, não conversível, com opção de recompra pelo Banco HSBC a partir de 5 anos, com características de write-off acionadas por níveis definidos de índices de capital nas regras locais de Capital, com pagamentos de cupom sujeitos à geração de resultados positivos pelo Banco e/ou conforme critério de órgãos reguladores. Essa captação é destinada a composição do Capital Adicional Nível 1 (Capital Complementar) do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955 e dos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 5.007, os recursos oriundos da emissão tem como principal objetivo o aumento do limite de exposições concentradas possibilitando melhor atendimento aos clientes alvo do Banco HSBC S.A. e poderão ser utilizados também para fins corporativos gerais, desde que observadas as normas prudenciais estabelecidos pelo CMN e pelo BCB.

Esse instrumento foi adquirido pela entidade HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e externalizado ao mercado através de uma estrutura envolvendo HSBC Holdings plc.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Banco HSBC S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
CNPJ Nº 53.518.684/0001-84
www.hsbc.com.br

Em milhares de reais

A Diretora

Alexandre de Barros Cruz e Guião | Fábio Aldrighi Caputo | Fábio Weizenmann | Marcelo Fraga Soares | Mauricio Trepiche

Contador
Sergio Luiz Rose
CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do Banco HSBC S.A. ("Banco"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("*PWC*"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a *PWC* atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, empréstimos, captações e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da *PWC* é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados os desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfez da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos, isso incluiu a Auditoria da Estrutura de Governança de Risco do Banco HSBC S.A. onde não foram identificadas deficiências significativas que possam prejudicar a integridade geral do ambiente de controle. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, *compliance*, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98, 3.198/04 e 4.910/21 que o sistema de controles do Banco HSBC S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionista
Banco HSBC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco HSBC S.A. o ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco HSBC S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0

HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. (“Holding”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Patrimônio líquido e resultado

O patrimônio líquido no final do exercício alcançou o montante de R$ 1.083.742 mil. As ações da Holding alcançaram o valor patrimonial de R$ 0,738 por ação. O resultado do exercício foi de R$ 19.557 mil, o que gerou um lucro líquido de R$ 0,013 por ação.

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 946.510 mil, representado por 1.467.866.900 ações.

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;

- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;

- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;

- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;

- A Segunda Linha determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;

- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros

A gestão de risco operacional e demais riscos não-financeiros é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e demais riscos não-financeiros está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

Além das categorias descritas acima, o HSBC no Brasil atua proativamente no gerenciamento do Risco Socioambiental levando em consideração as diversas modalidades de riscos a que está exposto, a exemplo de riscos de mercado, crédito, operações e reputação.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17 e atualizações posteriores, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e *Compliance*

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012 e Lei 13.260 de 16 de março de 2016), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e a Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020 (alterada pela Resolução 119/2021 do BACEN). Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Executivo (*Officer*) de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em dezembro de 2012, o HSBC Holding plc (‘HSBC Holdings’) celebrou diversos acordos incluindo um termo de responsabilidade com o UK Financial Services Authority (substituída por uma diretiva emitida pela UK Financial Conduct Authority (‘FCA’) em 2013 e novamente em 2020) e também acatou uma ordem de cessação do Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board – ‘FRB’), sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. Ao longo dos últimos anos o HSBC manteve uma ‘pessoa qualificada’ de acordo com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e um “consultor independente” para fins do FRB para elaborar avaliações periódicas do programa de compliance de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo. A pessoa qualificada concluiu o seu trabalho no segundo trimestre de 2021 e o FCA determinou que nenhum trabalho adicional de uma pessoa qualificada seria requerido. Separadamente, o trabalho do consultor independente foi finalizado e, em agosto de 2022, o FRB encerrou a ordem de cessação.

Desde novembro de 2014, ações foram propostas perante os Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do grupo HSBC e outras em nome de autores que são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram a conduta ilegal de vários grupos sancionados, em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Nove ações continuam pendentes em cortes federais e pedidos de extinção das ações feitos pelo HSBC foram concedidos em cinco desses casos. Em setembro de 2022 e janeiro de 2023, respectivamente, as cortes de apelação confirmaram o encerramento de dois dos casos, e os pedidos de revisão dessas decisões foram negados. Os pedidos de extinção nos outros casos estão sujeitos a apelação. Os outros quatro casos remanescentes encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos já conhecidos, não é possível prever a resolução dessas matérias, incluindo o momento ou qualquer impacto possível para o HSBC, o qual pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Agradecimentos

A Administração agradece a seus clientes e colaboradores pelo apoio e colaboração demonstrada durante o período.

São Paulo, 30 de março de 2023.

A Diretoria

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	HSBC Holding 2022	HSBC Holding 2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.a	1	4.112
Outros créditos	5	790	1.539
Total do ativo circulante		**791**	**5.651**
Não circulante			
Ativos financeiros ao valor justo			
por meio de resultados abrangentes	4	12.060	10.534
Investimentos			
Participação em controlada	6	1.071.453	1.020.260
Total do ativo não circulante		**1.083.513**	**1.030.794**
Total de ativos		**1.084.304**	**1.036.445**

Passivo	Nota	HSBC Holding 2022	HSBC Holding 2021
Circulante			
Outras obrigações	5	562	4.732
Total do passivo circulante		**562**	**4.732**
Patrimônio líquido			
Capital social	8	946.510	946.510
Reserva de lucros	8	156.054	141.847
Outros resultados abrangentes		(18.822)	(56.644)
Patrimônio líquido atribuível			
aos controladores		**1.083.742**	**1.031.713**
Total de patrimônio líquido		**1.083.742**	**1.031.713**
Total de passivos e patrimônio líquido		**1.084.304**	**1.036.445**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atribuível aos controladores				
	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**946.510**	**159.666**	**-**	**30.461**	**1.136.637**
Resultado do exercício		-	-	31.784	-	31.784
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(87.105)	(87.105)
Resultado abrangente do período		**-**	**-**	**31.784**	**(87.105)**	**(55.321)**
Reserva legal	8	-	1.589	(1.589)	-	-
Reserva estatutária	8	-	30.195	(30.195)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(46.363)	-	-	(46.363)
Dividendos		-	(3.240)	-	-	(3.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**946.510**	**141.847**	**-**	**(56.644)**	**1.031.713**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**946.510**	**141.847**	**-**	**(56.644)**	**1.031.713**
Resultado do exercício		-	-	19.557	-	19.557
Outros resultados abrangentes		-	-	-	37.822	37.822
Resultado abrangente do período		**-**	**-**	**19.557**	**37.822**	**57.379**
Reserva legal	8	-	978	(978)	-	-
Reserva estatutária	8	-	18.579	(18.579)	-	-
Juros sobre capital próprio	8	-	(5.350)	-	-	(5.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**946.510**	**156.054**	**-**	**(18.822)**	**1.083.742**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	HSBC Holding 2022	HSBC Holding 2021
Resultados operacionais			
Outras receitas operacionais	9.c	81	38
Despesas administrativas	9.b	(695)	(4.853)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		**(614)**	**(4.815)**
Receitas (despesas) financeiras, liquidas	9.a	1.263	438
Provisão para perdas esperadas	4	(6)	10
Resultado de equivalência patrimonial – controlada	6	19.266	36.248
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**19.909**	**31.881**
Imposto de renda e contribuição social	10	(352)	(97)
Resultado do exercício		**19.557**	**31.784**
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		19.557	31.784
Lucro por ação			
Quantidade de ações do capital		1.467.866.900	1.467.866.900
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		13,32	21,65

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	HSBC Holding 2022	HSBC Holding 2021
Resultado do exercício	**19.557**	**31.784**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes próprios e de controlada	**37.816**	**(87.095)**
Variação no valor justo ganhos / (perdas)	69.122	(157.862)
Imposto de renda	(31.306)	70.767
Provisão para perdas esperadas	**6**	**(10)**
Resultado abrangente do exercício	**57.379**	**(55.321)**
Resultado atribuível aos:		
Acionistas controladores	57.379	(55.321)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	HSBC Holding 2022	HSBC Holding 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultados do exercício		19.557	31.784
Ajustes para:			
Provisão para perdas esperadas	4	6	(10)
Resultado da equivalência patrimonial	6	(19.266)	(36.248)
Total do resultado do exercício ajustado		**297**	**(4.474)**
Variações em ativos e passivos:			
(Aumento) Redução em Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes		(1.532)	2.494
(Aumento) Redução em outros créditos		749	(344)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(4.170)	3.296
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		**(4.656)**	**972**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:			
Recebimento de juros sobre capital próprio		5.895	51.089
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimento		**5.895**	**51.089**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	8	(5.350)	(46.363)
Dividendos	8	-	(3.240)
Fluxo de caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento		**(5.350)**	**(49.603)**
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	11.a	**(4.111)**	**2.458**
No início do exercício		4.112	1.654
No final do exercício		1	4.112
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(4.111)**	**2.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding") é uma subsidiária direta da HSBC Latin America Holdings (UK) Limited e indireta da HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido.

Em 28 de setembro de 2015, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária, foi adquirida a companhia M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (que iniciou suas atividades em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e teve alterada sua denominação social para HSBC Brasil Holding S.A. A Holding tem como objeto social a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras. Sua controlada, o Banco HSBC S.A. ("Banco", "HSBC" ou "HSBC no Brasil") antes banco de investimento e em 28 de abril de 2020 foi autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo, nas carteiras comerciais, de investimentos, de crédito, financiamento, de câmbio, administração de carteira de títulos e valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais elaboradas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* que estão alinhadas aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A empresa optou pela não apresentação de suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o parágrafo 4 do CPC 36.

As demonstrações financeiras da Holding foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2023.

3. Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Holding e controlada é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para perdas de crédito esperadas, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Holding e controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

No escopo do CPC 48, os depósitos à vista mantidos em outras instituições financeiras são mensurados ao custo amortizado por se tratarem de instrumentos financeiros nos quais a Administração tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa contratuais e que possuem termos contratuais que dão origem a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de principal e juros.

e. Títulos e valores mobiliários

Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – com a adoção do CPC 48 a partir de janeiro de 2018, esses instrumentos passaram a ser avaliados pelo seu valor justo, em contrapartida a outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. As receitas de juros, perdas de créditos e ganhos e perdas com variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

f. Provisão para perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas para instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, uma provisão é reconhecida para perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis eventos de inadimplência para os próximos 12 meses, ou menos, caso o prazo remanescente seja menor que 12 meses. No evento de um aumento significativo no risco de crédito, uma provisão para perdas esperadas é reconhecida como resultado de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ativos financeiros onde a perda de crédito esperada de 12 meses é reconhecida são considerados como "Estágio 1"; ativos financeiros nos quais exista evidência objetiva de perdas de crédito são considerados inadimplentes.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

Aumento significativo no risco de crédito (estágio 2)

Uma avaliação de que o risco de credito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial é realizada em cada período de reporte ao considerar a mudança no risco de inadimplência ocorrendo sobre a vida remanescente do instrumento financeiro. A avaliação explicitamente ou implicitamente compara o risco de inadimplência ocorrendo na data de reporte comparado com o risco no reconhecimento inicial, levando em consideração informações razoáveis e suportáveis. A não ser que tenha sido identificado em um estágio inicial, considera-se que todos ativos financeiros tenham sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando estiver com 30 dias de atraso.

Ativos inadimplentes (estágio 3)

O HSBC determina que um instrumento financeiro é inadimplente e alocado no estágio 3 ao considerar evidências objetivas relevantes, principalmente se:

- pagamentos contratuais de principal ou juros estão vencidos há mais de 90 dias;
- existem outros indicadores de que o pagamento do cliente seja incerto, tal como quando uma concessão tenha sido fornecida ao cliente por razões econômicas ou legais em relação à condição financeira do cliente; e
- o empréstimo de outra forma seria considerado inadimplente.

Se a incerteza de pagamento não é identificada em um estágio inicial, considera-se então que ocorra quando uma exposição está em atraso há 90 dias.

A receita de juros é reconhecida ao aplicar a taxa de juros efetiva ao saldo do custo amortizado, ou seja, valor contábil bruto menos provisão para perdas esperadas.

Mensuração das perdas esperadas

A avaliação de risco de crédito e a estimação das perdas esperadas incorporam toda informação disponível que é relevante para a avaliação incluindo informação sobre eventos passados, condições correntes e projeções razoáveis. Adicionalmente, a estimação da perda esperada deve levar em conta o valor do dinheiro no tempo.

Em geral, a Holding calcula a perda esperada utilizando três componentes principais: a probabilidade de inadimplência (PD – *probability of default*), uma perda dada a inandimplência (LGD - *loss-given default*) e a exposição na inadimplência (EAD – *exposure at default*).

A perda de crédito esperada para 12 meses é calculada pela multiplicação da PD de 12 meses com a LGD e EAD. A perda de crédito esperada permanente é calculada utilizando a PD permanente. A perda de crédito esperada para 12 meses e a permanente representam a probabilidade de inadimplência ocorrendo nos próximos 12 meses e o prazo remanescente do instrumento, respectivamente.

A EAD representa o saldo esperado na inadimplência, levando em consideração o pagamento do principal e juros da data do balanço até o evento de inadimplência junto com tomadas adicionais de linha comprometidas. O LGD representa perdas esperadas no EAD dado o evento de inadimplência, levando em consideração, dentre outros atributos, o efeito mitigador do valor das garantias no prazo em que esperam-se ser realizadas e o valor do dinheiro no tempo.

g. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

h. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Outros créditos" e refletidos no resultado do período e/ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos fiscais diferidos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

i. Investimento

O investimento em controlada é avaliado de acordo com o método de equivalência patrimonial em conformidade com o parágrafo 8 do CPC 35 (R2) a respeito de Demonstrações Separadas.

j. Normas contábeis emitidas em 2022 e aplicáveis em períodos futuros

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou em 2022 a publicação de revisões de pronunciamentos técnicos.

A revisão nº 20 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21 (R1), CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47. Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; Adiamento da Isenção temporária do CPC 48; Definição de Política Contábil; Divulgações de Políticas Contábeis; e Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023, com exceção do adiamento da isenção temporária do CPC 48 que deve ter vigência imediata. O documento prevê também uma correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47, que deve ser aplicada de imediato.

A revisão nº 21 apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50. Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e *Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9—Comparative Information* (2021). A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às IFRSs, as alterações devem ser adotadas nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. Ativos financeiros

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de títulos e valores mobiliários da Holding está classificada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devido (a) ao seu enquadramento no modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os seus termos contratuais dos ativos financeiros dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

	HSBC Holding							
	2022						2021	
	Ativo ao valor justo através do resultado abrangente						Ativo ao valor justo através do resultado abrangente	
Papel	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor justo	Efeito no patrimônio líquido
Certificados de Depósitos Bancários	-	12.100	-	12.060	12.100	(40)	10.534	(30)
Total	**-**	**12.100**	**-**	**12.060**	**12.100**	**(40)**	**10.534**	**(30)**
Não circulante				**12.060**			**10.534**	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

Provisão para perdas esperadas

O HSBC reconheceu os seguintes valores de perdas esperadas para os seus ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

	HSBC Holding			
	31 de Dezembro de 2022		31 de Dezembro de 2021	
	Valor justo	Provisão para perdas esperadas	Valor justo	Provisão para perdas esperadas
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes	12.060	50	10.534	44

5. Outros créditos e outras obrigações

	HSBC Holding	
	2022	2021
Outros créditos		
Impostos e contribuições a compensar	759	1.514
Créditos tributários	31	25
Total	**790**	**1.539**
Circulante	**790**	**1.539**
Outras obrigações		
Impostos e contribuições a recolher	551	4.729
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	11	3
Total	**562**	**4.732**
Circulante	**562**	**4.732**

6. Participação em controlada

	Banco HSBC S.A.	
	2022	2021
Posição das controladas		
Capital social	919.248	919.248
Quantidade de ações possuídas:		
Ações ordinárias	882.859.318	882.859.318
Posição dos investimentos		
Percentual de participação (%)	100%	100%
Resultado do exercício	19.266	36.248
Patrimônio líquido	1.071.453	1.020.260
Resultado de participações	19.266	36.248
Saldo das participações	1.071.453	1.020.260

7. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando disponível e aplicável, vigentes nas datas das operações.

Em 2022 e 2021 as transações com partes relacionadas foram integralmente contra o Banco HSBC S.A, consistido de:

	HSBC Holding			
	2022		2021	
	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2022	Maior saldo do período	Saldo em 31/12/2021
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.105	4.105
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.060	12.060	10.534	10.534
Total	**12.060**	**12.060**	**14.639**	**14.639**
Receitas				
Resultado com títulos e valores mobiliários		1.263		438
Total		**1.263**		**438**

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Holding não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco HSBC S.A. na execução de suas atividades.

8. Capital social, reservas e dividendos

O capital social está representado por 1.467.866.900 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. O dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo, é de 25% sobre o lucro líquido.

Do lucro líquido do exercício de 2022 no montante de R$ 19.557 foram destinados R$ 978 para Reserva Legal e o saldo remanescente de R$ 18.579 para Reserva Estatutária.

A Reserva Estatutária visa à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Holding.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 16 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição e pagamento de R$ 5.350 mil a título de juros sobre capital próprio em razão de variação pro rata die da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre as contas de patrimônio líquido da Companhia do ano-calendário de 2022, resultando em uma distribuição de 29% do lucro líquido ajustado no montante de R$0,004 por ação, sendo o valor líquido imputado ao dividendo obrigatório.

9. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a. Receitas (despesas) financeiras

	HSBC Holding	
	2022	2021
Receita com títulos e valores mobiliários - ligadas	1.263	438
Total	**1.263**	**438**

b. Despesas administrativas

	HSBC Holding	
	2022	2021
Despesas tributárias	(611)	(4.751)
Serviços técnicos especializados	(84)	(102)
Total	**(695)**	**(4.853)**

c. Outras receitas operacionais

	HSBC Holding	
	2022	2021
Atualização monetária de tributos federais	81	38
Total	**81**	**38**

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações do período

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações do período:

	HSBC Holding	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações)	19.909	31.881
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas na nota explicativa 3.h	(6.769)	(10.840)
Exclusões/(adições) permanentes	6.393	10.718
Participações em controlada	6.550	12.324
Juros sobre o capital próprio recebidos	(2.004)	(17.370)
Juros sobre capital próprio pagos	1.819	15.764
Atualização selic indébito	28	-
Outros ajustes	24	25
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda	24	25
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do período	**(352)**	**(97)**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

HSBC Brasil Holding S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 1.909, 19º Andar - Torre Norte - São Paulo
C.N.P.J. 22.626.820/0001-26
www.hsbc.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

b. Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social

	HSBC Holding	
	2022	2021
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(354)	(93)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	2	(4)
Total	**(352)**	**(97)**

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2021	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2022
Ajuste a valor de mercado de títulos ao valor justo através dos resultado abrangente	10	4	14
Provisão de perdas esperadas	15	2	17
Total dos créditos tributários ativos	**25**	**6**	**31**
Créditos tributários líquidos	**25**	**6**	**31**

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

	2022			2021
	Diferenças Temporárias			
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
2022	-	-	-	25
2023	23	8	31	-
Total	**23**	**8**	**31**	**25**

e. Créditos tributários não ativados

O HSBC Brasil Holding S.A. não possuía créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	HSBC Holding	
	2022	2021
Disponibilidades	1	4.112
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**4.112**

A Diretoria

Alexandre de Barros Cruz e Guião

Mauricio Trepiche

Contador

Sergio Luiz Rose
CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do Banco HSBC S.A. ("Banco"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("*PWC*"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a *PWC* atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do HSBC Brasil Holding S.A segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, empréstimos, captações e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do HSBC Brasil Holding S.A, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da *PWC* é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/ financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfez da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no HSBC Brasil Holding S.A, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos, isso incluiu a Auditoria da Estrutura de Governança de Risco onde não foram identificadas deficiências significativas que possam prejudicar a integridade geral do ambiente de controle. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, *compliance*, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas e que o sistema de controles do HSBC Brasil Holding S.A é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
HSBC Brasil Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Holding, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Holding é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Holding é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras , de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Holding continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Holding ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Holding são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Holding.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Holding. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Holding a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Holding. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Holding.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0